



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**O PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: DAS LUTAS
POR REASSENTAMENTO À INCORPORAÇÃO DO CULTIVO DE
MACONHA NA AGENDA**

ANA MARIA MOTTA RIBEIRO

Sob a Orientação da Professora
LEONILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor** em
Ciências, no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
2008

335.82
M921p
T

Ribeiro, Ana Maria Motta.

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda / Ana Maria Motta Ribeiro, 2008. 239 f.

Orientador: Leonilde Sérvolo de Medeiros.

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 224-238.

1. Sindicalismo rural - Teses. 2. Maconha - Teses. 3. Território - Teses. 4. Polígono da maconha. 5. Movimento social rural. I. Medeiros, Leonilde Sérvolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

ANA MARIA MOTTA RIBEIRO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências

TESE APROVADA EM 29/02/2008

Leonilde Sérvolo de Medeiros Dra. UFRRJ

Jorge Osvaldo Romano

José Roberto Novaes

Carlos Walter Porto Gonçalves

Regina Angela Landim Bruno

*Vive dentro de mim
Uma cabocla velha
De mau-olhado,
Acordada ao pé do borralho,
Olhando para o fogo.
Benze quebranto,
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai-de-Santo...*

*Vive dentro de mim
A lavadeira do rio Vermelho.
Seu cheiro gostoso
D'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
Pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.*

*Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
Toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.*

*Vive dentro de mim
A mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
Desabusada, sem preconceitos,
De casca-grossa,
De chinelinha,
e filharada.*

*Vive dentro de mim
A mulher roceira.
- Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos,
Seus vinte netos.*

*Vive dentro de mim
A mulher da vida.
Minha irmãzinha...
Tão desprezada,
Tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fado.*

*Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida –
A vida mera das obscuras.*

(Cora Coralina. “Todas as Vidas”. Poema dos Becos de Goiás, 1980)

AGRADECIMENTOS e um pouco SOBRE O AUTOR porque minha trajetória foi feita de parcerias que merecem meu muito obrigado!

Esta tese foi possível em função do lugar aonde cheguei depois de muitos passos e experiências na docência, na extensão e na pesquisa acadêmica, para realizar enfim o ritual de passagem ao Doutorado, que, embora tardiamente para os padrões atuais, aconteceu graças a muita torcida e ajuda teórica ou carinhosa de amigos, colegas de trabalho e alunos meio filhos que crio, suporte familiar, interesse de professores dedicados que me ensinaram muito, e, entre tantos, os do programa do CPDA, outros tantos da área de Agricultura e Questão Agrária do Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP que cheguei a cursar mas não concluí, amigos de ONGs e movimentos sociais organizados, companheiros da luta sindical na ANDES e na ADUFF, e ao apoio profissional inestimável, rigoroso e afetivo de minha orientadora, Leonilde Servolo de Medeiros.

Para chegar até aqui foi preciso esse acúmulo de experiências e de conhecimento obtidos sempre junto de alguém que me influenciou bastante, o que explicaria o que entendo como um respaldo para a ousadia de escolher um tema tão complexo e pouco considerado pela academia. Para citar esses nomes tão especiais achei melhor ir juntando no mesmo abraço humilde, cheio de reconhecimento e agradecido - porque sempre foram imprescindíveis. Mas antecipo que qualquer esquecimento precisa ser perdoado porque aos cinquenta e seis anos minha memória já é dona de certa autonomia.

No admissão, ginásio e ao “Clássico” em “Letras e Artes” (nome que se usava na época para uma opção em relação às últimas séries do segundo grau) onde me formei, no Centro Educacional de Niterói (1962 -1970), foi onde aprendi a gostar de estudar e ganhei amizades importantes e inesquecíveis: Lílian Trajano de Moraes, Rutinha, Regina Coeli, Márcia, Cristina, Luiz Fernando Verani, Geisa Pova e Pinto, Carlos Alberto Messeder, Gustavo, Flávio, Chico, Antônio Pedro, Vitinho, Tonzinho, Paulo, Ângela e Stela, Sandra e Ângela, Claudinho, Zé Luiz e muitos outros. Professores Magnólia Brasil, Marília, Rui Capdeville, Sônia Freire e Maria Lúcia Freire, Judith, Nélida, Maestro Ermano. E também sou grata pelo que aprendi no currículo de uma escola experimental em termos de humanidades e cultura (artes plásticas, música erudita, teatro, cinema, marcenaria, cerâmica, canto coral, literatura, lingüística, história e filosofia, línguas e literatura estrangeiras – espanhol, francês, inglês e alemão). Essa oportunidade em minha juventude sedimentou minha formação e representa, sem dúvida a base a partir da qual cheguei até a minha profissão de modo consciente.

Da graduação em Ciências Sociais no IFCS-UFRJ (1970–1974), Bandeira, Bárbara França, Neide Sterci, José Ricardo Ramalho, Dílson, Dráurio, Roseana Roedel Salles, Lídia, Michel Misse, Maurício, Zé Carlos, Afonso Marques, Carlos Adhor, Luiz Carlos Manhães, Fiori, Cláudia Versiani, Gilberto Velho, Eurico, Chico Ferraz, Jether Ramalho, Luitgarde Cavalcanti, Paulo, Stela (antropologia) ... foram os parceiros e professores que me ajudaram a superar, pela ciência e pelo convívio, o mais amargo da ditadura militar que levou muitos de nossos colegas de dentro da sala de aula para nunca mais se ver. Com algumas dessas pessoas também organizei o movimento de Contracultura Universitária trazido do movimento de 68 da França pelo pesquisador Lapassade. E foi aí que comecei minha militância utilizando as armas das ciências sociais: teoria e prática, já que nunca fui organizada. E ao longo dos anos setenta até meados dos oitenta atuei ao lado de pessoas que me ensinaram muito sobre política e resistência através do Comitê Brasileiro pela Anistia aos presos políticos da ditadura.

Da criação coletiva do grupo multidisciplinar de pesquisa e reflexão, o *SOCII*, amigos, em latim (1974 – 1979), que em plena ditadura militar representou meu oxigênio, por ser um espaço onde nos reuníamos (revezando nossas casas) para pensar junto, sem censura e academicamente e dividir nosso espanto com a ditadura, além de trocar nossos trabalhos de pesquisa quando as ciências sociais eram perseguidas pela ignorância, e sobreviver com dignidade sem permitir que anestesiassem nossa capacidade crítica: Antonio Serra, Carlos Walter, Gislene, Gisálio, Dráuzio, Dílson, Michel Misse, Nilda, Lúcia Alô, Manhães, Rose e muitos outros.

Do Departamento de Ciências Sociais da UFF (1977 até hoje), em particular, pelo prazer da convivência e estímulo acadêmico, Maria Lúcia Pontual, Maurício V. Martins, Marcos Otávio Bezerra, Marcelo Rosa, Lígia Dabul, Sidnei Peres, Carlos Fialho, Carmem, Wilma Pessoa, Pedro Castro, Santo Conterato, Rilda Valois, Deise Stepansk, Marcelo Melo, Marília Medeiros, Selene Herculano, Márcia Cavendish, Ribas, Ronaldo Coutinho, Patrick. Funcionários do ICHF: Silvana, Inês, Etelma, João, Tânia, Marília, Graça Reis, Roberto, Clarinha, Paulinho, Ilma e Eduardo. Além de Dita, Nilsa, Ângela, Tereza, Luciano.

Do resto da UFF: Virgínia Fontes, Cecília Coimbra, Ângela Fernandes (as três mais importantes nessa jornada), Luiz Antonio Baptista, Cláudia, Kátia, Lilia Lobo, Francisco Palharini, José Roberto Novaes (da Psicologia), Carlos Walter, Mônica, Sandra, Jacob Binstok e Jorge Barbosa (Geociências), Maria Ciavatta, Maria Felizberta, Regina Leite Garcia, Gaudêncio Frigotto (Educação), Regina Bienstein, Glauco, Juarez e Maria Elisa (Arquitetura), Wilson Madeira (Direito) Marquinhos e Henrique (Física), Paulinho (Biologia), Luiz Carlos Soares, Márcia Motta, Mário Grynspan, Marta Abreu, Professor Ciro Flamarion, Paulo Knauss, Gislene e Ismênia Martins, Carlos Gabriel e Marcos Waldemar, Chiquinho, Andrezinho (História), Gisálio, Eurico, Ari, Cláudio, Maria Antonieta, Celina, Francisco Ferraz (Ciência Política), Delma Pesanha, Eliane Cantarino, Silvia, Lilia, Simone Lahoud, Auta Stephan, Maria Lígia, Sonia Lúcio e Marina (Serviço Social), Vânia Marins (Nutrição), Sônia, Magnília, Lívia, (Letras), Rosa Fernandes (Produção Cultural), João Batista e Alceste (Jornalismo), Júlio (Comunicação), Antônio Serra, Emílio, Clarinha (Filosofia), Cícero e Regina (Matemática), Almir (Estatística), Dario (Engenharia Agrícola), Lérida, Ângela e Mário (Economia). Enfim, a mais outros que me acompanham e que eu abraço quando vejo e são aqueles que fazem a diferença na universidade pública onde trabalho. Alguns porque produzem academicamente e são engajados no sindicalismo da categoria de modo explícito. Outros porque simplesmente são muito bons profissionais, são solidários, afetivos e não têm preconceito com quem luta e trabalha.

Quanto aos alunos só posso agradecer a curiosidade que me estimula e me faz pensar e que tem me acompanhado nesses trinta anos de magistério na UFF. Preciso confessar que a necessidade de me organizar intelectualmente para os cursos que ofereço e as perguntas que eles desenvolvem são um espécie de alimento permanente que me faz crescer sempre e melhor. Isso é uma dívida eterna.

Aos alunos que crio como herdeiros e em quem estimulo o valor do pensamento desigual, diferente, conflituoso e alternativo como sabedoria, agradeço por serem tão inteligentes, responsáveis, criativos e politicamente engajados. Vocês me enchem de orgulho quando apresentam e publicam seus trabalhos, sobretudo quando alguém elogia. O fato de vocês existirem e serem o que são me dá um sentido crucial sobre o meu próprio ofício de cientista social e professora. Aos primogênitos Janaína Tude Sevá, Flávio Alves Serafini,

Fernando Henrique Barcelos, Juliana Gomes Moreira, Rodolfo Lobato, Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia, Gustavo Motta. E os mais novos, Maíra Martins, Carol, Roberta, Sérgio, Bernardo, Leonardo, Fernando, Glauber, Priscila, Bruno ...

Aos companheiros de fundação e de militância na ADUFF, os que já se foram e os que continuam chegando. Aos companheiros dirigentes sindicais e lideranças rurais que aceitaram minha assessoria e com isso me ensinaram a produzir dúvidas pertinentes sobre a realidade social e a conjuntura – José Carlos, Benedito e Zé Rodrigues, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos, André Montalvão, da Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais, Eraldo Lírio, da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro, Avelino Ganzer e Ranulfo do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores, João Pedro Stédile do Movimento dos Sem Terra na criação do curso Realidade Brasileira na UFF, e Divan e Manoelzinho, atualmente na direção da FETAG-RJ com quem desenvolvo uma parceria em forma de estágio para alunos da UFF. Durante o tempo em que fui assessora do sindicalismo rural, alguns contatos com antropólogos foram cruciais para que compreendesse esse exercício dentro de um rigor acadêmico: Moacir Palmeira, Ligia Sygaud, Afrânio Garcia, José Sérgio Leite Lopes, Beatriz Heredia, Eliane Cantarino e Delma Pessanha, sou grata e honrada por ter trabalhado perto deles.

Os amigos da TURMA IV (e alguns da TURMA III) do mestrado em Desenvolvimento Agrícola do Horto/FGV (1980–1983), principalmente representados por: Mônica Lepri, Joaquim Soriano, Nilsão (o mais inteligente), Neto, Cristina, Benjamin, Zélia, Zé Eduardo, Zizo, Paulo, Mauro... Entre os professores naquele momento muito próximos de nossas experiências intelectuais marxistas desenvolvidas em grupo, ou de nossas propostas políticas colegiadas, ou ainda de nossas ousadias anarco-literárias e recreativas, ficavam Nelson Delgado, Roberto Moreira, Leonilde Sérvolo, Guillermo Palacios, Ivan Ribeiro, João Carlos, Ana Célia Castro, Beatriz Herédia, Octavio Velho, Maurício Tragtemberg, Mirian Limoeiro, Cândido Grybovsky, Silvana e Regina Bruno chegando. No contraponto, Horácio Martins. Entre os pesquisadores da querida Maria Yeda Linhares, Ely de Fátima, Luiz Carlos Soares e Francisco Carlos Teixeira. Foi essencial esse convívio na minha formação, porque ali me defini teórica e metodologicamente e sei que são pessoas que ainda apostam em mim e isto é o que me torna forte.

Os amigos da pós na UNICAMP (1985–1989), Nádia Zaizuck, Alexandre Sgrecia, Brancolina Ferreira, Ricardo Abramovay. Professores Nazareth Baudel Wanderley, Octavio Ianni, Valmir, Maria Stela Brescianni, SérgioSilva, nesse lugar de discussão a minha cabeça se abriu muito.

Entre esses dois investimentos houve um intervalo onde escolhi aprender de modo mais solto. Então fui aluna observadora em uma disciplina oferecida pelo mestre Moacir Palmeira a quem devo a primeira conversa por telefone enquanto me encorajava para conhecer o sertão pernambucano e sou grata a tudo o que ele generosamente me ensinou embora não possa responsabilizá-lo e a ninguém acerca de minhas idéias e análises desenvolvidas nesta tese.

No doutorado do CPDA (2003–2008) as aulas de John Comerford, Sérgio Leite e John Wilkinson e as turmas desses cursos me ofereceram a melhor qualidade de discussão teórica e foram absolutamente essenciais. Também me envolvi na leitura de algumas pesquisas e textos publicados de Sérgio Leite, Roberto Moreira, Maria José Carneiro, Renato Maluf, Luiz

Flávio, Eli de Fátima Napoleão, Ana Célia Castro e Héctor Alimonda, profissionais pelos quais tenho o maior respeito e admiração pelo trabalho que desenvolvem. E, claro, o Seminário de Tese do modo como foi encaminhado me permitiu redigir num processo de discussão coletiva os primeiros desenhos de meu projeto de tese. Não consigo imaginar como teria avançado sem as críticas que recebi dos colegas.

Como pessoa, acho que devo muito à “somaterapia” em grupo coordenada por Roberto Freire, baseada na bio-energética que, planejadamente, durou nove meses. Acho que ali me centrei em torno da minha humanidade e consegui entender minhas dificuldades e meus defeitos, aprendi a reconhecer meus erros e a gostar extremamente do “outro” que se aproximasse de mim e em especial num exercício de gostar dos que são diferentes do que sou, sem concordar, mas podendo ter afeto. Todas as minhas complicações que ainda são fortes são parte integrante, então que me desculpem mas acho difícil que venha mudar de modo radical. Mas mudar mais ou menos e complicar o que é fácil, é meu vício.

Também sou profundamente grata à médica, amiga, mestra, sábia e professora Maria José, uma mulher iluminada que me ensinou que equilíbrio é movimento e que o nosso corpo “fala”. Durante dez anos, ela coordenou um trabalho postural em grupo me ensinando a conhecer meu corpo e minha alma, para tratá-los com mais cuidado. Foi absolutamente essencial o que aprendi sobre mim mesma com ela dentro de dois grupos maravilhosos com quem partilhei essa sabedoria que só se interrompeu porque me mudei do Rio para Boca do Mato em Cachoeiras de Macacu.

Devo ainda a três ONGs o mais importante aprendizado para minha experiência de trabalho em extensão e pesquisa porque nelas tive abertura e recebi convites de trabalho importantes e sérios: CEDI/Koinonia, FASE e IBASE.

No CEDI tive oportunidade de trabalhar com grandes intelectuais e amigos: Regina Novaes e José Roberto Novaes, Neide Esterci, Luciano Padrão, Cecília Iório, Mariana e Leonilde Sérvo de Medeiros, onde, entre outras coisas nos envolvemos com a questão da organização dos rurais na CUT e participamos de um seminário em Cajamar com lideranças rurais e urbanas.

Na FASE fui convidada e com apoio de Jorge Eduardo, Maria Emília Pacheco, Jean Pierre Leroy, Felícia de Moraes Soares, Cunca, Sandra Werneck, Mabel e Leonor de Souza Pinto escrevi meu primeiro livro (entre 1992 e 1994): O Terror e o Tigre, sobre Reformas Agrárias na América Latina. Devo a eles um novo aprendizado mas sobretudo à amiga Maria Emília o primeiro estímulo para escolher os cultivos ilícitos como tema de tese.

No IBASE, ainda no casario onde a entidade foi fundada, participei da Campanha Nacional em Defesa da Reforma Agrária coordenada por Betinho junto com outros intelectuais e políticos o que aconteceu ao longo dos anos oitenta e atravessou o movimento pelas diretas. A participação nesse fórum de discussões (Moacir Palmeira, Renato Maluf, Leonilde Sérvo, Maria Emília Pacheco, Jorge Eduardo, José Roberto Novaes, Regina Novaes, Agostinho Guerreiro, Regina Bruno, Sônia e outros tantos) me amadureceu bastante e me modificou em termos políticos e teóricos acerca das questões que envolvem os movimentos sociais rurais. Mais tarde, outra parceria aconteceria, desta vez na formação de um Grupo de Trabalho brasileiro que se organizou através de discussões e seminários para intervir no Fórum Social Mundial de Cartagena acerca da criminalização de populações do terceiro mundo em relação ao cultivo e a comercialização de drogas consideradas ilícitas.

Quando o CEDI acabou e foi criado em seu lugar Koinonia, voltei a conviver desta vez com o projeto de apoio ao Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco que perdurou e se manteve desde o CEDI. Sem o suporte, a confiança e a parceria de Atílio Iulianelli, Rafael Soares de Oliveira e Maria Priscila Lisa das Chagas, pela ONG, e sem a ajuda das lideranças Eraldo, Cassinha, Ademar, Neuma, Jorge e os advogados Vera e Celso que presenciaram os tempos da Grande Luta contra a Barragem, eu não teria entendido o sertanejo lutador e só veria “clientelas”, milicianos e sofredores.

Considerando que usei minha Bolsa institucional de professor de universidade pública (PICD) para o doutorado na época em que freqüentei o programa em Campinas e não concluí a tese e me coloquei pessoalmente na situação de ter recebido dinheiro público que usei e não cumpri o que era previsto, e portanto me considerei impedida eticamente de solicitar “afastamentos”(exceto os do meu direito trabalhista) ou bolsas para realização da pesquisa quando me vi pronta para isso, então meus apoios são um tanto inusitados e a eles devo me referir para agradecer com o maior empenho porque foram absolutamente essenciais.

Devo à UFF e a organizações não governamentais a boa vontade de diretores e chefes, apoio financeiro e tático para contatos, em vários momentos, porque apostaram nas minhas idéias. FASE me deu o primeiro acesso aos cocaleros me enviando a um seminário em Vitória (ES), onde encontrei lideranças e obtive documentos centrais para o início dessa caminhada de conhecimento. Koinonia, somou os recursos que recebi da Pró-Reitoria de Pesquisas da UFF. Em mais de uma vez, através do Centro de Estudos Gerais coordenado pelo Professor Humberto Fernandes Machado que sempre me apoiou, ao lado dos Professores Palharini e Maria Lúcia Pontual, na Direção do ICHF e dos Professores Carlos Eduardo Fialho e Sidnei Peres, na chefia do Departamento de Sociologia em diferentes gestões que sempre procuraram facilitar minha carga horária nas disciplinas em cada semestre. Assim obtive a possibilidade real e suficiente para juntar com as minhas economias e realizar minhas viagens de campo. No caso da UFF também tive apoio para poder discutir meus textos iniciais em diferentes fóruns (seminários, encontros, congressos). A ida à Colômbia em duas oportunidades foi financiada pela Fundação Ford através do IBASE, uma e a outra por financiamento obtido por Koinonia. Também sou grata à Koinonia pelas transcrições das fitas da primeira ida a campo e meu deslocamento interno na região do Submédio, sobretudo na primeira vez, correu por conta de apoios conseguidos por Atílio num empenho pessoal extraordinário e incansável o que para mim representou uma dívida que nunca poderei saldar. E na segunda e maior viagem, fui acompanhada de uma assistente de pesquisa a quem devo muito o sucesso da investigação empírica – Erika Moreira.

As transcrições de algumas entrevistas e o “clipping” feito em jornais de grande circulação e em jornais de Pernambuco, reprodução de documentos, aquisição de material permanente para viabilizar o trabalho, foram realizados com apoio financeiro conseguido como pesquisadora membro do Programa Núcleos de Excelência, dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação e Desporto (PRONEX). As demais transcrições foram feitas de modo extremamente competente por Gisele Pereira, uma incansável trabalhadora e amiga que tem uma loja para impressão, digitação e fotocópia em computador.

Nos últimos meses, para fechar a escrita da tese acumulando com a atividade docente, tive um apoio inusitado e especial de uma “força-tarefa” de amigos especialistas nos temas do mundo rural que me permitiram ficar “escondida” e concentrada enquanto eles davam aulas-palestras brilhantes e endossadas por suas pesquisas acadêmicas nos meus dois cursos

(“Estágio em Sociologia Rural na FETAG” e “Sociologia Rural”) por dez sessões seguidas: Maria Lúcia Pontual, Sidnei Peres, Marcos Otávio Bezerra, Marcelo Rosa, Janaína Tude Sevá, Fernando Henrique Barcelos, Carolina Bitencourt e Maíra Martins. Quando retomei, no último módulo, os alunos estavam extasiados.

Ainda quanto à Coordenação do Observatório Fundiário Fluminense que me cabe, em meio a obtenção de um financiamento pelo NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário que exigia minha dedicação maior, só consegui dar conta contando com o apoio logístico e acadêmico solidário e super competente de Flávio Alves Serafini, Janaína Tude Sevá, Fernando Henrique Barcelos, Leonardo Soares dos Santos, Rodolfo Lobato e dos bolsistas Priscilla e Glauber.

Ainda devo agradecer a quem me ajuda com os dilemas da relação com o computador: formatação (se bem que minha orientadora sempre foi incansável em me dar esse suporte e em me cobrar mais intimidade com a máquina), organização de bibliografia, impressão, encaminhamento para fotocópia e encadernação dos exemplares, à minha aluna, orientanda e filha Juliana Gomes Moreira.

Devo a meu pai Carlos a escolha de ser intelectual, à minha mãe Lourdes, o sentido da solidariedade, à minha sogra Adélia, a objetividade e o senso de justiça, à todos os meus afilhados de verdade e de consideração a geração de meu senso de afeto maternal - tenho muitos mas posso falar de alguns: Thiago, Julinha, Anne Karine, Manú, Pedrinho, Roxane, Carla, Filipe, William-Bill, Leandro-Lelê, Ludmilla, Aninha, Bel, Fi, Bru, Luiza, Ivan, Pedro, Marcelo, Clarisse, Bel da Regina, Tuca, Maria da Gil, Bel e Maria e Juliana do Manhães, Pedro e Marcos da Bárbara, e Luiza da Lú. E os muitos mais também estão aqui.

Finalmente, devo ao meu homem, companheiro, irmão, pai, marido, amante e parceiro – minha alma gêmea, tudo, muito além dessa tese. Ele, e apenas ele me ensinou a dizer Obrigado à vida e à cada coisa pequenina ou grande e a entender que a nossa existência em família é uma dádiva.

Boca do Mato, fevereiro de 2008

PS: Esqueci, mas do ponto de vista musical, me defino como “roqueira”, odeio pagode, embora goste de “samba de raiz” e tenha me formado na TROPICÁLIA de modo visceral. Minhas músicas estrangeiras principais possuem tanto o sentido da transgressão como o da condição “cabeça”, quer dizer “intelectual”. Por isso o meu *Rock and Roll* mais especial é o progressivo, tipo Pink Floyd, meu jazz é o do Keith Richards, e minha MPB se define pelos compositores Caetano, Gil, Chico Buarque, Pixinguinha, Cartola, Cazuza, Renato Russo, Adoniran Barbosa, Dolores Duran, Milton Nascimento, Tom Zé e Raul Seixas. Quanto à literatura, posso dizer que Guimarães Rosa e Machado de Assis me fizeram gostar de ler com a cabeça, os sentidos e o estômago, como uma espécie de necessidade orgânica, e isso junto com a poesia de Drumond, Cora Coralina, Kaváfis, Fernando Pessoa, Cecília Meireles e Ana Cristina César, minha contemporânea amiguinha.

DEDICATÓRIA

À TURMA IV do Horto, lugar de origem do CPDA, ambiente que me formou como acadêmica marxista e apaixonada pelo mundo rural

À luta do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais o Submédio São Francisco, em especial á liderança de Fulgêncio

Aos orientadores e mediadores nessa luta - Alcides e Josefina, pela valorização do ofício da assessoria a movimentos sociais organizados

A KOINONIA entidade que preserva o trabalho de apoio ao sindicalismo do Pólo há mais de quinze anos

A meu pai, Carlos dos Santos Ribeiro o maior intelectual que conheci

Às minhas meninas – Lourdes e Adélia, pelo tanto de amor e generosidade que me dão, ao ponto de além de mães me permitirem viver o exercício da maternidade, sendo minha filhas

Ao Roberto, alma gêmea, amor integral e intenso, partilha de vida, parte de meus sentidos sobre o mundo

RESUMO

Esta TESE tenta analisar de modo crítico o sindicalismo do Pólo Sindical do Submédio São Francisco inserido numa região identificada pela Mídia como o “Polígono da Maconha”. Pretende compreender, a partir de pesquisa de campo, a entrada do tema do plantio de maconha (criminalizado) na agenda do Pólo Sindical do Submédio São Francisco.

O estudo pretende entender esse fenômeno através de uma retrospectiva histórica e de uma análise sobre a região entendida como uma produção sócio política de territorialidades. Também desenvolve uma tentativa de explicação do cruzamento entre agricultura ilícita e a dinâmica da luta sindical, pela recuperação da “versão” que a entidade produz e legitima como sua biografia para entender como é elaborada e por quem, a justificativa desse cruzamento. Neste processo de desconstrução sociológica do Polígono da Maconha, se destaca como, quando e através de que mediações o tema do cultivo ilícito entra na agenda da entidade.

Palavras Chave:

Sindicalismo Rural, Maconha, Território, Polígono da Maconha, Movimento Social Rural

ABSTRACT

This paper tries to analyze, in a critical way, the syndicalism in the *Polo Sindical do Submédio São Francisco*, inserted in a region identified by the Press as the Hemp Polygon. It intends to understand, from the field work, the insertion of the subject of the hemp plantation (criminalized) in the agenda of the *Polo Sindical do Submédio São Francisco*.

The study intends to understand this phenomenon through a historical retrospection and an analysis about the region understood as a social-political production of territorialities. Also, it develops an attempt of explanation of the crossing between illegal agriculture and the dynamic of syndical struggle for the recovery of the “version” which the entity produces and legitimates as its biography in order to understand how and by whom the justification of that crossing is built. In this process of sociological undoing of the Hemp Polygon, it is shown how, when and through which means the subject of the illegal cultivation enters the agenda of the entity.

Keywords: Rural Syndicalism, Hemp, Territory, Hemp Polygon, Rural Social Activity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1 A REGIÃO: O PRESENTE SE EXPLICA COMO SÍNTESE SELETIVA DO PASSADO.....	21
1.1 Formação da Região: o Sertão é Parte do ‘Polígono das Secas’	21
1.2 O cultivo de maconha no vale do São Francisco e as ‘classes perigosas’	22
1.3 A violência é histórica e multiforme.....	25
1.4 Raízes da agricultura e da estrutura fundiária na formação da violência.....	31
1.5 A cultura da violência.....	35
1.6 O isolamento econômico do Submédio São Francisco.....	41
1.7 As transformações recentes na região.....	43
2 A EXPERIÊNCIA SOCIAL E A VERSÃO AUTO-BIOGRÁFICA DA IDENTIDADE DO PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO.....	49
2.1 Pressupostos Iniciais.....	51
2.2 A versão do PSSSF sobre sua história.....	54
2.3 A nova violência e o assassinato de uma liderança.....	78
3 UM TERRITÓRIO E TRÊS AGRICULTURAS EM DISPUTA.....	87
3.1 Pressupostos necessários.....	88
3.2. O Grande território da agricultura empresarial de exportação de frutas frescas.....	94
3.3 O ‘entre lugar’ da agricultura comercial de maconha no território.....	99
3.4. O contra território: a agricultura dos reassentados como experiência de luta.....	118
4 O IMPACTO DO CULTIVO COMERCIAL DE MACONHA SOBRE A AGÊNCIA SINDICAL.....	125
4.1 A elaboração da visão dos dirigentes do PSSSF sobre o cultivo ilícito revelando uma cultura sindical	127
4.2 A cultura sindical e a ‘ociosidade’ pela sombra de Lampião, como matriz da explicação sobre a presença da agricultura ilícita no território do sindicalismo.....	131
4.3 O processo de elaboração da percepção sindical sobre a presença da agricultura comercial de maconha a partir dos reassentados.....	134
4.4 A entrada da luta no canal partidário.....	143
4.5 A interpretação e o trabalho educacional da Igreja, velha parceira do sindicalismo rural do submédio São Francisco.....	147
5 A ENTRADA DA AGRICULTURA DE MACONHA NA AGENDA DO PSSSF.....	153
5.1. A elaboração do problema pela mídia	154
5.2 Mudanças e continuidades nas estruturas de poder.....	163
5.3 De volta à atuação do PSSSF em relação à maconha.....	168

6 A CONSTRUÇÃO DO TEMA DA MACONHA PELO PSSSF POR FORA, VIA ASSESSORIA, E SUA ELABORAÇÃO COMO “POLÍTICA PARA JUVENTUDE”	185
6.1 A relação entre CEDI, depois Koinonia, e o PSSSF.....	186
6.2 Koinonia e a estratégia da política sindical geracional.....	192
6.3 A opção pelo empoderamento jovem.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	224
ANEXO I	239

INTRODUÇÃO

O TEMA ESTÁ NA MARGEM DIREITA DO RIO SÃO FRANCISCO

A região de maior incidência de plantações de maconha é o sertão, particularmente a área da margem direita do rio São Francisco, onde a combinação de um solo arenoso, clima quente e seco e água em abundância, proporcionada por um dos maiores mananciais hídricos do Brasil, apresentam as condições ideais para o plantio da droga (Diário de Pernambuco, de 29/9/91).

A economia da maconha aporta uma modalidade de violência mais difusa que se acomoda sobre uma outra violência anterior. Desenvolve-se no Submédio São Francisco (Ver Mapa no Anexo 1) sob condições agrícolas favoráveis num contexto-território estigmatizado politicamente como área de domínio da marginalidade, identificado como “Polígono da Maconha”¹ e vem sendo assumida, cada vez em maior escala, gradual e principalmente pela população camponesa ribeirinha do sertão nordestino às margens do rio e ilhas intermitentes. À medida em que a repressão se consolida de modo mais organizado, expande-se inclusive às áreas dos projetos de irrigação patrocinados pelo governo federal.

Na região encontram-se, além dos casos tradicionais de grilagem,² uma estrutura fundiária “frouxa” em que muitas propriedades não estão regularizadas pelo INCRA, o que indica a existência de áreas que, por serem do Estado, não estão ocupadas produtivamente e que estão sendo assumidas pela população local como “terras sem dono” ou “terras de ninguém”, parte delas, expropriadas pelo Estado em decorrência do “Escândalo da Mandioca”³. Sobressaem-se, entre todas as situações, os casos em que são verificados plantios de maconha nos projetos de reassentamento de terra, a partir dos processos de desapropriação para fins de alocação dos produtores rurais atingidos pela Barragem de Itaparica (Ver Mapa no Anexo 2). Tais projetos demoraram tanto a serem concluídos que alguns assentados optaram pelo plantio da *cannabis*⁴. Segundo destaques na imprensa pernambucana, foi o que ocorreu no Projeto Brígida ou no antigo Caraívas, atual Fulgêncio⁵.

¹ De acordo com a concepção do governo que criou as agências para diminuir a presença do cultivo de maconha, fazem parte da ampliada área estratégica desse polígono, os municípios de Curaçá na Bahia, e, em Pernambuco, Belém de São Francisco, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Orocó, Cabrobó, Floresta, Salgueiro e Serra Talhada, mediante documento do INCRA. Esses municípios concentram maior número de assentamentos e maior presença do cultivo ilícito (MDA/INCRA/FAO/CINDESF, 2002).

² Sobre a grilagem de terras públicas, destaca-se o caso de Ibimirim, onde uma suposta associação de empresários ameaçava cerca de 200 colonos que, segundo a denúncia da imprensa local, chegou a enviar um comunicado aos funcionários do DNOCS avisando que iria ocupar o escritório do órgão estatal na área, como legítima dona das terras (O Diário de Pernambuco, 21/8/91).

³ O evento conhecido como “Escândalo da Mandioca” refere-se ao caso ocorrido em Floresta, na agência do Banco do Brasil, entre 1979 e 1981, envolvendo um grupo de funcionários públicos que, por meio de de um esquema acionado em conjunto com fazendeiros e políticos regionais, desviou grande quantia de recursos que originariamente deveriam ser repassados e fiscalizados ao financiamento específico, de projetos de plantio de mandioca, que nunca aconteceram. Descoberto o esquema, as terras dos responsáveis, espalhadas por vários municípios, foram expropriadas, e passaram para a guarda da União, sem um destino específico. Isso acarretou uma regularização fundiária incompleta, como definido pelo superintendente do INCRA do Submédio São Francisco. O “Escândalo da Mandioca” foi estudado por Gómez (1993). Para esse autor, o caso “não se restringiu à dimensão de apropriação de recursos públicos, mas implicou também em disputas políticas que envolveram questões de honra e reputação” (GÓMEZ, 1993:1).

⁴ *Cannabis Sativa* é o nome científico para a planta denominada vulgarmente de maconha.

⁵ Ver Diário de Pernambuco de 14/3/91, 30/4/91, 19/5/91, 16/6/91 e Jornal do Brasil de 4/1/2004.

Dadas essas condições, não se sabe exatamente até onde é possível considerar os cultivos da maconha, aliados à cadeia do tráfico de drogas, forma de agronegócio ilícito, como uma dimensão emergente da questão agrária no Brasil. Este fato já se encontra caracterizado em outros países da América Latina, tais como Peru, Bolívia e Colômbia. Isso por redefinir e recriar uma nova noção de agricultura, a ilícita e por aquecer o mercado de terras, reeditando conflitos com a polícia, além de revigorar economicamente o mercado de trabalho rural. Esta situação deixa a pequena produção à margem do sistema produtivo da agricultura oficial: o cultivo de outras agriculturas preexistentes, cebolas e frutas. Este já se estabelecia em escala comercial, mas sofreu golpes sucessivos pelas políticas econômicas nacionais.

Por outro lado, partindo da hipótese de que ocorram vinculações do crime organizado e da prática social ilícita com as relações de mandonismo local, corrupção e autoritarismo, constituídos e mantidos historicamente pelas elites rurais, trata-se de problematizar sociologicamente essa prática criminalizada como uma das suas expressões em curso. Poderia representar mais uma dimensão das relações de dominação de classe no meio rural.

Deste modo, supõe-se uma nova construção de parâmetros peculiares, na produção de uma sociabilidade rural, pelo fato dessa nova expressão de violência ter se fundido com as formas tradicionais e tornar-se fator de coesão no sertão por integrar a experiência social dos segmentos subalternizados. Isso explicaria a manutenção das condições de impunidade em relação aos “donos do negócio” e destacaria a persistente representação em “ausência” do Estado pelos atores sociais, concretizada pela inexistência de um árbitro objetivo na produção de leis e regras impessoais no cotidiano. O que é, pois, identificado, no senso comum, como um território “sem Estado”, um lugar “vazio de Estado” para justificar, na voz corrente, a expansão do negócio da maconha.

Esses fatos afetaram de modo cada vez mais radical a atuação do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, órgão criado a partir das lutas dos atingidos pela Barragem de Itaparica, sendo que esta construção provocou o deslocamento de cerca de 40 mil famílias. Os trabalhadores da base do Pólo se envolverem com o negócio ilícito, na medida em que se sucederam momentos de refluxo do sindicalismo, perda de espaço nas negociações e uma disputa desigual com o governo que, a partir de 2000, propôs indenizações em lugar da conclusão dos projetos trazidos pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

Durante o governo de FHC, a União adotou uma postura rígida no sentido de não concluir os projetos de reassentamento, base do acordo de 1986, firmado após intensa mobilização dos atingidos pela Barragem. O que fez foi substituir as ações coletivas dos “atingidos” por indenizações individuais, sem nenhum tipo de negociação com organizações de representação. Do ponto de vista do Estado, tais indenizações representavam uma redução de custos para o interesse público nacional, tendo em vista a demora excessiva e as pendências dos projetos que onerariam excessivamente a União. Considera ainda o fim das verbas específicas previstas para o custo relativo aos programas sociais da Barragem. Mas, do ponto de vista da população atingida, já se computava uma dívida histórica a ser cobrada pelo Pólo Sindical por se tratar da mesma luta contra os efeitos negativos da Barragem sobre eles. E, um Pólo enfraquecido financeiramente, como de resto toda a estrutura sindical do país, precisava se organizar nessa adversidade.

Como situar ou problematizar o crescimento do cultivo de maconha, como parte dos interesses políticos, dentro da alçada do Pólo Sindical do Submédio São Francisco? De certo modo, a postura moral dos sindicalistas guiava a atuação do Pólo nesse âmbito ao apelar para o aumento da repressão na área, reafirmando o preconceito como percepção e atitude e tornando, deste modo, “invisíveis” os trabalhadores envolvidos no cultivo de maconha bem como o cultivo em si como parte de seus problemas.

Nesta tese, pretende-se estudar especificamente o processo de encaminhamento do problema do cultivo de maconha no Submédio São Francisco pela entidade de classe e analisar qual o impacto dessa nova agricultura ilícita sobre o sindicalismo de trabalhadores rurais do Submédio São Francisco.

O Problema, O Recorte do Objeto e a Relevância

Segundo Bhabha (1998), as fronteiras do processo histórico do “presente” estão cada vez mais relativizadas. E, nem sempre o lugar das representações na cultura pode ser recortado de modo mecânico, ou classificado de uma única maneira, e dentro de uma situação claramente delimitada. Penso que este é o caso de meu objeto. O que pode ser representado na sua topografia, quando fala sobre a emergência de interstícios na realidade atual. E, aponta a possibilidade efetiva da existência de “entre-lugares” plenos de significado.

É o tropo dos nossos tempos colocar a questão da cultura na esfera do além. Na virada do século preocupa-nos menos a aniquilação - a morte do autor - ou a epifania - o nascimento do “sujeito”. Nossa existência hoje é marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do “presente”, para as quais parece não haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo “pós”: pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-feminismo... [...] O “além” não é um novo horizonte, nem um abandono do passado... Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos no meio do século, mas, nesse *fin de siècle*, encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção no “além”: um movimento exploratório incessante, que o termo francês *au-delà* capta tão bem - aqui e lá, de todos os lados, *fort/da*, para lá e para cá, para frente e para trás. [...] O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência de posições do sujeito - de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual - que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade. [...] É na emergência dos interstícios - a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença - que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [*nationness*], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modos se formam sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? De que modos chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [*empowerment*] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagonico, conflituoso e até incomensurável? (BHABHA, 1998, p. 19, grifos de AMMR)

Esta pesquisa centrará seu foco num “entre lugar”: a construção de uma agenda sindical estruturada a partir de imperativos práticos contraditórios, expostos aos dirigentes e

lideranças do Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco (PSSSF), em função da presença de fatos por meio dos quais a agricultura comercial de maconha passa a interferir na reprodução do projeto político, na identidade e na condição de representação do Pólo. Trata-se, portanto, de um estudo sobre a representação política, ou seja, sobre a cultura da resistência coletiva.

Utilizo Bhabha aqui para descrever a posição do problema, definida arbitrariamente pelo recorte do objeto. Ele se tornou interessante para um desenho que permita a visualização do tema e do objeto. Esse autor, refletindo sobre a crítica pós-colonial contemporânea, cria uma categoria fértil dentro do terreno de sua análise que, ao ser transportada para cá, pode ajudar a delimitar fronteiras entre fatos empíricos. A categoria “*entre lugar*” facilita a identificação da produção de um lugar no fazer simbólico e se encontra nos interstícios entre o ato da representação e o objeto político que se representa. Isto cria um espaço interrogativo novo sobre a cultura.

Esse autor, na verdade, não aparecerá na pesquisa por meio de seus conceitos e análises como ferramentas de explicação. Mas como uma espécie de contorno de um desenho abstrato que permite revelar a configuração de situações reais que, de modo geral, encontram-se separadas na experiência. Como descrever ou mostrar verbalmente a articulação entre cultivo de maconha e ação sindical sem conseguir para isso um “entre lugar” novo?

Esse “entre-lugar” envolve tanto a dimensão sincrônica do acontecer social quanto a diacrônica, redefinindo o sentido da experiência na sua diversidade, sem essencializar cada parte e cada setor, mas vendo sua interseção quando acontece: de onde veio, para onde vai, onde está e como está. Esse “entre-lugar” pode servir como uma ferramenta que destaca a cultura na sua forma híbrida, mas de modo dinâmico, demonstrando que as idéias e especificidades culturais ditadas pela tradição, por exemplo, continuam fortes e presentes na experiência social mesmo que modificadas, re-significadas e, aparentemente, superadas.

Ao mesmo tempo, pode-se perceber como e em que medida as atualizações podem representar um certo tipo de ameaça em relação a uma possibilidade real de ruptura com a tradição. E é nesse jogo, tenso e cheio de contradições que se podem situar os acontecimentos no sertão do São Francisco, quando tomados a partir do fenômeno do cultivo de maconha que, em princípio, parece conectar, historicamente, aquela região tão isolada à rotina contemporânea do tráfico de drogas.

A partir daí podem ser criadas perguntas pertinentes ao próprio sentido dessa “modernidade” e dessa “ruptura” com as tradições e com o passado: quando o “mesmo” modificou-se radicalmente, apesar de sua aparência invertida. E quando o “novo” não passa daquilo que sempre representou, isto é, autoridade e determinação no âmbito das relações de dominação, apesar de sua nova linguagem.

Foi deste modo que consegui uma delimitação do problema: um estudo sobre o sindicalismo e, ao mesmo tempo, sobre o cultivo ilícito no Submédio São Francisco. O que me remeteu a um desafio: construir um exercício diferente de leitura dos dados e da literatura, buscando misturar, em lugar de somar, as distintas trajetórias da tradição das pesquisas sobre cada um desses temas. Nessa minha opção por estabelecer a junção dessas experiências que acontecem simultânea mas separadamente e que, entretanto, sincretizam uma outra cultura política: o desenvolvimento da história do Pólo Sindical e suas lutas ao lado, não obstante, da expansão dos negócios da maconha, assumi, pois, a responsabilidade de propor uma hierarquia diferente, priorizando um recorte do objeto, revelador de uma outra leitura-síntese possível gerada arbitrariamente. Considero, pois, as análises tradicionais sobre sindicalismo rural e sua alteridade.

O “novo” nesse caso não é o que está ali na experiência - lugar onde sempre estive - mas na tradução dessa cultura, daquilo que se vê. O que importa é COMO se vê. E esse novo “olhar” poderá “ver” surgir o espaço cultural híbrido e a emergência da inscrição de novos

signos e de lugares da atividade política? Como construir esse olhar? Como reconhecer a memória dessa cultura híbrida que se forja no presente?

O trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, reconfigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia de viver (BHABHA, 1998, p. 27).

Isto posto, posso explicar os passos da interpretação e passar à análise dos dados levantados pela pesquisa.

Embora a agricultura ou agronegócio da maconha já estivesse mapeada há mais de uma década pelas autoridades policiais, tendo pois uma ampla cobertura da mídia, indicando, inclusive, a presença dessas plantações em projetos de irrigação sob a influência do Pólo, foi somente a partir de 1997 que o cultivo ilícito passou a ganhar visibilidade na agenda sindical e a entrar na pauta de encaminhamentos da entidade.

Esse processo se desenvolve dentro de um campo singular de lutas simbólicas. Onde é preciso considerar que o tema das drogas não compõe o elenco tradicional de temas assumidos pelas organizações populares. Não representa um capital incorporado, na medida em que não está no elenco dos costumes da propriedade cultural juridicamente assegurada, e/ou reconhecida inerentemente como “questão de classe” ou “questão popular”⁶ por esse tipo de entidade.

Deste modo, seguindo o raciocínio de Bourdieu (1989), seria preciso aproximar para esse tipo de agência sindical novos argumentos para o caso da luta que envolve o tema das drogas. E, especificamente do cultivo ilícito, porque, a princípio, o que se revela é a inexistência acumulada em debates no passado e no presente de um poder assegurado em relação ao produto de falas sobre esse tema, seja sobre os mecanismos que garantam a produção de uma categoria particular de bens, ações e encaminhamentos, relativos a como lidar com questões ilícitas desse porte, seja sobre um conjunto de rendimentos e lucros, conquistas e derrotas para essas organizações e seus representantes. Tradicionalmente,

[...] as tomadas de posição políticas num dado tempo [...] são também produto de um encontro entre uma oferta política de opiniões políticas objetivadas (programas, plataformas de partidos, declarações, etc) que está ligada a toda história anterior do campo de produção e uma procura política ligada, ela própria à história das relações entre a oferta e a procura. (BOURDIEU, 1989, p.163)

Mas o fato é que praticamente não se encontra uma problematização temática sobre esse conteúdo inusitado, impondo-se aos profissionais da representação corporativa, como material efetivo de trabalho, elaborarem criativamente tomadas de posição sem contar com nenhum patrimônio acumulado nessa rubrica. A luta em defesa dos envolvidos no cultivo ilícito, ou, então, a reserva de opiniões políticas objetivadas já prontas e à disposição obrigam eventualmente a serem os primeiros atores, no sindicalismo rural, a produzirem uma proposta de atuação sobre o tema.

Considerando que a criminalidade não é um dado natural, mas é socialmente construída, no âmbito dos movimentos sociais e nas diferentes formas de expressão e organização dos subalternizados, a ausência dessa herança caracteriza o quanto o fenômeno se mantém neutralizado como “assunto de polícia”. E, como já foi dito, por não ocorrer qualquer tratamento argumentativo crítico, menos ainda qualquer proposta de encaminhamento sindical

⁶ Considerando-se que nem todas as organizações populares trabalham sob a ótica de classe.

ao assunto, acabam apenas por invocar uma dimensão assistencial ou psicológica, enquadrando o problema das drogas numa demanda por melhores condições de saúde.

Os trabalhadores rurais envolvidos no cultivo ilícito raramente são os “donos do negócio”, mas sim os empregados. Nessa condição, representam a maioria dos aprisionados pela polícia nos flagrantes. Isso por estarem, nestas ocasiões, trabalhando nas lavouras proibidas pela legislação. Numa região em que não existe defensoria pública, são detidos por um crime considerado inafiançável e enquadrados como “traficantes” de acordo com a letra da lei⁷.

O processo de “reconhecimento” do problema por parte das agências de mediação/representação, entre elas o Pólo, enquanto algo que afeta as condições de vida dos trabalhadores rurais é multidimensionado. E é nessa ‘*démarche*’ que se pode verificar uma tessitura do problema no âmbito da cultura política. Como, então, essas entidades de algum modo ou por algum motivo são levadas a fazer demandas e mediações relativas a esse tipo de problema? E como respondem a (certa) pressão externa por não estarem muito preparados e dominarem devidamente esse campo que não priorizam?

Finalmente é preciso indagar aos dados: como e com que recursos os profissionais da representação se organizam para produzirem uma tradução adequada da questão, já que precisam elaborar intelectualmente sobre o tema das drogas e costumam se apropriar dos paradigmas preconcebidos do senso comum, dotados de forte dose de juízo negativo em função da ilegalidade, reproduzindo-os acriticamente. E, principalmente por tratar o fenômeno da presença do cultivo de maconha por trabalhadores rurais como “coisa de fora”, este assunto não diz respeito à sua pauta de luta. E, mesmo produzindo formas de opressão sobre sua base, não assume nenhuma qualidade de pertencimento às lutas da classe.

Fica claro aqui a relevância de se compreender os meios de produção dos discursos políticos e a autonomia relativa do campo ideológico. Isso é o que explica o corpo de saberes e a autoridade de saber fazer entre os profissionais dessa linha de atuação. Isso quando se têm na frente temas interditos a serem incluídos numa agenda.

É de Bourdieu a afirmação de que:

[...] para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos no mercado em dado momento e cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente por oposição ao que é relegado para o indizível e o impensável, seria preciso analisar todo o processo de produção dos profissionais da produção ideológica. (BOURDIEU, 1989, pp.170)

Esse processo é parte da estrutura do campo político no qual se movem as entidades de classe. Onde a singularidade da pauta sobre a produção agrícola ilícita se expressa em meio a uma escassa oferta de produtos políticos para conduzi-la? Supõe-se que isso se daria em função da difícil construção de relações objetivas com ocupantes de outras posições pelas parcas tomadas de posição por eles propostas concorrentes e na insegurança ou desqualificação para assumirem-na como uma luta pelo monopólio da expressão legítima da verdade do mundo social.

As pressões externas precisariam de um tempo. E de acontecimentos catalisadores para serem traduzidas como campo de interesse ou capital simbólico dessas entidades? Isso num ritmo mais lento do que os fatos que atingem negativamente seus representados? Essas perguntas abrem um espaço interrogativo intersticial entre o ato da representação, a presença do fenômeno em si e a tomada de posição.

Torna-se importante observar o quanto as organizações do movimento popular incorporam as explicações do senso comum sobre drogas. As entidades que evitam a discussão enquanto encaminhamentos, como construção política, passam a desenvolver uma

⁷ Lei 8.257/91

aceitação acrítica dessas definições sem qualquer reelaboração diferenciada por interesses pautados pelo “popular”. Isso é o que se torna complicado, sobretudo ao considerar que quanto mais baixa a escala social, mais alto é o risco de ser identificado como criminoso. Assim sendo, a opinião pública produz para esse caso um padrão aleatório de referência sobre o tipo pobre, jovem e negro. Na verdade, as entidades sindicais pouco mais fazem do que reiterar esse estereótipo do criminoso. O que é também legitimado pela mídia (BARATTA, 1994).

Há uma tendência, no sentido de se adotar a defesa da legalidade que, muitas vezes, procura transgredir ou pressionar. É o caso da célebre bandeira “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!” das Ligas Camponesas, ou as ocupações das fábricas pelo sindicalismo urbano, ou ainda as formas de enfrentamento adotadas por organizações do tipo do Green Peace. Nesse contexto, quando o assunto refere-se às drogas criminalizadas, a lei passa a ser preservada de modo não questionado e se produz uma identificação do fenômeno como uma questão de ingerência exclusiva do Estado, sendo que não há nada de particular para se falar ou encaminhar.

O processo de defender a lei e acatar tacitamente as definições de criminalização têm o risco de dissolver o sujeito coletivo politizado, produto de dura e lenta preparação pela agência da representação sindical. O que pode transformar trabalhadores rurais envolvidos nos cultivos de maconha em indivíduos criminosos, fragmentados numa existência descontínua e atomizada com o aval da entidade de representação. Isso pode ocorrer: primeiro em função do silêncio, depois motivado pela ausência de reconhecimento⁸. Um problema que passa a pertencer à alçada da polícia e não do sindicato, menos ainda de um sindicato de trabalhadores rurais com uma história fortemente marcada pela luta dos atingidos pela Barragem.

Enfatizo aqui a dificuldade da elaboração desse tema interdito na pauta do PSSSF pelos seus profissionais e a difícil legibilidade da condição de mediação e porta-voz dos direitos dessa entidade para os sujeitos de sua base, quando estes aparecem individualizados na prática do cultivo ilícito. Torna-se pertinente pensar as dificuldades da aceitação desta situação em termos de reconhecimento pela direção, conjunto de seus representados, dirigentes sindicais de primeiro grau e lideranças locais nos reassentamentos, acerca da possibilidade da incorporação desse tema na pauta da entidade. Até que ponto e como esses agentes poderão compreender a entidade, se ela incorporar também a defesa desses plantadores? Assumir esse tema indizível traz riscos e não assumi-lo também traz.

Incluir esse tema na agenda de um sindicato e ainda numa elaboração crítica afeta a própria legalidade e a legitimidade da entidade, provocando um deslocamento de campo. De outro modo, não será a “sua” tradução aquela que é filtrada pela “sua” identidade construída e pela “sua história” e, pois, absorvida pelo mesmo capital político partilhado.

O PSSSF se situaria dentro do dilema de manter a luta contra o Estado e a Lei, para defender os interesses de uma nova política de drogas, que não penalizasse diretamente o trabalhador rural envolvido no cultivo ilícito. Sem saber ao certo se essa é uma luta a favor da categoria que representa.⁹

⁸ Isso também se repete algumas vezes em relação aos desempregados quando os sindicatos agem como se esse segmento e seus problemas não fossem “questões do sindicato” mas do Estado, numa curiosa aceitação da lei sindical corporativista que determina juridicamente que os representados devem estar exercendo a atividade inerente à corporação. Coisas que as “bases” fazem ou sofrem são muitas vezes colocadas de fora da abrangência do sindicalismo por sua representação e pelo corpo de temas, opiniões políticas objetivadas, aceitos e legítimos no campo simbólico de sua reprodução política.

⁹ Vale a pena pensar a partir de E. P. Thompson sobre o sentido e a importância da lei, qualquer lei, até a pior, como a Lei Negra na Inglaterra do século XVII, é melhor do que nenhuma lei para os segmentos subalternizados (THOMPSON, 1987).

Na realidade, a absorção de um tema ilegal na pauta de uma entidade e que está fora das questões diretamente corporativas afeta sua produção e escolha de valores. E, por isso, atinge a sua legitimidade. Daí cabe perguntar se a crise de legitimidade na atual conjuntura levaria entidades de trabalhadores a se esbarrarem com questões de valores e de cultura, sendo parte de uma dimensão maior configurada numa crise de legitimidade do próprio Estado Capitalista em geral. Onde repousaria sua verdadeira crise cultural?

Claus Offe (1984, p. 208) cita Marcuse para pensar a importância do problema da legitimação diante do processo de destruição do acervo tradicional de normas legitimadoras. Isto para que garantam os padrões de obediência e de reconhecimento pelos cidadãos em relação ao Estado. O sistema e o processo de legitimação entram em crise quando as necessidades de explicação por meio de normas entram sucessivamente em colapso por falta de referência: o acervo desgastado, desrespeitado ou tornado ineficaz pelos representantes da autoridade.

As contradições se manifestam na crescente diluição da fibra e da coesão moral da sociedade, no enfraquecimento da disciplina de trabalho, da responsabilidade, e da eficiência, na negação completa daquele espírito de aceticismo intramundano, que até recentemente era a força-motriz do capitalismo (...) Em suma, na chamada sociedade de consumo vemos uma não identificação com o sistema amplamente a política, difusa, sem orientação, e mesmo assim profunda (...) Essa rebelião contra os padrões e valores de comportamento exigidos pelo sistema capitalista não só é gerada pelo sistema, mas é constantemente promovida e agravada por ele. (MARCUSE, 1971/72, p.1)

Nesse sentido, o problema do PССSF não é isolado, mas atravessado e reproduzido dentro de uma totalidade significativa. No sentido de resolver esse impasse, deve-se promover interfaces para a reflexão que pretende acompanhar os dilemas dessa entidade: as alianças que estabelece, o tipo de suporte técnico que procura e o próprio processo de elaboração intelectual em si. Torna-se mister afirmar que chegar ao fundo de todas essas questões ultrapassa o recorte do presente trabalho, porque isso demandaria um acompanhamento de pelo menos algumas décadas. O que se pretende é, ao menos, desenhá-las enquanto processo de construção semântico que gera opções para a atuação sindical, levando o Pólo a privilegiar a questão geracional, como se verá.

A história do encontro entre agricultura comercial de maconha e sindicalismo rural no Submédio São Francisco, focado nessa intercessão, evidencia também que o tema das drogas é interdito, além de ilegítimo. E, como outros temas, faz parte de um elenco que pode ser censurado e relegado numa espécie de lógica censitária que rege. Nas palavras de Bourdieu, o acesso às escolhas entre os produtos políticos oferecidos “[...] se somam aos efeitos da lógica oligopolística que rege a oferta desses produtos” (BOURDIEU, 1989, p. 166).

É, portanto, na qualidade de tema censurado que deve ser tomado, mas que pode ser “recuperado” politicamente se, e na medida em que, incorporado por aqueles que, sendo parte de um corpo profissional, detém o monopólio da autoridade moral e política para isso. A questão é saber como, por que, quando, em que circunstâncias fariam isso, uma vez que podem contaminar o político em seu *habitus*, sendo estruturado a partir de uma preparação que se desenvolve em fases e dimensões que se sucedem.

Bourdieu apresenta uma descrição primorosa desse processo de formação do *habitus* político do profissional de representação:

É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do

debater, necessária nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes à este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles” (...).” Isto significa que para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos no mercado em dado momento e cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, por oposição ao que é relegado ao indizível e ao impensável, seria preciso analisar todo o processo de produção dos profissionais da produção ideológica, desde a marcação, operada em função de uma definição frequentemente implícita da competência desejada, que os designa para estas funções e a formação geral ou específica que os prepara para as assumir, até a ação de normalização contínua que os membros mais antigos do grupo lhes impõem, com sua própria cumplicidade, em particular quando, recém eleitos, têm acesso à uma instância política para onde poderiam levar um falar franco e uma liberdade de maneiras atentatórias das regras do jogo. (BOURDIEU, 1989, pp.167/168)

Neste caso, pesa a consideração de que esse tema somente seria incorporado à pauta do PSSSF, se formulado criticamente como uma novidade estratégica, uma vez que sua reprodução ocorre por fora e compromete o sindicalismo tradicionalmente praticado e sua pauta identitária. Dentro dessa dinâmica, ocorre outro processo complexo: o campo político tende a organizar-se em dois pólos opostos de posições invariáveis (trabalhadores e seus adversários que se estimulam e se afirmam na negação - um do outro - dentro do debate), que se realizam de modo relacional e em um campo determinado. Neste caso aqui em foco, quando está envolvida uma prática ilegal, torna-se difícil definir um contraponto, uma posição ou uma empatia. Como já foi dito, a legalidade não seria o problema maior. Mas a construção do argumento é que encontra embaraço.¹⁰

A presente pesquisa pretende identificar e desenhar o processo de construção da nova pauta na agenda do PSSSF e apresentar os agentes que a formulam, buscando mostrar se os mesmos a querem ou não. Trata-se de pensar a entrada de um tema interdito como uma construção social na agenda sindical, a partir do modo como é formulada por Bourdieu quando se refere às promessas, aos prognósticos dos profissionais da política e à força da palavra do “porta-voz” que o habilita a produzir inovações como um discurso legítimo, ato de elocução sem necessidade de verificação para se tornar historicamente verdadeiro. Isto poderia ser indicado até mesmo como um “discurso irresponsável” na boca de outro. Mas, ao contrário, pode também ratificar a posição do profissional de representação, desde que ele apresente aptidão para avaliar com realismo suas chances de êxito e sua capacidade para mobilizar forças sociais de apoio no grupo para o qual ele se dirige:

É porque basta que as idéias sejam professadas por “responsáveis políticos”, para se tornarem em idéias-força capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou de desmobilizar, que os erros são faltas ou, na linguagem nativa, “traições” (BOURDIEU, 1989, pp.187).

Discutindo as idéias de crédito e crença, Bourdieu (1989) mais uma vez reforça a importância da biografia política relativa à carreira do “porta-voz”. O que poderia ajudar no

¹⁰ Segundo Bourdieu: “O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nem nas instituições ou nos agentes, nem sequer nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU, 1989, p. 179).

entendimento da elaboração do tema interdito. E na sua viabilidade de execução, referindo-se ao programa:

Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional - o programa - ele é também campeão, unido por uma relação mágica de identificação àqueles que, como se diz, “põem nele todas as esperanças” (BOURDIEU, 1989, pp. 188-189).

E, acrescenta, a vulnerabilidade desses líderes ou entidades de mediação os fazem enfrentar calúnias e também escândalos que serão tanto maiores quanto menor for seu capital relativo à delegação para seu grupo de referência, o que precisa ser permanentemente alimentado para aumentar seus créditos.

Cabe então refletir em que medida a própria história de constituição do Pólo - líder coletivo e instituído - não guarda um potencial para “traduzir” esse fenômeno. Isso por incorporar elementos de criatividade e ousadia em relação à prática e à estrutura sindical rural no seu processo de formação de modo *gauche*.

Por que *gauche*? Porque diferente, o PSSSF absorveu algumas novidades na sua constituição, improvisadas pela necessidade da luta contra a Barragem de Itaparica, tomando como referência o padrão de organização de pólos sindicais, a partir do III Congresso da CONTAG ou Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Isto cria regiões estratégicas em âmbito estadual, reunindo sindicatos de distintos municípios para se articular com uma gerência político administrativa que passa pela federação correspondente e se integra à direção política da CONTAG.

O PSSSF formou-se numa articulação regional que envolve sindicatos. Mas inclui associações e cooperativas de diferentes municípios. Além de integrar a representação de segundo grau de dois estados na mesma entidade. Numa experiência original dentro do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), coordenado, como já mencionado, no projeto conhecido como Complexo CONTAG. Essa originalidade daria a este Pólo um potencial e um cacife maiores em relação à adoção de uma problemática rebelde aos “bons costumes temáticos” da cultura sindical rural no Brasil?

Seria então essa experiência da construção do PSSSF - sua autobiografia - muito mais importante para se entender hoje sua reprodução político simbólica do que se poderia imaginar. Valeria então agregar ao foco essa direção do raciocínio: qual seria o lugar e o papel da trajetória da entidade, dos dirigentes e de sua formação que poderiam explicar os motivos, as opções. E também a imposição de uma necessidade de incorporação do problema da maconha na agenda como uma questão “nova”, mas coerente com seu capital político acumulado¹¹.

Mais uma vez Bourdieu (1989) ajuda, na reflexão sobre a representação política, ao insistir na falta de democracia e liberdade como características marcantes do mercado da política, cujos constrangimentos pesam sobretudo sobre os segmentos subalternizados. Estes se alienam entregando sua representação às entidades políticas para obter sua continuidade na classe pela necessidade de se abrigarem sob organizações permanentes,

[...] orientadas para a conquista do poder e que propõem aos seus militantes e aos seus eleitores não só uma doutrina, mas também um programa de pensamento e de ação, enquanto os segmentos dominantes podem se contentar com muito menos em termos de organicidade. (BOURDIEU, 1989, p. 167)

¹¹ Mais ou menos nos termos do que afirmou Antônio Nóbrega, dançarino, compositor e folclorista nordestino de renome, ao descrever, durante programa apresentado na TV Cultura em 2/10/2005, como os frevos de Recife que atravessaram os tempos e estão hoje incorporados à cultura popular aceita e mercantilizada sem censura, aparecendo como se fosse algo novo e diferente, mas não comprometendo “sua essência”: “O novo não brota do nada. O novo dialoga constantemente com a tradição. A tradição viva” (NOBREGA, 2005).

Neste contexto, o significado da representação ganha dupla relevância, tanto para os envolvidos no cultivo que praticam agricultura, embora ilícita na região de influência do PSSSF, como para o próprio PSSSF, enquanto profissional de representação.

Isso adquire sentido não em cada parte isolada da equação, mas no cruzamento. Quando o Pólo se propõe a construir uma interpretação, assim é que o cultivo de maconha se transforma em questão sindical e no tema dessa pesquisa. O PSSSF se vê atravessado pelo assassinato de uma liderança, sob o mando supostamente de gente ligada aos negócios da maconha, o que leva os dirigentes, primeiro a se sentirem acuados e, portanto, a solicitarem mais repressão e, depois, a compreenderem gradativamente a complexa e contraditória intervenção da agricultura comercial da maconha na reprodução do projeto político do Pólo e o fortalecimento da reforma agrária nos perímetros irrigados sob seu acompanhamento.

Deste momento em diante, os sujeitos políticos da representação começam a problematizar o cultivo de maconha e a territorialização identificada na mídia como “Polígono da Maconha” como parte de “sua” agenda, iniciando uma busca de aliados nos partidos políticos progressistas e numa parceria tradicional representada pela Igreja por meio da Pastoral Rural, além de reforçar o pedido de apoio à sua assessoria institucional oferecida por uma organização não governamental do Rio de Janeiro.¹²

Penso que o cruzamento de processos, entre a ação do Pólo e o desenvolvimento do cultivo ilícito, deve ser considerado dentro de características metodológicas específicas à produção de uma análise. Sendo que esta dê conta dos aspectos cruzados do tema.

Não pretendo aqui estudar os desdobramentos desse fenômeno cruzado: da agricultura comercial de maconha e a defesa dos agricultores reformados dentro dos projetos irrigados. Mas o cruzamento em si: quando, como, dentro de que contexto e de que trajetória histórica a nível local e regional, o tema da agricultura comercial da maconha entra na pauta do Pólo. E que mudança produz, ou não, na sua atuação e no discurso dos profissionais da sua representação. Como é possível incluir esse tema na agenda sindical, como exige a representação? Sem dele retirar uma pauta de mobilização dentro de seu conteúdo na forma de uma luta para “o conjunto dos trabalhadores” atingidos pela Barragem? Por tornar-se uma questão sindical é transmutado imediatamente em questão de classe?

Segundo Bourdieu (1989), a política é o lócus principal da eficácia simbólica, cujas ações produzem coisas sociais como “grupos”. Daí que se pode deduzir a importância do recorte analítico sobre a dinâmica que organiza a emergência social do “porta-voz”. O mesmo ao falar de um grupo e sua “causa” institui o grupo em questão, por oferecer o capital objetivado de sua própria existência na cena social, como ser coletivo portador de demandas.

A construção da pauta torna-se, deste modo, interessante para a compreensão dos desdobramentos históricos dos segmentos, sem fixação nos indivíduos. Mas no envolvimento destes com o plantio de maconha, numa região dada, dentro de um contexto maior, no qual a luta não se apresenta como a única forma de manifestação das condições de existência. O desdobramento dos projetos de irrigação conquistados na batalha sindical tornam o cruzamento desses processos uma novidade sociológica relevante em termos de análise e consideração.

A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão

¹² Segundo Bourdieu: "A homologia de posição entre os intelectuais e os operários da indústria" (...) "está na origem de uma aliança ambígua, na qual os produtores culturais, dominados entre os dominantes, oferecem aos dominados, mediante uma espécie de desvio do capital cultural acumulado, os meios de constituírem objetivamente a sua visão de mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados, organizações sindicais, partidos, tecnologias sociais de mobilização e de manifestação, etc" (p. 153/154).

objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação (BOURDIEU, 1989. p. 155, grifo de AMMR).

De um lado, pretende-se analisar os significados da representação político-sindical, questionando sua capacidade de incorporação de problemáticas colocadas pela realidade e que se estabelecem por fora dos parâmetros da tradição sindical também da agenda considerada legítima dos movimentos sociais. De outro, é preciso contextualizar a emergência do agronegócio da maconha no Submédio São Francisco e problematizar esse espaço que vai assumindo a forma de uma região articulada pela intervenção do Estado, enquanto uma mancha irrigada.

Tema e Forma de Abordagem

Pretende-se aqui operar dentro do enfoque das agências de mediação de classe e do estudo da trajetória histórica do sindicalismo rural na região, que se constitui a partir da luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica. Para tanto, será necessário construir uma abordagem sobre a imposição e o impacto do cultivo ilícito na agenda do PSSSF e ao mesmo tempo produzir uma recuperação do processo de acumulação primitiva do capital político que essa entidade, e apenas ela, detém e controla a partir de sua “leitura”. Ou seja, recuperar o modo e o conteúdo da construção da história do sindicalismo segundo a versão deles. E que para eles é considerada a legítima, porque só assim se poderá adentrar na lógica dos encaminhamentos e interpretações desses agentes.

Quanto à outra dimensão do problema, relativa à emergência do agronegócio da maconha na mesma região de atuação do PSSSF, deve-se considerar nesse tema a especificidade que assume e quais as indicações de sua emergência como uma questão que afeta o livre desempenho dos projetos do Pólo e a consolidação de sua imagem. No caso em estudo, a ausência de outras posições compartilhadas na produção do discurso sindical sobre o tema das plantas proibidas. No mesmo campo simbólico multi-relacional pode sugerir a importância de se assumir que as correlações devem ser observadas no fazer das diferentes, articuladas e sucessivas tomadas de posição, algumas vezes até contraditórias entre si e nos deslocamentos que elas desenham. Mas o acontecer social e a conjuntura histórica e regional é que vêm provavelmente determinando a tentativa de uma nova elaboração de agenda. Por meio da incorporação de uma pauta “bizarra”, segundo a tradição e o costume acumulado, gerada em outra realidade para ganhar um novo significado.

Em que medida isso irá renovar ou modificar a cultura política de resistência do Pólo? E até que ponto irá produzir o desencantamento das drogas, e das plantas proibidas de tema genérico para a questão de classe¹³? E de que modo isso irá se desenvolver? Como esse tema será subsumido pelo projeto político maior do PSSSF? A soma da reflexão sobre estas questões constitui o objeto da presente pesquisa¹⁴.

Metodologia

Idiosincrasias do Tema

Na realidade apenas se pode trabalhar transversalmente sobre a questão da maconha. O tema do cultivo de plantas psicoativas proibidas, por representar uma atividade ilícita, supõe algumas considerações metodológicas (Laserna, Shirray e Salama, 1994). É um tema tenso: não se pode ser simplesmente contra ou a favor. É complicado assumir escolhas em termos de argumentação. Dentro de sua expressão é necessário considerar o lado ilegal como não necessariamente ilegítimo e destacar a posição da América Latina nesta economia na

¹³ Classe. Aqui, no sentido de pertencer à pauta de uma entidade classista, o que provocaria uma reelaboração.

¹⁴ “De fato, toda a história do pensamento socialista que procura “renovar e melhorar” parece ser um processo diferente de articulação de prioridades, cujos objetos políticos podem ser recalitrantes e contraditórios” (BHABHA, 1998, pp. 52).

qualidade de produtora e apenas em segundo plano como consumidora,¹⁵ além do fato de absorver um segmento da população de baixa renda que já é normalmente vítima das ações político econômicas de exclusão social. Finalmente, trata-se de um tema regido por uma debilidade teórica acumulada pela compartimentalização das ciências sociais, já que nos obriga a integrar perspectivas.

Há uma escassez de evidências empíricas confiáveis. O maior financiador de pesquisas neste tema, os Estados Unidos, produz dados muito pouco isentos, considerando sua posição de destaque em termos de uma enorme e crescente demanda, e os vultosos volumes de recursos que investem na América Latina, visando à erradicação dessas plantas com base numa concepção ideológica (e justifica o uso de ações radicais no Terceiro Mundo e as ações preventivas “em casa”).

Existe uma manipulação da informação, dado o caráter ilegal dessa mercadoria. E, isso ocorre tanto por parte da mídia como dos governos, muitas vezes tentando justificar o fracasso das políticas de segurança que administram numa tentativa de explicar a violência pelas drogas, nos marcos de uma opção “individual”, além da carga de preconceito normalmente inerente às sociedades conservadoras, patriarcais e autoritárias. Esses fatos ofuscam a possibilidade de uma explicação e de uma visão articulada mais objetiva da realidade.

Verifica-se uma excessiva especulação, dado que qualquer pessoa se considera apta a falar sobre o tema, sendo que raramente ouvimos ou vemos a fala daqueles que o estudam. Por causa da criminalização, não podemos ter no domínio público as vozes dos que exercem essa atividade produtiva, a não ser na penitenciária. Quanto aos especialistas, editoras e mídia são valorizadas em função da dramaticidade sobre as histórias individuais, as estatísticas cada vez mais graves sob um olhar sanitarista. Isto termina criando uma distorção pela ênfase na perspectiva exclusiva do usuário, o que nos leva a ignorar geralmente a dimensão sociológica do problema. Tendo-se em conta a vigilância ideológica internacional, pautada pela hegemonia norte-americana, constata-se, pois, a predominância da análise técnico-policial como se fosse científica.

O trabalho de pesquisa empírica envolve risco de vida e, de certo modo, deve-se a jornalistas o levantamento mais razoável de dados, sempre dentro dos padrões da reportagem, mas não norteados por princípios e razões acadêmicos.

Há ainda que considerar a existência de uma instabilidade dinâmica no tema. Os processos que se relacionam aos fenômenos que envolvem o “narcotráfico” têm escala internacional e mudam muito rapidamente de configuração, tanto no desempenho econômico quanto na inserção social e nos locais de produção e consumo. Existe também uma barreira de segurança e repressão que dificulta a produção estatística com relação ao montante e também ao volume real de uma atividade ilegal em pleno *boom*. Por outro lado, informações sobre a redução do volume de tráfico podem servir para escamotear corrupção nas contas das campanhas de políticos e até de presidentes latino-americanos, ou ainda, mesmo que paradoxalmente, para justificar a eficiência das medidas adotadas por governos latinos que seguiram as determinações do congresso norte-americano, às quais, em geral, ferem a soberania nacional e atingem a cidadania como o caso do uso de desfolhantes químicos que

¹⁵ A América Latina aparece como uma das maiores consumidoras de drogas legais do mundo, mas em escala muito mais reduzida em termos de drogas ilegais. No Brasil, por exemplo, segundo Relatório da ONU - Jife (Junta Internacional Fiscalizadora de Entorpecentes) de 2006, o uso de anfetaminas como supressores de apetite chegou ao topo. Entre 2002 e 2004 chegando a 9,1 doses diárias por mil habitantes; EEUU 7,7 doses/1000; Argentina 6,7 doses/1000 e Coréia do Sul e Cingapura 6,4 doses/1000 ambos (Jornal O DIA, 2/3/2006). Já o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) divulgou em 2006 Relatório Anual registrando tendência decrescente no Brasil do consumo de drogas ilegais, principalmente maconha e cocaína. E ainda informa que existem no mundo cerca de 200 milhões de usuários de drogas, em torno de 5% da população entre 15 e 64 anos (Jornal EXTRA, 27/6/2006).

matam ou cegam camponeses. Além da existência de uma visão etnocêntrica pró Primeiro Mundo.

Finalmente, no trabalho de campo é preciso considerar o “silêncio”¹⁶ como uma das manifestações concretas da presença do fenômeno do tráfico de drogas. Tudo isso exige que o pesquisador opere seu levantamento de dados na perspectiva do impacto da economia ilícita sobre a vida das populações atingidas. E que use métodos de coleta qualitativos¹⁷.

Construção do Enfoque

Uma curiosidade chamou-me a atenção: pensar um enfoque que me permitisse entender a agricultura comercial da maconha do Submédio São Francisco, em termos de sua tipicidade em relação à economia política das drogas, no sentido geral em curso no país. Trata-se, entre outras coisas, da cultura sertaneja, do lugar geopolítico do sertão nordestino, e seu papel na reprodução política e econômica do Brasil que o situa em posição “marginal”, mas estratégica ao desenvolvimento do agronegócio ilícito.

Esse seria o ambiente para se compreender o fazer social do sertanejo ribeirinho como um acontecimento singular fundado nas brechas do padrão dominante da sociabilidade nacional. E, por isso, embora integrado ao conjunto da comunidade nacional, consegue reproduzir dentro e sem negar sua própria história, processos contraditórios que são aparentemente idênticos, sem que esse fazer paradoxalmente se caracterize como uma ruptura. Esse é o cenário principal que emoldura a minha questão.

Falo de uma dinâmica que comporta a produção de determinações locais com tintas mais fortes do que se pode imaginar a primeira vista e que ficam submersas e escondidas, aguardando os momentos de fusão e integração no nacional, fazendo tudo parecer que é uma coisa sendo outra. Ou que é outra coisa sendo a repetição da mesma, fatos que só quem é de lá reconhece. Penso que é a isso que os sertanejos pernambucanos talvez chamem de “ausência” e “abandono” do Estado.

Por isso esta tese esteve atenta às representações sobre Estado, qualificando sua “ausência” ou “presença” como condições da reprodução do poder político nacional e local e também avaliando suas relações de dominação.

Utilizar as noções articuladas de ambiguidade e contradição, enquanto modalidades de materialização da sociabilidade na violência e a presença do Estado nacional no espaço local, apoiada em Marilena Chauí (1987), também foi indispensável. Foi preciso ainda construir uma problematização sobre a questão da representação política para desenhar o recorte de meu objeto com aportes dos respectivos títulos e autores: O Poder Simbólico: os profissionais da política, de Bourdieu (1989), “Les Dirigeants Paysans”, de Sylvain Maresca (1978), Sociologia da Emergência, de Boaventura de Souza Santos (s/d), Thompsom (1987, 1987 a 1991), Costumes e Tradições e Seletividade do Estado e Legitimidade, de Claus Offe (1971), entre outros.

Finalmente, a partir dessa reflexão, procurei “ler” os meus dados empíricos recortados pela definição do submédio sertanejo do São Francisco como “território”, região e palco da história e privilegiando especificamente o lado pernambucano¹⁸. Dentro desse espaço, procurei identificar grandes transformações recentes como a Barragem de Itaparica que atinge

¹⁶ O silêncio não é um lugar novo mas o mesmo lugar do poder e das relações tradicionais de dominação. O braço armado desse poder que amedronta, ameaça, assassina e tortura é o mesmo que sempre esteve presente na região desde as parentelas e o cangaço, até a jagunçagem, numa demonstração de impunidade e militarização privada, mas articulada ao poder público.

¹⁷ Ver Geertz, 1978; Pollak 1990; Stéphane et Weber, 1997; Nunes (org), 1978; Cardoso (org) 1986; e, em especial, Sader e Paoli, 1986.

¹⁸ Os pesquisadores do Departamento de Geografia da UFF foram essenciais nessa hora: Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto Gonçalves, Jacob Binstock, Jorge Barbosa, Mônica Cox de Britto Pereira entre outros. Estes levaram-me a partir de seus textos à leitura de outros, e ensinaram-me a importância da noção de território.

os municípios onde se verifica o cultivo e a agricultura comercial da maconha. Estas estão incluídas na experiência da criação de terras novas, antes sem dono, devolutas ou sem cumprir sua função social. E foram reformadas e incorporadas pela CHESF dentro de um processo de luta, o que criou e cria muito lentamente e a duras penas uma forma de povoamento também nova: a dos “reassentados” e a de uma agricultura familiar sofisticada por ser irrigada.

As ações do PSSSF se desenvolvem num movimento marcado por uma contradição na qual o adversário principal é o Estado e, indiretamente, o latifúndio. Desde o início das contendas em decorrência da construção de barragens que implicaram na imposição violenta de um deslocamento forçado, as elites tradicionais em sua maioria se acomodaram aparentemente, considerando-se que os mais ricos fazendeiros atingidos pela inundação da Barragem foram os primeiros a receberem a indenização do Estado por suas terras e benfeitorias. Essa experiência pode especular em que medida não foi afetado de modo radical seu lugar nos escalões do poder local. E, portanto, qual seria o “novo” lugar desse segmento dominante de proprietários de terra naquele espaço social? A sua reprodução passaria pela intermediação de recursos públicos para as obras? Finalmente, teria acabado o poder dos potentados no sertão. E em que medida a reprodução das relações de dominação tradicionais atualizadas não poderiam configurar o que Chico de Oliveira (Oliveira, 1977) identifica como “lumpem burguesia”¹⁹.

O PSSSF, organizando trabalhadores rurais de vários municípios e de dois estados, construiu sua história de luta por direitos e pela reforma agrária numa ação contra o Estado, dada a posição direta da classe contra a outra classe. Deste modo, pode se compreender a aliança tácita e um pacto, mesmo que tênue, além de não assumido ou percebido entre as diferentes classes que organizavam-se e reproduziam-se, cada uma com e/ou contra o Estado.

Planejamento da Pesquisa e Material Coletado

A pesquisa foi montada a partir de dados secundários, fontes documentais e trabalho de campo. Este teve como foco a região do Submédio São Francisco, conhecida como “Polígono da Maconha”, onde estive duas vezes. Na primeira, levantando dados para o livro que organizei²⁰ em janeiro de 1999 (Ribeiro e Iulianelli, 2000), no verão. Nesta ocasião, consegui documentos e 22 horas de entrevistas gravadas sobre o impacto da agricultura da maconha na região e no sindicalismo. Na segunda visita a campo, no inverno, em agosto de 2003, numa investigação mais específica para a tese, acompanhou-me uma orientanda e bolsista da faculdade de Direito. Como resultado obtive 15 horas de fitas gravadas com 26 entrevistas: 2 de funcionários de cadeias municipais e posto de polícia, 5 entrevistas com autoridades públicas, policiais, plantador, fazendeiro que cumpriu pena no caso do “Escândalo da Mandioca” e filha de fazendeiro que foi indenizado por ter suas terras inundadas pela Barragem., estas não gravadas por escolha dos entrevistados. Algumas dessas

¹⁹ Este conceito é usado com maestria por Chico de Oliveira(1977) para explicar a oligarquia nordestina, em especial o senhor de engenho pernambucano:“Que é uma espécie de lumpem burguês, transformou-se na verdade num ‘rentier’, cuja geração de riqueza residia muito mais na renda da terra que no capital” pp. 70, com a presença mais forte do Estado atenuando as relações de coronelismo, sem acabar com elas inteiramente. Entretanto na dinâmica do poder local, fez-se um pacto aparentemente paradoxal a partir da criação da SUDENE, trocando sua reprodução econômica capitalista por uma representatividade política imbricada por dentro do Estado nacional, assumindo sempre cargos na burocracia estatal e na política, escolhendo assim o subdesenvolvimento do nordeste às expensas da transferência de excedente para o sudeste, e passando a égide da classe desta região e para os empresários industriais de São Paulo. “Paradoxo este que pode ser interpretado como um primeiro sintoma da “integração nacional” sob a égide da burguesia da “região” industrial de São Paulo, cujas possibilidades de hegemonia se realizariam mais facilmente, eliminando-se da estrutura do poder um possível concorrente burguês” (p. 70).

²⁰ RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atílio (org), (2000)

entrevistas foram inclusive censuradas no final, pediram-me que lesse tudo o que escrevi e que rabiscasse ou mudasse eventualmente certas formulações, o que fiz prontamente. Este foi o caso de um alto funcionário da Advocacia Geral da União por exemplo.

Obtive também cópias de mapas do INCRA a respeito das vistorias de terras com cultivo de maconha: distribuições espaciais desses cultivos, terras expropriadas com flagrante policial de cultivo de maconha, terras em processo sumário de transferência da propriedade para fins de reforma agrária e desapropriadas, terras contíguas às expropriadas que viabilizariam os projetos de assentamento criados pelo INCRA .

Na polícia civil e federal, e nas delegacias em que estive, consegui fotografias, processos de indiciamento de plantadores de maconha, mapas das operações de repressão ou da presença do cultivo de maconha na região e no país e também um dossiê completo, montado pela polícia de Floresta, sobre um “cabeça” de família envolvido em assaltos e no cultivo de maconha que havia sido capturado meses antes do trabalho de campo. Na Superintendência da PF de Pernambuco, além de entrevistas, obtive tabelas e fotos que a Superintendência costuma divulgar em suas palestras por meio de seus representantes.

Visitei e atravessei oito municípios. Nas bibliotecas consegui fotocopiar documentos, recortes de jornal sobre violência, livros com história e caracterização geográfica ou sócio-política da região. Andei de moto-táxi para conhecer e ver as cidades mais perto e nas balsas que atravessam o São Francisco. Conversei com caminhoneiros e transeuntes, além de andar pelas feiras, conversando e observando de modo informal.

Nas dioceses consegui entrevistas, fotos e documentos. Nos sindicatos, o convívio e conversas informais. No PSSSF, entrevistei dirigentes e assessoria jurídica atual e da época do acordo com a CHESF, viajei com eles. Fiz um levantamento bastante proveitoso nos arquivos, que, entretanto concentram-se entre 1885/1991²¹. Obtive também dois vídeos sobre a luta dos reassentados de 1986, quando foi assinado o Acordo com a CHESF. Minha assistente de pesquisa de campo, Erika Macedo Moreira, tirou fotos durante todo o tempo.

Em Recife fiz contato com a academia (Fundação Joaquim Nabuco e UFPE), também com Lia Araújo e Parry Scott. Entrevistei-os e recebi “dicas”, indicações de textos teóricos, relatórios de pesquisa e muitas referências bibliográficas.

Quanto à documentação, desde os anos 90, tenho feito *clippings* de jornais, além de levantamento de dados junto ao Senado Federal e Câmara de Deputados relativos à CPI do Narcotráfico. Também venho compilando, não sistematicamente, informações e artigos publicados no Jornal do Brasil, O Globo, O Dia e Extra, classificados desde 1992 até os dias atuais em coleção particular.

Na verdade, tenho mais material do que pude efetivamente utilizar, dados os sucessivos recortes que fui levada a fazer sobre um tema tão arriscado. Essa pesquisa inicialmente teria como meta estudar o campesinato latino-americano envolvido em cultivos de plantas consideradas ilícitas pelos organismos mundiais. No desenrolar do processo, caminhou-se para um recorte mais específico, isto é, no Brasil. E, do Brasil, acabei me fixando em Pernambuco. E, mais ainda, na versão da história desenvolvida pelo sindicalismo regional.

Em termos de fontes documentais, duas foram especialmente importantes: um Relatório produzido a partir dos arquivos da CONTAG e da CPT nacional, apresentando um levantamento de 10 anos de conflitos pela posse da terra, entre 1969 e 1979, para cada estado da Federação, onde destaquei os registros sobre Pernambuco²². A outra, um Dossiê

²¹ Mas que pararam aí por motivos financeiros. E inviabilizaram a contratação de alguém para continuar com a organização.

²² José dos Reis Santos Filho (Coordenador Geral), Abdias José de Carvalho e Leonilde Sérvulo de Medeiros (Coordenadores Setoriais): “1969 -1979. Dez anos de Lutas pela Posse da Terra” – Levantamento de Conflitos (Pernambuco). Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Coord.), UFRRJ, ABRA - MIMEO (pp. 7-8).

encomendado pelo PSSSF a uma organização não governamental que avalia a situação das famílias depois de cinco anos reassentadas pela CHESF e discute os problemas existentes e a percepção dos moradores dos projetos inconclusos,²³ além de documentos e circulares produzidas pela organização não governamental ecumênica KOINONIA, assessora do PSSSF desde os anos 80. Também foram feitas eventuais entrevistas com o principal assessor e coordenador de diversos programas e projetos relacionados ao Pólo, o filósofo Jorge Atílio Iulianelli, e outros colaboradores dessas atividades.

Ajudou bastante, a organização de um *clipping* com jornais de Pernambuco coletados durante as viagens para a região ou copiados dos Arquivos do PSSSF, além das atas das quarenta e cinco reuniões registradas no Diário do Congresso Nacional, referentes à constituição e ao período de vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como a “CPI do Narcotráfico”, que se desenvolveu entre os dias 6 de março e 18 de novembro de 1991.

Foi possível ainda acessar as cópias dos relatórios das investigações da mesma CPI obtidas junto ao Ministério da Justiça e arquivadas em Koinonia. Cheguei a constituir uma equipe de alunos, com apoio da entidade, para levantar dados a partir de palavras-chaves. Mas o enfoque principal estava relacionado ao tráfico/comercialização e não ao cultivo na cadeia produtiva da maconha.

Foi possível também conferir as informações obtidas a partir de uma pesquisa na internet sobre a questão energética no Brasil nos bancos de dados da CHESF, do BIRD, do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) e avulsos. Estes levantamentos foram feitos por alunos de Engenharia Agrícola durante o curso de Sociologia Rural por mim ministrado no primeiro semestre de 2005, na Universidade Federal Fluminense, como parte de seus trabalhos de avaliação. Eles cederam-me gentilmente os resultados de sua pesquisa para uso em minha tese e também para o acervo do Observatório Fundiário Fluminense que coordeno.

Como fonte primária, os dados foram obtidos por meio de trabalho de campo em dois momentos (1999 e 2003), já citados, envolvendo observação direta e anotações em sete diários de campo, além dos contatos informais: conversas livres, permanência na casa dos reassentados nas agrovilas, na “Casa do Visitante” do PSSSF, na casa da antiga advogada, pesquisa nos arquivos do Pólo e nos arquivos de Koinonia, assistência ao Seminário que aconteceu no Auditório da CHESF, organizado por Koinonia e Pólo, entrevistas junto a moradores, trabalhadores rurais, representantes da Igreja, da Polícia, do INCRA, parlamentares, dirigentes da FETAPE, assessores educacionais, assessores jurídicos e dirigentes atuais e antigos do PSSSF, acompanhamento da assessoria educacional dada por Koinonia. Além da aplicação de um questionário, com dirigentes de dez sindicatos de trabalhadores rurais da região filiados ao Pólo, durante o Seminário que teve apoio da CHESF e do Ministério Público de Pernambuco.

De um total de 12 questionários, mais de um diretor de dois sindicatos responderam²⁴, três foram auto-aplicados, porque enviados ao sindicato. E, quando estes dirigentes vieram a Paulo Afonso para o Seminário, trouxeram-no respondido. Com o retorno de apenas três, a decisão foi a de aplicar diretamente o instrumento aos demais representantes sindicais presentes ao evento nos intervalos do referido Seminário. E ainda completar as lacunas, no caso de ausência de respostas, nos questionários já preenchidos. O questionário foi elaborado por assessores de Koinonia para (1) realizar um rápido diagnóstico da entidade sindical, (2)

Esse Relatório encontra-se disponível no Núcleo de Pesquisa do CPDA, coordenado por Leonilde Sérvolo de Medeiros.

²³ Pólo Sindical do Submédio São Francisco, “DOSSIÊ: Depois que a Água nos ‘Tangeu’...Uma Volta pelo Reassentamento de Itaparica”. Assessoria: Movimento-Produção e Cultura. Apoio Oxfam, 1991 (Mimeo). Este documento encontra-se nos Arquivos do Pólo.

²⁴ Caso de Chorrochó e Santa Maria de Boa Vista.

elencar os problemas gerais e as demandas mais freqüentes existentes no município relativos aos direitos. E, (3) levantar a situação afeta aos temas centrais a serem discutidos no Seminário sobre a presença do Estado na definição do modelo agrícola, a questão hídrica, a intervenção estatal nos projetos de irrigação e também as piores formas de trabalho, envolvendo o trabalho infantil e o cultivo ilícito. A meu pedido, acrescentaram sete perguntas específicas do meu tema de tese. E concederam-me a liberdade de aplicar o questionário com os dirigentes de primeiro grau. Privilegiei, então, questões relacionadas à existência e ao conhecimento sobre a agricultura de maconha no município. Também foram levantadas questões de gênero e idade na prática dessa agricultura, a percepção da violência relacionada a esse tipo de plantio e a opinião do dirigente sobre os trabalhadores envolvidos no cultivo ilícito.

Pelo lado da Bahia foram entrevistados dirigentes dos STR de Rodelas, Macururé e Chorochó. De Pernambuco: Floresta, Santa Maria de Boa Vista, Orocó, Ibimirim, Petrolândia, Jatobá e Glória. Os dirigentes de Belém de São Francisco e Salgueiro foram contatados. Suas falas foram anotadas em caderno de campo.

Os dirigentes do Pólo foram entrevistados nas duas diferentes oportunidades para que se pudesse avaliar a possível existência de mudanças no enfoque sobre o tema. Alguns moradores de agrovila dos Projetos de Irrigação, sobretudo onde a imprensa noticiou a presença desse tipo de cultivo, também ofereceram falas que ajudaram a compor esses capítulos.

A Estratégia da Exposição

Na pesquisa de campo operei um olhar mais genérico, procurando uma aproximação indireta do fenômeno. Na exposição passei por um processo constante de mudança no recorte do objeto, o que atingiu inclusive a mudança conseqüente do título da tese em sucessivas buscas até o momento em que apontou para mim mesma o tema e o objetivo central. Ao final, a minha compreensão passava por diferentes e muitas perspectivas, até que escolhi uma fonte para meu olhar: a ação social a partir do sindicalismo. Para isso me vi levada a entender a presença do cultivo de maconha como um resultado de processos enraizados e demarcados, que se articulavam de modo não aparente.

Para compreender a experiência social de segmentos de trabalhadores subalternizados naquela região e com aquela configuração, precisei construir um caminho de reflexão complexo que dividi em três dimensões estratégicas, as quais só descobri ao final. Essa descoberta me revelou um sentido de pesquisa numa direção e um caminho de exposição em outra, provavelmente como parte de um aprendizado do Método da Economia Política de Marx (MARX, 1978).

A primeira direção levou-me a pensar a síntese histórica da região, a segunda fez-me entender que minha reflexão precisava passar pela autobiografia do Pólo Sindical do Submédio São Francisco para transformá-lo em sujeito produtor de uma versão dos acontecimentos segundo sua ótica particular. A terceira, revelada somente nos momentos finais da própria redação, apresentou-me ao raciocínio a existência do embate real entre projetos políticos na definição do território em análise e que chamo de “três agriculturas”: a do agronegócio da fruta, a da maconha na ilegalidade, e a outra, no campo da resistência coletiva que chamo de agricultura do sindicalismo ou agricultura dos reassentados.

Estrutura dos Capítulos

No Capítulo I, trato da formação da região e da ocupação social do Submédio São Francisco numa perspectiva histórica, procurando destacá-los como antecedentes as formas dominantes na sociabilidade sertaneja, que moldou um tipo rígido de sujeito embrutecido pela seca e pelas adversidades do isolamento sócio-político-econômico.

No Capítulo II, explano sobre o que chamo de autobiografia do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, o agente social que serve de fio condutor para a análise da experiência social trabalhada pela pesquisa. Nesse texto enfatizo a história do sindicalismo rural, buscando demonstrar uma ruptura com a tradição na sociabilidade sertaneja, o aprendizado da luta sindical influenciada fortemente pela Igreja e a substituição das ações e atos de violência individuais de uma sobrevivência baseada em favor e obediência, a partir de encaminhamentos coletivos táticos e estratégicos. Estes começam a construir uma nova sociabilidade, baseada na bandeira de Paz e Direitos Humanos, conduzida pelos atores que representam a mediação da luta sindical naquele contexto. É preciso que se diga que a reconstrução histórica apresentada intencionalmente assume a versão dos fatos pelo agente principal, o sindicalismo, sobretudo, por meio das falas de suas lideranças e assessores, os quais são até hoje legitimados como os principais mentores intelectuais de todo o processo. Interessava-me conhecer o sujeito, Pólo Sindical e também seu modo de organização mental dos processos, para poder entender como seria produzido o argumento, que justificaria a entrada do cultivo de maconha na pauta da entidade.

No Capítulo III, apresento três formas de agricultura dominantes atualmente na região, que, segundo minha análise, caracterizam uma disputa essencial: de um lado, a mais forte economicamente e legalizada, o agronegócio frutícola do Submédio que disputa mercado internacional; de outro, a agricultura ilícita da maconha com um mercado regional nordestino, cativo e em permanente expansão. Ambas aportam liquidez de capital para a região, ativando e dinamizando a economia local. De certo modo não interferem no processo de reprodução das relações de dominação historicamente construídas no sertão do São Francisco. E, mais uma, a agricultura familiar dos reassentados, que se articula politicamente no interior do projeto estratégico do Pólo, em termos de uma inclusão social mais intensa dos atingidos pela Barragem de Itaparica e de uma luta pela sustentabilidade e pela garantia do sucesso de sua produção enquanto herdeiros da “Grande Luta”. Isso atinge o padrão de sociabilidade presente na região e afeta a reprodução das relações de dominação existentes ao trocar encaminhamentos clientelísticos por “direitos” e ao criar alternativas no interior da política partidária, rompendo os feudos tradicionais.

Nos Capítulos IV²⁵ e V, mais estruturados a partir da pesquisa empírica, procuro demonstrar o processo que defini metodologicamente como “impacto” do cultivo ilícito sobre o sindicalismo. Desenvolvo a argumentação em duas etapas. Primeiro apresento o processo de constituição do problema e as reações iniciais do sindicalismo com uma antecedência das posições da Igreja na produção de uma “interpretação” para o fenômeno que atinge trabalhadores rurais. Na segunda etapa da análise, Capítulo V, exponho fatos e discuto a entrada da agricultura de maconha na agenda do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Isto é, como vai sendo desenhada e assumida, a medida em que as interpretações vão sendo produzidas pelo deslocamento do foco, de coisa externa para assunto sindical interno.

No Capítulo VI, procuro desenvolver o que entendi como a forma assumida de encaminhamento da questão da presença da agricultura de maconha na região. Verifico que o Pólo recua na tarefa intelectual de problematização do fato e adota a direção que se delinea a partir de um trabalho assumido pela organização não governamental Koinonia. Destaco

²⁵ Neste Capítulo (IV) os nomes indicados nas falas serão fictícios: todas as mulheres serão Maria e homens serão João. Os projetos serão nomeados para que se tenha uma idéia dos diferentes tempos de entrada na área dos reassentamentos e da localização diferenciada dos acontecimentos, além de mostrar a abrangência da pesquisa que permite uma visualização ampla do sentimento de experiência dos atingidos. É preciso ainda que fique claro que eu recortei arbitrariamente os depoimentos para esse tema, mas o cultivo ilícito não se constituía ainda como objeto da investigação realizada pelo Pólo naquele momento em que foi construído o documento que analiso.

finalmente, a importância da construção mais orgânica da parceria com essa organização ecumênica que já assessorava o Pólo há mais de 13 anos.

Por fim, nas Considerações Finais, levanto algumas questões e procuro afirmar que esse objeto, em função de suas inerentes dificuldades e do escasso esforço acadêmico relativo a uma abordagem voltada para o mundo rural e para a produção agrícola de plantas criminalizadas no Brasil, apresenta mais fertilidade no atual estado das artes desse problema de conhecimento pela elaboração de dúvidas e pistas do que propriamente conclusões. Assim, o trabalho de investigação desse tema levou-me a fazer um recorte em duas direções. Na pesquisa de campo operei um olhar mais genérico e, buscando uma aproximação indireta do fenômeno, comecei pelo estigma do cultivo ilícito para chegar na agenda sindical. Na exposição passei por um processo de constante mudança de recortes na construção do objeto. Por isso, exponho, no início a identificação da região e a autobiografia “construída” subjetivamente pelos agentes que representam o Pólo, para, somente ao final, chegar a uma proposta que identifiquei como a busca de desenho de um processo de ‘desconstrução sociológica’ do Polígono da Maconha. Essa descoberta me revelou um sentido de pesquisa numa direção, e um caminho de exposição em outra.

CAPÍTULO I

1 A REGIÃO: O PRESENTE SE EXPLICA COMO SÍNTESE SELETIVA DO PASSADO

Neste capítulo, pretendo desenvolver a trajetória do Submédio São Francisco a partir de sua formação histórico-social. A intenção é buscar explicações para eventos e processos que produziram mudanças importantes: além da integração estratégica da região dentro do país, nele foram realizados projetos energéticos de grande envergadura, visando um desenvolvimento regional baseado no agronegócio.

Quando o Estado intervém e cria um território irrigado financiado, apresentam-se fatores intervenientes não calculados: um amálgama cultural e histórico que terminou projetando simultaneamente o sertão numa área de consolidação de projetos sociais de reassentamento de trabalhadores rurais expropriados de suas terras e em luta sindical, e, tangencialmente reconhecida na mídia como um território de alto risco pela presença de uma agricultura de maconha em escala comercial.

Essa conjugação de trajetórias redefine a posição do sertão do Submédio no âmbito da conformação da modernidade nacional que se estabelece. Neste caso, como paradigma conservador por articular reestruturação produtiva de ponta com formas variadas de precarização do trabalho.

1.1 Formação da Região: o Sertão é Parte do ‘Polígono das Secas’

Do ponto de vista da economia agropecuária e da estrutura agrária, o Nordeste se acha dividido em dois tipos de zonas fisiográficas bem caracterizadas: um grupo de zonas úmidas litorâneas ou muito próximas do litoral que são essencialmente agrícolas; e um outro grupo, composto de zonas de grau mais ou menos acentuado de semi-aridez, o chamado Polígono das Secas (Caio Prado Jr., 1979).

No Submédio São Francisco, as aparências de um contato inicial sugerem a possibilidade da história local estar submersa em sucessivos novos acontecimentos que envolvem o desenvolvimento do país, relacionados simultaneamente à expansão da agricultura irrigada e à violência, estes produzindo um efeito redutor sobre a trajetória nativa.

Essa imagem de um lugar diferente e novo, recém-criado e fundado por mudanças aportadas pelo Estado, consolida-se na opinião pública, como se fosse possível fazer um corte radical no passado do lugar, imaginando ser real o fato do sertão irrigado ter finalmente encontrado nos anos 1970 e 1980 as saídas e alternativas para sua integração dinâmica com o resto do país. Isso num processo que se estabeleceu por cima e de fora, isto é, numa ação articulada de um projeto nacional do governo federal. É como se esta intervenção governamental na região tivesse criado uma ponte virtual para o progresso que passou a dominar tudo com sua imagem de modernidade, quase idêntica àquela que se reconhece no desenvolvimento do Sudeste.

Esses fatos forçaram o esquecimento de como e por meio de que processos o sertão se desenvolvia até ser irrigado e quais exatamente foram as condições por meio das quais se chegou não apenas a uma geografia alterada, mas também ao surgimento de comunidades humanas artificialmente planejadas.

Faria sentido, então, supor que as tentativas de resistência ao “isolamento” estrutural do sertão tivessem sido relegadas na memória e permanecessem escondidas ou invisíveis pelo menos para a maioria dos analistas que observam o cultivo ilícito, como se este tivesse sido uma idéia recente e de fora, supostamente plantada por “meliantes” das favelas do Rio de Janeiro ou de São Paulo nessa região, reforçando a ausência de sujeitos históricos na escrita local. Isto porque é no cultivo ilícito que se revela a presença de uma nova agricultura emergente entre “pobres”. É neste contexto que são transformados em portadores da criminalidade, manchando a imagem do sertão. Quanto à produção familiar dos reassentados, são encontradas muitas dificuldades em se criar espaço político econômico, tendo em vista a demora na conclusão dos projetos de irrigação para os atingidos pela Barragem de Itaparica, enquanto que, pela fruticultura intensiva, se revelaria a presença hodierna dos empresários agroindustriais que teriam teoricamente “modernizado” esse mesmo sertão.

Por esse motivo, aqui se considera que o “presente” de uma região também é parte de uma construção ideológica que seleciona do passado o que interessa às relações de dominação, isto é, para que possam manter a reprodução de um tipo de sociabilidade a seu favor. Neste caso, essa construção idealizada se estabelece a partir de um processo de coesão social que se desenvolve persistentemente na violência que não foi descartada do passado, uma violência internalizada que define o “modo de ser” do sertanejo desde suas origens, como expressão ativa de sua própria sujeição. Isto então fica mantido enquanto outras características vão sendo rejeitadas, como a experiência de uma luta sindical coletiva por exemplo. Nesta medida, pode-se afirmar que, por trás das “mudanças” modernas, reside um certo padrão de continuísmo.

Essa aparência entretanto precisa ser problematizada, desde a questão do cultivo de maconha em si, considerada a partir da presença dessa planta na região, e do hábito de uso da erva de quintal, valorizada por suas propriedades medicinais, até o surgimento e a consolidação da irrigação como estratégia nacional, levando ao desenvolvimento de uma cadeia produtiva relacionada à fruticultura, voltada principalmente para a exportação pelo lugar hegemônico que ocupa, alterando significativamente os padrões de produção, comercialização e distribuição da agricultura nessa região, e passando pela memória das lutas e entrelaçamento da reprodução de um modelo patriarcal de dominação.

As mudanças a partir de novas bases tecnológicas afetou significativamente em geral a agricultura familiar e também a dos reassentados já fragilizada pelo remanejamento forçado, reduzindo as dinâmicas produtivas pela dependência do Estado (CHESF) e ainda pela castração das referências da autoridade doméstica. O chefe da família torna-se um “analfabeto”, desprestigiado no seu “saber” camponês ribeirinho, em face das inovações requeridas pelo complexo sistema de irrigação, sendo que os mais jovens são mais aptos a manejá-las. Finalmente, a “industrialização da molhação”, assim denominada por alguns deles por atingir, algumas vezes negativamente, a sua sustentabilidade enquanto agricultores, pela sofisticação e padrão financeiro, além de interferir na sua militância enquanto indivíduos politizados que lutaram com o sindicato e conquistaram esse “lugar”.

Essa reflexão sugere, a meu ver, a necessidade de algum esclarecimento sobre a planta de cultivo ilícito que passou a ser dominante no sertão e uma breve reconstituição dessa cidadania sertaneja dos pauperizados. A idéia é a de construir a identificação da região como um “lugar” de acontecimentos e experiências sociais impostas majoritariamente pelo Estado.

1.2 O cultivo de maconha no vale do São Francisco e as ‘classes perigosas’

Relatos atuais na região dão conta de um hábito antigo de se cultivar maconha no fundo do quintal das casas dos sertanejos: “um pezinho ou outro para tratar de enjôo, glaucoma ou dor de parto”.

Nos anos cinquenta, Pierson, em pesquisa etnográfica realizada no Vale do São Francisco por encomenda do Ministério do Interior, encontrou junto à população ribeirinha a presença do plantio e uso costumeiro medicinal de *cannabis*, e, portanto, integrado à cultura dos seranejos. E assim aparece descrito em seu relatório /livro quanto à descoberta:

Na área em torno de Passagem Grande é geral o uso da maconha entre as classes mais baixas da população. Não se conhece membro da elite que a use. Conta-se no local que a maconha foi, de início, trazida para o Brasil pelos escravos africanos, presumivelmente de Angola, desde que é conhecido popularmente na localidade como “fumo-de-angola”. Embora, no sul, a maconha seja usada sorrateiramente sob a forma de cigarros, em Passagem Grande é fumada com uma espécie de narguilê primitivo, composto de uma garrafa comum de boca estreita, cheia de água e o canudo do cachimbo de maconha, conhecido como “Marica”, mergulhado no líquido. As sumidades floridas da maconha são colocadas no forninho de barro do cachimbo e acesas com um fósforo. O fumo é “lavado”, dizem os moradores, pelo reservatório de água antes de chegar à boca do fumante social, contudo, desde que os habitantes aparentemente a fumam apenas em grupo. Um círculo ou “roda”, é formado, passando o cachimbo de mão em mão. À medida em que o indivíduo passa-o à pessoa a seu lado, ele, ou ela, diz: “Ajoie, Marica!” cantando então uma canção, conhecida como “lôa”, em louvor da maconha. Em uma “roda” observada pelo nosso pesquisador, oito pessoas participaram. Cada uma delas puxou três ou quatro vezes e passou a marica ao vizinho, dizendo “Ajoie, Marica!”, fazendo em seguida sua louvação. Diz-se na localidade que o uso da maconha produz euforia, tagarelice, “vontade de dançar”, e, quase sempre, fome intensa. Concluída a roda observada pelo pesquisador, o equivalente a um samburá de camarão foi comido pelos oito membros do grupo. (PIERSON:1972, Tomo II, pp. 95-96)

Embora não existam evidências de uma presença cultural forte em relação ao cultivo dessa planta, o uso pontual revela pelo menos que não se trata de novidade. E o “conhecimento” sobre o cultivo vem de longa data, sendo que a qualidade do solo e do clima são propícios à plantação. O que se pode deduzir do relato de Pierson é que a forma do uso verificada era socializada, supondo-se uma atividade grupal, ligada ao lazer das classes populares e a um ambiente de costumes e tradições, compondo eventualmente um fenômeno interessante de resistência cultural.

Considerando-se o processo de ocupação do Submédio, o povoamento prioritário por meio das fazendas e currais aconteceu nas terras do interior, iden tificando os mais poderosos no âmbito da “civilização do couro”. Às áreas ribeirinhas é legada uma ocupação mais popular, por serem estas de menor interesse para as elites: índios que procuravam se refugiar dos entradistas, barraqueiros que abasteciam os viajantes que passavam com gado em busca de alimento e abrigo e negros quilombolas. Isto é, por refugiados de toda sorte que encontraram ali um território para sua liberdade.

Seria provavelmente desse caldo cultural a provêniência da tradição do cultivo e consumo da *cannabis sativa* trazida por elementos africanos e indígenas à região. Esses segmentos sociais aliados ao indivíduo branco, do tipo desfavorecido mas livre. E, formariam a identidade dos que são reconhecidos como “cultura da palha”.

Numa regressão aos tempos de ocupação da área, Gonçalves (1997), pesquisador da formação histórica e social do Submédio, informa:

A vida nesse local devia ser uma confusão danada visto a heterogeneidade cultural de seus membros. [...] Era comum se ajuntarem num mesmo agrupamento índios, mestiços e negros. Essa gente marginalizada, em geral, habitava as margens do Rio São Francisco e deu origem à **civilização da palha**. Como às margens do rio abundavam carnaubeiras, de suas palhas confeccionavam parte de seus utensílios [...] (GONÇALVES, 1997, p.49. grifo AMMR).

O autor ainda relata que, nos idos do século XVII, esse era o lugar de resistência do indígena que passou a se configurar como uma ameaça à posse da terra por causa de um decreto do rei de Portugal datado de 1691, no qual se garantia o direito de cada aldeia indígena dispor de uma légua quadrada de terra. Os documentos localizados por Gonçalves (1997) permitiram a conclusão de que: “as margens do São Francisco eram extensas e inóspitas e lá eles se refugiavam em pequenos grupos e muitos desses grupos conseguiram escapar da sujeição por muito tempo” (GONÇALVES, 1997, p. 50).

No período posterior da *plantation*, desenvolvida no litoral, o sertão parecia ainda absorver negros em fuga e índios desconectados da principal atividade econômica e se torna uma espécie de reduto marginal, onde diferentes etnias e grupos sociais se encontravam e mantinham uma troca cultural intensa.

Rocco, advogado e estudioso da história da *cannabis* no Brasil, afirma que:

Há vários registros que marcam o contato dos negros escravos com os índios de tribos distintas, principalmente nas regiões norte e nordeste do país, como tribos do baixo São Francisco, os Mura do Baixo Madeira, os Saterê-Mawé do Amazonas e os Tenetehara do Maranhão. A partir desses contatos inicia-se a história do consumo de *cannabis* por diversas tribos brasileiras (...) Associada aos negros e aos índios, a maconha em pouco tempo adquiriu fama. Vinculada a uma idéia de vagabundagem e malandragem, a erva tornou-se maldita e a cultura do homem branco criou o estigma e o mito ainda predominantes. (ROCCO, 1999, p.117)

Hoje, mais de cinco décadas depois da visita de Donald Pierson, o lugar demonstra ter ainda as marcas dessa origem de costumes associados aos segmentos populares. Mas apenas em período recente é que se apresenta mais objetivamente como uma prática ilícita, recusada pelo Estado em proteção da “sociedade”, a partir da visibilidade que assume nos grandes centros urbanos por meio do problema do tráfico de drogas e da inclusão de segmentos das classes abastadas na condição de usuários. Nos dias atuais, pode se dizer que houve mudança no perfil do cultivo. Ganhou contornos de agricultura comercial da mais larga escala, demonstrando uma relação estreita com o avanço da demanda, entretanto, sem levar em consideração o uso terapêutico da planta e estigmatizando-se apenas o lado recreativo e marginal desse costume.

Robinson produziu por meio de pesquisa um livro que se apresenta como um guia completo do uso industrial, ambiental e medicinal da *cannabis*. O autor elenca centenas de usos, situações positivas e negativas, arrola documentos e laudos. E conclui pela vantagem de sua legalização e integração favorável à medicina, à economia e aos hábitos culturais da sociedade contemporânea. Rocco, em apêndice ao livro de Robinson, indica:

Há milhares de anos as propriedades medicinais da *cannabis* são conhecidas pelo homem (...). Mas no Brasil, por sua origem como droga recreativa de populações marginalizadas, essas propriedades foram pouco estudadas por nossos especialistas. (In ROBINSON, 1999, p. 117)

Por isso, provavelmente refere-se a um sistema social pré-existente. E, portanto, apto a receber formas não necessariamente legais de reprodução econômica. Ocorridas em função da origem constitutiva e o perfil histórico-social de seus produtores e consumidores.

Freire (1976) também ratifica essa afirmação ao apontar o uso recreativo do fumo no interior do engenho, destacando que havia um sentido classista nessa experiência. E indicar que consumo de tabaco era mais praticado pela aristocracia rural, e o da maconha pelos escravos na lavoura. Afirmando ainda que eram autorizados as plantações consorciadas desta em intervalos das linhas de cana.

1.3 A violência é histórica e multiforme

A violência que justifica o estigma atual da região²⁶ não é uma novidade e possui uma historicidade. Refere-se tanto aos movimentos sociais, às lutas de resistência e à defesa dos nativos quanto aos atributos intrínsecos do assim chamado “complexo da solidariedade familiar e do clã parental” analisado por Vianna (1987), que, segundo o autor, fundou a sociabilidade do interior e do sertão, criando as raízes agrárias da sociedade brasileira.

Mas, para se olhar o povoamento sertanejo do ponto de vista dos pobres e miseráveis que igualmente criaram ali raízes importantes e definidoras, é preciso, pela carência de registros permanentes e seqüenciais, operar com dados irregulares, indicações dispersas ou até hipóteses, sendo difícil confrontar o familismo dos “de cima” ou dos senhores de terras com os “de baixo”, trabalhadores livres, índios, negros ou mestiços, porque para nossos mais importantes ensaístas²⁷ tais famílias não são levadas em conta. Seria, pois, impossível supor que, numa prática social determinada pelo complexo de parentesco, os segmentos subalternizados se limitassem a ser parte dessas estruturas de domínio por afinidade, lealdade ou submissão, não constituindo a sua própria experiência, processos reais de reprodução social.

Essa sociabilidade foi sendo constituída desde o início da colonização e das instalações povoadoras. O que Vianna classifica como os “perigos” comuns que se apresentavam à empreitada representariam uma criação nossa por ser o resultado de uma mistura de etnias, contextos e oportunidades, isto é, a “da nossa história local e da nossa ecologia social”. As famílias organizadas em parentelas no território brasileiro eram o sujeito do processo civilizador e não o produto da tradição peninsular portuguesa, muito menos dos índios, pardos ou negros vistos especificamente.

Esse complexo parental não necessariamente consangüíneo, em cada região de que se apoderava, por pedido de sesmaria, desdobramento de sesmaria inicial ou pela aquisição de novas fazendas²⁸, desenvolvia uma solidariedade a partir de lutas e chacinas organizadas para garantir o domínio do seu território contra as três grandes ameaças imediatas e também de uma quarta que se apresentou em decorrência:

Necessidade de união para a defesa contra o indígena, primeiro; depois contra o flibusteiro normando, inglês ou neerlandês [...] Depois, a esta

²⁶ O mapa do DNER para o Nordeste possui uma característica singular. Traz uma pequena nota escrita por cima das fronteiras de Pernambuco e Bahia na altura do Submédio com os dizeres: “Área de assaltos à mão armada. Dobrar a atenção nas estradas”. Raramente se encontram alertas desse tipo como parte da cartografia (Ver mapa DNER, 2000).

²⁷ Refiro-me, principalmente, aos textos de Oliveira Vianna (1987) e Gilberto Freire (1976 e 1977).

²⁸ Sobre esse último tipo de instalação povoadora, Vianna informa: “Nos primeiros séculos da irradiação pastoril, este processo era largamente usado com as fazendas de gado, não havendo senhor de engenho que não obtivesse várias “sesmarias no sertão”, onde fundavam currais – como é exemplo aquele antepassado de Rocha Pitta, que deixou algumas dezenas de fazendas de gado espalhadas pelos sertões de todo o nordeste” (NIANNA, 1987, Tomo I, pp. 192).

necessidade primordial de defesa contra o índio e o flibusteiro [...] acresce também uma nova causa: - a necessidade de reação contra os quilombolas, fenômeno de uma generalidade muito maior do que se pensa em nossa história. Um pouco mais tarde [...] - já depois de organizados os clãs feudais – surgiu também a necessidade, para os domínios, de se defenderem contra os próprios senhores territoriais vizinhos (os régulos): contra os ataques de seus ‘cabras’, no norte; das suas ‘saltadas’ no centro; ou das suas ‘arreadas’, no extremo-sul (VIANNA, 1987, p.190).

Esse desbravador, enaltecido por Vianna, como herança cultural de fundação, embora venha da Europa, encontre ocupantes originais nativos e traga negros à força para subjugar na produção, é considerado o legítimo, que se constitui como sujeito soberano daquele território ao construir militarmente seu domínio.

Entretanto, o mais interessante do relato de Vianna talvez esteja no fato de que comprove com sua análise a energia da resistência dos negros e dos índios pela disputa acirrada da terra. E, é ali no Submédio, nessas áreas ribeirinhas do São Francisco, que virá se delinear, a partir de uma autoria intelectual da mídia, o Polígono da Maconha. Um território sertanejo construído pela ocupação populacional acima descrita e palco de muitos conflitos, primeiro pela expulsão dos “desprezados e perseguidos”, depois pela tentativa de resgate das terras das mãos dos índios, por meio da invasão armada.

O vale do rio Opara²⁹, como era chamado o São Francisco, era o asilo dos marginalizados daquela sociedade nascente. Uma marginalidade aqui entendida pela exclusão social e econômica em relação à grande lavoura canavieira comercial destes tempos e em destaque no país.

O contato entre brancos e índios era quase sempre violento, porque os portugueses que aportaram estarecidos diante da foz de um grande rio, em 4 de outubro de 1501, não traziam apenas a guerra, mas também doenças aos índios, que para elas não tinham defesa, e ainda desorganizavam a estrutura sócio-cultural daqueles que encontravam. Crimes e arbitrariedades eram cometidos pelos mandatários estrangeiros contra a população livre ribeirinha, marginalizada do processo de produção dominante, por não se submeterem às regras de mando locais. Em algumas ocasiões encontraram reação.

No período da ocupação e durante sua consolidação, Gonçalves (1997) afirma que a violência era a tônica do Médio e Submédio São Francisco:

[...] despejos de terras; obrigatoriedade de arrendamento imposta àqueles que quisessem estabelecer um curral; eliminação física de quem não se submetesse ao mandatário do lugar; matança de índios e invasão das terras das aldeias; devastação dos quilombos; ataques de índios às fazendas; assaltos nas estradas; homicídios por todos os lados; contrabando e opressão de todos os tipos. (GONÇAVES, 1997, p. 63. O grifo é meu, AMMR)

Essas terras, até cerca de 1624, permaneceram como mera passagem, deixando as marcas das arbitrariedades dos caçadores de minérios e dos escravizadores de índios. A primeira sesmária abarcada nessa área e a primeira parentela de mandatários a se constituir foi a de Garcia D’Ávila, amigo de Tomé de Souza. Suas gerações permaneceram no controle da área até por volta do século XIX.

²⁹ Segundo Gonçalves (1997) esse é o nome de origem do rio São Francisco. Opara em tupí quer dizer tonto, perdido, que não sabe para onde vai, sem rumo, como o desenho que o rio fazia. Atualmente, as barragens vêm “corrigindo” esses contornos (tirando sua tontice) e criando um potencial energético moderno.

Sobre a conquista, Gonçalves (1997, p. 63) informa que, à medida que a ocupação de terras se aprofundava, “os índios eram dizimados e os remanescentes tangidos para mais longe, sendo acudados nos ermos da caatinga”.

Alguns ainda eram incorporados ao exército de famintos e miseráveis que seguiam a pé os conquistadores em batalhas, ajudando-os a exterminar outros índios. E, quando se instalavam precariamente em alguma terra, era para formar as fazendas e demarcar o território de mandatários dominadores:

A estrutura era simples: um curral precariamente construído – para aprisionamento do gado – uma fonte de água que era cavada no leito dos riachos ou nos baixios. Feito isso aí era deixado [...] ‘um casal de escravos, dez novilhas, um touro, um casal de equinos e também animais domésticos (GONÇALVES, 1997, citando Calmon, 1983, p. 25).

Esse casal de mestiços tinha geralmente forte descendência indígena, morador submetido às regras de obediência ao mandatário. Com o aumento gradativo do número de currais, devido à expansão da pecuária extensiva, e de moradores cercando fronteiras destas propriedades, iniciam-se os atritos sangrentos com os índios.

A violência instituída da região, nestes tempos, também se desenvolveu de modo a colocar em confronto os iguais ou pessoas do mesmo segmento subalternizado. Entre o vaqueiro morador e o mandatário, surge a figura do procurador, representante do dono ou senhor da terra de vários currais. Este abastecia os currais, oferecendo para os de “cima” confiança e para os de “baixo” lealdade e obediência, cuidava das suas terras e das do mandatário, dono de todos os currais. Definiu-se, assim, um modelo de ocupação de grandes áreas por meio do qual o poder do potentado não era fragmentado nem enfraquecido.

Os vaqueiros que criaram a civilização do couro do São Francisco recebiam eventualmente como compensação pela formação dos currais parte da criação miúda - bode, porco, galinha - deixada solta e sem cercas, dando origem à tradição do “fundo de pasto” pertencente a esta esfera popular, sendo de domínio coletivo. Mas o peculiar nesta experiência de convívio social, como já foi dito, era a relação entre iguais.

Os vaqueiros mantinham-se em estado de atenção permanente para evitarem desfalques no rebanho, pois, caso isso acontecesse, seriam punidos.³⁰ Assim, estabeleciam uma relação de desconfiança entre si, sobretudo quando seus senhores eram diferentes. Ao mesmo tempo, guardavam humildade e obediência ao procurador e ao dono das terras. Estas relações de desconfiança eram alimentadas pelos superiores que, muitas vezes, incentivavam os atritos entre vaqueiros, incitando-os pela coragem máscula do sertanejo no sentido de evitar o estabelecimento de laços de solidariedade.

Outras vezes, em épocas de muita chuva, era normal a troca de favores entre vaqueiros para viabilizar as campanhas de recuperação das reses que fugiam, ou para cooperarem durante as festas religiosas, o que também focalizava nos favores as atuações desiguais, envolvendo dívidas a pagar e constituíam os desafios para definição de quais eram os melhores. Segundo Gonçalves:

Os senhores e seus procuradores não viam com bons olhos laços de amizade entre seus vaqueiros, uma ameaça à fidelidade e conseqüente enfraquecimento do comando. Obrigados à solidão tinham que se manter

³⁰ A posição dos fazendeiros e procuradores na estrutura sócio-política poderia supor uma certa índole pacífica em função da atividade, mas a sua posição impunha a truculência que garantiu a consolidação do pastoreio extensivo como forma de ocupação das terras. Nas palavras de Gonçalves: “Controlavam os inferiores copiando os procedimentos que os vaqueiros utilizavam para controlar o gado: o bico do ferrão, o pastoreio, a pêa e o cambão. Aquele que não devotasse lealdade, não observasse as regras ditadas e não desempenhasse sua função de acordo com as expectativas, estaria sujeito à vis castigos ou à morte” (GONÇALVES, 1997, p. 36).

como cabras de um único senhor e como tal deviam defender os interesses do patrão mais que a si mesmos. Os vaqueiros sentiam o peso da opressão que lhes abatia sobre os ombros. Mas por outro lado, orgulhavam-se, muitas vezes, do poderio e da força de seus senhores, pois quanto mais temido, rico e respeitado fosse este, tanto mais seguro e respeitado sentir-se-ia. (GONÇALVES, 1997, p. 3)

Destaca-se a violência da imposição da autoridade instituída sobre a ambigüidade da relação, onde os iguais constituem uma comunidade de desconfiança, com dificuldade de construção de laços de vizinhança, gerando um processo semelhante ao que Gilmore (1987) encontrou na Espanha: uma sociabilidade perpassada por conflitos, desde a ocupação.

São inúmeros os relatos de destruição da reputação alheia pela humilhação pública que, algumas vezes, também envolviam mulheres, um ser escasso e cobiçado. Exemplos aparecem, nos quais o vaqueiro tornava-se uma presença insustentável na comunidade, tendo que sair de foco pressionado pelas perseguições alimentadas por vingança e resgate da honra.

Mas havia, mesmo assim, alguma vantagem em estar nessa condição, e era relativa à posse de uma certa autonomia e “liberdade” em função da distância do senhor e seus prepostos.

Como diz Gonçalves,

[...] não eram, como o escravo da agricultura que não podia escolher nem o horário de dormir. Possuíam armas, andavam à cavalo, e por muito pouco que conseguissem angariavam algum adjutório. O sistema extensivo de pastoreio, por suas características, aproxima-se do estilo cultural da vida dos índios e das populações marginais (GONÇALVES, 1997, p. 34).

Essa autonomia se definia no nível da experiência. Segundo Ferraz (2006), relatos em documentos e na história oral coletados por historiadores dão conta de que, no senso comum, viver de criatório de boi representava o sentido de “alegria e liberdade” enquanto o plantio era algo que “prendia o homem à terra”. Essa situação, identificada na literatura, influenciou a produção de hipóteses acerca do fato de que essa suposta liberdade poderia explicar a presença de sitiantes constituídos por famílias de ex escravos livres, por oposição à Zona da Mata onde predominavam os engenhos de cana escravocratas. Tal fato se confirma algumas vezes pela existência de documentos arquivados em cartórios sobre negros livres, do tipo registro de casamento em inventários *post mortem* e em Livros de Casamento (Ferraz, 2006).

Segundo Elias (2000), nas relações de reciprocidade também existem definições de poder³¹, referendadas no cotidiano das relações de dominação intraclasse e as diferenças colocam em prática relações de poder hierárquicas entre iguais. Mas, de algum modo, essa forma de sociabilidade permite uma auto-regulação em termos da prescrição das regras de convívio social. E, em alguma medida, certa capacidade de escolha, aproximando essa condição dos vaqueiros daquela experimentada pelos ribeirinhos, os desprezados e perseguidos.

Embora ocorresse controle, havia também a já mencionada sensação de autonomia. Isso determinava a reprodução cultural do grupo, já que o controle principal parecia invisível, estabelecido pelos atritos entre eles, e pela lealdade e obediência ao senhor distante, o que fortalecia a aproximação com os animais e o ambiente natural. De certa maneira, criaram também seus próprios costumes e tradições, agindo igualmente a seu favor a partir dos códigos de honra e reputação de seu meio e podendo, pois, criar uma singularidade própria em

³¹ Também Cândido (1964) ao estudar os mutirões, fala de conflitos, fofocas e competição como tentativas de criação de diferenças entre iguais. Bailey (1971) considera que relações igualitárias onde pessoas se confrontam como iguais podem produzir desigualdades. Eu acrescentaria: desigualdades econômicas ou não, apenas baseadas em prestígio, mas desigualdades que favorecem a reprodução de um sistema de dominação contra os próprios iguais em questão, como é o caso da hegemonia do complexo parental naquele momento e região.

relação aos sistemas e símbolos do domínio patriarcal, neles imprimindo sua marca de cultura do povo.

Ferraz (2006) traz as indicações de que por mais de um século não havia cercas demarcando as terras das fazendas naquela área. A água existente era utilizada coletivamente. Em Gonçalves (1997), a criação de pequeno porte, por exemplo, permitiu aos mais pobres, desde essa época, a capacidade de sobrevivência, estando esta prática presente até hoje na caatinga.³² Do mesmo modo, a “cultura da palha” também permanece inscrita nas atividades atuais de artesanato existentes nas bordas do rio. Mesmo sendo um terreno diferente em relação ao dos ribeirinhos, estabelecido após a submersão das águas pelas barragens e modificado fisicamente, carrega uma “memória construída” que reproduz suas raízes no presente e as formas concretamente pensadas do passado.

A dimensão ritual também tem precedentes na maneira pela qual se traduz a autoridade patriarcal ou do Estado. E também a lei contém razoável preponderância da reprodução dos costumes entre os grupos sociais. (THOMPSON, 2000).³³

Nesse passado sertanejo, os jesuítas a partir de 1650 dão prosseguimento, por meio da criação de missões no Vale do São Francisco, a uma outra modalidade de violência, a etnocêntrica arrasadora, baseada na homogeneização cultural antropofágica denominada ‘domesticação’. Transformaram centenas de tribos com línguas, costumes e tradições diferentes, numa única vertente da religiosidade branca européia.

Mas a dimensão de resistência étnica deve ser considerada. É fato que os índios também criavam seus próprios códigos de sobrevivência e traduziam a seu modo as regras e símbolos que recebiam dos “caçadores de alma” (GONÇALVES, 1997). Eles incorporaram elementos do cristianismo para resguardar e dar continuidade às suas tradições, mas de modo sincrético, Segundo relato citado ainda em Gonçalves, ao transformarem sua cabana de rituais religiosos no lugar do “Deus de todos os brancos” para agradar aos jesuítas. Os religiosos europeus acabaram destruindo-a com fogo. Serafim Leite apresenta o seguinte diálogo:

Os índios Quiriris mais velhos vieram ter com o superior da aldeia. O padre disse-lhes: - Ou não acreditais nessa cabana ou acreditais. Se não acreditais para que vos afliges, por ter queimado um pouco de palha? Se acreditais, para que estamos nós aqui e nos dizeis que quereis ser cristãos e vos fazeis cristãos?

O principal respondeu: Queremos ser cristão, mas queremos também conservar o costume dos nossos antepassados. (Leite, 1945, In GONÇALVES, 1997, p.39).

Do mesmo modo, em relação aos processos identitários, os jesuítas também cometeram graves interferências que se explicam hoje pela dispersão desses povos pelo sertão nordestino e a conseqüente reelaboração cultural que precisam construir cotidianamente para serem reconhecidos na atualidade como grupo étnico. Nesses termos, a mobilidade constante dos Pankararu, ancestral comum da maior parte dos índios atualmente localizados na área, incluindo também os Kiriri, o que sempre representou um traço cultural decisivo de sua

³² O criatório de pequeno porte até hoje garante a sobrevivência de famílias pobres sertanejas, e de tão estrutural acabou virando lei estadual na Bahia no ano de 2001, a partir de forte pressão popular. Encaminhada com apoio da Comissão Pastoral da Terra, ficou conhecida como a “lei do Fundo de Pasto.”

³³ Atualmente, tendo em conta as falas coletadas em entrevistas no trabalho de campo da presente tese, chega-se a se falar em uma certa ‘cultura de morte’ que explicaria para nós um cotidiano em que impera uma sociabilidade estabelecida pelo conflito e pela violência e que, para eles, demarcaria principalmente uma identidade.

trajetória. E é por isso que as viagens são consideradas pelos antropólogos que estudam esses grupos como uma instituição-chave (ARRUTI, 2004)³⁴

Segundo Arruti (2004), os índios locais sempre mantiveram forte resistência em serem assentados em um único lugar como pretendia a Igreja e resistiam para manter a mobilidade que praticavam em dois sentidos: as viagens rituais, como parte da prática relativa aos eventos religiosos, reversível na maior parte das vezes, e as migrações defensivas que se constituíam em resposta às perseguições, aos faccionalismos, às secas, à escassez de terra ou ao trabalho forçado. Mas, somente os que ficaram, receberam um registro seguro, anotado pelos Jesuítas e enviado à Coroa, podendo ser atestados como existentes em documentos de época.

Assim, em lugar de se homogeneizar, sempre e quando podiam, misturavam-se e reproduziam-se em tais circuitos rituais ou de fuga e constituíam novos povoados e aldeias entre Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, sempre mantendo o rio São Francisco como referência e principal meio de locomoção³⁵.

Deste modo, pode-se afirmar que, algumas vezes, para viverem, assumindo sua cultura e identidade, tiveram que “morrer” nos dados de controle do Estado cujos números só reconhecem a condição indígena pela localização definida pelo pertencimento a uma Missão Jesuíta³⁶. E aqui novamente a violência se apresenta por meio de reações contaminadas pela ambiguidade como norma de vida para os subalternizados. Expressa, ao mesmo tempo, formas de acomodação e resistência, como analisa Chauí (1987).

Para o Estado e a Igreja eram desconhecidos e desconsiderados os motivos da mobilidade social intrínseca à reprodução cultural do Pankararu, a que se referiam como “fuga” e davam a essa escolha um corretivo exemplar. Para aqueles que permanecessem se “aculturando”, ofereciam o benefício do reconhecimento oficial.

Considera-se, ainda, nessa argamassa de violência étnica, a necessidade de uma desmistificação da ausência de escravização indígena na versão oficial da história, mesmo que essa prática tenha sido limitada e a opressão tenha se verificado pela vantagem da redução do indígena às Missões, obtendo-se assim seu deslocamento forçado das terras e liberações destas para a implementação das fazendas de gado. Como aponta Ferraz, “com os nativos no interior ou mudando suas aldeias para regiões menos férteis ou na proximidade de tribos rivais, os campos seriam ocupados com o gado e se evitaria a caça nas fazendas dos colonos” (FERRAZ, 2006, p. 39).

Existem evidências dessa prática na região do São Francisco. E pelo menos um desses episódios pôde ser localizado em registros do Arquivo Histórico Ultramarino por Ferraz acerca da retirada estratégica dos Jesuítas das aldeias na proximidade do rio. Isso ocorreu na altura das terras de Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho, esposa e irmã respectivamente de um D’Ávila, em função da constatação da exploração indígena privada com conhecimento e permissão da Coroa Portuguesa.

Outros documentos do citado Arquivo comprovam a associação de Leonor Pereira Marinho com a Coroa Portuguesa na exploração do Salitre, no vale

³⁴ Aqui aparecerão duas formas de denominação: Kiriri e Quiriri, conforme a que for usada pelas fontes.

³⁵ Quanto à referida estratégia da “mistura” criadora dos territórios poliétnicos, Arruti traz um depoimento significativo do “capitão” Pankararu Antonio Moreno, coletado em sua pesquisa: “O índio parece aqueles [...] o senhor não vê esses bichinhos que nascem no pé de pedra? Porque ninguém sabe das primeira origem, agora é que já tá se sabendo da onde veio o índio. Veio índio de Pankararé, veio índio de Tuxá-Rodelas, veio índio de Atikum, veio de cada lado e foram casando. Quer dizer que, de cada aldeia tem um índio. Só não tem aqui dos Fulni-ô” (ARRUTI, 2004, p. 247).

³⁶ Arruti, falando sobre um dos papéis das Missões: “Nesse empreendimento econômico, mas também espiritual e sobretudo político, os responsáveis pelas Missões tinham como uma de suas tarefas a produção regular de informações, que alimentariam os registros oficiais, um tipo de controle estatal que, por mais falho que fosse, exigia a imobilidade dos grupos indígenas” (Op. Cit., p. 247).

do São Francisco e na permissão da escravidão indígena para essa atividade (FERRAZ, 2006, p. 38).

Finalmente, pode-se enxergar na experiência social indígena desde o passado que a dinâmica da “mistura” combinada à “resistência” em se ver como “índio” configuram a mescla étnica que está na raiz do sertanejo. O que até hoje representa e traduz o homem pobre contemporâneo do sertão.

Faltam apenas mais uma dimensão, que se refere ao contato inter-étnico com o negro e sua história. Sabe-se que cada fazendeiro, de acordo com sua riqueza, foi aos poucos formando um plantel de escravos de origem africana no sertão. Entretanto, esse contingente humano e essas relações de trabalho se estabeleceram, do ponto de vista quantitativo, de modo muito menos significativo do que no litoral. E podem ser caracterizados mais apropriadamente como uma complementação da mão-de-obra de origem indígena ou familiar. Enquanto presença na cena social, são aparentemente poucos, dadas as características do sistema econômico principal estabelecido pela pecuária. Aparecem na historiografia como fugidos ou escravizados, na qualidade de vaqueiros ou nas lavouras de algodão e cana existentes em algumas propriedades, e/ou andarilhos naquelas paragens. Mas sempre despossuídos de prestígio, terras ou instrução. Quando libertos ou representando grupos em fuga, se somavam à população marginal local que geralmente vagueava pelas beiras do rio. São os reconhecidos como “indivíduos”, aos quais se negava um lugar de pertencimento comunal nativo em geral referidos às parentelas e à terra .

Deste modo, pode-se clarear a compreensão acerca das origens sociais dos plantadores de maconha na região no tempo presente como os herdeiros da “cultura da palha”: índios misturados que se movimentavam pelo rio e que conseguiram se manter até hoje como comunidade (os Pankararu), negros que atravessaram, vagaram e permaneceram pelas margens do rio fugindo ou buscando uma nova vida e que resistiram como quilombolas, os Conceição das Crioulas, e, brancos pobres, representando os braços livres e marginais. Todos eles que sempre sofreram processos de deslocamento forçado motivado pelas secas, pela fome ou pela Lei. Esse seria o caldo da formação social do campesinato ribeirinho, um segmento miscigenado e multiétnico, parte da linhagem descendente da “cultura da palha”, e origem da constituição social que representa, pelo menos em parte, o ambiente vivo que compõe a base do Pólo Sindical. Em seu conjunto, não por acaso, estão os segmentos mais diretamente identificados pela mídia com o cultivo ilícito.

1.4 Raízes da agricultura e da estrutura fundiária na formação da violência

Sobre a atividade agrícola encontrada na região, Ferraz destaca que, apesar de uma provável extensão para o interior da atividade canavieira vinda da costa, a escravatura dos negros era consagrada como relação de produção, conjugada com a atividade criatória, “[...] todas as povoações tiveram suas origens nas fazendas de gado, comercializando animais (gado vacum, cavalari e cabrum) ou produzindo carnes e couros para outras regiões” (FERRAZ, 2006, p. 40).

O perfil principal da região sempre foi a pecuária. Os conquistadores que, segundo Ferraz (2006) eram um conglomerado de guerreiros que viviam em arraiais, tornaram-se curraleiros dentro da nova situação, assumindo o gado como esteio da propriedade. E assim, pois, se configura a supremacia as “cultura do couro”, e se explica melhor a hegemonia dos processos de ocupação social do sertão do São Francisco.

Se por um lado os conquistadores vão anexando mais terras aos seus domínios e ocupando-as com gado, por outro, ocorrerá o despovoamento com o aniquilamento ou expulsão de milhares de indivíduos que povoavam essas terras. É a substituição das gentes pelo gado (FERRAZ, 2006, p. 39).

Entre 1600 e 1700, ocorre o apogeu da pecuária a partir da instalação da Casa da Torre no sertão do São Francisco. E, depois, começa a diminuir a influência dos Garcia d'Ávila. Uma ordem do rei de Portugal cancela as doações de sesmarias que não tivessem sido trabalhadas diretamente pelo dono ou seus feitores.

Na análise de Ferraz, o fato de que os portugueses continuavam tentando ampliar os seus domínios da Capitania de Pernambuco no médio São Francisco passa a chocar-se com o poderio e política da Casa da Torre³⁷ que continuava decidindo quem tinha acesso à região como sesmeiro e as fronteiras de seu território, a partir de critérios mais objetivos, ditados pela Carta Régia, superando a subjetividade da parentela mandatária. Assim, a tensão fundiária que não existia entre poder central e poder local começou a acontecer.

Conflitos entre arrendatários e a Casa da Torre proliferavam, levando o rei a emitir nova carta cancelando sesmarias concedidas que não comprovassem efetiva ocupação e, apesar de continuar a ser desrespeitada a norma real, um número maior de pessoas passou a possuir de fato sua terra. A estrutura de poder da região sofreu modificações com o enfraquecimento progressivo da casa da Torre.

A decadência e o declínio da pecuária, atividade econômica principal da região, e o aumento das disputas territoriais violentas entre Bahia e Pernambuco fornecem farta experiência de conflitos sangrentos e envolvem a manutenção do padrão de domínio patriarcal, no qual o costume da indivisibilidade do domínio assegura a permanência dos laços de solidariedade familiar, conforme assegura Vianna (1987). Ao mesmo tempo, serve de motivo para rixas entre famílias.

Segundo Ferraz (2006), a atividade agrícola se divide, então, em duas formas: a grande agricultura baseada no cultivo de algodão em larga escala, desenvolvido nas grandes propriedades, e a pequena ou de subsistência, praticada pelas famílias submetidas ao regime do latifúndio, dentro dessas propriedades ou fora delas. Isso a partir de um modo de sobrevivência daquela população interiorana pobre que se reproduz por fora do sistema econômico dominante.

O algodão, planta nativa, ganha expressão sobretudo por volta do início do século XIX. Torna-se rentável, na avaliação de Ferraz, pelo contexto da Revolução Industrial e independência dos Estados Unidos. Ele dá um novo contorno à economia sertaneja do São Francisco.

Pecuária e algodão, os dois esteios da economia do sertão, desenvolveram-se articulados tanto com as regiões exportadoras do açúcar e do tabaco quanto com a atividade aurífera e a indústria do charque, no Piauí. [...] Pelas dificuldades de comunicação, a agricultura de subsistência também se desenvolveu nas fazendas, havendo lavoura de milho, de feijão e de mandioca para a produção de farinha e beiju, tornando praticamente a fazenda auto-sustentável (FERRAZ, 2006, p. 40).

Isso significa que, embora mantido o modelo de exploração com base no latifúndio, dado que sua manutenção se configura como essencial, modificam-se as suas formas de reprodução na economia local, afetando a sobrevivência da pecuária de modo exclusivo, assim como a pequena agricultura de subsistência que compunha esse sistema de modo subordinado.

Furtado (1968) chama atenção para as transformações provocadas, especialmente ao perfil populacional, pela cultura do algodão no nordeste, na região da caatinga sertaneja. No século XIX, houve significativa atração de mão-de-obra, provocada pela fixação da economia

³⁷ Território de grande mandatário no sertão, tinha nos Garcia D'Ávila, o principal procurador e senhor. A Casa da Torre representava o domínio que se estendia onde hoje se encontram as áreas da Bahia, Pernambuco e Piauí, cobrindo os atuais municípios de Juazeiro, Sobradinho, Petrolina, Casa Nova e também parte do Piauí. Nenhum membro da Casa da Torre, entretanto, chegou a morar no Submédio, mas eram as autoridades que nomeavam os procuradores para o domínio de suas terras.

do algodão a partir de uma variedade arbórea nativa, o mocó, adaptada à seca, e., depois, cruzada para garantir sua expansão, permitindo uma penetração acelerada pela região. Isso se verifica, sobretudo, por conta do que o autor chama de “fome do algodão” provocada pela guerra civil norte- americana que proporcionou o enraizamento dessa economia. Segundo Furtado:

As conseqüências, para o sertão, da penetração da cultura algodoeira foram de grande significado. Ao criar condições para a absorção de quantidades crescentes de mão de obra, essa cultura permitiu às populações, que antes buscavam o Agreste para fundar uma economia de subsistência, deslocarem-se até o Sertão e aí encontrar uma ocupação permanente. O grande latifúndio pecuário evoluiu assim, para um economia de tipo misto. O algodão não apenas criava uma fonte de renda monetária ao proprietário, mas também proporcionava semente, cuja torta era excelente fonte de proteína para o gado. Por outro lado, a mão de obra que trabalhava no algodão deveria plantar , pára seu próprio sustento, “legumes”, nome que o sertanejo dá a tudo que tira da terra prá comer. E essas culturas de subsistência, feita a colheita, proporcionavam palha para o gado, o que também, vinha em benefício do criador (FURTADO, 1968, p. 173).

O que mais interessa da análise de Furtado sobre essa nova economia de tipo misto, relacionando de modo vantajoso a pecuária e o algodão são, entretanto, três aspectos. Em primeiro lugar, essa combinação modificou as bases da economia sertaneja. Do caráter do problema econômico das secas que afetavam a reprodução do gado mudou para o problema social de grandes dimensões, aportado pelo aumento populacional. Isso atingia principalmente os trabalhadores atraídos pelas novas chances de ocupação e pela fartura a que assistiam nas invernadas da caatinga e caíam no que Furtado chama de “armadilha”. Isto é, nas secas, os danos na produção do algodão são pequenos mas, na colheita de alimentos, são enormes e totais.

O segundo aspecto refere-se ao fato de que também atingia o modo de atuação do Estado sobre a região em relação à questão das secas. A emergência social tornava catastróficas as conseqüências do problema no sertão. Mesmo assim, desde o nascedouro desse processo de intervenção planejada a lógica utilizada pelos governos acompanhava-se da estreita visão dos potentados, os pecuaristas. Esta, naquele momento, era centrada nas necessidades do gado e não resolvia a questão social. Daí constituíram-se, provavelmente, as bases da necessidade de intervenção regional, por meio de sistemas de irrigação que irão se tornar emergenciais no século XX. Segundo Furtado:

Com o problema das secas assumindo as dimensões de calamidade nacional, o Governo federal passou a preocupar-se com o mesmo de forma direta. Desde começos do presente século [XX], foram criadas organizações especializadas com o fim específico de dar “combate às secas”, e importantes recursos, se bem que de forma intermitente, destinaram-se a esse fim. Os homens que reclamavam a ação do Governo federal, entretanto, tinham do problema das secas uma visão deformada pelos seus próprios interesses comprometidos. Eram os grandes latifundiários que mediam o tamanho da seca pelo dano que esta causava a seus rebanhos”. (...) Açudes médios e pequenos e aguadas de todos os tipos foram construídos aos milhares, permitindo a retenção de alguma reserva de água em praticamente todos os latifúndios de alguma expressão, o que deu maior estabilidade a pecuária. Estradas foram construídas em todas as direções facilitando a penetração do caminhão que transporta o gado para locais frescos nos verões mais rigorosos. (...) Entretanto, os grandes açudes, construídos para dar origem a importantes sistemas de irrigação que

deveriam abastecer de alimentos a população na ocorrência de seca, não passaram jamais de simples reservatórios de água. A desapropriação de terras destinadas à irrigação nunca pode ser efetivada, e quando se iniciou alguma obra de irrigação, esta foi realizada em terras de latifundiários, os quais, longe de preocupar-se com o problema do abastecimento da população durante as secas, passaram a cultivar qualquer produto de interesse comercial, inclusive cana-de-açúcar para produzir aguardente (FURTADO, 1968, pp. 175-176).

A terceira consideração está ligada à manutenção do tamanho das propriedades e da gerência do latifúndio que teria se beneficiado de todo o conjunto de políticas de irrigação. O resultado de um esforço que Furtado chama de extraordinário do Governo Federal, mas comprometido pelo desvio de objetivos do social para a pecuária. E, os quais atuaram no sentido de sua consolidação.

Esta observação relativa à permanência do latifúndio é ainda corroborada por historiadores que destacam a manutenção das medidas vantajadas das propriedades como forma de demarcação de poder. Segundo Ferraz, estratégias familiares de indivisibilidade territorial sempre foram adotadas pelos potentados. Mesmo considerando-se que nessa época, a terra possuía muito menos valor que os escravos ou os bens móveis. Mas isso se explicaria pelo fato de que a terra representava antes, “[...] um valor de meio de produção, de lugar de pertencimento, de entrelaçamento com a parentela, portanto, o território patrimonial, ao qual agricultores e pecuaristas estão enraizados” (FERRAZ, 2006, p. 43).

Segundo Ferraz, as fazendas não tinham demarcação clara, o que facilitava a apropriação de mais terras consideradas “sem dono” - de índios, de pequenos agricultores vizinhos, devolutas etc. Isso, ao mesmo tempo, fomentava tensões e disputas. Mas se alocavam próximas e seqüenciais e, deste modo, depois de desmembradas por processos de herança, não se fragmentavam necessariamente em termos de gestão e domínio, chegando a formar um território de parentela.

Decorre dessa constatação o fato de que os latifúndios não se dividiam, contrariando tese balizada de historiadores regionais, mas se completavam na forma de condomínios estabelecidos por casamentos entre parentes. Isso pode explicar, em larga medida, as configurações fundiárias do presente.

Mencionando pesquisa de Burlamaqui, Ferraz (2006) aponta essa evidência encontrada em fazendas de gado de Tacaratu e Floresta. Nelas seriam comum a presença de fazendas condomínios e condôminos parentes desde o primeiro até o sétimo graus. Nas palavras da autora, “... as fortunas cresciam e diminuía, mas não parecem ter modificado a natureza do latifúndio”³⁸ (FERRAZ, 2006, p. 45).

Sobre a questão fundiária ainda, verificada na época do povoamento, vale lembrar que a distribuição de sesmarias durou até século XIX (1822). Mas a historiografia aponta que esse sistema de apropriação nunca impediu a ocupação de terras por meio de posse. Muitos desses grandes ocupantes de terras, provavelmente os sesmeiros, sempre foram também posseiros de terras devolutas que alegavam ser de “ninguém”, isto é, nem do Estado nem sequer de particulares. Assim, suas propriedades se compunham de parte legalizada e parte ilegal que se

³⁸ Para o interesse desta pesquisa, é extraordinário saber que, no levantamento feito por Burlamaqui sobre a região no século XIX, e que serve de evidência para Ferraz, a historiadora menciona nomes de famílias que ainda detém poder nos dias atuais. São citadas pela autora: Lopes Diniz, Sá Araújo, Souza Ferraz, Novaes, Fonseca e Sá, Menezes Silva, Souza Leal, Souza da Silveira, Gomes de Menezes, Barbosa de Sá, Gomes e Sá, Teles de Menezes, Pereira de Sá, Paz Barreto, Rodrigues de Moraes. Na pesquisa de campo que desenvolvi em 2004 no chamado “Polígono da Maconha”, encontrei em Floresta uma disputa política acirrada entre duas dessas famílias, os Ferraz e os Novaes e um alto nível de tensão e envolvimento na crise que levou ao “Escândalo da Mandioca”.

“legalizava” posteriormente por um jogo de compra ou arrendamento e, finalmente, pela transferência a partir do sistema de herança. Essa situação parece ter se enraizado na região como modalidade de apropriação de terras, não necessariamente legalizadas e com base nas relações de poder.

Nos dias atuais, essa forma de “ocupação” poderia ser comparada com as formas de uso da terra para a agricultura comercial de maconha. Segundo Ferraz, até o sentido da rivalidade entre as famílias, característica que se constitui até os dias atuais no sertão, pode ser explicada pelos conflitos fundiários fundados nessa época da ocupação. E, que dão aparência de terem sido ratificados sequencialmente desde então: “por ausência de uma política de terras, os títulos de propriedade acabavam por não serem legalizados, o que acarretou profundas rivalidades entre famílias que viviam da economia agrícola ou pecuária” (Ferraz, 2006, p. 41).

Outrossim, apesar das condições da onipresença do latifúndio, é possível dizer que no Submédio sempre existiu uma modalidade de ocupação do território em pequena escala, pequenos sítios na caatinga e pequenos lotes na ribeira, denotando, desde sempre, a presença de pobres livres que circulam por fora do sistema econômico dominante.

Também Ferraz (2006), estudando o médio São Francisco, aponta que a pesquisa documental autoriza afirmar que “além dessas unidades denominadas de fazendas, encontram-se também, nos inventários, nos processos de demarcação de terras e/ou escrituras de compra e vendas, inúmeras alusões às roças, sítios e posses” (FERRAZ, 2006, p. 44). E que, “essas fontes auxiliaram o estudo sobre a dinâmica da coexistência entre a pequena e a grande propriedade” (FERRAZ, 2006, p. 44).

1.5 A cultura da violência

No âmbito das relações sociais constituídas desde o passado, vale destacar o papel da violência para além das modalidades de conflito. Isto se processa no cotidiano local como desdobramento de um modo de vida estabelecido nesse passado, que será constituinte de uma sociabilidade sertaneja que estará na base da reprodução de uma cultura regional que aqui será chamada de cultura tradicional, por oposição à cultura sindical que se entende como nova ou moderna.

Na presente pesquisa, esta nova cultura será assumida como hipótese E será considerada como decorrente de processos que se formaram durante a luta sindical dos trabalhadores rurais no século XX nesta região e que afetaram a cultura e a sociabilidade até então existentes.

Ao contrário do que se supõe de modo dominante na literatura, ainda no século XIX, a simultaneidade das presenças da grande e da pequena propriedade existiu de fato. Esse acontecimento afetou a reprodução social mais abrangente da região, por criar uma espécie de divisão de especialidades. Os pequenos sítios e roças se mantinham pobres, mas com auto-suficiência, de modo a conseguir, inclusive, atender a algumas demandas culturais importantes como festas de santo ou feiras com seu artesanato ou excedente.³⁹ Existe então a possibilidade de se supor indicações sobre a produção de um certo código do sertão com base na violência costumeira ou na tradicional briga de famílias que atingiam, no Submédio São Francisco, os homens livres na ordem escravocrata (FRANCO, 1983).

Em seu célebre livro, Franco (1983) oferece uma possibilidade de reflexão teórica sobre a existência concreta de sítios autônomos e sua vida. Destaca a presença de uma população de homens pobres, mas livres, que, mais tarde, José de Souza Martins (1981) vai identificar como o campesinato brasileiro em movimento constante à procura de terra,

³⁹ Franco (1983) pode nos ajudar a pensar por comparação, embora estudando outra região - São Paulo, o Vale da Paraíba. A experiência pode servir de parâmetro relativo à reprodução da população rural por fora do sistema econômico dominante, também em outras regiões do Brasil.

formando quase uma lei de população. Este movimento tensiona permanentemente a estrutura fundiária concentrada. Conforme Franco:

Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente, forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram, formou-se antes, uma ralé que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser (FRANCO, 1983, p. 14).

Esse raciocínio está focalizando situações como a dos espaços deixados pelos cafezais da agricultura de exportação de São Paulo e aproxima-se dos processos de ocupação do sertão enquanto fenômeno de geração de exclusão social e reprodução desse segmento. Este poderia eventualmente ser chamado de “camponês” nas brechas da vida auto-suficiente da produção e consumo das fazendas e currais pelas margens dos povoados. Ou, mais precisamente, de campesinato ribeirinho. Neste segmento social do sertão, também se verá a violência, desenvolvida outrora e que se encontra presente até os dias atuais em “novas roupagens”, como constitutiva da relação comunitária. Ela se torna item crucial para se compreender a vida social, em especial dos pobres desta região. Assim relata Franco: “A agressão ou defesa à mão armada, da qual resultam, não raro ferimentos graves ou morte, aparecem com frequência entre pessoas que mantêm relações amistosas e irrompem no curso dessas relações” (FRANCO, 1983, p. 23).

Embora esse fenômeno seja normalmente uma contraposição à idéia de comunidade, não a destitui de existência. Ao contrário, explica as condições de sua própria lógica de coesão com base na violência. Até hoje, essa definição se aplica como uma luva na sociabilidade sertaneja do Submédio.

Outra abordagem comparativa interessante para pensar a violência no sertão nordestino, vem dos conceitos construídos por Douglas Teixeira Monteiro (1974) em seu estudo sobre o sertão do Contestado. Ali, o autor afirma ter encontrado dois tipos de violência: a “costumeira” e a “inovadora” que fariam parte do que chama de um sistema patrimonial de dominação.

O corte comparativo pode acontecer sobre situações comuns como por exemplo o isolamento típico de regiões áridas sertanejas. Nele vigora a presença do vaqueiro com um certo tipo de autonomia e independência, ao lado de vastas terras disponíveis e uma agricultura menos valorizada, que dissemina a presença de pequenos posseiros e núcleos de famílias que sobrevivem do trabalho de subsistência. Nesse quadro, impera a norma da violência como sistema de coesão social.

Algumas vezes, parece que Monteiro fala do sertão do São Francisco ao afirmar que “... o sertão do Contestado é unanimemente descrito como um mundo de violência. Por questões de honra, violência por questões políticas, violência por questões de terra” (MONTEIRO, 1974, p. 37).

As formas de violência, portanto, se contrapõem a uma escala de motivações. E as formas de autonomia e subordinação se organizam num campo de ambigüidades, na construção do cotidiano. Isso ocorre para as comunidades que vivem nessas condições apontadas. Esse processo resulta numa consciência niveladora que será determinada e delimitada não pelos setores pobres e rústicos da população rural, mas pela ordem social e econômica, inclusive, do mandonismo dos fazendeiros. Assim, a *violência costumeira* que implicava em formas de subordinação ativas dentro de um senso de independência e longe das formas disciplinadas, também pode ser observada no Submédio São Francisco, como já

apontado. Ao explicar no seu cerne a importância da *honra*, Monteiro a descreve como aquela que se liga diretamente:

...ao reconhecimento recíproco entre subordinadores e subordinados como pessoas integrais, favorecendo um relacionamento difuso e não específico entre agentes sociais colocados em posições hierarquicamente superpostas. No que se refere às “associações morais” prevalecem orientações valorativas afetivas, difusas, particularistas e atributivas. Se estão em jogo, no relacionamento, qualidades pessoais, tensão e solidariedade se conjugam, não sendo possível, senão duas alternativas: cooperação integral ou conflito radical (MONTEIRO, 1974. pp. 41-42).

Neste âmbito é que se compreende em que medida as formas de solidariedade se tornam difusas e abrangentes e envolvem o comprometimento total das partes na realização de qualquer prestação ou contraprestação. Em cada caso, a gratidão é pacificamente eterna e integral. E, no oposto, quando se trata do desafio e da resposta à agressão, a ação se torna específica e focada na questão da *honra*, posto que:

... a *honra* é o núcleo que cimenta e dá sentido aos demais aspectos. Como a dignidade se fundamenta na *integridade*, a agressão dirigida a qualquer uma das “partes” (papéis sociais e símbolos sociais correspondentes) acaba por ser percebida como uma agressão ao ‘todo’ (MONTEIRO, 1974, p. 42).

Nesta formulação do autor, a ambiguidade inerente a esse tipo de sociabilidade ou violência certamente ajuda a entender o Submédio. Ela permite a idéia circular de que a violência em si é uma manifestação de compromisso e, simultaneamente, de independência para fazer valer essa mesma noção de compromisso, uma vez que, para cumprir o código de convívio, ser violento se torna legítimo. Isto é, acima e além das formas gerais assumidas pela lei, porque é expressão de pertencimento ao local. Nesta medida, a violência que Teixeira chama de *costumeira* aparece para os sujeitos como uma forma de resistência à sujeição.

A partir da pesquisa no Submédio São Francisco, pode-se afirmar que a resistência à sujeição pode ser encontrada desde o passado, nos eventos ligados ao banditismo independente e ao cangaço. Caracteriza-se como parte de uma violência rotineira que ainda se reproduz nos dias atuais na região e que, do mesmo modo, continua a criar outras formas de violência ou ilegalidade que também alcançam legitimidade popular: os casos do “Escândalo da Mandioca” ou do cultivo de plantas criminalizadas. Mas, entretanto, isso se estabelece dentro de um novo contexto que interfere de forma decisiva com a sua reprodução. E é isto que me interessa.

Primeiramente, existe um corte em função de novas determinações econômicas. Essas afetaram e modificaram o desenvolvimento regional e a composição demográfica do Submédio. Não menos importante, a população local passou por uma experiência política de largo espectro que possibilitou a vivência de formas diferentes de solidariedade e de organização coletiva, levando-a à obtenção de resultados reais em termos de conquista de direitos. É o que ocorreu no caso do reassentamento de Itaparica, em oposição às derrotas vivenciadas nos eventos de Moxotó e Sobradinho. Mas há uma sutil diferença em relação à *violência inovadora* levantada por Monteiro (1974, pp. 43), que não surgiria “com a ruptura da consciência de nivelamento, mas a partir de um embate sangrento”. O evento da Guerra de Canudos, ocorrido no Vale do São Francisco e algumas outras formas de resistência como os movimentos de Pau Colher e Casa Nova, por exemplo, se situam numa escala que pode ser medida, a partir desse parâmetro, como formas de atuação violentas e se verificaram ao longo do século XIX na região. Mas, para se pensar o momento atual e a expressão da luta sindical, o interessante resultado histórico parece mostrar que mesmo a cultura antiga da violência da sociabilidade sertaneja já não consegue se reproduzir de forma pura. O simples ato da experiência transitória da organização sindical (com referentes ligados às bandeiras dos

direitos, cidadania e paz, segundo a direção política principal do seu processo, a Igreja) já se inscreveram de modo definitivo na experiência social sertaneja.

Esta pesquisa, partindo desse pressuposto, entende que se torna fundamental recuperar a biografia do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Até o presente momento, ainda é preciso destacar de modo mais claro, alguns acontecimentos do século XIX, para se ter em tela um padrão cultural que ainda tem força no presente.

A situação política do sertão tem um momento importante na segunda metade do século XIX. As histórias regionais demonstram uma variedade de formas de composição para responder aos impactos provocados pela nova Lei de Terras de 1850. Isto significa que as décadas seguintes serão de acomodação ao novo modelo de propriedade e de definição das formas de ocupação das terras devolutas, as quais os fazendeiros procuravam incluir nas fronteiras de suas propriedades.⁴⁰

Em 1889, a instalação da República no Brasil em nada alterou o desenvolvimento do Nordeste e a situação do sertão.

No final do século XIX, para o início deste século, pesquisas já mostravam que havia 648.153 propriedades rurais, das quais cerca de 4% eram de grandes latifúndios de mais de 1000 hectares, ocupando 60% das terras. A grande maioria da população trabalhadora já quase não tinha mais terras para a sobrevivência (Instituto Popular - Memorial de Canudos, 1993, p. 7).

O centro da economia do país já não era mais o Nordeste. A cana de açúcar caiu para segundo plano, alguns fazendeiros mais endinheirados investiam eventualmente em São Paulo na plantação de café. Outros repassavam suas terras por fôro ou arrendamento, tornando-se absenteístas. De certo modo, um isolamento gradual vai se impondo ao Nordeste e criando um ritmo mais lento aos interesses econômicos e produtivos, embora a terra permanecesse congelada em grandes propriedades.

No sertão as coisas se repetiram numa versão piorada: os sitiantes, por falta de alternativas, permaneciam afastados de qualquer idéia de progresso e, aos nordestinos pobres, restava apenas a miserável condição de comerem das sobras dos fazendeiros ou seguirem para o Norte e trabalharem na extração da borracha ou ainda migrarem para São Paulo.

Entre os anos de 1877 e 1915 aconteceram vários períodos de seca. Na cartilha do Memorial de Canudos se informa em tom de denúncia:

Só para se ter uma idéia, na grande seca de 1877 a 1879, morreram cerca de 300 mil nordestinos. A estimativa é de que somente em 1878, a população deslocada do interior do Ceará totalizava 120000 pessoas [...]. A seca expulsa o homem do campo: mata-lhe a criação; queima-lhe a raça e não lhe resta sequer a água barrenta da cacimba rasa, cavada junto ao casebre [...]. Enquanto isso, os homens do governo da república – o “novo” regime de governo – ficavam brigando com os monarquistas (Memorial de Canudos, op. cit. p. 7-8).

É radical a violência da natureza sobre o homem já pauperizado e sem recursos de qualquer espécie. A saída religiosa, parte da tradição já consolidada, parece caber dentro da situação como uma alternativa mais forte no sentido de superar abstratamente a realidade adversa. Nesses idos, Antonio Vicente Mendes Maciel já havia chegado a Assaré, no Ceará, como Beato, e iniciara suas andanças, arrastando centenas de sertanejos que ouviam seus conselhos. Adentrou o sertão baiano onde construiu e restaurou igrejas, cemitérios e açudes. A Igreja reagiu, e o Arcebispo, preocupado com aqueles andarilhos unidos, enviou carta às

⁴⁰ Quanto à Lei de Terras, o que merece destaque na presente análise, é que se deve considerar sua condição de prioritariamente direcionada para o sudeste do país e o fato de que, nessas áreas mais abandonadas, inclusive pela Coroa Portuguesa, é provável que essa Lei não tenha chegado a gerar grande impacto nas formas de ocupação e apropriação da terra, mas sim por criar uma nova relação entre “proprietários” e trabalhadores, afetando de algum modo a sociabilidade e a reprodução das relações de poder.

paróquias, proibindo atendimento e abrigo às missões daquele que passou a ser chamado de Antonio Conselheiro, o profeta do sertão.⁴¹

Em 1893, começou o movimento que levaria à construção de Canudos. Desde o início houve resistência política contra os seguidores de Conselheiro. Estes, seguindo seu apelo, encontraram uma saída que tinha como marca uma determinação religiosa, inimiga da República. E que, para eles, representava e resumia todos os seus problemas:

Na vila do Soure, na Bahia, os conselheiristas quebram as tábuas dos impostos. No lugar chamado Maceté, município de Tucano, da Bahia, os seguidores de Antonio Conselheiro enfrentam a primeira reação armada contra eles e saem vitoriosos. Neste mesmo ano o líder e seus seguidores místicos fundam o arraial de Belo Monte. Foi erguida a Capela de Santo Antônio (COSTA, 1994, p. 72)

A história de Canudos revela também características marcantes do campesinato sertanejo que se expressam fisicamente até hoje como uma marca. Aparece como um sujeito que pode ser definido numa mescla de misticismo e politização, de guerra e ‘paz armada’. É representado no gestual e na performance social por uma espécie de embrutecimento que se traduz na fisionomia e na comunicação lacônica: um olhar duro, mas, ao mesmo tempo, leal, provavelmente expressando o conteúdo intrínseco da violência do sertão e a natureza áspera à sua volta. Assim como essa natureza se transforma quando chove, ele, o sertanejo, se amacia quando se apaixona por uma idéia ou uma parceira e, por ela, é capaz de matar ou morrer.⁴² Assim, misticismo e politização, guerra e paz armada representam o conteúdo de uma violência que envolve o público e o privado, o Estado e os pobres, revelando-se novamente ambigüidades no sertão do São Francisco.

O massacre de Canudos denota a desproporcionalidade da ameaça à ordem nacional.⁴³ Canudos produziu um pequeno arraial com sua organização. E demonstrou, pela resistência armada e alguma ajuda da geografia, o domínio do sertanejo sobre as características do terreno e do ambiente. Os seguidores de Conselheiro, a população de Canudos, chegou à impressionante cifra de 25.000 habitantes que dispuseram-se a lutar até à morte para manter sua cidade e sua opção política. E, é com perplexidade poética que Euclides da Cunha (1992) descreve o cenário desse embate:

Na plenitude das secas é positivamente o deserto. Mas quando estas não se prolongam ao ponto de originarem penosíssimos êxodos, o homem luta

⁴¹ A saída religiosa como caminho para os problemas estruturais do cotidiano é fértil e rica. Na tradição popular nordestina, que inclui a sertaneja, segundo Costa (1994), existem cinco ‘profetas’: Pe. Ibiapina, Antonio Conselheiro, Pe. Cícero, Beato José Lourenço e Frei Damião. Todos são considerados milagreiros, mas apenas Conselheiro seria articulador de uma proposta de solução coletiva organizada. Por isso o movimento que desencadeou foi enquadrado na literatura como fanatismo religioso e, na literatura sobre movimentos sociais, inclusive na classificação de Hobsbawn (1993), de “banditismo social”.

⁴² Embora sem tantas digressões, em conversa com minha orientadora sobre esse “tipo social” (como a literatura o descreveria e como ele ainda é presente apesar de ter passado por tantas mudanças), a idéia que surgiu foi a de que esse tipo seria melhor descrito por Graciliano Ramos em *Vidas Secas* e o personagem “Fabiano” poderia representar a sua melhor síntese. Como disse Graciliano, “Fabiano não fala, grunhe!”, mas ao mesmo tempo, revela uma imensa e incondicional capacidade de afeto que se traduz de modo igual por seus filhos, sua mulher e por Baleia, a cachorrinha vira-lata que acompanha o destino da família.

⁴³ Nas palavras de Edmundo Moniz: “A primeira expedição contra Canudos foi comandada por um tenente; a quarta por quatro generais, numerosos coronéis, majores, capitães e tenentes. A primeira expedição compunha-se de cem soldados; a segunda de seiscentos; a terceira de mil e duzentos; a quarta de cerca de dez mil. Num exército de vinte mil. A Primeira, a Segunda e a Terceira foram abatidas em combates de horas; a Quarta durou quatro meses, e por várias vezes esteve perto de ser destruída. Salvou-se graças ao grande reforço que recebeu quando se achava em perigo, o que representou, pode-se dizer, uma Quinta expedição. Entre a preparação das expedições e as batalhas travadas, a campanha de Canudos durou de 4 de novembro de 1896 a 6 de outubro de 1897. Não se tratava de uma simples insurreição de sertanejos e sim de uma guerra civil”. (IN: Memorial de Canudos, 1993, p. 25-26)

como as árvores com as reservas armazenadas nos doas de abundância e, neste feroz combate, anônimo, terrivelmente obscuro, afogado na solidão das chapadas, a natureza não o abandona de todo. Ampara-o muito além das horas de desesperança que acompanham o esgotamento das últimas cacimbas (CUNHA, 1992, p.48).

Mas Euclides também mostrou que o sertão, penoso e implacável com as secas, com apenas algumas gotas de chuva começava a florescer e se tornava rapidamente irrigado, verdejante e generoso, em nada lembrando a paisagem de antes: “e o sertão é um vale fértil, um pomar vastíssimo, sem dono” (Cunha, 1992, pp.48). Quem vive lá sabe, por isso não o abandona, só em último caso. Este fato provavelmente possui uma relação com a chamada bravura do sertanejo. Além de “bom de briga” também usa sua força e resistência para superar o sertão das secas.

A partir da truculenta reação repressiva do governo e dos potentados da região, ahistória permitiu que se observasse como a interpretação dominante da ameaça de Canudos se constituía plena de preconceito em relação a uma comunidade de fanáticos religiosos extremamente pobres. Estes, como disse Euclides da Cunha, descobriram como lidar com a adversidade ambiental do sertão. E se propuseram a fundar seu território numa daquelas “terras sem dono”.⁴⁴

As condições de vida da população fora do jugo dos fazendeiros coronéis, antes e após a revolução de 1930, era remota. Havia somente o que Gonçalves (1997) chama de “banditismo independente”. Lampião foi seu maior representante e o movimento messiânico de Pau-Colher e Casa Nova se conseguiu constituir como alternativa: o primeiro aterrorizava a população, mesmo que, uma vez por outra, praticasse a máxima de “tirar dos ricos para dar para os pobres”. Guardava ambigüidades e era tolerado pelas elites locais. Já o movimento messiânico, ao contrário, foi perseguido e destruído com brevidade. Eles propunham, de certa forma, uma nova ordenação da vida social, baseada numa origem divina a partir da qual todos seriam iguais perante Deus: a lei e os homens. O que excluía e ameaçava a autoridade dos coronéis.

O cangaço “independente”, com forte presença no nordeste, e em especial no Submédio, era assim nomeado na análise de Gonçalves (1997) por representar uma resposta ao cangaço submisso ao interesse mais comum e disseminado dos coronéis. Por isso também atacavam fazendas, sítios, cidades e povoados e não se limitavam às querelas e intrigas entre famílias, bem analisadas por Marques (2002)⁴⁵. A aliança com coronéis era circunstancial em função de interesses de momento, mas não perenes a ponto de interferir na sua independência.

Diferentemente, demoraram a serem atacados pelo governo e, quando o foram, foi mais em função de sua independência, que desafiava o poder das autoridades locais e do Estado, do que por sua ideologia. Esses bandos compunham a estrutura de poder dominante na qual “fazendeiros coronéis” eram administradores de todas as coisas, portanto, com uma autoridade baseada no poder armado dos seus jagunços. Ao lado dessa ordem privada, apareciam os capangas do governo.

⁴⁴ O impressionante para se entender os dias de hoje apareceu de modo inusitado. Dentro do conjunto de transformações que irão afetar o sertão, a questão hídrica será sempre o caminho pelo qual o desenvolvimento econômico acontecerá. Em 1969, a velha cidade foi coberta pelas águas do rio Vaza-Barris que são represadas no açude Cocorobó, mas, com a falta de chuvas que afetou o fornecimento de energia no país, em pleno governo Fernando Henrique Cardoso (2001), corre a notícia de que as águas baixaram e apareceu a torre da Igreja. Os jornais deram conta de que silenciosamente centenas de pessoas acorreram ao local para ver Canudos.

⁴⁵ As questões desse livro se aplicam a vários momentos desse texto. Por exemplo, as brigas de família se constituem na base da coesão social, e, portanto, elas é que promovem a construção da identidade. O que historicamente foi sendo delineado de tal modo que por ser parte de uma das famílias, de constituição não necessariamente consangüínea, aufere um sentido de pertencimento de grupo. Cada família em litígio é uma parte da experiência social bem concreta, um modo de viver e de ser. A outra parte não é família, e nestas localidades, o modo de enfrentamento precisa ser nominativo.

O clima nos povoados era terrível. Os moradores sofriam as conseqüências dessa arbitragem entre as forças colocadas em disputa. Quando perseguidos e pegos, eram acusados de apoio e conivência com a oposição ou com o cangaço. Do mesmo modo, os inimigos declarados nesse palco de guerra quando aprisionados, se não matavam, faziam pior: “expunham suas vítimas a terrível desmoralização surrando-as, estuprando as filhas e esposas, forçando a se despir em público, e a tomar-lhes dinheiro e bens.” (GONÇALVES, 1997, p. 143)

Essas ações plantavam terror e duraram mais tempo do que as ações de Canudos e foram responsáveis por um dos mais significativos movimentos de saída do campo de levas de migrantes nordestinos. De alguma maneira, juntos, movimento messiânico e cangaço, e sua contraface, a migração, representaram válvulas de escape para os segmentos subalternizados num contexto em que a mobilidade social era impossível.

Entretanto, é lícito afirmar que, no terreno da sociabilidade, a violência historicamente se conforma em vários matizes e dimensões. Esse território em discussão – o Submédio São Francisco – se constitui dentro de uma dinâmica na qual violência e ambiguidade se combinam. E a resistência não é ausente na ação dos segmentos subalternizados, seja ela coletiva ou individual, seja progressista ou conservadora, seja moralmente ética ou não.⁴⁶

1.6 O isolamento econômico do Submédio São Francisco

O isolamento do Submédio das demais regiões do país vai se tornando crônico diante de sua importância cada vez mais marginal na economia, mesmo com o esforço centralizador de 1930 em relação ao Estado Nacional e a presença das leis, que passam a se colocar como uma fronteira de direitos universais e objetivos entre os potentados e os pobres de modo geral. Sabe-se que, em todo o país, a objetivação desses poderes particulares foi ampla, mas ocorridas a partir de muitas especificidades.

Afinal, essa visão sobre o Submédio São Francisco tem que ser pensada como um isolamento que se constitui dentro de outro, o enfático “isolamento do Nordeste”, relacionado aos processos de desenvolvimento em curso no país.⁴⁷ Naquela região se definiu também um modo de vida que responde em termos do tempo de exposição dos agentes sociais ao isolamento, proporcionando efeitos importantes sobre sua sociabilidade e cultura, tornando-se mais homogênea por defesa ou em função da baixa influência externa, num sentido oposto ao da experiência das regiões litorâneas.

Nas conclusões de seu estudo, Ferraz (2006) informa que essa condição, de fechamento e isolamento, acaba por revelar criações próprias em resposta aos desafios e produz, por exemplo, formas híbridas de relações de trabalho, referindo-se à quarteação, um sistema somente encontrado nessa região.

[...] para manter a relação vaqueiro e patrão criou o regime de quarteação, no qual o vaqueiro podia se apropriar de 1% da produção do gado; para comercializar e receber sua produção e receber mercadorias de outras paragens utilizou o rio São Francisco como via de acesso a outras capitâneas e províncias surgindo um significativo mercado interno; para vestir seus vaqueiros protegendo-os da vegetação espinhosa, inventou o gibão de couro, as camas, as mesas, os assentos, os objetos para guardar comida

⁴⁶ Marques (2002), estudando as intrigas e questões de família, elabora um raciocínio que se aplica aqui. Nas sociedades nas quais o conflito é a norma da coesão social, é forte a interpenetração dessa regulação sobre a atuação do Estado. Isso seria uma espécie de instância do “mundo sertanejo” que, neste viés, sempre redefine e traduz as regras gerais do Estado, tendo forte influência sobre ele. Pensar o Estado, nesses contextos, significa reconhecer essas interpenetrações como parte da realidade.

⁴⁷ Estudo clássico sobre o papel do Nordeste aparentemente atrasado que teria se subdesenvolvido ao encaminhar seus excedentes para sustentar o desenvolvimento industrial do sudeste foi elaborado por Francisco de Oliveira (1977).

sólida e líquida, enfim uma civilização do couro; para preservar a carne e levá-la a grandes distâncias ou mesmo para conservá-la como alimento às populações sertanejas buscou o uso do sal e inventou a charqueada; para solucionar conflitos entre os homens instituiu uma ética própria, baseada na fronteira entre homens rudes e místicos, facínoras e heróis, cangaceiros e fanáticos (FERRAZ, 2006, p. 48).

Gonçalves (1997) defende os efeitos estruturais do isolamento na formação da sociabilidade no submédio São Francisco e faz um relato convincente para expor seu raciocínio, calcado numa certa determinação econômica com reflexos geográficos. Demonstra que a cultura não se esgota nesse isolamento, ou nas consequências de um processo de homogeneização forçada, impedidora da reprodução de uma diversidade interna, mas se desenvolve a partir de uma certa unidade.

A sociabilidade fundada dentro dessas condições torna-se, então, singular. O isolamento pode ser identificado e qualificado a partir de certo ritmo e temporalidade, na aferição da dinâmica e das formas de contato que representem uma identidade para essa região na sua relação com o resto do país:

O isolamento da região do São Francisco, das demais regiões do país iniciado na Segunda metade do século XVIII, propiciou a formação de uma cultura homogênea e com características próprias, só idênticas à cultura das demais áreas do sertão nordestino, igualmente pecuário, isolado e decadente. Contrariamente às regiões litorâneas, sempre em contato com o mundo e dele recebendo influências por meio de informações, migrantes e produtos, a região do Submédio São Francisco debruçou-se durante dois séculos em isolamento quase completo. A gente que aqui vivia, isolada em pequenos círculos geográficos, por anos e anos, cruzou-se continuamente entre si e conviveu apenas entre si, surgindo daí uma grande identificação dos membros de cada coletividade que se alimentou de forte nível de consangüinidade e de laços de afinidade como o compadrio, o cunhadismo, etc. (...) Os laços de parentesco existentes entre os membros das comunidades, além de reforçarem a identificação, funcionavam como mecanismo que possibilitava a defesa e a ajuda mútua dos indivíduos em uma região, onde, por um Estado ausente, as contendas eram resolvidas diretamente pelos contendores. (GONÇALVES, 1997, p 145, grifo AMMR)

Quanto à determinação econômica do isolamento, na construção de uma territorialidade para o Submédio, o autor introduz novo argumento:

O caráter autárquico da economia reforçava esse isolamento. Dentro da condição de miserabilidade em que subsistia, sua população produzia quase tudo que consumia. Este detalhe fomentava também o isolamento das áreas que formavam a região, cada uma vivendo alheia à outra, quase sem manterem contatos entre si. A frágil ligação entre as várias áreas era efetuada por meio do fraco comércio que não conseguia se desenvolver (GONÇALVES, 1997, p.145).

Vale ainda pensar em Antonio Cândido e seu conceito de 'bairro rural' e em Marx e o campesinato isolado como 'sacos de batata'. Finalmente, em Oliveira Viana, no contraponto, quando analisa a auto-suficiência do latifúndio no parâmetro da riqueza porque aqui se teria o mesmo fenômeno, mas no parâmetro da pobreza, desenvolvendo sistemas de troca e ajuda mútua como base da sociabilidade cotidiana.

Ferraz (2006) critica a historiografia regional e discute o sertão do Submédio tomando a Zona da Mata como contraponto, sobretudo em suas conclusões com relação às formas de dominação existentes. A autora discorda que se possa simplificar a compreensão da região em termos dicotômicos. Para ela, é equivocado pensar que se têm uma região mais dinâmica,

agroindustrializada, como os engenhos de cana, adotando um modelo escravocrata e desempenhando um papel estratégico na economia nacional, estando articulada e integrada à sociedade mais abrangente do litoral, mas com um padrão autoritário medido pelas relações de produção, baseadas na escravidão e que o sertão teria se constituído numa sociedade mais fechada, marcada pelo isolamento geográfico, político e sócio-econômico, mas, provavelmente, com uma estrutura de poder mais aberta.

Gonçalves (1997) também oferece destaque a essa condição de isolamento do sertão e do fechamento interno de sua sociedade como uma dimensão explicativa da sociabilidade e da cultura. Como Ferraz (2006), não reforça a tese de um tipo de poder mais flexível, apenas pela condição secundária do modelo escravocrata na reprodução das relações de produção dominantes.

Para ambos parece razoável a afirmação de que essa descentralização era apenas aparente e as formas de poder local no ambiente do sertão fossem tão autoritárias, quanto as existentes no litoral. Isso se deveria provavelmente muito mais à grande disponibilidade de terras livres que iam sendo apropriadas por potentados ou sitiantes e também ao modo de ocupação do território que operava pela lógica de que as fazendas não tinham limites de demarcação. Com tamanha extensão distavam todos, sitiantes e fazendeiros, dos centros comerciais. Essa seria a explicação do motivo pelo qual se tornavam auto-suficientes, isolados e fechados em seu sistema auto-reprodutivo, dando ao sertão uma certa singularidade, mas nunca uma maior liberalidade no âmbito das relações sociais. Certamente porque isso não dissolve a construção de relações fortemente baseadas na autoridade patriarcal que opera com métodos e códigos de repressão particulares e arbitrários, além de subjetivos ao extremo, e, portanto, pouco flexíveis e nem por isso reprodutor de uma estrutura de poder menos centralizada e violenta do que a escravocrata. Aliás, há mais afinidade entre sertão e litoral nessa violência como norma, do que diferenças essenciais na forma de organização do poder. Mas essas diferenças podem ter resultado num certo padrão de sociabilidade que se torna típica do sertão, e que o isolamento reforçou.

Segundo Ferraz, nessa extensão de território inóspito, atacado por secas e desligado do litoral (por onde passava a dinâmica nacional e se organizava o mercado), mantido numa espécie de invisibilidade produzida pelo abandono das autoridades, fundou-se uma sociedade violenta e patriarcal, mas, no entanto, habilitada a enfrentar suas adversidades por conta própria, gerando, paradoxalmente, certo tipo de solidariedade coletiva que originou tradições marcantes.

Assim, também pelo isolamento e por necessidade de defesa, o sertão sempre esteve presente e também desenvolveu formas autoritárias derivadas desse próprio fechamento, gerador de forte esquema de concentração e de um poder violento e bélico, diante das necessidades de manutenção de sua sobrevivência: das guerras contra os índios e contra as parentelas concorrentes, além de um esquema tático no sentido da aquisição de mais terras legitimamente ou não.

Desde muito cedo na sua história, o Submédio São Francisco foi se transformando num lugar em que as relações entre Estado e cidadãos se constituem quase de modo codificado e muito subjetivadas. Por isso precisam ser desvendadas em cada contexto para que se possa compreender a mais repetida explicação para o impacto de uma agricultura comercial de maconha na região, segundo as falas de diferentes atores em diferentes lugares da estrutura social e com diferentes papéis, de que o Estado é ausente, ou que a região é abandonada pelo Estado. Só desvendando as histórias é que essas interpretações ganham sentido, uma vez que essa região, paradoxalmente, é justamente uma das áreas que sofreu maior quantidade e intensidade de políticas de Estado em resposta, eficaz ou não, à questão da seca.

1.7 As transformações recentes na região

A partir dos anos trinta, uma série de políticas de Estado voltadas para o desenvolvimento rural do país atingiu direta ou indiretamente a região e afetou as populações subalternizadas do Submédio São Francisco, modificando suas condições de existência. A autora da Fonte (2006), teve o mérito de organizar e classificar as políticas públicas pela perspectiva do rural, cotejando eventos considerados de modo dominante como parte exclusiva da história da industrialização do Brasil. Esse painel me ajudou a dar conta dos efeitos da subordinação da agricultura, e a destacar alguns processos, como as mais importantes intervenções do Estado na região.

No período de 1930 a 1945, no primeiro governo Vargas, segundo da Fonte (2006), “a crise geral da economia mundial e a Revolução de trinta” conduziram à federalização das políticas de fomento e ao apoio aos produtores rurais agroexportadores, criando ou reestruturando instituições estatais por produto: café, açúcar, farinha, borracha, cacau, algodão e fibras. O maior impacto para o sertão pernambucano, além da sustentação e defesa dos produtores e da produção de algodão, veio por meio do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), feito diretamente para aquela realidade e também, a partir das mudanças na política de migração, que conduziu enorme contingente de mão-de-obra para o sul e sudeste. Do ponto de vista do sertão, ao contrário, as primeiras obras do DNOCS ainda retinha pelo menos em parte a escassa presença de trabalhadores envolvidos com a agricultura de subsistência. Sobretudo aquela composta pelos agregados e colonos, vivendo dentro dos latifúndios.

Entre 1945 e 1964, o que da Fonte classifica como “democracia liberal populista”, “foi dominado por um novo ciclo de valorização do café” no pós-guerra. Neste período, verificou-se, na minha leitura, um impacto indireto na região, envolvendo Pernambuco e Bahia, uma vez que seus produtos voltados para o mercado externo, algodão, açúcar e cacau, perderam competitividade, mas conseguiram compensar suas dificuldades, por meio das autarquias federais, das políticas de garantia de preços mínimos e do crédito rural. Estes eram subsidiados pela expansão da infraestrutura de transportes e armazenamento e abertura de estradas.

Mas nada afetou diretamente os trabalhadores e a população pobre do sertão. Ao contrário, reforçou no litoral o setor agroindustrial da cana e, no sertão, a agropecuária combinada com o algodão, que atraía mão-de-obra. Expandiu a demanda por alimento nos pequenos lotes dos moradores do latifúndio, mas depois, na seca, não encontravam qualquer suporte para permanecerem, ou sobreviviam dentro das piores condições.

Segundo Furtado (1968):

No sertão, as melhores condições para expandir a pecuária, criadas pelas obras do Governo, e o aumento da produção de algodão com financiamento oficial permitiram que crescesse a população, o que exige um aumento da produção de alimentos em terras cada vez mais sujeitas à irregularidade climática (FURTADO, 1968, p. 178)

Prado Jr (1979), analisando os dados do Censo de 1950, onde somente eram registradas enquanto propriedade rural as “agricolamente organizadas e normalmente produtivas” (PRADO, 1979, p. 33), o que representava apenas 27,2% do território nacional naqueles idos, confirma o binômio característico do Nordeste ainda mantido em mais da metade do século XX e que se estabelecia em termos de agricultura no litoral, e pecuária no interior. Entretanto, permitindo um embasamento para as observações aportadas nesta pesquisa, destaca o papel da agricultura de subsistência na região do “Polígono das Secas”, praticamente cruzando com a afirmação de Furtado. Com isso expõe as mudanças iniciadas a partir da agricultura de algodão que, aumentou a densidade demográfica e, criou novas demandas sociais no sertão:

O interior semi-árido é no seu conjunto essencialmente dedicado à pecuária. Mas as atividades agrícolas têm nele papel muito mais importante que os estranhos à região freqüentemente julgam. O vulto relativo da agricultura, em confronto com a pecuária, pode ser avaliado nos dados comparativos da área ocupada, nas diferentes zonas fisiográficas em que se subdividem os estados nordestinos, respectivamente por lavouras e pastagens”. (...) Ora, verifica-se nos dados que as lavouras ocupam em muitas zonas tipicamente sertanejas do Nordeste, áreas não somente próximas das pastagens, mas em alguns casos até superiores, o que significa uma acentuada predominância da agricultura (PRADO JR., 1979, pp. 36 e 38).

Prado Jr. refere-se tanto à cultura do algodão cuja extensão das propriedades reforça a sua tese sobre concentração fundiária já significativa, existente na região, assim como em todo o país. Mas destaca estatisticamente as pequenas propriedades voltadas para subsistência, que ele chama de minifúndios, e que também aparecem em quantidade expressiva.

Os dados para o caso do sertão do São Francisco, encontrados por Prado Jr., mostram a manutenção da predominância da pecuária. Mas a mudança, para ele, estava exatamente na presença, que cresceu muito no século em curso, da agricultura no sertão. Os dados com os quais trabalhou apontavam que, na área total de 473 848 hectares, existiam 36 280ha de lavouras e 169 915 ha de pastagens. Como novidade, para ele, aparece o fato de que, desagregando-se um pouco mais, para detectar especificamente o Médio São Francisco, em 1523 451 hectares, já se contavam 30 002 ha de lavouras para 266 329 ha de pastagens.

Quanto à distribuição por tamanho, na zona do sertão do São Francisco, 92,2% dos estabelecimentos media menos de 100 ha cada em média e ocupavam apenas 30,4% do total; enquanto agregando-as de 100 ha a mais de 200 ha chegava-se à conta inversa: apenas 7,6 propriedades concentravam 69, 6% da área total (PRADO JR., 1979, p. 40).

Deriva daí um acentuado dualismo na situação respectiva de dois tipos de atividade rural: de um lado, a que objetiva um produto de alta expressão comercial (...): de outro lado, as atividades subsidiárias que são sobretudo as que objetivam a produção de gêneros de subsistência da população local (PRADO JR., 1979, p. 50).

Finalmente, enquanto no estado de Pernambuco, Prado Jr. (1979, p. 43) encontrava 43,3% de mão-de-obra ocupada entre assalariados, semi-assalariados e parceiros “assimiláveis a assalariados” (a maior concentração estando no litoral, nos processos de assalariamento da cana que absorvia sozinha 81 % da mão-de-obra), o sertão do São Francisco apresentava menor índice: 18,3%. Entretanto, isso já demonstra uma alteração interessante: quase 20%, considerando-se a baixa demanda de mão-de-obra típica da pecuária. Nos anos 1950, o sertão teria experimentado um indubitável crescimento demográfico relativamente ao isolamento e vazio demográfico característicos da região no início do século. O importante a reter é que o campesinato ribeirinho aparece nesses dados, ocupando um espaço e se fixando no sertão, tendo uma função estratégica em termos de abastecimento alimentar da região. Ainda que não consiga ser suficiente, o aumento populacional começa a gerar situações de instabilidade entre os menos aquinhoados e, de algum modo, dá suporte às mudanças que vão acontecendo no desenvolvimento econômico regional.

Segundo Prado Jr. (1979), nos anos 1950, essas mudanças aconteceram num ritmo rápido no sertão do São Francisco e foram profundas. Provavelmente, a mais importante delas atingiu a pecuária e se processou na transformação do sistema de “quarteação” existente para as formas graduais de assalariamento:

Fato semelhante se verifica na pecuária do sertão nordestino, onde a antiga e tradicional prática de “quarta” vem sendo progressivamente substituída pelo pagamento de salário fixo mensal. Essa transformação é devida à alta conjuntura que atravessa a exploração da pecuária de corte, graças ao

crescimento do consumo e conseqüente valorização da carne. O “negócio” que a pecuária representa para o proprietário do sertão nordestino, adquiriu com isso grande expressão comercial e se tornou altamente rentável. Isso lhe proporciona disponibilidade financeira que faz possível, e comercialmente muito mais interessante, o pagamento dos trabalhadores em dinheiro. E, assim, apesar da resistência desses trabalhadores, que se sentem desvantajados, e o são realmente pela nova forma de pagamento, ela se vai difundindo cada vez mais. Patenteia-se assim que a aparente relação de parceria entre fazendeiro e vaqueiro que o sistema de “quarta” faz pensar, não passa na realidade – nas condições de hoje, pelo menos – de maneira cômoda e vantajosa para o primeiro de remunerar seus empregados. Tanto assim que é sem mais substituída pelo salário, logo que este se faz mais conveniente para o proprietário (PRADO JR, 1979, p. 65).

Interessante pensar sociologicamente nas conseqüências dessa situação apresentada por Prado Jr., em termos de seus efeitos sobre a sociabilidade sertaneja, de status e posição social no âmbito da “cultura do couro”, ocupada por vaqueiros e pelo esquema de lealdade com os proprietários. Estas podem ter se desdobrado nessa ruptura de confiança no “acordo tácito” que existia com a quarteação.

Outra mudança, destacada por Furtado e que merece consideração nessa década e na seguinte é o aumento da cidadania no campo que ocorre via sistemas eleitorais e alfabetização em massa. Por meio do processo, as mudanças no Nordeste aconteceram num ritmo rápido, nessas décadas, por meio do que ele chama de “multiplicação de governos como meio de participação na arrecadação federal” que ampliam o padrão de urbanização no interior, e também afetam o sertão.

As limitações legais à criação de novos municípios são burladas abertamente, criando-se governos municipais novéis para comunidades de poucas centenas de pessoas. Esses governos locais dão impulso a formas rudimentares de vida urbana, pois despendem o que recebem do Governo federal criando serviços públicos e alimentando uma burocracia incipiente. A existência de atividades comerciais e burocráticas nesses povoados dá lugar a um começo de vida social que atua como força corrosiva sobre o prestígio dos antigos chefes políticos. O horizonte de preocupações se amplia e a política toma caminhos novos, tornando-se cada vez mais difícil o controle do eleitorado (FURTADO, 1968, p. 180).

O autor contrapõe na sua análise aquilo que considera desenvolvimento irracional da agricultura, referindo-se às conseqüências da combinação entre pecuária e agricultura, à “armadilha infernal” do clima adverso que fragiliza a agricultura familiar que foi atraída para o sertão e também ao aumento da politização dos nordestinos, para pensar o que ele chama de “formação de um potencial revolucionário”, podendo modificar as condições de existência dos pobres na região. Não obstante Furtado considera que no sertão seja muito mais difícil a possibilidade de expressão dessa politização em termos de tomada de consciência e da vontade de modificá-la com sua própria ação.

O problema social do sertão resulta do excesso de população que ali continua a acumular-se apoiada em uma oferta de alimentos totalmente instável. Contudo, pelo fato mesmo de que a população vive em comunidades de vizinhança, lá repercutem as tensões sociais das outras áreas em particular do Agreste. As vitórias que alcancem os camponeses nesta última zona, no sentido de reduzir a renda da terra, terão seguramente, repercussões na área sertaneja (FURTADO, 1968, pp. 177)

Foi Furtado (1968) que, nesse contexto, desenvolveu uma interessante hipótese sobre o período, em relação às condições de mobilização e de organização dos trabalhadores rurais nas duas áreas. De fato, a década de 1950 será marcada por lutas sociais importantes em

Pernambuco, concentradas sem dúvida no agreste (Ligas Camponesas) e no Litoral (o sindicalismo emergente).

É deste modo que a literatura determina que o sertão fará silêncio nesses tempos, mas ressurgirá com força durante a ditadura militar que procurou desmobilizar as lutas dos anos 1950, bem depois do Golpe Militar de 1964, numa reação gradual e lenta, mas persistente e crescente à provável intervenção mais profunda do Estado naquela região, que se estabeleceu numa postura de total desconsideração com os interesses e destino da população que sofreria os efeitos negativos e diretos do modelo energético novo: primeiro em Moxotó, depois Sobradinho e, por último, Itaparica. Nesse momento, a história começou a mudar.

Foi, portanto, voltando à cronologia da Fonte (2006), nos anos para os quais a autora endossa a classificação consagrada na literatura como “Autoritarismo Burocrático” (entre 1964 e 1974) que acontecem as transformações mais radicais no sertão, a partir de um planejamento governamental estratégico (o primeiro PND ou Plano Nacional de Desenvolvimento em 1972/74), que instituiu a “subordinação do planejamento regional à política econômica nacional”. Isso no clima do chamado “Milagre Brasileiro” que pretendia mudar a posição do país, elevando-o ao contexto dos países desenvolvidos. A mesma autora cita um trecho do documento da Presidência da República, a partir do qual pode-se ter uma idéia da importância estratégica da região e do rio São Francisco nesses planos, e o alcance dos efeitos definitivos dessa política geral para o sertão. Entre os objetivos do 1º PND, destacavam-se:

Desenvolver a agricultura empresarial no Centro-Sul; tornar viável a agricultura nordestina (racionalização da estrutura agrária, introdução de novas tecnologias, irrigação, etc.), assentando-se esta ação especialmente sobre o Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo à Agroindústria (PROTERRA) no Norte e Nordeste; modernizar estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas (Apud DA FONTE, 2006, p. 61).

Com relação à redistribuição de terras para o Nordeste, o PROTERRA não significou a democratização da estrutura fundiária a nível regional, muito menos ainda para o sertão e funcionou mais em termos de política migratória pela atração da população pobre para um processo de colonização da Amazônia. No entanto, trouxe uma expansão importante para os complexos agroindustriais, principalmente no Centro Sul e Sudeste, e também no Nordeste. E isso exigia duas coisas: energia e sistemas de irrigação.

Será apenas depois do II PND que as obras das Barragens no São Francisco na região, apresentadas neste estudo, começarão a acontecer, durante o Governo Geisel, período que Fonte classifica como “Distensão e Transição Democrática” (1974-85) e que se dá após a crise internacional do petróleo que tornou mais urgente a tomada de medidas pelo Estado brasileiro.

Autarquias como a CODEVASF e CHESF foram fundadas dentro do programa maior de desenvolvimento regional (Polonordeste) que previa: “...crédito agrícola, extensão rural, infraestrutura, tecnologia, serviços de saúde, educação, etc., tendo como população meta pequenos produtores rurais” (DA FONTE, 2006, p. 63).

Apesar de excluírem os trabalhadores rurais assalariados, a essa altura em volume muito maior em função dos processos de proletarianização em curso nas décadas anteriores, os pequenos produtores referidos ficam demarcados por produtos. E, destacavam-se basicamente entre eles, os produtores de algodão, cebola e tomate. Ficavam de fora os posseiros e sem terra, residentes nas grandes propriedades em número crescente na região, bem como o “campesinato ribeirinho” focado nesta pesquisa. Na verdade, se dividiam entre os que tinham capacidade de produção daqueles produtos da pauta, e os outros, posseiros e sem terra de modo geral.

Vale mencionar o fato, de que as autarquias trouxeram para as cidades do sertão um contingente expressivo de funcionários públicos federais, afetando-as em termos de diferenciação social. Eram os novos ricos com autoridade real em termos de repasse de recursos que, combinados ao status político de seus cargos e profissões técnicas, criaram uma camada média nova de abastados, dotada de poderes que ou chocavam-se com os esquemas de poder local, ou, como visto na maioria dos casos, aderiam a eles. Junto com a questão apresentada por Furtado, esse processo de diferenciação modificará de modo importante a politização dos agentes sociais e a expressão do poder local no sertão.

Importante lembrar, entretanto, que todas essas políticas ocorrem aos olhos da população subalternizada de fora para dentro e de cima para baixo. Não podem ser pensadas como um processo que elimine a dinâmica dos acontecimentos dentro da história e da cultura a nível local, mas afetam de modo drástico a reprodução da sua sociabilidade e das suas condições de existência.

Será nos marcos da “Distensão e Transição Democrática” (DA FONTE, 2006), entre os anos de 1974 e 1985, um período coberto pela Ditadura Militar mais enfraquecido também questionado pelo fato de seus resultados econômicos e sociais se fixarem aquém do que se propunha, que acontecerá a mobilização dos trabalhadores atingidos pela Barragem de Itaparica e a construção de sua organização política mais importante que os levou ao Acordo de 1986 isto é, os acontecimentos se desenrolam . com o advento de uma transição acordada para o retorno do governo civil no país. Este é o cenário do evento que chamam de “a grande luta” dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco.

Nesse mesmo período, a primeira alegação que aparece nas falas dos trabalhadores da região, para justificar o cultivo de maconha, irá incorporar o tema na agenda da Segurança Nacional, sobretudo a partir de 1987. Neste marco se estabelecemos fatos relacionados ao que se pode chamar de consolidação da agricultura comercial de maconha no sertão, tendo, aparentemente, uma certa relação com medidas econômicas do governo.

Os depoimentos dão conta de uma crise provocada pela exportação de cebola que começa a minar a economia camponesa ribeirinha. E, os fatos irão se multiplicar no governo seguinte de Collor de Mello. Os analistas dos jornais de Pernambuco estabelecem uma relação entre a expansão do plantio ilícito, e a quebra frontal desse campesinato. A partir disso, ocorrerá de modo mais intenso para garantir a reprodução da agroindústria em detrimento da agricultura familiar.

E, mais uma vez, a questão econômica e a política nacional afogam a dinâmica social regional. E mantém o sertão submerso pelos interesses gerais. Nesse quadro, a ação dos trabalhadores dará um novo sentido. E, de certo modo, representará a modernidade supostamente pretendida até então pelas elites para o interior do nordeste. Mas essa atuação dos trabalhadores aparecerá finalmente organizada por uma luta de grande espectro, complexidade, estratégia e tática, o que será desenvolvido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

2 A EXPERIÊNCIA SOCIAL E A VERSÃO AUTO-BIOGRÁFICA DA IDENTIDADE DO PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

No submédio São Francisco onde o sindicalismo mais combativo cresce e se estrutura nos vários níveis como consequência do conflito determinado pela expulsão de camponeses residentes na área de influência da Barragem de Itaparica, o ano de 1979 também assinala uma fase de maior impulso e propagação de uma programação de atividades voltada para a defesa das condições de reassentamento compatíveis com os interesses dos agricultores. Naquele ano, com sindicatos fundados em quase todos os municípios da área, articula-se de maneira mais sistemática o trabalho conjunto que enfatiza as lutas comuns às várias entidades. De fato, de tal articulação nascem e formalizam-se ações intersindicais, agrupadas em uma entidade intermediária entre os sindicatos e a Federação de Trabalhadores Rurais, denominada “pólo sindical” (Araújo, 1990, Pp. 55).

O PSSSF, a unidade central de investigação desta tese, se constitui no Submédio São Francisco, em 1979, como síntese de uma atuação política que se inaugura a partir dos efeitos socialmente nocivos provocados pela construção das Barragens de Moxotó, nos idos de 1968, e de Sobradinho, entre 1973 e 1978.⁴⁸

Funda-se como uma tradição de luta conjunta ao lado da modernidade emergente dos mega projetos hidrelétricos: a luta sindical rural a partir de um Pólo no mesmo formato da intervenção estatal: interestadual e intermunicipal, agrupando e organizando todos os atingidos pelas obras, por meio dos organismos sindicais de primeiro e segundo grau e instrumentalizando-os para uma ação de mobilização de suas bases, afinadas no mesmo projeto político que se concretiza, a partir de 1975, em defesa dos atingidos pela Barragem de Itaparica.

A realidade dos mega empreendimentos energéticos no país pode ser, sobretudo no caso da população rural, vista como um problema dramático considerando-se que o Estado define uma opção tecnológica que passa a ser imposta à sociedade, sem diálogo com aqueles mais diretamente atingidos em termos de custos sociais. A decisão impositiva se abate sobre esses segmentos, como uma proposta em relação à qual eles raramente conseguem dimensionar a extensão e significado, embora afete de modo radical não apenas o chamado padrão campones, que constitui o sistema produtivo que desenvolvem sobre uma base física determinada, mas também todo o patrimônio material e simbólico acumulado por eles em suas comunidades. (Sigaud, 1992).

Mas nem todos os atingidos podem ser nivelados. Quanto aos grandes proprietários e membros das elites, por exemplo, diferentemente dos camponeses, a reação não é uma atitude contrária ao Estado. Configura-se antes como uma acomodação a novos interesses. Segundo Sigaud (1992), descrevendo a situação de Sobradinho que antecedeu a de Itaparica, mas que se repetiu lá mais tarde:

⁴⁸ “Pólo é um nome dado a um protesto, nós não fizemos o Pólo. Pólo foi um nome dado ao que nós conseguimos integrar de uma luta conjunta entre duas federações e vários sindicatos” (Alcides Modesto, assessor desde a fundação da entidade, entrevistado em 2001)

A privatização de grandes extensões de terra por fazendeiros da região, políticos, membros das elites locais e grupos de fora atraídos pelos investimentos do Estado em infra-estrutura (sobretudo estradas), parece ter se processado durante todo o período de construção da barragem. Enquanto os camponeses – sem suspeitar das implicações da obra e interessados apenas em continuar a viver como sempre o haviam feito, i.e., perto do rio – aguardavam a definição de seu destino, aquilo que viria a ser a borda do lago foi sendo progressivamente apropriado. (Sigaud, 1992, pp. 25).

Neste capítulo⁴⁹ se dará destaque ao que denomino como a versão autobiográfica da entidade, e que seria a expressão do modo como seus militantes antigos e novos reconhecem a sua história de origem e avalizam como narradores alguns nomes que se apresentam como os principais autores dessa trajetória.

Essa tentativa irá conduzir a uma das versões da história e apontará o que chamo de identidade político cultural da agência. Como se verá, essa versão coloca no primeiro plano a consideração de que, embora os trabalhadores rurais tenham feito a história e atuado de modo ativo e direto, a representação sindical delega aos primeiros assessores que organizaram o trabalho junto aos atingidos de Itaparica, a autoria prioritária na construção da narrativa. Trata-se, portanto, de um relato elaborado sobre as ações dos trabalhadores que é desenvolvido e produzido pelo agente de mediação, parte de um processo de orientação política e evangelizadora conduzido pela Igreja Católica. Esse é o motivo pelo qual os conteúdos elaborados terminam por revelar, de modo posicionado, as contradições existentes com o segundo mais importante mediador dessa luta, o movimento sindical de trabalhadores rurais. Araújo (1990) respalda essa afirmação quando afirma:

A atuação da Igreja na região se inicia, de forma ainda incipiente, em 1973, apoiada no trabalho de um único religioso, em município da Bahia que seria inundado pela barragem; a aproximação com os sindicatos, no período 1975-76, concentra-se nos esforços dirigidos à organização dos pequenos produtores. A mobilização empreendida tinha como pressuposto a necessidade de unir os trabalhadores como passo decisivo para o enfrentamento do processo desagregador representado pela barragem (...) Na margem pernambucana, muitas atividades que prenunciam indícios de lutas foram inspiradas pela Comissão Pastoral da Terra, do Regional Nordeste II, da CNBB. Em 1977 (...) intensificou-se o apoio da Pastoral da Terra da Regional Nordeste II, com a presença constante de membros da equipe regional (na área de influência da represa). Assim, a crescente participação da Igreja no movimento se confirma, ampliando-se no ano seguinte, 1978, com o apoio das pastorais da terra dos Regionais Nordeste II e III (Araújo, 1990, pp. 42,43).

Pelo exposto, entende-se que entre os militantes, assessores e alguns dirigentes que até hoje se encontram na gestão do Pólo, os autores considerados legítimos, apontados por todos ao pesquisador, de modo unânime como dotados dessa “autoridade”, sejam basicamente representados por duas vozes: as dos agentes pastorais Padre Alcides Modesto e Irmã Josefina. Depois, muito tangencialmente, assumem a autoridade pela reprodução da memória identitária, os demais: o assessor jurídico, Dr. Celso, que veio de São Paulo por meio da Igreja, e alguns dirigentes que ainda hoje estão ativos na condução da entidade ou em torno dela, entre eles, Eraldo, Ademar e Osvaldo, que foram iniciados no sindicalismo a partir da ação da Igreja. Tornaram-se a ponte necessária com a atuação sindical ao se constituírem

⁴⁹ Dedico este capítulo a Beto Novaes, em homenagem ao dia em que ele – assessor do sindicalismo da Paraíba – teve a palavra cassada no microfone durante o IV Congresso da CONTAG “por não ser trabalhador rural” e porque, dentro do ideário “cutista/petista”, defendia o pluralismo sindical do qual a direção da CONTAG discordava de modo radical. Eu era assessora da FETAEMG e esse dia e esse ato revelaram para mim a emoção inesquecível de estar participando de uma luta de trabalhadores de modo real.

como profissionais nessa atividade política, no sentido de Bourdieu (1989). Finalmente, o último e atual assessor, Jorge Atílio Iulianelli, filósofo que presta serviço ao PSSSF por meio da Organização Não Governamental (ONG), Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço e é, na verdade, um dos intelectuais que mais textos produziu e ainda produz sobre a atuação do PSSSF e seus problemas.

2.1 Pressupostos Iniciais

Meu interesse aqui, não é o de procurar reconstruir, por meio de diferentes fontes, a história do PSSSF, mas assumir essa premissa posicionada de seus agentes mais importantes até hoje e revelar como ela se apresenta. Importa-me conhecer intelectualmente o Pólo e sua auto-afirmação acerca de sua origem para, a partir desse reconhecimento, chegar a uma compreensão sobre o impacto provocado pelo cultivo de maconha sobre essa agência do modo como ela se auto-representa, ou se auto-imagina ser. Isso porque, segundo considero, a entidade é movimentada por pessoas reais e suas convicções interferem de modo concreto na identidade da agência que conduzem. Por essas razões, esse capítulo foi elaborado a partir de entrevistas realizadas com estes poucos e quase exclusivos narradores oficialmente reconhecidos e que, até hoje, são apresentados como porta vozes da versão legítima da sua história oficial pelos diretores ou militantes, ⁵⁰

Araújo (1990), afirma, a partir das entrevistas que realizou, que, embora prioritariamente envolvida com o trabalho pastoral nas comunidades e entendendo as questões trabalhistas como da alçada do sindicalismo, as relações estreitas entre essas instâncias se confundem, e o papel da Igreja parece realmente ter uma certa centralidade no desenrolar dos acontecimentos. Por isso a autora concluiu que:

Em certo sentido, ela [a Igreja] agia como mediadora entre as comunidades e o sindicato, embora um assessor entrevistado tenha afirmado que: “A gente não pode dizer que a Igreja tava dentro do sindicato, pelo contrário, ela, às vezes, até não gostava da situação”. (Araújo, 1990, pp. 43).

O mais interessante é que, quando Araújo fala desse assessor em outro momento, ela o apresenta como aquele cuja “história pessoal está intrinsecamente relacionada ao movimento camponês em Itaparica”. (Araújo, 1990, pp. 43). Esta autora destaca, finalmente, acerca da presença da Igreja, que “...a linguagem cristã é encontrada (...) nos relatos de acontecimentos contidos nas letras dos cânticos divulgados durante as concentrações de trabalhadores” (Araújo, 1990, pp. 44), que “...a Igreja se faz presente também na própria forma assumida pelos atos públicos coordenados pelo movimento sindical, em que além dos cânticos são revividos aspectos do ritual cristão.” (pp. 45) e que “a adoção de práticas e interpretações de natureza religiosa constitui, nos primeiros momentos de mobilização, a forma mais importante de aglutinação utilizada” (pp. 45).

A discussão pertinente a essa situação colocada deste modo é relativa ao papel da “mediação” nos movimentos sociais organizados e, acrescentaria, envolvendo o problema da ausência da voz direta dos trabalhadores nessa história, substituída pela fala e pela interpretação dos mediadores. Esse tema já foi explorado por Martins (1983), criando polêmica ao afirmar que em particular os camponeses em geral delegam suas vozes para as lideranças ou para os mediadores.

Mesmo assim, ousou uma licença metodológica no sentido de elaborar a idéia dessa ausência como uma vantagem para a construção do meu enfoque. Como o recorte do objeto desta tese é restrito à entrada do cultivo ilícito na agenda do Pólo e, na medida em que eu assumo o Pólo como uma fonte subjetiva de elaboração intelectual de escolhas relativas à definição de quando e como se dará a entrada desse tema na pauta da agência sindical,

⁵⁰ As transcrições estão todas arquivadas em Koinonia e abertas ao público especializado, considerando-se questões de segurança que o tema envolve. Ver também, sobre o tema deste capítulo, Ribeiro e Iulianelli (2002).

pretendo introduzir brevemente o problema da “mediação” antes de me dedicar à descrição dessa versão, intencionalmente autobiográfica, do PSSSF.

Segundo Romano (1994), são sempre tensas e conflitivas as relações que se constituem em torno dos mediadores, como aqui é o caso entre Igreja Católica e indicalismo rural, e entre o espaço dos mediadores e o ambiente, heterogêneo, dos mediados – os trabalhadores atingidos pela Barragem de Itaparica. E afirma ainda que essa experiência se organiza dentro de uma complexa rede que conecta mediadores e mediados por meio de um feixe relacional no qual os conflitos e as negociações se desenvolvem criando momentos e estados diferentes, tensionados ou consensuais. Apreendo com o autor que não se pode supor como simples ou estática a condição da mediação, tampouco o papel do mediador ou a posição do mediado, mesmo que, na aparência, se possa pensar na existência de apenas dois lados ou extremos diferenciados. Por trás do porta-voz se coloca essa condição e um universo de situações que nem sempre se explicitam, mas que determinam tanto o patrimônio simbólico quanto as posições políticas previamente incorporadas e intencionalmente divulgadas.

Pessanha (2004) ainda aporta mais complicadores para a compreensão desse processo social. Segundo a autora, quando estuda agentes de desenvolvimento que se percebem como instrumentos de reordenação social e corretores de tendências na sociedade, pode-se perceber em que medida essa mediação, num contexto político e cultural que desconsidere esse jogo complexo de diferenças, parte do pressuposto de que *a priori* o mediado não consegue ou não pode partir de um projeto político próprio, e

Depende assim, de alianças com outros agentes que se apresentam como portadores de intenções de comunhão de interesses; que se apresentam como capazes de formular sistematicamente as demandas e como porta-vozes da crença e na eficácia e na legitimidade da proposição (Pessanha, 2004, pp. 6).

Mas, de modo geral, em qualquer situação e proposta, Neves (2004) ainda destaca que a mediação sempre deverá ser percebida, na sua diversidade dinâmica como a colocação em prática “... de formas de dominação destinadas à construção de diferenciados princípios de integração e de distintos estilos de vida e de concepção de mundo.” E que as atividades mediadoras devem ser pensadas como aquelas “... necessárias ao encontro de sistemas de saberes, à produção de engajamento e adesões e à gestão de recursos materiais e simbólicos.” (Neves, 2004, pp. 4)

No caso em pauta, e como se verá na seqüência do texto, a mudança de concepção e de visão de mundo em torno de uma cultura de luta coletiva, aliada a um conteúdo pacifista de justiça foram aportadas de fora, para dentro da realidade dos sertanejos do Submédio, como conceitos e acúmulo simbólico desenvolvidos pela Igreja Católica; e pelo sindicalismo, como um instrumento organizado a partir de um projeto que se estruturava em outro lugar, na CONTAG, e com a pretensão de se reproduzir a nível nacional. Nesta medida, a mediação também envolve a disputa por hegemonia de propostas que, embora se materializem num determinado lugar, não são geradas apenas para a sua singularidade.

Para Novaes (1994), a mediação é definida e sedimentada no pressuposto da existência da assimetria econômica, da dominação política, das diferenças culturais, e do isolamento existente entre as partes, dentro de uma situação enraizada e fundamentada pela sociedade abrangente. Ela pode se estabelecer “para o bem” (para o questionamento da dominação) ou “para o mal” (adaptação e reprodução de projetos alheios aos interesses do mediado). Mas, em acordo com os demais autores, ela também pensa que se deve perceber a mediação na sua condição de flexibilidade e polissemia, sobretudo quando referida aos processos sociais em curso no meio rural.

Segundo Novaes (1994), no Brasil, a questão agrária ganhou destaque acadêmico e político, e os camponeses se transformaram em atores políticos no período de liberdade

democrática vigente entre os anos 1950 e 1960. Nessa medida, não por acaso, os estudos desse período nas Ciências Sociais não utilizavam – por provável ausência de necessidade introduzida pela realidade social – a categoria de “mediação”. Pode-se afirmar então, com a autora, que se demonstra essencial uma consideração histórica conjuntural para datar a significação desta categoria,

Nessa época, buscava-se, através das ligas, movimentos, sindicatos e partidos, a *representação* ou a *direção*. De outros segmentos sociais esperava-se apoio ou *alianças*. Creio que a questão da mediação deixou de estar restrita ao vocabulário dos antropólogos para contaminar o discurso de outros estudiosos do campo brasileiro partir dos anos 70, principalmente depois que se delineou um modelo de desenvolvimento do capitalismo concentrador de terra e poder. A formulação da exclusão dos trabalhadores rurais, de sua não-cidadania ou de uma cidadania de segunda classe, traz consigo a quase necessidade do uso da categoria mediação. (...) E não me parece sem conseqüências o fato dessa aceção do termo ter ultrapassado fronteiras disciplinares durante o regime militar, nos anos da chamada modernização conservadora e, por fim, em uma conjuntura que mundialmente questiona o papel da representação dos sindicatos, a teoria da direção dos partidos. (Novaes, 1994, pp. 179).

No ponto de vista da autora, a mediação externa ainda deve ser ponderada como uma ação recente e que destaca o agente dessa mediação pelo fato dele ser portador de recursos humanos e materiais que são essenciais para romper o isolamento e para estruturar os movimentos sociais, embora, além desses recursos, também sejam introduzidos os que ela chama de recursos simbólicos: “adesões, oportunidades de construção conjunta de símbolos e reafirmação de valores” (Novaes, 1994, pp. 179).

Por fim, destacando entre vários agentes externos na mediação – organizações não governamentais, universidades, Estado, “coronéis” e Igreja –, Novaes aponta a singular característica desta última no uso simultâneo da condição de mediador pela externalidade, determinada pela hierarquia sistêmica da instituição, e pela internalidade, “pelas características da vivência católica no Brasil que passa a idéia de que é o próprio *povo*, sem mediação que está falando” (Novaes, 1994, pp. 180).

Assim colocado, acredito ter encontrado algum tipo de explicação mais objetiva para minha opção no sentido de definir a identidade “autobiografada” do PSSSF prioritariamente por meio do discurso articulado pelos agentes pastorais católicos que foram aceitos e reconhecidos como os dois principais porta-vozes do movimento que levou à criação desta entidade e cujas histórias pessoais se confundem com a própria dinâmica do movimento. Como diria Novaes (1994):

Aliás, o que é mais externo nas áreas rurais no Brasil: os espaços articulados pela fé ou o tipo de representação proposto pelos sindicatos e partidos? É esta a situação que favorece o uso das narrativas e imagens religiosas em diferentes movimentos, mesmo quando eles se autonomizam em sua relação com a Igreja Católica. (Novaes, 1994, pp. 180)

Enfim, não pretendo mais do que usar do poder arbitrário de recortar a realidade para ser conhecida pela ciência, tendo em vista um determinado objetivo e, para tanto, preciso informar as características mais essenciais desse meu recorte para com isso indicar ao leitor o

que esperar ver na análise: a explicitação do lugar legitimado do mediador na produção da memória.⁵¹

Algumas questões poderiam nos levar mais adiante e fundo se fosse possível sair do espaço desta tese: seria possível resumir o PSSSF a uma síntese de mediações que se afinaram num mesmo sentido, com o discurso da Igreja? E, ao lado de Novaes ainda valeria a pena refletir sobre esses agentes pastorais como lideranças do Pólo e parafrasear sua pergunta: “Com que a trajetória pessoal desses personagens pode ter contribuído para o desenrolar do movimento?” (Novaes, 1994, pp. 182).

2.2 A versão do PSSSF sobre sua história

A história se processa por ações e visões múltiplas acerca dessas ações, produzidas pelos diferentes agentes, mesmo dentro da mesma dimensão classista da ação, quando iguais assumem posições ideológicas alternativas para o que fazem e que resultam ou se concretizam num fato único e comum. Aqui o interessante se definiu pelo fato de que os ditigentes sindicais atuais pareciam ver o processo constitutivo desse mesmo fato como mais importante do que o próprio fato.

Defendem então a “versão” mais do que os resultados, tomam o fato não pelo seu final, mas pelo seu encaminhamento, de modo sutilmente diferente, porque assim nele se incluem e, dessa forma, podem se ver fazendo a história. Nessa medida, consideram que a sua versão é tão importante quanto a versão objetivada e levantada cientificamente por uma média de acontecimentos classificáveis como prioritários. Na realidade, a versão em si transforma os seus intérpretes em sujeitos e princípios essenciais da narrativa da história. De certo, isso me interessava: não exatamente o que pode ter sido, mas de que modo quem realizou a ação interpreta o significado dessa experiência.

Neste tópico tentarei mostrar a elaboração dessa versão construída por seus porta-vozes que afirmam que foi um movimento “de baixo para cima”, o que conduziu a CONTAG (que priorizava a luta dos canavieiros) a encaminhar a luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica e, finalmente, a aceitar e absorver essa identidade política dos “atingidos” na luta sindical nacional. Segundo essa fonte, a visão construída pela análise organizada no âmbito do trabalho eclesial teria sido essencial. E dentro desse discurso autobiográfico se coloca, como fio da narrativa, a pergunta: o Pólo nasceu de um trabalho do sindicalismo da CONTAG ou de um trabalho de base feito pela Igreja que precisou pressionar muito e inclusive disputar (mesmo que veladamente) com a CONTAG a direção dessa luta histórica?⁵²

Essa interpretação será o cenário a partir do qual passarei à refletir acerca dos sujeitos que irão lidar com o problema do plantio da maconha, sobretudo a partir dos anos 1990, dado que eles se apresentam como uma trajetória que se define por sua imagem auto construída. Por esta razão, se faz necessário conhecer a versão que explicita seus autores, ainda que eu possa, eventualmente, buscar suporte na literatura para certas passagens.

Considero que, para a compreensão da história nacional, a CONTAG cresceu com a luta dos sertanejos atingidos pela Barragem que passou a fazer parte de sua pauta, assim como essa luta “em baixo” cresceu e se reproduziu no ambiente nacional, graças à sua incorporação

⁵¹ Memória aqui é entendida como representação que qualifica seus agentes do modo como eles querem ser vistos e representados, com o equipamento simbólico necessário para a construção de sua identidade, algo que não pode ser ignorado quando está em pauta mais a identidade do que a própria história.

⁵² Segundo Araújo (1990, pp. 40) “... no resgate histórico dos conflitos envolvendo a população ribeirinha do São Francisco fica patente a ausência, às vezes, o comedimento quase sempre, das entidades sindicais – Federação e sindicatos – nos primeiros passos dados para a organização dos atingidos pela Barragem de Itaparica.” E ainda: “Naqueles anos, a Igreja Católica intervinha nas mobilizações, constatando-se, em consequência, a presença de religiosos nas áreas de conflito; o trabalho eclesial se realizava via sindicato, o que certamente contribuiu para a renovação das propostas de atuação do órgão classista”. (Ibidem, pp. 39)

pela CONTAG. Mas a forma como cada lado dessa ação compreende o que se processou é o que, a meu ver, permite chegar perto da “experiência” de sua construção. Numa escolha arbitrária e justificada metodologicamente, a seqüência deste texto estará dentro do campo defendido pelos agentes da Igreja Católica, o mesmo que irá construir, anos mais tarde, a “interpretação” sobre a relação entre o cultivo de maconha e a atuação do PSSSF.

A criação do Pólo se dá nos marcos da ditadura militar no Brasil e da ação sindical que se inaugura na CONTAG, nos anos 1970, a partir de um grupo de trabalhadores pernambucanos que assume a direção da entidade e passa a dar fôlego à defesa dos direitos no campo, criam um projeto político cujos princípios serão confirmados em seu III Congresso Nacional⁵³ e cuja ação será definida por Santos Filho (1986), como “complexo CONTAG”⁵⁴. A colocação em prática desse projeto político culminará com as sucessivas greves dos canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco. Um projeto cheio de contradições, avanços, recuos e impasses, que foi sendo delineado pela experiência sindical rural no país.

A luta por direitos conduzida pela direção da CONTAG, encabeçada por José Francisco da Silva, ladeado por Francisco Urbano de Araújo Filho, será estrategicamente ampla e legalista e fará da entidade de terceiro grau um espaço de integração nacional e unificação de diferentes demandas e encaminhamentos, e da categoria “trabalhador rural” um guarda-chuva para cobrir as diversas identidades forjadas em lutas concretas no campo, no Brasil daqueles idos. Nesse período, isso representava uma resposta eficiente e articulada para a defesa dos trabalhadores rurais, frente à diversidade de demandas setoriais que, sozinhas, não poderiam se expressar com êxito, considerando o quadro geral da repressão política existente no país: uma só estrutura se movimentando por todos era mais forte do que dividida por cada denúncia, cada demanda, cada indignação.⁵⁵

Essa atuação organizada criou uma nova e múltipla identidade para os “sertanejos” associados ao sindicalismo do Pólo deste período: a de “trabalhadores rurais” envolvidos no projeto sindical mais amplo do “complexo CONTAG” que os unificava a nível nacional, e a de “atingidos pela Barragem”, que os singularizava e remetia à sua condição social e à sua pauta de luta específica.

Segundo relato dos agentes que participaram do processo, foi o trabalho da Igreja, que poderia ser chamado de “trabalho de base” ou de atuação lenta e persuasiva, numa militância miúda, mas persistente junto às comunidades pobres, politizando-as a partir da cultura e da religião, que, de fato, teria criado a argamassa social que mais adiante se organizaria numa grande luta contra a Barragem de Itaparica. A Igreja, na sua presença integrada por religiosos considerados progressistas em várias regiões do País, que encontravam respaldo teórico na Teologia da Libertação e político junto a determinados membros dentro da hierarquia do

⁵³ Sobre o III Congresso que marcou um divisor de águas no sindicalismo rural brasileiro, ver Medeiros, (1981)

⁵⁴ “O movimento sindical rural (...) é formado pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Federações estaduais, Sindicatos e Delegacias Sindicais. Apesar de gozarem de autonomia umas em relação às outras, formam um complexo de instâncias articuladas entre si. Articulação coordenada que não só possibilita a expressão do local no nacional e vice-versa, mas também a elaboração de políticas e comportamentos comuns” (Santos Filho, 1986, pp. 4)

⁵⁵ Entretanto, quando a conjuntura mudou, com o processo de “abertura” pressionado pela sociedade civil que se organiza no movimento pelas eleições diretas e pelos movimentos sociais já existentes no Brasil, a divisão dos trabalhadores rurais em suas lutas específicas se torna uma necessidade inevitável e a tendência para manter a unificação – explicável na tentativa do grupo na direção da Contag de conservar sua hegemonia – se tornará uma atitude defensiva. Relativamente, a luta específica que se prolifera na diversidade das situações de exploração pelo capital no campo, criando novos atores e gerando nova metodologia de ação política, acabou por criar uma pressão que se traduziu nas contradições que apareceram, sobretudo a partir do IV Congresso da CONTAG, quando a manutenção do “complexo” que supunha um jogo de alianças com dirigentes não necessariamente progressistas, será questionada firmemente por um grupo de trabalhadores mais diretamente afetados pelos processos de expropriação e que acabarão por constituir o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” como uma instância separada e por fora do sindicalismo.

clero, nunca assumiu que construía uma “direção política”⁵⁶. Ao contrário, buscava na forma “sindicato” o encaminhamento das mobilizações com as quais se envolvia e, nesse caso, precisava se submeter à direção política do sindicalismo contaguiano e “atuar” dentro dele.

Por quê? Por razões tático-organizativas e estratégicas que favoreciam a legitimidade e a legalidade desse canal para a demanda dos trabalhadores frente ao Estado. Mas isso não quer dizer que essas ações conduzidas pela Igreja (seus representantes progressistas) não disputassem a direção dos encaminhamentos políticos para o caso com o qual estavam envolvidos e pelo interior da estrutura para onde conduziam sua militância.

Assim descreve Alcides - o primeiro assessor da CPT na Bahia a conduzir o trabalho de mobilização dos atingidos pela barragem de Itaparica - a situação precária da Igreja na região para a construção de um apoio e porque o sindicalismo, mesmo inexistente ou desmobilizado, era a melhor opção:

O que aparecia aqui eram os movimentos de comunidades de base da Igreja. Quer dizer, eram os movimentos das comunidades de base da Diocese de Bonfim e da Diocese de Floresta. Só havia esses dois pólos de trabalho, tanto assim que aquele trabalho de Dom José lá em Sobradinho, ele passou a freqüentar muito aqui os nossos trabalhos porque os nossos Bispos não nos davam cobertura, nem o de Bonfim, nem o de Floresta. O de Floresta era Dom Francisco Xavier. Então, essa situação, eu estou colocando porque quando nós optamos achar que através da Instituição da Igreja não era suficiente para conduzir esta luta, nós optamos pela entidade sindical como instrumento legal da luta para os trabalhadores. (entrevista realizada em 1999).

As relações entre esse grupo que renovou efetivamente o sindicalismo rural no Submédio São Francisco, apesar de combinadas e inseridas no mesmo campo de atuação, e o “sindicalismo contaguiano” não eram lineares, mas tensas e disputadas.

Na análise de Araújo (1990), os primeiros anos de organização dos trabalhadores rurais do Submédio foram difíceis, mesmo apesar da mobilização espontânea e crescente, face às ameaças de desapropriação de suas terras pelo governo militar, as quais eram conduzidas pelas autoridades locais, de modo autoritário e arbitrário, e sem que houvesse qualquer informação ou decisão acerca de algum tipo de compensação pecuniária ou um possível reassentamento planejado. Para a pesquisadora, existem dois elementos principais na evolução do movimento social do Submédio São Francisco que devem ser destacados. O primeiro deles refere-se à força da atividade pastoral da Igreja já mencionado, e o segundo, à

... a repercussão do movimento sindical rural, visto sob uma perspectiva nacional, considerando-se as novas orientações que o levam a criar o ‘Programa Nacional de Treinamento Sindical’ e a organizar encontros sistemáticos na área do Vale do São Francisco” (Araújo, 1990, pp. 42).

Na realidade, esses encontros regionais eram endossados por forte mobilização e comparecimento dos ‘atingidos’, levados pelos agentes da Igreja e pelos novos dirigentes sindicais que se formavam e, ao final, amarravam a nova data para o próximo encontro. Assim, integrando o trabalho miúdo, do cotidiano, conduzido pela Igreja, no interior do movimento sindical rural e re-qualificando-o, a presença dos “atingidos” de Itaparica ganhou as manchetes e provocou debates intensos entre os representantes políticos do País.

⁵⁶ Araújo (1990, p.39-40) reforça essa interpretação: “Assim, a partir do teor e da forma dos documentos elaborados pelo movimento sindical, na segunda metade dos anos setenta, pode-se constatar a importância da participação dos religiosos nas mobilizações e no encaminhamento das discussões, embora tal fato, considerado em si mesmo, não invalide a hipótese de que as manifestações traduziam, até certo ponto, uma forma “espontânea” de reagir às pressões e ameaças da CHESF, na medida em que as vanguardas que atuaram naquele momento não se identificavam como direção do movimento”.

Nesses anos, a repressão sobre os movimentos sociais era draconiana. O sindicalismo rural, incipiente nessa região,⁵⁷ acabou sendo formado, segundo Araújo (1990), a partir da criação do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador (FUNRURAL), o que representava uma forma de manter o sindicato, que era geralmente dotado de pouca infraestrutura, avolumado de funções assistenciais numa área de enorme carência social, com um orçamento vinculado, dificultando as ações de defesa dos direitos trabalhistas ou de defesa da posse da terra sob ameaça.⁵⁸

Na versão majoritária dos agentes ligados à Igreja⁵⁹ e dos atuais dirigentes sindicais que estiveram diretamente envolvidos na fundação do PSSSF, quando o trabalho foi sendo definido, partiu-se de um diagnóstico: o que encontraram foi uma grande ênfase no individualismo e no isolamento típico das revoltas sertanejas, uma cultura de morte e justicamento, muita derrota e massacres contra os oprimidos e pouquíssimas conquistas e, ainda, um assistencialismo paralisante do Estado diante da determinação geográfica e climática das secas. Enfim, uma condição de cidadania muito baixa, contraposta a práticas clientelísticas estruturantes, e uma peculiar e negativa relação com o Estado, identificado como ‘estranho’ por ser simultaneamente paternalista e autoritário, o que significa distante e não igual, algo que não é do lugar (vem de fora e com outra linguagem), não procura se integrar às pessoas ele atinge e ainda discrimina sua cultura. Um Estado forte que geralmente ‘impõe’ (de fora pra dentro) e raramente ‘negocia’ e, ao mesmo tempo, um Estado fraco porque a ‘Lei’ está ausente e, por isto, se convive com a falta de um código social universalizante, que poderia intervir objetivamente nas relações de poder existentes e criar direitos em lugar de ‘favores’.⁶⁰

Decorria desse estado geral das coisas, uma conseqüente dependência crônica aos potentados, por meio da qual se reproduzia de modo predominante, uma sociabilidade contraditória, onde, mesmo sendo dominados, também poderiam ser, simultaneamente, ‘membros da família’ e defensores do mesmo código de honra em função do qual adquiriam dívidas de vida e morte e lutavam pelo maior bem da região: o acesso à água.

⁵⁷ Uma tabela apresentada por Araújo em seu livro, traz as datas de fundação das entidades nessa região e que viriam a formar o Pólo: pelo lado de Pernambuco - Petrolândia (1970) foi o primeiro e já existia quando a CHESF chegou. Os demais já são produto da luta que “criou” as entidades no processo de constituição do Pólo: Itacuruba e Belém de São Francisco (1971) como Delegacias Sindicais; Ibimirim, Inajá e Tacaratu, sindicatos (1971). Pela Bahia, a Delegacia de Rodelas (1976) e a de Paulo Afonso (1978). No mesmo ano, e só então, foi fundado o sindicato de Glória. Araújo, 1990, Pp. 41

⁵⁸ No quadro nacional o FUNRURAL, criado pela ditadura militar, representou um dos programas que mais afetou a atuação sindical rural, uma vez que o governo federal repassava recursos diretamente aos sindicatos para atender demandas sociais do tipo médico, dentista, distribuição de remédios, construção de escolas técnicas ou de ensino básico. De tal forma essas funções ocupavam as direções sindicais que dificilmente podiam fazer o sindicato agir por meio de mobilizações, por exemplo. Por esta razão tornou-se jargão freqüente nessa época entre os militantes de esquerda ou agendes de mediação ligados aos movimentos sociais, identificar e associar como sinônimo de *peleguismo* – estigma usado contra dirigentes sindicais que faziam alianças com patrões no meio urbano – o que nominavam como “sindicalismo de *funrural*”, para o campo.

⁵⁹ Incluindo algumas pessoas de outras origens e tendências, por exemplo, funcionários públicos, advogados, representantes de associações de moradores e de produtores rurais, membros de partidos de esquerda ligados à tendência dentro do MDB, e outros cujos nomes sempre aparecem nos depoimentos como “companheiros” que ajudaram a fazer a luta, e que aceitaram a liderança de Padre Alcides e Irmã Josefina.

⁶⁰ Segundo Alcides, sobre a postura do Estado nesses eventos e a reação dos moradores antes da organização coletiva pelo sindicalismo: “É nessa região que nós temos também a história de Nova Glória, primeira cidade que foi deslocada aqui por conta da Barragem. A velha Glória era uma cidade, um município com mais de 200 anos. A história dessa região de Curral dos Bois como se chamava, (...) quando as boiadas vinham do Piauí e passavam para o sul do país, faziam o descanso aqui onde se conhece Glória e que depois foi inundada e deu origem a Nova Glória. Mas é exatamente em Glória que nós temos histórias e a memória popular lembra de movimentos, de pessoas que se rebelavam contra os poderes constituídos ao ponto até serem tirados das terras que ocupavam a força armada, quando perseguidos pelos poderosos.” (entrevista, realizada em 1999)

Quem eram esses agentes que iniciaram o trabalho? Jorge Atílio, o atual assessor do Pólo, que há quinze anos acompanha e interfere na sua atuação, e, neste sentido, também um dos produtores dessa “versão”, assim resume a história da entidade identificando seus personagens principais de origem:

Na esteira dos anos de 1970, como em muitas outras partes do Brasil, a Igreja Católica desenvolvia atividades de comunidades inseridas no meio popular na região do norte da Bahia e sul de Pernambuco. Os protagonistas eclesiais eram o padre Alcides Modesto e a freira Josefina (mais conhecida como Fina), os quais a partir de uma metodologia de “educação popular”, contribuíram para a organização de comunidades, valorizando as “culturas locais”, especialmente as festas religiosas e as lideranças ligadas a elas. Nesse processo, fortaleceram o movimento sindical rural (os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs), envolvendo ainda outros agentes religiosos, a exemplo dos “crentes” (em sua maioria pentecostais), já entrosados com esse movimento (Iulianelli, 2000, pp. 37).

Atuavam em Pernambuco e na Bahia como militantes do movimento eclesial conduzido por leigos e padres da Igreja Católica na região (Padre Alcides em Paulo Afonso, na Bahia, e Padre Cristiano em Petrolândia, Pernambuco, mais tarde substituído pela Irmã Josefina). Já haviam acompanhado a tragédia que envolvera os trabalhadores rurais anteriormente evacuados sem recolocação pelas Barragens de Moxotó e Sobradinho, e lá desenvolveram uma comunicação e um diálogo gradativamente compreendido pelos ‘atingidos’, ainda que tardiamente, nos casos citados.

Mas não eram quaisquer tipos de agente pastoral. Eram a expressão de uma minoria que partilhava da chamada “Opção pelos Pobres”, que se configurava de modo dinâmico e atuante, a ponto de ter peso político e social dentro da instituição, o que gerava na hierarquia aquela contradição entre conservadores e progressistas que irá definir sua atuação durante a ditadura militar (Leroy, 1991). Os agentes que atuavam na região do Submédio eram militantes da linha de ação, e especificamente ligados a um determinado grupo dentro dessa escolha. Segundo Leroy (1991), a “opção pelos pobres” se dividia grosso modo entre dois grupos: os “desenvolvimentistas” e os participantes da “pedagogia crítica e libertadora”, aprendida com Paulo Freire. Alcides e Josefina eram representantes desta segunda via.

Segundo Leroy, no Brasil dessa época, também havia uma distinção a ser feita quanto ao tipo de atuação dos militantes-padres ou de dentro do chamado “campo cristão progressista”:

Excluída parte do clero que colocava no centro da sua ação pastoral os sacramentos, sem dar muita ênfase à “opção pelos pobres”, outra parte menor e as entidades no campo cristão oscilavam entre a ideologia do desenvolvimento e uma pedagogia crítica e libertadora no espírito de Paulo Freire, das ações católicas especializadas e da Teologia da Libertação. O desenvolvimentista acredita que pela educação do povo e pelo aporte da técnica (e o apoio financeiro) os países subdesenvolvidos podem superar o seu atraso em relação aos países desenvolvidos, modelo e padrão. A tradição social dessa idéia está expressa na seguinte sentença: ‘se quiser matar a fome de uma pessoa por um dia, dê-lhe um peixe; se quiser matar a fome para sempre, ensine-lhe a pescar’. O provérbio não pergunta se o pescador terá acesso às águas, se haverá concorrência da pesca predatória, quem lucrará com o peixe (LEROY, 1991, pp. 52).

Enquanto mostra como essa primeira linha ajuda a fortalecer o binômio “marginalidade social da comunidade/integração” ao sistema, que impele o campesinato a aceitar seu lugar subordinado na economia com seus valores e saberes, Leroy também faz uma crítica ao outro grupo que, segundo ele, vive o dilema de ser ao mesmo tempo incentivador e freio da organização do campesinato. Afirma:

Ressalto que a prática de setores pastorais que têm como referência a Teologia da Libertação e querem promover o respeito à diferença em oposição à marginalização e a unidade de classe em contraste com a integração, pode levar ao mesmo resultado (...) na medida em que não procurem, o que é bastante freqüente, ajudar os grupos com que atuam a se instrumentalizar para que superem a sua dependência para com eles, agentes de pastoral (LEROY, 1991, pp. 52).

Na realidade, aparentemente, essa contradição pode ter sido relativizada pelos agentes que focalizo e, como veremos adiante, por uma certa ausência da estrutura hierárquica da Igreja na região. Por outro lado, considerando que a luta mudou os trabalhadores, mas também atingiu significativamente os próprios agentes pastorais (ambos largam a batina e se tornam leigos), diria que o espectro da ação de classe⁶¹ dos atingidos pela Barragem de Itaparica foi muito abrangente e atingiu tanto a base, modificando sua cultura, como a direção. Segundo penso, é o que pode ser verificado ao longo do acontecer dos movimentos sociais.

Em Itaparica, as condições subjetivas (interpretação dos agentes, memória e massa de indignação acumulada) e objetivas (o despejo de moradores de suas casas pela CHESF) permitiram que essa comunicação se traduzisse em ação e experiência de classe, levando à reação os moradores que seriam desalojados compulsoriamente.

Havia também, entre eles, alguns advogados que haviam criado no oeste da Bahia, uma entidade de apoio, a AATR - Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais, e que se aproximaram do movimento de Itaparica por meio da Igreja, oferecendo suporte jurídico, condição para qualquer forma de militância durante a ditadura militar.⁶²

Outros suportes foram buscados, majoritariamente num certo 'campo cristão' de atuação. Enfatizavam a participação de Dom Helder Câmara que dava respaldo institucional para esse tipo de ação, mais vinculada à mobilização social, que começava a crescer no final dos anos 1960. Outros militantes vieram de São Paulo, com o grupo de Direitos Humanos (também área de influência da Igreja), de onde saiu o advogado e principal assessor do Pólo, Dr. Celso, que acabou fixando residência e até hoje mora em Paulo Afonso. Mais tarde, veio também a Dr^a Vera, advogada que permaneceu mais tempo na assessoria direta do Pólo, mudando de posição para apoio indireto – prestação de serviços - quando, em 2000, a entidade não conseguiu mais recursos para bancar a assessoria direta.⁶³

Esses agentes atuavam também junto ao sindicalismo rural, sobretudo a partir do III Congresso⁶⁴ da CONTAG, na qualidade de assessores sindicais formais ou informais da FETAPE, que participavam do movimento sindical e se colocavam afinados com alguns assessores da Confederação, sensíveis ao impacto das barragens.⁶⁵ Eram então, religiosos,

⁶¹ Ação de classe entendida aqui como a agência coletiva organizada dos trabalhadores rurais de Itaparica em luta por direitos através do sindicalismo.

⁶² Infelizmente não consegui saber mais sobre a AATR e, dado o foco da pesquisa, não tive tempo ou oportunidade para recolher mais nenhuma informação oral ou documental sobre esse grupo. Por isso aqui apenas faço registro de seu papel importante, como foi mencionado nas entrevistas.

⁶³ Mas ambos têm ampla passagem até hoje e são sempre requisitados pelos dirigentes em momentos de atuação política mais ampla, como foi o caso do evento do assassinato de Fulgêncio, liderança da região, quando a Dr^a Vera ajudou a defesa contratada pelo PSSSF ou durante o Seminário organizado na CHESF, em 2001, e do qual participei.

⁶⁴ Importante que se diga que a participação no sindicalismo da Contag era aberta e estimulada, além de freqüente, tanto no que se refere a membros da academia que iam para estudar ou para ajudar, quanto a militantes políticos partidários, de ONGs, de entidades eclesiais e da sociedade civil. Neste sentido, nos anos 80 o sindicalismo contaguiano tornou-se um acontecimento político muito articulado na sociedade. Para manter firme sua direção, entretanto, no meio dessas diferentes influências, o princípio do direito de voz e voto apenas aos trabalhadores rurais e dirigentes era uma norma draconiana, algumas vezes afirmada, outras esquecida, mas apenas se dentro do interesse e do ideário da direção política da entidade.

⁶⁵ Refiro-me a Romeu da Fonte que era advogado da FETAPE e depois presidente da OAB de Pernambuco, com muita influência junto a José Francisco. Mas houve ainda um desdobramento das relações da CONTAG com o

leigos, advogados e trabalhadores formados em cursos de lideranças da Igreja e, mais tarde, da própria CONTAG.

Foram criando formas de defesa estratégicas que passaram pelas oposições sindicais (para desobstruir entraves burocráticos dessas unidades de representação que as paralisavam, provocados pelo estado de exceção existente no País); pela criação de Delegacias Sindicais, contornando os impasses interpostos pela legislação que dificultavam a concessão de Cartas sindicais; participação em Encontros da CONTAG, levando suas demandas específicas e pressionando para transformá-las em pauta nacional e integrada à bandeira maior da reforma agrária; até a intervenção política no sentido estrito da disputa de espaço na linha de atuação hegemônica da CONTAG, sobretudo nos Encontros Regionais no Vale.

Uma vez definida e tornada explícita essa atuação, percebe-se hoje que esse encaminhamento oferece uma possibilidade de constituição de uma versão dos fatos a partir desse olhar. Na medida em que aqui importa mais compreender a experiência do que a direção institucional do processo, pareceu mais interessante dar voz a esses mediadores e recuperar sua interpretação *a posteriori* dos fatos (tendo passado pelo menos uma década) quando assumem o fio condutor da narrativa. Esses agentes ainda têm vínculos muito fortes com a atual direção política do Pólo que os legitima no cotidiano e, no processo social, não existe uma verdade única que promova a história, embora haja uma matriz determinante que separa em dois campos essenciais os interesses de classe.

Mas é preciso ficar claro ainda que, aqui, não se defende a tese de que a ação de classe e o movimento social decorrem da atuação de alguma pessoa especial, ou iluminada. Ao contrário, como descreve Leroy (1991)⁶⁶, trata-se de um conjunto de fatores que levam a classe a “se fazer” quando luta (Thompson, 1987). Assim nossa intenção é a de tão somente, como já dito, destacar uma vertente construída sobre o papel da direção política do movimento e a interpretação dos fatos na narrativa desses agentes que testemunharam o processo e nele interferiram.

Alcides Modesto⁶⁷ era padre na época e, segundo ele, militante da Pastoral da Terra. Atuava segundo a metodologia das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base, onde se formou politicamente dentro da Igreja. Sua participação no processo de organização do Pólo se dá desde o início, segundo ele, com a experiência de Moxotó. E se prolonga bastante, já que mais tarde se constitui como um de seus assessores. Dentro desse processo, depois de ajudar a abrir alternativas organizativas pela ‘limpeza’ burocrática dos sindicatos ou pela construção de entidades dentro de um espírito de luta, se envolveu com a fundação do Partido dos

Pólo: quando, nos anos setenta, Moacir Palmeira e Lygia Sigaud coordenavam uma linha de estudos antropológicos sobre campesinato do Museu Nacional que iniciou uma certa divisão temática estratégica que ao mesmo tempo em que avançava o conhecimento científico estruturava a partir desses estudos, academicamente, portanto, as ações da entidade por meio de um trabalho de assessoria educacional à CONTAG que passaram a desenvolver mais tarde. Assim, estudos sobre o Nordeste, os canavieiros ou sobre lavradores assalariados e camponeses, sobre movimentos sociais e sindicalismo, memória de lideranças (Sérgio Leite, Afrânio Garcia, Beatriz Heredia, e Eliane Cantarino entre outros) representaram a produção de livros e teses de mestrado e doutorado que se tornaram clássicos, ao mesmo tempo em que estiveram na base das ações desenvolvidas pelo sindicalismo *contaguiano*, entre elas as famosas greves de canavieiros. Em 1984, Sigaud iniciou uma pesquisa sobre os impactos das grandes barragens no Brasil junto à população camponesa, que durou cerca de oito anos entre o primeiro relatório e desdobramentos em novos projetos de sua equipe. Isso ajudou no encaminhamento sindical do Pólo de modo substantivo.

⁶⁶ Leroy (1991, pp.46) afirma: “Um movimento social não nasce repentinamente da cabeça de alguns “iluminados”. Há um conjunto de elementos que tornam possível o seu surgimento numa determinada época.”

⁶⁷ A título de ilustração, Alcides Modesto, anos mais tarde, deixou a batina, se casou, ajudou a fundar o PT na região, foi eleito Deputado, primeiro estadual depois duas vezes Federal. Participou, em 1991, da CPI da Violência no Campo e, em 1992, da CPI da Pistolagem. Recentemente, no governo Lula, Alcides foi chamado para assumir a direção da CODEVASF, uma agência estatal contra a qual lutou tanto nos anos de fundação do Pólo. E até hoje mantém uma proximidade política com a diretoria do PSSSF.

Trabalhadores para contornar, em nível partidário, a lógica política paternalista e clientelística local. Essa trajetória acabou levando-o ao parlamento para dar visibilidade nacional e defesa estratégica aos atingidos pela Barragem de Itaparica.

Segundo Alcides, a luta que desembocou na forma sindical de organização começou com um trabalho de mobilização lento e cumulativo desde 1968, com a chegada da pastoral da Igreja Católica na área. Associa, a partir de sua vivência na construção desse processo, um detalhe digno de nota: apesar de situar a ação de classe como parte de uma cultura e patrimônio da violência histórica da região, destaca, entretanto, que nunca se teve notícia de assassinato dentro do movimento o que, para ele, significava a inauguração de um modo de sociabilidade coletiva mais solidária, até então desconhecida:

Então, eu quero dizer o seguinte, que essa forma de resistência que teve no período de 68 até às vésperas de 90, a gente não registra nenhum ato de violência dentro da luta em relação a morte de pessoas (...) Eu acho que esse é um detalhe que eu acho bom vocês olharem na história, porque foi um longo período de uma mobilização de muita gente. Atribuo que os trabalhadores tinham uma forma de confiança muito grande naquela nova forma de luta. Eles tinham uma tradição, uma cultura das reações muito isoladas, pessoais, individuais, ou de pequenos grupos familiares, mas de uma forma organizada, ampla, de massa, eles nunca tinham experimentado. Isso reduziu o grau de violência, a indignação e a revolta, a insatisfação deles contra aquelas injustiças, tiveram uma canalização de outra forma. A organização coletiva canalizou a força da revolta. (entrevista realizada em 1999).

As revoltas que começaram como reações desorganizadas com a construção da Barragem de Moxotó eram isoladas e facilmente reprimidas. Em Sobradinho se conseguiu uma pequena resistência. Mas a luta só cresceu em Itaparica, já com a experiência anterior de organização.

No processo de Moxotó, as revoltas isoladas chegavam até a empresa (CHESF) e a empresa telefonava para o Exército e o Exército chamava o cara lá e ameaçava também. A pessoa ficava completamente sem nenhum apoio, sem nenhum respaldo, sem nenhuma proteção de nenhuma instituição porque era a vontade do governo que não podia ser contrariada (Alcides, entrevista realizada em 1999).

Quanto a Sobradinho,⁶⁸ Sigaud nos ajuda a entender quando em um de seus textos é taxativa afirmando que:

Em Sobradinho não apenas não chegou a se estruturar um movimento contrário à Barragem, durante o período de construção, como a mobilização ocorrida entre os representantes eleitos se deu mais no sentido da preservação dos interesses das elites locais, os quais eventualmente podem até ter coincidido com os dos camponeses. (SIGAUD, 1992, pp. 24).

A calamidade que representou Moxotó tem em Glória um caso exemplar. Segundo relato de Santos Filho (1984), a situação foi trágica. Alguns sobreviventes relutaram a sair porque não tinham nenhuma informação ou proposta de reassentamento colocada

⁶⁸ Na verdade, os fatos desencadeados pela opção de geração de energia por meio de Barragens dentro de todo o país não foram homogêneos nem revelaram o mesmo ritmo em termos de organização e mobilização coletivas. Enquanto em Sobradinho se verificou a ausência de formas organizadas de oposição, por exemplo, o mesmo não se reproduziu em outras áreas. No sul, face as Barragens do rio Uruguai (Itá e Machadinho) os atingidos, junto com os sindicatos de trabalhadores rurais e setores da Igreja Católica e Protestante, de Confissão Luterana, segundo Sigaud (1992) construíram um movimento de reação que levou à criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens - CRAB, no mesmo ano de fundação do PSSSF e com formas de luta semelhantes: abaixo-assinados, seqüestro de funcionários da empresa e atos públicos de massa.

oficialmente pelo governo. Defendiam com a vida as suas terras e permaneceram até serem arrancados de suas casas pelo Exército - que usava tanques e helicópteros, numa ação espetacular. Elas lastimavam pela sensação de abandono e destruição de seu patrimônio cultural e físico, já que aqueles que aceitaram as indenizações de ínfimas quantias tinham as suas casas imediatamente destruídas pelos tratores, dando a impressão de se estar vivendo numa praça de guerra. Na fala de um desses sobreviventes, segundo Santos Filho (1984): “[...] o que mais dá pena é a perda da esperança. Muitos somos resignados e às vezes temos a impressão de viver numa cidade aposentada, quase uma cidade silenciosa, uma cidade de velhos, uma cidade sem vida”.⁶⁹

Santos Filho (1984) também parece falar de sua própria observação empírica dos dias em que a cidade ia sendo inundada ou da sua impressão a partir dos relatos que colheu, e dimensiona com sensibilidade os acontecimentos e as sensações da experiência social:

Era desolador assistir ao fim de Glória. Ela ia sendo engolida aos poucos. Em todos os sentidos. Algumas lideranças iam sendo tragadas por trabalho em Paulo Afonso. Moralmente ela desaparecia. Mas fisicamente também. Nos últimos tempos a vida na cidade de Glória era quase uma visita ao cemitério. Muitas casas já indenizadas eram derrocadas e destruídas. Isso era um pesadelo para os moradores que ainda restavam. E a ida do povo para a nova Glória expressou a falta de saída e a incredulidade. Foi uma procissão onde todos os santos foram levados. O pessoal chorava e gritava: “era o dia do Juízo, era o fim do mundo!” Santo Antonio, padroeiro de Glória, foi trazido olhando pra trás. Ele não olhava o futuro. Olhava as ruínas. (SANTOS FILHO, 1984, pp.7).

O que aconteceu antes foi marcante. Aparece em destaque como decisivo para seu efeito multiplicador o fato de que a política energética com base no represamento de águas no Brasil se apresentava dentro de uma lógica de progresso na qual essa política se sobrepunha à questão social de modo absolutizante, e os camponeses eram vistos pelos planejadores (funcionários do governo) como um entrave a ser superado.

Santos Filho (1984) comparou quatro situações de construção de Barragens: Moxotó (1968-72), Tucuruí (1982), Foz da Areia (1983) e Itaparica (1985) e encontrou dois pontos recorrentes: em todas, o Estado aparece como o “outro” antagonico, e o fato de que “[...] a construção de Barragens não pressupõe a elaboração de uma política que atenda as necessidades da população local”. (Santos Filho, 1987, Pp. 27)p

Sigaud (1992) em sua análise acerca desses mega projetos, destaca como a população atingida percebe, ou como não percebe para si, o processo de construção de uma Barragem, lembrando a experiência de Sobradinho:

O significado da construção de uma Barragem para aqueles que serão deslocados, não é evidente em si mesmo. Apresentada pelos responsáveis da CHESF como uma grande obra, que proporcionaria empregos e levaria ao “progresso” para aquela região isolada – pois era assim que a percebiam – do rio São Francisco, a Barragem de Sobradinho era, a rigor, uma abstração para os camponeses (SIGAUD, 1992, pp. 23).

O aprendizado desse trabalho político conduzido pela Igreja teve como base a derrota que representou a expulsão dos trabalhadores rurais em Moxotó⁷⁰ e Sobradinho, e se

⁶⁹ Agradeço ao trabalho desse pesquisador que me possibilita dar voz a pessoas que viveram a experiência do momento de remoção e realocação, revelando um sentimento irrecuperável por qualquer pesquisa nos dias de hoje.

⁷⁰ Santos Filho, a partir de uma análise do caso de Moxotó, reforça essa opinião ao concluir um de seus textos: “Pelo dito, é impossível negar que, em muitos aspectos, Moxotó é a experiência de uma derrota. E, enquanto tal, ela tem uma dimensão que repercute no presente. Talvez, justo por isso, ela pode ter criado as condições para uma postura diferente, frente à CHESF, por parte da população diretamente envolvida no conflito de Itaparica. Quem sabe, as condições para uma vitória?” (Santos Filho, 1984, pp. 3)

desenvolveu com a sua divulgação por meio de sermões, ações da Pastoral, denúncias e solicitação de solidariedade e apoio à população egressa daquela área e que passava a buscar para viver justamente a periferia da região onde estava prevista a nova Barragem de Itaparica: a perda dessa população servia de exemplo e se tornava pedagógica.⁷¹

Alcides e Josefina têm lembrança comum sobre essa situação de intercâmbio de experiência. Contam que começaram a ser chamados pelos moradores de Sobradinho e Itaparica para fazer palestras, reuniões, encontros e, nessas oportunidades, afirmam que: “gente daqui ia pra lá e de lá pra cá, num intercâmbio muito grande” (entrevista com Alcides, 1999).

Aliavam-se a essas ações do trabalho da Pastoral, outras atividades, geralmente por meio de cursos de formação de lideranças para organizar oposições sindicais ou qualificar dirigentes para criação de sindicatos, seminários, reuniões de mulheres para oração e conversa, mutirões, evangelização e leitura da Bíblia, preparação para participação em Encontros e Congressos da CONTAG, entre outras ações.

Segundo Alcides, falando sobre o significado desse “chamado popular” para conversas e reuniões e esclarecendo sobre as entidades e siglas que retratam o envolvimento da Igreja,

... isso [o trabalho popular] abriu um campo de conscientização e foi aí nesse espaço que o papel da Igreja, da Pastoral, da CPT, da Pastoral Rural aqui da região e de Pernambuco, tanto de Josefina como de nossa paróquia aqui, Padre Mário, Padre Lourenço. Josefina também era ligada a CPT mas era mais ligada à Pastoral de Olinda e Recife porque lá em Pernambuco não tinha Pastoral Rural e aqui na Bahia não tinha Pastoral Rural, tinha CPT (entrevista realizada em 1999).

Os advogados da AATR que se aproximaram - e isso aconteceu depois da fundação do Pólo Sindical - ajudaram nas articulações políticas mais amplas nas capitais e no país e ainda se integraram à atuação dos advogados que assessoravam a CONTAG.

Irmã Josefina,⁷² chamada carinhosamente pela população rural pobre que assistia como “Fina”, entrou na região pela Diocese, que não aceitava muito bem sua atuação. Segundo seu relato, passou para a Pastoral Rural, depois entrou na estrutura sindical tornando-se assessora, primeiro do Sindicato de Petrolândia que, por já existir, foi o ponto de partida de toda a ação gerada na região,⁷³ depois do Pólo, quando ele foi criado.

⁷¹ Sigaud, (1992) destaca como o efeito demonstração se reproduz a partir da experiência da construção de Barragens na população camponesa, vivida como tragédia, sobre uma outra comunidade e como isso altera o significado da resistência, estudando o caso das Barragens ao sul do Brasil *vis a vis* a Sobradinho. Isso pode ajudar a entender a repercussão sobre os camponeses de Itaparica e o aprendizado político das lideranças religiosas, ratificando a afirmação de Alcides de que a luta de Itaparica que levou à constituição do Pólo na verdade começou com as derrotas de Moxotó e Sobradinho. A pesquisadora afirma: “A conjuntura política em que se estrutura a oposição à Ita e Machadinho, menos repressiva que aquela de Sobradinho, contribuiu favoravelmente para que os acontecimentos no sul do Brasil tomassem outro rumo. Mas outros elementos foram também decisivos. Entre eles vale destacar o fato de que alguns resultados desastrosos, do ponto de vista da população rural, ocorrido em Barragens na região, eram do conhecimento dos camponeses. Através dos meios de comunicação e das redes de parentesco os camponeses do Alto Uruguai tinham informações a respeito das “agruas” de seus parentes, e de camponeses como eles, nos episódios da construção das hidrelétricas de Passo Real e Itaipu. Havia, assim, em função da existência de parâmetros, ausentes em Sobradinho, uma desconfiança difundida diante das intenções da ELETROSUL de deslocá-los da área. Essa predisposição foi habilmente mobilizada pela CRAB, que ao longo de toda a década de 80, através de inúmeras iniciativas políticas, conseguiu ir desnaturalizando o sentido de “progresso” geralmente atribuído à construção de Barragens” (Sigaud, 1992, pp. 24).

⁷² Josefina também deixou a batina, se formou em pedagogia, foi assessora do Pólo, ajudou a fundar o PT na região, e hoje mora em Alagoas e trabalha dentro de um projeto de educação popular, oficial, da Secretaria de Educação do estado.

⁷³ Não por acaso a sede do PSSSF, está localizada em Petrolândia.

Ela afirma que, nessa região do sertão, em relação às capitais, a ditadura demorou mais a sair - assim como ela demorou mais a chegar - e isso teria favorecido o encastelamento de grupos violentos muito ativos que se profissionalizaram com a repressão e dificultavam a organização popular, criando um clima de medo. Por esse motivo, segundo ela, o momento da instalação da CHESF representou uma violência enorme e o progresso que a agência estatal trazia se apresentou como uma forma de imposição inquestionável: os trabalhadores se sentiam como que empurrados para abandonarem suas terras sem explicações ou compensações, a exemplo do que o Estado já havia conseguido em Moxotó e Sobradinho. As máquinas entravam, quebravam cercas e não havia como reagir.⁷⁴

A CHESF trouxe para a região a Polícia Federal e suas estratégias ilícitas de tortura psicológica e física. A Polícia Federal visitava as comunidades que iam ser alagadas, e aqueles moradores que se recusavam a sair, eram classificados como 'subversivos'. A freira, sempre encontrada nessas comunidades, um dia foi seqüestrada junto com Vicente, então dirigente do Sindicato de Petrolândia. Irmã Josefina foi solta mais rápido, mas depois de um movimento de apoio que envolveu a Igreja do lugar e o sindicato, mas Vicente sofreu mais.

Houve uma mobilização também muito grande da Igreja. Eles ligaram para várias instituições nacionais, internacionais, sindicatos, ligaram para a Conferência dos Bispos que estava reunida em Roma e, de repente, no meu caso foi muito rápido. O seqüestro foi um tempo pequeno, foi em termos de uma hora e eles estavam me devolvendo. Quem sofreu mais foi Vicente. Ele sofreu bastante, porque ele ficou praticamente uma manhã rodando aí pelo mato. Mesmo assim uma hora dentro do matagal com uma metralhadora na cabeça, você se sente assim, bem balançado... (Fina, entrevista em 1999)

Fina lembra como as pessoas atingidas, com as quais convivia em meio a esse clima de perseguição, eram corajosas:

O pessoal é corajoso, ninguém fugiu. Pelo contrário, todo mundo ficava muito atento o tempo todo. Toda vez que eu saía eles me acompanhavam, se ficava até tarde numa reunião eles não me deixavam sair, eu dormia na casa de qualquer um dos trabalhadores. E foi assim muito bonito o apoio, compensa e é por isso que a gente continua e vai em frente, mas esse tipo de violência aqui foi muito grande no sentido de que a gente tinha que ter reunião. Houve reuniões aqui que a gente estava fazendo na comunidade em que a Polícia chegava, baixava e fechava a reunião e a gente saía escoltada até aqui em Petrolândia. Quer dizer, era uma forma de pressionar muito grande mas mesmo assim o pessoal foi se organizando. (Fina, entrevista em 1999)

Ela fazia um dossiê: chegava às comunidades, se dizia assessora do sindicato e conversava de casa em casa, perguntava e informava sobre as obras e as ocorrências de Moxotó e Sobradinho e marcava as reuniões.

Depois o sindicato teve a carta cassada e a Delegacia Regional do Trabalho exigiu o afastamento da assessora, sob a acusação de estar subvertendo a população rural e de realizar

⁷⁴ Sigaud, (1992) numa nota, resume o que representou a política energética no Brasil nos marcos de um regime de exceção e oferece mais uma dimensão ao fato da atuação do Estado se apresentar às comunidades locais como uma imposição: "A geração de hidreletricidade foi, no Brasil, até a promulgação da Constituição de 1988, o produto de decisões tomadas pelo Poder Executivo, e é nesse sentido que se pode afirmar que foram impostas. A partir de 1986, em virtude de imposições legais datadas de 1981 e 1983, a construção de novas hidrelétricas requer um licenciamento de órgãos ambientais (federais ou estaduais), com base em "Relatório de Avaliação de Impacto Ambiental (RIMA)". Com a Constituição de 1988, o próprio planejamento energético deve ser aprovado pelo Poder Legislativo." (Sigaud, 1992, pp. 19)

um trabalho sem estar credenciada, a FETAPE concordou com a decisão da DRT, estimulando a saída de Fina (Araújo, 1990).⁷⁵

A carteirinha do sindicato que ela usava como identificação para a Polícia perdeu o valor. Nestas condições, foi levada a abandonar temporariamente seu trabalho na área. No início dos anos 1970, a Irmã foi para a Pastoral de Olinda e Recife, como afirmou Alcides, para fazer parte do secretariado da regional Nordeste III em Salvador (segundo ela mesma, não pode permanecer em Pernambuco na regional II porque tinha problemas com o Bispo), ficou dois anos até que a Fetape e a Fetag-Bahia, com novas diretorias eleitas, a contratassem para fazer trabalho de base na região. Mais tarde, já assessora do Pólo, permaneceu nos primeiros anos de sua instalação e lá estava quando da mobilização que parou as obras da Barragem às vésperas do enchimento do lago.

Nessa trajetória, Fina também se envolveu, e pelos mesmos motivos que Alcides, no movimento de construção do Partido dos Trabalhadores: ela pelo lado de Pernambuco, ele, pela Bahia. Os dois convergindo a ação política para dentro do Pólo e sua pauta em defesa dos atingidos pela Barragem de Itaparica.⁷⁶

Fina relembra que a ação política encaminhada pelos agentes pastorais tinha em vista as mudanças trazidas pela entrada da CHESF que transformou a região. Alterou significativamente a vida das pessoas e ainda introduzia uma forte ambiguidade com sua presença: de um lado trazia a energia que melhoraria a qualidade de vida para todos, o desenvolvimento de indústrias... Mas, por outro, vinha junto um enorme medo de ‘mudar’ o que era conhecido e tido como costume e ainda, segundo acontecimentos anteriores, o medo da expulsão e da perda da terra para os trabalhadores rurais, principalmente. Para Josefina, era como se o tecido social tivesse sido rasgado, o que dificilmente teria conserto:

Se você for pensar em Itaparica, [...] o que era essa população que é hoje, você vai ver que o pessoal teve que mudar de repente todos os princípios morais, princípios éticos, tudo isso vem com a invasão de toda uma cultura diferente, de toda uma forma de pensar que é planejada e feita para que as pessoas se submetam a esse tipo de coisa como sendo bom, e, nesse sentido, se faz uma série de agrados, se diz que tudo está melhorando, se faz uma estrada daqui, faz uma coisa de lá. Você analisa do ponto de vista do desenvolvimento isso com a população, e aparece emprego... São vários aspectos que fazem com que a pessoa se sinta dentro dessa nova situação até sem perceber muito o que está acontecendo. No entanto, a cultura, a família, tudo isso (e eu não diria que é totalmente ruim), mas a forma como acontece é tão forte, é brutal, é cruel! [...] Agora é como se fosse uma doença que se agravou com toda essa situação nova que desestruturou as famílias, desestruturou as pessoas que começaram a questionar os valores anteriores frente a um valor que não é trabalhado, que chega de imposição, que a pessoa não conseguiu assimilar de uma forma de ver perspectivas... A gente sente nos jovens que hoje, os jovens que estão nessas agrovilas já praticamente não lembram mais do que aconteceu antes. (Fina, entrevista em 1999)

Fina fala de um modo preocupado lembrando que o trabalho que fez junto à população foi sendo construído exatamente tomando a cultura e a memória como material de impacto e tendo como encaminhamento da reflexão o relato dos acontecimentos de Sobradinho e Moxotó e a pergunta condutora: “o que poderá acontecer em Itaparica?” (Fina, entrevista em 1999).

⁷⁵ Ver Araújo, 1990, pp. 40. A autora é quem fornece essa informação sobre a FETAPE. Embora não mencione o nome de Fina, no Pólo checamos a informação com a própria, que confirmou.

⁷⁶ A Irmã Josefina depois da luta de Itaparica abandonou o hábito mas não se afastou dos trabalhos com educação popular.

Por seu lado, Alcides também reforça o papel dessa idéia força conduzida no trabalho de base: “Aí essa questão muito esquecida, muito partida, perguntada, constituiu a linha das reuniões dos grupos” (Alcides, entrevista em 1999). Ele se recorda até de cantos entoados cujas letras falavam desses acontecimentos, e destaca, como Fina, que o trabalho que conduziram para levar a população da indignação ao movimento, e, que implicava em disputar com as novidades da CHESF, pela criação de um outro também novo modo de pensar e agir, saiu da história da cultura:

Saiu da história da cultura, de você querer responder de um jeito diferente e que se começou a acreditar que tinha um outro jeito de você querer fazer justiça, de você reivindicar os seus direitos e não só chegar e matar – ‘dente por dente, olho por olho’, não é?... (Alcides, entrevista em 1999)

Referindo-se ao aprendizado sobre a forma sindical de organização coletiva dos trabalhadores que foi iniciada, ele ainda insiste em dizer que foi desse tipo de pedagogia que se construíram as metodologias não violentas (como identifica) para a hora dos enfrentamentos.

Alcides e Fina, afirmam que o tipo de orientação na definição dessa intervenção (que chamam de trabalho) estava relacionada com as pessoas que o conduziam: o fato de serem da Igreja, por exemplo determinou muito essa ação e a linha de conduta do trabalho político que desenvolveram em Itaparica:⁷⁷

A coisa foi por conta também de que trabalhavam com eles, pessoas que tinham muito forte a filosofia da não violência: justiça e não violência. Essa é que é a verdade. Quem trabalhava eram as pessoas mais ligadas a Igreja, a Pastoral, a CPT, grupos de Pastoral Rural... A gente trabalhava dos dois lados, de Pernambuco e Bahia. Tinha Don Helder em Pernambuco que não deixava de ser uma referência e quando a gente pedia um assessoramento, assim um SOS para São Paulo, muitas vezes tinha gente ligada ao movimento de justiça e não violência de São Paulo, como o próprio Celso que ainda está aqui até hoje e quando chegava aqui o advogado vinha para dar um apoio na área jurídica daquelas questões, daquela luta, etc. E não deixava também na hora dos confrontos, de se imprimir um pouco a linha das metodologias não violentas contra o sistema que está aí. (Alcides, entrevista em 1999)

Quanto às relações com o sindicalismo rural, Alcides é positivo quando perguntado sobre se a CONTAG esteve junto ao movimento que encaminhavam:

A CONTAG sempre (estive conosco), a FETAPE e a FETAG-BA também porque eles sempre estiveram puxados pelos conflitos e porque nós fazíamos questão de não deixá-los de fora. Era importante naquela época para uma defesa institucional para o enfrentamento da empresa, do exército, do sistema. Para nós era importante o envolvimento da entidade, a pessoa jurídica da entidade, para que a gente pudesse tirar o máximo de envolvimento das pessoas e colocar uma entidade para ser o porta-voz daquilo. (Alcides, entrevista em 1999)

Pelo que se percebe das falas, a assessoria comungava dos mesmos princípios ideológicos dos agentes. Não bastava ser advogado, era preciso partilhar da mesma idéia: justiça e não violência. De fato, os advogados vieram do movimento conhecido em São Paulo

⁷⁷ Esse fato é reforçado por Araújo (1990, pp 45.): “A adoção de práticas e interpretações de natureza religiosa constitui, nos primeiros momentos de mobilização, a forma mais importante de aglutinação utilizada. Tal fato decorria quase que naturalmente de haver religiosos trabalhando na área, mas, sobretudo, porque a linguagem e os rituais católicos eram facilmente aceitos pela população rural; tratava-se, na verdade, de uma mensagem perpassada por uma visão de mundo, baseada na justiça e na dignidade do homem, que questiona a distribuição de riquezas e a estrutura agrária vigentes.” A autora ainda, na página 46, afirma que a atuação religiosa nesse movimento progrediu no sentido de ajudar a aflorar a consciência cada vez com menos mediações de imagens cristãs, e se tornando cada vez mais realista e crítica.

como JUSTIÇA e PAZ, também ligado à Igreja. Por outro lado, insistem em que a atuação de base era o que levava o movimento da indignação dos trabalhadores para o canal que eles escolheram como estratégico: o sindicalismo. Até pelas razões explicitadas acerca da necessidade de partir para o confronto, mesmo âmbito da não violência.

Mas as tensões existiam entre o povo atingido de Itaparica organizado e o sindicalismo. Alcides expõe seu ponto de vista em várias passagens de seu depoimento sobre a autonomia que preservavam estando “dentro do canal sindical” e sobre as estratégias que usavam. Ele utiliza em sua fala duas metáforas que merecem destaque: “pára-choque institucional”, para a formalização dos textos oficiais do movimento e “biombo”, referindo-se a atuação que poderia ser apontada mais como uma determinada tendência dentro do sindicalismo:

Nós tínhamos mesmo autonomia porque eles querendo ou não querendo, a gente ia, e quando eles não queriam, a gente fazia também e depois eles vinham de reboque pra não ficar atrás: era melhor vir pra não perder. Outras vezes conseguiam boicotar, adiar, fazer aquele trabalho de amaciamento, análise de conjuntura ...alegando: “mas vocês não estão informados das coisas lá em cima!”. Aí eles recuavam e depois se arrepiavam e voltavam de novo. A nossa reação acontecia: “dessa vez se eles não fizerem a gente vai!”, e criava um caso, né? [...] A gente anunciava, botava nos programas a participação deles e se eles não viessem já estava escrito e eles teriam que assumir o que acontecesse. Por que não vir ficava pior, mandavam às vezes, o secretário, às vezes, o presidente. Vinha um, vinha outro, às vezes nenhum. Faziam seu discursinho ali...Prá nós, era só o rótulo na frente prá não caracterizar que isso era da Igreja. [...] Tudo era assumido pela CONTAG, Federações e pelos sindicatos tais, e a gente dava todo apoio. Você pode pegar todos os documentos: o primeiro parágrafo é esse pára-choque institucional, porque a gente jogava e porque nós nos escondíamos nesse biombo.(...) Nós não contávamos com eles para o pesado não, só para resolver daqui pra frente na burocracia, no Judiciário. (Alcides, entrevista em 1999-2)⁷⁸

Alcides e Josefina, entre os anos de 1972 e 75, segundo a aproximação que fizeram, se encontraram muitas vezes. Mas foi em Feira de Santana que aconteceu a decisão sobre a aglutinação da luta. Numa reunião que fundou a CPT na Bahia, resolveram integrar o trabalho paralelo que desenvolviam. Desse encontro em diante, todas as ações passaram a ser planejadas de modo articulado.

Veja bem, esse Encontro foi fundamental para que nós nos determinássemos a buscar um trabalho conjunto. Não foi nem para o pólo ainda, foi “Pastoral de Conjunto”, tinha muito naquela época. A Pastoral de Conjunto mas era no nível das Dioceses e nós falávamos já integrar o trabalho da Diocese, da Pastoral do estado de Pernambuco com o estado da Bahia, porque a nossa ligação não era tanto com a Diocese. Nós não fazíamos um trabalho alinhado com as Dioceses por que os Bispos não concordavam. Por que a CPT e a Pastoral Rural falam mais forte? Por que essas duas entidades não eram diocesanas, elas eram nacionais, ou então estaduais ou regionais. Tinham uma autonomia que perpassava as dioceses. Foi essa a grande vantagem e por conta disso com a fundação da CPT na Bahia, eu fiquei muito animado com essa autonomia (Alcides, entrevista em 1999).

⁷⁸ Sempre que colocar “1999-2”, estou me referindo à segunda entrevista realizada com Alcides no mesmo ano porque assim é que poderá ser localizada nos Arquivos de Koinonia.

Segundo os relatos, o apoio da CPT não era financeiro, mas de pessoal e de assessoria jurídica. Boa parte dos recursos foram obtidos junto ao sindicalismo contaguiano, o qual era, geralmente, desconsiderado como participação.⁷⁹

O interessante a remarcar talvez seja essa atitude dos assessores ligados às lideranças da Igreja dentro do movimento, os quais primando por exercer essa dupla ligação, tentam relativizar uma vinculação mais estreita com a CPT em termos de organicidade, ao mesmo tempo em que reafirmam um caráter independente e quase “impessoal” de suas ações diante da coordenação da CONTAG, aparentemente tentando aferir maior grau de profissionalização ao seu próprio “trabalho” no Pólo, no âmbito do sindicalismo.

Provavelmente por este motivo, Alcides, corroborado por Fina, afirma que, agindo assim, ofereciam maior autonomia ao movimento, tanto em relação à Igreja, de onde provinham os agentes de coordenação, quanto em relação ao sindicalismo, com quem mantinham uma adesão crítica. Além disso, segundo eles, o aprendizado de Sobradinho teria levado à importante descoberta para a articulação da mobilização contra a Barragem de Itaparica: a idéia de que os protagonistas da ação eram os trabalhadores e não a Igreja ou o sindicato.

De certo modo idealizando a situação, para os protagonistas dessa história, eles teriam conseguido livrar os trabalhadores das ingerências institucionais, ao mesmo tempo em que criavam condições de suporte político e canalização legal da luta. E mais, consideram que teriam ajudado a criar de fato uma ação de classe em que ela se faz quando luta e se reconhece ao se expressar coletivamente contra o Estado brasileiro.

Daí em diante foram muitos os confrontos. Alcides começou relatando os de Itaparica, mas sua memória forçou-o a interromper:

Mas eu lembrei de um detalhe. Nesse meio tempo que está terminando Moxotó, começa o canal da PA4 (Paulo Afonso). A gente então lá em Paulo Afonso teve o primeiro confronto com a CHESF, isso por volta de 71, 72, quando eles foram deslocar. Da mesma forma que eles fizeram com Moxotó, eles fizeram com a periferia de Paulo Afonso onde hoje está o canal. Ali havia quatro bairros: da Lagoa, o Riacho do Grito, Bairro do Corno e Gangorra. Esses quatro bairros eram o cinturão da favela de Paulo Afonso. Nessa favela, inclusive tinha muita gente que já tinha saído de Moxotó para lá. Tinha também daqui do sertão que não tinham onde ficar. (...) E ali nós tivemos o primeiro impacto quando nós paramos os tratores da CHESF que estavam derrubando barracos e você via que era um processo realmente de despejo e não de deslocamento! (Alcides, entrevista em 1999)

Alcides continua seu relato de modo dramático:

Eles chegavam com o trator, derrubavam o barraco da pessoa, jogavam em cima do caminhão os troços dos que sobravam ali, o que podia aproveitar porque tinha pouca coisa e os barracos eram de taipa. No quarto barraco derrubado os trabalhadores foram me chamar. Nós estávamos já trabalhando, combinando inclusive, para que eles primeiro fizessem o loteamento das áreas e construíssem um pequeno barraco e aí deslocassem as famílias para lá à medida que fossem construindo. Mas não, simplesmente só fizeram a abertura das ruas, a topografia marcou o lugar de cada lote, numerou e disse assim; - aqui é o local! Chegava lá e despejava o pessoal sem nada num período de seca que não tinha sombra. Com 24 horas nós tínhamos 36 crianças desidratadas que nós colocamos dentro do Hospital da CHESF de vez que nós já tínhamos parado de manhã a

⁷⁹ E eu não estranharia isso não ser mencionado mais enfaticamente por essas lideranças, já que uma das características do que chamam de “trabalho” ligado à Igreja era a sua condição de voluntariado.

operação deles, e estava a maior confusão em Paulo Afonso (Alcides, entrevista em 1999).

Alcides conta que aí então começou o movimento. Houve recomendação para os padres usarem esse assunto no sermão de cada missa em todas as igrejas, até que, em uma delas, o padre italiano, de sangue quente, que fez o sermão desdobrou-se em fatos porque o presidente da CHESF estava presente e era membro da paróquia. Ele ouviu estarrecido diante de todos e de sua família o sermão de domingo, chamou o padre, pediu esclarecimento, convocou uma reunião com presença de lideranças e fechou um primeiro acordo. Na verdade, aconteceram mais reuniões do que mudança, mas essa primeira conquista validava a metodologia. Assim, alguma coisa modificou a mentalidade e a cultura dos atingidos pelas barragens a partir de então.

A pressão sobre os trabalhadores não cedia e a CHESF reforçava, com suas ações – desapropriações violentas e valores irrisórios para as indenizações - a certeza de que o tratamento sobre a questão social não mudaria. Ao contrário, representava cada vez mais uma ameaça real:

Fizeram um plano de um barraquinho de dois metros e meio por três de fundo, uma porta e uma janela na frente e nada de janela e porta atrás, nem banheiro nem nada, só isso. Já foi uma grande conquista porque eles chegaram e estavam lá e ainda prometeram botar um trolley lá com serviço médico, prometeram levar água, porque não tinha estrutura nenhuma. Foi assim um despejo: o lixo joga lá, essa é a casa ... Isso é um fato que toda a população de Paulo Afonso mais antiga participou porque nós mobilizamos todo mundo para levar cobertores, roupas, coisas, comida, fizemos um *auê* em Paulo Afonso naquela época. Isso questionava a imagem da CHESF (Alcides, entrevista em 1999).

Depois houve outro fato: um menino numa escola colocou um cartaz com uma pergunta no painel da entrada, orientado por um trabalho de pesquisa dado por um professor, que também trabalhava num banco com um bom cargo e salário na cidade. A pergunta era: “A CHESF é mãe ou madrastra?”. O exército entrevistou na escola, que foi fechada, e o professor perdeu o emprego no banco. Esse evento se tornou uma espécie de marca decisiva da organização da luta sindical que se sucedeu, o que pode ser notado até pela clareza de detalhes na memória de uma de suas lideranças, que chega a falar com euforia sobre esses acontecimentos. Na realidade, Alcides acabou indo morar dentro do acampamento de obras da CHESF e isso fez com que a presença da Igreja progressista se fizesse mais forte na região. Ele conta que a própria estrutura hierárquica da Igreja, sendo ainda incipiente em Itaparica, também favoreceu o momento de eclosão da luta contra a Barragem, e como depois que se estruturou, a subordinação a essa hierarquia trouxe algumas dificuldades (isso explicaria, por exemplo, o fato da Irmã Josefina - que afirmou ter entrado pela Diocese que criticava sua atuação junto ao movimento social, ter dito que precisou mudar para a Pastoral Rural de Olinda). Segundo ele:

Nessa época eu estava, inclusive, morando dentro do Acampamento da CHESF. Aí é que mais se danavam, né? Por que nós denunciávamos dentro, junto do exército. A Catedral lado a lado do Exército. Nós botávamos o carro de som, falávamos abertamente, não tínhamos Bispo, o que era uma felicidade nessa época. Ainda não era Diocese, a Diocese era lá de Bonfim, muito longe, o Bispo nunca vinha aqui, dava toda ‘carta branca’ a gente pra cá, a coisa funcionava bem. Foi por isso que depois passou à Diocese e a coisa começou a ter um complicador (Alcides, entrevista em 1999).

A resistência continuou, mas obrigou a produção de uma nova estratégia. Começaram os encontros. A formação das Comunidades Eclesiais de Base, iniciada em 1976, ofereceu respaldo e, em contato direto, reuniram representantes de cada área atingida por barragens

para trocar informações e conhecer seus direitos. O grupo da Justiça e Paz de São Paulo enviou - mas desta vez resolve manter pelo menos um na região permanentemente - advogados para assessorar o movimento de modo geral e, especificamente, os encontros. A CPT de Pernambuco se articulou com a CPT da Bahia.

O passo seguinte foi operar de modo articulado e fundar sindicatos onde não havia, ou tomar, pela oposição sindical, algumas direções consideradas “pelegas”, num perímetro largo, envolvendo cerca de 20 municípios e dois estados . Esse movimento de “oposições sindicais”, que renovou o sindicalismo do Submédio, tornou-se cada vez mais intenso. Os relatos de Alcides ajudam a nossa compreensão:

Então, como é a ordem dos sindicatos, primeiro tinha o de Petrolândia em Pernambuco, mas o de Petrolândia era um sindicato que tinha sido fundado há muito tempo mas não atuava, não participava. Então o movimento foi o de tomada da direção. (Alcides, entrevista em 1999)

A ação das oposições, considerada “renovadora” por mexer com pactos e alianças que sustentavam o sindicalismo contaguiano, ocorria com tensões e deslocamentos políticos que afetavam tanto o movimento de Itaparica quanto a cúpula da CONTAG e as Federações. O que estava em jogo era a reprodução do modelo contaguiano que implicava em apoiar alguns dirigentes de federação que, por sua vez, apoiavam alguns dirigentes de sindicatos, os quais poderiam representar a antítese das propostas da direção geral da CONTAG. Mesmo assim a diretoria para se reeleger, precisava deles.⁸⁰ Sobre isso, Alcides continua sugerindo um apoio da assessoria numa posição diferente das direções que assessoravam:

Depois, aqui do lado da Bahia, como não tinha nenhum (sindicato) nós começamos a fundar os sindicatos por meio da própria Federação da Bahia que era pelega também. Aluísio era secretário e era o Estevão (também na diretoria). Mas aí tinha assessoria da AATR, os advogados da Fetag eram muito bons nessa época: Paulo, o Renato, uma turma boa que trabalhavam na Fetag mas tinham paralelamente a sua própria organização de advogados dos trabalhadores rurais (Alcides, entrevista em 1999).

E, referindo-se, especificamente, à participação ou interferência da CONTAG, afirma: A CONTAG também (participava/interferia na luta) porque no momento em que nós fundamos os sindicatos, optamos por ter o alinhamento burocrático com as federações, porque nós queríamos em todos os níveis, ter uma representação das lutas dos trabalhadores institucionalizada. Era Zé Francisco desde essa época. Então nós fizemos sempre questão de ser oposição, mas uma oposição por dentro. Era essa a diferença e a briga que tinha muitas vezes, porque a turma ligada à gente achava que era inútil (permanecer na estrutura), que nós estávamos perdendo tempo: ‘- isso não tem jeito, tem que detonar esse pessoal!’ Mas nós achamos que por dentro é melhor do que por fora, porque nós vamos ter muito mais força dentro, de implosão, do que como um movimento de vocês, de explosão, por fora (Alcides, entrevista em 1999).

Explicando melhor, quanto às divergências internas, Alcides mostra que a direção vencedora foi a proposta que decorreu de sua análise. Isso traduz a existência de um debate e o fato de que as lideranças religiosas que conduziram a luta pela criação do Pólo, numa estratégia para enfrentar a Barragem de Itaparica, também passavam por disputas políticas que se expressavam nos fóruns da CPT e do próprio sindicalismo: comunidades de base, congressos, seminários, encontros etc. E seguiam até à formação de chapas para disputar as direções sindicais nos níveis de federação e confederação.

⁸⁰ Para a compreensão dessa dinâmica de disputa dos grupos da Igreja dentro da Contag é preciso compreender o modelo de reprodução política do sindicalismo contaguiano do período em questão. Para isso, ver Ribeiro (1983).

Finalmente, perguntado sobre como a estrutura do sindicalismo contaguiano reagiu a esses embates, ele responde descrevendo a dinâmica dessas relações, aparentemente contraditórias, mostrando que havia, na sua visão, um certo etnocentrismo por parte do movimento sindical contaguiano:

Acetavam, porque para eles era também vantagem por que eles não faziam nada (relativo à Itaparica) e a novidade que tinha naquela época era a luta de Itaparica. O que aparecia nos jornais e tudo que aparecia de novo no movimento sindical rural, era a luta de Itaparica, as concentrações, etc... (Alcides, entrevista em 1999)

Vale a pena contextualizar esses acontecimentos no país porque a luta dos atingidos se ampliou em grande escala, gerando inclusive novas articulações entre os trabalhadores rurais na mesma situação.

Nas décadas de 1970 e 1980, o nível da pressão em resposta aos custos sociais gerados pelas Barragens vai ganhando um contorno nacional e os “atingidos”, por meio de diferentes canais e mediadores, passam a se encontrar de modo mais sistemático, a discutir, trocar estratégias e a evoluir em direção a uma organização que integrasse seus interesses dentro do país.

A cartilha que conta a história da criação do Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o MAB⁸¹, afirma que são considerados na origem e fundação dessa entidade, três principais focos de resistência, os quais aconteceram quase simultaneamente, por volta de 1978. No sul, a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaipu, na bacia do rio Paraná e as de Itá e Machadinho, na bacia do rio Uruguai provocaram um grande processo de mobilização na região; depois, na região Norte, no mesmo período a população se organizou contra a UHE de Tucuruí. Mas se considera a região Nordeste (desde Sobradinho até a UHE de Itaparica) como o primeiro e mais importante foco de acontecimentos que levaram à organização nacional dos atingidos e, em certa medida, como a maior das lutas e a que mais conquistas relevantes obteve.

Em abril de 1989 é realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de várias regiões do país. Os participantes fizeram um levantamento global das lutas e experiências e decidiram pela construção de uma organização mais forte a nível nacional. Dois anos depois, em março de 1991, organizaram o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil que definiu o dia 14 de março como o “Dia Nacional de Luta Contra as Barragens”. Em 1997, numa data de muitos acontecimentos nesta tese, com apoio de diversas entidades realizaram, em Curitiba, no Paraná, o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, com a presença de vinte países e organizações nacionais e internacionais de apoio, os quais ratificaram o dia 14 de março como o Dia Internacional de Luta contra Barragens.

Ainda em 1997, o MAB criou, na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB) com o objetivo de fiscalizar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de Barragens a nível mundial.

⁸¹ Ver em www.mab.org, sítio visitado em julho de 2005. Nesse sítio descrevem que representam uma entidade que enuncia como primeiros aliados àqueles que defendem a reforma agrária e se identificam: “O MAB é hoje um forte movimento popular, autônomo, organizado local, regional e nacionalmente. Ele visa reunir, discutir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens, obras pré-construídas ou projetadas (...) sem fronteira de países, cor, sexo, religião ou opção político partidária. O movimento é contra os planos que impõem a construção de grandes barragens sejam elas estatais, privadas, financiadas ou não por agências internacionais. O MAB incentiva a busca por alternativas para a geração e distribuição de energia que modifiquem a atual matriz energética brasileira, o que somente será possível através da real democratização da política energética e de seu compromisso com um projeto de sociedade socialmente justo e ecologicamente responsável.” Atualmente a “palavra de ordem” do movimento é: ÁGUAS PELA VIDA!

A participação do pessoal de Itaparica nessa dinâmica de encontros e articulações e na criação do MAB não foi muito intensa e se dava, na verdade, de modo esparso, mas sem críticas veementes. Segundo Alcides, como a luta local envolvia muito trabalho e pouco tempo sobrava, então priorizavam os encontros regionais dos atingidos organizados no campo da CONTAG. Além disso, quando participavam das atividades do MAB, eram quase sempre intermediados pela CONTAG, que facilitava as locomoções.

Mas o fato é que os acontecimentos em Itaparica passaram a ganhar uma nova dimensão e, por isso, a seqüência do relato das relações entre as lideranças de Itaparica e a CONTAG, assim como o desdobramento das ações do PSSSF, deve ser ponderado também a partir desses acontecimentos geradores do MAB, embora as histórias não se cruzem essencialmente, segundo a versão das lideranças.

Em outro trecho, Alcides reforça a dificuldade do relacionamento com o sindicalismo contaguiano, o que se torna interessante se tivermos em conta a importância que a luta sindical obteve na região e começarmos a imaginar as condições dessa mobilização embutida na mesma estrutura corporativa com duas linguagens e numa disputa clara de direção do processo, como coisas possíveis e reais. Pode-se compreender como a integração na estrutura sindical do Complexo CONTAG deve ser sempre analisada com essa característica dinâmica, de tal modo que, ao negar identidade política com o sindicalismo oficial mas por ter conseguido escrever a história da luta dos atingidos a partir dessa entidade, o discurso de Alcides acaba mostrando uma espécie de adesão que confirma dialeticamente a atuação da própria CONTAG nesses anos no Brasil:

A nossa convivência com as federações e com a CONTAG era uma convivência muito ruim. Ela foi assim muito atritosa. Eles não nos abandonavam porque nós éramos o trunfo deles (referindo-se à região e à proporção nacional que assumiu a luta). Era na base do vai ou racha. Mas nós não nos preocupávamos se eles estavam gostando ou não, querendo ou não querendo. (Alcides, entrevista em 1999)

Alcides se lembra do que pode ser uma influência mútua ou aprendizado quando confirma que, no III Congresso, a CONTAG ratificou – por muitos motivos, entre eles reagindo ao tipo de atuação sindical que se diversificava no meio rural no país, nas suas várias versões que ela habilmente unificava – e a plenária aprovou, o trabalho “educacional” como prioridade. O grupo do Vale do São Francisco imediatamente se identificou nele e reconheceu nisso o que chamam de a maior “sintonia”.

No mesmo ano do Congresso, em 1979, Alcides conta que foi realizada a primeira grande concentração contra a CHESF, em Petrolândia. Neste momento, o trabalho já era produto das ações coordenadas e integradas entre municípios, sindicatos e federações dos dois estados. Foi o ano da fundação de um coletivo, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco, em Petrolândia: embrião do futuro Pólo Sindical, uma vez que não se tinha uma forma jurídica de representação definida. Alcides conta e Fina ratifica que foi no Encontro das Federações em Juazeiro deste ano que levaram a idéia de criação de um pólo sindical, mas: “As Federações inicialmente não assumiram o pólo e ele passou a funcionar por esse coletivo na prática. Isso deu uma briga lá no Encontro” (Alcides, segunda entrevista em 1999 -2).

O motivo da briga no sindicalismo contaguiano, segundo relato de Alcides, devia-se à preocupação das Federações de que Itaparica estaria criando uma nova entidade de defesa dos trabalhadores rurais que atuaria como organização paralela, competindo com eles. O que impressionava o pessoal de Itaparica pela não compreensão da proposta de luta articulada que traçaram. Assim, por temer, eles sequer permitiram uma discussão durante o Encontro.

Não era sem fundamento essa paranóia porque o movimento avançava pela terra sempre criando uma oposição sindical. Nas federações, majoritariamente pelegas, isso era uma ameaça sim. Você está construindo

um negócio novo, arrojado, coletivo que não tem uma direção hierarquizada. É muita novidade (Alcides, entrevista em 1999-2)

Desses encaminhamentos foi surgindo e solidificando a idéia da centralização para unificar as demandas contra a mesma agência estatal que os atingia e a ampliação da autonomia da luta em relação ao Estado. Assim nasceu o Pólo.

A afirmação de Alcides também deixa antever que havia articulações nacionais entre o movimento de Itaparica e outros movimentos e grupos, inclusive urbanos, que atuavam junto ao sindicalismo rural no país inteiro, envolvendo outras questões da pauta de lutas existente naquela conjuntura e não especificamente dos rurais como, por exemplo, o envolvimento na fundação do Partido dos Trabalhadores na região, ação política refutada pela CONTAG, alegando que o movimento sindical deveria ser apartidário, embora houvesse uma aproximação, em termos de influência da entidade de terceiro grau, com o PMDB e com o PCdoB.

Novamente, estas ações extra-sindicais ou partidárias são justificadas pelas lideranças como uma necessidade da luta: não bastava levar a pauta específica. Para garantir conquistas era preciso, segundo eles, mudar a correlação político partidária na região. Assim fizeram deputados (Alcides, Fernando Ferro), vereadores (Deusedith e Osvaldo), vice prefeito de Orocó (Zé Preá), todos eleitos com votos dos reassentados e em alternativa à dominância do PFL, envolvido totalmente com as obras da CHESF e com os serviços públicos de modo geral.

Nos anos 1970, a conjuntura nos marcos da modernização conservadora, juntava, efetivamente, as formas de exploração do trabalho do campo às da cidade. Duas grandes mobilizações nacionais de trabalhadores merecem destaque pelo seu caráter massivo: em 1978, operários do ABC de São Paulo fizeram uma greve e daí em diante ampliaram a luta pela renovação dos quadros dirigentes sindicais. Em 1979, uma greve de canavieiros da Zona da Mata envolveu a adesão de uma multidão de trabalhadores rurais.

Neste ano, do mesmo modo, no sertão nordestino do Submédio São Francisco, as lutas se intensificaram em função da indefinição da CHESF sobre o destino dos atingidos. O movimento organizou uma série de atos públicos nas cidades e na frente dos escritórios centrais da estatal. Com sindicatos já fundados ou retomados em todos os municípios da região afetados pela política da CHESF, a luta comum induziu à unificação de estratégias. Por outro lado, a base social do movimento era complexa, como afirma Araújo (1990)⁸², e tornava-se premente a concentração da mobilização dentro de uma pauta unificada que integrasse demandas prioritárias e comuns tendo em vista o alcance do enfrentamento desejado.

As ações intersindicais tornavam-se cada vez mais frequentes, até que inevitavelmente surgiu a necessidade de criação de uma entidade comum que coordenasse a luta num nível intermediário entre as Federações e os sindicatos. O Pólo Sindical do Submédio São Francisco nasceu dessa compreensão estratégica. Este “novo” sindicalismo conseguiu conquistas mais amplas do que as obtidas pela atuação popular até então existente, que mantinha os sertanejos individualizados e isolados.

Na expressão de Alcides, depois de revelar, como já foi mencionado, que inicialmente as Federações não assumiram a criação de um pólo sindical e mostrando como, independente

⁸² Segundo Araújo (1990, pp 55): “Os sindicatos do Submédio São Francisco contam, nos seus quadros de associados, com militantes originários dos segmentos que compõem a pequena produção mercantil e de subsistência. Neles convivem, e às vezes se chocam, interesses dos pequenos proprietários, dos posseiros, dos parceiros, dos pequenos arrendatários e dos assalariados. A condição de cada um desses pequenos produtores, contudo, não se define de maneira clara; na verdade, as relações se interpenetram, configurando-se casos em que uma única pessoa é, ao mesmo tempo, proprietária, parceira e, eventualmente, assalariada.”

desta postura política, deram continuidade ao seu plano, esclarece o próprio significado do Pólo:

Isso deu até briga lá no primeiro Encontro das Federações em Juazeiro porque nós criamos um coletivo que virou Pólo de fato. Não tinha Pólo, esse nome Pólo foi criado aqui. Nós é que criamos para definir esse grupo, esse sindicato [referindo-se ao Pólo como “sindicato-síntese” aqui maximizado em importância e significado] que tinha uma luta comum a partir de uma realidade. A coisa não foi assim de uma idéia que você projetou, foi como uma necessidade. Nossa luta não poderia ter sucesso se cada sindicato fizesse uma luta separada da outra se o adversário que é a CHESF, está nessa área inteira (Alcides, entrevista em 1999-2).

Não cabe entrar na discussão sobre a paternidade da figura do Pólo Sindical no sindicalismo contaguiano, uma vez que, nos anos 1980, não eram poucas as Federações, entre elas a de Minas Gerais, que constituíram entidades intermediárias que serviam para aglutinar a sua intervenção em alguma região estratégica. O fato é que esse Pólo, em particular, era diferente e atípico: não foi criado pelas Federações em relação as quais está afetado, ao mesmo tempo envolvia duas entidades de segundo grau em estados diferentes, com diretorias e grupos políticos diferentes em sua condução, e conseguiu ser reconhecido oficialmente como uma instância legítima do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais do Brasil (MSTR).

Sua história tornou-se relevante para além da questão regional uma vez que seu desenvolvimento peculiar passou a ser importante na compreensão do próprio “Complexo Contag”. Pode não ter sido uma forma dentro do padrão da CONTAG, mas foi extremamente importante para as conquistas que os trabalhadores atingidos pela Barragem de Itaparica obtiveram.

No momento do movimento nacional de renovação sindical – capitaneado pelos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo – que ocorria de modo semelhante à experiência da região de Itaparica, e que culminou com a proposta de criação de uma Central Sindical de trabalhadores no país, apareceu uma chance de integração de todas as lutas sindicais rurais e urbanas em confronto com a Ditadura Militar. A propaganda política apresentada pelas lideranças para qualificar a existência da CUT, era a sugestão de uma suposta construção do movimento “pela base”.

As lideranças do movimento, já na estrutura de um Pólo Sindical, passaram a participar mais ativamente das lutas de trabalhadores presentes no cenário nacional, até assumindo posições independentes em relação à CONTAG. Mas, ao mesmo tempo, como Alcides revela, dentro de uma dinâmica da “adesão crítica”.

Na hora de optar por abrigar a luta regional dos atingidos no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, com quem a liderança de Itaparica tinha mais aproximação ideológica, optaram por permanecer no alinhamento sindical à CONTAG, que recusou fazer parte da CUT. Os atingidos pela Barragem de Itaparica, representados pelo PSSSF, a partir da tese da “implosão por dentro” já mencionada, passaram a disputar a direção da FETAPE e permanecem pressionando por dentro dessa estrutura, como afirmam suas lideranças.⁸³

Perguntado sobre como funcionava o processo decisório na entidade criada assim no calor de uma luta e na condição de ‘necessidade’ dessa mesma luta, ele a expõe enfatizando a

⁸³ Houve, segundo Alcides e Fina, por parte dos agentes pastorais, uma preferência pelo alinhamento sindical que no país fundava a CUT, mas a CONTAG optou, levando as Federações e sindicatos à acompanhá-la, pelo movimento que fundou a CONCLAT (embora a CONTAG nunca tenha chegado à realizar essa filiação). Havia também algum desentendimento entre a liderança de Itaparica e os metalúrgicos que lideravam o movimento de fundação da CUT, provavelmente devido ao seu olhar urbano um tanto apressado sobre o sentido da luta rural e o lugar dos rurais dentro da própria CUT. Ver Ribeiro, 1991.

participação da “base” na direção política do Pólo: este até hoje não tem Presidente, mas uma “Coordenação” que não pode ser reconduzida mais do que dois mandatos seguidos na mesma posição e uma estrutura de departamentos de ação: Mulheres, Administração Sindical, Seca, Reassentamentos, etc... Diferente, até certo ponto, da fórmula organizativa utilizada no sindicalismo contaguiano, que mantém a estrutura presidencialista, a intenção era a de que, nesse Pólo, tudo se definisse nas plenárias e a partir de uma estratégia organizativa:

Os diretores de sindicato vinham com autoridade para decidir todo o seu município, e dali voltavam com a decisão que não era só a do seu município, mas era uma pauta comum que era igual para todos. O problema de Belém de São Francisco, por exemplo, seria assumido também solidariamente pelos outros. (...) A luta tem que se fazer de modo que o mesmo problema de Itacuruba é tão importante quanto o de Glória, o de Glória é tão importante quanto o de Petrolândia, o de Petrolândia é tão importante como o de Belém de São Francisco. (Alcides, entrevista em 1999-2)

Sobre o formato da luta que conduziam, Alcides relata que a ênfase estava na metodologia da ação para que a mobilização desembocasse em grandes concentrações com participação de representantes de todos os municípios que seriam atingidos pela CHESF. Essa grandiosidade de propósitos dava trabalho e demorava a ser construída:

O trabalho do Pólo não ficava só aqui dentro. (...) Nós não tomávamos essas decisões, essas decisões eram tomadas em plenárias. Em cima dessa decisão tinha imediatamente toda uma programação de todas as comunidades serem contatadas, reunidas, repassadas novamente para ser referendado aquilo, para se tomar uma decisão ampla de todo o conjunto. Tinha um trabalho primeiro de discutir, tinha que fazer aquelas reuniões. Naquela reunião de comunidade, ia com as pessoas conversar, e se o pessoal dissesse não, voltava o processo, ou se dissesse não era agora, adiava, modificava, dava outras sugestões. Aquele centro ali que se chamou Pólo, era como se o movimento o visse constantemente como o coração, era um coração batendo assim, um movimento... Porque não se podia fazer nada sem imediatamente levar ao conhecimento das principais lideranças em todas as comunidades. Por isso os assessores (Alcides entre eles) eles tinham que se desdobrar em quatro! (Alcides, entrevista em 1999-2)

Iulianelli (2000) corrobora as informações trazidas por Alcides, ao relatar que esta organização, que começou frágil, criou primeiro a estrutura de um Centro de Defesa de Direitos Humanos, ligado à Diocese de Floresta. Segundo o autor,

A estrutura jurídica permaneceu, mas o desentendimento com a referida diocese (que se tornou “conservadora” na segunda metade dos anos de 1980) levou a uma propulsão maior do Polo. (IULIANELLI, 2000 pp 24).

Outro momento da luta ficou marcado também por um acontecimento de grandes proporções. Segundo Alcides e Fina, a diretoria do Pólo concluiu pela necessidade de coordenar a mobilização dos moradores removidos da ‘beira do lago’, que procuraram a entidade para ajudá-los. Acabaram por invadir e ocupar o escritório da CHESF em Paulo Afonso. Esse ato terminou mantendo por dias os funcionários como reféns para conseguir que as agrovilas fossem construídas e o projeto de irrigação dos lotes rurais fosse desenvolvido. Conquistaram suas demandas e as obras começaram poucos dias depois das negociações para a libertação dos reféns.

Ainda nos anos 80 lançaram um Boletim chamado TERRA POR TERRA NA MARGEM DO LAGO e essa passou a ser a palavra de ordem mais forte. A novidade é que, além de terem uma orientação diferente no interior do MSTR, também passaram a ter maior flexibilidade pelo fato de que não se resumiam na forma à estrutura corporativa sindical, mas incorporavam outras formas de organização na mesma estrutura do Pólo.

Passaram a fazer um sindicalismo tipo ‘Pólo’, aglutinando horizontalmente sindicatos, associações de moradores de agrovilas, cooperativas... E ao mesmo tempo se organizando verticalmente por dentro da estrutura sindical: federações, a CONTAG e acompanhando a CUT como observadores. Podiam usar a estrutura que coubesse nos planos do momento e, deste modo, não ficavam “engessados” por uma única estrutura corporativa, cuja legislação determina limites que esse modelo Pólo não precisa cumprir, sobretudo no tocante a apoio financeiro ou montagem de uma instância jurídica.

Importante destacar que, nesse momento, os camponeses ribeirinhos logo se deram conta que a ‘borda’ do lago mudou de característica geomorfológica, que a agricultura irrigada seria uma condição para sobrevivência na parte mais árida do sertão para onde foram tocados e, à medida que a luta foi avançando, evoluíram para uma reivindicação inovadora: o “reassentamento”, o que mantinha a idéia da luta de “terra por terra”, não necessariamente à borda do lago da represa, mas definida concretamente na forma de um modelo de ‘reassentamento com irrigação’.

A grande conquista de Itaparica foi fazer o governo mudar a história de indenização para história de assentamento. A palavra ‘reassentamento’ foi criada aqui. Você não encontra essa palavra reassentamento em nada dos documentos oficiais do governo, só se fala em indenização (Fina, entrevista em 1999).

De fato, a luta de Itaparica mudou, completamente, a partir daí, a história da afetação social de mega projetos hidrelétricos no Brasil, e dentro de um processo que foi gerado com uma participação política ativa dos trabalhadores e suas lideranças.⁸⁴

Em 1986, já numa conjuntura diferente da época em que foram removidos de suas terras, após o fim da ditadura militar, o Pólo, depois de vários encaminhamentos e ações de pressão, finalmente articulou a sua “Grande Luta”: uma ocupação no Canteiro de Obras da CHESF, às vésperas do enchimento do lago, quando ainda não havia notícias sobre o local do reassentamento da população ribeirinha. Durou cinco dias, com barracas, alimentação, música, danças e assembléia permanente.

Foi essa luta que levou ao Acordo firmado pelos trabalhadores e pequenos produtores rurais da região, representados pelo Pólo Sindical do submédio São Francisco, com o governo federal, por meio da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Iulianelli, 2000, Pp. 38). Por meio desse Acordo, firmado em 1986 e conhecido como a Carta Constitucional do Movimento, a CHESF se comprometeu a reassentar a população rural atingida, a implantar a infra-estrutura necessária para irrigação dos projetos, e a responsabilizar-se financeiramente com entidades de apoio e assessoria para serviços sociais básicos, com a extensão rural até cinco anos após a instalação do projeto, dar apoio à produção e comercialização, assistência técnica, fornecimento de energia elétrica para os sistemas de irrigação e outras coisas mais.⁸⁵

Alcides chama de pico da vitória o acordo que saiu desse momento da luta, mas esclarece que, antes, o movimento precisava manter a mobilização para “garantir as conquistas” ou, em outros termos, “garantir o acordo” – no mesmo tipo de atuação que fazia parte da cultura sindical na luta dos assalariados: greve para conquistar o dissídio e, depois, pressão para garantir o acordo. Segundo Alcides, a CHESF precisava ser sempre pressionada para ceder os direitos:

⁸⁴ Os aspectos mais nocivos para a população, em geral provenientes da construção da Barragem de Itaparica, aconteceram nos anos 80 e a consolidação do Pólo, como uma organização inovadora, ocorreu lado a lado, mas as obras e as promessas não foram cumpridas. Assim em 1986 acontece o que Iulianelli chama de “mito do gênese” referindo-se ao reconhecimento do Pólo no cenário nacional (naturalmente ao lado do movimento que também cresceu em Itaipu), e o que definiu seu lugar político na sociedade e perante sua alteridade na luta, a CHESF.

⁸⁵ No documentário “Terra Molhada”, dirigido por Zelito Vianna e realizado em 1997, com produção de Koinonia, pode-se ver momentos desse épico da luta sindical contra a CHESF na região.

A CHESF assentou o pessoal mas com a idéia de que não ia fazer o assentamento dos outros. Cada um desses que a gente ia conquistando mas ela não assumia o compromisso dos outros. Quando houve a parada da obra em 86, foi ali, formalmente, que aceitaram nossa bandeira. Nossa bandeira foi de fato colocada assim, foi desfraldada no pico da luta, da vitória. A vitória foi ali, o governo se dobrou para sentar junto com os trabalhadores e formalizar uma conquista que já vinha se fazendo aos poucos. Foi acumulando. Até um mapa se a gente pedisse, tinha que fazer uma briga para tirar um mapa de dentro da CHESF, só para saber se ia chegar água ali. Tudo era assim, não tinha nada de graça, era tudo na base de arrancando na marra (Alcides, 1999-2).

Quando perguntado sobre esse tipo de ação “na marra” se não era uma contradição com a proposta de ‘justiça e paz’, Alcides responde revelando que, segundo ele, existia um enorme controle e coesão da massa do movimento:

Mas tudo isso acontecia, a gente conseguia controlar os ânimos, o pessoal tinha uma disciplina muito grande. As lideranças realmente e os assessores tinham um respeito muito grande junto às bases (Alcides, entrevista em 1999).

O Pólo atingiu a posição de representante com total legitimidade, atravessou os anos 1980 e 1990, como porta voz dos trabalhadores e, como analista crítico da CHESF, chegou ao centro da negociação com o Banco Mundial. A direção foi a Washington denunciar a má utilização dos recursos encaminhados para a área e dentro dos projetos de irrigação manipulados por empreiteiras dentro do *Board* do Banco Mundial sobre a solicitação feita de instalação de um Painel de Inspeção. Uma equipe de técnicos do Banco veio ao Brasil avaliar a denúncia, mas terminou responsabilizando o Pólo por causar tumulto em lugar de colaborar. Iulianelli (2000) afirma que se especulava na imprensa da época sobre a possível existência de forte *lobby* dos representantes de empreiteiras e políticos encastelados no poder local agindo dentro do governo. Este recebia os técnicos do Banco, no sentido de acomodar a situação, na medida em que dos representantes de empreiteiras e políticos encastelados no poder local se beneficiavam com a intermediação das verbas para o reassentamento.

Em Relatório de Atividades do Pólo, citado por Iulianelli (2000), extrai-se a avaliação crítica feita à assistência técnica que recebiam oficialmente da CODEVASF, com sede na Bahia. E percebe-se, também, a postura de autonomia e o nível de envolvimento da equipe do Pólo: depois de reassentados, a luta continua e a bandeira, mais uma vez, muda ou se amplia, desta vez passando para a produção agrícola familiar irrigada de sua base:

De fato, as origens, natureza e objetivos das empresas privadas e a prática da CODEVASF no reassentamento tem sido inadequadas e incompatíveis com os objetivos e interesses das organizações de produtores, comprometendo a unidade do serviço de Assistência Técnica e Extensão rural, a ATER [produção + comercialização + organização] e prejudicando a construção do processo autogestionário do reassentamento (PSSSF, 1997: pp. 2).

Ao mencionarem a autogestão, os autores do Relatório (PSSSF, 1997) demonstraram em que medida a disposição para a luta começou por um direito e se manteve interessada no resgate não apenas do patrimônio perdido, mas também o desejo manifesto pelos trabalhadores da condução independente e autônoma de suas próprias vidas. Isso quer dizer que compreendiam politicamente que o fato do governo os reassentar e pagar por toda aquela ‘traquitanda elétrica’ da irrigação, não representava um “favor”, mas um direito e uma dívida por uma destruição de suas vidas e do que os expulsou compulsoriamente de sua história nativa. Assim, transformada em pauta do Pólo, a questão da produção expressava a clareza que possuíam de que, para chegar nesse patamar, a luta precisava estar sempre presente.

Em fins de 1997, o Pólo conquistou, finalmente, a coordenação da ATER (Assistência Técnica para o Desenvolvimento Rural), financiada pelo Banco Mundial e oferecida pelo Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA). Segundo Iulianelli (2000),

...faz uma proposta de co-gestão, partilhada com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Em três meses de gestão reduz os custos da ATER a menos da metade, oferecendo maior qualidade (IULIANELLI, 2000, pp. 42).

Por meio do Pólo ainda, os trabalhadores obtiveram o direito de receber uma Verba de Manutenção Temporária (VMT) para cada família, no valor de dois salários mínimos e meio, até que os projetos de irrigação fossem concluídos e os trabalhadores pudessem se sustentar com autonomia.

2.3 A nova violência e o assassinato de uma liderança

A violência contemporânea se reproduziu em novos termos dentro de um conjunto de fatores mais complexo que a sociabilidade sertaneja isolada. Na gestão de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República, a lógica econômica neoliberal tornou-se cada vez mais dominante afetando de modo radical o sindicalismo. No caso específico da região, o alvo passou a ser o poder e a autonomia do Pólo. O governo mudou a linguagem e a personalidade do adversário (a CHESF) que forjou o Pólo e com a qual o Pólo lidava num patamar de quase igualdade. Em 1997 foi instituído o GTI (Grupo Executivo de Trabalho Interministerial de Itaparica) para realizar estudos sobre o andamento dos projetos. O Pólo apoiou os estudos e colaborou, embora acreditando tratar-se de uma iniciativa que não objetivava ajudar os pequenos produtores, mas contando que os técnicos do governo pelo menos se interessassem pelo levantamento de irregularidades envolvendo dinheiro e patrimônio públicos. Mas, segundo sua visão, o objetivo teria sido o de aprofundar o processo de privatização da CHESF.

Segundo a conclusão do Relatório do GTI, passados 12 anos, o projeto tornou-se caro e inviável. O Pólo concordava e, por isso, sugeria que seria necessário redirecioná-lo para investimentos na área da fruticultura, solução com a qual o próprio GTI concordava (Iulianelli, 2000). Ainda segundo o referido documento, o restante do projeto necessitava de recursos, além dos 1,2 bilhões de dólares já gastos, na ordem de 322 milhões para conclusão o que totalizaria algo em torno de 1,5 bilhões de dólares só em Itaparica, prevendo-se regularização fundiária, obras, pendências sociais etc.. Essas ações envolveriam seis mil famílias, mais 211 famílias indígenas Tuxá.

Outra instância burocrática foi então criada, mudando o sentido da luta e, mais uma vez, minando a capacidade de representação do Pólo, uma vez que, em lugar de concluir assentamentos e projetos de irrigação, o governo adiava essas medidas e “estudava” ou “negociava” uma virada de eixo no sentido de um “acordo” pela não conclusão do que faltasse. Imaginar que anos de espera não afetam a representatividade entre liderança e base seria desconhecer a dinâmica dos movimentos sociais.

Segundo Iulianelli, assessor do Pólo,

Em outubro de 1997, o governo federal , por meio da Câmara de Infra-estrutura do Ministério de Minas e Energia, cria o Grupo Executivo para Conclusão do Reassentamento de Itaparica, o GERPI. Entre outubro de 1997 e março de 1998 esse grupo não aceitou sentar com o Pólo ou com qualquer grupo por ele escolhido como “negociador”, para tratar do processo de conclusão do reassentamento (IULIANELLI, 2000, pp. 44).

A par disso, o governo colocou na direção do GERPI militares aposentados que passaram a promover (com o dinheiro encaminhado para a conclusão, que ganha novo sentido), indenizações para os reassentados que estavam em projetos concluídos e compensações financeiras para os que tinham direito mas ainda não estavam reassentados e

possuíam apenas o acesso a casa da agrovila. Esse ato eliminava, simultaneamente, a legitimidade conquistada do Pólo e também a autoridade local da diretoria da CHESF.

Finalmente a Verba de Manutenção Temporária (VTM), que foi conquistada pelos trabalhadores passou a representar na luta sindical um problema. Tornou-se, em função da longevidade, mais uma adversidade para a luta dos direitos na visão dos dirigentes do Pólo e das lideranças da Igreja, embora, na perspectiva dos trabalhadores esse dinheiro fosse valorizado por representar, na maioria das vezes, a única forma de reprodução da família. O que as lideranças tentavam era “politizar” o que chamavam de “falso salário”, por ser um ganho que supunha o afastamento da terra e uma remuneração “sem trabalho”. Hoje, passados 20 anos, muitos reassentados estão ainda recebendo dois salários mínimos e meio sem trabalhar e sem produzir na terra que ainda se encontra desprovida de um sistema de irrigação completo.

Na visão dos mais velhos que estiveram dentro da luta, para a juventude esses entraves foram fatais, provocando a perda da identidade de trabalhador rural.

Ao lado do recrudescimento das Coes do Governo Federal contra o Pólo, os anos 90 trouxeram, de modo mais explícito, a experiência da proximidade com a expansão do cultivo de maconha. Este adquiriu escala comercial, a partir do final dos anos 80, como se pode observar em relação a sua visibilidade na ONU⁸⁶, e foi se consolidando de modo a afetar a dinâmica econômica regional. Algumas cidades, como Salgueiro e Floresta, começaram a demonstrar uma visível ampliação na circulação de riqueza de modo rápido e surpreendente e isto acabou sendo destacado pela polícia.

A nova situação demarcada no Submédio incluía a presença do crime organizado articulado com as *vendettas*, com a impunidade das elites, e com o autoritarismo originário dos coronéis do sertão que nunca desapareceu, mas passou a se abrigar nas grandes siglas partidárias.

Como é difícil precisar a emergência dessa agricultura ilícita, os registros existentes acabam concentrados na polícia e, nesta medida, foram construídos a partir da repressão. Na versão da polícia, que privilegia a ótica da criminalização, as datas e fatos articulados oferecem uma idéia parcial da emergência e consolidação da agricultura de maconha.

Nas palavras de Dr. Dalmázio, Superintendente da Polícia Federal de Pernambuco em Recife:

Eu acho que é desde a década de 60 prá cá que a gente tem feito repressão ao plantio da maconha, só que no começo a coisa não era feia, e tinha coisa de hippie querendo a droga. Mas depois, com a chegada do problema do Escândalo da Mandioca, muita gente passou a plantar. (...) Por volta de 87 mais ou menos viu-se que o problema era muito grave porque quando o helicóptero [da polícia] levantou e o sertão estava em seca na época, todos os pontos verdes que conseguíamos avistar de cima, se podia descer, porque era maconha. (Dr. Dalmázio, entrevista em 2003)

É na explicação do Dr. Osvaldo, Delegado de Polícia de Floresta, que se poderá observar na versão policial em que medida os fatos passaram a apontar para uma pressão maior em termos de violência nos anos 90, mas com um curioso destaque para o ano de 1997, quando a repressão foi maior e o confronto armado aumentou transformando o sertão do Submédio num Polígono de municípios altamente perigosos:

Antes na década de 80, o Rio de Janeiro era o maior comprador de maconha daqui do sertão. E também foi a década que o sertão mais produziu maconha.(...) Mas em 1997, em Floresta e Cabrobó a coisa mais comum era

⁸⁶ Em 1987, uma funcionária do governo brasileiro relata que em Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na ONU ouviu a declaração de um representante do Departamento de Repressão às drogas dos Estados Unidos que destacava que naquela década, Pernambuco tinha se tornado o maior produtor de maconha dentro do Brasil. (Iulianelli, In, Ribeiro e Iulianelli, 2000, pp. 215.)

matar alguém. Esta ausência do Estado foi o que elevou Floresta em especial e todas as cidades do poder da maconha a terem, em 1996 para 1997, a vivenciar o maior índice de criminalidade por habitantes por metro quadrado do Brasil. Então, aqui em Floresta, por exemplo, a média anual de homicídios em uma cidade era de 70 pessoas por ano, vivíamos praticamente uma guerra gerada também em decorrência do tráfico de drogas que criava uma disputa de facções, os Araquã e o Benvindo, por exemplo. E aí cheguei à conclusão que o combate ao tráfico de drogas ele gera, em consequência também o combate ao homicídio e ao narcocídio⁸⁷. O dinheiro aplicado na mandioca também foi aplicado na maconha. Com o tráfico de drogas vem o tráfico de armas, o roubo de carros, o tráfico de mulheres e de mercadorias ilícitas (Dr. Osvaldo, entrevista em 2003).

No ano de 1997 - que foi intenso em termos de atividades para o Pólo - a entidade teve sua primeira vítima fatal, com o assassinato do dirigente sindical Fulgêncio por um menino ligado a políticos conservadores que aparentavam sinais de envolvimento com o cultivo ilícito. As causas desse atentado não são claras, mas podem estar relacionadas tanto à atividade política do militante, quanto com sua enérgica e veemente denúncia da presença do plantio ilícito nas terras do Projeto que coordenava (Caraívas). Depois desse incidente, as coisas mudaram de perspectiva para o sindicalismo.

O assassinato, caracterizado pelo movimento como “extermínio” – forma de violência afastada na nova sociabilidade criada pelo sindicalismo e apontada por Alcides -, pela primeira vez atingiu, na luta, uma de suas mais ativas lideranças, anunciando novas adversidades que o Pólo teria que passar a levar em consideração.

Surgia assim e com esse significado, mais essa pauta na agenda do PSSSF. Isto se dava sem que houvesse, neste caso, nenhuma tradição quanto ao modo de agir que pudesse servir de referência para sua atuação e inaugurando uma ação da entidade em relação aos trabalhadores rurais onde a classe ou a corporação não podiam ser pensadas como parâmetro para a atividade que esses agricultores praticavam: não produziam maconha para serem trabalhadores rurais, ao contrário, quando produziam maconha, abandonavam, conscientemente ou não, a referência classista positiva do ofício na estrutura social. Passavam a gerar ações, a tomar decisões, movidos por motivações absolutamente individuais.

Para as lideranças, a partir desse processo, os trabalhadores na base da entidade que se envolviam com o cultivo ilícito perdiam a identidade sindical e com isso começavam a perder o espaço político onde poderiam “se fazer” como classe, iniciando uma experiência de fragmentação, onde ressurgiam, isolados como indivíduos.

Fina, quando instada a comentar esses novos tempos, afirma que o saldo dos sacrifícios impostos pela luta também pode ter prejudicado os atuais jovens, principais envolvidos no plantio ilegal, embora a violência seja de fato a marca estrutural da região:

...a gente observa, vendo atualmente, que o que já existia, do ponto de vista da violência, sempre existiu nessa região. (...) Eu sinto isso mesmo com todo o trabalho realizado aqui. O jovem ficou de lado, ele não teve um acompanhamento dessas mudanças, o crescimento dele foi por conta de tanta luta, de tanta coisa. Por mais que o Pólo tenha lutado, mas se ficou em torno de conseguir aquela terra e o jovem se criou quase por conta dele mesmo, para se situar nessa nova situação. Não houve um trabalho (geracional) para fazer com que o jovem pense junto, que veja alguma coisa. (...) E esses jovens são importantes, porque eles é que vão construir esse novo tecido dessa região, porque as outras pessoas já estão repetindo

⁸⁷ Segundo entendi, “narcocídio” foi um neologismo apresentado pelo entrevistado para se referir aos homicídios que a polícia atribuía estarem relacionados com a produção e comercialização da maconha e outros atos ilícitos na região. As demais formas de violência com morte, seriam identificados como simples homicídios.

tudo que aconteceu, as dificuldades. É difícil, por que ficaram marcas muito profundas... (Fina, entrevista em 1999)

Fina refere-se às marcas da luta, das derrotas e, principalmente, ao saldo geral pesado pelo tempo: mesmo reassentados na maioria, existem algumas pendências dramáticas, como o atraso na conclusão das obras da irrigação, a mudança na situação identitária (de camponês de subsistência ribeirinho para produção familiar irrigada em bases comerciais, sem memória, nem passado).

Também se incluem as dificuldades dos ritmos e definições entre planejadores do Estado e as famílias. Casos em que a dinâmica reprodutiva familiar foi secundarizada face às planilhas de cadastramento utilizadas pela CHESF no momento das remoções.

Tais planilhas antecipavam e estabeleciam os direitos aos lotes em número e tamanho previamente delimitados e eram inalteráveis, mesmo considerando que a conclusão da maioria das obras para fixar os reassentamentos pudesse demorar mais de uma década e que o efeito da procriação e geracional se constituísse como uma variável interveniente inexorável. E como tudo isso de fato aconteceu, uma crise de vida familiar foi implantada: os planos não previram a dinâmica do movimento de procriação e crescimento familiar naturais.

Também mudou a violência associada à maconha e isso poderia estar relacionado à ampliação da escala de plantação. Antes, segundo Fina, se poderia ver muitas vezes essas “roças” sem qualquer consequência, isso caía no lugar comum: ninguém comentava, era costume. Poderia não ser muito “normal”, mas “se deixava quieto.” (Fina, entrevista em 1999).

Plantação de maconha já existia sempre aqui antes, eu mesma andei por aqui e vi. Vi lugares com plantas de maconha e não havia tanto problema. (...) Não sei quem plantava. Nas estradas você via que os trabalhadores estavam lá e diziam que trabalhavam em construção, mas era uma coisa que não aparecia com tanta violência como hoje. (Fina, entrevista em 1999)

Fina constrói o seu raciocínio sobre a presença do cultivo ilícito a partir de sua experiência de assessoria. Aponta três explicações que compõem sua lógica para explicar o fenômeno: o abandono dos jovens, desde criança, durante a caminhada da luta e sua indefinição identitária durante a demora na conclusão das obras do reassentamento pelo Estado seria a primeira. A segunda, segundo ela, se deve a uma tradição de violência que daria suporte à mudança para a escala comercial do cultivo ilícito, que seriam as brigas de família; e a terceira, a degradação social que é geral no país face à distribuição desigual da renda já estaria num nível de recorrência e de acumulação histórica, que já começavam a naturalizar a violência como rotina, sobretudo nessa região.

Alcides (1999-2) desenvolveu três teses, especialmente românticas, sobre esse tema que todos identificam como mais uma forma de violência. A primeira: “(.) na hora em que as lutas entram em refluxo, a violência mais isolada se fortalece”. A segunda se refere ao fato de que “[...] A violência cresce na proporção do tempo de ociosidade”, referindo-se à demora na conclusão dos projetos de reassentamento que provocou um tempo de ociosidade muito grande, sobretudo para crianças que em uma década se tornaram adolescentes, sem qualquer contato com a terra e olhando para os pais que viviam falando de sonhos e histórias de luta cada vez menos reais no cotidiano deles. Finalmente, a terceira diz respeito à desestruturação da cultura e da forma de vida anterior (que era extremamente rica em muitos sentidos para a produção camponesa ribeirinha) a partir de uma imposição que conduzia a uma adaptação forçada, a uma forma de vida nova ainda sem saber quando o Estado irá viabilizar para poder

experimentar sua vantagem. Nesta nova forma de vida, segundo ele, vem embutida uma nova visão de mundo com a mídia – e, em especial, a televisão.⁸⁸

Para Alcides as ações do que chama de “narcotráfico” devem ter estimulado muito as atividades desviantes da juventude que não participou da luta (e sua pedagogia) por oferecer uma alternativa de renda e prestígio, o que se coloca em consonância com a interpretação dos dirigentes do Pólo, como se verá em capítulos posteriores:

A luta foi uma luta que tinha um caráter socialista que buscava a defesa dos direitos de todos mas o tempo foi passando... A ociosidade provocada por uma ação de governo. Era uma população extremamente produtiva. Não era o sertanejo esperando chuva, era o sertanejo que já tinha sido de chuva e que um dia descobriu que na beira daquele rio ele podia construir sua vida diferente e ele construiu com muita fartura. Rapaz, o que eles perderam ali é um crime que este país não vai pagar nunca! Eu muitas vezes dizia para Josefina naquela época... o pessoal não é de ficar esperando o tempo passar... (Alcides, entrevista em 1999-2)

Ambos ressaltam que houve uma passagem estreita: com a perda da terra perderam também a autonomia, e a irrigação do governo se transformou numa experiência de “cativoiro”. Os dois aprenderam muito no apoio político que deram a essa gente e suas considerações merecem toda atenção. Por exemplo, eles além de fazerem uma ligação entre os fatos, ainda conseguem identificar a diferença entre aqueles trabalhadores envolvidos no escândalo da mandioca – que já eram totalmente despossuídos – e os envolvidos com a maconha – gente de bem que já teve fartura. Mas algo aconteceu:

Eles foram desestruturados na sua forma de trabalhar, de viver, de produzir, de sua cultura... imagina você ainda passar anos esperando por aquilo que ainda vai ser e que você não sabe quando é que vai ser, esse estado de ansiedade, de não saber, de indefinição de seu futuro. Você ficar dentro de casa, ficar até bem, com água, com luz, aí vem a televisão e começa a falar uma porção de besteiras, tudo o que estava fora da cultura deles mas eles perderam a raiz e a meninada a pensar outra coisa, não quer mais trabalhar, foi uma desordem muito grande. Ora como isso se demonstra a muitos anos, saltar daí para querer plantar maconha, qual é a diferença disso aí? Nenhuma, então a gente não pode dizer que hoje a maconha seja a principal responsável. (...) Ela está sendo bastante perigosa pelo estado de ociosidade em que essa população se encontra (...) porque sempre houve isso aqui, sempre houve maconha nessa região. A história de Floresta, dos plantadores de mandioca, que teve aquele problema que matou aquele Procurador da República em Recife, era um negócio que acontecia em Floresta, mas envolvia essa periferia mas não era a população ribeirinha normal, eram aqueles que estavam mais próximos da seca, que jogavam com pequenos grupos marginais. Tanto assim que no período que eu trabalhei aqui até 1986, eu viajava a qualquer hora do dia e da noite aqui em qualquer lugar, dirigia um fusquinha sozinho, não tinha medo nenhum, você acredita? Hoje nem pensar (Alcides, entrevista em 1999-2).

Alcides se refere aos grupos populares que, envolvidos em guerras de família ou em violência atávica do sertão, tinham um papel diferente nessas duas épocas. No primeiro caso,

⁸⁸ Fontes e Saboga (1994) em estudo sobre escola, televisão e cidadania, fornecem eco à concepção de Alcides. Para os autores o desenvolvimento internacional dos meios audiovisuais de informação afetaram de modo radical os padrões de socialização da juventude e ainda facilitou o recrudescimento dos movimentos sociais: “O crescimento da televisão ocorreu num espaço que integrava e ultrapassava as formas precedentes de informação, em especial a imprensa, o rádio e o cinema. No caso brasileiro, a televisão teve um papel ainda mais importante. Ela modificou as modalidades de contato entre o aparelho de Estado (...) e os cidadãos (...). O acesso à informação, tanto quanto o principal lazer, se deslocavam para uma atividade que, ocorrendo no interior de cada domicílio, tendia à dessocialização” (Fontes e Saboga, 1994, pp. 46).

serviam como reservatório de matadores profissionais e precisavam se esconder nas propriedades. Com a comercialização da maconha em maior escala, ganharam o mercado, se espalharam e encontraram um lugar no esquema de segurança. Os filhos de trabalhadores reassentados, que perderam a fartura ribeirinha e a vida camponesa, em anomia, se tornaram um reservatório de mão de obra em busca de uma remuneração que permitisse viver os sonhos de consumo a que passaram a ser expostos.

Fina acha que a violência que se tornou sinônimo do cultivo ilícito, é de um tipo que hoje está muito mais ampliada no Brasil como um todo. Não é coisa particular dessa produção no sertão, mas o que é típico está na tradição, segundo a hipótese que ela lança:

A violência está no Brasil inteiro, mas onde a tradição de violência já é mais acentuada, tende a ser uma violência mais difícil de você observar porque ela tem os seus vieses de como se situar de uma forma escondida e aparecendo só do ponto de vista da violência em si (Fina, entrevista em 1999).

Sua segunda colocação revela que a distribuição da renda e o território de pobreza, a que sempre foi relegado o sertão, também explicam os acontecimentos de hoje. Finalmente, como Alcides, ela especifica as modalidades de violência do passado – prioritariamente envolvidas com brigas de família e as de hoje. No passado, a dinâmica criava um padrão de expectativa em relação à vingança e à cobrança da honra. Hoje, há uma aleatoriedade que confunde e dispersa o medo.

Falando sobre essas guerras de famílias, Fina comenta:

Era assim, não de estar presente ou testemunhar, mas de ouvir chegar e dizer foi morto um que era vereador daquela família e então já ficar naquela expectativa, toda a cidade em Cabrobó: - “Hoje vai fechar tudo cedo porque houve uma morte numa família então vai haver a outra”. Era aquela expectativa... (Fina, entrevista em 1999)

Ao final da conversa, Fina fala sobre as mudanças políticas, as novidades da luta partidária mais progressista que atravessou o Brasil naqueles anos e chegou na região com a fundação do PT durante a luta. Diz que certas coisas não mudam, fazem parte da natureza das pessoas, como a persistência de certo tipo de violência, entre ricos e pobres, mas sobretudo entre pobres,

...existem ainda brigas por nada, mas que se mata. Parece que essa questão vem no sangue dessas famílias é muito difícil de curar, é uma espécie de autoritarismo, uma coisa que vem da rudeza do sertão. (Fina, entrevista em 1999)

Existem outras questões e outras formas de sociabilidade que atravessam a mudança de escala do cultivo de maconha, mas é difícil descortiná-los e até mesmo determinar as causas dessa mudança numa pesquisa sobre um tema que oferece riscos. Mas, os relatos desses agentes ligados ao Pólo, ao menos permitem uma aproximação sobre os fatos e a forma como, na leitura do sindicalismo, os processos foram se constituindo na realidade.

Por isso vale a pena entrar nesse “ambiente semântico” das formulações intelectuais elaboradas no campo do PSSSF, porque, de certo modo, vai se constituindo gradualmente um consenso explicativo na região sobre esse tema. O Pólo sempre ocupará um lugar importante nessa elaboração, como se verá.

Ademar, dirigente da entidade que entrou no movimento nos anos 1980 e ocupava cargo no colegiado da diretoria em 2001 durante a pesquisa, foi daqueles que se incorporou na luta a partir das reuniões puxadas por Alcides e Fina e que avisaram antes dele entrar numa delas: “Se prepara porque você pode sair daqui hoje encabeçando uma chapa!. E agora eu estou aí até hoje!”(sic). Ele tem suas explicações para essa forma de atuação junto ao plantio ilícito, que também chama de violência, mas diferente porque, antes, para ele seria um tipo de

violência “marcada” (localizada) e, agora, ela é difusa. Para ele o movimento não tem problema com “isso” (o cultivo de maconha), mas com a violência que isto passou a representar depois que assumiu escala comercial. Também constata que sempre houve plantio de maconha na área e isso fazia parte da realidade que ele chama de normal. Mas, depois que mudou a escala dessa agricultura, a escala da violência mudou também e indica algumas causas.

Segundo seu ponto de vista, a responsabilidade é do próprio governo, por que demorou a concluir os projetos; outro motivo estaria ligado à falta de mercado de trabalho para a juventude, que ficou entrincheirada nessa ociosidade durante uma década pelo menos; e a própria ociosidade. Em seu relato, pode-se perceber como o lugar da conquista da luta sindical é sacralizado e que o projeto, acabou “contaminado” pelo ambiente assim como a proposta de sociabilidade que o sindicalismo pretendia construir como uma das dimensões do assentamento. E isso mostra a profundidade do assunto:

Porque, quer dizer, a maioria dos trabalhadores entra nessa questão da plantação da maconha, por não ter opção. (...) É por causa dessa falta de opção, por exemplo, que a gente sabe que dentro do próprio projeto tem pessoas envolvidas com o plantio. (...) As crianças começaram a crescer, uns já foram prá lá já grandes, 15, 16, 17 anos, e ficou essa fase (enquanto o sistema de irrigação não é concluído) sem fazer nada. Aí vem a questão da cachaça, dos jogos, da prostituição, dentro do projeto. E aí vem essa questão da maconha, quer dizer, entrar lá sem fazer nada, sem ter um centavo para comprar um cigarro, para ir numa festinha, aí chega o fazendeiro, chega o cara que planta maconha te oferece uma grana, aí termina, você entrando (Ademar, entrevista em 1999).

Ademar dá mostras de preocupação, mas o interessante em sua fala me parece o fato de que ele, apesar de responsabilizar o governo contra quem estabeleceu sua luta, identifica, desta vez o fazendeiro como adversário, o dono da roça que nunca é preso. Sua indignação então aparece, meio paternalisticamente, protegendo o trabalhador reassentado, contra esse fato, referindo-se à ação da polícia:

Como eles sabem claramente que dificilmente eles pegam, dificilmente, não, nunca pegaram os donos, os cabeças mesmo. Chegam lá e pegam uns que estavam trabalhando. Aí é que entram no cacete. Quem ia preso eram eles, mas os chefes mesmo, nunca foram presos, está lá todo mundo!...(Ademar, entrevista em 1999)

Neste ponto pergunto se ele gostaria que a polícia fosse mais presente, se não guarda ressentimentos com a ação da repressão e ele distingue: discorda da ação da repressão contra trabalhadores que perderiam suas terras, que eram atacados pela polícia que agia em defesa de uma empresa (estatal). Considerava uma ação “errada”, mas reclamava da falta de segurança que a polícia oferecia aos moradores, reconhecendo que o trabalho sindical estava mais fácil do que no início, e sugerindo que novos problemas se colocavam para o desempenho desse trabalho. Aparecerá, nesta explicação, um nítido deslocamento de categorias de oposição: ‘repressão’ está para ‘trabalhadores’ em luta por direitos, assim como ‘segurança’ está para ‘moradores’ quando voltam para casa. Classe e cidadania se dividem em termos de significado. Além de emergir de suas considerações uma possível queixa pelo “não reconhecimento” do movimento como algo a ser preservado pelos agentes dessa nova violência, ou como digno de ser apoiado pelos órgãos da repressão, pelo menos agora.

Isso é que eu acho um dos erros da repressão policial. Quer dizer a preocupação para defender a empresa, quer dizer, há mais de dez anos que os trabalhadores estão aí, foram expulsos de suas terras e estão sem produzir. Quer dizer, não há essa preocupação do lado da polícia de dizer: “Nós não vamos lá porque vocês estão errados, que eles resolvam o

problema dos trabalhadores”. Então acho que essa é a repressão que de certa forma fere os sentimentos das pessoas. Eu estou aqui buscando meu direito que eu conquistei e a polícia vem, quer dizer, não olha isso. Eu acho que hoje o trabalho (sindical) pode estar até mais fácil em termos de organização, mais fácil de fazer, mas por outro lado, você anda nessa região e você não vê alguma segurança. Se você vai voltar prá casa. Você sai, trabalha, você vai pros municípios e você não sabe se volta porque, quer dizer, toda hora, todo instante, é assalto e morte nas estradas. E aí, eles não escolhem... [referindo-se a uma possível salvaguarda para o pessoal do movimento](Ademar, 1999).

A assessora Vera, que veio da AATR da Bahia dar apoio ao trabalho de Fina e Alcides, apresenta novos ângulos para essa história. Ela identifica o cultivo de maconha com “narcotráfico” já que, para ela, o maior impacto dessa prática teria acontecido com o assassinato de uma liderança, amigo por quem devotava grande respeito, praticado por um esquema super organizado. Ao relatar sua visão do presente, falando a partir do Pólo, ela identificava os envolvidos não como trabalhadores, mas como um “pessoal” e deste modo apontava como isso criou uma intercessão com a reprodução do PSSSF dentro de um campo de violência que retoma as ações do passado que o próprio sindicalismo, com sua veia cristã, superou dentro do berço sertanejo. Ela falou do assassinato do Fulgêncio como de um embate entre a cultura sindical da “justiça com paz” por oposição à “cultura da morte nativa”:

O companheiro Fulgêncio, você sabe a sua liderança, ele tinha uma atitude muito íntegra assim em enfrentar esse pessoal ligado ao narcotráfico, inclusive ele era uma pessoa de formação cristã e ele nunca foi favorável a essa questão de usar arma. Inclusive colocaram umas considerações nesse sentido e ele nunca aceitou. E ele sempre assim confiava, tinha fé no trabalho que ele fazia. E ele assim sempre enfrentou de frente mesmo aquele pessoal que era ligado, que morava no Projeto, que tinham vinculações com o narcotráfico (Vera, entrevista em 2003).

Assim aparece finalmente a dimensão mais complexa do problema pelos olhos dos mais diretamente envolvidos com aquela revolução nos costumes que significou a criação do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, que caminha desde uma oposição de projetos de agricultura até uma oposição de cultura e modo de vida.

Este é o desafio atual da resistência dos trabalhadores rurais que se organizaram por meio da categoria política de reassentados atingidos por barragens e do Pólo, que mantém os mesmos planos, soluções e respostas para a conclusão do mega projeto hidrelétrico, que foram sendo desenvolvidos nessa longa caminhada de luta.⁸⁹

Num território onde a ausência da lei como ação social sempre se reproduziu sem perder suas raízes na desigualdade e no isolamento (que o sindicalismo por um período superou quando foi nacional em seu alcance), a reprodução da violência em diversas formas e linguagens é intrínseca. Mas a negociação, o sindicalismo, a luta organizada também são parte de uma nova tradição que já se funda nesse território e que nasceu ao lado da expulsão compulsória dos trabalhadores. Como uma contradição dinâmica. Por este motivo, segundo penso, a história do Pólo pode ser a própria história moderna do sertão!

⁸⁹ As motivações para a construção de pautas de luta para os atingidos não pára nunca. Com FHC havia a ameaça de privatização da CHESF, e com Lula o temor recai sobre a proposta de transposição do rio. E esses fatos na região sempre se traduzem em nova onda de violência e nova pauta de lutas para o Pólo.

CAPÍTULO III

3 UM TERRITÓRIO E TRÊS AGRICULTURAS EM DISPUTA

Estas divisões sub-regionais fazem parte de um processo permanente de rearticulação dos domínios de poder que tem sido ressaltado com frequência no caso do Nordeste. Para qualquer região, uma proposta de uma “nova regionalização” ou de uma “sub – regionalização” é um anúncio da intensificação dos conflitos e alianças geo-políticas que subjazem a estruturação das relações de poder vigente. Isto, sem dúvida, é o caso para o “Rio da Integração” que se apresenta como símbolo histórico da ligação da região Centro-Sul, nos seus nascentes no estado de Minas Gerais, com a Região Nordeste, especificamente os estados banhados por suas águas (Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe). Com as propostas recentes da transposição das águas do rio, essa suposta “integração” ainda se estende para os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e forma uma enorme fissura nos posicionamentos dos diversos representantes de diversos interesses na região (ver IMOPC 1994). As propostas de sub – divisões internas da região nordestina são muitas e têm raízes profundas” (PARRY SCOTT, 2000a, Pp.3).

O objetivo deste capítulo é o de demonstrar como se constituiu Submédio São Francisco, uma região do sertão do Nordeste brasileiro isolada e pobre, sem prestígio político aparente, em termos de “território”.

A categoria aqui utilizada, como se verá, será usada mais como uma problematização instigada pela pesquisa empírica. E, nessa medida, se construirá como uma ferramenta de “desconstrução sociológica” para me ajudar a elaborar a possibilidade de diferentes concepções sobre o mesmo lugar: concebido externamente como espaço de intervenção do Estado e que define uma regionalização estratégica e, simultaneamente, como um espaço que reage e encontra internamente resistências ou acomodações para se estabelecer enquanto experiência socialmente vivida. A noção assim produzida, me pareceu interessante para operar criticamente contra as idéias estabelecidas de desenvolvimentismo que, em geral, se colocam para a compreensão de regiões marginais e sobretudo rurais, etnocentricamente consideradas como estagnadas, como é o caso do Nordeste brasileiro.

Essa elaboração se alimentou da produção de diferentes autores da vertente mais crítica e recente das Geociências. Segundo Andrade,

Hoje, são mantidas as grandes regiões, mas elas estão divididas em mesorregiões e estas em microrregiões; os critérios para classificação e divisão regionais estão baseados muito mais em variáveis humanas do que em variáveis físico – naturais. (...) Pernambuco, por exemplo, está hoje dividido em 12 regiões de desenvolvimento, estabelecidas em função da ação política do governo estadual. (Eu acrescentaria, e federal.) (ANDRADE, 2001, pp. 14);

Para Haesbaert:

A identidade territorial é um tipo de identidade social que se expressa na relação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária (...) Neste sentido também entendemos os processos de construção de identidades territoriais a partir de uma perspectiva contrastiva/relacional, pois estas são construídas e mobilizadas na interação entre grupos sociais (HAESBAERT, 2001, pp. 49).

De acordo com Lopes de Souza,

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (por ex. uma rua) à internacional (por ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países membros da OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses, dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (LOPES DE SOUZA, 1995, pp. 81).

Prezo em particular a idéia de “desconstrução” do território do autor, e que é promovida pela agência humana, mas chamando a esse fato de produção de “contra-território”, embora também utilize a noção de “desconstrução sociológica” como uma ferramenta metodológica.

3.1 Pressupostos necessários

Nesta pesquisa partimos do pressuposto de que, na região do Submédio São Francisco, mais de um território é produzido enquanto espaço vivido e submetido a expressões políticas e econômicas dominantes ou em reação a elas. Eles se estabelecem e se sucedem, tendo em comum a recorrente condição de se configurarem enquanto áreas de intervenção a partir de fora e em relação às quais se produzem diferentes reações do corpo social. As intervenções aparecem determinadas a partir dos projetos políticos que são definidos em cada conjuntura pelo poder central, em geral atendendo a interesses nacionais que se impõem sobre a dinâmica local, afetando de modo particular a constituição social e a apreensão identitária dos agentes nele inscritos. Além disso, as políticas de alcance nacional facilitam a formação na região de um conjunto diferenciado de articulações de interesse que terminam gerando um campo propício a alianças e adversidades dentro do ambiente local: entre os desiguais e entre os interesses locais e os nacionais, uma vez que, por serem “não dominantes”, são em geral ignorados. A essa realidade denomino como produção dinâmica de diferentes territorialidades.

No contexto de um mesmo espaço cartográfico, as identidades instituintes dessas territorialidades, convivem em permanente conflito e devem ser percebidas como construções sociais historicamente datadas e promotoras de alguns padrões até certo ponto homogêneos que permitam uma descrição como “subterritórios” ou “contra-territórios”, os quais se reproduzem dentro da configuração da territorialidade dominante (o Submédio).

No Submédio São Francisco, as expressões da territorialidade que se constituem em cada tempo se diferenciam por conta de determinações político-econômicas específicas, as quais inicialmente contemplam e se restringem aos interesses regionais mas, depois, ao assumir a condição de um espaço econômico dinâmico de diferentes setores do agronegócio (que se volta tanto para o mercado internacional globalizado de frutas frescas, quanto para o mercado de produtos ilícitos), ou por servir de palco para um projeto experimental real de solução social (reassentamentos para atingidos por Barragem), se transformam aparentemente num fenômeno geral, sem identidade local e desprovido de suas raízes culturais.

Os territórios que vão assim se constituindo em seqüência, entretanto, não excluem um processo intenso de criação e recriação de ações sociais e políticas antigas e novas que se fundem ou se repelem de modo complexo e que se estabelecem em permanente estado de conflito entre iguais e entre desiguais (ricos e pobres). Por isso recolocam a região sertaneja dentro de suas marcas históricas estruturais, ao mesmo tempo em que a apresentam como emergente para o universo do nacional.

A isto chamo aqui de ideologização do processo de modernização do sertão do Submédio São Francisco. Os territórios, portanto, pela sua denominação diferenciada não representam necessariamente uma construção social inteiramente nova e segregada, ao

contrário, quando denominados, anunciam uma mudança no geral mas sem que aconteçam de fato transformações profundas em termos das desigualdades sociais. E são justamente essas desigualdades, que via de regra aparecem na cena principal, as que são usadas como justificativa ou como causa das chamadas intervenções do Estado na produção de outras ou aparentemente novas territorialidades.

Por esta razão, para poder entender essa agência humana no interior dessas territorialidades construídas a partir de “fora”, com base no que existe “dentro”, esta pesquisa entende que será preciso identificar cada um desses territórios para desconstruí-los sociologicamente.

Desta forma, a região em foco poderia ser descrita numa trajetória de mudança gradual, desde sua forma original em termos de ocupação social durante a colonização do Brasil por Portugal, como o **Polígono das Secas** - o que durou até a República. A região se tornou depois, a partir dos anos 1940 (como intenção), e, mais concretamente, por volta dos anos 1970, a **Mancha Irrigada**, cujo desenvolvimento se deu num ritmo mais acelerado, típico dos processos de acumulação capitalista, mas de forma contraditória e atravessada por iniciativas questionáveis por parte dos governos. Isso que levou à sua condição de modernidade na forma conservadora (MOTA, CAVALCANTI e SILVA, 2006, pp. 79-80).

Na verdade houve uma opção pela fruticultura definida em documento oficial, o Plano para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, implementado pela CODEVASF em 1987, que, ao lado de outras medidas públicas, tornou a região ao mesmo tempo dinâmica e arrojada no canal da agricultura empresarial e intermitente e instável, enquanto consolidação da agricultura familiar, e em especial, a dos reassentados. E chegou, recentemente, por volta dos anos noventa do mesmo século, à condição identitária como o Polígono da Maconha.

A idéia aqui é assumir a regionalização construída mais recentemente, ou a produção ideológica de territorialidades, como uma problemática a ser analisada no contexto de determinados casos como o da constituição de três agriculturas a partir do período da Mancha Irrigada.

Na região em foco, o século XX oferece um cenário no qual a modernização fortemente determinada e gerenciada pelas ações do Estado organiza para o sertão um tipo de progresso que se estabelece, para a população desorganizada e que ocupa o lugar “de baixo” na estrutura social, no mínimo, como gerador de desemprego e negador de oportunidades para a juventude. Em relação aos sindicalizados e remanescentes da luta contra a Barragem de Itaparica, a modernização apregoada se colocou concretamente na forma de expectativa da irrigação nos lotes, para que o Pólo pudesse construir a agricultura familiar forte e sustentável dos reassentados, o que se desenvolve num tempo de demora crônica e geracionalmente destruidor.

A importância do projeto governamental de criação de uma agricultura familiar como solução para os atingidos pela Barragem de Itaparica, está no fato de que ele poderia representar para o país, uma política de grande potencial demonstrativo para o mundo, como solução da questão social envolvida nas intervenções voltadas para a produção de energia limpa, no caso, com base na hidroeletricidade.

O resultado alcançado significaria, aí sim, a modernidade real do Nordeste, tal seu caráter experimental, tanto para o Governo, como para o Banco Mundial e principalmente para o sindicalismo. Até agora, entretanto, as opções dos sucessivos governos têm atuado no sentido de secundarizar a consolidação da agricultura familiar reassentada e de favorecer uma agricultura empresarial, voltada para a exportação, além de facilitar a manutenção dos antigos esquemas de dominação local existentes no sertão. Mas, segundo apreendi com a pesquisa, trata-se de um processo que ainda está em curso.

Assim como Araújo (1990, 1992 e 2000), Scott (1991, 1992a, 1992b, 1994a, 1994b, 1995, 1996, 2006, s/Da, s/Db, s/Dc)⁹⁰ estudou minuciosamente a região, mas focalizou mais de perto o processo de instituição regional a partir da instalação dos reassentamentos e suas contradições. Vale então destacar, com essa ajuda, como se deu a construção dessa regionalização ou sub regionalização, como prefere Scott.

Para Scott (1997),⁹¹ a ação pública nacional criou, no Submédio São Francisco, uma subregião irrigada que aportou importantes mudanças nas condições econômicas gerais, mas sem alterar as desigualdades sociais. Ele descreve a região que aqui chamarei de “território”, assim:

A irrigação vem ganhando destaque nas últimas décadas como meio de “salvação” da economia do semi-árido do nordeste brasileiro. A cidade de Petrolina é seu epicentro, de onde irradiam numerosos núcleos de produção agrícola industrial, organizados em “perímetros irrigados”, onde a ação coordenada de muitos atores propulsiona uma acumulação de riqueza inusitada e gera, inclusive, sonhos de uma autonomia político-administrativa. A regularidade do fluxo de água depois da construção da barragem de Sobradinho, na década de 70, estimulou o avanço do controle tecnológico desse recurso fundamental para a agricultura, contribuindo para alargar a abertura de espaços para a formação de uma elite agro exportadora irrigante, extremamente afinada às demandas do mercado internacional. Era de se esperar que a próxima barragem, a de Itaparica, inaugurada em 1988, a pouco mais de 300 quilômetros à jusante, servisse como alavanca para a expansão rápida desse empreendimento. Mas, agora, após uma década, em 1997, o que se verifica é justamente o contrário. A maioria dos projetos de irrigação iniciados sob a égide da barragem de Itaparica não consegue colher produtos suficientes para assegurar um nível mínimo de renda e consumo para os agricultores. Em vez de “manchas irrigadas”, como são chamados os locais de alta produtividade, no jargão dos promotores da agro exportação, existe uma série de “manchas” de insucesso do projeto desenvolvimentista agro exportador. (SCOTT, 1996, pp. 1, Grifos AMMR)

Segundo o autor, os encaminhamentos públicos mais decisivos no desenho da região acontecerão a partir de meados dos anos 1940, porque a atenção em relação ao papel do Vale do São Francisco muda depois da Segunda Guerra Mundial. O Estado fará uma intervenção focada no potencial de integração entre o sul e o norte, propiciada pelo curso do rio e, através de planejamentos dirigidos, denotará uma participação no recorte regional que será palco de uma disputa em vários níveis. Estruturalmente, os interesses foram privilegiados em duas direções: geração de energia e agricultura irrigada. Ainda segundo Scott, foi dentro desse processo de criação de aparelhos estatais, que ele denomina como a “encarnação tecnoburocrática”, que se criou a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945), para gerar energia, a Comissão do Vale do São Francisco (1948), seguida pela Superintendência do Vale do São Francisco (1967) e a Companhia de Desenvolvimento do

⁹⁰ Sou profundamente grata ao Professor Parry Scott que desprendidamente me enviou todos os textos que produziu e guardava em seu arquivo pessoal (onze no total). Eles trazem uma riqueza de análise tão grande sobre a vivência dos “atingidos pela barragem”, e sobre seu reassentamento posterior, acerca das vantagens e contradições, assim como avaliações extremamente objetivas sobre os três principais atores políticos envolvidos – o Estado, o Banco Mundial e o Pólo Sindical, que, por me ajudarem a “ver” e “sentir” o processo de maneira muito próxima, quase me tentaram a transcrevê-los na íntegra, em honra ao leitor. Mesmo caindo nessa tentação algumas vezes, como se verá, a cada vez me perguntava se conseguiria dizer o que ele escreveu de um modo minimamente semelhante, e ficava arrasada em ter que resumir suas conclusões.

⁹¹ Vale a pena lembrar que a época abordada pelo texto de Scott, se refere aos anos 1980 e 1990, mas se centra principalmente no final dos anos 1990, e que mais exatamente 1997, foi um ano estratégico nessa pesquisa por reunir um conjunto de fatores: criação do GERPI, assassinato de Fulgêncio e aumento da violência com homicídios.

Vale do São Francisco em 1974, para promover a agricultura irrigada, associada a outros objetivos de desenvolvimento regional (Scott, s/d c. Pp.3).

Na argumentação, Scott demonstra que, na verdade, a CHESF tratou de intervir com a construção de sucessivas barragens (oito no total e apenas uma fora do Submédio) visando o aproveitamento hidroelétrico do rio, enquanto a Comissão, a Superintendência e até a criação da CODEVASF, que substituiu as duas, realizaram sucessivamente, uma série de ações sem muito planejamento e com múltiplas frentes, dentro de uma área cuja tradição marcante apontava a vocação para a pecuária de grande porte no interior e a ocupação camponesa ribeirinha de subsistência.⁹²

A idéia principal era centrar no desenvolvimento social através da organização de projetos de colonização com base na pequena propriedade (em torno de quatro a oito hectares), o que de fato aconteceu até os anos 1950, privilegiando cebola, uva, melão, tomate, pimenta e algodão (Scott 2000; Melo, 1998 e Silva, 1997).

Nos anos 1970 ocorre uma mudança de rumo radical. Destaca-se a orientação da SUDENE, que recebe apoio da SUVALE, e se volta para o investimento num mercado extra regional, de exportação, contrariamente à formação de um mercado de consumo alimentar regional. O território recebe novos atores, incentivados pelos aparelhos estatais: “...introduzem algumas empresas privadas, detentoras de terras até dez vezes mais o tamanho dos lotes familiares” (Scott, 1996, pp. 4).

Segundo Scott (1996), a Superintendência foi transformada em Comissão mas isso ainda não garantiu a centralização e a verticalização da intervenção estatal para a irrigação da região. A Superintendência foi finalmente extinta e, em seu lugar, foi criada, em 1974, a CODEVASF, com a função prioritária, segundo estatuto, de dar preferência ao atendimento dos empresários rurais, em detrimento da colonização: “Desaparecia, assim, a prioridade ao desenvolvimento social, e iniciava-se a promoção da acumulação de capital com as empresas rurais do Submédio.” (SCOTT, 1996, pp. 33)

Esses dados apontam a “ocupação política” da sub-região por novos interesses e a composição de atores novos que aparecem intervindo e disputando apoio do Estado. A par da proletarianização, que foi transformando colonos em assalariados das empresas emergentes e carentes de mão de obra⁹³, o projeto das barragens conduzido pela CHESF também foi deixando milhares de famílias em processo gradual e contínuo de deslocamento compulsório e movimentação em direção às cidades maiores e médias na região, reproduzindo bolsões de pobreza nas periferias. Até Itaparica, quando os atingidos, coordenados pelo Pólo, conseguiram organizar um movimento bem articulado que mudou o rumo dos acontecimentos, levando o Estado a alterar a forma oficial de encaminhamento da questão. Em 1986 aconteceu o que passou a ser reconhecido como *Negociação* para a estatal, ou como a *Grande Luta* para o movimento sindical.

A CHESF conduziu uma ação em acordo com o Pólo Sindical do Submédio São Francisco e promoveu a desapropriação de terras por interesse social, criou agrovilas como área de moradia e se comprometeu em implantar sistemas de irrigação eficiente nos lotes que

⁹² Scott (2006, pp.4) afirma que Silva (1997) indica Petrolândia onde se plantava e processava banana e goiaba, Belém de São Francisco e Cabrobó, onde havia concentração do plantio de cebola, como os primeiros locais a se beneficiarem de incentivos à irrigação nos anos cinquenta. Destaque-se que os dois últimos municípios quando afetados pela importação de cebola da Argentina no Governo Collor, quase imediatamente depois passaram a ser conhecidos como “os maiores produtores de maconha”. Por aí se pode imaginar o nível de desorganização produtiva desses produtores provocada pela crise de oferta de cebola que abastecia o mercado do sudeste do país e teve que ser “jogada fora”, conforme imagens do Jornal Nacional da Globo na época. Simbolicamente, o rio São Francisco foi usado como esquadro desse despejo.

⁹³ Ver Cavalcanti (1999) que menciona situações nas quais colonos venderam suas terras, permaneceram na área e de ‘donos’ se tornaram ‘empregados’ dos novos fazendeiros do agronegócio da fruta dentro de suas antigas propriedades.

seriam as “terras de trabalho” das famílias. E foi desta forma que essas pessoas se juntaram ao sindicato e construíram uma luta que trouxe para elas a denominação de “reassentados” porque, na sua visão, na conquista havia um sentido compensatório e, por isso, não poderia ser considerado de modo comum, como um simples assentamento.

Isso explica então como, politicamente, os atores se multiplicaram num cenário em que mudanças profundas aconteceram, desde o ponto de vista físico (o aumento e a transformação demográfica, ao lado da nova paisagem, produto dos projetos ‘barrageiros’ que vieram modificando o rio durante meio século), até o ponto de vista social, considerando-se os agentes que entraram em cena para produzir, gerir ou disputar essas transformações. E é nesse sentido que se determina pelo planejamento uma região como uma ação externa, portanto artificial, e que se sobrepõe a uma realidade preexistente: um território gerado pelo uso social, onde os antigos atores ainda têm poder e se articulam de modos diferentes e variados com os “novos personagens que entram em cena”, parafraseando Sader (1988). Nele novos atores imprevistos puderam aparecer e interferir no cenário a favor ou contra uma provável acomodação, para melhor ou para pior, em termos de equidade e justiça social. No final, levando-se em conta que todo cenário humano é dinâmico, ele se torna real e se constitui como realidade social viva. E é assim que a região ou o território no sentido de totalidade, passa a se reproduzir como atividade humana significativa. Uma totalidade que reproduz as contradições dialéticas do presente com o passado, e a do geral (externalidades) com o singular (local).

Essa visão é esclarecedora da constituição de uma área, produto da intervenção estatal que recortou no mapa do país uma “sub região irrigada”, que se deu numa escala importante do ponto de vista das conseqüências em relação ao modelo de agricultura pretendida, mas que, paradoxalmente, terminou resultando numa duplicidade. Por um lado, pela criação intencional de uma agricultura agroexportadora, geradora de um processo de proletarianização que criou enorme contingente de assalariados rurais para a sua viabilização; simultaneamente, na recriação de unidades familiares de produção agrícola (os reassentados), como decorrência de uma pressão conduzida pelo movimento social organizado em reação ao projeto ‘barrageiro’ praticado pelo Estado e que, de certo modo, abdicava *a priori* em conceder direitos restitutivos equivalentes em relação à integridade física e social dos diretamente atingidos. Finalmente, ainda no âmbito das imprevisibilidades – até onde se pode considerar esse fato como hipótese - abriu espaço para uma economia ilícita constituída parte dentro de um amálgama moldado pela cultura sertaneja dominante e as formas de poder tradicionais que modernizaram a sua linguagem e presença, e parte em decorrência das contradições fomentadas pela ambiguidade desse modelo agrícola principal.

Assim, na franja já avançada dos processos de precarização do trabalho assalariado na agroindústria frutícola de exportação (com destaque para as questões de gênero que afetam as estruturas familiares) e na sombra das omissões em relação à conclusão dos sistemas de irrigação que perduraram por mais de uma década nos projetos de reassentamento, a história sertaneja, construída por muitos e diferentes sujeitos, ainda acrescentou o desenvolvimento de uma terceira agricultura, clandestina e ilícita, centrada no cultivo de maconha.

Nesse quadro se estabelece uma forma de apoio público que se complexifica por atender interesses diretamente contraditórios da grande e da pequena agricultura, embora submetendo ambas à dependência do mesmo suporte energético para a irrigação. Mais tarde, esse apoio público será cobrado também a outra instância estatal, em termos de segurança nacional, o que irá restringir ao nordeste a escala comercial da produção de maconha.⁹⁴

⁹⁴ Se pudesse argumentar com fontes factíveis acrescentaria como final dessa frase: para não abdicar do papel principal do país na geopolítica internacional das drogas onde o Brasil desempenha a função de rota de passagem e área de lavagem, de acordo com analistas no tema. O que provavelmente explica o fato de que a maconha consumida nos grandes centros urbanos do país seja principalmente a que vem do Paraguai. E isso se pode

Nesse processo, embora a instância do poder público federal seja determinante e profunda no Submédio São Francisco, a *persona* do Estado assume diferentes formas: é considerado um “ausente crônico” no sertão nordestino, aquele que “abandona a região a si mesma”. Mas, curiosamente, irá adquirir opacidade e aparecerá como presença interveniente na reprodução do cotidiano social, dentro de situações determinadas.

Será assumido como uma presença patriarcal para seus interlocutores políticos privilegiados ou representará o papel de alteridade para quem o considera adversário de seus interesses. Dependerá sempre do agente social e da posição desse agente na cena para que o Estado seja nomeado.

No texto do geógrafo Lopes de Souza (1995), existe uma tradução de um trecho de Ratzel (1974)⁹⁵ extremamente esclarecedor para se compreender o que aqui entendo por Estado e dentro do que venho apontando para a região em foco, acerca da presença de um processo de intervenção que se constitui administrativa e politicamente visando uma mudança sobre regiões consideradas atrasadas, em direção a um suposto processo de desenvolvimento. Ratzel, embora um tanto determinista, elabora um raciocínio que permite uma consideração sobre a idéia de Estado associada à sua materialidade que envolve a agência humana no seu cerne:

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo [Boden] imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais serem pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir. (RATZEL, In LOPES de SOUZA, pp. 4)

Enquanto conseqüência não planejada a partir das ações do Estado, na expressão de Ratzel, aparece no final do século XX, um “sertão” novo, produto de uma interação entre povo e solo de emergência recente, que se apresenta enquanto pertencimento a uma história viva e regional e, simultaneamente, a uma história mais ampla, nacional e internacional. Em outras palavras, por volta dos anos 1980, aconteceram processos que se impuseram sobre aquela região de um determinado modo, cujas conseqüências tangíveis à experiência dos sujeitos dentro desse ambiente, foram fundadas como uma novidade e se consolidaram na instância econômica. A isso denominamos o que é indicado de modo vago pela mídia, mas de forma oficial pelo Estado, como uma nova territorialidade: a do Polígono da Maconha.

E é nessa medida que se deve considerar que a elaboração que cria e gera a conformação desse território contém em si elementos que escondem várias dimensões e processos, entre eles a disputa de interesses entre as agriculturas ou entre sujeitos sociais diferentes que se fazem por meio das práticas agrícolas. Por essa razão, o espaço tecido não pode ser reduzido à idéia de que se trata de um local prioritário de criminalidade.

Como já foi apontado, mesmo elaborada para “esconder”, não quer dizer que esse território não seja real e, por isso, essa constituição provocou uma nova forma de relação do Estado com a região, deslocando mais uma vez o eixo principal do desenvolvimento social, substituindo-o agora pela questão da segurança pública.

Tudo indica, segundo a fala de atores locais importantes como a Justiça, a Igreja, a Polícia e o próprio Sindicalismo (como se verá no Capítulo 5), que o cultivo da maconha é uma prática que se desenvolve nesse lugar aparentemente “vazio”, deixado pelo Estado, e, por

pensar quando se percebe que a erradicação do plantio é mais eficiente do que a eliminação da importação, que cria quase um monopólio no abastecimento dos principais mercados de consumo. E, claro, existe uma pergunta nesse sentido: porque não se “descomplica” o auto abastecimento nacional do mesmo modo que é “descomplicado” pelos interesses ocultos do narcotráfico o abastecimento via importação?

⁹⁵ Embora a discussão de Ratzel mereça uma reflexão mais profunda pelas muitas dimensões a que o argumento se refere, aqui, estou usando exclusivamente duas idéias: a de Estado e a de materialização do Estado, pertinentes na minha exposição.

isso, se apresenta com baixa censura na região por estar situada nos marcos dos códigos do sertão.

Existiriam hoje, retomando mais uma vez, as três agriculturas a serem consideradas, em pleno desenvolvimento e expansão no Submédio São Francisco. Duas delas conseguem êxito e sucesso financeiro: a do agro negócio frutícola que traz grandes círculos de poder e segmentos endinheirados de fora da região no seu investimento e que se articula com as estruturas de poder tradicionais sem fortes traumas e a da maconha, que produz novos ricos emergentes, saídos dos segmentos intermediários locais e que aparentemente também pode se articular com as estruturas de poder tradicionais e, do mesmo modo, sem fortes rupturas.

Pode-se dizer isso, levando-se em conta a existência de uma impunidade seletiva (só se prende trabalhadores nas roças e raramente os “donos” das roças) e, tendo em vista a persistência da presença desse tipo de cultivo dentro de um certo padrão de produtividade que não deixa o produto desaparecer há mais de quatro décadas, apesar da repressão organizada institucionalmente e financiada como interesse público.

No meio dessas duas atividades produtivas aparece a *agricultura dos reassentados*, produto da luta sindical regional que enfrentou de fato essas estruturas de poder, mas permanece marginalizada dos resultados econômicos atualmente em pauta e que promovem o enriquecimento regional.

Dito de outro modo, as conseqüências do empenho político assumido pelo Estado nessa longa trajetória de intervenções técnicas, foi o que produziu diferentes resultados em termos de sucesso e disponibilidade de recursos e atenção, e criou o que aqui chamo de um território com três agriculturas em disputa. E teria sido essa disputa, sobretudo depois da consolidação do período da Mancha Irrigada, que, no caso específico dessa tese, será vista como aquela que resultou da não conclusão dos projetos de reassentamento e que teria aberto o caminho para a entrada desse terceiro agente, a que mais me interessa.

Por isto vou apresentar primeiramente e de modo sucinto, a agroindústria de exportação, depois com mais detalhes a da maconha, até por ser um tema pouco estudado e, finalmente, passarei também ligeiramente à dos reassentados, apontando as referências bibliográficas disponíveis.

3.2. O Grande Território da Agricultura Empresarial de Exportação de Frutas Frescas

Por não ser originária da região, mas ao mesmo tempo por ter se beneficiado de uma experiência anterior desenvolvida pelos colonos que aplicaram recursos na irrigação e na cultura de frutas, incentivados pelo Estado, a fruticultura, quando aparece, se define pelo tamanho da propriedade e pelo sentido econômico do desenvolvimento pretendido.

Em lugar de privilegiar o compromisso com o projeto de colonização da região que incentivou desde os anos 1970 a vinda de agricultores familiares (colonos) para iniciarem o plantio de frutas na Mancha Irrigada criada com verba federal, o Estado mudou de rumo e abriu seus cofres para a criação de uma área produtiva dentro de um modelo de gestão empresarial. Entraram na Mancha capitais privados nacionais e multinacionais formando uma cadeia produtiva semelhante à experimentada no norte do Chile com Pinochet (RIBEIRO, 1994).

A estratégia modificada passou a atender outro tipo de agentes e de interesses no país. Essa agricultura dentro da Mancha Irrigada do Submédio nasceu voltada para o exigente mercado internacional e se estruturou numa cultura perecível (frutas frescas) que impõe um padrão tecnológico sofisticado e se organiza num campo de alta competitividade.

Cavalcanti (1999) destaca em sua análise que uma das variáveis importantes para se compreender a fruticultura do Vale do São Francisco decorre da ação do Estado que o transformou numa região produtiva e que o interesse pelas frutas como produto resulta de

uma opção facilitada pelas oportunidades geradas pelo mercado globalizado, onde as culturas exóticas como as frutas tropicais encontraram demanda motivada por mudanças nos padrões dietéticos de consumo. Segundo a autora,

Apostando nisso, as unidades produtivas instaladas no Vale, principalmente as empresas, investem para garantir uma produção compatível com a mudança de padrões alimentares mundiais, sendo a exportação o principal objetivo dos produtores. Todavia, essa orientação varia com a conjuntura econômica. (Cavalcanti, 1999, pp. 128, grifo de AMMR)

Várias coisas podem ser deduzidas do que foi colocado até agora e dessa afirmação. Primeiramente, a opção pelo mercado externo está associada ao interesse maior das empresas; segundo, essa orientação acompanha um padrão de instabilidade da moeda (dólar) e da conjuntura econômica nacional e mundial; e, terceiro, a fruticultura foi incentivada pela irrigação na região e, portanto, não é praticada apenas pelas empresas agrícolas mas também pela agricultura familiar, tanto a produção dos reassentados, quanto a dos poucos colonos que restaram e que operam, em sua maioria, dentro do antigo e habitual regime de parceria existente na região e, em parte, integrados às grandes empresas rurais. Mas atinge sobretudo a primeira, a dos reassentados, uma vez que, embora inserida no “parque produtivo” frutícola da mancha irrigada, estará desprovida de uma orientação para o exterior, em razão de sua capacidade gerencial e produtiva instalada ser quase artesanal e pelo fato de que suas cooperativas não poderiam arcar com o padrão da exigência internacional, por operarem integralmente com relações de trabalho não assalariadas e por possuírem uma infra-estrutura tecnológica reduzida. A vocação para o mercado interno, além de se configurar como uma escolha racional mais legítima para essa agricultura, ainda se confirma como uma opção política a partir da orientação do Pólo.

Cavalcanti, relatando o que aconteceu nos anos noventa com esse setor afirma:

Em 1993, por exemplo, empresários e colonos do Vale tinham como meta o mercado internacional, que era a medida do sucesso ou insucesso do produtor e das suas mercadorias. No entanto, mudanças no tipo de demanda e nas relações de câmbio interferiram nesse processo. No caso em pauta, as mudanças de moeda em 1994 e o controle cambial implementados no Brasil com o Plano Real, bem como os novos tipos de controle dos compradores externos fizeram com que os produtores revisassem suas metas. Em 1997 esses mesmos produtores do Vale estavam inclinados a adotar estratégias mais efetivas de ação, orientadas também para o mercado brasileiro, que no momento parecia mais promissor; como afirma um representante da VALEXPORT, *as estratégias para assegurar a competitividade do setor não devem descuidar das novas janelas do mercado nacional*. Dados esses limites, cresce em importância o mercado nacional nos resultados da comercialização. Como exemplo, uma grande agroindústria reduziu o percentual de mangas exportadas no ano de 1996, que passou de 90% para 70% do total de sua produção. (CAVALCANTI, 1999, Pp. 128, o sublinhado é de AMMR)

Esse dado assume importância crucial por descrever um processo de mudança de orientação empresarial que passará a produzir um confronto com a agricultura familiar ao competir com seu “nicho” natural de mercado: a dos reassentados, que, ao longo dessa década, já vinha se fragilizando com a demora do Estado em concluir os sistemas de irrigação nas terras de trabalho dos produtores. O destaque para o ano de 1997 merece atenção porque demonstra um conjunto de processos aparentemente isolados, mas que mantém alguma relação entre si, transformando este ano num dos mais tensos e conflituosos do Submédio. Interessa 1997 aqui, portanto, por somar mais um acontecimento ao ano em que foi criado o GERPI, Fulgêncio foi assassinado, a violência com homicídio ficou mais alta e, agora, porque também atingiu a produção. Enfim, o ano de 1997 responde ao fato de que a produção

empresarial de 1996 já se sobrepôs, no caso do exemplo, à produção das mangas (fruta comum e pouco sofisticada da Mancha Irrigada há algumas décadas) dos reassentados e com a vantagem pelo fato de que, segundo Cavalcanti, mesmo dirigida ao mercado interno, as mercadorias mantêm os padrões de exigência internacional e assim ganham em quantidade e qualidade. O mesmo já foi mencionado no caso das cebolas que, alguns anos antes (Governo Collor), foram importadas da Argentina, o que levou os reassentados de Cabrobó e Belém de São Francisco a perderem toda a sua produção. Terminaram lançando-a no rio São Francisco, numa demonstração de protesto.

Assim é que se configura a interseção entre essas agriculturas de modo a caracterizar o que aqui chamo de disputa no território, porque ambas também entram num embate político pressionando a busca de atenção e apoio (via crédito ou infra-estrutura) do Estado, criando um campo de tensão por políticas agrícolas e de crédito de sentidos diferentes e opostos. Com uma vantagem em favor da agricultura empresarial, porque, dado seu caráter de exportação, freqüenta a pauta estratégica nacional (Cavalcanti, 2000), enquanto a outra se reduz cada vez mais a uma espécie de projeto assistencial do Estado.

Outra característica dessa área de conflito de interesses entre duas agriculturas que sustentam realidades sociais divergentes em sua base se define pelas condições de absorção da mão de obra pelo setor empresarial, quando pensado em termos de complementaridade intrínseca da reprodução da agricultura familiar, como definida por Chayanov (1976), ou em termos de pluriatividade, também inerente à condição camponesa.

A precarização do trabalho nesse tipo de empreendimento se manifesta de várias formas que, em geral, se concretizam por modos de integração diversos e não padronizados, que maximizam os interesses do capital em relação à aplicação da lei: pela regularização parcial ou seletiva da força de trabalho, pela reprodução de regimes de parceria de forma precária e instável e pela presença crescente da mão de obra feminina no trabalho temporário da colheita e do empacotamento, com remuneração inferior à dos homens, o que ainda afeta a reprodução da unidade familiar como unidade de consumo e simultaneamente de produção. Segundo Mota et alli (2006, pp. 80), “um emaranhado de relações de trabalho, regularizadas ou não, dão suporte à expansão da agricultura irrigada, principalmente por meio de parceria e meação, já exercitadas nos precedentes sistemas de produção.” Assim, verifica-se uma mistura de situações envolvendo a incorporação da mão de obra e a inserção no mercado de trabalho, criando um conjunto diversificado e fragmentário de trabalhadores à disposição desse tipo de exploração, de difícil capacidade gregária em defesa de seus interesses. Ao mesmo tempo em que a empresa frutícola se expande na sub-região do Submédio São Francisco, a regularização do trabalho vai se tornando, paralelamente, cada vez mais precária, segundo informam os pesquisadores:

Ao ser contrastado com a regularização das relações de trabalho observadas no começo da atividade frutícola, nos últimos anos da década de 1990 (...), o nível de emprego foi reduzido e formas precárias de parceria foram criadas, marginais ao sistema de proteção social e trabalhista (Mota, et alli, 2006, pp. 84).

Mudanças significativas se dão na configuração demográfica da região, sobretudo afetadas ao quantitativo ampliado do segmento subalternizado local, o que ocorre a partir do fator de atração de migrantes em busca de trabalho, típico de pólos agroindustriais, em especial relativos à incorporação sazonal de trabalhadores, dentro de um empreendimento cujo progresso técnico se torna cada vez mais constante e impositivo, pelo contexto internacional, enquanto tende a expulsar mão de obra pelo menos formalmente integrada à produção. Paralelamente, o processo reprodutivo das famílias acontece e não pode ser interrompido por um ato de vontade.

...a região de Petrolina/Juazeiro transformou-se no grande pólo de atração de migrantes oriundos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, que se tornou

visível no incremento demográfico registrado no censo do início dos anos 1990 (IBGE,1991). Migrantes das regiões Sul e Sudeste do Brasil com experiência em fruticultura , aproveitaram as novas condições oferecidas no Vale para se fortalecerem como produtores; agricultores locais, expulsos das margens do rio, encontraram no assalariamento as condições para sobrevivência de suas famílias (Mota et alli, 2006, pp. 85, grifo de AMMR).

O texto faz referência principalmente à integração dos atingidos pelas barragens de Sobradinho e Moxotó, que passaram por um processo de proletarização. Mas, no caso dos reassentados de Itaparica, a demora na conclusão dos sistemas de irrigação nos lotes dos projetos também criou uma reserva de mão de obra interessante para a fruticultura empresarial, assim como a sazonalidade abriu espaço (precarizado) para a incorporação de membros das famílias de lotes que já estavam produtivos, tendo em vista uma complementação de renda. Mas, claro, essa possibilidade, longe de facilitar uma reprodução sustentável dos trabalhadores rurais da região, age mais no sentido de forçar o barateamento da força de trabalho e que é considerada - ao lado do clima e do solo irrigado - uma das maiores vantagens comparativas da fruticultura do Nordeste, relativamente à produção de frutas frescas da Califórnia.

Outra conseqüência diz respeito à formação de segmentos sociais cuja heterogeneidade se caracteriza por uma ocupação social mesclada por diferentes situações de vínculo com a região e etnias,⁹⁶ promotoras de diferentes formas de construção de padrões societários, os quais alteram a sociabilidade sertaneja existente, tornando a vida cotidiana mais subdividida hierarquicamente, com formas de solidariedade menos frequentes e demonstrando, enfim, claro favorecimento dos recursos do Estado para o grupo empresarial. Essa última se configura então como uma novidade que pode ser um tanto já conhecida, mas cuja linguagem rejuvenescida afeta a cultura local: o segmento dos potentados permanece referendado pela propriedade da terra e pela dependência ao Estado. Conseqüentemente, essa repetição do passado atua no sentido de impedir a modernização da dinâmica social em termos de uma democratização do acesso à produção de riqueza que o modelo econômico de fato favorece. Segundo Mota et alli:

com a intensificação dos investimentos públicos na região (transporte, energia, infra-estrutura urbana, irrigação, pesquisa, assistência técnica e crédito), a fruticultura estabelece-se com base em conjunto de atores inseridos nesses processos (grandes empresários, agricultores familiares, técnicos do Estado, colonos, parceiros, meeiros e assalariados), embora tendo nos produtores capitalizados – pela capacidade de articulação desses com os mercados e do uso das políticas públicas em razão dos seus interesses – a sua principal expressão (Mota et alli, 2006, pp. 80, o grifo é de AMMR).

Por isso, os autores dizem que a Mancha Irrigada se constituiu num exemplo simultâneo de sucesso e exclusão social, reflexo de políticas seletivas que favorecem uns e abandonam outros setores e produto das oportunidades políticas que reproduzem uma correlação de forças referendada pelo poder de acesso aos principais recursos de sempre: água, terra e *lobby* junto ao Estado.⁹⁷

⁹⁶ Ver Cavalcanti (1999). Segundo a pesquisadora, diferentes etnias marcam “mudanças na composição da população da região durante as últimas décadas: são japoneses, italianos, chilenos ou descendentes deles que se inseriram na fruticultura de várias formas; além desses surgem os chamados “paulistas” e os “nordestinos” que contribuem com suas especificidades culturais para o dinamismo da região” (Pp. 133).

⁹⁷ Ver Cavalcanti (1999) que corrobora a existência de desigualdade social e a reprodução atualizada de formas de poder local anteriormente existente na construção da territorialidade que aqui chamo de Mancha Irrigada: “As desigualdades sociais já presentes na região nordeste, decorrentes de uma estrutura social marcada pelas formas de controle e acesso à terra e o poder das oligarquias(...) encontram-se, num contexto de outras diferenças. Diferenças essas originárias da forma como se instituiu a reorganização da região, pelas oportunidades

A principal tendência delineada por essa forma de intervenção no território tem sido a constituição de um bolsão de trabalhadores polivalentes e descartáveis, semelhante ao que acontece em outras regiões da América Latina que se especializaram na fruticultura: o Alto Valle da Argentina ou o Norte do Chile. Enfim, a criação de uma massa precarizada e sem perspectivas de inclusão social e econômica permanentes no modelo de vida regional, e de forma minimamente digna, dentro de uma área hoje identificada como o Polígono da Maconha.

Além das questões apresentadas, dois dados em especial merecem consideração para fechar essa reflexão sobre a agricultura empresarial do Submédio. O primeiro é o fato de que os agentes econômicos desse setor empresarial serem organizados como categoria em entidades de comercialização (associações) e em entidades de interesse político corporativo (sindicatos). Essa seria, a meu ver, uma nova linguagem do patronato local. O segundo é a mobilização dos trabalhadores assalariados das agroindústrias de frutas frescas da região contra as péssimas condições de trabalho.

Segundo Cavalcanti (1999), nos anos 1990, os empresários chegaram à conclusão de que precisavam se organizar para enfrentar as dificuldades tanto internas quanto externas no “negócio” e fundaram, em 1988, a Valexport - Associação dos Exportadores do Vale do São Francisco. Por meio dela criaram uma marca para a produção regional no mercado que não os individualizava, ao contrário, a região ou território é que agregava valor ao produto. Depois, entraram em conjunto para o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) e, em 1996, já ocupavam a presidência do órgão. A partir daí passaram a interferir politicamente e de modo organizado nas metas e objetivos do ramo de frutas frescas em todo o país. Desta forma, o setor rompeu com a barreira do isolamento do Submédio São Francisco. Cavalcanti (1999) afirma que o setor ainda possui apoio de importantes agências estatais, como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro Empresa) e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que desenvolve pesquisas, especialmente dirigidas para seu desempenho, que são custeadas pelo dinheiro público.

Quanto aos assalariados desse empreendimento bem sucedido, o circuito de informação gerado pela presença de migrantes chilenos e sulistas entre os trabalhadores representou uma possibilidade comparativa das condições de trabalho e remuneração⁹⁸. Estes, então, passaram a usar esse conhecimento sempre que possível, segundo Cavalcanti (1999), no sentido de pressionar por melhorias, assim como o segmento patronal, do mesmo modo, também usa como parâmetro o sucesso dos produtos da sua região ou território e a vantagem competitiva que representam por serem “mais baratos” em termos de mão de obra (internacional e nacional) dentro do negócio das frutas frescas.

Em 1997 mais um acontecimento que se soma aos fatos da questão dessa pesquisa: segundo Cavalcanti (1999), apesar de muito menos mobilizados, comparativamente aos companheiros do Chile ou da Argentina, o assalariado da agroindústria frutícola do sertão nordestino, incluiu a greve como forma de resistência (Cavalcanti, 1999). A paralisação durou três dias e praticamente não foi noticiada na imprensa, demonstrando a correlação política contrária à sua iniciativa. Mas a nível local esse fato criou um impacto. Nas palavras de Cavalcanti:

oferecidas a distintas parcelas da sua população, introdução de novos tipos de cultivo e mudanças nas formas de gestão dos empreendimentos e no perfil de produtores e trabalhadores; pelas características da constituição da sua população” (Cavalcanti, 1999, pp. 126).

⁹⁸E sabe-se lá até onde, dentre os “nordestinos” integrados ao trabalho nesse setor, a experiência sindical da luta contra a Barragem também não representou algum tipo de interferência ou de efeito repetidor, já que isso nunca foi estudado.

Os trabalhadores da região pautam a sua conduta e os seus direitos pela primeira convenção de trabalho aprovada em 1994. Entretanto, havia um movimento entre os produtores para torná-la sem efeito. Com a greve de 1997, os trabalhadores mantiveram a convenção e conseguiram avançar em alguns aspectos referentes à saúde das mulheres e dos trabalhadores em geral, quanto ao atendimento médico, uso do agrotóxico (na nova convenção ficou definido que os trabalhadores só voltam aos campos 7 horas após a aplicação de agrotóxicos) e discutiram problemas relativos ao treinamento dos trabalhadores, à definição de tarefas, equipamentos de segurança, água potável para beber, bem como sobre as implicações sociais da redução do trabalho. No debate entre os trabalhadores, foi salientada a necessidade de se manter um ritmo comum de trabalho, produzir devagar e sem desgaste, porque, se depender dos produtores, o número de tarefas executadas diariamente tende a se modificar, para mais” (Cavalcanti,1999, pp. 150 – 151).

Cavalcanti (1999) destaca na pauta da luta a existência de uma iniciativa a favor da chamada flexibilização do trabalho reclamada pelo setor patronal no país nessa época, e ainda permite perceber, pelo reverso das reivindicações, o quanto o trabalho se define num patamar de precarização e, nesta condição, o quanto se assemelha com as formas de exploração do trabalho nos complexos que compõem o agronegócio neste país, não importa o produto ou a região. Mas, ao mesmo tempo, também demonstra que, comparativamente à cultura sertaneja tradicional controlada pela oligarquia, a organização aparece como uma novidade que traz benefícios, tanto para os produtores patrões quanto para os empregados, cada um na sua esfera de interesse.

Esses dois fatos que se referem a uma cultura organizativa com base no coletivo de iguais, representam as novidades mais importantes a serem destacadas para a compreensão do território.

3.3 O ‘entre lugar’ da agricultura comercial de maconha no território

O cultivo de maconha insere-se na dimensão de um negócio ilícito que se constitui dentro do mercado paralelo do “agrobusiness”⁹⁹ do narcotráfico e que tem ramificações globalizadas. Ele faz parte de um negócio rural não exclusivamente agrícola em que se verifica um processo de integração vertical da agricultura à indústria, monopolizado por cartéis do crime organizado: no âmbito da produção, é centrado no Terceiro Mundo (países andinos no caso da coca, especialmente Bolívia e Peru, na plantação, e Colômbia, na industrialização da cocaína; Paquistão no caso da papoula e Índia e China, na sua transformação em ópio; Brasil e Paraguai no cultivo e beneficiamento da maconha) e, no âmbito da distribuição, concentra-se no Primeiro Mundo (Estados Unidos e Europa), onde se encontra um padrão de consumo de mais larga escala.

Quanto à agricultura comercial de maconha no Brasil, pode-se verificar que existe a produção mas, em que pese possuir uma região estigmatizada pelo plantio, a safra desse produto só alcança o abastecimento de parte do consumo interno e, como não consegue responder à demanda total, o país importa, geralmente do Paraguai. O lugar do Brasil, portanto, no esquema internacional do narcotráfico aparecerá principalmente como rota de passagem de diferentes drogas para outros mercados e como lugar de “lavagem” de dinheiro proveniente dessas operações. Neste caso, a questão-chave para se compreender esse tipo de agronegócio aparece associada aos mesmos grupos que administram os negócios ilegais a

⁹⁹ Agradeço ao professor John Wilkinson por suas aulas no CPDA/UFRRJ sobre agronegócio e à professora Regina Bruno, o conceito político de “agrobusiness”. Aqui utilizo a noção de agronegócio ilícito para me reportar ao sistema de gerenciamento e produção da maconha no Brasil, cabível na definição da própria Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG), referindo-se a multiplicidade de setores que se articulam de modo direto ou não à atividade agrícola para dentro e para fora da porteira da fazenda.

nível internacional. Por isso, a administração empresarial da produção e comercialização das drogas ilícitas está relacionada a cartéis do crime organizado do Primeiro Mundo, com destaque para os Estados Unidos e Europa.

A questão do cultivo merece ser problematizada. E essa será a intenção desse tópico. Essa agricultura, enquadrada nesse contexto, é a que justifica materialmente a designação da região como um lugar criminal, chamado pela mídia de “Polígono da Maconha”. Os representantes da Polícia e da Justiça afirmam que a principal fonte de financiamento desse grande negócio ilícito teria decorrido do fenômeno conhecido como o “Escândalo da Mandioca” praticado por uma quadrilha de ricos fazendeiros e funcionários públicos federais em cargos importantes e de prestígio. As autoridades policiais demonstraram, inclusive, estranheza em relação ao fato dessa planta criminalizada servir de designação para a identidade da região, dentro do país e no âmbito internacional.

Por esta razão, pareceu fazer mais sentido conhecer, sem mistificações, esse tipo de cultivo e essa atividade produtiva para, ao mesmo tempo, desconfiar dessa identidade criada para nominar um “território” artificialmente forjado. Qual seria o papel dessa agricultura no cenário de uma disputa política territorial e, conseqüentemente, na produção de meios para municiar os contendores nessa briga mais ampla, já que economicamente ela tem uma fama nacional que encobre o fato de que a sua performance produtiva não ultrapassa a escala regional? Essa é uma questão maior do que a presente pesquisa, mas que deve ficar em aberto.

A idéia aqui é a de pelo menos pensar que essa agricultura pode ser mais estratégica do que parece, no plano regional. Nas palavras do Delegado da Polícia¹⁰⁰ de Floresta, Dr. Osvaldo:

Eu estou nessa atividade há 13 anos, e tinha a falsa impressão que a droga do “Polígono da Maconha” abastecia outras regiões do Brasil. Agora, quando eu cheguei em São Paulo e vi o tipo de maconha que se tinha lá e o preço, lá tem muito mais maconha que aqui e é fornecida pelo Paraguai, [assim como] 97 % da maconha consumida em outras regiões do Brasil. O que eu não entendo é como o Nordeste foi considerado o maior produtor de maconha do Brasil. Eu acho que o que ajudou esse título foi o “Escândalo da Mandioca”, mas há controvérsia também, porque aqui, muito antes de São Paulo e Rio serem grandes consumidores também, aqui no final da década de 60 e início da década de 70, já se falava e plantava-se maconha. Mas concluí que aqui não tem isso não. O “Polígono” não abastece as outras regiões. Temos como exemplo a maconha da Colômbia que é muito boa. É uma maconha de selva, é colhida em dois meses e às vezes até em 45 dias, se consegue colher essa maconha em perfeitas condições para consumo (entrevista, 2003).

Também o Superintendente da Polícia Federal em Pernambuco, que reagiu à minha pergunta sobre o caminhão carregado de maconha apreendido no Rio de Janeiro, na semana da entrevista que me concedeu, com um “Este caminhão não tem nada a ver com a região do nordeste, aquilo ali é proveniente do Paraguai!” E sentenciou que a maconha nordestina é um ‘negócio’ do Nordeste e para nordestinos:

O grande problema da maconha no sertão nordestino é um problema genuinamente regional, tanto em termos de produção como em pessoas envolvidas. Eu não tenho notícia de maconha internacional aqui no sertão ou de exportação. O que eu sei é que o que existe é de consumo da região nordeste. (entrevista, 2003)

¹⁰⁰Neste trabalho as posições da polícia ou da Justiça não determinam critério de verdade, mas dado o lugar necessariamente clandestino dessa atividade agrícola, a repressão parece indicar uma posição capaz de permitir uma aproximação consistente da dimensão representada da reprodução econômica da atividade.

O Juiz de Floresta, Dr. Edílson, afirmou em entrevista que a agricultura comercial da maconha apareceu mais fortemente em torno de 1987, quando foi identificada pelo Governo Federal, a partir de uma denúncia da ONU que apontava Pernambuco como o maior produtor no país (Iulianelli: 2000) e, por isso, adquiriu mais fama¹⁰¹. Mas, antes já havia uma produção em menor escala e é nesta etapa anterior que o Rio de Janeiro aparece como o maior consumidor: “Antes da década de 80 é que o Rio de Janeiro era o maior consumidor da maconha aqui do sertão. Mas depois foi a década [anos 1990] que o sertão mais produziu”(entrevista, 2003).

Finalmente, também considerando que esse negócio que é de alto risco, mas de baixo custo (por ser quase artesanal e por dispor de terra geralmente alheia que não implica em renda da terra) faz girar por ano, segundo a mídia, no início do século XXI, uma cifra que varia em torno de algumas centenas de milhões de reais, torna-se relevante imaginar criticamente o fato de que esse dinheiro extralegal circule quase exclusivamente apenas dentro do Nordeste.¹⁰² Agregue-se a isso a situação vantajosa em termos de repasse pela União de recursos públicos, através das políticas de segurança, saúde e justiça que passam a receber um tratamento emergencial para facilitar sua chegada à região em função de sua nova territorialidade como “Polígono da Maconha”. Em se tratando de Nordeste e de sertão, a entrada de verbas públicas sempre fez parte da história social e política da região e, geralmente, aparece articulada à reprodução de relações de poder e mandonismo locais.

Do ponto de vista da produção agrícola e considerando as diferentes necessidades técnicas e orgânicas dessas plantas, o cultivo da maconha pode ser em princípio caracterizado como atividade agroindustrial, porque existem semelhanças básicas, levando-se em conta as atividades de plantio, conservação, prensagem e distribuição. Mas em relação a outras plantas criminalizadas, como a coca, existem diferenças importantes, sobretudo por fazer parte da dimensão étnica da população que a cultiva. Além disso, a maconha é consumida *in natura*, e a coca *in natura* é apenas planta religiosa e suporte medicinal para o trabalho na altitude andina (para se tornar “droga” é preciso agregar valor por um processo de transformação em cocaína, o que já representa um outro produto). Com a maconha, o processo de transformação é mais simples, envolvendo apenas a prensagem da planta depois de um esquema quase artesanal de secamento. Mas, de todos os modos, também incorpora insumos, transformação industrial, comércio e distribuição, caracterizando o agronegócio desde dentro e para fora da porteira.

Em termos de relações de trabalho¹⁰³, este agronegócio ilícito envolve tanto assalariamento (diárias) com preço acima do mercado, como arrendamento sem garantias de

¹⁰¹ Segundo Moreira (2007): “A institucionalização e delimitação da região como o polígono da Maconha pelo governo, se dá pela necessidade de dar visibilidade ao estado enquanto resposta eficaz a denúncia feita pela relatoria da ONU da produção no país.” (Pp. 85)

¹⁰² Como a maconha é criminalizada, o tema sofre as conseqüências dessa situação. Não existe grande confiabilidade na indicação de números e estatísticas. Aqui optei por extrair a informação de várias referências citadas em jornais do ano de 2007- que devem ser inexatas - e apresentar uma média que deve dar uma idéia aproximada.

¹⁰³ As informações relativas às relações de trabalho foram obtidas através de entrevistas diretas com trabalhadores rurais de Belém de São Francisco e Floresta, em feiras livres, na hora do almoço, na porta do sindicato, ou em outras cidades do chamado Polígono com moto taxistas a quem sempre recorria para dar uma volta e conhecer os bairros; e com alguns presos na cadeia de Salgueiro e Floresta. Por razões de segurança da minha integridade e dessas pessoas, garanti que não haveria uma identificação, então não serão apresentadas pela referência. Já as entrevistas realizadas com representantes da Igreja, das Polícias Civil e Federal, ou de outras autoridades federais e da Justiça, poderão ser identificadas em função dos cargos públicos que ocupam. Importante informar que esses depoimentos serão aqui tomados como evidências parciais que compõem diferentes percepções da questão. Pelo fato de serem legais ou legítimas as falas das autoridades, isso não significa que sejam únicas e definitivas. Na explicação sociológica as “versões” são importantes e, mesmo que contraditórias, compõem um cenário onde a experiência social se desenvolve. Portanto as falas não devem ser

contrato formal, fato comum no costume local, ou ainda ocupação produtiva de terras abandonadas, indistintamente se de média ou pequena dimensão. Como produto, gera a criação de uma mercadoria com alto valor social agregado em relação ao seu uso recreativo.

Esse tipo de agronegócio envolve ainda uma diferenciação nas relações de produção entre os agentes que financiam a roça de maconha e os trabalhadores. Os *patrões* se mantêm fora do lugar da produção, vivem na cidade, pertencem às classes média e alta em termos de renda, não são necessariamente proprietários rurais e estão geralmente ligados ao comércio varejista (donos de posto de gasolina, de lojas, de restaurantes, padarias, pousadas, discotecas, de oficinas de carros ou motos). São assim difusamente identificados porque raramente são localizados ou reprimidos pela polícia. São apontados pela rede de referencial comunicativa local ao nível do senso comum, ou aquilo que se denomina como “ouviu-se falar” na comunidade. E parecem ser mais imaginados do que vistos.

Os *trabalhadores do cultivo* são os agricultores locais, tradicionais produtores familiares de subsistência, geralmente, sem linhas de crédito agrícola, parte do segmento de trabalhadores rurais sem terra da região, mão de obra disponível para serviços de empreita, parceria, diaristas do campo, na maioria desempregados, com dívidas e não querendo sair da cidade. Quase exclusivamente homens e na faixa entre 15 e 40 anos. O perfil desse plantador é traçado segundo a visão de cada entidade que o define. Assim para a Polícia, no nível local, são ignorantes:

São geralmente pessoas analfabetas, semi analfabetas que são cooptadas por alguém que a gente não sabe, porque essas pessoas são presas e elas não dizem quem forneceu as sementes, nem de onde veio a semente da maconha e assumem a culpa porque acham melhor e mais seguro cumprir a pena com segurança do que entregar e ser possivelmente assassinado. Quando a polícia sai em campo e prende esse elemento, eles não sabem nem assinar o nome e dizem que a roça de maconha é dele, que optaram por plantar por ter uma vantagem maior. A gente sabe, muitas vezes, que o traficante oferece a droga a ele para que ele plante com uma receita [para receber] quando a droga for colhida. É mais ou menos por aí a característica desse criminoso (Dr. Osvaldo, Delegado de Floresta).

Ou então, para a Superintendência Regional da Polícia Federal, que atua mais diretamente na repressão das áreas de plantio e que define o perfil de quem encontram no flagrante, também podem ser ingênuos e muito pobres :

Normalmente, quando se encontra alguém, quando se consegue prender em flagrante, são de pessoas que não tem noção da ilicitude ou sabem que é proibido mas não tem noção da profundidade do problema que estão enfrentando. Há uma questão também social envolvendo isso aí. As pessoas aqui na região – como se pode perceber se a senhora passar três dias aqui já consegue vislumbrar isso. São pessoas carentes que ganham R\$ 10,00 ou R\$ 15,00¹⁰⁴ por dia para passar o dia todo aí nesse sol trabalhando e correndo risco de ser preso pela polícia e quando nós encontramos no local do plantio normalmente, são essas pessoas que não costumam colaborar para que consigamos chegar ao dono. Então, resultado, passa a ser, até do ponto de vista econômico uma atividade interessante. Porque o dono da

tomadas como expressão da verdade, importa o seu conjunto e a sua presença na composição da realidade em estudo.

¹⁰⁴ As informações sobre o valor da diária variam, mas enquanto para esse informante gira em torno de R\$ 10,00 a R\$15,00, para o Bispo, também entrevistado, gira entre R\$ 30,00 trinta e R\$ 50,00. Há casos ainda em que alguns trabalhadores indicaram até R\$ 100,00 de diária. A informação provavelmente é filtrada segundo o interesse na divulgação pelo informante mas a variação também pode corresponder a diferentes condições de risco.

roça confia nos trabalhadores, por que eles não falam, têm medo, temem pela vida de sua família e a polícia acaba prendendo só aqueles que estavam no plantio (Dr. Nivaldo, delegado da PF em Salgueiro, grifo é de AMMR, entrevista em 2003).

À parte as semelhanças na argumentação em torno da precariedade financeira, que indicam que são em geral pobres e analfabetos na maioria, e com pouca noção das conseqüências dos riscos que assumem, segundo os órgãos de repressão, vale destacar a observação sobre um padrão de sociabilidade que se reproduz em termos de confiança, o que para a cultura do sertão costuma acontecer dentro de um sistema de reciprocidade tradicional no qual o medo não é excluído em qualquer situação.

Finalmente, para a Igreja, esse perfil apresentará maior ênfase em termos de necessidade para os mais conscientes e maduros (seriam os camponeses que lutaram contra a Barragem?) e de visão de mundo, alterada pelo consumismo capitalista para os mais jovens (seriam inconscientes?), como indica o Bispo de Floresta que não quis responder às dúvidas que essa formulação oferece:

O cultivador de maconha é uma pessoa extremamente necessitada, não está vendo nenhuma saída e se sujeita a isso a contra gosto, ou, jovens já criados nessa perspectiva de modelo de vida que a televisão apresenta e querendo alcançar por bem ou por mal esse padrão de vida. Mesmo que a escola com a aprendizagem efetiva faça com que ele perceba que ali eles não terão futuro nenhum (Dom Adriano, entrevista 2001).

O fato é que muitos tipos sociais sertanejos plantam maconha – camponeses, índios, quilombolas, reassentados, desempregados, ex-detentos. Em comum, existe a condição de pertencimento ao segmento subalternizado da sociedade do Submédio São Francisco.

Os *patrões e donos da roça* – não necessariamente proprietários da terra - fornecem adubo e inseticidas, pois, segundo um ex-plantador entrevistado, “os insetos gostam muito dessa planta, principalmente as formigas”. Fornecem comida, bebida e armas, contratam os trabalhadores e os mantêm sob severa vigilância no meio do mato até o final daquela roça (já que são nômades os plantios) e sob ameaça e pressão. Só recebem dinheiro depois da colheita e embalagem, quando termina a safra, e se não houver repressão da polícia. Esse sistema, que algumas vezes envolve ação armada, poderia ser identificado como uma modalidade de regime forçado de trabalho numa espécie de “escravidão por risco”: o indivíduo fica aprisionado e trabalhando até a colheita quando a roça é desfeita e o risco desaparece.

Com relação aos proprietários e propriedades envolvidas no cultivo ilícito, existem diversas situações, segundo análise de Inquéritos Policiais relativos à prisão de trabalhadores em plantações de maconha obtidos junto a delegacias de Polícia Civil em Floresta, Salgueiro e Petrolândia.

Há casos em que o filho mais jovem do proprietário contratou uma roça de maconha nas terras da família que desconhecia o fato; outros em que o proprietário é o Prefeito da cidade que não vai, mas a opinião pública confirma e o delegado atesta mas sem ter provas; casos em que as terras são da União, como as terras expropriadas dentro do processo do “Escândalo da Mandioca” , por estarem notoriamente abandonadas. Existem também situações nas quais se ouve dizer que famílias de pequenos proprietários ou posseiros foram desalojadas pela força armada para saírem de suas terras por um período em que a safra pequena e rápida da maconha acontece, quando não são forçados a permanecer e a trabalhar na roça proibida. Outras vezes, o pequeno proprietário decide conscientemente plantar uma safra de maconha como forma de poupança, para investimento na agricultura legal ou para levantar dinheiro e saldar dívidas. Finalmente, verificam-se ainda situações, que representam a maioria dos casos, quando o proprietário, geralmente o grande, é identificado e flagrado com a plantação em um pedaço de suas terras, mas se diz absentista e, portanto, incapaz de

controlar a entrada clandestina em suas terras “desses marginais” (como alegam perante a justiça).

Matéria publicada em jornal, em 1991, dá conta de que as operações realizadas pela Polícia Federal encontraram, só em Pernambuco, 3,3 milhões de pés de maconha, plantadas em cerca de 40 mil hectares no total, além de oito toneladas do produto, já embalado e pronto para consumo. Apresenta ainda a relação das 520 propriedades que cultivam a planta criminalizada no estado (Diário de Pernambuco, 27/5/1991, Pp. A-9, Caderno Cidade), com nome do proprietário e localização por município. Na referência da nota:

Pelo menos 40 mil hectares, das 520 propriedades pernambucanas que cultivam maconha – cuja relação dos donos o DIÁRIO divulga hoje, com exclusividade – poderão ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Ninguém sabe, entretanto, quando isso deverá ocorrer. O próprio presidente do INCRA, João Mendonça Amorim, entende que o tema carece de regulamentação constitucional. Como em outros setores, a impunidade é generalizada. Das 520 pessoas constantes dessa relação, apenas 89 foram indiciadas (não necessariamente julgadas e condenadas) em inquéritos policiais. Quando identificadas, usam largamente a alegação de que desconhecem as plantações. Com essa estratégia, basta um advogado mediano para livrá-las da Justiça. (Diário de Pernambuco, 27/5/1991, pp. A-9, Caderno Cidade Capa).

O perfil dos donos da roça é traçado sempre de modo genérico, pela Igreja ou pela Polícia. Ser definido como ‘alguém’ que tem dinheiro parece ser o ponto comum. Mas o fato é que não existe um “grande produtor” no sentido de uma grande produção com base numa grande propriedade. O grande produtor de maconha será aquele que tiver mais de uma “roça” em diferentes lugares, todas sob seu domínio financeiro. Mas é interessante observar, nas falas, como o “dono” das plantações de maconha é percebido:

É difícil definir e identificar também, só se sabe o que o povo fala, é quem tem maior parte do lucro, quem dá as sementes, aqueles que mandam. Alguns já são as mesmas pessoas poderosas e que tem mais [dinheiro, riqueza ou poder] em geral. Plantam em terras devolutas que são usadas para isso. A técnica é plantar na terra de quem não é o dono para não ser identificado. (Dom Adriano, Bispo de Floresta, entrevista em 2001)

São pessoas que não trabalham e têm carro, moto, é aquele negócio. A gente sabe mas não consegue provar nenhuma ligação com o tráfico de droga, porque a lei diz: é preciso ter provas. (Dr. Osvaldo Delegado de Floresta, entrevista em 2003)

Quando se chega a esse dono, como poucas vezes as operações chegaram, são comerciantes das pequenas cidades. (...) Normalmente é ‘alguém’ da própria região, que tem uma situação financeira tranquila e consegue financiar esse negócio. Posso afirmar com 99% de convicção que não há crime organizado aqui no sertão. Eles produzem para o próprio consumo da região. O que há são brigas de família, muito acirrada, muito violenta. E para se armarem essas pessoas plantam maconha, porque é um dinheiro fácil. Aí, às vezes, a maconha não está dando certo, aí fazem assalto a carro forte ou a cargas na estrada. Mas o objetivo é capitalizarem e se armar, aumentando o poderio bélico, vamos dizer assim, dessas famílias. Por exemplo, na aldeia Trucá, tem pelo menos 10 fuzis. O seu poder bélico é muito bom, podemos dizer assim (Dr Dalmázio, Superintendente da PF de Pernambuco, entrevista em 2003).

Finalmente, a visão do Superintendente da Polícia é um pouco mais específica por apontar os potentados - representantes das famílias tradicionais em briga pelo poder: dinheiro,

terra, água e prestígio – típicos da história do sertão. Mas ele também indica que os “donos” de roça de maconha podem ser definidos basicamente pela idéia de “grupos” e, nesse caso, os “índios” entram nessa classificação, o que justificaria a preocupação bélica comum.

Todas as situações podem ser verificadas empiricamente na realidade, mudando apenas o foco do interesse e da visão para quem define. O fato é que o cultivo da maconha, por razões de segurança, é geralmente praticado em terras distantes, escondidas, de difícil acesso e se conduz como uma prática itinerante. As ilhas do São Francisco representam lugares de excelência nessa escolha e se constituíram como o início dessa agricultura comercial de escala, sobretudo na área de Belém de São Francisco e, neste caso, são terras devolutas ou terras do Estado.

Segundo Dr. Dalmázio, a situação fundiária irregular e a característica climática, aliada à proximidade de água (irrigação) facilitam a ocupação de terras pelo cultivo ilícito:

Toda essa situação fundiária favorece e principalmente o solo que é bom para o plantio e a água eles conseguem de uma forma ou de outra. Furtam água da tubulação, eles fazem um furto da própria adutora, mas isso nós estamos trabalhando em parceria com a CHESF. (Superintendente da Polícia Federal de Pernambuco, entrevista em 2003)

Nas diversas situações apontadas, o cultivo está associado a terras que se tornam socialmente produzidas como “terras de ninguém” e, assim, construídas socialmente, segundo os órgãos da repressão, pelo fenômeno da “ausência do Estado”.

Embora fora do interesse mais imediato desta pesquisa, é preciso mencionar a participação de diferentes tipos sociais os quais possuem uma situação fundiária específica e, até certo ponto, independente, tendo em vista a ocupação de reservas ou áreas demarcadas pelo Estado, como é o caso dos quilombolas e dos índios. Mas merece destaque o caso das terras desapropriadas pelo INCRA para ocupação dos atingidos pela Barragem de Itaparica. Em comum entre estes casos existe a administração instável e ineficaz do próprio Estado na implementação dos interesses reais destas populações singulares.

Dr. Nivaldo, da Superintendência da Polícia Federal Regional em Salgueiro, esclarece que existe cultivo na região conhecida como Quilombo de Conceição das Crioulas e em terras indígenas, que seriam demarcadas, e que antes teria havido até um uso mais ritual, mas que isso era coisa antiga e que agora tudo virou comércio, o que tem acarretado problemas de autoridade na reserva. Finalmente, ainda destaca que o plantio tem atingido as terras dos Projetos da CHESF onde, em alguns casos – como o do Projeto Caraívas, atual Fulgêncio - o governo e a comunidade reassentada também passam por problemas de controle.

Também tem nas ilhotas que pertencem ao território indígena, e na terra indígena Trucá¹⁰⁵ onde plantam maconha, índios e não índios, e ultimamente, mais índios que não índios também praticam esse tipo de delito. E é um delito a partir do qual outros acontecem porque há uma luta natural pelo poder, pela conquista e manutenção do poder. E lhes tem acarretado uma série de transtornos na administração da situação da reserva indígena, que tem dado dor de cabeça à FUNAI, à Polícia Federal e outras instituições que se preocupam com a causa (Superintendente Regional da PF, entrevista em 2003).

Em relação às terras dos projetos de reassentamento, aparece, mais uma vez, o Caraívas, desta vez na fala do Delegado:

Existe uma ausência quase que completa do Estado, em todas as suas esferas. Essas pessoas ficaram muito abandonadas, os projetos de irrigação que implementaram, só alguns deram certo porque [na maioria] se limitaram a fazer o projeto, demarcar as terras, colocar água ali e mais

¹⁰⁵ O policial pode estar identificando como não índio quem na verdade pode ser índio de fato. Ver também Arruti: 2004

nada. Não há uma manutenção em técnicas agrícolas, em termos de assistência técnica orientando aqueles assentados, a respeito da melhor forma que eles deviam produzir, os assentados e reassentados da CHESF. Inclusive a CHESF, a coisa está chegando a um ponto ali que ela está perdendo o controle porque grupos, verdadeiras quadrilhas estão se organizando para plantar e traficar maconha. Então, os servidores da CHESF e dos companheiros terceirizados estão tendo dificuldades de realizarem o seu trabalho lá dentro. Principalmente no Projeto Fulgêncio, o antigo Projeto Caraívas que fica no município de Santa Maria da Boa Vista. (Superintendente Regional P.F., entrevista em 2003)

O detalhe mais importante é que o Delegado chama atenção para o fato de que raramente o plantio acontece nos lotes de produção, ou “terras de trabalho” dos reassentados, mas em geral nas áreas comuns do Projeto, em terras de sequeiro¹⁰⁶, obtendo-se água com a devida intervenção ilegal e com uma certa participação – consentida ou não - dos funcionários da própria agência estatal.

Na opinião dele, o motivo seria o medo de perder a terra. Entretanto, esta pode ser apenas uma razão parcial que não elimina a pendência do Estado como razão mais forte, porque quando perguntei se havia maconha consorciada com outros cultivos, nos lotes liberados para plantio pela CHESF (quer dizer prontos e irrigados) ele respondeu que nunca, jamais viu isso:

Também acontece em lotes, mas é mais difícil porque no lote há como a gente responsabilizar e na reserva legal, nas chamadas áreas de sequeiro que é uma área que não se planta porque não é irrigada, tem. Eles conseguem tirar água furando os tubos da adutora, então, tira a água do cano ou do canal que leva água até o projeto. Eles retiram e desviam para fazer plantio de maconha. E a partir daí, eles forçam os funcionários a agirem da maneira que é mais adequada para sobreviver. A fiscalização não tem sido feita porque os técnicos temem pela vida, pela segurança. E eles têm crescido bastante naquela área, por ser distante de nós [Delegacia Regional de Salgueiro], em torno de uns 150 Km. Não dá pra gente, com esse efetivo pequeno, fazer fiscalização muito próxima. E aí eles encontram o terreno ideal, fértil, com água e ausência do Estado, e as condições climáticas adequadas para que se produza maconha. (Superintendente Regional da PF, entrevista em 2003, o grifo é de AMMR)

Os agricultores – as *turmas de trabalhadores* – são arrematados e contratados em grupos através de empreiteiros e, algumas vezes, o plantador, em vez de aliciado, é sequestrado pelos vigias da roça por alguma querela anterior ou porque “viu” a roça ao passar pela área.

Os “patrões” - *donos da roça* - nunca aparecem. Têm intermediários que podem ser jagunços ou “cumpadres”. São pessoas de confiança e muitas vezes é o próprio empreiteiro - o outro “*patrão*” na roça – que, quando é necessário, possível e não se corre muito risco, é aquele que busca os sacos de maconha solta ou os pacotes de maconha prensada. Essa ambigüidade de designações respalda a vaidade dos empreiteiros (os verdadeiros parceiros/meeiros da roça) ao mesmo tempo em que serve de camuflagem para os verdadeiros responsáveis, superpondo a responsabilidade apenas simbolicamente para garantir uma cobertura em termos de impunidade e de imagem social, a qual representa a possibilidade de reprodução do próprio negócio ilícito.

Essa posição intermediária é, portanto, chave. Ela representa uma segurança e a porta de entrada dos trabalhadores no cultivo criminalizado por aliciamento ou por escolha, já que

¹⁰⁶ Segundo Moreira (2007, pp. 94.), “as regiões de sequeiro correspondem às áreas abandonadas, onde não foram concluídos os projetos de irrigação das agrovilas”. De acordo com a minha observação visual até hoje essas áreas são muito vastas e ainda estariam “desocupadas” pela CHESF.

esse agente é publicamente reconhecido e alguém para quem a imagem social proveniente das demonstrações explícitas de sinais exteriores de riqueza é uma marca de sucesso conveniente.

Porém, são os mais facilmente capturados ou perseguidos pela polícia. Para estes agentes, o risco é calculado, por que, dentre os trabalhadores dos estratos de onde ele se origina, é o que acumula mais riqueza, podendo amanhã ser o dono de sua própria roça, ou dispor do dinheiro que ganhou garantindo uma defesa eficiente com advogado, coisa que não é para qualquer um, só “para quem pode”. Seria como garantir a entrada no “mundo da impunidade”, quer dizer, ser alguém famoso ou importante ou rico no sertão!

O processo seletivo natural desse padrão de diferenciação social fica por conta da repressão. Os que sobrevivem e não são presos vão compondo um grupo de novos ricos emergentes na região do Submédio, sobretudo onde sua antiga elite envolvida em crimes foi penalizada pelo Estado, como no caso do Escândalo da Mandioca. Consta ainda o envolvimento excessivamente militarizado das vinganças de família com assaltos, que notabilizou grandes proprietários rurais como “marginais com causa” porque lutam pela honra.

A repressão além de ser uma atuação promovida pela autoridade pública com a finalidade de se contrapor para acabar com as atividades ilícitas e atribuir prejuízo financeiro, também deve ser pensada como fazendo parte do sistema produtivo e das condições intrínsecas da reprodução dessa agricultura ilícita. A condição de ilegalidade gera uma “contabilidade” diferenciada, na medida em que parte das perdas entram no cálculo da reprodução. Do contrário, o plantio já teria desaparecido, porque, como em qualquer negócio, ele só sobrevive se configurar uma alternativa em relação à qual vale a pena investir, pela rentabilidade que promove.

Foram diversas as “Operações de Repressão” com nomes trazidos da literatura regional: Mandacaru, Asa Branca, enfim... e o que consta é que, em geral, eram noticiadas pela mídia com dia e hora de início e fim. Depois do ano 2001, apareceu o uso de helicóptero que mudou a correlação e deu maior vantagem à repressão. A denominação foi alterada criando um efeito mais técnico e um pouco mais distanciado da realidade local: “Projeto Controle”.

A repressão passou a ser mais eficiente, mais equipada, administrativamente mais integrada com a Polícia Militar, e com suporte de uma agência regional do INCRA, conseguindo erradicar¹⁰⁷, de fato, uma quantidade enorme de pés da planta criminalizada, de modo a provocar uma alteração no “*modus operandi*” do plantio que ficou reduzido a lotes menores e as roças se tornaram mais espalhadas, cada dono com mais de uma roça, em lugares diferentes.

Houve também a migração do plantio (e do conjunto de práticas de violência que envolve negócios ilegais) para outras regiões do Norte e Nordeste. E o Estado apareceu como “presente” na fala da Polícia.

De fato, o Estado, diante do quadro crítico provocado pelo Escândalo da Mandioca e pela chamada crise da produção de maconha em Pernambuco denunciada na ONU, decidiu se materializar através de aparelhos seletivamente escalados (Polícia Federal e INCRA) para aumentar o controle federal sobre a região, mas numa ação recortada dentro de determinados parâmetros que não consideravam as demandas dos reassentados e nem interferiam no chamado processo de demora na conclusão dos sistemas de irrigação.

¹⁰⁷ Lembrando que a erradicação se dá pela retirada dos pés, serviço que é feito pelos trabalhadores que a polícia encontra na roça e que são forçados a ajudar. Depois os pés da planta são reunidos e queimados, numa grande fogueira cuja fumaça serve para amedrontar ou como um aviso da “presença do Estado”. Então, alguns fogem, enquanto outros rearticulam os esquemas de segurança das roças ilegais existentes na área.

Pela via do controle político e da repressão o Estado “aparece” na região por que planejou uma intervenção e passou a atuar de modo articulado e mais eficiente, juntando repressão, erradicação e expropriação de terras. Mesmo assim, de modo contraditório e simultâneo, esse Estado bem articulado na área ainda permanecia “ausente” e invisível para os reassentados.

Referindo-se a uma operação iniciada nas ilhas em Belém de São Francisco e mencionando a Operação Controle, o Superintendente – que assim como todos os demais policiais militares, civis ou federais entrevistados reclamam de mais apoio, pessoal e estrutura - fez uma interessante descrição da repressão e o que se encontrava no início do trabalho mais aparelhado da polícia:

Então quando nós chegamos lá de helicóptero: havia plantios enormes, coisa de você pegar cem trabalhadores e passar dois ou três dias erradicando. Num plantio só, bilhões de pés, plantio que obriga a gente a andar a cavalo prá dominar a área. Plantio, às vezes, com moto bombas e toda a infra-estrutura. A Polícia Federal passou a trabalhar com esses helicópteros e aí houve uma diminuição, mas, mesmo assim, como não havia uma política de repressão, a gente foi convivendo com isso. A partir do ano 2001, ou antes desde 2000, com a edição do Projeto Controle – que é um projeto que visa acabar mesmo com a maconha no sertão pernambucano – e também com a instalação da Delegacia Regional da Polícia Federal em Salgueiro, que era um pleito nosso de muitos anos e conseguimos instalar essa delegacia e foi onde conseguimos marcar a presença da polícia federal e do estado na região. Por que, antes, fazíamos operações e voltávamos. E hoje temos a polícia lotada dentro da área. Com esse Projeto Controle, a polícia passou a ter os seus helicópteros e agora, a cada dois meses e meio ou três meses, a gente faz uma grande operação de repressão, como nesse momento, que estamos acabando e conseguimos erradicar, nesses dez ou doze dias mais ou menos 300 mil pés de maconha. Esse projeto tem como objetivo primeiro, reprimir, acompanhando o ciclo reprodutivo da planta. Segundo, o trabalho de inteligência policial direcionado às atividades dos grandes produtores, para aquelas pessoas que fomentam as atividades criminosas, ou seja, os grandes traficantes (Dr. Dalmazio, entrevista em 2003).

Mas o fato é que o trabalho quase artesanal de erradicação é mais eficiente do que o pretendido trabalho de inteligência para identificação dos “donos” da plantação ilícita, resultando em um processo seletivo de sérias conseqüências para os trabalhadores envolvidos no plantio, mas que não são os donos ou responsáveis diretos.

Perguntando ao Delegado Regional da Polícia Federal que coordena as operações de repressão em campo, sobre o perfil das pessoas flagradas ou sobre o tipo social que caracteriza a maioria dos prisioneiros, a resposta imediata revela a massacrante proporção de trabalhadores rurais - empregados – que acabam na situação de presos ou indiciados:

-Pode-se observar que somos nós que botamos no artigo 12 [traficante] no plantio. Então, a gente responsabiliza a pessoa que está plantando, mas não se chega ao dono.

- Então, tem mais agricultor preso do que dono de roça?

- Com certeza, porque para cada dono de roça deve ter pelo menos 20 pessoas plantando. A maioria dos presos está nessa situação. E o dono é mais difícil, quando a gente pega no flagrante na área, ele sai com advogado ou com recurso (Dr. Nivaldo, entrevista em 2003)!

O que afeta de fato o proprietário é a expropriação imediata da terra, prevista na Constituição quando o Estado constata seu uso para plantio de drogas e determine doravante

seu uso para fins de reforma agrária¹⁰⁸. Mas o processo é muito complexo¹⁰⁹ e envolve um conjunto de órgãos públicos: a Polícia Federal, o INCRA (Superintendência Regional, a SR-29) e a AGU (Advocacia Geral da União). A polícia realiza o flagrante da área, a AGU é responsável pelo processo expropriatório e o INCRA pela colonização ou realização de assentamentos.

Segundo relato do Superintendente Regional do INCRA em Petrolina, a ação do Instituto começou depois da instalação dessa regional por volta dos anos 2000, e destaca que ela foi muito bem equipada. Informou que atualmente as terras com cultivo ilícito são localizadas através de vôos de helicópteros da polícia ou por denúncias anônimas, e que, depois de localizado o plantio, tiram-se as coordenadas e passam para a equipe de terra que, com o GPS, localiza a propriedade. Depois descreveu como é o trabalho ao chegar na área:

Chega na área, identifica o plantio e depois vê a quem pertence. Quase todas as vezes, a polícia federal vai lá e erradica, depois e depois investiga para identificar o dono do plantio. Do município de Cabrobó até aqui [Petrolina] toda área já é demarcada, mas falta muito ainda. Aí é só pegar as coordenadas para localizar a área certa do plantio. Por exemplo: Severino Nogueira na Fazenda Miranda, lote 1238, em Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Verde é demarcada. Aí plantaram na beira do açude uma área de 1,7 hectáres de maconha em 2002. Então, eles passam a coordenada, localizam, eu olho no mapa geral e joga as coordenadas, vejo em que lote está, então, confiro no mapa. As áreas demarcadas são: Lagoa Grande, Santa Maria, Orocó, Cabrobó e Belém de São Francisco. O resto todo ainda não está demarcado (Dr. Celso, entrevista em 2003).

De fato algumas terras foram expropriadas com essa finalidade. No chamado território do Polígono da Maconha, é prática corrente a atuação de um funcionário do INCRA, junto da polícia, na hora do flagrante porque é a agência que pode identificar o proprietário do imóvel. Mas isso não significa necessariamente condenação e conseqüente expropriação. Portanto, a erradicação física é uma saída mais factível embora temporária e que permite a mudança da localização da roça, mas não necessariamente o fim do plantio. De certo modo, a repressão tem representado um resultado mais significativo inclusive fora do campo de suas intenções mais diretamente explicitadas, no sentido de garantir que o plantio de maconha não saia do Norte ou do Nordeste.

Outra dimensão dessa produção diz respeito à sua distribuição ou comercialização, onde acontecem também fatos singulares. Para retirar a maconha do município e vendê-la nas capitais do nordeste, principalmente Recife, no caso de varejo ou pequenas partidas, oriundas da meação ou parceria, os *patrões da roça*, que já retiraram a mercadoria pronta da área de plantio, também são os que a levam diretamente ou escolhem e aliciam “mulas” dentre os jovens, homens ou mulheres, os quais seguem carregando-a consigo em ônibus ou camuflando-a em carros particulares. Para grandes quantidades, na maioria das vezes, aliciam a bom preço caminhoneiros (já se tem notícia de casos da maconha com cebolas, com melões, com madeira, com côco, etc):

Existem diversas formas de acondicionamento da maconha para sair e ser vendida Em fundos falsos de veículos, cargas de alimentos, de cereais, de melancia, daqueles produtos mesmo da área (Dr. Dalmázio, entrevista em 2003).

¹⁰⁸ Regulamentado em Lei 8.257/91. Com destaque para os artigos 1º (da identificação do cultivo de substâncias psicotrópicas devem ser expropriadas imediatamente para assentamento de reforma agrária), e o 15 (se a terra, depois de julgado em sentença, não puder ter a destinação prevista nessa Lei, no Art. 1º em 120 dias, ficará incorporada ao patrimônio da União até a sua devida utilização)

¹⁰⁹ Ver Moreira (2007) Capítulo 2. A pesquisadora tem uma reflexão importante e detalhada, inclusive com depoimentos e uma análise substantiva de alguns processos expropriatórios. Em especial ver pp. 94-99.

A novidade recente que se constituiu a partir do aumento da repressão é que hoje não se busca mais a mercadoria, ela tem que ser levada. Segundo relato de um plantador preso por esse delito e entrevistado na cadeia de Floresta:

Antigamente os compradores vinham até aqui mas começou a morrer muita gente que deixava o dinheiro mas não conseguia sair vivo, e foi ficando mais perigoso, a polícia tá atacando mais. Agora ninguém mais vai até perto da roça e os compradores não aparecem nem na cidade (entrevista em 2003).

O juiz de Floresta, entrevistado, tem a mesma versão do presidiário acima:

Houve uma inversão no comércio da maconha. Ocorreu uma coisa muito simples, porque antes o ‘traficante’ vinha aqui buscar. Devido à ausência do Estado, o traficante ingênuo começou a vir comprar maconha aqui, e aí muitos não voltaram e suas mortes não eram apuradas pois, não havia Estado. Daqui não levaram maconha e nem dinheiro!” (Dr. Edilson, entrevista em 2003)

Quanto às condições de trabalho, são as mais adversas, tendo sido produto de escolha, consciente ou não, e chegam a se aproximar da realidade dos trabalhos forçados. Os agricultores propriamente ditos - na medida em que o tamanho das roças diminuiu e se multiplicou de modo pulverizado – atualmente são em pequeno número, entre três e oito homens, no máximo.¹¹⁰ Eles plantam e ficam detidos na área em média por quatro meses, escondidos e afastados da família, em péssimas condições de vida, se alimentando de comida feita em fogareiro de pedra, dormindo em redes debaixo de lonas, assediados por mosquitos, bebendo em excesso e num clima de tensão permanente e muito conflito interno.¹¹¹

O processo de trabalho é extenuante, feito muitas vezes à noite, para não chamar a atenção, ou muito de madrugada. Acontece em várias etapas e é dividido em tarefas específicas e combinadas, mas sofre forte determinação das condições de risco que variam de acordo com as conjunturas e as operações de repressão da Polícia Federal em cada área. Atualmente, as operações federais do “Projeto Controle”, centralizadas em Salgueiro, têm assumido um caráter mais permanente e aleatório, forçando a redução do plantio para terrenos cada vez menores e com alta rotatividade, evitando a formação da roça no mesmo lugar e a migração do negócio para fora do Submédio ou o aumento da criatividade dos sertanejos com seu manejo superior dos segredos da caatinga e sua vegetação.

Depois de indicado o local - decisão que diz respeito ao “dono da roça” - o terreno é preparado, o que se chama de *formar a roça*: limpar, adubar e tratar com muito agrotóxico porque, nessa modalidade de plantio, não se pode priorizar uma preocupação em termos da saúde do consumidor porque, em função da criminalização, a segurança do negócio é que está em primeiro lugar.

Já existem casos de sementes geneticamente modificadas que foram encontradas pela Polícia, conforme relato do Delegado:

Bom, eu não sei se alguém já explicou para você, a roça é colhida em no máximo quatro meses e aguada três vezes por dia. São quase três colheitas por ano, mas varia muito. E já tem tipos de maconha geneticamente modificados e que já estão sendo colhidos em três meses. (...) Não seria transgênico, mas é modificado geneticamente também. Seria um tipo de maconha diferente do que a gente já ouviu falar que existe e é boa pro

¹¹⁰ Das raras vezes que ouvi menção à presença de mulheres no cultivo da maconha, elas aparecem no momento da colheita, e, crianças quando eventualmente ajudam na molhação com vasilhas menores e, se se trata de uma relação de trabalho baseada na agricultura familiar, em geral no caso das ilhas, o que não é predominante e está em descenso dada a integração do plantio na esfera do comércio ilegal, cada vez mais perigoso e, portanto, se tornando cada vez mais “coisa de homem”, sozinho, sem família.

¹¹¹ Informações registradas em caderno de campo, obtidas em conversas informais.

negócio porque ela rende mais. Então já tem até pesquisa prá melhorar o desempenho da planta! (Dr. Osvaldo, entrevista em 2003).

Estratégias diversas são utilizadas do ponto de vista da segurança porque é muito importante cuidar para que não seja muito visível pelo helicóptero da polícia e também quanto à possibilidade de intervenções no cultivo o que inclui, como se vê, pesquisa sobre a planta. As suposições possíveis para explicar esse tipo de investimento - que não chega a ser sistemático - giram em torno de fatos aleatórios: o fácil respaldo internacional via Internet, ou um conhecimento que é aportado por prováveis usuários de nível acadêmico considerável que são consultados pelos donos, os quais têm contatos sociais nas grandes cidades do Nordeste e do Sudeste.

Em alguns casos, a maconha é consorciada com outras plantas (milho, mandioca ou mamona, por exemplo). Outras vezes, as mudas são escondidas dentro de sacos grandes, colocados reunidos debaixo de árvore (a algaroba e o umbuzeiro são as preferidas porque deitam sombra larga de grande copa). Assim esconde-se a planta do visual do helicóptero, no meio da paisagem, e só se preparam as covas depois das mudas bem desenvolvidas, expondo o plantio a pouco tempo de visibilidade antes da colheita.

Onde é possível uma plantação em área distante e inóspita, a *semeadura* é feita no modo tradicional, abrindo-se as covas para onde transplantam as mudas, em geral de três a quatro por cova, com idades diferentes permitindo colheita mais duradoura; fazendo a *manutenção* (poda para a planta crescer para os lados e render mais ‘buchas’ - a flor que se fuma).

A *molhação* (“essa planta bebe muita água e adora sol”, como afirma um plantador), é permanente e vital, o que supõe carregar nas costas dois latões de 20 litros cada, presos com um pau que se acomoda no ombro, com a água retirada do rio ou de poço - geralmente longe para se ir á pé, mas perto para se ter condições agrícolas favoráveis - cobrindo-se uma área de cultivo atualmente em média de quatro hectares e repetindo-se essa função pelo menos por duas vezes ao dia. Ou então, rouba-se água dos canos dos sistemas de irrigação da CHESF ou de açudes particulares, nas áreas “menos inóspitas”.

A produtividade é alta, considerando-se que cada pé rende muitas gramas. Segundo os cálculos da polícia trata-se de um negócio muito vantajoso. É o que se depreende da explicação do Superintendente da PF de Pernambuco, cujo conhecimento foi obtido dos flagrantes dados pela repressão, que pratica o que chamam de “erradicação do plantio”.

Assim o Superintendente descreve o que encontram:

Nessa última operação [2003] no sertão, vimos que se fala em cova. Cada cova tem uma distância, de uma prá outra de mais ou menos um metro. E eu gosto é de falar mais na produtividade da planta. Cada pé [de maconha] chega a produzir 400 gramas de maconha em média, e depende do tamanho da planta. Isso quer dizer que, nessa operação de erradicação feita nessa semana com o apoio da Polícia Militar, nós evitamos que entrasse no mercado consumidor pelo menos 120 toneladas de maconha. A média por ano de erradicação, dá em torno de dois bilhões e três milhões de pés de maconha. O restante do plantio, creio que uns 10%, é que é colhido (Dr. Osvaldo, entrevista em 2003).

Outra ocupação encontra-se na *vigia* contra o ‘perigo’ de dentro (trapaças entre os próprios parceiros na plantação), do lado (vizinhos que roubam os pés plantados ou que denunciam para a polícia) ou de fora (a polícia federal na maioria das vezes). Quando é possível o êxito que produz a renda, chegam à *colheita* quando começam a retirar as ‘buchas’ com as mãos e cortando com as unhas, o que deixa uma cera que vai se juntando enquanto se trabalha sem se poder limpar as mãos: ali está o haxixe – mais forte do que a maconha e é para ser fumado junto com a ‘bucha’- preso debaixo das unhas, que, ao final da colheita, é retirado, enrolado como uma bolinha menor do que a de gude, e guardado em caixas de

fósforo que são vendidas pelo agricultor e estão fora do controle e do cálculo da renda final, permitindo um “ganho individual”, conforme relato de um plantador.

Finalmente, há a preparação do produto para venda em escala industrial: secagem no sol, prensagem, ensacamento e pesagem. São confeccionadas prensas improvisadas de madeira e ferro ou eventualmente são transportadas máquinas de prensagem para a área de plantio. Se a mercadoria puder ser retirada logo, fica armazenada em galpões onde os trabalhadores dormem. Se não, o que acontece com frequência, é enterrada e ficam poucos trabalhadores de vigia:

Existe um nível de processamento sim, mas depende. A maioria é rudimentar. Eles usam uma tuba de madeira e imprensam a maconha, embalam e passam a fita. É difícil você encontrar uma prensa mecânica. Esse é um negócio que não tem muito custo. Agora, dependendo do grau de sofisticação, você já encontra aquelas prensas mecânica e à vácuo que se encontram em oficinas (Dr. Dalmázio, Superintendente da Polícia Federal.F. de Pernambuco, entrevista em 2003).

Também existe uma forma de armazenamento em sacos, o que leva à identificação pelos consumidores como a “maconha solta”, caracterizando a pressa, porque o volume é maior e aumenta o tempo de pesagem para definir as partes de ganho na parceria. Neste momento a tensão interna é enorme e os papéis ficam bem demarcados entre quem é *dono da roça*, quem contratou a turma e quem plantou e vai ganhar por diária ou por parceria, chamada de “meia”, embora não represente uma divisão por igual.

Neste momento, o *dono da roça* apresenta (não pessoalmente, mas através de seus prepostos) suas contas de “despesas” com a roça e com a manutenção dos trabalhadores, o que, às vezes, envolve distribuição de cesta básica ou a garantia de manutenção da família do plantador (isso varia dependendo dos acordos verbais realizados no início da formação da roça e quando o trabalhador toma a decisão de “entrar no negócio ilegal” do cultivo da planta criminalizada). Nesse momento, se ele chega, os trabalhadores diretos do cultivo se dão conta de que o ganho foi menor do que esperavam, mas que foi uma forma de renda real e bem melhor do que na agricultura tradicional ou legal.

Nesse âmbito já se podem decodificar cruzamentos internos entre os territórios do agronegócio legal e o ilegal: entre os presos na cadeia da Floresta encontrei alguns que há anos se definiam como “agricultores” porque em algumas safras se deslocaram e entraram para o trabalho na agricultura empresarial de frutas, mas reclamam que a chamada, isto é, o número de vagas abertas começou a diminuir muito a cada ano e principalmente para os homens. Então as mulheres iam parar lá com as crianças, mas se ganhava muito pouco, então eles ficavam por aí, na maconha. Mas aconteceu de “perder a sorte” e ser preso.

Esse cruzamento como assalariado temporário da agricultura empresarial e a atuação no cultivo ilícito é, pelo menos, positivo economicamente para o grupo familiar, resolve problemas reais de reprodução e favorece até um certo investimento em qualidade de vida – roupas, moto, eletrodomésticos, conclusão da casa, melhorias nos lotes. O cruzamento no território só é negativo e se torna disputa quando sai do agronegócio e se intersecciona com a agricultura familiar que, no caso, se refere sobretudo à agricultura dos reassentados como conjunto, por que o suposto envolvimento de jovens reassentados no cultivo de maconha ou a simples presença desse cultivo nas “áreas de sequeiro” dentro dos projetos da CHESF, como já comentado, gera uma superposição que contamina pela ilegalidade as reivindicações e lutas políticas que encaminham pelo movimento sindical e que dizem respeito à sua reprodução enquanto um segmento de produtores sustentáveis dentro da Mancha Irrigada que foi viabilizada com seu deslocamento compulsório.

Esse fato cria uma imagem ruim para os reassentados e para sua organização coletiva, como se o Pólo Sindical do Submédio São Francisco acobertasse “bandidos” dentro dos projetos bancados pelo governo. Ou, dito de outro modo, reforça o fato de que as autoridades

(sobretudo policiais) demonstrem compaixão pelos “pobres agricultores ignorantes e ingênuos”. Isso os afeta negativamente no sentido político, porque também passam a ser considerados uma clientela funcional de assistidos sociais pelo Estado, e perdem a autonomia obtida durante a Grande Luta contra a Barragem de Itaparica, quando conquistaram o direito de serem recompensados pelas perdas pessoais que levaram ao êxito do modelo energético.

A direção política do Pólo - mesmo sem muita clareza dessa relação intrínseca – teme com razão, reclama e denuncia, que as atuações do Estado mudaram de foco na relação de apoio institucional. Mas o fato é que, nesse ambiente impactado pela presença da agricultura ilícita (que absorve e produz o aprisionamento seletivo da população mais pobre de trabalhadores rurais), os agricultores familiares reassentados, tornam-se uma espécie comunidade de “tutelados” cuja carência para o Estado irá aparecer principalmente como assistencial em substituição a qualquer oferta de políticas agrícola e de crédito. Em resumo, essa imagem e as conseqüências dessa superposição também reduzem a capacidade de atuação e de politização das gerações mais jovens.

É nesse contexto que deve ser pensada a disputa das agriculturas dentro do mesmo território. Quanto à decisão de entrar nesse empreendimento ilegal, também não se pode romancear. Essa escolha já é clara e consciente e, geralmente, o aliciamento envolve redes de parentesco. Não se sabe de casos de pessoas envolvidas por engano, mas se sabe de seqüestro de terras de pequenos e micros proprietários que são obrigados a abandonar a área enquanto durar a roça, da imposição de integração de algum vizinho para eliminar sua condição de denunciante, e seqüestro de trabalhadores que passaram de bicicleta ou a pé e viram a roça: são obrigados a ficar, trabalhar sem nenhum direito e só podem sair depois da colheita, demore o tempo que for. Mas, em geral, quem “entra”, depois da publicidade das ações de repressão, e considerando as razões econômicas reais, já sabe que se trata de negócio ilegal. E, por isso, o pior é quando não se entra mas se leva a fama. Sobretudo porque a fama atinge um segmento inteiro que se definiu por um embate explícito contra as relações de dominação tradicionais na região. Esta interseção tem conseqüências político-ideológicas claras e se constrói como disputa.

Quanto à condição de clandestinidade, ela é hoje de conhecimento público, tanto do ponto de vista das restrições jurídicas à planta, quanto das conseqüências legais para os envolvidos, já que, na prática, os detidos estão entre os trabalhadores ou empreiteiros. Os *donos de roça* aprisionados são tão raros que representam casos exemplares no discurso da polícia.

Como já apresentado nesse texto, via de regra sobre eles recai a punição econômica, por perderem o dinheiro empatado no empreendimento. Esse prejuízo tem reforçado a migração do cultivo da maconha para fora do Submédio, deslocando-se para Piauí, Mato Grosso ou Maranhão, o que a Polícia Federal contabiliza como êxito principal.

O interessante, entretanto, é que, no sertão, , diferente das situações de favelas ou guetos, na ponta final dessa agroindústria - onde estão os distribuidores urbanos e os consumidores, identificados como usuários - sabe-se de casos razoavelmente freqüentes de maior liberdade de entrada e saída, volta e saída, como comuns dentro do esquema, sem riscos graves para os que fizeram essas opções. Apesar dessa situação mudar, quando o indivíduo vai preso e se “suja” criminalmente fica devedor pelo apoio de um advogado particular¹¹². Se o indivíduo fica “marcado”, ou ele não volta e se muda da cidade com toda a família depois de ser solto (o que inclui também a pressão do estigma social), ou não sai mais e assume funções cada vez mais clandestinas dentro do circuito da maconha.

¹¹² Nenhum município do Polígono tem defensoria pública, apesar de ser obrigação do Estado, o que significa eliminar o direito de defesa do indiciado e reforçar sua dependência com os “donos de roça”.

Na rede geral do agronegócio ilícito, chamado pelo senso comum de “narcotráfico” e pela mídia de “narcoagricultura”¹¹³ - verifica-se uma especialização na divisão do trabalho em rural, de transformação industrial e comercial. Essa agroindústria ilícita se estrutura a partir de uma direção política singular: com empresários de dentro do negócio que são ricos ou tem *status* na sociedade, mas que procuram se fazer invisíveis, e gerentes de fora do sistema legal, na clandestinidade, que são de origem pobre e marginal. E tudo funciona dentro de um fluxo de produção, distribuição e consumo altamente complexo, inclusive por se desenvolver fora da economia formal e das normas legais, embora extremamente dependente delas.

No que diz respeito à maconha, há uma autosuficiência em cada país em termos de produção e consumo, mas o produto se articula ao mercado internacional, no mínimo, por meio das demandas de segurança e risco, que exigem negociatas para aquisição de armas e aprimoramento das condições técnicas e intelectuais da militarização implícita nessa economia ilícita, ou por eventuais deslocamentos comerciais em função de políticas de preço relacionadas às conjunturas de repressão. Assim, mesmo indiretamente, se interliga à rede da cocaína, da prostituição, do tráfico de mulheres e de órgãos humanos, ou aos grandes assaltos de cargas ou de bancos e seqüestros com pedidos de resgate, através das instâncias de gerenciamento (crime organizado) que, do mesmo modo, se articulam ao sistema oficial bancário para lavagem de dinheiro e ao sistema explícito de corrupção e clientela, correntes na prática da política também oficial (lembrar das guerras entre “famílias” poderosas da área rural). E, assim, como qualquer outro grupo clandestino, só conseguem desenvolver sua atividade ilícita porque o lado lícito da sociedade a viabiliza.

A violência articulada à reprodução desse tipo de agricultura em escala, de modo geral, sobre o movimento social organizado da região, mas acabou por afetá-lo de modo particularmente radical ao atingir o projeto político do Pólo Sindical, na ocorrência do assassinato de Fulgêncio em 1997. Desde então, passou a incluir a questão do cultivo ilícito na sua agenda de luta, o que será visto nos capítulos seguintes.

Sobre este crime, todas as autoridades policiais foram reticentes. Apresentaram uma indicação genérica dos prováveis responsáveis, informaram que não sabem muita coisa do processo e, embora o Superintendente de Pernambuco tenha dito que acredita no trabalho de inteligência que já prendeu um dos líderes da “quadrilha que atua no Projeto Caraívas que agora chama Projeto Fulgêncio” e que isso vai levar a uma solução, o que se sabe é que, até hoje, o menor que atirou foi preso em Recife para não ser linchado pelos companheiros da vítima, já foi solto, e os mandantes ainda são desconhecidos. A fala da Polícia Federal Regional, em Salgueiro, resume bem essa situação:

Parece que [o assassinato] foi a mando de alguém ligado ao tráfico. Não temos prova concreta, não foi investigado por nós. O que se comenta é que ele se opôs ao tráfico de maconha dentro do Projeto e para afastá-lo do comando do Projeto, simularam uma briga no bar para dizer que por isso ele foi morto. Mas o verdadeiro motivo não foi a briga no bar e sim uma articulação que o grupo criminoso fez para parecer que ele morreu por conta daquela briga isolada. Mas foi porque era contra a inserção da prática delituosa no Projeto, é o que consta na polícia civil (Dr. Nivaldo, entrevista em 2003, grifos AMMR).

Vale chamar atenção para duas coisas: o modo de operação do crime tem indícios do modelo praticado no esquema das brigas de família, com essa “sugestão” de briga aparente para justificar o “direito legítimo de garantia da honra”. Em segundo lugar, se destaca o fato de que, além das designações genéricas e até impessoais, utilizadas pelo delegado para

¹¹³ Na minha opinião essas categorias representam uma generalização grosseira sobre os processos que envolvem o cultivo de maconha no Submédio, o que tenho tentado analisar nesta tese.

identificar os culpados, o processo foi resolvido pela Polícia Civil, apesar de dizer respeito ao crime organizado, o que colocaria a Polícia Federal, minimamente envolvida e não foi o caso.

Esse cenário e esses paradigmas, relacionados à ação do poder público sobre a ilegalidade da agricultura de maconha, afetam de modo direto o movimento sindical porque ele está inserido no mesmo padrão de sociabilidade regional. Por um lado, a presença do Estado se dá através da polícia que combate o cultivo ilícito na região, defendendo a lei. Por outro, esta atuação reproduz os esquemas de impunidade tradicionais do sertão, o que para o segmento popular geralmente se traduz como o “abandono do Estado”. Desta forma e por essas e outras razões, o novo território desenhado pelo governo federal não se apresenta para os reassentados como efetivamente o autor da modernização do sertão.

Interessante é perceber como as visões e versões são construídas a partir de diferentes lugares para dizer coisas aparentemente diferentes, mas que podem ser complementares. O Juiz da Comarca de Floresta na época, demonstrando a importância da repressão, destaca que o auge da violência aconteceu no ano de 1997, só melhorando depois (provavelmente referindo-se à Operação Controle por volta dos anos 2000). Ele fez essa declaração espontaneamente, sem nenhuma sugestão por parte do pesquisador, mas chamando a atenção para alguma mudança de padrão na atuação dos crimes:

Em 1997 em Floresta e Cabrobó a coisa mais comum era matar alguém. Nessa ausência do Estado, foi o que elevou Floresta, em especial e a todas as cidades do poder da maconha a terem em 1996 para 1997 onde vivemos o maior índice de criminalidade por habitantes por metro quadrado no Brasil. (...) Aí cheguei a conclusão que o combate ao tráfico de drogas que gerava uma disputa de facções novas, gerava em consequência, também, o combate ao homicídio e ao narcocídio. O dinheiro aplicado na mandioca também foi aplicado na maconha. (Dr. Edílson, Juiz de Floresta, entrevista em 2003)

Apesar de juntar muitas coisas diferentes na argumentação, percebe-se que, na verdade, o entrevistado opina a partir do seu posto de Juiz, o que significa que existe uma certa temporalidade. Isso talvez explique a sua visão de que, de fato, houve essa situação, devido à repressão que começa a se definir nessa década, e que trouxe à tona uma conseqüente ampliação do número de indiciamentos e das prisões (num tempo), cujos processos e inquéritos passam por suas mãos (depois mais tarde, em outro tempo). Além disso, a repressão pode ter modificado o tipo do crime além da motivação. Por isso o Juiz diferencia homicídio (antigo) daquele que estaria no contexto do cultivo ilícito e que ele chama de e “narcocídio”(novo).

Essa ação de controle repressivo focalizando a agricultura ilícita pode ter tido como subproduto não planejado uma certa domesticação do modelo de violência articulado na região, dado que interesses econômicos começaram a suplantar ou a se associar às questões de honra. Pode ser que, por isso, numa outra posição em termos de cargo e lugar social, o Delegado de Floresta, no mesmo município, elabore opinião diferente, mas não necessariamente contrária, ao comentar as dificuldades do trabalho da repressão:

Os locais desse plantio são de difícil acesso e só são encontrados com a polícia através de helicópteros ou a pé. Outra questão também, da criminalidade, que é muito grande no Estado (aliás sempre foi), por incrível que pareça, o que diminuiu muito é a questão dos homicídios. Matava-se por nada aqui, homicídios ocasionais, isso era muito comum na zona rural, principalmente brigas em bar (Delegado de Polícia de Floresta, entrevista em 2003, grifos AMMR).

Para ele, a presença da agricultura de maconha modificou o perfil da violência com homicídios, o que faz sentido. Por quê? Em função dessa possível “domesticação”, significando mudança de motivos e método, e porque o maior representante das brigas de família, o notório Francisco José da Cruz, vulgo o “Chico Benvindo”, chefe de bando e

pistoleiro de renome, finalmente foi preso pela polícia em 3 de março de 1995. Isso merece ser ilustrado por mesclar duas modalidades de violência entre brigas pela honra e a inclusão dos grupos clandestinos de parentesco já nos negócios da maconha, o que se poderá perceber de um trecho do Relatório solicitando prisão preventiva do réu, enviado pela Delegacia Municipal de Belém de São Francisco em 30 de novembro de 1994 à Juíza destacada para o caso e assinado pelo escrivão Bel. Ramiro Freire da Silva.¹¹⁴

Como se verá, apesar das cabeças desses bandos serem controladas e presas (coisa que não acontecia antes), o esquema do plantio continua e conta até hoje com a proteção desses mesmos bandos que mudaram na forma de ação.

Do Relatório consta uma parte da saga do Chico Benvindo. O escrivão relata o depoimento de um pai descrevendo uma cena na qual o bando encabeçado por Chico Benvindo, em 3 de outubro de 1994, invadiu sua propriedade, que teria inimizade com os “Nogueira” (defendidos pelo bando) e, nesse dia, teriam assassinado um de seus filhos que foi retirado de casa aos arrastões e morto com mais de 20 tiros no quintal e pisoteado, na frente da esposa, sem nenhum direito de defesa. Depois, saquearam a bodega do proprietário reclamante, aonde chegaram mascarados. Soube-se mais tarde que a morte pode ter sido encomendada supostamente porque o referido rapaz havia olhado para as irmãs de um dos pistoleiros quando tomavam banho no rio nuas:

É de seu conhecimento [do pai] que quem lidera esses assassinos é a pessoa do elemento “Chico Benvindo”; e o genitor da vítima, que declinou encontrar-se em casa, nas imediações quando ouviu vários estampidos de arma de fogo no sentido da casa de seu filho supra, inclusive chegou a reconhecer as vozes de Domingos, Bebé e Chico Benvindo, havendo posteriormente aos disparos se dirigido até o local da ocorrência e encontrado seu filho barbaramente abatido à base de projéteis de arma de fogo. Adiantou também o mesmo, que existem outros comparsas desses elementos nas práticas de diversos crimes de homicídios ocorridos, contra a sua família, como sendo os elementos Antonio Benvindo, Zé de Piroca, Nego de Crispin, Zé Preá, e Carlinhos de Chico de Minervina, cujo bando, cometeram esses crimes, na tentativa de expulsar a família dele, genitor da vítima, a fim de se apossarem das terras da família para o cultivo de *Cannabis Sativa*, vulgo “MACONHA”, prática, digo, os quais tão somente vivem do cultivo da referida droga (Relatório da delegacia de Belém de São Francisco, 1994).

Isso não quer dizer que as brigas de família e os bandos clandestinos desse esquema tenham desaparecido. Mas certamente depois da prisão de Chico Bento e seu bando, houve uma mudança de comportamento que, no caso, o delegado acima avalia como uma correlação estreita entre a agricultura comercial de maconha e a violência que continua intensa, mas com um número de homicídios menor.

Por todo esse contexto, seria razoável supor que a prática de assassinatos e a atuação dos pistoleiros tenham sido redefinidas para os esquemas de segurança e, assim, até certo ponto reformulada, tendo em vista garantir a produção e a expansão do negócio da maconha, cujos rendimentos tendem a levar os bandos a focarem na menor atenção possível da polícia.

Finalmente, uma consideração ainda deve ser feita sobre a agricultura comercial de maconha: ela agrega um componente de violência intrínseca a sua composição, mas nesse

¹¹⁴ Dr. Osvaldo, delegado da polícia Civil de Floresta organizou um Dossiê do caso Chico Benvindo com quase 100 páginas onde constam todas as peças documentais da justiça desde a prisão até a sentença, relacionadas ao chefe e aos elementos do bando, que tem uma foto do Chico na capa, e alguns trechos de sua biografia: Termos de Declaração e Testemunho; Despachos; peças do Inquérito policial; Declarações; Certidões ; Portarias; relatórios, enfim. Agradeço muito à gentileza deste profissional em me permitir tirar uma cópia xerox do Dossiê porque a leitura dessas peças me permitiu ter uma noção melhor das ações marginais desses bandos dos esquemas de brigas de família.

caso é decorrente não da produção, mas da condição de ilegalidade do produto ou, dito de outro modo, em decorrência de sua criminalização.

Isso motivou alguns questionamentos às autoridades policiais acerca da erradicação radical da produção de maconha: sobre sua posição quanto à descriminalização, sobre os efeitos negativos que acarretaria ao programa oficial de saúde conhecido como de “Redução de Danos”, praticado pelo governo, e no qual o usuário é encaminhado para o uso da *cannabis* como alternativa para uma substituição gradual ao uso de outras drogas mais pesadas e que tem sido apresentada como altamente eficiente pelo Ministério da Saúde, e, enfim, sobre o perigo dessa ação abrir espaços para a entrada de outras drogas no Nordeste, ainda por cima importadas.

A reação dos dois quadros da Polícia Federal foi imediata, semelhante e sem qualquer ponderação: para as autoridades policiais nada mais seria importante, sendo preciso cumprir a Lei a qualquer custo! Chegaram a apoiar, inclusive, a criminalização de outras drogas atualmente legais como o tabaco e o álcool.

Por isto, insisto que o caráter híbrido e de um ‘entre lugar’ (Bhabha, 1998) ocupado por essa agricultura de maconha em escala comercial é determinado pela clandestinidade, ou seja, pela criminalização da planta que induz a sua reprodução nas sombras do território visível do mundo real, porque não pode ser vista como “trabalho”, como “agricultura” e como “empreendimento”, mas sempre é homogeneizada de modo pasteurizado como “perigo, criminalidade e violência”. As únicas agriculturas a serem consideradas de modo mais definido em territórios demarcados com tinta forte são a empresarial e a dos reassentados, mas essa existe e ocupa uma função.

Para se ver o que ela é de fato na essência, é preciso sair do senso comum e da aparência. Seu território tem fronteiras apenas pontilhadas, se superpõem, não por acaso, nas áreas mais frágeis de controle como nas terras dos reassentados ou nas terras abandonadas, sem regularização fundiária etc. E, por isso, é híbrida e camuflada, porque esconde seu real sentido funcional na reprodução desse território no Nordeste brasileiro. Parece que é um problema para os “viciados” que possuem um costume criticável em relação ao uso de seu próprio corpo, e por isso condenada até pela ONU, tentando significar uma defesa da humanidade. Mas não é só isso, é muito mais.¹¹⁵ Essa agricultura comercial ilícita no Brasil está intimamente articulada ao Estado – e por esta razão existe um fluxo de capital significativo despendido na sua erradicação - mas de base “moral”, sem qualquer consideração racional acerca de sua abrangência econômica, em plena vigência do neoliberalismo como ideologia dominante no mundo.

A produção de maconha nacional, delimitada no Nordeste e Norte ainda é reprimida sem qualquer plano ou discussão objetivos, que considere as diferentes dimensões sócio econômicas do global e do local. E, sendo uma política restritiva da liberdade, sequer é produto de uma discussão com a sociedade, o que a transforma, em termos rotineiros do cotidiano, em uma política que impede o pensamento diferente. Portanto, é autoritária e uma forma permanente de estigmatização dos segmentos subalternizados no território da Mancha Irrigada. A política de Estado para o cultivo comercial de maconha no país, gera uma

¹¹⁵ Na minha opinião, desaparecendo a criminalização, possivelmente essa agricultura perderá a maior parte de seu atrativo financeiro, mas não a ponto de se tornar uma “lavoura de pobre”, dado que o produto possui um nicho de mercado nobre. Mas certamente perderá seu lugar funcional na manutenção das relações de dominação dentro do território nos termos em que possui hoje, na ilegalidade. Entre as várias hipóteses possíveis de serem aventadas, poderia se considerar que eventualmente, na legalidade, essa agricultura talvez pudesse assumir a condição dominante de agricultura familiar já que há grande rentabilidade na produção em pequenos lotes. Isso reduziria a forma precarizada da exploração do trabalho por diárias e poderia sustentar mais um setor de agricultores autônomos.

produção nacional que cria uma fronteira agrícola espontânea, desorganizada e promotora de atos corruptos ou corruptores, delimitada no âmbito do Norte e do Nordeste.¹¹⁶

3.4. O contra território: a agricultura dos reassentados como experiência de luta

Esta agricultura se funda numa ação desenvolvida pelo sindicalismo rural da região em resposta ao programa energético do governo brasileiro com base em mega projetos hidrelétricos que implicaram no deslocamento compulsório de milhares de famílias para seu êxito. Curiosamente, até mesmo sem qualquer comunicação entre as direções dos movimentos, em Itaipu, no sul do país, os igualmente atingidos por Barragem, realizaram no mesmo ano em que ocorreu em Itaparica (1978), uma ocupação organizada do canteiro de obras porque também não tinham nenhuma definição sobre os planos do governo acerca do reassentamento do campesinato ribeirinho de lá. Portanto, a constituição de reassentamentos de atingidos por Barragens, desde essa década, passou a representar uma alternativa de agricultura, articulada ao movimento social organizado nesse país. É nestes termos que se pode compreender a realização dessa agricultura como “resistência”.

Neste tópico, o objetivo é analisar a possibilidade de constituição de uma nova territorialidade que se desenha como expressão de um contraterritório dentro da Mancha Irrigada do Submédio São Francisco. Em outras palavras, a produção de uma alternativa de agricultura que se desenvolve em disputa com outras duas, em função da sua relação de dependência com o Estado. E isto supõe compreender a identidade de Itaparica no Submédio do São Francisco e dentro do Nordeste.

...o Submédio São Francisco sofreu um processo acirrado de sub regionalização, que prejudicou a integração da área de Itaparica no processo de agro exportação irrigante, em razão, sobretudo, da formação de uma estrutura de poder complexa, em um contexto histórico particular. Além da concentração dos domínios dos espaços de expansão nas mãos de uma elite agroexportadora irrigante, Itaparica foi, e ainda continua sendo, o cenário de um conflito de poder administrativo entre representantes governamentais dos setores *energético e agrícola*. A isso se somam as ações determinadas do movimento de defesa dos atingidos pela barragem, centradas no Pólo Sindical do Submédio São Francisco, e o momento (passageiro?) de autocritica nos meandros das agências financiadoras internacionais, que coincidiram por reforçar os pleitos dos atingidos. O resultado da articulação desses fatores é a identidade ainda ambígua da área de Itaparica: de um lado, um pólo de atração para a expansão do modelo agroexportador irrigante, com 20 mil hectares de equipamento de irrigação instalado (ou, em boa parte, a instalar) bancadas pelo governo: e de outro, uma ameaça a este mesmo setor, pois os processos de instalação dessa capacidade outorgam poderes a agricultores [reassentados] que fogem do controle historicamente conquistado e, costumeiramente, exercido por este setor em outros perímetros (SCOTT, 2006, o destaque entre chaves é de AMMR).

Scott, mais uma vez, me ajuda a iniciar um raciocínio, tal o nível de aproximação bem articulada verbalmente que ele me oferece pronto a partir de pesquisa na região. O autor, neste trecho, chama a atenção para uma ambiguidade, principalmente tomando como foco o Estado que financia o sistema produtivo gerador de uma dualidade: a agricultura de exportação irrigante e a agricultura familiar dos reassentados, que aqui chamo de territórios.

¹¹⁶ Na minha opinião, esses fatos podem vir a desempenhar ainda um papel muito complexo e negativo na sociabilidade e na reprodução econômica, cultural e política dos segmentos subalternizados dessas regiões, em termos da manutenção de esquemas modernos/conservadores de mandonismo em pleno século XXI, cujas consequências poderão extrapolar o norte e o nordeste e avançar sobre as opções políticas mais amplas no país.

Confirma a tensão da disputa de interesses contraditórios entre essas esferas, e permite a consideração de que o projeto principal do Estado é o da agricultura exportadora irrigada, e que o governo mal sabe administrar a situação dos reassentados – portanto caracterizando que se essa agricultura existe é porque ela foi conquistada pelo movimento social e não proposta pela União.

Ainda se percebe em que medida o Estado é para a agricultura exportadora de frutas um suporte administrativo planejado e em que medida os reassentados são para o Estado uma ameaça ao grande projeto planejado e, enquanto tal, uma experiência que tem menor interesse em administrar e, por conseguinte, eu acrescentaria, a intermediação deixa de ser direta e passa por atores locais que se beneficiam dos esquemas de mediação. Por outro lado, verifica-se em que medida o Estado é para os reassentados um adversário, com o qual mantém uma luta histórica há quase quatro décadas.

Finalmente, Scott menciona, em função da época em que escreveu o texto (2006), a instalação do Painel de Inspeção do Banco Mundial cujas negociações começaram em 1997, fiscalizando as obras sob responsabilidade do governo, a pedido do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Entretanto, assim como no início o Banco apoiava o questionamento sindical sobre o desvio de recursos praticado nas barbas do Estado, depois, por influência política, a posição mudou, e passaram a acusar o PSSSF como o complicador. Isso será apresentado nos capítulos seguintes.

Existem dois processos de organização diferentes e opostos na definição da territorialidade na Mancha Irrigada - que foi subsumida como Polígono da Maconha pela mídia e reconhecida pelo Estado - em relação às agriculturas (territórios) que abriga e reproduz: um de acomodação, que respalda a vocação dominante e o outro de fricção, representando um movimento de contra territorialidade.

Minha hipótese é a de que a presença, na mesma região, da agricultura empresarial e a da maconha podem permitir uma dinâmica relacional de acomodação entre os dois subterritórios, uma vez que juntas, operando com a absorção temporária de mão de obra desqualificada, podem chegar a promover a fixação local da mão de obra de baixo custo. Esse fato pode representar uma vantagem estrutural e invisível interessante para o agronegócio frutícola que não se envolve com o ilícito, mas com ele ganha alguma coisa, e vice versa.

As duas agriculturas em conjunto podem desenvolver um padrão complementar e criar uma espécie de reservatório de força de trabalho barata, disponível para o trabalho precarizado, pela possibilidade de definição da integração das estruturas familiares dos trabalhadores, com base na sazonalidade que pode se combinar, já que as duas não absorvem mão de obra em grande escala por mais de quatro meses cada uma, e pela oportunidade de uma segmentação com base na questão de gênero. Enquanto nas empresas rurais frutícolas predominam mulheres (delicadeza na manipulação de produto perecível e frágil), no cultivo ilícito predominam os homens (em resposta à natureza dos riscos).

Finalmente, esse bolsão de trabalhadores precarizados - que também dificulta a mobilização e a politização dos assalariados rurais - ainda conta com um refugio cultural proveniente do abandono pelo Estado da agricultura familiar dos reassentados e que se verifica pelo corte geracional: os jovens, no ócio e sem perspectivas de mercado formal, com perda de posição identitária enquanto “lavradores”, os quais passam a engrossar esse exército industrial de reserva de mão de obra precarizada do território.

Importante lembrar que, quando o plantio ilícito migra, por não sair da região Norte e Nordeste, esse sistema de retenção de mão de obra (já treinada, formada) que é cotidianamente submetida a condições morais ambíguas de percepção de mundo inerentes a esse padrão, não chega a ser afetado. Por outro lado, entre as duas agriculturas confirmadoras do território dominante, aparece em contraste e num processo de disputa ou fricção com elas, a agricultura familiar dos reassentados.

A história constituinte desse segmento social, sua reprodução política e econômica atual e a cultura que criam e geram desde sua simples existência no grande território comum às três agriculturas, pode ser pensada, a meu ver, como a produção de uma contra territorialidade.

Considerando que a tese toda se compõe de uma reflexão centrada nesse outro segmento social, pretendo aqui ser econômica nas palavras: apontar algumas indicações bibliográficas para a configuração do setor¹¹⁷ e me concentrar na construção de questões chave para a composição desse ambiente que denomino como território.

Entre os reassentados, a heterogeneidade demográfica se situa em outros termos relativamente à população misturada por origem e etnia que é atraída para a periferia das empresas agrícolas frutícolas de exportação. Nesse caso, estamos falando de um campesinato nativo, ribeirinho, com práticas culturais de produção e consumo integrados na base familiar, que foi compulsoriamente removido de seu lugar e deslocado para outra área, depois de se organizar e lutar por mais de uma década e de ser instalado em áreas novas que escolheu como compensação do Estado, com a mediação do Pólo Sindical, para se constituir em comunidades artificialmente criadas. Estamos falando então de muitos e complexos processos de mudança que são basicamente desagregadores do que havia antes e rearticuladores de novas experiências em termos de sociabilidade depois.

As pesquisas de Scott sugerem uma tendência à homogeneização com base familiar, porque existiu e foi praticado conscientemente, uma vontade no sentido da aproximação física dos parentes. Isto muda a configuração social e cria novas expectativas e desejos que passaram a ser delimitadas do desenho urbanizado das agrovilas que alteram o perfil relacional em termos de padrões mais promíscuos (para o padrão camponês de vida), de vizinhança. A heterogeneidade humana desse segmento se reconstitui do que havia antes e se estabelece nessas bases materiais modificadas de sua existência e que eles nunca pediram para acontecer. Por esse motivo, o papel do Estado, na figura da CHESF, deve ser avaliado com a intensidade e a dramaticidade correspondentes a esse tipo de experiência. Só assim se pode entender que atrás de uma opção pela construção de Barragens existem muito mais questões do que razões técnicas, porque essa decisão política afeta a vida de homens e mulheres reais em seu cotidiano.

O caráter experimental da iniciativa também se definiu mais fortemente para os atingidos do que para a CHESF e seus funcionários, considerando-se que estavam munidos da esperança de uma vida com maior qualidade buscada numa luta coletiva que os recriara como pessoa dentro de uma nova cultura. O problema é que o governo não chegou a traçar planos específicos e claros porque o projeto inicial não considerava essa necessidade de implementação infraestrutural dentro da Mancha Irrigada.

Assim, vale ressaltar que os percalços pelos quais passaram desde a remoção forçada, ainda não se encerraram mas nem por isso o setor que criaram – da agricultura familiar dos reassentados – desapareceu. Essas pessoas não desistiram de fincar e produzir uma nova agricultura irrigada e permanecem “incomodando”, sofrendo conseqüências de pressões adversas as mais variadas e compondo física e materialmente um território em permanente disputa para sobreviver.

Naturalmente, por tudo isso, e a partir de sua trajetória fincada em disputa intermitente, onde aparecem como os mais antigos moradores da região e ao mesmo tempo a mais nova comunidade experimental do Submédio (o que a contrapelo define os assalariados do agronegócio exportador como repetição velha e não como “novidade”), esse setor ainda mantém o Estado como principal adversário. É, portanto, pela pauta da luta coletiva e dos

¹¹⁷ Ver: Araújo, 1990,1994 e2000 e Scott, (1991, 1994 a, 1994b, 1995, 2006) s/d a e s/db. São todos imprescindíveis para compreender a realidade dos reassentados porque em geral decorrem de um trabalho etnográfico.

conflitos que essa agricultura deve ser compreendida. Para uma visão social desse segmento, vale destacar alguns aspectos e questões mais centrais das suas condições de sobrevivência.

O que havia antes em termos de produção do campesinato ribeirinho não era inexpressivo e, como já comentado no capítulo 2, a presença extensiva da pecuária não deve esconder a importância da presença da agricultura que preenche um papel importante na região. A decisão de inundar essas áreas foi quase extrema porque fez “desaparecer” não apenas segmentos populacionais, mas um sistema de abastecimento alimentar já enraizado e eficiente. Escolher a barragem representou, em vários níveis, mesmo que numa escala controlável, provocar a desorganização produtiva e o desabastecimento alimentar. Essas questões afetavam prioritariamente os mais pobres. Segundo Araújo:

De fato, deve-se ressaltar a importância da contribuição da faixa ribeirinha do São Francisco, exatamente a área atingida pela barragem, na produção agrícola dos municípios em causa. Dados do Censo Agropecuário de 1980 mostram, entre outras informações, a importância relativa do valor da produção agrícola em relação ao valor da produção pecuária da área em questão, que correspondem, respectivamente a 73,9% e 26,1% do valor total da produção (ARAÚJO, 2000, pp. 43).

Para Scott (s/d.a), quando a remoção das famílias foi iniciada, as condições de implantação ainda não estavam iniciadas. Por isto tiveram que “perder tudo” para ganhar apenas “uma parte”¹¹⁸:

...as famílias reassentadas experimentaram, de um lado, a cessão definitiva da sua produção agrícola ribeirinha e, de outro lado, os obstáculos ao estabelecimento de uma nova base duradoura de produção agrícola. Realinham-se as relações sociais de acordo com a nova situação que modificou o acesso à terra (SCOTT, s/d a, pp. 285-286)

Ainda nesse mesmo texto, Scott cita informações do documento oficial da CHESF - Reservatório de Itaparica. Plano de Desocupação (Recife, 1985) - em que se destacam quantitativos importantes para se ter uma noção sobre a questão da retomada das atividades produtivas:

A população diretamente atingida pela barragem é de 35.905 pessoas [dentro de uma população de 118.233 habitantes na área de influência], correspondendo a 7.378 famílias localizadas em partes do município de Petrolândia, Itacuruba e Belém do São Francisco, em Pernambuco, e de Glória, Rodelas e Chorrochó, na Bahia. Petrolândia, Itacuruba e Rodelas tiveram suas sedes inundadas. Ao estado de Pernambuco pertence 75% desse contingente. A zona rural, com mais de 4000 famílias, detém 57 % do mesmo. Estima-se a área cultivada atingida em 47.575 hectares. No cultivo das margens do rio e ilhas (30 % dessa área), em contraposição ao da caatinga (70 %) estariam engajadas 90 % das famílias. Destas 71 % explorariam até 5 hectares, sob condições diversas de acesso. (...) Vale ainda observar que 97 % dos chefes de família rural seriam

¹¹⁸ Uma observação interessante de Scott (Op. Cit. pp s/d a), destaca as diferenças de ocupação da população camponesa ribeirinha e expõe a diversidade existente entre aqueles que irão compor a nova vida nos reassentamentos: na margem pernambucana havia a predominância de fazendas de agricultura irrigada, dirigidas por proprietários e administradores, e trabalhadas por ‘meeiros – empregados’: “esses trabalhadores quase nada tinham armazenado como provisões para o reassentamento, assim como não contavam com indenizações por benfeitorias” (PP. 288). Na margem baiana, a predominância era de agricultores com posses de terras fracionadas por herança os que: “freqüentemente compunham comunidades camponesas caracterizadas por parentelas em “ajuda mútua” – forma que reveste a troca de trabalho em diária, e a relação de “meia” enquanto parceria entre sócios quase iguais com recursos menores. Grande parte, todavia, dessas terras têm o fornecimento de água para irrigação através do pagamento da renda a um outro sócio maior, dono de motor hidráulico” (Scott, s/d a, pp. 288-289).

economicamente ativos, caracterizando-se como inexpressiva a desocupação no campo atingido (SCOTT, S/d a, pp. 287, grifo de AMMR).

Como visto, a situação da “chegada” na nova área, inóspita *a priori*, deve ser pensada a partir desse quadro e, sobre ele, se deve levar em conta o fato de que o número de famílias cadastrado para a remoção (direito adquirido de compensação) era dinâmico e não estático como supõem os planejamentos. Assim, a variável família, crucial na reprodução camponesa, passou a ser comprimida. O Estado não considerou o movimento reprodutivo familiar natural e que, portanto, o “espaço” das sub-divisões simbólicas e concretas em “outras famílias” a partir das gerações, estava assegurado no “lugar” deles mas não foi computado pela CHESF. Isso significou, como insiste Scott, que desde a “chegada” na nova área, as famílias já precisassem se organizar para negociar e pressionar para interferir nas regras de economia doméstica, acertadas entre CHESF e o Pólo Sindical.

Outra interferência importante diz respeito ao “saber” (o que será comentado outra vez mais adiante), porque houve uma inversão: os filhos estão mais aptos a compreender as noções tecnológicas da agricultura irrigada do que seus pais, portadores da autoridade de chefes de família. Por fim, a ociosidade que começou aparecer com a demora na conclusão dos sistemas irrigados nos lotes de trabalho das famílias reassentadas, que Scott chama de fases de transição, foi maior e atingiu frontalmente a reprodução desses agricultores, como se verá nos capítulos seguintes. O processo de demora marcou de modo forte a experiência dessas famílias. Por isso, Scott (2000a, pp. 200) classifica o processo de reassentamento, depois de dez anos de espera, em três fases:

Desagregação social – na época da remoção, porque o traslado provoca uma dispersão geográfica nova e desordenada da população que foi inserida em Projetos, os quais foram instalados em realidades municipais totalmente diversas entre si e das que conheciam anteriormente;

Morosidade – até 1992 (cinco anos depois da chegada) há um descumprimento sistemático dos cronogramas de execução das obras, sem qualquer justificativa;

Negociação para Afastamento – entre 1992 e 1997 (auge da crise da espera), as instituições governamentais entram em disputa para “livrarem-se honrosamente” da responsabilidade assumida. Uma das propostas mais articuladas será apresentada no governo FHC no sentido do retorno às indenizações pecuniárias do tempo das Barragens de Moxotó e Sobradinho.

Ainda Scott (s/d c) discute os problemas da construção artificial de comunidades, via planejamento considerando que o planejamento nessa história de Itaparica deve ser tomado como falácia, dado o conjunto de negações e atrasos sem justificativa aparente ou explicação para os interessados:

Esta falácia, que às vezes toma feições de engodo, se constitui de um obscurecimento conveniente de um fato transparente a todos envolvidos em todo projeto: o objetivo prioritário do reassentamento não é o benefício da população, e sim, a instalação de alguma outra modificação econômica e social com dimensões significativamente diferentes que as anunciadas para o projeto. Por sua vez, isto torna o estabelecimento de uma pauta reivindicatória para a população afetada um desafio ainda maior (Scott, s/d. c, pp.86). Apesar de todos esses entraves e contando com a mediação permanente do Pólo Sindical, essas famílias, nos diferentes projetos e em diferentes momentos em termos de condições de acesso às terras de trabalho, permaneceram mobilizadas na área, com um alto índice de sindicalização e enfrentando uma série de negociações que mantém o Estado em alerta e numa posição desconfortável em termos de uma saída honrosa. Segundo Araújo:

...os efeitos perversos da ação do Estado na região contribuíram para o surgimento de um novo ator social, organizado e com e com um projeto de atendimento das necessidades e de compensação das perdas decorrentes do

remanejamento forçado. Projeto e atuação que, em pouco tempo, adquiriram maior abrangência, como resultado das articulações políticas com outros movimentos sociais do Brasil e, também, com organizações estrangeiras, em geral financiadoras de pequenos projetos de produção econômica ou de apoio à capacitação de militantes (Araújo, 2000, pp. 89).

Em outras palavras, este segmento social constitui hoje uma disputa territorial importante dentro da Mancha Irrigada e ainda atua ativamente na condição de adversário do Estado cobrando uma dívida social que não deixa desaparecer. O problema está posto hoje em termos do que o Estado chama de emancipação, mesmo sem algumas conclusões importantes para a infra-estrutura da produção e da agrovila. E é isso que o Pólo sindical atualmente quer discutir, pressionado, entretanto, por problemas políticos que relacionados ao cultivo ilícito levam os agentes da política agrícola do Estado a serem substituídos por agentes de segurança pública.

Scott (2000a) chama atenção para o contexto principal da luta política do Pólo Sindical no início do século XXI, ao mostrar que ainda existem pendências do financiamento internacional que bancou o projeto do reassentamento, o que compõe, apenas no âmbito deste subterritório, um quadro com muitos atores num jogo político ativo (CODEVASF, CHESF, BID e PSSSF). O autor lança uma questão de fundo e resume a reprodução dos reassentados a um desafio:

Qual o resultado das relações entre esses quatro atores e também de suas relações com outros atores (fazendeiros, políticos locais, governos estaduais, a Igreja Católica, as diversas ONGs, pequenos empresários rurais, plantadores e traficantes de maconha, comerciantes, construtores, empresas de assistência técnica e muitos outros) na formação de estruturas de poder que contribuem para o desenvolvimento da área? Dez anos após a criação do reservatório caracteriza-se mais pelos seus problemas do que pelos seus sucessos. É uma “mancha”, não por sua produtividade em lotes irrigados, mas pelo desafio que apresenta para se afirmar, efetivamente, como área com características favoráveis à melhoria do padrão de vida de seus moradores”(SCOTT, 2000^a, pp. 198).

O mais importante a reter é que os reassentados e sua agricultura familiar irrigada, por continuarem procurando superar as dificuldades mais complexas sem desistir e por terem se mantido até agora de modo instável mas permanente e visível no seu subterritório. Por terem conseguido afetar a política tradicional e a inércia das relações sociais atávicas do mandonismo local e ainda por ocupar um espaço no mercado dos produtos da agricultura sofisticada de frutas, podem ser, indubitavelmente, considerados como a principal presença *moderna* na cena do Submédio São Francisco.

Não por acaso, a própria CHESF, em material de propaganda que distribui (embora se considerando que a sustentação da produção corre por conta do esforço transformador das próprias comunidades reassentadas, e quando apresenta o apoio público à empresa não menciona que o suporte foi acordado em troca dos mega projetos hidrelétricos, que deslocaram compulsoriamente as populações ribeirinhas), “vende” uma imagem de modernidade, segundo um conceito empresarial em benefício do governo. Na capa da revista o *marketing* dá o título: “CHEGOU O FUTURO!” Dentro a matéria abre e informa o que segue:

O Reassento de Itaparica foi um dos maiores desafios enfrentados pela CHESF. Para evitar o risco de um grande colapso de energia no Nordeste, na década de 80, tivemos que construir a Hidrelétrica Luiz Gonzaga (Itaparica). A Usina alterou o destino de centenas de vidas. Pessoas que tiveram suas terras inundadas pelo lado da Barragem. Sabíamos das nossas responsabilidades com a população da região. Uma preocupação que hoje é recompensada. É com satisfação que mostramos o saldo positivo de uma

realização que era vista por muitos como um grande problema. A região de Itaparica registra um imenso desenvolvimento econômico. Os moradores das áreas urbanas e os produtores rurais que foram reassentados vivem uma realidade bem diferente da maioria dos agricultores da região semi-árida Nordestina. Têm estrutura de irrigação, contam com a infra estrutura de três cidades, um povoados e 126 agrovilas que foram especialmente planejadas e construídas para eles. O maior orgulho que nós, da CHESF, temos é o de saber que as ações realizadas pela empresa e pelos parceiros, na região de Itaparica, foram indutoras de crescimento. Os trabalhadores têm um dia-a-dia produtivo, cheio de negócios e comercializações. Eles resgataram o direito de viver com um tipo de qualidade que é conquistada com o fruto do trabalho. A dignidade social em que eles vivem nos dá a certeza que o nosso papel foi fundamental para o fortalecimento da cidadania” (Mozart Siqueira, Diretor-Presidente, agosto de 2000).

Este é então definitivamente consagrado como o novo ator político do sertão e tornam-se explícitos os seus interesses na definição de um contra território na região, mediado pela experiência e pela prática da luta política coordenada pelo Pólo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco.

A disputa entre essa agricultura familiar reassentada e as outras duas agriculturas (empresarial irrigada e de maconha) é clara porque não há possibilidade de complementação entre elas a não ser pela perda da autonomia camponesa que tentam manter. Finalmente, a territorialidade do Polígono da Maconha é nociva para sua reprodução política como modo de vida moderno no sertão, porque reduz sua presença histórica na região e torna invisível o processo ainda inconcluso de transformação dessas pessoas de clientela política em cidadãos.

CAPÍTULO IV

4 O IMPACTO DO CULTIVO COMERCIAL DE MACONHA SOBRE A AGÊNCIA SINDICAL

...a água saiu tangendo a gente, se a água não leva, eu ainda estaria lá...
(Dona Maria, reassentada do Bloco III, Petrolândia)

As novas condições de vida, antes de provocarem manifestações explícitas e públicas de descontentamento ou revolta, provocam o enclausuramento das lembranças (Rodrigues, 1999).

O cultivo ilícito afeta as entidades sindicais de trabalhadores rurais na região do Submédio São Francisco num processo que atinge repentinamente a forma de ação do sindicalismo e sua leitura sobre a realidade, uma vez que inclui dilemas para o trabalho dos dirigentes que estão fora de seu campo de interesse, mas os compele à reação por atingir sua base. Essa modalidade de afetação tem conseqüências importantes e poderia ser classificada através de diferentes formas de impacto. De um lado, e mais indiretamente, quando essa agricultura é vista como coisa externa e como parte da reprodução da violência, geral e difusa, internacional contemporânea. Isso acaba por amenizar sua vinculação com a violência histórica existente no Submédio São Francisco e atinge a cultura sertaneja tradicional. A imagem produzida através da mídia, que constitui a região como um território de alto risco e perigo, atinge principalmente os segmentos subalternizados e transforma o cultivo de uma planta criminalizada e o que isso envolve num fato novo e parte de uma problemática nacional importante. Ao ser apresentada como recente, se funde e se confunde como algo realmente “novo” e que *moderniza* – nesse sentido da internacionalização e da reprodução “por fora” - a pobreza da região. Isso produz um enfoque conservador, porque se estabelece a partir da violência e nos marcos da ilegalidade, confundindo supostos “caipiras do sertão” com a bandidagem contemporânea (rural ou urbana) e que não tem referencial de classe.

Assim, na cena atual do Submédio, apesar de integrado economicamente no progresso energético depois das Barragens, a modernidade tornou-se frágil diante da presença da agricultura comercial de maconha e das formas de recrutamento de mão de obra aportados por esse “progresso”. Essa situação promove uma ambiguidade interessante ao permitir uma condição semelhante entre o cultivo ilícito e a grande agricultura de exportação, por serem ambos reprodutores de formas flagrantes de precarização do trabalho. Esse aspecto é importante para se compreender a violência recente que se inscreve na região e engloba, como forma de sociabilidade cotidiana, praticamente todas as formas de reprodução social existentes, inclusive nos reassentamentos de trabalhadores rurais organizados e apoiados pelo sindicalismo, apesar de que em apenas pouquíssimos casos (na pesquisa só soubemos da presença em dois locais, entre 126 agrovilas) tenha se verificado o cultivo ilegal.

Nesse âmbito é que se coloca, entre outros temas, um questionamento acerca da continuidade ou ruptura com as formas antigas de dominação existentes, diante dessa emergência combinada entre desenvolvimento econômico legal e ilegal que começa a transformar o sertão em região de progresso e fluxo de acumulação do capital: por ter mais riqueza circulante, teríamos nesse caso a constituição de um território novo? Ou seria o mesmo território, acrescido de reformulações que não rompem com o sistema de controle

político e social dos potentados sobre os subalternizados? Nossa empiria nos impulsionou para a segunda hipótese, como tentaremos demonstrar.

Um problema que merece destaque refere-se ao que exatamente termina imerso pela demarcação dessa nova territorialidade pela mídia e que apresenta o Submédio, basicamente, como um “lugar perigoso”. É o fato de que ele é também um outro “lugar”, construído do ponto de vista histórico, numa outra margem da cena do Submédio, onde aparece a agricultura familiar dos reassentados, representada pelo Pólo Sindical, que vem sendo ignorada pelo poder público há mais de uma década. Esse segmento, a despeito disso, parece insistir em se impor, mantendo sempre a mesma reivindicação, produto de um “acordo” com o Estado constituído com a honra de sua Grande Luta, e que, por isso, ainda mantém o que se pode considerar como a “mesma ladainha” das palavras de ordem sindicais. De outro lado, a agricultura comercial da *cannabis* estabelece um impacto mais direto, pelo que entendo, como o processo que é gerido a partir do sindicalismo e que se define desde o momento em que, gradualmente, esse tipo de cultivo, com todos os seus problemas e interdições, passa a ser percebido e reconhecido pelo movimento como fato real, envolvendo as terras conquistadas pela luta contra a Barragem de Itaparica. E será dentro desse paradigma que o movimento sindical de trabalhadores rurais do Submédio São Francisco tentará construir sua reação a contrapelo da lógica dominante, em parceria com a Igreja (aliança antiga) e assessorado por Koinonia.

A reação do PSSSF aparecerá a partir de atuações que se manifestam depois de um processo educativo desencadeado pela Igreja que, desde sempre, na sua presença evangelizadora e política na região, se caracterizou por uma ação a partir da cultura e da conscientização de longo prazo. Mas, quando se desencadeia a reação sindical, esta vai sendo elaborada de modo gradual e se modificando em cada etapa, em consonância com as contradições inerentes ao problema da ilegalidade que envolve esse tipo de agricultura, que passa a atravessar o desempenho sindical.

O Pólo inicia sua atuação por meio de uma retórica de denúncia que é construída, no seu interior, pelo menos por uma liderança do movimento sindical. Depois, passa por um processo de elaboração que se desdobra em face de momentos e acontecimentos, como um aprendizado. Até que, finalmente, quando essa liderança é assassinada, a agricultura da maconha passa a ser incluída mais concretamente na agenda do Pólo, como tema e pauta específica. Torna-se bastante evidente o conteúdo do apoio dado pela assessoria do Pólo (Koinonia), que vai permitindo à entidade o desenvolvimento de uma linha de interpretação e atuação, no sentido de tentar responder às questões e contradições impostas aos trabalhadores ao longo desse processo, onde a sobrevivência no trabalho precarizado pela ilicitude pode representar uma forma de exploração que não os reproduz enquanto classe.

Em que medida a luta sindical reage contra o impacto negativo da agricultura ilícita emergente sobre sua cultura política? Nossa empiria nos remeteu a uma reflexão sem respostas fechadas, dadas as condições de maturidade ainda insuficientes presentes na configuração da agência sindical no traçado da realidade social. Tudo parece, ainda muito fortemente, depender do contexto social em cada caso, em cada momento, como tentaremos demonstrar. E isso em tempos de globalização sob a influência do neoliberalismo que pode, inclusive, gerar uma pressão fragmentadora de ações coletivas, o que já se apresenta como mais do que uma esperança de sucesso para os trabalhadores rurais atingidos pela Barragem de Itaparica, no Submédio São Francisco em seu longo caminho de resistência.

4.1 A elaboração da visão dos dirigentes do PSSSF sobre o cultivo ilícito revelando uma cultura sindical

O relato dos dirigentes do Pólo sobre qualquer tema em que esteja em questão uma posição política sempre começa pelo passado, resgatando, na história das lutas sindicais, a

impressão que marca sua identidade: a de uma agência específica que se manifesta na realidade sempre a partir de um determinado lugar de produção de fatos dos quais pode e quer ser considerada autora. E é a isso que se poderia chamar aqui da reprodução da cultura sindical do Pólo no Submédio São Francisco.

Perguntado sobre a opinião do Pólo acerca da repressão policial à violência relacionada à presença da maconha na região, um dos diretores mais antigos lembra a atuação discriminadora da polícia contra os trabalhadores desde o tempo das ocupações de canteiros de obra da CHESF ou de escritórios da empresa que não mudou até hoje, afirmando que o órgão público não deveria ser distinguido. Nas suas palavras:

É, quer dizer, se a polícia vai lá (nas atuações do movimento), bota prá fora, é porque está apoiando. Não há nenhuma preocupação (...) é um dos erros da repressão policial. Quer dizer, (tem) preocupação para defender a empresa, e não tem nenhuma preocupação no (outro) sentido: há mais de dez anos que os trabalhadores estão aí, foram expulsos de suas terras e estão sem produzir. Quer dizer, não há essa preocupação do lado da Polícia para chegar e dizer: “Não! Nós não vamos lá porque vocês [representantes da CHESF] estão errados, que eles resolvam o problema dos trabalhadores”. Então eu acho que essa é a repressão maior que, de certa forma, fere até o sentimento das pessoas. Eu estou aqui buscando meu direito que eu conquistei e a Polícia vem, quer dizer, não olha isso. Eu acho que isso aqui é o maior problema que tem. Mas aí eu acho que hoje, o trabalho pode estar até mais fácil em termos de organização, mas por um lado, você anda nessa região, você não sabe se volta porque, quer dizer, toda hora, todo instante, é assalto, é morte nas estradas. E aí eles (marginais) não escolhem, quer dizer, não é uma violência, vamos dizer assim marcada (pela Polícia ou pelos marginais): vamos reprimir, mas vamos ver o pessoal do movimento... (Ademar, entrevistado em 1999. Observações entre parênteses e grifos de AMMR)

Neste caso, a experiência de assumir o Estado como adversário constante e crônico dos interesses dos trabalhadores rurais se reproduz de modo recorrente - incluindo a definição de posições sobre a presença da agricultura de maconha na região e o impacto que exerce sobre o desenvolvimento da atuação sindical. Por essa razão, torna-se necessário resgatar a fonte original dessa construção na história do Pólo.

O mesmo diretor afirma que organizar o que considera como seu trabalho (sindical), depois da ditadura, é mais fácil. O difícil é a segurança e a garantia de vida, uma vez que a Polícia mantém o mesmo preconceito contra o movimento e não oferece uma espécie de tratamento adequado, considerando o que ele chama de “a justiça do trabalho sindical”. Ainda indica como começaram a agir por terem que atravessar as áreas do “Polígono da Maconha” a trabalho, antes do momento de definição do problema para o Pólo, em 1997, quando, para eles, essa “agricultura” cresceu mais, embora informando que agora o perigo aumentou e, mais uma vez, culpa o Estado porque analisa a questão como nacional e não local.

- Hoje vocês têm problemas?

Diretor: - Hoje sim. Hoje a gente, como é que diz? Anda à noite porque não tem jeito. Você está lá em Orocó, em Santa Maria, tem que voltar, no outro dia tem trabalho. Então você arrisca, mas não é porque tem coragem não. Às vezes é obrigado. E também agora não tem mais essa coisa de noite, eles agora tão pegando de dia, de noite. (...) Geralmente você fica numa estrada de dia, você poderia até pegar uma carona para ir para casa à noite e você não pega. E aí eu acho que o problema todo, quer dizer, é, não deixa de ser um problema do país como um todo, é a questão, quer dizer, acho que o responsável é o governo! (Ademar, entrevista em 1999)

Assim como nesse relato, em conversas informais, também foi possível perceber uma certa estratégia, uma espécie de “separação” entre as coisas, que funcionou durante uma década pelo menos, havendo um certo respeito entre os diferentes agentes e seus atos, cada qual com seu “negócio”: maconha e brigas de família de um lado e sindicalismo do outro, cada qual com seu “território” em termos de atuação. Partilhavam a mesma região, mas de modos distintos e separados, e nem se cruzavam. Ainda que houvesse uma avaliação moral de uns pelos outros, isso não chegava a comprometer o “trabalho” de cada um, que ocorria na “normalidade” do sertão”. Tampouco eram os inimigos principais uns dos outros.

Assim (e essa opinião só reforça o lugar da construção da história para esse diretor do PSSSF), a cultura sindical está relacionada a uma experiência regional determinada, mas a luta se estabelece contra o projeto desenvolvimentista decidido pelo Estado, que é de âmbito nacional e que se dá através da construção de mega hidrelétricas. O Estado, materializado pela CHESF, é o inimigo principal.

A luta central e especificamente demarcada contra o Estado decorre do fato de que isso implicou no deslocamento forçado de milhares trabalhadores de suas casas e terras, o que produziu uma contradição estrutural entre comunidade atingida e governo, construindo com o Estado uma relação de alteridade inimiga. Esta passa a fazer parte do processo de rotinização da sociabilidade de dirigentes, militantes e trabalhadores rurais que se tornam um conjunto organizado e coletivo de interesses, quando reivindicam seus direitos por este canal sindical.

Deste modo, as formas de ação que aparecem nas falas e documentos sempre são remetidas à atuação do sindicalismo como ator central e ao Estado como seu principal adversário. De modo geral, isso embaça a presença de outros atores, embora se deva destacar que as brigas de família sempre estiveram na composição social sertaneja e que a produção de maconha, por vias transversas, tenha vindo se constituir de certo modo à sombra dos espaços de criminalidade existentes, o que quer dizer, no campo das brigas.

Segundo CEDEC (1983), que faz um balanço dos conflitos de terra na década de 1970, o ano de 1979 destaca a luta contra as Barragens em Pernambuco (tendo o primeiro registro no ano de 1970) e coloca a CHESF na posição de alteridade negativa específica nesse campo, como uma das condições dominantes nos espaços formais da documentação das duas entidades.¹¹⁹ O relatório apresenta Petrolândia como o foco principal de convergência dos encaminhamentos dessas ações, o que revela não apenas a importância e abrangência dessa atuação que chega ao cenário nacional, transformando o campesinato ribeirinho em sujeito político que passa a ter sua existência de modo visível para o Estado, como também demonstra a convivência entre os dois principais agentes de mediação que canalizam a presença dessas demandas: a Igreja e o sindicalismo.

Na verdade, desde o início dos trabalhos da CHESF e pelo modo como conduziu a questão social, a empresa estatal sempre se apresentou como a principal fonte de tensões verificadas na área.¹²⁰ Entretanto, outras instâncias do Estado também personificaram essa condição de adversário.

¹¹⁹ Este relatório foi elaborado por um grupo de pesquisadores, entre eles, Leonilde Medeiros, Abdias Vilar de Carvalho, José dos Reis Filho, Joaquim Soriano e outros. Trata-se de um relatório preliminar não revisado, em mimeo. Faz parte do acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, CPDA/UFRRJ, coordenado por Leonilde Medeiros. Os registros referem-se aos documentos encontrados nos arquivos da CONTAG e da CPT relativos aos eventos entre 1969 e 1979.

¹²⁰ Em Rodrigues (1999), há uma tentativa de sistematizar experiências sociais que afetam sujeitos distintos, por causas, locais e épocas diferentes, mas retendo a possibilidade de se encontrar conseqüências comuns sobre a vida dos sujeitos. O deslocamento compulsório, como afirma Rodrigues, é de fato, uma experiência extrema. A par das particularidades de cada caso, existem paralelos, entre eles o fato de que a memória sofre uma ruptura e isso afeta a história de uma comunidade humana de modo traumático. No caso de Nazareth Paulista a autora analisa na sua delicada etnografia: “Assim o considero, uma vez que, ao provocar uma ruptura definitiva das condições de existência habituais e desprovê-los dos recursos necessários ao restabelecimento da vida nas

Ainda segundo o relatório citado, entre os sete casos registrados nos momentos críticos do desenvolvimento dessa luta mais ampla contra barragens, na década de 1970, o confronto se estabelece com diferentes nomeações, tanto para os camponeses quanto para os representantes do Estado, mas a CHESF sobressai, inequivocamente, como o foco principal de pressão. Assim expõem os autores:

Nos sete casos que registramos, os envolvidos são “trabalhadores” (somente em dois casos, um em Petrolândia e o de Barro Branco em São José do Egito, aparece a qualificação “posseiro”) que se confrontam com diversas instâncias do Estado: em 3 casos (em Petrolândia) o confronto é com a CHESF; em Carpina, Goitá e Limoeiro, com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento; no caso de Brotas, em Afogados de Ingazeira, com o Departamento de Poços e Açudagem. Posteriormente, com a Companhia Integrada de Serviços Agropecuários e finalmente com a Secretaria da Agricultura. Na Barragem de Barro Branco em São José do Egito, o confronto é também com a Companhia Integrada de serviços Agropecuários. (CEDEC, 1983, pp. 63)

Isso demonstra que a alteridade da luta dos trabalhadores na região se apresenta claramente como o “Estado”, mesmo se materializando através de diferentes instâncias que são percebidas pelos atingidos como instituições que, de modo comum, atuam contra seus interesses.

De outro lado, a diversidade de inserções entre os trabalhadores também deve ser considerada criticamente, por que é preciso tomar a identificação “trabalhador” nos documentos das entidades de mobilização como categoria política do sindicalismo, que promove uma uniformização visando objetivos claros na conquista dos direitos, o que não pode deixar no analista uma falsa impressão - encoberta pela homogeneização construída - sobre a inserção social real dos agentes que está colocada sobre uma realidade diferenciada e dinâmica. Por isso, no caso desta pesquisa, também estão sob a chancela da categoria “trabalhadores rurais” os atingidos pela Barragem com sua pauta de luta específica, sem perder a força de sua identidade quando estão no cenário político contra o Estado.

Sem dúvida, a ação da CHESF sempre sobressaía (certamente em função de sua finalidade empresarial diretamente relacionada ao deslocamento compulsório de pessoas de suas casas e de seus espaços identitários) qualificada, no contexto da ditadura, como uma forma de atuação em relação aos subalternizados que estavam no “caminho do progresso”, de modo claramente autoritário e com respaldo ostensivo do poder de Polícia que se excedia em arbitrariedade. Quando não, intervindo de modo a enfraquecer as tentativas de organização dos atingidos, como, por exemplo, ao reduzir o reconhecimento como direito da “área comum” utilizada para criação de pequeno porte ou de poucas cabeças de gado, ou indiretamente, incentivando uma busca de acordos individuais que contrariavam a orientação sindical.

Alguns processos detalhados no Relatório são exemplares dessa posição coercitiva adotada durante a ditadura militar, onde aparece adversidade do Estado (CHESF) e seu papel na construção da identidade sindical do PSSSF:

Em uma das áreas de Petrolândia, por exemplo, um advogado da CHESF, acompanhado de um oficial de justiça e de um pelotão da PM foi às propriedades de cinco famílias e ordenou-lhes que abandonassem imediatamente as casas e as lavouras. A medida foi determinada por um juiz substituto de Santa Maria da Boa Vista, sem que os posseiros fossem ouvidos e sem que houvesse uma avaliação das lavouras e benfeitorias,

condições anteriores, ele incidiu nas perspectivas de continuidade e de futuro das famílias deslocadas, gerando uma crise que se observa nos diversos aspectos e momentos hoje abordados por seus depoimentos.” (Rodrigues, 1999, pp. 32)

conforme determinava um despacho do juiz anterior. (CEDEC, 1983, pp. 63)

Em Riacho Salgado, em 1979, a CHESF tentou cercar as áreas comuns de criatório e, através da Polícia, procurou intimidar os trabalhadores. Em Quixabá, tratores da companhia, protegidos por soldados com metralhadoras e fuzis destruíram quatro casas. Ao mesmo tempo, procurava dificultar o acesso ao rio, única fonte de água para a população local. Em São José do Egito, onze posses foram invadidas e homens e máquinas efetuaram o desmatamento, destruindo cercas, lavouras e fruteiras. (CEDEC, 1963, pp. 64)

Vale considerar, no caso da destruição de árvores frutíferas, que a truculência se refere tanto ao ato em si quanto ao fato de que as fruteiras são consideradas por lei como bens de raiz, um patrimônio passível de indenização. Deste modo, o Estado agia lesando um direito certo e legítimo e ainda reduzia o limite espacial a ser realocado ou pecuniariamente ressarcido. O Estado, enfim, ficaria plasmado como representação do adversário no imaginário dos atingidos, imagem reforçada pelas ações concretas encaminhadas pelo PSSSF em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais atingidos pelo mega projeto hidrelético sempre que um direito precisasse ser defendido.

A pesquisa identificou diferentes percepções existentes sobre o 'Estado', que aparece paternalista e assistencialista quando integrado à reprodução da cultura individualizante do sertanejo enquanto clientela, que se elabora no conteúdo da violência genérica de um lado. Uma imagem diferente é produzida a partir da elaboração de uma cultura diferente, ligada aos "direitos", que se organiza de modo coletivo mediada pelo sindicalismo. Nesta última, a visão construída sobre o Estado aparece como adversidade, fundada historicamente a partir do que será chamado de a "grande luta" do Pólo, única capaz – em lugar do Estado – de oferecer acesso à cidadania política aos indivíduos.

Naturalmente que essas culturas, aqui arbitrariamente classificadas, se confundem e se mesclam afetando uma à outra, se redefinindo, se desconstruindo ou reconstruindo em cada situação singular. Além disso, as formas de expressão sofrem forte determinação das condições concretas de vida dos trabalhadores e, muitas vezes, eles podem também manipulá-las de acordo com seus interesses, o que afastaria a possibilidade de percepção de modelos puros.

Mas a classificação serve como parâmetro para o reconhecimento de um novo modo de ver o mundo e de referendar as ações construídas historicamente com a emergência da "grande luta". Um processo que serviu para buscar conquistas específicas e, simultaneamente, fundou outras formas de sociabilidade desconhecidas até então pelos trabalhadores. Vale também afirmar que pode ser possível verificar que a cultura sindical aparecerá mais forte sempre que a luta e as conquistas se coloquem em ascenso. Na situação inversa, se desenvolverá de modo mais fragilizado.

De todo modo, mesmo quando o sindicalismo se retrai, uma vez experimentada e conhecida essa luta e a possibilidade de construção de uma "cultura sindical" entre os sertanejos subalternizados do campo, a reprodução da antiga cultura, que era muito mais individualista, se vê afetada pela memória da ação política partilhada coletivamente. Seu sentido de obediência e fragmentação perde a dimensão de uma inevitabilidade absoluta, pelo simples fato de que, na história do Submédio, alguma coisa foi gerada a contrapelo de modo irreversível: uma arena de conflito.

E isso não pode ser simplesmente desmontado pelas relações de dominação existentes desde o passado ou do presente. Nesse território, a história que se movia até então dentro de uma aparência linear, dadas as vitórias das elites, passou a se deslocar pelo movimento de tensões e conflitos que passaram a ter um maior relevo.

Por tudo isso, não oferece nenhuma estranheza perceber que os sindicalistas em suas primeiras tentativas de explicação sobre a presença do plantio ilícito dentro dos reassentamentos onde passaram a viver, apontassem o Estado como o culpado central, por demorar a concluir os projetos de irrigação e assim favorecer o *ócio* dos lavradores que aguardavam com um salário de vale temporário o direito de plantar e a sobreviver de seu trabalho. Fato que destaca uma questão geracional, indicando que os jovens são os mais afetados por essa situação. É nesse contexto que se define o que chamo de a formação da matriz explicativa, a partir da experiência de instalação dos reassentamentos:

“já estamos dentro de quatro anos (no reassentamento) e ela (CHESF) nunca termina. É uma enrolada que não tá escrito. Tem jeito não. Eu queria era que tivesse um jeito de nós anoitecer e não amanhecer neste lugar. O lugar tá um absurdo.” (Maria, reassentada do projeto Pedra Branca, Agrovila 11)

Antes do assassinato de Fulgêncio, o Pólo, ao que tudo indica, sem uma relação direta com as questões relativas à criminalização do plantio de maconha, desenvolvia seu trabalho sindical preocupado com a demora na conclusão dos Projetos de Irrigação. Com apoio da Oxfam (uma organização não governamental internacional com sede em Recife), realizou em 1991 uma *pesquisa* com o propósito de avaliar a situação dos reassentados de Itaparica (da Bahia e de Pernambuco), passados cinco anos da conquista do acordo com a CHESF e quatro da instalação dos primeiros projetos e agrovilas. O objetivo explicitado era o de entender a situação “ouvindo os atingidos” e produzir um *Dossiê* denunciando a situação das cerca de sete mil famílias.¹²¹

Para esta tarefa, o PSSSF convidou uma equipe de assessoria em comunicação do “Movimento – Produção e Cultura” coordenada por Laudence Oliveira, Gerson Flávio e Karine Raquel e, juntos, iniciaram a pesquisa de campo, cujo esquema foi discutido com a diretoria do Pólo, o que envolveu uma escolha que seguia desde os eixos centrais do trabalho até o roteiro de visitas. (Dossiê OXFAM, 1991).

Por esta razão, no relatório os autores afirmam a necessidade de assumir o texto final como um trabalho jornalístico e não científico, dado que uma assessoria ligada aos trabalhadores produziu o estudo e a partir da proposta elaborada pelo interessado, o próprio Pólo.

4.2 A cultura sindical e a ‘ociosidade’ pela sombra de Lampião, como matriz da explicação sobre a presença da agricultura ilícita no território do sindicalismo

O lugar comum, apresentado nos primeiros contatos do pesquisador com o tema na área, sempre trazia a idéia de “abandono do Estado” como força principal no esclarecimento acerca da presença da agricultura de maconha no Submédio. Levamos um tempo para entender a força do argumento alimentada pelo senso comum, até que uma nova matriz explicativa, mais crítica e relacionada às condições de vida e trabalho dos atingidos pela Barragem que lutaram coordenados pelo Pólo, se apresentou: o *ócio* que culpabilizava o Estado e defendia os trabalhadores. Foi então necessário procurar entender como se constituiu esse “argumento” que retirava dos trabalhadores flagrados nas plantações de maconha e classificados como criminosos traficantes a culpa principal e passava para o Estado – sua inoperância – a responsabilidade maior relativa à conclusão

¹²¹ Oxfam/Movimento-Produção e Cultura (1991). Vale chamar atenção para o fato de que o PSSSF costuma utilizar o instrumento da pesquisa como forma de atuação sindical, revelando uma intelectualização nos seus métodos de trabalho. Isso acontecerá muitas vezes e certamente influenciado pelas assessorias - Igreja ou ONGs de apoio. Mas, a elaboração de dossiês, como ponto de partida para denúncias balizadas, é bom que se lembre, é incentivada pelo III Congresso da CONTAG.

dos projetos de irrigação. Esse argumento forçava a inclusão da agricultura dos reassentados dentro dessa lógica e a tornava opaca aos olhos do mundo.

O próximo passo seria reconhecer em que medida o argumento foi absorvido por outras agências, inclusive as consideradas antagônicas ao movimento sindical, como a Polícia, ou estranhas a ele como o INCRA, mas que por isso teria conseguido, provavelmente, ser veiculado pela mídia, mesmo sem muita ênfase, mas por meio das falas autorizadas.

O Dossiê, realizado a pedido do PSSSF entre junho e agosto de 1991, traz no índice sob o título: “Outras Questões”, o tema da *ociosidade*, primeira e melhor elaborada forma de explicação para a presença de problemas sociais que envolviam violência e criminalidade, formulada pelo sindicalismo. Logo no início os autores do Dossiê afirmam:

Voltarem a produzir. Ter comida nas suas mesas. Não verem os filhos ir embora, nem tão pouco enveredarem por caminhos obscuros, são sonhos que fazem parte do dia-a-dia dos pais de famílias do reassentamento de Itaparica. Porém a ociosidade dentro dos projetos é um mal sério. E, como consequência, tem levado jovens, em sua maioria adolescentes, a aprender a beber, jogar e até roubar. Isso sem deixar de fora os adultos. O clima, em algumas agrovilas, é de violência. Também não dá para ser muito diferente. Pois são milhares de famílias à mais de três anos sem poderem produzir, vivendo na ociosidade. E, enquanto não sair a irrigação, a tendência é essa problemática crescer. (Dossiê Oxfam, 1991, pp. 24, grifos de AMMR).

O depoimento de uma jovem do projeto Brígida é destacado: “Nós que somos jovens, não podemos viver assim sem ter um divertimento, porque todo mundo precisa se divertir” (Maria, reassentada).

Curiosamente, as autoridades que atuam no submédio São Francisco, eclesiais, policiais ou administrativas, como no caso do INCRA regional, acompanham essa versão dos fatos elaborada pelo PSSSF, baseada na produção social do ócio nas experiências de reassentamento. Isso acaba deixando uma impressão interessante sobre a força da cultura sindical formada na região, em contraste com a cultura sertaneja individualizante que associaria, como fazem fazendeiros e seus representantes classistas, a presença da agricultura de maconha com uma tendência supostamente inerente aos indivíduos despossuídos do sertão, voltada para a marginalidade e o desrespeito à lei.

Essa explicação existe e é corroborada, sobretudo pela Polícia, mas, nesse ambiente, raramente se pode apreender algum estranhamento. Mas não deixa de ser curioso que, mesmo pensando que todo pobre é potencialmente um marginal, os representantes dessa instituição também partilhem a “explicação social” do Pólo que aponta a determinação do ócio.

A Igreja, parceira do Pólo, expôs inúmeras vezes sua posição em encontros, seminários, depoimentos na imprensa e em entrevistas para a pesquisa. Em 2003, Dom Adriano, Bispo de Floresta, chegou a afirmar, referindo-se ao sistema de produção e comercialização de maconha da região como “narcotráfico”:

Os governos fizeram de tudo para desmoralizar este projeto [reassentamento], para que não desse certo. Um exemplo disso foi o dispêndio de verbas onde construíram milhares de casas populares mal feitas. E depois com a demora da conclusão da irrigação veio o ócio. Quando os Projetos não se desenvolvem, cria-se a necessidade, facilitando com certeza, o desenvolvimento do narcotráfico (Dom Adriano, entrevista em 2003, grifo de AMMR)

O destaque fica por conta das polícias e do INCRA. O Superintendente Especial do Médio São Francisco apresentou uma versão sobre o ócio, quando questionado acerca da participação de trabalhadores rurais no cultivo ilícito:

É muito complexo o processo de apropriação das terras com o cultivo de maconha, a gente anda muito. E a gente andando vê que tem muito jovem

desocupado, parado, rendido pelo ócio dentro das agrovilas. Mas também muito esperto aproveitando essa gente que não tem saída (entrevista em 2003, grifo de AMMR).

Do mesmo modo, a Polícia apresenta sua versão sobre os plantadores, demonstrando até uma certa “pena desses coitados”, além de reconhecer que raramente dão flagrante ou aprisionam os reais donos das roças de maconha, mas achando que a “lei deve ser cumprida” mesmo quando a sociedade não ajuda no encontro de alternativas ao “crime”.

O delegado de Floresta, Dr. Osvaldo, foi claro:

O delinqüente se forma no ócio. Essa gente rural, coitada, a gente entende que busca uma forma de sobreviver no sertão de secas e falta de trabalho. Mas a Lei existe e tem que ser cumprida, é ela que forma o cidadão (o grifo de AMMR).

Dr. Nivaldo, Delegado da Superintendência Especial da Polícia Federal do Médio São Francisco, em Salgueiro, na justificativa para o cultivo, destaca o tipo sertanejo, que é agressivo principalmente quando está na pobreza e ‘sem trabalho’, o que poderia ser identificado como ócio, e que se arrisca sem medo em qualquer aventura. Quanto ao método de ação, destaca a herança de Lampião quando explica que as famílias tradicionais, permanentemente em guerra entre si, formam um grupo tático importante de suporte ao plantio e à comercialização da maconha e que atuam em forma de “guerrilha” pelo peso do armamento que dominam. Nas suas palavras:

O elemento parado [no ócio], ganhando salário sem trabalhar [a VMT paga pela CHESF], se encaminha para as coisas erradas e aqui o que se queria era sobreviver, mas depois que se generalizou, ficou mais fácil e aí virou uma escolha prá ser bandido mesmo. Mas as famílias são importantes nessa história porque elas dão suporte, elas operam com táticas de guerrilha, emboscadas cruéis, mortes coletivas, múltiplos homicídios. Aprenderam isso em livros, apesar da maioria ser analfabeta, mas aprenderam pela própria cultura de Lampião que aqui na região é um espelho prá eles. Mas o que faz dizer que é tática de guerrilha é o número impressionante de armas que possuem” (Dr. Nivaldo, entrevista em 2003, grifo de AMMR).

O Superintendente da Polícia Federal de Pernambuco, considera, entre outros fatores, que existe uma espécie de parasitismo nos projetos (o ócio) em função da baixa produtividade da agricultura que praticam, embora não entre no mérito daqueles motivos alegados pelo Pólo, como o atraso das obras de conclusão dos sistemas de irrigação. Mas menciona a recorrente idéia de “ausência do Estado”, ao definir um perfil para as pessoas, segundo ele, envolvidas na produção e na comercialização da maconha:

O Estado sempre foi ausente naquela região e só aos poucos está começando a combater a maconha. Mas olha, na verdade, a maioria dos traficantes no início eram pobres, mas aos poucos foram entrando nessa vida e chegaram a ganhar alguma fortuna - também não é nada de extraordinário. Aquele problema: ganha, mas gasta com advogados, vai preso, aquela coisa toda, mas tem alguns que tem bastante posses. Bom, então eles recrutaram esses agricultores que estavam parados [no ócio]. Uma pequena parte aderiu a essa proposta e plantaram maconha, quando terminou a safra, quatro meses depois, conseguiram comprar um carrinho ou uma moto, uma casa na cidade, e viram que coisa era boa. No sertão de Pernambuco sempre houve problema com o plantio de maconha” (Dr. Dr. Dalmázio, entrevista em 2003, grifos de AMMR).

Finalmente, o Juiz da Comarca de Floresta, em sua fala, revela o sentido do isolamento do sertão. Ele não chega a considerar diretamente a questão do ócio. Juntando outros argumentos, entre eles a repetida idéia de “abandono do Estado”, aliado a uma provável índole para o banditismo como herança social da região, (onde de novo Lampião

sobressai), chegou a considerar que existe alguma coisa sobre a relação entre maconha e “falta do que fazer” nos Projetos. Ao mesmo tempo, banaliza o problema como uma característica da juventude, comum em qualquer lugar:

A maconha na verdade foi o que o sertanejo encontrou como forma de buscar uma solução e mostrar uma situação em razão da ausência do Estado. Então para chamar a atenção do Estado e da sociedade, o sertanejo plantando maconha chamaria a atenção assim como um jovem numa cidade do Rio de Janeiro numa favela, para chamar a atenção da sociedade. Aquele que está em Copacabana, no Leblon ou Ipanema. E isso tem aqui por dois motivos também: a falta do que fazer nos projetos [ou ócio] e a herança de Lampião tem uma coisa muito forte que impregnou a sociedade justamente nisso, quanto a fazer coisas e a fazer justiça, fora da Lei. Isso é difícil de superar” (Dr. Edílson, entrevista em 2003, grifos de AMMR).

Quero destacar essa coincidência de visões sendo partilhadas por diferentes e contraditórios atores, dentro de argumentos elaborados em campos específicos, como o da Igreja, o da Polícia e o da Justiça, mas que, em muitos momentos, adotam pelo menos uma referência comum na construção da “explicação”. Nessa elaboração coincidente, a base real está calcada numa experiência do deslocamento forçado e na resistência organizada pelo PSSSF, o que torna a disseminação da análise sindical, que se baseia no ócio para explicar a presença da maconha na região, envolvendo trabalhadores rurais que praticam essa nova agricultura comercial, um fato surpreendente.

4.3 O processo de elaboração da percepção sindical sobre a presença da agricultura comercial de maconha a partir dos reassentados

A percepção dos dirigentes sindicais ligados mais diretamente ao Pólo, apresenta alguns pontos em comum. Quase todos passaram por um processo gradual de reconhecimento do problema, indo por etapas e elaborando explicações em diferentes contextos de análise. Mas sempre começando pelo mesmo caminho da crítica ao Estado. Assim, o primeiro reconhecimento da presença do cultivo de maconha não decorre de uma causa em si, mas de um desdobramento do mesmo campo político do conflito principal: demora na finalização dos projetos de irrigação que formou a condição de ociosidade como problema social crônico.

Existe um certo processo de “elaboração” no qual esses militantes que ocupam cargos na direção ou que ocupam algum tipo de representação, apresentam numa tentativa de construção de uma explicação baseada, primeiro, numa hierarquização em relação às situações e encaminhamentos dos problemas com os quais se defronta o sindicalismo rural do Submédio, onde a agricultura da maconha não passa de um sub-tema embutido no foco central. E é deste modo que a agricultura ilícita é percebida na sua emergência e só é avaliada com alguma atenção quando se cruza com os espaços ou territórios do sindicalismo. Assim, ela não passa de uma circunstância aparentemente transitória e atrelada à questão principal e sua solução considerada como um corolário daquilo que se acomodaria a partir da mesma política pública, quando o Estado cumprisse o que foi combinado quanto à agricultura irrigada dos reassentados. Depois, o tema ganha corpo, quando a violência se avoluma e aparecem articulações entre assaltos, roubos de carga, brigas de família e plantio clandestino erradicado pela polícia e identificado pela mídia nacional. E é deste modo que se transforma em questão exógena à tarefa política cotidiana e como tal lhes impõe a necessidade de um encaminhamento estratégico. Só então o tema será organizado como uma nova questão na agenda do Pólo.

Nesta ordem, também em escala que corresponde à experiência decorrente das tentativas de ação sindical aplicadas, inicialmente o Pólo não demonstra nenhuma particularidade em relação ao modo como o tema da maconha é tratado na sociedade de modo abrangente. Nela há hegemonia da visão policial que, em geral, opera numa ótica mais

sanitarista, ao enfatizar a proteção à sociedade em detrimento da proteção do indivíduo, que passa a ser estigmatizado como consumidor e, portanto, alguém a ser cuidado e não ouvido, O plantador sequer é pensado.

Neste contexto, o PSSSF atuará politicamente acionando parlamentares seus aliados e, através deles, tentará aumentar o aparato repressivo existente na região, pedindo, pela via do policiamento, a presença de uma atenção maior do Estado. Somente depois, ao conhecer na carne os resultados de uma ênfase na via repressiva e suas conseqüências discriminatórias para os trabalhadores rurais, que se tornam os mais perseguidos, o Pólo passa a perceber a existência de uma singularidade que afeta diretamente a reprodução social das comunidades reassentadas e a sua própria reprodução política enquanto entidade. Então procura mudar o foco de sua atuação.

A questão geracional e o ócio foram elementos essenciais para a percepção do problema e para a definição do que consideram como “a causa” e que se estabeleceu a partir da vivência dos reassentados. Isso parece ter servido como uma espécie de bússola para a construção teórica e política que o PSSSF passou a desenvolver. Esses temas sempre foram incisivamente apontados pelos trabalhadores durante os momentos iniciais da experiência de implantação dos projetos de reassentamento, quando, aparentemente, ainda “daria tempo” para serem resolvidos junto com a conclusão da irrigação pelo Estado. Mas o que não se imaginava é que essa questão ganharia vida própria, até certo ponto independente desse processo.

Para se compreender o início dessa elaboração, as evidências obtidas pelos documentos e entrevistas levantados na pesquisa podem ajudar, mas esses dados se tornaram especialmente férteis, sobretudo quanto à explicação pelo ócio que aparece nas falas dos reassentados.

Nos depoimentos transcritos pelo Dossiê citado¹²², pode-se extrair uma idéia mais clara sobre as articulações entre verba de manutenção como promotora de ócio compulsório e pobreza planejada, ou apenas sobre o ócio que cresce com a espera, e como ambas decorrem e são estruturados em função do modo da intervenção do Estado que marginaliza e discrimina os atingidos pela Barragem. Esta situação concreta oferece, finalmente, os elementos da argumentação que aponta o ócio da espera como causa fundante de problemas sociais, os quais seriam então motivados pelo atraso da ação pública. Nesta matriz se fundará o paradigma principal da explicação sobre a percepção dos motivos da emergência de problemas críticos na nova vida de reassentado nos Projetos de Irrigação onde o Pólo tem sua principal atuação, entre eles, o plantio de maconha que afeta sobretudo aos jovens desenraizados pelo deslocamento forçado.

Pode-se ver, nos depoimentos, a relação entre trabalho com a terra (como atividade produtiva e reprodutiva do ponto de vista social e cultural, que está compulsoriamente paralisada pelo Estado ao impedir o acesso à lavoura nos lotes ainda não irrigados), e a denúncia do *ócio* (como desvio proposital, fazendo parte do não trabalho e promovendo a “não-vida” ou um “erro de vida”, dos atingidos). Isto demonstra a avaliação crítica existente sobre o processo do reassentamento conduzido a duras penas pelo Estado personalizado na figura da CHESF, visto como uma ação que se estabelece de modo negativo e frustrante, mesmo depois de muito “trabalho de luta” dos atingidos.

¹²² Os nomes indicados nas falas dos reassentados serão fictícios, todas as mulheres serão Maria e homens serão João. Os projetos serão nomeados para que se tenha uma idéia dos diferentes tempos de entrada na área dos reassentamentos e da abrangência da pesquisa que permite uma visualização mais ampla do sentimento de experiência dos atingidos. É preciso ainda que fique claro que eu recortei arbitrariamente para este tema, os depoimentos do Relatório que estarei utilizando e que será mencionado, mas o cultivo ilícito não se constituía como objeto da investigação realizada pelo Pólo naquele momento.

Os trabalhadores de Rodelas, na Bahia, já reassentados na agrovila, comentam (Dossiê Oxfam, 1991, pp. 5):

- Nós chegamos no mês de fevereiro e sempre diziam que logo a gente ia trabalhar. Acabou-se! Já vai fazer quatro anos e nada, esfriou tudo. (Maria, do Projeto Araticum)

- A gente vive sem trabalho, não tem onde trabalhar porque os projetos não saíram. Agora fica dependendo desse salariozinho mincho (verba de manutenção). É uma porcaria. Mas eu espero que saia. Tô sempre na esperança. (João, Projeto Araticum)

- Eu tenho a impressão que a CHESF ta enganando o pessoal de Rodelas (um residente da antiga cidade que foi inundada e que se tornou rural com o reassentamento)

O pessoal de Barra do Tarrachil, em Chorrochó (BA), onde 159 famílias de trabalhadores rurais aguardavam a definição e a distribuição dos lotes de plantio do reassentamento, afirma (Dossiê Oxfam, 1991, pp. 6):

- A CHESF prometeu entregar a nossa terra e até agora nada. Ela não deu a terra porque tá enganando com esse dinheiro (verba de manutenção). O que é que a gente vai fazer com esse dinheiro? Nós queria era nossa terá, porque nós vivia da nossa roça e mais do que esse salário, a gente apurava na nossa terra (Maria, ainda sem Projeto).

- Olhe, houve uma transformação, um impacto muito grande. Um troço feito assim às pressas, sem destino, sem organização, de qualquer jeito. A gente ficou afetado de um maneira profunda. O pessoal precisa voltar a produzir (João, comerciante).

Em Glória (BA), onde se constituiu o último projeto que foi organizado pelo governo sem o financiamento do Banco Mundial e contra o interesse da diretoria da CHESF na época, o depoimento dos trabalhadores ecoa no mesmo sentido (Dossiê Oxfam, pp. 7 e 8):

- O maior problema é de não ter saído os lotes prá poder a gente tá trabalhando, que se tivesse eu acredito que não tava essa situação” (...) Já faz cinco anos que não produzimos (João, Projeto Juzante).

- Se tivessem dado o projeto funcionando desde julho de 88 (quando entraram na área), ninguém tava dizendo que estava passando a necessidade que passa hoje. Tava produzindo e se tivesse produzindo, não precisaria da ajuda de manutenção. Teria mandioca, melancia, feijão ... e no final, teríamos um lucro bem maior .Até as crianças estavam também ajudando (João, Projeto Borda do Lago).

Em Orocó (PE) as falas refletem o atraso e a redução do ritmo das obras como sofrimento imposto. A empreiteira Mendes Júnior, inicialmente com 300 operários, ficou com apenas 36, quatro anos depois da chegada dos moradores ao Projeto e paralisou as partes principais, limitando-se às tarefas de terraplanagem. Aí é que aparece pela primeira vez uma clara menção aos desvios sociais praticados pela juventude em função dessa morosidade (Dossiê Oxfam, 1991, pp. 9):

- A gente vê a necessidade dos pais de família com os filhos indo embora ou se envolvendo com cachaça ou outras coisas pior. Se a CHESF já tivesse feito a irrigação, ou se a gente tivesse na nossa terra produzindo, nossos filhos estariam trabalhando junto da gente, não estaria acontecendo isso (João, Projeto Brígida, Agrovila 3, grifos de AMMR).

-Vai fazer quatro anos e a gente sem produzir nada (João, Agrovila 4).

Os pesquisadores do Movimento Produção e Cultura, que levantaram os dados para o Dossiê, não explicam a que se referem as “outras coisas piores” que grifei, mas o contexto permite supor a escala relacional entre cachaça e atividades marginais: entre elas, não o consumo, mas o *plantio de maconha* que aparece como alternativa de trabalho e geração de

renda para a juventude, especialmente aculturada na sua raiz identitária rural e ávida por um mundo de mercadorias e desejos informados pelo modo de vida projetado pela televisão que chega até eles no novo modelo de moradia e sociabilidade das agrovilas.

Em Curaçá e Abaré (BA), onde se assenta o projeto Pedra Branca, numa região de difícil acesso e isolada dos centros de escoamento, depois de quatro anos as obras sequer haviam sido iniciadas, embora o povoado já estivesse assentado em agrovila. As falas revelam preocupação (Dossiê Oxfam, 1991, pp. 10 e 11)¹²³:

- A promessa aqui é meio difícil, devagar, viu? A CONIC (empreiteira), ta com mais ou menos oito meses que faz aí umas passagens molhada, mas parou. Era prá começar e até agora não começou. Terminado não tem nada. Por enquanto, a gente só vê falar que a CONIC vai começar a trabalhar, até agora não tem ninguém trabalhando (João, Agrovila 7).

- Eu tenho só esperança. O negócio é fraco, não tem trabalho e a gente fica assim sem saber o que a gente faz, só esperando que melhore (João, Agrovila 4).

Em 1991, no maior projeto de todos, o Caraívas, situado em Santa Maria da Boa Vista (PE), onde residia Fulgêncio, havia 47 agrovilas. Nelas os problemas se avolumavam e a criminalidade já se expandia, afetando o cotidiano das relações de vizinhança e a reprodução econômica e cultural das famílias camponesas. Segundo os próprios envolvidos, a maior parte desses problemas era decorrente da morosidade da ação pública. Pelos depoimentos, parece que ainda haveria tempo de reversão da crise social, caso a retomada das obras permitisse a conclusão da irrigação sem mais demora (Dossiê Oxfam, 1991, pp. 12 e 13):

- Eu acho a situação difícil prá gente. Eles disseram que ia sair logo (projeto de irrigação), mas começam e depois param de novo. E o pior que tem, é ficar esse tempo sem produzir (João, Agrovila 10).

- Eu nem tô botando que aqui vai chegar água com uns trinta anos. É um problema sério. Se chegar água aqui ajeita tudo. É muita gente aqui, tudo querendo trabalhar. Uns dão prá roubar, outros prá matar. Gente prá ganhar dinheiro inventa tudo, né? Agora, se tivesse trabalho, eu creio que não tava nada assim. (João, Agrovila 43, os grifos de AMMR).

- Aqui nós estamos no pulgatório. Não tem o inferno e o pulgatório? Pois é! Pode ser que ainda tenha jeito. Se a gente tivesse trabalhando, como a CHESF promete, o camarada tava seguro” (João, Agrovila 47).

Nestes idos, aparentemente, os trabalhadores rurais reassentados ainda viam alguma saída ao denunciar e ainda experimentavam uma via coletiva como contraponto ao drama. Em outras palavras, ainda atuavam dentro de um processo que poderia ser identificado como um “desdobramento da grande luta” e construía assim, dinamicamente, o que chamei de cultura sindical do PSSSF e que interferia na formulação da explicação sobre a criminalidade e o cultivo ilícito como parte desse processo.

O Pólo, através do canal sindical contaguiano, levou esse dossiê ao conhecimento público junto à mídia e ao Congresso Nacional, assim como encaminhou uma cópia à CHESF. Ao produzir o dossiê, o PSSSF fazia, inclusive, um vigoroso exercício de “ouvir suas bases”. Uma vez consideradas, elas reagiam.

¹²³ Ainda segundo o Dossiê Oxfam, 1991, o acesso ao Projeto Pedra Branca ou BC, era precário. Só era possível chegar à sede através de uma estrada em péssimas condições e, para piorar no inverno os riachos transbordavam tornando impossível a passagem de carro, ou, como apontam os autores, para a situação que acontecia quatro anos depois de instalada a comunidade: “A outra forma para chegar até o BC é através de balsas, atravessando o São Francisco. Há duas passagens: uma que liga o povoado de Ibó, município de Abaré (BA) à Ibó, município de Belém do São Francisco, Pernambuco. A outra liga o povoado de Pedra Branca, Curaçá, ao município de Orocó – PE. Em cada uma dessas travessias, só há uma balsa, além de algumas canoas para atravessar as pessoas.” (Oxfam, 1991, pp. 10)

Em Petrolândia (PE), o Projeto foi dividido em blocos e apenas um deles (Bloco I), com 30 lotes, parte de uma agrovila com 50 famílias, encontrava-se em fase de conclusão em 1991. Enquanto isso, os outros 20 já passavam por problemas de invasão de terras e a situação também era preocupante. Mas aparecia ainda um senso de resistência bem claro, apesar de todas as adversidades (Dossiê Oxfam, 1991, Pp. 3 e 4):

- Pois eu espero é que irrigue o projeto. O sindicato táí, dando uma força prá gente. Eu espero que saia no prazo que ela (CHESF) deu. Pelo menos, né?" (João, Bloco II).

- Possa ser que nós consiga ver, um dia, esses lotes funcionando. Mas pelo gosto da CHESF, quase ninguém acredita que saia. Já vai se vencer quatro anos e quatro anos não é quatro dias, e nada tem feito. O que era mais importante, era a rede de água. Ninguém vê falar nem na bomba. Os canos estão tudo lá guardados, ninguém sabe prá que. Os lotes estão voltando a ser caatinga e nós esperando. Agora possa ser que os meninos do sindicato, correndo prá um canto e prá outro, na luta, e a gente junto com eles, possa ser que nós ainda consiga. Mas só se a gente não cruzar os braços" (João, Bloco III).

Segundo Scott (1995), até 1994, a situação instável se mantinha. O autor lembra que nos idos de 1986, quando se constituiu o Acordo com a CHESF e o governo obteve o aporte financeiro do Banco Mundial, ficou estabelecido em documentos oficiais o que chamavam de uma 'nova filosofia' por parte dos gestores, e que, segundo o governo, deveria nortear a intervenção estatal: de "vítimas", os atingidos pela Barragem de Itaparica deveriam ser considerados doravante como "beneficiários", para os quais seriam promovidos programas para além das "simples" compensações das perdas sofridas com a inundação de suas residências e terras de trabalho.

Em 1994, já desponta a probabilidade de boa parte destes projetos iniciarem o plantio irrigado, embora o panorama da área total dos projetos revele a concomitância de agrovilas em condições extremamente diferentes - desde as que já estão produzindo até as que ainda não implantaram nada de irrigação e nem têm previsão de quando isso será feito (Scott, 1995, pp. 128).

Segundo o autor, essa fase caracterizaria o que denomina como "violência administrada". Na sua análise:

Estes seis anos de espera podem ser caracterizados como um período de violência administrada, um período em que a desorganização e a morosidade reinam, e um período em que o conjunto de práticas que influencia a vida dos reassentados, revela sérias limitações à aplicabilidade imediata do termo "beneficiados", para descrever a sua vivência naqueles programas de desenvolvimento (Scott, 1995, pp. 128).

Nesse campo a formação da matriz explicativa sobre o cultivo de maconha se fecundou no sindicalismo do Submédio, antes que aquele território se tornasse um "polígono", considerado pela mídia e pela Polícia como nefasto e criminoso. A correlação mais forte no início dos anos 90 ainda atribuía à cultura sindical a hegemonia da designação do espaço como Submédio São Francisco, lugar de luta sindical contra a Barragem de Itaparica.

Nos anos seguintes, as articulações políticas do governo FHC em relação ao tratamento da questão social remanescente da Barragem de Itaparica foram determinantes para o aumento daquelas tensões apontadas pelos trabalhadores rurais das agrovilas. Conseqüentemente, isso afetou uma mudança de foco sobre o tema da *produção* da maconha

a nível nacional, que foi elevada à categoria de crime organizado, confundindo ‘plantadores’ com ‘fornecedores’, na mesma classificação legal de “traficantes.”¹²⁴

De fato, o país assistiu à consolidação da agricultura comercial de maconha na região e a formação definitiva da designação como “polígono da maconha”, ao lado do aumento da pobreza e da falta de alternativas de renda para a juventude.

O governo, criticado pelo PSSSF, passou a investir nas ações de isolamento e neutralização do sindicalismo como agente participativo importante na gestão dos processos sociais no país inteiro, o que se manifestava de acordo com cada singularidade em relação às trajetórias de luta das categorias de trabalhadores, através do canal corporativo.

No sertão que estudamos, isso se traduziu pela redução gradual e permanente das funções de negociação da CHESF – que personificava o Estado na relação direta com os reassentados e com o Pólo – sobretudo ao constituir, em 1997, o GERPI como administrador dos problemas sociais gerados por Itaparica, passando às mãos de uma equipe de confiança do Executivo a gestão antes praticada pela estatal.

À medida que as decisões se centralizavam em Brasília, a CHESF era reduzida a burocracia meio e o encaminhamento principal passou a estabelecer a negociação individual com os atingidos, resolvendo cada caso separadamente através de propostas de indenização pelos lotes ou pelo direito de entrada nos Projetos. Isso que envolvia a solução do problema social pela desistência dos atingidos ainda não incorporados e pela saída dos projetos dos já cadastrados, ao mesmo tempo em que competia com o papel do sindicato.

Mas, fundamentalmente, o Estado passou a separar as questões em função de políticas específicas: a questão energética passou a ocupar uma linha de atuação e de divulgação política própria, separada da questão da maconha que entrou na pauta da segurança nacional desvinculada e “livre” de qualquer associação com o tema da morosidade na conclusão dos projetos de irrigação e do compromisso do Estado com os reassentados.

Na verdade, as mudanças superestruturais na conjuntura reciclavam a identificação da Barragem, cujos momentos de instalação definidos pelas obras realizadas em outros governos havia formado uma associação intrínseca com as lutas sindicais e com momentos de mobilização para conquista.

O ‘estado’ de reassentado da maioria dos atingidos também redefinia a posição dos atores no cenário da luta e os colocava menos organizados em formas coletivas e catárticas de atuação, e muito mais dependentes de políticas públicas dispersas pelos setores do Estado:

¹²⁴ Lei 11 343 de 2006, Art. 33, Parágrafo 1º, inciso 2. Essa Lei foi atualizada em 2006, mas no que se refere à classificação de plantadores como traficantes, já estava consolidado muito antes. Segundo Moreira (2007): “A vedação do cultivo surgiu através da lei nº 4.451 de 4 de novembro de 1964. Ela acrescentou ao art. 281 do Código Penal, o verbo *plantar*. A lei nº 5.726 de 29 de outubro de 1971 colocou a questão das drogas efetivamente no campo da Segurança Nacional e determinou o procedimento judicial sumário num prazo de cinco dias. Até agosto de 2006, a regulamentação da política de combate às drogas estava definida nos termos das leis nº 6.368/76 e nº 10.409/02. A edição da segunda lei objetivava dar tratamento diferenciado aos temas disciplinados na primeira, porém os vetos dados pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso fizeram dela letra morta, uma colcha de retalhos de difícil aplicação. Sobre o tema os julgados dos tribunais caminharam no sentido de considerá-las complementares, sendo a primeira de natureza material e a segunda processual. Com a edição da Lei nº 11.343, em agosto de 2006, e sua entrada em vigor em outubro de 2006, as duas leis acima foram revogadas. A nova lei institui o Sistema Nacional de Políticas públicas sobre Drogas – SISNAD, como uma primeira tentativa de harmonizar, no âmbito legal, a política de saúde com a política de segurança: prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. De forma subsidiária, mantém a aplicação do Código Penal (decreto-lei nº 2.848/40), do Código de Processo Penal (decreto-lei nº 3.931/41), da Lei de Execuções Penais (lei nº 7.210/84). E ainda, a Lei de Crimes Hediondos (lei nº 8.072/90), que define o crime por tráfico ilícito nesta categoria.” (Pp. 80-81, grifos de AMMR) Observe-se uma certa tolerância com o usuário e o endurecimento em relação aos traficantes e produtores – plantadores, colocados na mesma situação criminosa ainda qualificada como crime hediondo.

educação, saúde, saneamento, agricultura, habitação, irrigação, etc... Uma dimensão onde o sindicalismo não encontrava seu melhor campo de batalha.

Por outro lado, a Barragem já estava plenamente funcional do ponto de vista energético, e dotada de legitimidade na oferta de desenvolvimento e conforto para as cidades e para os devoradores contemporâneos de energia. Nesta condição, torna-se mais aceitável e necessária, a ponto de ofuscar a dívida social pendente com os reassentados do ponto de vista da opinião pública, o que ajuda no enfraquecimento das tecnologias de ação e dos conteúdos das demandas sindicais do Submédio.

A mídia acompanhou e reproduziu essa trajetória fragmentadora e essa forma de argumentação produzida por fora, no âmbito nacional, acompanhada da expressão emergente da nova agricultura da maconha que se tornava, mais e mais, bem sucedida economicamente (face às condições de visibilidade restritas dos problemas sociais regionais e colada ao aumento da exclusão social). Isto também atuou no sentido de afetar o foco sobre o tema nos encaminhamentos do Pólo.

O enfrentamento tornou-se cada vez mais claro. Na interpretação do movimento sindical, houve uma mudança importante e negativa para o avanço das negociações oficiais em relação à conclusão dos Projetos. Os representantes do governo na região, em geral ligados à política oficial e formando parte dos esquemas antigos de mandonismo local, procuraram colocar seus interesses na composição de chapas para ocuparem cargos nas novas cooperativas, incentivadas pelo Gabinete da Presidência da República, via GERPI.¹²⁵ Passavam a assumir um caráter de oposição dentro dos projetos, apostando na disputa com o movimento sindical e na divisão dos agricultores reassentados, o que passou a caracterizar um claro embate de forças. A partir de sua posição na política e na ocupação de cargos estratégicos, segundo relatos dos dirigentes do Pólo, os políticos tradicionais abriam apenas para as entidades de sua confiança o repasse de recursos para a produção nos lotes.

Segundo Osvaldo Nunes, presidente do GERPI, numa entrevista concedida para um veículo de propaganda da CHESF, havia, de fato, a intenção do governo no sentido de estimular a criação de cooperativas e de afastar o Pólo como parte das negociações relativas às conclusões dos projetos, sendo substituído pelas cooperativas na qualidade de entidades legítimas para acordos:

-Temos estimulado, nos últimos dois anos, a criação de cooperativas. No começo, houve muita desconfiança das lideranças, surgiram até acusações de que o GERPI estaria propositadamente desestruturando os sindicatos, o que não era, absolutamente, verdadeiro. Nós simplesmente não podíamos pautar nossas ações pela agenda de um interlocutor único como o conjunto sindical desejava. Mas, com o passar do tempo, com o trabalho conjunto do IICA, as cooperativas de Itaparica são empreendimentos que caminham a passos largos para o sucesso.

lação do GERPI com os trabalhadores?"

- Houve a questão do relacionamento do GERPI com os sindicatos e com o pólo Sindical do submédio São Francisco face às muitas, quase infinitas, reivindicações. É indiscutível que as lideranças sindicais tiveram um papel importantíssimo no Reassentamento de Itaparica. Todas as conquistas dos

¹²⁵ Segundo depoimento de Osvaldo Nunes, presidente do GERPI, quando de sua criação: “Em 1997, foi necessária a criação de um grupo executivo, com a competência específica para conduzir os processos de negociação necessários à conclusão e emancipação do Projeto de reassentamento de Itaparica. Assim, nascia o Grupo Executivo para a Conclusão do Projeto de Reassentamento das Populações da Usina Hidrelétrica de Itaparica – GERPI, órgão diretamente ligado à Presidência da República”. O SERTÃO VERDE: O Futuro Chegou! – Veículo bilíngüe, de propaganda da CHESF, apresentado pelo seu Diretor-Presidente, Mozart de Siqueira. Ago, 2000.(pp. 16)

trabalhadores reassentados devem-se, em grande parte, ao trabalho das lideranças sindicais da região. Isso tem que ser reconhecido e respeitado. Por outro lado, entendemos que a fase reivindicatória de Itaparica já passou (CHESF, 2000, Pp. 16, grifos de AMMR).

Houve ainda uma mudança de foco na função das agências estatais na região que alterou de forma profunda o ambiente político local, modificando o lugar dos atores e os termos das negociações entre os “atingidos pela Barragem” e o Estado, de modo, inclusive, a desconsiderar acertos e compromissos assumidos na Grande Luta, entre a CHESF e os trabalhadores. Por isso, ao recusar um lugar ao Pólo naquele momento, simultaneamente deslocava-se a função histórica do sindicalismo e de suas lideranças, e tornava-se oficial o não pagamento de um passivo que ficaria descoberto. Resumindo, sobraria apenas o encaminhamento para um “acerto” por novos atores e em novos termos. O mais grave, em termos de impacto sobre a cultura sindical e o padrão de sociabilidade que infundiu entre os reassentados, era que essa mudança de configuração – que além de reduzir o poder da CHESF (local) por uma entrada direta do Gabinete da Presidência (distante), também reduzia suas funções, passando para a CODEVASF a tarefa institucional de cuidar dos projetos de irrigação da região de Itaparica. Segundo depoimento do engenheiro residente da CODEVASF à revista da CHESF, Airton Lócio, que anuncia as mudanças e que apresenta a CODEVASF com o sugestivo título de “A Sucessora” (CHESF, 2000, Pp. 16):

- A CODEVASF vai atuar no complexo de Itaparica desempenhando funções de administração e fiscalização do uso racional da água e do solo.(...) No dia-a-dia, a CODEVASF deverá coordenar a implantação de programas de valorização dos recursos humanos, e de aproveitamento dos recursos naturais promovendo e mantendo, em articulação com órgãos e entidades governamentais.!
- Como será a articulação entre a CODEVASF e as cooperativas dos reassentados?
- As cooperativas dos reassentados estão buscando parcerias com a CODEVASF para o desenvolvimento de programas de Assistência Técnica e Extensão Rural, que resultem em ações que aumentem a capacidade de investimento e a renda familiar, interação com a pesquisa agrícola desenvolvida na região, de forma a promover o acompanhamento e incorporação dos resultados por parte dos agricultores reassentados (CHESF, 2000, pp. 16).

Isso atingia visceralmente o movimento que havia acompanhado cada passo das ações do Estado, cada etapa da implantação do reassentamento, sabia o que fora feito e o que faltava. Não inventava reivindicações, apenas mantinha a cobrança, e, de certo modo, sobrevivia dessa cobrança, sobre o que faltava e que, aparentemente, os representantes do governo naquele momento queriam que fosse esquecido. Isso impactava o movimento, portanto, na sua condição de “criador” político da opção inusitada de ‘reassentamento’, transformada em bandeira nacional, por ter privilegiado a pressão para que houvesse reassentamento (“Terra por Terra na Borda do Lago”), superando as derrotas sofridas pelos trabalhadores provocadas pela opção do Estado em favor de uma solução através de “indenizações”, praticadas nas intervenções de Sobradinho e Moxotó.

Mas essa proposta voltou à cena e, para isso, fazia sentido a necessidade de se neutralizar a presença sindical como interlocução. A maior disputa entre Pólo e governo FHC, de fato, aconteceu quando o GERPI começou a oferecer indenizações pecuniárias, sobretudo nas agrovilas onde os Projetos estavam mais atrasados e então apareceram as ofertas de uma espécie de pacote que resolveria os problemas do Estado e zeraria seus compromissos “sociais” em Itaparica, depois de mais de uma década de pendências. Basicamente, o governo oferecia aos reassentados que desistissem de sua condição, uma compensação financeira pela venda dos seus direitos, ou a titulação definitiva que acabaria com as obrigações do governo

ao promover a autonomia jurídica dos reassentados. Os ainda não residentes na agrovila, caso abrissem mão de seu direito de moradia, poderiam organizar uma nova vida (alegando-se liberdade individual de opção) e até porque, segundo as palavras de Osvaldo Nunes, “a agricultura é uma atividade cheia de exigências e detalhes” (CHESF, 2000, pp.16). No caso dos que já residiam na agrovila, mas sem a conclusão do sistema de irrigação em seus lotes, caso abandonassem o projeto, receberiam uma indenização maior. Segundo Osvaldo Nunes:

Também é bom lembrar que para cerca de 25% (1591 famílias) dos reassentados de Itaparica, a emancipação ocorreu na forma de opção por uma compensação financeira pela CHESF. Isso quer dizer que essas pessoas puderam dar um novo destino às suas vidas, seja comprando terras individuais por não se adaptarem a projetos coletivos, seja estabelecendo comércio de vários tipos, seja, ainda, capitalizando os rendimentos” (CHESF, 2000, pp. 16).

Esse fato representou a maior pressão contra as orientações do sindicalismo no sentido de que “ninguém deveria desistir de ter seus direitos de reassentado concluídos pelo Estado que fez uso, quando precisou, de suas vidas e de sua história!” como afirmou Eraldo, dirigente do Pólo para quem esse tipo de atuação acabou na verdade atingindo muitas famílias, cansadas da espera, e esgotadas pela falta de trabalho, representando “a maior covardia do governo federal” (sic). Ou, nas palavras do vocabulário sertanejo, abria-se com o Estado pela “falta da palavra”, pelo não cumprimento do “dito e acordado”, uma questão de honra!

De acordo Iulianelli em relatório de pesquisa sobre a situação dos reassentados indenizados nos Projetos de Itacoatiara e Jusante:

Entre 1998 e 2002 o GERPI articulou uma ação que visava diminuir o número de reassentados que lutavam para a conclusão do reassentamento de Itaparica. Após um investimento de 1,5 bilhão de dólares entre 1986-1987, do governo federal, para a conclusão do reassentamento irrigado, o GERPI optou por investir, em média 40 mil reais por agricultor que desistisse da permanência nos projetos de irrigação e abrisse mão do direito conquistado. Houve 1200 indenizações nesse período, entre as 1572 famílias que estavam nos projetos em estudo (Jusante, Itacoatiara e Bloco 2 de Petrolândia). Além disso, o GERPI avançou em negociações para que as famílias dos projetos especiais, que estavam produzindo ou iniciando a produção, aceitassem a titulação da propriedade, procurando desvincular as obrigações do governo federal com a conclusão do reassentamento(Iulianelli,2003,pp. 2)

Boa parte das famílias, depois de receberem seu dinheiro (cerca de trinta mil reais, no máximo, em cerca de seis meses) voltaram para o Pólo, pedindo reingresso nos projetos, arrependidas e quase em total estado de miséria, tornando-se mais um item na pauta de reivindicações do PSSSF.

Ainda no relatório de pesquisa alguns relatos são esclarecedores:

- Quatorze anos e nunca saiu lote irrigado. Até que veio o Dr. Osvaldo [do GERPI]. Chegou aqui com um pouquinho de dinheiro seduzindo a gente e quem nunca pegou dinheiro pega mesmo, porque nunca nem vi desse jeito. E aí peguei esse tostão que quem não quisesse receber [o governo] ia depositar [no banco] e aí [o reassentado] ia ter que entrar com advogado. Eu então, ia ter um trabalho... eu vou assinar!

- O que a senhora fez com o dinheiro que recebeu?

- Fui pagando daqui pr'acolé, e o resto foi... -

Valeu a pena ser compensada?

-Não, não valeu. Porque até hoje estou a fome, esperando aparecer um trabalho, estou desempregada, estou passando necessidade. (...) A compensação é isso. Quem foi compensado foi mal. O dinheiro não dá para nada e há muito tempo ele foi embora. Então se for coisa de ter um dinheiro

de pegar um taco de terra eu quero. Porque eu tenho muitos filhos. Estão todos desempregados, tudo parado e se sair eu acho bom. Se desse um jeito de arrumar uma terrinha prá gente trabalhar, não era mal não (ex - reassentada, Itacoatiara, Agrovila 3, In Iulianelli, 2003, pp. 5-6).

Essa situação atingiu diretamente as chances dos reassentados e, indiretamente, o próprio sindicalismo em termos de sua reprodução política, por reduzir suas condições de pressão para negociar coletivamente a conclusão do acordo de 1986, estabelecido com a CHESF, quando então representava os interesses de “todos os atingidos pela Barragem de Itaparica” - aquela interlocução única que o Diretor Presidente do GERPI recusava mas que, aparentemente, ainda era aceita pelos agentes atingidos. Por outro lado, essa visível resistência ao sindicalismo no discurso do governo também transformava o Pólo num fantasma das lembranças que precisavam parar de ser cobradas!

No bojo desses acontecimentos se impôs, a redefinição da percepção e da forma de explicação e de encaminhamento para os problemas de “criminalidade” que cruzavam o trabalho sindical, uma vez que, de certo modo, a luta contra a Barragem representou um momento de conjuntura decisiva na definição da ação sindical em termos de sua configuração básica.

O processo de instalação do reassentamento, quando o Pólo pretendia coordenar os interesses e escolhas dos atingidos nos termos das funções que o governo FHC repassou para a CODEVASF, teria redesenhado a agenda de atividades do movimento sindical na sua segunda fase. Mas foi exatamente aí que o PSSSF construiu a proposta da agricultura familiar reassentada sustentável como seu principal projeto político, o que é corroborado por Araújo (in Medeiros et alli:1994).

A conjuntura dos anos 90 aportou outra variável interveniente, o cultivo ilícito, que, ao lado de uma pressão que remete o sindicalismo a um refluxo, ainda torna as reivindicações dos reassentados meras lembranças apagadas, dentro de uma conjuntura nacional que dá visibilidade à região a partir da violência de modo totalizante.

E isso acontece de tal modo que a imagem criada é quase capaz de esconder uma “história” que o sindicalismo reluta em deixar desaparecer. Neste sentido, esta pesquisa se pergunta, até que ponto o cultivo de maconha também não redesenharia a agenda do movimento sindical, tal como Araújo (1994) percebeu no outro contexto, criando uma terceira fase na biografia do PSSSF?

A resposta tem um duplo sentido, por ser negativa, em termos absolutos, mas verdadeira, quando combinada com outros processos, ou seja, com o conjunto de fatores até aqui apresentados. Refluxo do movimento, pressão do Estado e do poder local contra o sindicalismo e o assassinato de uma liderança devem ser articulados para que se compreenda a lenta reação do PSSSF no sentido de incorporar inevitavelmente essa questão na sua agenda.

A entidade começa a desenvolver novas estratégias que supõem uma redefinição do tema na sua pauta de lutas. E também entra no confronto passando a agir de forma cada vez mais abrangente e articulada, para além do campo sindical. Isto corresponde ao momento no qual a direção do Pólo atua para recuperar poder nesse enfrentamento de alta tensão que ameaça seu lugar político na definição do processo social no Submédio que antes ocupava. Passa ao nível da ação partidária que nasce e se desdobra da luta sindical e em função das necessidades e demandas dessa clientela, sempre pensada dentro de uma proposição estratégica. As lideranças sindicais então se preparam e se multiplicam.

4.4 A entrada da luta no canal partidário

O Partido dos Trabalhadores, que nasceu do movimento sindical em São Paulo, constitui o campo de ação dos dirigentes do Pólo e demonstra sua forte aliança com a Igreja progressista. Como visto anteriormente, para o Pólo importava ter capacidade de poder estar dentro do sindicalismo contaguiano, mesmo com uma linha ideológica em conflito com a

direção nacional, mas sem romper com a estrutura sindical. E a opção desses dirigentes teria ocorrido sem prejuízo da multiplicação dos militantes entre a liderança sindical e a introdução do PT como instrumento de luta complementar para o sucesso da contenda principal.

Eraldo, uma das mais ativas lideranças do Pólo, seu coordenador por diversos mandatos e que, apesar de não ser reassentado, está na direção da luta desde o primeiro momento, afirma:

Não foi fácil lutar com a CONTAG, contra algumas linhas na sua direção, apoiado pela Igreja e respondendo às demandas de emergência dos trabalhadores que já estavam ficando nervosos e desesperados. Mas o povo tinha garra, então a gente ia costurando por todo lado, e criando o partido junto (Eraldo, entrevista em 2003)¹²⁶.

Ainda em campo percebemos que a estratégia não se limitava aos dirigentes sindicais da área ou aos coordenadores do Pólo. A esposa de um dos diretores da FETAPE, por exemplo, que residia temporariamente em Brasília por conta do cargo do marido, mas que era moradora de uma agrovila de reassentados em Orocó, chegou a se candidatar duas vezes à vereança pelo PT. Na verdade, as candidaturas de trabalhadores rurais ou de seus aliados ligadas ao movimento na região do Submédio se multiplicaram ao longo dos anos 80.

Assim como a década de 70 presenciou a fundação de oposições sindicais que evoluíram até a criação do Pólo, a década de 80, que consolidou a posição de movimento para a década seguinte, aqui em foco, assistiu à fundação de diretórios e núcleos do Partido dos Trabalhadores por toda parte, numa tentativa de contrabalançar o poder político local.

A descrição dessa linha de atuação é considerada essencial pelos militantes e se estabelece, segundo os diretores do Pólo, como uma defesa planejada e para a formação de um campo alternativo. Chegam a demonstrar que a referida estratégia funcionaria como uma ação de longo prazo, até a criação de uma espécie de “cinturão de oposição”, nas palavras de uma das lideranças mais antigas do Pólo, que serviria para tentar neutralizar o poder local que emperrava as iniciativas das obras nos Projetos, interferindo nas licitações das empreiteiras,¹²⁷ para facilitar a liberação de recursos de infra-estrutura municipal e estadual, para pressionar as negociações com o governo federal, enfim. Mas, fundamentalmente, para reduzir a presença e a reprodução da política de clientela, pretendendo criar uma nova e diferente sociabilidade entre os reassentados, descrita por eles como uma alternativa que mudasse a cultura individualizante para uma mais solidária, em defesa da reforma agrária e outros pontos inscritos no ideário da pauta partidária e sindical.

Na entrevista realizada com um dos coordenadores do Pólo, ouvi algumas considerações sobre o efeito dessa estratégia de modo mais concreto quando ele mencionou a Prefeitura de Curaçá:

- Você estava falando sobre o prefeito de Curaçá, não entendi, ele apóia (o movimento) ou não?
- Não, não, é o único prefeito que tem preocupação no sentido de apoiar.
- O de Curaçá?
- De Curaçá. Nós temos aí também o pessoal de Orocó que fez uma coligação com a, não sei se seria de esquerda, mas um grupo lá de Orocó. Elegeram prefeito e botaram lá um companheiro nosso como vice, mas não vejo assim ainda como nenhuma coisa no sentido de que está sendo boa pros trabalhadores (ainda) não (entrevista com dirigente do Pólo, 1999).

¹²⁶ Eraldo também saiu candidato pelo PT em Jatobá, por duas vezes, sem conseguir mandato, mas divulgando suas idéias e fazendo composições no campo da esquerda que beneficiariam a política do Pólo. Nas outras tentativas, em 2002, saiu candidato à prefeitura, mas abriu algumas alianças envolvendo políticos tradicionais.

¹²⁷ A OAS, por exemplo, de propriedade do genro de Antonio Carlos Magalhães, era uma das principais responsáveis pelas obras do dique principal da Barragem de Itaparica. Ver Bezerra, 1993.

Os nomes começam a aparecer nas falas durante as entrevistas a respeito dos que já estavam eleitos. Os deputados primeiro, para o que o movimento convergia de modo unificado: Alcides Modesto (primeiro estadual, depois eleito federal) e Fernando Ferro são destaque. Depois, vereadores: Deusdedeth, Luiz, seu Flor. Vice-prefeito: Zé Preá. Para prefeitura (no projeto de criar o cinturão de oposição mais especificamente), a postulação estratégica começou pelas lideranças maiores e que apresentavam maior consenso nas bases do movimento: Eraldo em Jatobá e Alcides em Glória. A candidatura de Eraldo foi posta duas vezes, mas não vingou, e Alcides, eleito duas vezes deputado federal, acabou assumindo, no governo Lula, o cargo de Superintendente da CODEVASF, quando sua atuação em termos de apoio e sustentação às lutas do PSSSF pareceu bem mais reduzida, talvez cristalizada na burocracia, do que durante os mandatos parlamentares, quando participou de CPIs importantes e estratégicas (Pistolagem e Narcotráfico), que ajudaram numa mudança da correlação de forças na região em favor dos encaminhamentos do Pólo.

A verdade, entretanto, residia no fato de que o avanço da mobilização conduzida pelo PT no país criava um enfrentamento mais genérico, que amenizava o enfraquecimento sindical durante o governo FHC e mantinha o PSSSF na cena política da região por representar uma organização que construía uma ação concreta de oposição e se constituía numa espécie de criadouro de intelectuais orgânicos de esquerda. Mas, por outro lado, a presença do PT sempre foi majoritariamente identificada com a luta urbana e, nesta medida, as suas relações com a bandeira da Reforma Agrária não passavam muito além do discurso.

Além disso, o campo intelectual da política partidária sempre se apresentou pela prioridade do econômico, enquanto classificava como questões ‘secundárias’ alguns problemas reais que afligiam os reassentados, entre elas, a criminalidade em geral e o plantio de maconha em particular. Por esse motivo, não advém daí a formulação de um outro padrão de percepção sobre o tema, mas, ao contrário, é o mundo do adversário que constrói e elabora os significados emergentes.

Na dimensão partidária, vinculada à reprodução do campo político do PSSSF, os grandes temas sempre foram privilegiadas e, de algum modo, por forte influência do movimento nacional, ou por preconceito moral mesmo, essa questão não chegou a ser elaborada, a não ser como *violência* e, mesmo assim, só depois do assassinato de Fulgêncio.

O país, nesses idos, já reconhecia o acontecimento dessa agricultura ilícita no sertão nordestino e o noticiário nacional, assim como nos tempos da luta contra a Barragem, trazia à cena mais uma vez o Submédio São Francisco, desta vez apontado pelo lado do crime.

A situação se extrema, ganhando visibilidade internacional, e o Congresso decide pela criação de uma CPI do Narcotráfico, por iniciativa de um deputado da situação dentro do governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 14 de março de 1991, foi instituída a CPI, presidida pelo Deputado Moroni Torgan do PSDB¹²⁸. Em 4/09/91 é aprovado requerimento para prorrogação do prazo por mais 60 dias de funcionamento e o trabalho foi concluído.

Até então as audiências e consultas se resumiram ao conhecimento da matéria e contatos considerados estratégicos, convidando-se para depoimento os governadores, primeiro de Pernambuco (o que dá a idéia de notoriedade do estado nessa questão), depois o de

¹²⁸ Os dados aqui apresentados sobre a CPI do Narcotráfico, foram compilados e impressos e configuram o registro do histórico oficial do acervo da Biblioteca do Senado, e foram extraídos do DCN – Diário do Congresso Nacional – DCN1, Câmara dos Deputados, 15 03 91 Pag 2053 COL 03. Foram eleitos Deputado Elias Murad, do PMDB, para Presidência e Deputado Pauderney Avelino, do PDC para Vice e Deputado Moroni Torgan para Relator, na primeira reunião. Também dispus, mais tarde, de transcrições dos depoimentos obtidos por Koinonia, com cerca de vinte volumes, com mais de 1000 páginas. O acesso foi liberado por Koinonia, tive um aluno trabalhando nessas anotações por um período e tudo que pudemos checar conduzia definitivamente o rumo da CPI para Rondônia e para o sudeste, com destaque ao sistema de transporte de drogas dentro do país com uma participação importante de quadrilhas situadas em Campinas, São Paulo. Assim, a questão da produção acabou perdendo o foco dentro da CPI. Agradeço a generosidade da entidade para com minha pesquisa.

Rondônia onde se fixaram por mais tempo, chegando a deslocar as reuniões para lá. Privilegiaram ainda contatos com a Receita Federal e a Polícia Federal.

Foi assim relatado o processo de esclarecimento do Governador de Pernambuco à Comissão (DCN1, 1991):

18 06 1991 (CD) Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Ata da oitava reunião.

Reuniu-se a CPI, para tomada de depoimento do Doutor Joaquim Francisco e Freitas Cavalcante, Governador de Pernambuco, o qual solicitou maior tempo para preparar o assunto que vem expor nesta Comissão e solicitou a marcação de uma nova data para prestar seu depoimento. (...)

25 06 1991 (CD) Com. Parlamentar de Inquérito. Ata da décima reunião.

Reuniu-se a CPI, para tomada de depoimento do Doutor Joaquim Francisco de Freitas Cavalcante, governador de Pernambuco. Ilustrou o final de sua palestra com um filme em videocassete, no qual mostra o trabalho de seu governo no combate às drogas no seu estado.

O Dep. Robson Tuma, requereu sejam ouvidos o governador de Rondônia e o governador do Rio de Janeiro. O Dep. Moroni Torgan sugeriu a implantação do S.O.S. drogas e a criação de ambulatório de atendimento de emergência em Pernambuco.

Como a CPI foi criada com a finalidade principal de “investigar a impunidade de traficantes de drogas no país, bem como o crescimento do consumo, identificando causas do crescimento e denunciando as razões e os envolvidos na impunidade do narcotráfico”, segundo as palavras escritas na solicitação para criação da comissão por seu autor, o Deputado Moroni Torgan¹²⁹, o registro em Ata sugere que provavelmente o governador de Pernambuco curiosamente não tenha enfatizado a produção e, ao contrário, tenha focado mais claramente a questão do consumo e do comércio, haja vista a sugestão do relator pela criação de um Ambulatório em Pernambuco.

Finalmente, nesta primeira fase, a Comissão recebeu uma visita “inesperada”, segundo a ata da décima terceira reunião oficial da CPI, anotada pela relatoria, um “visitante” internacional, o sr. Howard Coble, deputado Federal por Carolina do Norte, Estados Unidos, que veio e se ofereceu em participar da CPI, na qualidade de representante do Comitê de Entorpecentes do Congresso Nacional Norte Americano. Sua participação, como teve voz, parece ter ajudado na mudança de rumo dos trabalhos porque, depois da prorrogação, começaram a coletar depoimentos mais diretos dos suspeitos de prática criminosa, preferencialmente ligados aos sistemas de distribuição.

Deste momento em diante, percebe-se a definição do conceito e do enfoque da CPI mais no sentido de interpretá-la pelo viés do tráfico, abandonando de vez o problema da produção. Assim o ‘cultivo’ e ‘Pernambuco’ saem de cena e ocorre o privilegiamento do tráfico nas fronteiras ao Norte e no Sudeste.

Nesse âmbito, revistas de perfil nacional, como “Exame”, “Veja” e “Isto É” vão cotejando notícias que decorrem do ambiente da CPI, levando-a a seguir certo rumo que vai convergindo para Rondônia.¹³⁰ Essa escolha afastou os holofotes da mídia de Pernambuco, permitindo redução na pressão contra a produção em sua dimensão fundiária e sócio-econômica e, com isso, possibilitando uma relativa expansão do novo negócio.

¹²⁹Ementa com numero de origem: RCP 00003 1991, Requerimento de Comissão Parlamentar de Origem na Câmara dos Deputados, autor: Dep Moroni Torgan, PSDB. (DCN1, 1991)

¹³⁰ Os trabalhos começam a abrir fatos novos que envolvem prefeitos e autoridades públicas, entre eles destacando-se o caso do Deputado Hilderando que ficou conhecido pela imprensa pela “serra elétrica” com a qual supostamente havia matado seus inimigos ou os que o ameaçavam, como “queima de arquivo”. Denunciado como matador e grileiro, envolvido com um suposto esquema de formação de quadrilha, e tráfico de drogas - o que acabou comprovado pela PF - até hoje, encontra-se preso.

As condições de trabalho cada vez mais precarizadas, sobretudo pelo assalariamento sazonal no agronegócio das frutas, um mercado fechado para jovens, a retenção dos trabalhadores em sua maioria nas agrovilas com os projetos de irrigação inconclusos e pouco enfatizados pelo governo que, a essa altura, já preferia oferecer indenizações a concluí-los, tornavam cada vez mais freqüente a opção pelo plantio de maconha. Essa alternativa se apresentava com o apelo da melhor remuneração já obtida na região por uma tarefa na agricultura, além de estar, de certo modo, encoberta na sua dimensão de risco por um padrão de impunidade historicamente recorrente nas terras do sertão.

Nesse novo contexto, a tradução realizada pelos aliados dos trabalhadores rurais do Submédio, se apresenta cada vez mais a partir de uma imposição moral, e ele se desenvolverá de modo excludente nas tarefas do sindicalismo como grupo político ou então como coisa que é praticada por gente de “fora”, e nada tem haver com o movimento. Aparentemente, o PSSSF parece abdicar de qualquer autoria e incorpora, acriticamente, explicações e paradigmas presentes na sociedade abrangente. Segundo minhas notas em Caderno de Campo em 1999, o seguinte diálogo com Eraldo é esclarecedor:

- Prá nós quem se metia com maconha era bandido e isso era problema de polícia e não nosso.
- Vocês atuam no Pólo Sindical numa área chamada Polígono da Maconha. Como era prá vocês circularem nessa área antigamente?
- Sem problema. Claro que também a gente nunca entreviu na questão. Muitas vezes até o pessoal das áreas, os representantes (sindicais) sabiam que tinha plantações. Quem eram as pessoas que movimentavam a droga, mas não teve nenhum problema. Também a gente nunca interferiu. Então a coisa rolava aí...(..)
- Hoje vocês têm?
- Hoje sim

Será a Igreja que começará, mais uma vez, a intuir a necessidade de um trabalho político definindo-o a partir do caminho apontado pelos reassentados, tomando a ociosidade provocada pela demora para a entrada no mundo do trabalho na lavoura, como a causa da presença do crime entre seus pares, e que atingia especialmente os jovens.

4.5 A interpretação e o trabalho educacional da Igreja, velha parceira do sindicalismo rural do submédio São Francisco

A Igreja inicia, então, um trabalho educacional e de conscientização com os jovens reassentados, repetindo o que já havia realizado nos anos 1960 com os moradores pobres das áreas rurais, organizando-os para lutarem contra a Barragem que os expulsaria de suas terras¹³¹.

O processo educativo começou no final dos anos 1980 e se consolidou em março de 1991, com a criação da Pastoral dos Reassentados, visando uma articulação das quatro dioceses (Floresta, Petrolina, Juazeiro e Paulo Afonso) e entre religiosos e leigos, com atenção especial para a questão geracional, que era para a Igreja o cerne da ação de resistência face ao impacto da agricultura comercial de maconha em expansão no sertão.

Em 1993, essa articulação já tem fôlego suficiente para organizar um evento temático específico dentro de uma das áreas mais expressivas como foco da questão identificada como ‘violência’. Acontece o I Encontro de Cabrobó e lá se formou a Equipe Jovem da Pastoral dos Reassentados, segundo o Padre, “para animar a fé pelos jovens e apoiar o reassentamento, incentivando a luta, a esperança e a resistência.” (entrevista em 1999).

¹³¹ As informações aqui apresentadas relativas à atuação da Igreja foram obtidas através de entrevistas com Padre Afonso e o Bispo Dom Adriano, e em anotações de Caderno de Campo nas duas idas para pesquisa na região. Em 1999 e em 2003. O acesso até esses informantes foi possibilitado pela indicação do assessor de Koinonia que atua na área, Jorge Atílio Iulianelli, a quem mais uma vez agradeço o apoio.

A partir daí desenvolveram-se ações conjuntas e simultâneas, sempre construindo as integrações em âmbito regional, como no caso da Semana do Divino que acontecia anualmente e se repetia em todos os projetos e agrovilas. Em 1998, a festa aconteceu em todos os cantos, menos no projeto Caraíbas, onde vivia Fulgêncio. Esse projeto já dava sinais da presença do cultivo de maconha por jovens pobres que apareciam com motos novas, freqüentavam bares que ficavam até tarde abertos e com música alta, reproduzindo um tipo de recreação urbana um tanto incomum aos hábitos daquele ambiente rural. A Polícia também passava a destacar esses acontecimentos como sintomas de “enriquecimento recente” e já notificava a ocorrência de assaltos e roubos dentro da agrovila.

Depois desse fato, as equipes da Pastoral passaram a realizar planos de atuação particularizando as áreas: cada equipe organizava um trabalho de “leitura de conjunturas” nas reuniões e daí definiam as ações a serem encaminhadas dentro de cada projeto.

No dia 19 de agosto de 1999, tive o primeiro contato direto com o trabalho da Igreja nesse sentido, quando consegui participar de um Encontro de Jovens da Pastoral dos Reassentados, no Centro Diocesano de Pastoral, em Nova Glória. Abrindo o trabalho, ouve-se a fala do Bispo de Floresta em defesa de uma Igreja que liberta para aliviar as agruras de um sertão que está sem “inverno” (chuvas) desde 1992 e onde a seca é a situação permanente que atinge a todos, alimentando o medo do retorno à última intempérie, como a crise de cinco anos de seca forte ocorrida entre 1979 e 1984. Atenta ainda o religioso para o problema da desertificação do nordeste quando a região poderá se tornar “um lugar que não dá nem para criar cebola, quanto mais viver gente”. Clama enfim, por uma consciência ecológica e, depois, enaltece o sertão como um lugar bonito, forte, fascinante e, ao mesmo tempo, delicado e ressentido pelo modo de instalação dos mega projetos energéticos e com a vinda de uma agricultura frutífera de latifúndio que se desenvolve com abuso de agrotóxico e oferecendo trabalho assalariado precário. Também denuncia o GERPI que “veio para acabar com vocês das agrovilas, os reassentados. Para acabar com os reassentamentos, que seus pais conquistaram”. O Bispo então passou a analisar a violência que estava atingindo o sertão, os assaltos, o comércio e a produção da maconha, em fala aberta, denunciando o incremento da cultura da violência sertaneja que, para ele, se definia como uma experiência de poder que “em lugar do diálogo estabelece a força, a prepotência e a prevaricação do forte sobre o fraco como modo de vida”. Mas mostrou, junto, esperança com os novos tempos da política institucional que passou por uma mudança eleitoral importante em algumas prefeituras ou câmaras, as quais passaram a abrir canais – poucos, mas reais - sobretudo depois da presença de novos políticos saídos do movimento popular. Instâncias públicas, antes restritas aos privilegiados que se tornaram acessíveis, criando espaços de participação que antes não existiam.

Informa ainda que, junto com o que vem de bom, se afiliam contradições que sempre acompanham mudanças. Por exemplo, representantes do poder local se aliam a interesses que vêm de fora da região e que desconsideram suas peculiaridades sociais e ainda aceleram ou estruturam novos problemas, como era o caso do incremento do que chamava de ‘*narcotráfico*’. Referia-se a isso como perigo que as elites estavam usando para seus interesses de todo tipo, alimentando negócios escusos em Orocó, Cabrobó, Floresta, Petrolândia, onde estavam oferecendo chances para os jovens viverem livremente a própria vida, mas de modo torto que poderia levar à prisão ou à morte. Analisava que, neste processo, as elites antigas demonstravam o quanto necessitam de apoio para se revigorar e se incluir nos novos negócios legais ou não. Administrações públicas – tradicionais fontes de emprego - que precisavam se adequar ao sertão irrigado que trouxe a grande agricultura empresarial dirigida por gente de fora muito poderosa que não dependia apenas dessas relações dominantes regionais, abrindo uma crise que as colocava, até certo ponto, permeáveis e buscando renovação e apoio nas bases. Segundo ele, abrindo espaços de trabalho ou de participação em

conselhos, por exemplo, para jovens conscientes e organizados entrarem mas para indicar claramente seus objetivos e não para serem usados. Ao finalizar sua fala, o Bispo mencionou e explicou o Projeto Educação para a Paz, que a Igreja estava organizando em contato com a Prefeitura de Floresta como um exemplo positivo. E encerrou enfatizando a importância da valorização da identidade rural e encaminhando a questão que ia orientar as discussões do Encontro: “Se a finalidade do governo com o GERPI é acabar com os reassentados, o que os jovens devem fazer?”

No quadro, então, são destacadas pelo agente pastoral as três perguntas geradoras dos trabalhos em grupo para o fim de semana:

- O que vou fazer para meu futuro de jovem reassentado?
- O que nós vamos fazer como jovens reassentados?
- Qual deve ser a atuação da equipe jovem da Pastoral dos Reassentados?

No mesmo dia, com o retorno dos grupos para discussão em plenário, apareciam outras indicações escritas no quadro, com destaque para uma frase em caixa alta e aspeada: “CONSCIENTIZAR E TRABALHAR JUNTOS, INDEPENDENTE DE COR, AGROVILA, RAÇA OU RELIGIÃO.”

A campanha dirigida aos jovens também enfatizava críticas ao acordo com o GERPI e à VMT, que forçava uma substituição do trabalho na lavoura pelo *ócio* decorrente da demora na conclusão da irrigação, mas destacava o “modo de vida” nas agrovilas como foco de um processo de “des-estigmatização”.

Durante o Encontro, foram apresentados vários relatos de casos em que famílias aceitaram as indenizações propostas pelo governo através do GERPI e depois se arrependeram porque o dinheiro era pouco e perderam a terra que era seu futuro. Casos sobre o *ócio* irresponsável, em oposição à ética do trabalho rural, também foram apresentados e enfatizados. Nos dois temas, os jovens fizeram paródias colocando letras diferentes em músicas consagradas e das paradas de sucesso nas rádios do sertão, onde ironizavam a preferência irresponsável pelo *ócio* ou a escolha individual por oposição às orientações do sindicato. Alguns exemplos das músicas cantadas no último dia, durante o encerramento das atividades, são esclarecedores. Nelas pode-se perceber como a simbologia aposta numa crítica bem humorada, cujo conteúdo diferenciaria os “jovens conscientes” (aqueles que estão “entendendo” o processo de fragmentação da juventude, segundo a Igreja), dos “jovens desorientados”, que se massificaram para sobreviver e que não reagem “às imposições negativas”, também segundo a Igreja.

Música “Morango do Nordeste”, com letra do jovem Edmilson

Eu tava tristonho quando a CHESF apareceu
Um ano de salário ela me ofereceu
O sindicato pede prá não receber
Mas eu não vou correr o risco de perdê (bis)
correr o risco de perdê
O sindicato quer o projeto concluído
Sei que não tem jeito ta tudo perdido
Sem núcleo principal nem área de sequeiro
Não tou nem aí eu quero é meu dinheiro
BIS: Aí VMT, Aí VMT...

Música “Amigos para Sempre”, com letra da jovem Soraia

Eu, não tenho nada prá dizer
O que interessa é a VMT
Prá mim sobrevive,
Para Sempre...
Vem com essa história que,
Vai melhorar , não me importa

Pode se acabar
Só quero VMT,
Para Sempre...
VMT prá sempre e nós
Queremos ter prá toda vida
Nós queremos VMT por que
Sem ela não vou conseguir viver,
VMT prá sempre...

Música “Só Love” de Claudinho e Buchecha, com letra do jovem Danilo

Quero é a VMT, sem ter
Que enfrentar toda essa aflição
Oi é...
Mas vô em busca dos direitos
Pois tem o sindicato e também as direções (BIS)
Tomar um cachaço e ficar
Muito doidão
Reunião não tem mais valor
Salário, Salário, etc...

Ao autor da última letra perguntei qual a motivação dos versos que ele fez e ele explicou: “Eu fiz essa música, ou letra, quer dizer, porque tem muita gente que só quer saber de dinheiro. E fica no bar bebendo sem fazer mais nada. Parece que esqueceram de onde vieram e quem são”.

O Bispo resumiu um dos problemas mais graves do reassentamento, que seria o da construção de uma nova identidade depois de perdida a de origem. Um processo que se desenvolve através de complexas formas de sociabilidade interna nos grupos sociais atingidos. De fato, a construção da identidade para os reassentados se coloca como um dos problemas reais, sobretudo entre os jovens, o que se torna um dos mais claramente perceptíveis no contato direto, e é inclusive analisado por Scott no acompanhamento do projeto Caraívas:

Embora seja freqüente entre filhos de agricultores em geral ter aspirações para futuramente desempenhar atividades fora da agricultura, esta situação é agravada no caso das agrovilas. Os filhos que eram pequenos na época do reassentamento – meninas e meninos – têm dificuldades em se pensar como agricultores, uma vez que estiveram a esperar, durante seis anos que a família recebesse o lote, passando de agricultores a reassentados com produção agrícola. Foi pois um longo período em acompanhar os pais que não trabalhavam mais a terra enquanto recebiam uma verba de manutenção temporária (VMT), e, ainda quando possível faziam “bicos” – na agricultura ou fora dela – aqui e ali. Este quadro favorece uma atitude de negação, por parte dos filhos, na participação do cultivo no lote, ou então, no mínimo, indo “a pulso”. Muitos estudam na escola da agrovila (do pré a quarta série) ou na cidade (com apoio de transporte pelo projeto) e há quem pense sempre em ir embora, inclusive, para São Pulo, ou seja, nessas condições eles não se percebem preferencialmente como futuros agricultores (Scott, 1996, pp. 171).

Outros diferentes processos atingem todos os segmentos em relação à antiga forma de vida, como no caso do papel do parentesco: o pai, autoridade doméstica e econômica das unidades camponesas clássicas, perde seu saber diante da tecnologia intrínseca à agricultura irrigada, o que o obriga a delegar poderes de instrução ao filho homem mais velho, que passa a ter que ficar retido no projeto. Quanto à mulher, pela redução de uma certa independência que antes praticava, o que altera seu modo de ser, de pensar e atuar na nova realidade. Ela perde o espaço anterior que possuía na participação do orçamento familiar, através de

plantações no quintal de produtos diversos de subsistência e que ela poderia comercializar, garantindo algum consumo particular extra para si, para o companheiro ou para os filhos (com uma reduzida vigilância masculina), ou no trato do pequeno criatório: galinhas, porcos, patos, ovelhas e bodes, típicos do campesinato ribeirinho, que desaparece nas agrovilas. Nelas, os lotes são distantes, o que dificulta a participação casual da mulher na “roça” que não está mais no seu quintal enquanto ela cozinha, e o criatório passou para o homem porque passou a existir muito roubo da criação solta. Nos casos de transição na espera pela conclusão do sistema de irrigação, até o “quintal” ela perde, porque se torna o pequeno lugar de experimentos dos homens, enquanto o lote não sai. Finalmente, corre o risco maior de se tornar cada vez menos independente e cada vez mais, como aponta Scott, uma “ajudante do marido”.

Enfim, nas agrovilas, as pessoas passam a estar e a se ver como colocadas numa proximidade de vizinhança, que é inusitada e desenraizada, o que, certamente afeta e dificulta a construção de mecanismos de coesão, hierarquia, autoridade e solidariedade.

Esses dados corroboram as falas do Bispo que, em sua análise, afirma que todas as formas relacionais mudam entre pessoas na condição de deslocamento forçado, e se enfraquecem as antigas. Para ele, o tempo social ideal para a recomposição de um tecido de sociabilidade mais sólida demoraria algumas gerações e, aos poucos, uma nova identidade poderia emergir consolidada. Mas as questões que atingem a reprodução social, econômica e cultural dos reassentados, sob a vigência da cultura de violência, não deixavam muito tempo para um processo sem traumas.

Nos marcos dessa “explicação” é que a Igreja passou a desenvolver um trabalho pedagógico para contrarestar, entre outros problemas, a presença do cultivo de maconha como opção da juventude que afeta negativamente a sua reprodução como parte de unidades familiares de produção e consumo reformadas, isto é, dentro de uma área geopoliticamente conquistada a partir de uma grande luta sindical que sempre teve o apoio da Igreja progressista.

Depois dessa atividade que se desdobraria em outras propostas, o destaque seria o da indicação que saiu do final do Encontro em Nova Glória em 1999, e que marcou para o dia 27 de outubro daquele ano, dois meses depois, portanto, uma reunião de Bispos e Agentes Pastorais da região, desta vez envolvendo Pernambuco e Bahia. Aparentemente, procurava seguir os passos de seus encaminhamentos do passado e que levou à criação Pólo Sindical do Submédio São Francisco.

Parece razoável supor que dados os limites da agência religiosa e considerando-se a complexidade e as contradições inerentes à questão, esse tipo de encaminhamento acaba se reduzindo a uma intervenção mais *moral*, longe de uma construção de estratégias que resultem no interesse e na defesa dos trabalhadores em geral e dentro de um certo domínio em relação à reprodução de uma cultura política mais corporativa.

Embora se possa perceber que a ação da Igreja parece estar sempre ligada a um tipo de parceria com o PSSSF, desenvolvendo uma atuação de certo modo complementar e reforçando as ações que se imaginam como necessárias para a continuidade da história das lutas dos trabalhadores, mediadas pelo sindicalismo. Observa-se também, uma inegável identidade entre os encaminhamentos da Igreja e do Pólo em relação às interpretações assumidas que retratam uma permanente generosidade com os problemas dos reassentados e uma severa crítica ao Estado.

CAPÍTULO V

5 A ENTRADA DA AGRICULTURA DE MACONHA NA AGENDA DO PSSSF

O Pólo é o pai do reassentado!
(Zé Preá, reassentado, liderança de base e Vice Prefeito de Orocó)

Depois de destacar o impacto do cultivo sobre os representantes do processo de luta contra a Barragem de Itaparica, pretendo caracterizar a dinâmica da entrada do tema na pauta do Pólo.

Embora um pouco depois da Igreja, mas quase paralelamente, começa uma ação mais articulada do sindicalismo, que manifesta o grau de preocupação do movimento diante do aumento da violência na região, resolvendo dar sentido às denúncias cada vez mais insistentes de Fulgêncio acerca da presença do cultivo de maconha nos Projetos e da participação da Polícia e de alguns políticos nesses negócios. Em lugar do ócio, aparecerá na reflexão acumulada pelos sindicalistas sobre o tema da violência.

No ano de 1993, o Pólo elaborou um documento sigiloso e enviou ao ministro da Justiça, na época, Maurício José Corrêa, alertando sobre a presença do crime organizado na região. Informava sobre o crescimento do cultivo ilícito em algumas pequenas áreas de projetos de irrigação, falava dos assaltos e ameaça ao trabalho dos dirigentes sindicais que precisavam se deslocar pelas estradas cada vez mais perigosas e pedia providências. O objetivo desse documento, segundo a assessora jurídica do Pólo, era o de chamar a atenção da Justiça para a região, considerada pelos dirigentes como “abandonada pelo Estado”, e tentar separar o reassentamento dos atingidos pela Barragem de Itaparica e o trabalho sindical do Pólo da marginalidade crescente. Não obtiveram resposta.

Entre 1994 e 1996, a criminalidade aumentou e se complexificou. As matérias de jornais foram traduzindo gradativamente o fato, segundo o modo como eram constatados pelos órgãos de segurança e pela mídia.¹³²

As formas organizadas do crime e da produção da violência no sertão foram se modificando, modernizando-se, em termos de novas idéias e propostas que a própria mídia divulgava dentro da experiência da globalização, e acompanhando as novas condições de financiamento obtidas a partir dos contatos com grupos do Sudeste, propiciados pelo sistema de comercialização da cadeia produtiva da maconha. Mas, aqueles que eram identificados pela mídia como “bandidos”, como se poderá perceber, eram “gente de casa”, quer dizer, sertanejos que agüentam o calor e os espinhos das plantas que infestam sua paisagem nativa.

Primeiro apareceram os *Grupos Nômades*, que substituíram as *Super Quadrilhas* tradicionais – os grandes bandos de clandestinos e matadores, geralmente ligados às ações referentes às brigas de família centradas nas disputas por terra – como eram conhecidas pela mídia, e que agora se estruturavam em grupos menores. Esses grupos tinham, como principal característica, o fato de se refugiarem na caatinga depois de praticarem algum delito,

¹³² Matéria da *Veja*, de 9 de outubro de 1991, informava que a maconha já ocupava 25% do território pernambucano, afirmando ainda que esta seria “a região que mais produz a droga no mundo, faturando 350 bilhões de cruzeiros e empregando 100 000 pessoas”. Nesta, como em muitas outras matérias apresentadas na mídia, nunca se obtém a fonte dessas informações.

movimentando-se de dia e de noite, acampando nessas áreas inóspitas sobre a qual detinham domínio e onde encontravam abrigo seguro.

Assim informa a matéria anexada ao Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados:

A atuação dos grupos nômades no sertão pernambucano não aconteceu por acaso. Ela veio substituir as antigas super quadrilhas que atuavam na região, de forma mais refinada. Escondendo-se em centros urbanos, os grupos chefiados por Orvindo Cordeiro Cruz, o “Vinva”, e Mamédio Simões dos Santos, o “Maninho da Pistola” foram desarticulados a partir das prisões dos líderes. As novas quadrilhas assimilaram essa deficiência. Hoje preferem se subdividir em grupos pequenos que usam a segurança da caatinga como esconderijo”. (...) “Eles se alimentam basicamente de farinha e rapadura e matam animais silvestres quando a fome aperta”(...) “A maior parte dos grupos nômades é formada por integrantes e aliados das famílias Araquan, Gonçalves, Cavalcanti, Benvindo e Russo que vivem em Belém de São Francisco e Cabrobó e briga entre si. Veloso [Comandante da 2ª Companhia Independente de Policiamento – Cabrobó] afirma que eles não tem preferência por crimes em especial. Praticam assaltos a carros, ônibus, caminhões e carros fortes. Também plantam e traficam maconha. No mês passado inventaram uma nova modalidade criminosa: os seqüestro-relâmpago. Os bandidos levam uma pessoa para a caatinga, amarram-na, pedem resgates entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil a parentes próximos e soltam a vítima. Essa operação não dura mais do que algumas horas, explica o delegado Romero Leal de Belém de São Francisco (*Diário de Pernambuco*, 13 de abril de 1997).¹³³

No final dos anos 1990 pode-se dizer que a violência relacionada à maconha produzida em Pernambuco passou a ganhar mais espaço do que tinha na mídia nacional e em especial na região. De certo modo, o discurso midiático adquiriu hegemonia tácita na explicação desse fenômeno na região, sendo absorvido com total legitimidade, uma vez que não se podia encontrar nenhuma outra forma alternativa de análise que pudesse disputar autoria na elaboração das interpretações. Por isso, a agricultura de maconha passou a ser sinônimo de uma espécie de “nova” violência no território do Polígono da Maconha, ressaltando-se o poder da mídia em dar nome próprio ao território e o de se apropriar do espaço desconsiderando a dinâmica local.

5.1. A elaboração do problema pela mídia

No ano de 1997, as notícias passaram a anunciar que os órgãos de segurança além de requisitarem helicópteros para uma atuação mais eficiente na caatinga, também classificavam uma outra modalidade de atuação no crime organizado da região, embora dentro do sistema de *grupos nômades*, que funcionavam numa certa especialização dentro da divisão do trabalho e também como uma forma de garantir o anonimato necessário à segurança dos “rostos” e “nomes” e “apelidos” que se tornavam cada vez mais famosos – os *bandidos de aluguel*.

Em outra matéria,¹³⁴ aparece a explicação sobre esse novo método de ação no relato que o Comandante Geral da PM de Pernambuco, Cel. Antonio Menezes, concedeu ao jornal:

¹³³ Relatório da Comissão Externa de Deputados intitulada: “Violência no Polígono da Maconha. Pernambuco, 24 e 25 de Abril de 1997”, Coordenada pelo Deputado Fernando Ferro (PT-PE). Brasília, Câmara dos Deputados, maio de 1997. Anexos: Fotocópias de matérias de jornais diversos de Pernambuco.

¹³⁴ As duas transcrições apresentadas sobre “bandidos de aluguel” e “Lei do Silêncio”, encontram-se com a data inelegível nas fotocópias que estão nos Arquivos do PSSF, mas soubemos diretamente com o Coordenador da Comissão Externa da Câmara, Deputado F. Ferro, numa entrevista em Recife, e com quem obtivemos uma cópia do Relatório, que todas as matérias foram coletadas no ano de 1997 pela equipe de redatores, portanto a indicação aqui deve levar em conta essa possível data.

Chefes de quadrilha contratam soldados (gíria dada aos assaltantes) para fazer assaltos a bancos e carros-fortes, e esses soldados depois devolvem o armamento e o produto do roubo, recebendo o pagamento pelo assalto. “É o bandido de aluguel. Isso já é uma realidade no interior, existe de Petrolina a Floresta”, relata Menezes. (*Diário de Pernambuco*, data inelegível).

Mais adiante se destaca, com a mesma fonte e a partir da mesma linha de raciocínio, a sofisticação gerencial e a estruturação mais ousada do crime organizado já direta e intrinsecamente relacionado à criação de formas de financiamento e à agregação de valor ao produto gerado na agricultura ilícita do sertão (concentração de THC na planta para aumentar o poder alucinógeno).

A matéria intitulada “Lei do Silêncio Domina Sertanejo” ainda oferece de modo formal a delimitação geopolítica desse empreendimento cada vez mais lucrativo (que o jornal chama de “tráfico”) e uma nova explicação para processos de deslocamento forçado, desta vez provocada por setores privados, que afetam comunidades rurais que se mudam por medo e autoridades públicas que permanecem pouco tempo em cada região, tendo que se afastar por causa de ameaças:

Na região do Polígono da Maconha (área entre a rodovia BR-0232 e o rio São Francisco, onde são mais críticos o tráfico, os assaltos nas estradas e a violência entre famílias) imperam o medo, a lei do silêncio e, em áreas rurais de alguns municípios, até o *toque de recolher*, ditado pelo crime organizado. “Há pequenas e médias empresas organizadas que estão servindo ao crime”, acusa a corregedora-geral do Ministério Público, Maristela Simonin. Uma demonstração do estágio de organização do tráfico de drogas – revela a promotora – é o fato do Instituto de Criminalística da Polícia Civil já ter identificado a aplicação da engenharia genética na maconha. “Trata-se da utilização de pesquisas para melhorar a sua qualidade”, espanta-se a corregedora. (...) O grau de insegurança das comunidades e o perigo que correm os integrantes dos organismos de Segurança e Justiça, que atuam na repressão ao crime no sertão, podem ser sentidos pelas formas de deslocamento de seus integrantes. (Jornal do Comércio, data inelegível)

Em nenhuma entrevista, conversa, observação direta ou depoimento indireto durante duas idas ao Submédio São Francisco para trabalho de campo e contatos permanentes por carta ou telefone desde 1999 até hoje, jamais obtive qualquer certeza sobre a existência no sertão dessas ações organizadas que pudessem ser identificadas como iniciativas do tipo “toque de recolher”, que são praticadas nas favelas e guetos do meio urbano no Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, como afirma a matéria jornalística. A partir disso, fiquei atenta à possibilidade de estar em curso uma construção conceitual cuja autoria era realizada pela polícia e referendada pela mídia ou vice-versa e que, para fins de divulgação, ajudava a compor um cenário novo para essa agricultura nova e comercialmente rentável. Mas descobri com as entrevistas que a Polícia, quando fazia uso dessas aproximações, se referia e se baseava na divulgação dessas idéias pela televisão, pelo rádio ou pelos jornais.

Jeudy (1994), pesquisador dos processos midiáticos, destaca como perigo social o que identifica como um fenômeno da atualidade e da globalização: o da independência da ideologia que se materializa através da mídia e produz uma realidade virtual da violência que dissemina terror e medo e que se torna mais forte que a realidade real, dentro de um ciclo ininterrupto e fatal.

...a violência se transmite pela mídia. Mas se opusermos a realidade externa à mídia, ao final, essa realidade externa será captada por ela e se transformará em imagem! Então não há possibilidade – e esse é o problema

– de operar uma distinção entre a imagem e o real. Ora, o processo midiático, no seu conjunto, na sua vertigem – há um processo de vertigem na mídia, vertigem de imagens que se transformam em “imagens – acontecimentos” – não funciona mais como um “espelho da sociedade”. Não é mais assim. Hoje não podemos mais dizer que a mídia tem uma função especular em relação à sociedade, que ela “revela” a imagem da sociedade. A mídia tem a sua autonomia, a sua autarquia. Nesse sentido, a função de espelho que se podia atribuir à mídia há algum tempo, hoje desapareceu (Jeudy, 1994, Pp. 68).

No caso da produção de maconha no Nordeste, a mídia (falada, escrita e televisiva) foi construindo uma imagem de violência dentro de um padrão diferente do que havia e era vivenciado. Fazia-o a partir de uma experiência urbana e importada do Sudeste, que colocava a região na cena nacional a todo instante. Mas o processo local não era reconhecido nele. O sertão foi ganhando ares dessa modernidade sulista e desenvolvida que supõe uma mescla de fatos bons e ruins, que podem incluir, enfim, certa negatividade ou marginalidade social como se fosse inevitável ao progresso e intrínseca à sua sociabilidade. Nesta medida, parecia que essa ambiguidade se tornava independente da vontade das pessoas ou dos governantes.

A superposição dessa imagem sobre o sertão do São Francisco (até então assumido como isolado e representado como estagnado e atrasado, portanto “fechado em si mesmo”) foi tornando a região mais “famosa” no plano nacional e internacional, mais noticiada e, nesse sentido, cada vez mais estranha para seus próprios moradores. O sertão então, enquanto ganhava fama, se modernizava e foi se tornando violento. Jeudy (1994) ainda afirma:

Hoje o processo midiático é tal que a imagem e o acontecimento são idênticos. A característica da mídia é gerar imagens- acontecimentos: é a imagem que se torna o acontecimento. O acontecimento não existe, ele é capturado no tempo da imagem. Um sociólogo americano, Daniel Boorstin, escreveu um livro sobre os “pseudo-acontecimentos”. Ele falava sobre a maneira que os jornalistas de televisão podiam usar para “inventar acontecimentos” e que era difícil distinguir o falso acontecimento do verdadeiro. Hoje em dia já estamos muito além disso, porque esse livro tem uns 40 anos. Nós estamos além dessa distinção entre verdade e falsidade, entre informação correta e informação errada. Hoje temos uma imagem-acontecimento que nos alucina e não sabemos como, dentro desse processo incessante de imagens - acontecimentos, aparecer as distinções entre o verdadeiro e o falso, o certo e o errado, etc (Jeudy, 1994, pp. 77).

O fenômeno da imagem no processo midiático em foco começou a acontecer, em especial no início da década de noventa, ao lado da expansão da produção e do comércio de *cannabis*, o que se procedeu de modo a abafar um processo histórico existente, como se fosse uma violência nova, externa e estranha: “coisa do sul” que o sertanejo aprendeu, adquiriu e passou a incorporar. Esse corte com o passado e que separa intencionalmente a violência de qualquer reflexão classista deve ser destacado.

Ainda nos idos do ano de 1997, aparece nessa cadência de explicações provenientes das ações da Polícia, que alimentam o plano intelectual da argumentação dos jornalistas, uma categorização interessante na definição do crime organizado associado à agricultura de maconha em seu conjunto, como um coletivo de quadrilhas, que reúne todas as definições anteriores: a da existência de um “*Cangaço Moderno*” e que se refere à estruturação do crime como um sistema integrado e belicamente bem aparelhado e que tem como principal característica a aquisição não apenas de dinheiro, com a venda da mercadoria ilícita, mas também a troca de mercadorias ilegais ou roubadas, por armamento.

Esse padrão foi identificado como híbrido e a mídia foi extremamente feliz na definição dessa atuação ilícita na forma de um Cangaço Moderno:

... os 126 quilômetros de estrada são o principal palco de atuação, desde o final do ano passado, de várias quadrilhas de assaltantes. Denominadas pelos organismos de segurança de *grupos nômades*, esses bandos vêm ganhando dimensão pelo armamento pesado que utilizam – fuzis e metralhadoras – e também por uma característica inusitada de fugir. Após cometer os assaltos e seqüestros relâmpagos, rumam para a caatinga, onde passam dias acampados ou escondidos em encostas de serra, para depois atacar em outro local. É o cangaço moderno, como começa a ser chamada a nova modalidade de crime organizado no sertão pernambucano. Só não é tão moderna porque algumas quadrilhas assaltam a cavalo (*Diário de Pernambuco*, 13 de abril de 1997, grifos de AMMR).

Nessa denúncia, vale destacar o fato de que a recorrência de assaltos praticados pelos “locais” numa determinada área - as rodovias mencionadas na imprensa (naquela época, sobretudo o trecho da BR 316 e BR 428 que liga os municípios de Cabrobó e Belém de São Francisco) poderia funcionar como forma de deixar essas rodovias estrategicamente abandonadas e desertas para o atravessamento e distribuição mais seguros de maconha e armas, o que pode envolver a presença de funcionários do esquema criminal, tipo gerentes ou negociadores, que são “de fora”.

Parece ser claro que, pelo menos no auge da produção comercial nos anos 1980, havia uma conexão entre as quadrilhas do sertão e os grupos organizados dos guetos e favelas do Sudeste que apareciam na condição de compradores do produto e vendedores de armas e outras mercadorias ilícitas. Mas daí não se pode tirar conclusões rápidas e imediatas, porque não vale a pena escamotear o modo local de integração ao circuito da agroindústria das drogas, até porque existe uma condição temporária na definição geopolítica dessas áreas. Por um tempo se poderá imaginar a constituição de um esquema comercial mais forte, mas sem garantias de reprodução em longo prazo: o cultivo ilícito, em todo o mundo, é provisório e sazonal. O nomadismo das áreas de cultivo se estabelece como condição importante da segurança e da reprodução desse tipo de agricultura (papoula, coca ou maconha).

Em matéria que cita palavras do coronel Antonio, da PM:

É o cangaço moderno. Os bandos, denominados de grupos nômades, recebem armas que chegam do centro sul pelo rio São Francisco. O comandante da PM, coronel Antônio Menezes reconhece: “O crime organizado está se enraizando no Sertão e o dinheiro da maconha se integra à economia” (*Diário de Pernambuco*, 13 de abril, de 1997).

Até onde se sabe, as articulações marginais existentes no sertão desempenham um papel central e determinante na reprodução da agricultura comercial da maconha e não se pode colocá-las sem destaque ou desprovidas de qualquer direção nesse empreendimento, como se tratasse “ingênuos” pegos pelos “espertos” do sul.

Sem a atuação desses grupos locais, sem a trajetória que criaram na prática e que lhes outorga hoje a condição de reconhecimento e a sua reprodução no interior das relações de dominação existentes e constituintes do “sertão nordestino”, a nova agricultura não teria se desenvolvido e se estabelecido no Submédio São Francisco.

Segundo o assessor de Imprensa da Polícia Militar, capitão Chusa Júnior, a PM de Pernambuco, em abril de 1997, planejava enviar reforço policial para Cabrobó e outros municípios dentro da região que chamava de Polígono da Maconha (em convergência com a classificação geográfica veiculada na mídia) e afirmava qual era o plano:

A equipe de policiais vai realizar um trabalho de investigação sigiloso para identificar quem são e onde estão escondidas as principais pessoas acusadas de envolvimento na briga das famílias Cláudio/Russo X Gonçalves/Araquan, em Cabrobó, e que tem ligação com o tráfico de drogas e assaltos a veículos na região” (*Diário de Pernambuco*, 13/04/1997).

Entretanto, e não por acaso, as definições e classificações apresentadas pela mídia foram avançando para comparar o “Polígono” com uma “Medelín Brasileira”. Depois, chegaram a ponto de apresentar a indicação de que os grupos que eram identificados como *cangaço moderno* estariam se auto denominando *Comando Caipira*, por referência aos contatos com o “Comando Vermelho” ou “Terceiro Comando”, importantes organizações criminosas na gestão financeira e política do narcotráfico no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Como demonstrado pela mídia, ao renascer como membros de um esquema no qual perdiam totalmente o controle e passavam a ser hierarquicamente subordinados a uma rede internacional na qual entravam ocupando o mais baixo escalão, sem mencionar, é claro, a posição dos trabalhadores que exploravam no cultivo, esses grupos marginais também acabavam morrendo em suas origens nativas do sertão. E isso não é uma questão secundária.

A denominação de *Comando Caipira* passou a inspirar, no imaginário popular e na opinião pública, novas noções sobre os subalternizados e permitia ofuscar a ação da violência rotineira pela criação de uma nova violência que tornava os nativos, nessa via, realmente modernos. Além disso, promovia o conflito, estimulado pelos grupos envolvidos com a agricultura da maconha no sertão, ao grau de complexidade e sofisticação verificado no negócio das drogas já globalizado do Rio de Janeiro e São Paulo.

Essas construções abstratas, desenvolvidas pela mídia, sugerem, de certo modo, a perda das características regionais como traço forte nessa mudança simbiótica que se opera dentro de um processo que faz desaparecer as determinações locais dos bandos que contam a trajetória dos renegados do sertão, que formam a argamassa simbólica que dá significado à prática de crimes: os antigos pistoleiros, jagunços, “parentes” e matadores. Enfim, apaga-se do passado, entre outras noções, a história social que resguarda a fama do sertanejo, que defende a honra acima da morte e que, por isso, dá um sentido singular ao crime e à própria morte arriscada. Além disso, fomenta a idéia de que as questões críticas atuais do Submédio devem ser explicadas e resolvidas “fora de casa”, sem qualquer intervenção teórica das lógicas de parentesco ou compadrio.

Até que ponto de fato aconteceu uma ruptura cultural sem continuidades? A partir daí minha reflexão passou a apontar uma hipótese que se organiza em várias questões, todas numa tentativa de entender esse processo de forma a explicar não a agricultura de maconha, mas sim o impacto dessa atividade na atuação do sindicalismo. Tornou-se necessário pensar a partir de um padrão que envolvia a compreensão dessa submissão da realidade sertaneja ao banditismo contemporâneo do Sudeste, propagado e divulgado pela mídia, como uma espécie de caráter introdutório à emergência de uma nova problemática que igualava de modo rápido, intenso e imediato o Submédio – que sempre se caracterizou pelo isolamento - ao “resto do mundo”. Além disso, a questão se reforçava pelo fato de ser um tema inusitado e aparentemente fora do ambiente sindical que não se sentia responsável por essa violência, não pretendia ter qualquer ligação com ela, nem a percebia como prioridade e, provavelmente por isso, parecia não enxergar, ainda no final dos anos 90, as conseqüências dessa fusão de realidades. Sem muita clareza do impacto dessa elaboração sobre sua trajetória de defesa dos atingidos pela Barragem, esse tipo de elaboração recebia uma espécie de apoio acrítico do Pólo que, em suas análises, confundia seu lugar e seu papel com o da “sociedade abrangente”, desconsiderando qualquer idéia de contradição de classe.

Dessa reflexão, duas considerações se tornam necessárias. Primeiramente, uma certa qualificação de modernidade relacionada à violência em questão, estabelecida pelo atributo de ‘sulista’, por oposição ao de ‘nordeste sertanejo’, considerando-se que nada moderno poderia vir de uma área pobre e atrasada e pré conceituando-se, neste contexto, o *moderno* como o estado de ser que decorre do pertencimento e da experiência gerados no e pelo Sudeste, aquele que aparece sobretudo pela renda. Por isso, as matérias irão importar as organizações criminosas do narcotráfico do Rio de Janeiro para expressar o desenvolvimento e a

complexificação graduais do gerenciamento da agricultura comercial de maconha no Nordeste. Transforma-a num processo que se torna estrangeiro no comando, a ponto de criar denominações híbridas que combinam o processo gerencial carioca com o empreendimento no Submédio que vai deixando de ser sertanejo na sua autoria e que vai permitindo um rompimento de sentido e determinação entre a violência atual sobre a qual se fala e a violência e a história social do passado. Deste modo, a produção da droga estabelece a emergência de um lugar/espço/momento de estagnação e com pouca chance de determinação das ações sociais que reproduz. Por isso, é afeto a ganhos muito menores, além de se posicionar como amplificador dos esquemas de precarização já existentes e gerados na legalidade, no interior das relações de trabalho no campo, independentemente da licitude do negócio.

Em segundo lugar, o consumo se reifica como relevante (mesmo na repressão, quando merece um certo privilegiamento em termos de um abrandamento no controle policial), oferecendo aos participantes desse elo da cadeia produtiva, um status de maior destaque. Nesta medida, discrimina-se sem novidades a agricultura e os agentes nela envolvidos, não importando se esses agentes sociais se apresentam, de fato, do lado “certo” (onde sempre estiveram, como trabalhadores sofridos, sem serem criminosos) ou do lado do “errado” (para onde se supõe que passaram, ao optar por esse tipo de plantação em particular, recebendo a imputação de criminosos), mas sem mudar basicamente quase nada na sua situação de trabalho.

Na história social do Submédio, eventos importantes permitiram a criação de um imaginário agressivo sempre atuante, na lógica dos potentados, contra os lavradores pobres do sertão, ao oferecer aos subalternizados a pecha de criminosos e bandidos em muitas e variadas situações, mesmo quando não praticavam nenhum crime real, no sentido da interpretação da lei: ou por que pensavam de forma diferente (Canudos) ou porque lutavam por seus direitos (luta contra a Barragem), por exemplo.

Vale destacar que, sendo o consumo um atributo cuja concentração e diversidade se estabelece prioritariamente no urbano e sobretudo na esfera primeiromundista, podemos atentar para as conseqüências da percepção que decorre do modo de *modernização* do crime no Submédio São Francisco totalmente por fora, numa dinâmica que destrata as experiências constituídas por dentro, face à problemática mundial das drogas (segundo uma concepção norte americana, por exemplo). Isso força um rompimento ainda mais radical com a inscrição histórica que afeta o processo de constituição da violência local, limitando a explicação ao recorte do presente.

Resulta, enfim, que o contexto da reprodução da violência a partir do lugar principal de produção da maconha no Brasil, naqueles idos, e com apenas algumas mudanças até hoje, se constitua, aqui também, dentro de um processo de “modernização conservadora”. Ele moderniza o velho costume das brigas de família, tornando-as mais bélicas e diferenciadas e quase autônomas dos potentados (em lugar de famílias passam a ser reconhecidas como quadrilhas), mas mantendo os trabalhadores rurais sem direitos e sem alternativas de sobrevivência, dentro de um bolsão do mercado de trabalho precarizado: ou se estabelecem como assalariados temporários do agronegócio frutícola ou como assalariados temporários da maconha. Enfim, a violência se qualificava neste contexto como condutora das continuidades.

É desta forma que se pode vislumbrar um viés ideológico no debate sobre a violência vinculada ao narcotráfico na caracterização sulista, porque será a partir desta imagem que um determinado setor da produção agrícola regional, que apresenta pendências encaminhadas ao Estado, será subsumido pela condição de envolvimento de trabalhadores rurais, a uma das agriculturas praticadas – a da maconha. É nesta medida que a agricultura familiar dos reassentados, que reivindica uma extensa pauta, torna-se “invisível”. Nesse parâmetro é que, como já foi mencionado anteriormente, reduz-se a importância do encaminhamento das

políticas agrícola e agrária pelo Estado e que beneficiariam mais diretamente as famílias reassentadas em decorrência da luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica.

De acordo com o código legal mais recente, o plantador de maconha preso em flagrante pela polícia é enquadrado pela lei como traficante. Não importa seu processo de entrada nesta opção, nem o impacto social intenso que os deslocamentos compulsórios de comunidades inteiras possam ter gerado. Muito menos se é ínfimo o número de trabalhadores residentes nos projetos da CHESF – o que é confirmado pelo sindicalismo, pela Igreja e pela Polícia - que se envolvem com o cultivo ilícito. Todos perdem por causa de poucos, porque a fama atinge os reassentados e o reassentamento.

Araújo percebe que, no final dos anos oitenta, durante a luta, quando os atingidos estavam sendo reassentados e encaminhavam organizadamente muitas cobranças ao Estado por meio do Pólo, o cultivo de maconha sabidamente existente em alguns projetos era pouquíssimo significativo, mas ganhava dimensões extraordinárias e alimentava um certo potencial de abafamento da luta principal travada pelos trabalhadores rurais.¹³⁵ A autora permite o desdobramento de uma reflexão interessante. Na verdade, os reassentados e seu ruído excessivo representavam uma novidade muito maior para o país e para aquela região, em termos de uma proposta de solução de problemas sociais diante de mega projetos hidrelétricos, do que a maconha enquanto “problema” público. Mas, considerando-se o aspecto da ilegalidade e a forma de apresentação da questão pela imprensa, os assuntos se misturavam e, mais uma vez, as demandas dos reassentados terminavam sufocadas e transformadas em tema marginal. Essa metamorfose ocorre justamente a partir de uma demora prolongada na qual o Estado e seus representantes na política local haviam esvaziado a atenção sobre os Projetos da CHESF. Essa nova imagem acontecia uma década depois de um abandono total pelo governo da conclusão dos sistemas de irrigação, o que certamente levou ao refluxo do movimento sindical, uma vez que eram cada vez mais recorrentes o não atendimento das demandas sociais explicitadas pelo PSSSF e seus aliados.

Enfim, no final dos anos noventa, essa soma de fatores atuava sobre o papel político dos reassentados de modo desfavorável. Era como se o Estado, apesar de ausente, tivesse de repente adquirido um bônus extra: o de se apresentar na opinião pública a partir de uma outra aparência emergencial em termos de atuação sobre o Submédio: como o fornecedor dos equipamentos necessários à Segurança Pública diante do grande perigo da maconha.

Coincidência ou não, as políticas de segurança e as verbas direcionadas para esta finalidade ganharam a primeira cena, face os desdobramentos do cultivo ilícito, acompanhando uma visível redução do padrão de denúncias acerca da intermediação de verbas públicas dirigidas para as obras de reassentamento que nunca chegaram à fonte, por exemplo. E, certamente, ter os reassentados relegados a uma condição secundária, favorecia não apenas as demandas por segurança da sociedade, mas também alguns interesses do capital relacionado ao mega projeto hidrelétrico.

Na segunda metade dos anos 90, o Pólo, que definiu a luta no campo de uma atuação contra o Estado, dirigiu-se ao Banco Mundial com um conjunto de denúncias acerca da demora na conclusão dos projetos e do mau uso do dinheiro. No documentário “Terra Molhada”, produzido pela ONG Koinonia e dirigido por Zelito Viana, podem-se ver erros incríveis nas obras: reservatórios construídos e sem água por mais de dois anos com o concreto já rachando pelo sol, bombas sem funcionamento, canos que não alcançavam a perfuração para passar a água. No vídeo, o trabalhador entrevistado diz que o sindicato

¹³⁵ Em alguns casos, as áreas desapropriadas pela União, para fins de reassentamento dos atingidos pela Barragem, já eram áreas reconhecidas pelo próprio Estado como anteriormente ocupadas pelo cultivo ilícito. Iulianelli (In, Ribeiro e Iulianelli 2000) informa: “O reassentamento foi realizado no Submédio São Francisco incluindo áreas que já eram de destacada produção de maconha, como Santa Maria da Boa Vista e Orocó.”, pp. 210

procurou a empreiteira, que culpou o escritório de projetos que, por sua vez, mandou o sindicato de volta culpando a empreiteira.

Erros pequenos ou grandes, mas significativos e que, segundo depoimentos, foram apoiados pela CHESF, que contratou empreiteiras de pessoas ligadas ao esquema de poder local e aos partidos políticos da situação, com destaque ao PFL. Na pesquisa, ouvi muitas falas de trabalhadores nesse sentido e cheguei a ver, por exemplo, num dos Projetos de Nova Glória, duas estações de bombeamento, quando, na verdade, segundo os moradores, numa extensão muito maior, só uma daria conta. Em resumo, entendiam esse problema como uma evidência de superfaturamento. Ainda nessa área, outro reassentado contou que no seu Projeto os erros do sistema de irrigação eram notórios. O trabalhador se questionava acerca da alegada economia explicada por um engenheiro que pretendia atingir mais covas de plantas com menos canos de aspersão de água, mas aumentando a altura. Conclusão aos olhos da experiência do agricultor:

Olha, Dona, aquilo formava uma ilha seca perto da base do cano quando a água saía do cano alto e só molhava longe. Depois para compensar gastaram mais dinheiro dizendo que, em vez de uma hora, o jato d'água ficaria saindo por duas horas e meia. Aí piorou. Alagaram em volta tudo e só umedeceu um pouco no centro.

A atuação do Pólo junto ao BIRD em 1995, no sentido de denunciar ao órgão os problemas e solicitar que a agência realizasse uma fiscalização efetiva acerca do uso do dinheiro repassado para a implantação dos assentamentos, foi relatada em texto de Iulianelli (2000), que destaca o desdobramento da luta sindical ao nível internacional durante o ano de 1996:

O Pólo solicitou ao Banco Mundial, que investira 232 milhões de dólares em Itaparica, que realizasse um Painel de Inspeção. Havia até então poucas solicitações desse tipo ao Banco. Do Brasil, a única demanda era o Planaflores. O caso do Pólo inspirou uma série de discussões sobre a efetividade do Comitê de Aprovação do Painel de Inspeção. Ocorre que o governo brasileiro também tem acento no Comitê que delibera sobre a execução do painel. Até 1997 apenas 35% dos projetos de 10 agrovilas estavam em funcionamento. O Painel não foi instalado. O "lobby" do governo federal foi mais forte, tendo, entretanto, o governo, diante do *Board* do Banco, assumido o compromisso de investir 290 milhões, a partir de 1997, para concluir Itaparica e resolver as pendências (Iulianelli, 2000, pp. 210).

Essa história vai ficando cada vez mais embaçada no noticiário e, aparentemente, o próprio Pólo – que por volta de 1995 e 96 ainda fazia denúncia ao poder público e à justiça acerca de “um problema sério” - demora a perceber o fato enquanto age, como se entendesse que a reprodução da agricultura de maconha e a participação de trabalhadores rurais em plantios criminalizados pudesse acontecer totalmente por fora de sua ação e de seu território político. Enquanto isso, o próprio Pólo, ao somar forças com a sociedade abrangente, também colaborava, de certa forma, para o abafamento do peso político de sua própria luta.

Será então decisivo o ano de 1997, durante o governo de Arraes, quando vários acontecimentos que afetaram profundamente o sindicalismo se cruzaram. Neste ano se poderá perceber, no contexto da entrada da maconha na agenda sindical, a emergência de um divisor de águas. Em outubro Fulgêncio morreu e a tensão já era tão perceptível que numa incrível velocidade as ações vão se sucedendo a partir de iniciativas estabelecidas pelo PSSSF.

Quanto às audiências públicas encaminhadas em alguns municípios do Submédio, os sindicalistas convidados na qualidade de membros da sociedade civil participaram e acompanharam a iniciativa coordenada por autoridades representantes do Poder Judiciário regional – que, a essas alturas, estava alerta em função das ameaças e seqüestros praticadas pelo *Cangaço Moderno* contra os agentes públicos no cumprimento de sua missão.

Pelos artigos e matérias publicados pela imprensa, ao lado das questões novas que atingiam a população, a violência da maconha terminava servindo melhor como fator de contraste que colocava em evidência os “esquemas” dos aparelhos judiciais e policiais existentes no sertão, forjados numa prática secular de clientelismo, corrupção e conivência com o banditismo, apoiado pelos potentados, essenciais nessa hora para o êxito da agricultura comercial ilícita. E isso abalava a sociedade abrangente.

Embora antigo e naturalizado, neste caso, o mesmo processo aparentava ser tomado mais pela forma do que pelo conteúdo, ao dar um novo sentido à percepção da violência sertaneja - o que provavelmente ocorria em função do valor simbólico e financeiro do produto no mercado nacional sulista.¹³⁶

Na íntegra, uma interessante matéria, onde o autor procurava demonstrar em que medida a prática da impunidade alimentava o medo na sociedade e dava o clima de desconforto e insegurança existente no cenário da chamada *violência provocada pela maconha* e que lembra também velhos ritos e velhos acordos:

Fernando Veloso. Sobre o Domínio do Medo. Ninguém tem dúvida de que é a impunidade uma das principais molas propulsoras da violência. De que maneira a sociedade pode sentir-se protegida se o aparelho policial é falho e se a justiça não atua, ou atua errado? (...) Quatro agentes da polícia que trabalham no Recife, na Delegacia de Furtos de Veículos, foram presos em flagrante praticando tortura e extorsão na cidade de Floresta, no sertão. Na cidade, a exemplo de outros 30 municípios do sertão, não tem delegado de polícia e quem teve de tomar iniciativa, ao ser procurado por várias vítimas foi o promotor de justiça. Ele convocou um forte contingente de policiais militares e os agentes foram flagrados, rendidos, desarmados e presos. Um poderosíssimo escritório de advocacia do Recife impetrou *habeas corpus* em favor dos policiais bandidos. No dia seguinte, o desembargador Mário Melo, do tribunal de Justiça, determinou a soltura dos agentes, sem pedir nenhuma explicação às autoridades que determinaram as prisões, em flagrante, vale repetir. E o pânico está estabelecido entre as pessoas que fizeram as denúncias. O promotor é alvo de ameaças e a casa dele, no Recife, foi metralhada. (...) Pois bem, mas a intimidação não parou por aí. Em tempo, já existe uma representação contra o promotor que fez as prisões. A intenção clara é atingi-lo de todas as formas. É a violência institucionalizada. É a sociedade sob o domínio do medo (*Diário de Pernambuco*, 13/04/1997).

Nesse ambiente - que pode ser demonstrado com alguns poucos registros na imprensa só neste ano - o Submédio se depara com uma escalada de violência conduzida tanto por bandidos, como pela polícia. Ameaças a Juízes, como em Salgueiro (*Jornal do Comércio*, 11 de janeiro de 97), a testemunhas e vítimas, em Belém de São Francisco (acima), a um comerciante de Cabrobó (*Jornal do Comércio*, 01/04/1997) levando ao aumento dos pedidos de garantia da vida; violência sexual contra delegado de polícia (acima); e seqüestros, do pai do Prefeito de Serra Talhada (*Diário de Pernambuco*, 25/04/1997) e de um pecuarista de 82 anos em Afogados da Ingazeira (*Jornal do Comércio*, 25/04/1997). Enfim, uma

¹³⁶ Para se ter uma idéia, no *Diário Pernambuco* de 15 de abril de 1997 (terça feira), o articulista Fernando Veloso, em sua coluna Diário Político, acusa a falta de foco da Secretaria de Segurança de Pernambuco, por reagir desviando o centro do problema em resposta à denúncia que o jornalista havia feito no dia 12 de abril (sábado) sobre a retenção e estupro de um delegado (sem nominar) “por 30 bandidos fortemente armados”, e, no dia 13 (domingo), sobre a absurda impunidade de outros tantos policiais. Veloso reclama que o secretário enviou Nota de Esclarecimento à opinião pública onde se preocupa apenas em desmentir a violência sexual contra o delegado e nada mais comenta, nem sobre a ação dos “bandidos” ou sobre a impunidade que reina em contraste aos criminosos, deixando dúvidas na sociedade sobre o que seria a legalidade de um Estado de Direito quando bandidos e policiais praticam (e têm em comum) hábitos de tortura e extorsão.

violência indiscriminada, com claros propósitos de arrecadação financeira de alto porte, que vem acompanhada de requintes de crueldade e humilhação, como uma espécie de mensagem sobre as intenções políticas de disputa de território no negócio emergente, mas onde os rostos e as vestes apresentam a fisionomia do tal marginal sertanejo de sempre. São noticiados ainda com uma frequência frenética os assaltos, entre os quais alguns impactantes, como o do Deputado do PSB entre Cabrobó e Orocó ou o do Bispo de Floresta, que aconteceram nas rodovias que passaram a ser conhecidas como *rodovias da morte*. Começou a correr a informação de que nos ônibus intermunicipais, quando eram parados para assalto, os bandidos exigiam que os passageiros tirassem as roupas e os deixavam abandonados à própria sorte.

Assim, a autoria criminal foi passando a ser pensada como oriunda de uma considerada “mente criminoso” do Sudeste, dada a forma de gerenciamento (essa sim, uma novidade) e a organização coletiva do empreendimento criminoso que se tornava mais diversificado e em parte se abastecia com a produção da mercadoria ilícita e, portanto, com a agricultura da maconha.

Esse contexto certamente aumentou em intensidade e quantidade a violência rotineira e naturalizada do sertão, dando aos antigos grupos familiares clandestinos praticantes de crimes comuns, existentes no ambiente doméstico, ares de cosmopolitismo e narrando uma certa identidade com os acontecimentos noticiados pela mídia nacional, por exemplo, quando passaram a ser chamados de “Comando Caipira”. As informações sempre reproduzem um conteúdo que, pelas imagens, remetem à figura do sertanejo e de seu modo de ser e que, eventualmente, bandeou do *negócio das brigas de famílias* para o *negócio da maconha*, supostamente abrindo uma rede que passou a ensejar a entrada de novos atores das camadas intermediárias, dotados de algum capital em dinheiro ou terra, que começaram a *investir* numa *roça de maconha*.

Segundo a pesquisa, esses novos atores poderiam ser identificados no varejo, entre donos de postos de gasolina, de cinema, de lojas de fotografia, filhos de fazendeiros... geralmente jovens. Isso é o que se revela nos arquivos da polícia, permitindo a impressão de que, pelos menos estes, são aqueles que raramente são presos, apesar de identificados de forma genérica, nos inquéritos policiais dos trabalhadores rurais indiciados no plantio. São foragidos ou a polícia alega que não os prende por falta de evidências mais concretas.

Seriam estes os que contratam jovens agricultores para *tocarem a roça de maconha*, recrutando-os, inclusive, entre os filhos de reassentados, em especial dos projetos parados por falta de conclusão no sistema de irrigação. Em geral, esses jovens (entre 16 e 30 anos) vão trabalhar como assalariados por uma diária bem mais alta do que nas outras frentes agrícolas disponíveis, ou na parceria, mas dentro de um novo modelo, onde as tarefas do cultivo aparecem incrementadas pelas tarefas de segurança e incluem a moradia no local de trabalho como condição. No caso de vencer a safra (de três a quatro meses), sem ser descoberto pela polícia, é que a produção total ou a parte sobre a qual o trabalhador é responsável (número de covas da planta a que combinou se dedicar), é dividida ou a parte da renda gerada pela venda é partilhada proporcionalmente de acordo com a posição hierárquica, entre o investidor (*dono da roça*) e o trabalhador.

5.2 Mudanças e continuidades nas estruturas de poder

Quando a imprensa anuncia em manchete: “*Cangaço Moderno Invade o Sertão*” (*Diário de Pernambuco*, 11/04/1997), a pesquisa pergunta: em que medida essa modernidade do banditismo, detectada pela mídia, também não implicaria numa espécie de redefinição atual, no final do século XX e início do XXI, do mandonismo local conduzido pela aristocracia sertaneja com o qual o banditismo regional sempre esteve associado? Essa pergunta se apresenta com sentido, instigada pelo estudo de Ferraz de Sá (1974) sobre o sertão, quando sua análise sobre os anos 60 aponta dados para uma reflexão acerca da

continuidade, mas diferenciada e modernizada, do coronelismo clássico estudado por Nunes Leal (Ferraz de Sá, 1974). Segundo a autora, é importante observar a capacidade de resistência e permanência do mandonismo praticado entre as famílias dos potentados e sua clientela (os subalternizados do campo), mas de modo dinâmico, uma vez que as relações de poder e dominação passam por reformulações segundo as mudanças ocorridas no sistema de controle político no sertão, decorrentes das modificações verificadas na economia e nas relações de trabalho. Inicialmente, Ferraz de Sá destaca que se podem definir famílias dominantes locais em Pernambuco como representantes de uma aristocracia, através de suas “orientações valorativas” fundamentadas na relação entre proprietários de terra e trabalhadores sem terra, e que isso apresenta distinções apenas sutis entre a Zona da Mata açucareira, e o sertão, basicamente pecuarista. À distância dos olhos do patrão e no isolamento da propriedade, os trabalhadores na pecuária chegam a partilhar de uma certa intimidade pessoal, o que interfere, muitas vezes, no sentido de permitir uma relação aparentemente menos autoritária. Nestes casos, freqüentemente, o empregado come na casa do proprietário ou este chega a fazer refeições na sua moradia mais simples, sentado à mesma mesa, quando roda por suas terras a trabalho. Mas a motivação do sistema de dominação, que gera disputa entre famílias, permanece o mesmo:

Estas famílias são detentoras das maiores propriedades pecuaristas locais, assegurando por essa via o domínio econômico. O controle político passa a ser disputado justamente por garantir vantagens para suas propriedades e clientelas. Supõe-se que este seria um motivo básico das rivalidades entre as duas famílias mais antigas e bem estabelecidas proprietárias de terras e gado no município. O mesmo motivo poderia ser válido para a região sertaneja como um todo. Em suma, os interesses das famílias dominantes são os de grandes proprietários, ou seja, a preservação e aumento das terras e do capital, que se traduzem social e politicamente na relação patrão-cliente, engendrada pela dependência do trabalhador rural” (Ferraz de Sá, 1974, pp. 110).

Entretanto, as relações de dominação existentes no ambiente sertanejo, sempre se estabeleceram dentro do sistema de controle social e político das aristocracias rurais, identificadas originalmente por Victor Nunes Leal como “coronelismo e clientelismo”, tal e qual na Zona da Mata.

A pesquisa da autora revelou também que, à luz dos acontecimentos dos anos 60, durante a Ditadura Militar algumas alterações foram observadas, entre elas a emergência da compra do voto em dinheiro. Neste caso, vale mencionar que esse fenômeno, ao passar a representar uma das formulações mais recentes da política de clientela, surgida em função da ampliação de mercado, acaba afetando as relações de trabalho ao modificar as formas de dependência e participação no processo produtivo, assim como tipos de trabalho e de trabalhador que eram os mais característicos na região. Entretanto, mesmo realizando essas alterações, é fato que elas se dão sem a conseqüente ruptura na continuidade das formas de controle. Isso inclui o Vale do São Francisco, onde:

A figura do morador nas terras das caatingas, embora ainda característica nas propriedades maiores, vem cedendo lugar à figura do trabalhador temporário. Tende a desaparecer a modalidade de pagamento em produto na sub-região das caatingas, mas a parceria permanece e até mesmo adquire maior expressão na sub-região do vale do São Francisco (Ferraz de Sá, 1974, Pp. 111).

Ou:

A compra do voto em dinheiro juntamente com as modalidades antigas são também empregadas com os trabalhadores semi-assalariados, na sub-região do Vale do rio São Francisco. Desses trabalhadores depende a atividade produtiva que, com a ampliação do mercado interno para a produção de

alimentos, passa a gerar parte da renda dos grandes proprietários. Na sede do município, a modernização nos padrões de consumo, como “efeito demonstração”, concorreria também, para a maior utilização da compra do voto em dinheiro, não mais podendo o político confiar inteiramente na suposta lealdade às famílias dominantes (Ferraz de Sá, 1974, pp. 112).

Como se percebe, padrões de urbanização atingem as formas tradicionais de lealdade e as mudanças importantes que aconteceram no sertão, mas estas formas de dominação não desaparecem completamente, ao contrário, reformulam-se. No contexto aqui apresentado, seria possível afirmar que as novas moradias promotoras de relações de vizinhança no estilo urbano das agrovilas também operariam no sentido da mudança. Por outro lado, a idéia do suposto “cinturão de oposições”, apresentada como estratégia da ação política do PSSSF, se apresentaria como uma afirmação mais clara e cabal da existência de uma rede de poder local dessa aristocracia, nos moldes da tradição, embora estruturada, agora, nos moldes mais atuais, estabelecidos na base do dinheiro que compra lealdade, favor, cargo ou voto.

Resumindo, as mudanças no sistema de controle político para os anos 1960, estudados por Ferraz, que possivelmente ainda se desdobrou sem novas alterações até o início dos anos 1980, seriam, basicamente: a compra de voto com dinheiro ou a figura do “dinheiro-voto”; uma aproximação maior dos políticos profissionais representantes dos interesses das famílias na época das eleições, gerando a falsa identidade dos patrões com seus clientes-povo na aparência para viabilizar a passagem dos interesses dominantes como conteúdo; e a “solução populista”, que seria baseada nas relações pessoais paternalistas entre chefe e seus dependentes e na imagem de um líder carismático ou próximo disso.

A essas formas correspondem mais uma vez as estratégias do Pólo, desenvolvidas ao longo desse período, e configuram a correlação de forças que emolduram toda a luta sindical do Submédio. Isso explicaria, por exemplo, a necessidade de um investimento na política partidária alternativa e de oposição ao poder tradicional dos potentados, pelos líderes sindicais. Sinal de que esse sistema de controle político e social sempre esteve armado, tendo sido apenas enriquecido em novas fórmulas de aparição.

É fato que, desde os anos 80, vêm acontecendo importantes mudanças, mas as forças políticas dominantes locais souberam se articular e se manter no poder, tornando-se mais integradas ao sistema econômico nacional e global, uma vez que a circulação de capital (tecnologia e dinheiro) passou a ter uma presença no Submédio sem precedentes na história regional, independentemente da legalidade.

Quanto às mudanças estruturais, estas se deram sobretudo após a construção da Barragem de Sobradinho na década de 1970, não por iniciativa de um empreendedorismo privado, ao contrário, através de fortes esquemas de intervenção pública, que afetaram a região de modo profundo.

Esse processo trouxe a marca de um tipo de favorecimento costumeiro, intrínseco à reprodução dos esquemas de privatização da coisa pública praticados pelas aristocracias rurais sertanejas, e que sempre foram aplicados em outros momentos e dentro de proposições diferentes ou até opostas (como no caso da “indústria da seca”), mas que também encontraram formas de participação favoráveis a seus interesses durante a instalação do mega projeto hidrelétrico..

Um dirigente da FETAPE me ilustrou esse fato, ao contar como, na situação do sertão, “tudo que é ruim se mistura”. Ele expõe os nomes das empresas que, além da agricultura da maconha, desde os anos 80, se beneficiaram com a Barragem de Itaparica, entendida como importante para o desenvolvimento regional:

Com os projetos de irrigação quem se deu bem não foi quem precisava, mas a Norberto Oderbrecht, a Mendes Júnior, a Queiroz Galvão a OAS que dizem que é de propriedade do genro de Antonio Carlos Magalhães... Quer dizer, a obra saiu mas contra a concepção prática dos usuários, já viu isso?

(Entrevista concedida por Januário, oriundo do Submédio, e dirigente da FETAPE, em 1999).

Quando perguntado sobre quais políticos se beneficiaram:

Ah! Com certeza o povo se deu bem: ACM, José Carlos Aleluia, que foi presidente da CHESF e deputado Federal, e muitos prefeitos da região. A CHESF aqui fazia o prefeito que quisesse, o vereador que quisesse. Ele tinha um poder muito grande aqui na região, porque tinha como viabilizar recursos, e agia com esses recursos, dentro da política tradicional aí de 500 anos... (Januário, entrevista em 1999).

Essa virada, portanto, a partir dos anos 70, se estabelece nos mesmos termos da continuidade dos esquemas do coronelismo mas acontece uma arrancada decisiva a partir do final da década de 80, atingindo as relações de trabalho e de produção na agricultura e criando a imagem de um novo território que se constitui pela dinâmica reformulada dessas velhas práticas.

Mota (2006) destaca que

O forte apoio estatal se deu por meio de fartos incentivos fiscais e financeiros e com o suporte das instituições públicas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (Codevasf), foram fundamentais a consolidação de uma base produtora de frutas frescas nos anos 80 (Mota, 2006, pp. 79 – 99).

A dinâmica da acumulação capitalista e a conseqüente circulação de riquezas adentram no isolamento do sertão, com a presença mais agressiva do agronegócio frutícola dirigido por multinacionais, arrendatárias formais de terras dos potentados ou devolutas, sobre as quais os potentados exercem pressão e poder. Mas também em função do cultivo ilícito da maconha, demandando terras “livres” (o que significa as passíveis de grilagem, devolutas na maioria ou de pequenos proprietários ou posseiros) e, eventualmente, com agregação de impunidade (o que significa, estarem sob o domínio de um potentado) como requisito de seu controle, e atuando sobre um sistema de irregularidade fundiária clássico. Ao demonstrar uma suposta “ausência do Estado”, esse sistema age no sentido de afirmar a presença dominante de um domínio regional ainda forte do privado sobre o público (aristocracia sertaneja?).¹³⁷

Quanto à persistência do sistema de mandonismo dos coronéis em nova roupagem e adaptado às modernidades que interessam ao padrão de lucratividade dos potentados, pode-se indicar que, na face ilegal, com a presença de uma agricultura ilícita no Submédio, esse sistema se reproduz pela manutenção de uma rede e de um ambiente de impunidade e corrupção, que se alimentam mutuamente e dão sustentação à discriminação, e à abertura de alternativas para a criminalidade (no sentido da reserva de mão de obra para o cultivo ilícito por ausência de saídas pré-determinadas) dos segmentos subalternizados que são naturalmente desprovidos do direito de impunidade .

Como acrescentar, ainda que de modo especulativo, dada a dificuldade e risco de se levantar fatos de comprovação, mais elementos à compreensão da existência de uma relação de interesses entre os potentados do sertão e o negócio da maconha sobretudo nas esferas financeira (empréstimos) e na distribuição, nessa ordem, e só em último lugar na ocupação de suas terras?

¹³⁷ Pesquisa realizada pela advogada e cientista social, Érika Macedo Moreira, cita ponderações do deputado Fernando Ferro, que aparecem em <http://odia.ig.com.br/policia/p1090405.htm>: “**INCRA Expropriou apenas 14 Áreas**”, **sítio que visitou em 09/04/02**, onde o Deputado afirma que as ações envolvendo expropriações de terra localizadas com plantio de maconha, embora pacíficas e incontestáveis, só atingem o pequeno agricultor e raramente o latifúndio. Vale destacar a possível indicação de uma articulação entre público e privado e que aqui chamamos de reprodução do mandonismo nesses novos tempos: a expropriação para fins de reforma agrária de terras flagradas com cultivo ilícito, é praticada pelo INCRA e decorrente de ações policiais, e esses encaminhamentos envolvem, inegavelmente, propriedade da terra e relações de poder (Moreira, 2007).

O investimento na produção dá dinheiro, mas pouco em termos de magnitude. Dá inclusive para diferenciar de uma situação em que o mercado legal geralmente não permite: a produção atrai gente diferente, em geral de classe média, os que se tornam os 'novos ricos' da região, mas que nem sempre têm terra. Ou envolve pessoas que têm terra, mas atuam de modo associativo: tive acesso a processos na Polícia e vi casos de jovens, filhos de fazendeiros, alegando que a família não sabia e que resolveram, por conta própria, se associar a alguns plantadores oferecendo no acordo uma parte mais distante da terra dos pais que era mais escondida. Esse argumento pode não ser necessariamente verdadeiro, mas aponta num certo sentido: os endinheirados privilegiam seu investimento (terra ou dinheiro) através do envolvimento no financiamento da plantação ou na comercialização do produto, o que rende mais do que o dobro. Isso dificilmente é possível sem uma certa superposição de poderes e cargos que transitem entre a clandestinidade e a legalidade, para viabilizar, desde bancos - onde se realizam pedidos de crédito ou são feitos depósitos - até a abertura de postos de serviços no comércio de vários tipos - basicamente voltados para a lavagem do dinheiro (o que é visível, mas de difícil comprovação).

Outro sistema de contato dos potentados (aqueles que têm posses ou patrimônio) aparentemente se encontra na facilitação do transporte e trânsito da droga evitando a apreensão da mercadoria. E isso ainda conta com o fato de que a polícia - local e federal - privilegia a erradicação do plantio e, portanto, a repressão à produção, resultado de uma concepção já indicada como proibicionista. Isso impele, de modo consciente ou não, a reprodução de um modelo classista de repressão, por atingir mais os empregados do negócio do que seus donos. Estaríamos diante de um coronelismo pós moderno?

No território mais amplo focado nesta pesquisa, os pobres rurais no Submédio só ameaçam o sistema de poder quando lutam pela sua condição de agricultor irrigado e reassentado nos termos da luta sindical, mas são úteis quando se reproduzem sem limitações, desde que no trabalho assalariado temporário, no semi-assalariamento, no arrendamento compulsório de suas pequenas terras imposto pelos traficantes/donos de roças de maconha, ou nas relações informais de parceria - todas formas de relação de trabalho também verificadas como expressão de evidência por Ferraz de Sá (1974) nos anos 1960 para o Vale do São Francisco e que perduraram até hoje na atividade legal assim como também se incluíram no campo do ilícito. Isto representaria, a meu ver, um tipo de desenvolvimento estabelecido nos marcos da já famosa modernização conservadora, revelada em mais uma de suas expressões, como já foi discutido em capítulo anterior.

Que acréscimos poderiam ser apresentados em termos de efeitos negativos importantes desse moderno mandonismo na sociabilidade do sertanejo pobre? A maioria poderia estar relacionada - para um estudo mais aprofundado nessa direção e que não será feito aqui - no âmbito da cultura sindical (contrário à coletivização das demandas pelos direitos) e da reprodução social (na questão da sobrevivência diária). Essas pressões negativas do mandonismo revisto se evidenciam e se recolocam para o sertanejo, sobretudo quando articuladas aos desafios do surgimento de um capitalismo ilícito que emerge no mesmo contexto do desenvolvimento espetacular desse novo sertão irrigado que se globaliza legal e ilegalmente.

O que representam as condições atuais na experiência de vida do sertanejo pobre que se depara com antigas formas de opressão como fantasmagorias que se perpetuam com pequenas modificações, e que ainda se associaram a outras, que assumem a aparência de novidade? Dito de outro modo: o que significa ser sertanejo pobre nas condições dadas de hoje na região? O que mudou? Ou, então, como se colocar no lugar de um deles?

A expressão mais forte que pode se aproximar de uma resposta a essas questões, como especulação, é o padrão de precarização do trabalho, através de vários processos e formas: pela fragmentação dos trabalhadores que se individualizam e são individualizados na sua

rotina de escolhas e decisões; pelo medo do desemprego e de insuficiente remuneração, que atormenta a possibilidade de fixação dentro de suas raízes já afrontadas pelo Estado; pela pressão do perigo sobre a vida ou sobre a liberdade; pelo pavor da Polícia, pelo temor à lei e pela submissão à “lei do silêncio”, herdada dos coronéis e reafirmada na atualidade como uma sombra. Estas seriam algumas indicações mais consistentes. Isso se reproduz, variando obviamente em intensidade e em termos de resposta financeira - segundo fatores diretamente relacionados aos riscos de prisão ou de estafa física - nas duas agriculturas que, para ele, se colocam como expressões de dominação: cultivando frutas como assalariado temporário ou cultivando maconha. É do outro lado que aparece, na expressão de uma possibilidade de autonomia, a opção que estaria representada pela agricultura dos reassentamentos, e que é a menos apoiada pelo Estado, como visto no capítulo 2.

Para esta pesquisa, os anos 1960 analisados por Ferraz de Sá (1974) teriam sido um ponto de partida para o desenvolvimento em escala geométrica do mesmo processo de flexibilização da dominação sertaneja que ainda se mantém com vida, apesar de reformulado, em pleno alvorecer do século XXI.¹³⁸ A existência de velhas práticas e uma experiência no campo da corrupção, que se viabiliza pela impunidade ou pela persistência de uma relação simbiótica entre o lícito e o ilícito, tem caracterizado parte da assim chamada aristocracia rural dentro de um desempenho que lhe fornece sociologicamente um lugar singular nessa criação.¹³⁹

Esse grupo atua, dada a posição privilegiada pela qual luta diuturnamente, na hierarquia política nacional e regional, o que se concretiza em cargos executivos barganhados ou obtidos na política profissional pelo sistema clientelista atualizado ou antigo. Esse processo de dá seja por meio da ação coletiva que pressiona seu poder relacionado à concentração fundiária, conseguido com o peso da bancada ruralista que cada vez mais se diversifica e se transforma de “pessoa física” para “pessoa jurídica” e aumenta seu poder (bancos e transnacionais emergindo como grandes proprietários, em lugar da *persona* do antigo coronel, por exemplo), ou via canais de intermediação de verbas públicas (que o Pólo identifica ao encaminhar pedido de Painel de Inspeção ao BID), por meio de disputas políticas por verbas em esquemas do tipo “Escândalo da Mandioca”, ou mediadas pelas aparentemente simples brigas de família.

Apesar de todas essas formas, os potentados nunca abriram mão de um braço clandestino na reprodução de seu sistema de poder. Por esse motivo os Novaes, os Ferraz, os Benvindos, os Gonçalves, os Araquã, entre outros, estão – mesmo divididos por tendências – ao mesmo tempo no parlamento ou como nomes emplacados em escolas, bibliotecas, fóruns etc. Na outra face, seus nomes aparecem nos jornais, inclusive como comandantes do cangaço moderno, de quadrilhas, de roubos de carga, de donos de terras com plantio de maconha, e assim seguem, aqui ou ali, sempre interessados no aumento de suas terras e de seu capital: bases de seu poder.

5.3 De volta à atuação do PSSSF em relação à maconha

Num quadro no qual o senso comum justapunha a agricultura comercial de maconha estritamente à violência, foram organizadas pelo Ministério Público, entre 1996 e 1997, audiências públicas nas cidades mais conflitadas, como Cabrobó e Serra Talhada. Nelas, a

¹³⁸ Nos anos 1970, os desdobramentos do capital financeiro se aceleraram permitindo, inclusive, uma integração do capitalismo ilícito pelas vias legais em várias direções, incluindo a diversificação de investimentos dos potentados (fato difícil de ser comprovado por evidência empírica, mas perceptível em seus sintomas), e a ampliação das formas simbólicas de representação assumidas por eles no interior das estruturas e dos campos de atuação do Estado..

¹³⁹ Gómez (1993) discute essa interpenetração entre o lícito e o ilícito na mesma família, como uma espécie de divisão do trabalho.

presença da Igreja se fazia mais clara na opinião pública do que a do Pólo. Comentadas pela imprensa, em veículos locais e estaduais, as audiências geraram muitas expectativas, inclusive porque, sendo abertas a representantes da sociedade civil, realizavam uma espécie de ritual, onde o cidadão comum encontrava espaço para “falar o que pensa”.

A audiência de Cabrobó aconteceu no início do ano de 1997. Fulgêncio participou e fez um longo e inflamado depoimento onde expôs, segundo a advogada do Pólo na época, sua preocupação com a influência da maconha nas áreas dos projetos de reassentamento.

Ele [Fulgêncio] citou casos de roubos, presença de motos novas como sintoma de enriquecimento suspeito, a circulação de carros estranhos à área durante a madrugada, ambulâncias¹⁴⁰ que não levavam doentes mas levavam o quê?, insinuou. Além disso, Fulgêncio, com aquela coragem, ainda indicou nomes, isso foi muito forte! Ele denunciou até envolvimento da polícia. E lá todos recuaram o discurso depois da identificação da polícia. Ele disse com todas as letras que esse pessoal todo queria era a saída do Pólo da área para deixar livre prá eles. Por isso até na cooperativa [X] teria gente ligada a maconha e o governo ainda repassava os créditos por eles e não pelo pessoal do Pólo. Isso foi muito forte mesmo! (Dr^a Vera, entrevista em 2003, anotada em caderno de campo. O “x” substitui o nome do Projeto)

Em maio de 1997, o PSSSF intervém através de uma ação política com forte repercussão na região e na mídia. Apelando a seus aliados no parlamento - entre eles o Deputado Federal Fernando Ferro, eleito dentro do campo político criado pelo Pólo - a reação organizada contra a presença do cultivo ilícito centrará seu foco definitivamente na questão da *violência* e na *denúncia ao governo* como estratégias de ação, para demonstrar que o problema é nacional, porque rompe com a barreira das questões locais. Neste âmbito, as audiências públicas ganharam a posição política de um trabalho federal, através da criação de uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados. Novamente a expectativa da população é enfatizada pela imprensa, ainda destacando a Igreja, mas, desta vez, por um motivo diferente.

Considerando-se a questão de segurança e a necessidade de separação entre a atuação do Pólo e o registro da agricultura de maconha, pude levantar dados que me permitem afirmar que existe uma articulação intrínseca entre as agências que em algumas situações se revela mais ou menos forte. E, que, além disso, apesar das ingerências para a criação da Comissão terem sido conduzidas prioritariamente pelo Pólo, neste caso, a Igreja não apenas apoiou, como foi quem informou à imprensa e assumiu a autoria das negociações. Na verdade, políticos como Alcides Modesto ou Fernando Ferro eram militantes da linha da Igreja e ao mesmo tempo assessores ou aliados diretos do Pólo.

A proposta ganha notório espaço nos jornais onde se relata a primeira escalada, com a presença da Comissão em Serra Talhada. O anúncio da chegada da Comissão em Serra Talhada é feito em matéria jornalística produzida pela Sucursal de Brasília e deixa clara a atuação prioritária de um determinado partido político que mobiliza e investe seus quadros regionais (nordestinos) na questão e, especificamente, na constituição da Comissão, reforçando a tese do “cinturão de oposição” em defesa dos trabalhadores, que é acionado pelo Pólo.

Chega hoje a Serra Talhada a comissão externa da Câmara Federal destinada a investigar a denuncia de violência na região denominada Polígono da Maconha. Na parte da tarde, seus membros - os Deputados Fernando Ferro (PE, presidente), Humberto Costa, Gonzaga Patriota (relatores), Alcides Modesto (BA) e Jacques Wagner (Ba), todos do PT -

¹⁴⁰ Informalmente, Fulgêncio relatava aos conhecidos, segundo pude apurar durante o trabalho de campo, uma acusação: que sabia que as ambulâncias da CODEVASF, na época controlada pelo PFL, estavam envolvidas com o transporte de maconha para fora das áreas de plantio e por isso atravessavam as agrovilas do Projeto.

reúnem-se com representantes do Ministério público para discutir a situação da região. (...) Além do relatório expondo ao Governo Federal a situação da área – que Ferro já apelidou de “Medelín Sertaneja” numa alusão à cidade colombiana controlada pelo tráfico de drogas – a comissão encaminhará ao Ministério da Justiça uma série de medidas visando reduzir drasticamente o índice de violência e o combate ao tráfico de drogas no polígono, conhecido como maior produtor de maconha no Brasil (*Jornal do Comércio*, Recife, 24/04/ 1997, grifos de AMMR).

Destaque-se que, ao lado da “violência” como centralidade do problema e da identificação com o crime organizado internacional, sem qualquer referência ao mandonismo local (considerando-se que todos os deputados apontados sempre demonstraram reconhecer essa realidade, tendo, inclusive montado suas candidaturas num campo político de oposição ao mandonismo tradicional), o mais interessante seria a alusão à produção agrícola ilícita que identificaria esse território dentro de uma cadeia produtiva, esta sim, internacional.

Outra observação deve ser feita em relação à articulação realizada – mais uma vez e por um motivo diferente - entre os estados da Bahia e de Pernambuco no sentido de se obter uma ação estratégica mais eficaz. Do mesmo modo, juntando interesses supraestaduais, essa região construiu as bases institucionais para o Pólo Sindical, na luta pelos direitos dos afetados pela Barragem de Itaparica. Desta coincidência deve-se extrair o conteúdo de uma integração que, geralmente, é montada no campo da atuação organizada dos trabalhadores, nas lutas de base, e através de seus representantes, na política partidária e no movimento sindical.

A matéria mencionada acima informa também que, no dia seguinte, a Comissão se reuniria em Cabrobó, tendo sido agendada uma audiência com a presença de prefeitos, líderes políticos, representantes sindicais, da Igreja, autoridades da área de segurança, para levantar informações, fechar compromissos e produzir o relatório que foi entregue formalmente em audiência ao Ministro da Justiça, na presença dos prefeitos da região, para que chegasse às mãos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na mesma matéria, sobressai o conteúdo da entrevista com a fala de frei Paulo, destacando uma visão que interessa aqui nesse texto, no sentido de associar o cultivo de maconha com as dificuldades dos reassentados imputando a responsabilidade ao Estado, o que só gradualmente será incorporado pelos sindicalistas:

Frei Paulo Cardoso, que deverá estar presente juntamente com os bispos de Juazeiro (BA, D. José Rodrigues de Souza, de Floresta, D. Ceslau Stanula e o de Afogados da Ingazeira, D. Francisco Austregésilo de Mesquita, acha que o Governo Federal, através da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) prejudicou a região, contribuindo para que milhares de pessoas ficassem sem ter o que fazer em Santa Maria da Boa Vista ao longo dos últimos dez anos. O religioso fez referências, neste sentido, ao Projeto Caraíbas, implantado pela CHESF que recebeu 1500 famílias que vieram de outros municípios (Petrolândia, Itacuruba e Floresta) por conta da construção da Hidrelétrica de Itaparica. “Passados dez anos, as famílias permanecem recebendo uma ajuda de custo sem nada produzir, porque as obras não terminaram”, afirmou, admitindo que esse fato contribui para o aumento da marginalidade na região. Os prefeitos de Santa Maria da Boa Vista, Leandro Duarte e o de Lagoa Grande, Jorge Garziera, garantiram sua presença à reunião. Tratam-se de dois municípios que têm muita influência na região, como grandes produtores de frutas no São Francisco e que também tem sido marcados pela violência”. (*Jornal do Comércio*, Recife, 24/04/97, grifos de AMMR)

Nessa citação vale destacar, primeiro, o enfoque relacionando à causa do problema da marginalidade da prática do cultivo ilícito, com as ações do governo federal, via CHESF. Depois, a localização mais enfática no Projeto Caraíbas, em Santa Maria da Boa Vista, que

reúne trabalhadores, entre outros, do município de Floresta, onde ocorreu o episódio do “Escândalo da Mandioca”.

Esse episódio é mais do que conhecido pelos segmentos que foram forçados a se deslocar por conta da Barragem e acabaram nas terras do Projeto Caraívas, por onde, como fica cada vez mais claro, se deu a entrada da “base do Pólo” na agricultura de maconha denunciada por Fulgêncio. Assim, outra coincidência que merece destaque é a combinação existente entre o refluxo da luta, no compasso da espera pelo Estado, e a presença de reassentados – inicialmente os mais jovens - no cultivo ilícito. Do mesmo modo, vale ressaltar o nervosismo da atuação da liderança que, sempre na cabeça da luta, e no alto das articulações políticas, parecia ter uma sensibilidade mais acurada para o perigo político dessa junção, além, claro, da questão moral internalizada na visão pessoal de Fulgêncio, mas que sobretudo se caracterizava como afeta à condição de ser líder.

Outra matéria, do dia seguinte, indica a repercussão do evento quando fala sobre a expectativa acerca da presença de políticos federais na cidade discutindo abertamente o problema da maconha:

A presença da Comissão Externa (suprapartidária) da Câmara Federal composta por oito parlamentares da Bahia e Pernambuco ao chamado Polígono da Maconha está despertando as atenções dos mais variados segmentos políticos e setores da sociedade civil da região. (...) O bispo diocesano de Petrolina, frei Paulo Cardoso, que se encontrava em São Paulo, soube da reunião através do **JC** e disse que fará o possível para comparecer ao encontro de Cabrobó (*Jornal do Comércio*, Recife, 25/04/1997).

Mas a situação mais inusitada - ou paradoxalmente, mais rotineira - durante os trabalhos da Comissão tanto em Serra Talhada como em Cabrobó, só seria revelada alguns dias depois, demonstrando o grau de impunidade e o enraizamento das relações de mandonismo e sua ‘capangagem’, no Submédio. Artigo do mesmo jornal denuncia desde o título: “Pistoleiros Assistiram Reunião com Deputados.” Assim aparece registrado em trechos do texto:

Três pistoleiros e, provavelmente, dois chefes de quadrilhas que atuam na região, participaram tranqüilamente, sem que fossem notados das reuniões que a comissão parlamentar da Câmara dos deputados promoveu no “Polígono da Maconha”, no sertão de Pernambuco, na semana passada. Os parlamentares somente foram informados sobre a presença dos bandidos quando se preparavam para retornar a Brasília. O coordenador da comissão, o Deputado Fernando Ferro (PT-PE) revelou, ontem, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que antes de retornar a Brasília, foi procurado por um homem, aparentando 35 anos, que denunciou a presença dos pistoleiros. “Isso é uma ousadia sem limites”, protestou o parlamentar. Ferro disse também que na mesma reunião estavam presentes os secretários da Segurança e da Justiça de Pernambuco, o comandante da Polícia Militar e o superintendente da Polícia Federal. “Com tantas autoridades da área de segurança, é inadmissível que um ato desses tenha acontecido”, disse. Ele afirmou que ninguém desconfiou da presença dos bandidos nas reuniões, “Nem mesmo as pessoas das cidades, que se conhecem, tiveram a coragem de revelar durante o encontro que a bandidagem estava ali representada. Veja a que estado chegamos ali naquela região”, afirmou (*Jornal do Comércio*, Recife, 01/04/1997).

Deste relato pode-se afirmar, à primeira vista, que houve um ato individual extraordinário quando um homem jovem teve a coragem de alertar a Comissão sobre a presença dos bandidos, porque provavelmente partilha de suas intenções positivas. O deputado teria ainda dito que segundo o relato desta pessoa, os bandidos não apenas ouviram

tudo que foi discutido como anotaram, “inclusive o encontro dos promotores e juizes, numa demonstração de que estavam organizados” (*Jornal do Comércio* 01/05/1997). Entretanto, não seria absurdo, e até mesmo seria muito mais coerente com a realidade que se pudesse pensar deste ato, justamente o seu contrário: que certamente as relações de dominação presentes no sertão criaram uma oportunidade para informar aos que desafiam seus domínios, entre os representantes políticos e as autoridades constituídas – e isso porque podem fazer isso com autoridade - a quem pertence o controle daquele território. Não por acaso, o Deputado Fernando Ferro também contou que a comissão recebeu informações sigilosas durante as audiências – inúmeras cartas - com denúncias contra policiais militares que atuam na região que teriam envolvimento com o negócio da maconha. E a matéria continua relatando com certo espanto:

Quanto à participação dos pistoleiros nas reuniões, o Deputado disse ainda que a pessoa que os denunciou, disse apenas que eles estavam presentes e anotaram tudo o que foi discutido, inclusive no encontro dos promotores e juizes, numa demonstração de que estão organizados (*Jornal do Comércio*, Recife, 01/05/1997).

Essa questão se revelou preocupante para as autoridades presentes, assim como para as entidades civis que apoiaram a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, entre elas, o Pólo, na expectativa da obtenção de uma maior visibilidade sobre o problema junto ao Estado (apontando, inclusive o lugar do movimento sindical ao lado de todos os de bem) e a sociedade em geral. E, claro, considerando-se a posição política de oposição dos parlamentares comprometidos com a Comissão, era possível deduzir que se pretendia, nesse episódio, obter soluções construídas pelo governo como representante máximo da autoridade nacional ao nível da *segurança*. Para isso, essas diferentes instâncias se juntaram para encaminhar uma denúncia que demonstrasse a construção de um consenso entre diferentes, apontando o “perigo civilizatório” eminente na *violência associada ao cultivo de maconha e suas inter-relações com os esquemas de poder local*.

Embora o Relatório produzido pela Comissão da Câmara (Governo Federal, 1997) afirme que os trabalhos apontaram para “três vertentes do debate sobre a questão da violência no sertão: Segurança, Justiça e Sociedade” (pp. 4), as propostas privilegiavam, inegavelmente, as ações relativas ao primeiro dos três eixos, e destacavam positivamente as ações da “Operação Asa Branca”, desenvolvida entre 1995 e 1996, coordenada por uma força conjunta: FAB, Exército, Polícia Civil e Militar, e apelam para a falta de recursos para armamentos, infra-estrutura e pagamento de pessoal. Por ato falho ou não, nesse mesmo capítulo, o relatório, depois de definir que a produção e o tráfico (de maconha) “são a base para o nascimento e expansão da violência” (pp. 6) ou, algumas linhas depois, que “algumas pessoas entraram para a marginalidade primeiro como agricultor de maconha, depois como pistoleiro, devido à falta de uma política agrícola que viabilize a pequena produção” (pp. 6), o texto troca as nomações dos escândalos característicos do mandonismo local relativo à “Mandioca”, ao afirmar: “É importante registrar que em 1986, cinco anos após o escândalo da *maconha*, quando o dinheiro do Banco do Brasil foi desviado para beneficiar algumas pessoas e por isso o crédito rural foi suspenso na região, foi observado um incremento no plantio de maconha”

A repressão, enfim, acaba se configurando como uma forma nova de ação do Estado sobre a região na esfera institucional estatal e por solicitação da oposição aliada dos militantes do PSSSF. O governo FHC acompanhou esse processo parlamentar mudando o privilegiamento da intervenção política da esfera da política energética (o que levaria à conclusão dos sistemas de irrigação nos Projetos de reassentamento) para a esfera da Segurança Pública.

No eixo da Justiça, entre outros temas, o Relatório informa que – aparentemente acatando a liberdade literária dos jornalistas - as organizações criminosas envolvidas com a

maconha, se auto denominam “comandos caipiras” por que sofreriam influência do “Comando Vermelho” e do “Terceiro Comando”, do Rio e de São Paulo, mas alegando com certa timidez que o papel dos braços clandestinos das famílias seria utilizado, numa função menor – a de tráfico de influência. Afirma ainda que existe uma relação inversamente estabelecida entre as operações de erradicação praticadas pela Polícia e o aumento de assaltos nas estradas, quando então revela uma outra articulação interessante com as agrovilas de reassentados, ao afirmar que os bandidos geralmente se escondem nessas comunidades.

O tema da segurança enfatiza as dificuldades da Polícia, materiais e financeiras (verbas de suporte, salários e planos de carreira, equipamentos, viaturas, instalações, superlotação das penitenciárias, desaparecimento das unidades do IML) e de pessoal (em termos de quantidade e qualidade), que obstaculizam a atuação do Ministério Público no sentido de dar cumprimento a mandados de prisão, coletar evidências, encaminhar inquéritos, coisas que se repetem no país mas que ali alimentam a impunidade e se tornam graves no contexto da produção e tráfico de maconha.

O eixo da comunidade basicamente aponta a ausência de uma política agrícola como o maior problema e ainda denuncia o desmonte do Banco do Brasil nessa função, o que, pela data, diz respeito a um efeito, super estendido e retardatário, do Escândalo da Mandioca:

Falta dinheiro para a atividade agrícola. O Banco do Brasil abandonou a região: não há mais crédito para o pequeno produtor. Em 1987 o Banco do Brasil de Cabrobó fechou 2.860 contratos agrícolas; em 1996 só fez 70 contratos. Enfim, sem terras, sem dinheiro, como sobreviver? (pp. 9)

Finalmente, neste último eixo, o Relatório destaca a observação dos parlamentares que se sobressai pela descoberta de uma contradição: a de que foi percebido como grande o interesse da população quanto à violência, verificado pela intensa participação nas Audiências Públicas por um lado, mas que, por outro, revelou que o “medo da polícia”, para os moradores, se somava ao “medo da violência da maconha”.

Ainda assim, das 26 medidas elencadas no documento, produzidas a partir de sugestões das Audiências Públicas e das discussões entre os Parlamentares, 19, isto é, quase 70%, referem-se a medidas repressivas. Ladeando solicitações de conclusão dos projetos de irrigação para os reassentados, o desenvolvimento de uma política agrícola favorável e a liberação de uma carteira de crédito ao pequeno produtor pelo Banco do Brasil, as medidas reivindicadas são abrangentes: vão desde a implementação da repressão direta, através da integração de polícias, órgãos de pesquisa e poderes municipais, estaduais e federais, passando por formas de controle do direito de ir e vir, pela ampliação e melhoria das cadeias públicas, criação de varas criminais especializadas, unificação dos sistemas estadual e federal de fornecimento de folha de antecedentes criminais, e se estendem até a indicação que valoriza a delação feita por cidadãos.

A ênfase, a meu ver, é coerentemente reveladora de uma determinada escolha interpretativa e do clima apaixonado que geralmente decorre de debates públicos, além, claro, da forma como atingiu a consciência política dos parlamentares e dos apoiadores da proposta da Comissão, entre eles, o Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Sobretudo se levarmos em conta que o sujeito sobre o qual recai a proposta da prioridade repressiva é considerado um novo e recente delinqüente ameaçador que pode ser identificado entre algumas pessoas que, segundo o relator, começaram como agricultores de maconha e depois viraram pistoleiros.

Isto significa que para o Pólo, o agente sobre o qual se julga a necessidade da criminalização, aparentemente está fora do circuito da sua base sindical. Do mesmo modo, isto aparece na visão dos parlamentares que são aliados deste sindicalismo. Enfim, do ponto de vista da representação dos trabalhadores rurais, trata-se de sujeitos que devem ser condenados e esse ato não deve afetar ou comprometer as ações pertinentes à luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica, por que são coisas diferentes e estranhas uma à outra.

O Relatório, intitulado “Violência no Polígono da Maconha” é datado de 24 e 25 de abril, mas entregue oficialmente em Brasília no mês de maio de 1997. Enquanto a tramitação desse encaminhamento ocorria, os eventos criminosos se tornavam cada vez mais frequentes nos projetos, sobretudo no Caraívas (assaltos, roubos, ameaças). O governo federal (FHC) passou a ser percebido pelos militantes, que atuavam nas agrovilas em que moravam, também através de um embate projetado pela permissão de criação de mais de uma cooperativa. Isso gerava uma identificação tipo estigma: uma delas se qualificava como “a do Pólo” e a outra como sendo “a do povo da maconha”, o que resultava tenso, principalmente porque, na prática, somente uma delas tornava-se apta pelo governo para receber o repasse de recursos para os projetos, depois que a CHESF foi sendo gradativamente destituída dessa função.

Na medida em que o governo tomava partido nessa disputa - materializado em suas ações a partir das escolhas feitas pelos representantes do poder local que falavam em seu nome e que se estabeleciam “contra o Pólo” - este também incorporava a feição adjetivada de optante pela cooperativa do “povo da maconha”. No ano de 1997, o GERPI entrou mais forte nas negociações diretas, afastando e reduzindo poderes da CHESF. Fulgêncio denunciava que o GERPI sabia do envolvimento de grupos de poder, relacionados ao tráfico, por que numa reunião na base houve a denúncia na frente de um “certo Dr. Osvaldo” que fazia parte do governo e falava em nome deles.

No projeto em que Fulgêncio morava, segundo declarações que fez a amigos, o que ele designava como “politicagem da era FHC” começou assim: o “pessoal da maconha” que era representado pela “mistura de gente envolvida no cultivo e comercialização da maconha, mais pessoal ligado aos “Coelho” e mais do PFL, o prefeito e gente da CODEVASF” primeiro formou uma chapa para disputar a direção da cooperativa e perdeu, depois criou uma cooperativa própria só com “gente deles”. O militante percebia nas ações do GERPI um certo estímulo à duplicação da representação política, motivado pelo repasse de verba que alimentava o clientelismo seu aliado e interessado no enfraquecimento do sindicalismo e sua presença na área dos reassentados, nesse novo estágio. Que estágio? Uma vez reassentados, os trabalhadores mudam de fase nas suas necessidades e estratégias de luta, porque, estabelecidos na terra, sua relação com o Estado passa a privilegiar as condições de permanência e reprodução econômica e social através da agricultura e, assim, do contexto da questão agrária migram para o da questão agrícola.

Como afirma Januário, dirigente da FETAPE naquele ano: “As lutas do movimento sindical tem a sua demora, e às vezes o tempo da luta sindical é diferente do tempo das necessidades” (anotação em Caderno de Campo, 1991).

As cooperativas representam uma instância crucial na reprodução dos reassentados, porque passavam por elas todos os recursos principais desde que o GERPI foi criado, rompendo e mudando o diálogo direto entre Pólo (e seus representados), e a CHESF (única representante do Estado até então). Esses recursos tem várias direções e finalidades: extensão rural, construção dos núcleos, escolas, postos de saúde etc; manutenção permanente das máquinas de irrigação nos Projetos e seu funcionamento diário em cada lote, por exemplo. Desta forma, as mediações políticas podem afetar profundamente as condições de vida dos reassentados, como era o caso denunciado no Pólo, de que as empresas de operação e manutenção, eram escolhidas, desde cima, sem passar pelos usuários e, por isso, eram todas vinculadas, segundo Januário, ao “pessoal da CODEVASF”.

Os termos da negociação política se modificavam no miúdo porque, apesar de significarem formas de repasse de dinheiro público e federal, passaram a ter mais evidência e peso na própria base, onde, muitas vezes, os grupos de poder da cooperativa de oposição ao Pólo passaram a ter a vantagem de poder acenar com “o perigo da perda de algum repasse sem o devido prestígio junto ao governo” ou com um leque de vantagens estabilizadas por relações políticas das quais eram o centro de interesse mais favorecido.

O que parecia “magoar” a militância era que, para eles, o GERPI (personificação do governo federal, descendente patrilinear da CHESF), sabendo de tudo, principalmente sobre a interferência da gente do crime nessas novas cooperativas, ainda assim, aceitava autorizar os repasses através delas. No desdobramento da ação política da entrada da questão da maconha na agenda do Pólo, se desenhava um novo modelo de Estado.¹⁴¹ O ator público estatal, designada para os Projetos de Reassentamento de Itaparica, se definia através da clientela potencial. Assim, um grupo de coordenação do GERPI era estabelecido segundo o número de associados, os quais, por sua vez, determinavam as ofertas de cada cooperativa em grandes ou pequenas concessões. Para cada projeto (onde variava o número de agrovilas), o GERPI (coordenação central) constituiu um “Termo de Opção” para que cada família de reassentado escolhesse (assinando em documento) a qual cooperativa preferia se filiar, sabendo-se que o volume de participação nos recursos variava segundo o número de associados. Deste modo, com uma certa propaganda tendenciosa, conseguiam estabelecer – e bem perto dos acontecimentos - um campo de disputa, em bases desiguais. Isto aconteceu certamente em Rodelas e em Santa Maria da Boa Vista, onde houve uma disputa acirrada entre o Pólo, de um lado (na segunda, com apoio ativo de Fulgêncio), e a prefeitura e a CODEVASF, ambas dominadas pelo PFL, de outro. O Pólo perdeu na primeira e ganhou na segunda, mas a divisão já ficou estabelecida, significando que, neste caso, o adversário ganhou nas duas situações.

Quanto ao Pólo, o que estava em xeque era seu poder de representação da base e a autoridade na condução do processo de reassentamento que era um desdobramento da luta, que fez nascer o próprio Pólo. Nesta fase, tratava-se de garantir a defesa de seu projeto político, frontalmente oposto aos interesses da política tradicional local e nacional naquele momento. O projeto do Pólo era a defesa de uma proposta de agricultura familiar irrigada, conduzida com autonomia pelos trabalhadores reassentados, com capacidade de fiscalização sobre o repasse de recursos públicos, com direito à participação na discussão sobre as formas de aplicação desses recursos, para que houvesse conexão com a trajetória histórica que fundou dentro dos marcos da luta por reforma agrária mais ampla. Isto envolvia, segundo Eraldo, um dos coordenadores do Pólo:

a criação de um mercado de consumo popular de alimentos a nível regional, uma vez que a fruticultura dos reassentados seria para dentro, enquanto a fruticultura do agronegócio leva a qualidade para fora, exportando, e deixa a crueldade na exploração do trabalhador daqui dentro (Eraldo, entrevista em 2003).

Nesse contexto, a duplicação de cooperativas estimulada pelo GERPI tinha alguma função. Fulgêncio acreditava, segundo a ex-advogada do Pólo, que o objetivo do GERPI era o de minar o poder do movimento e ao mesmo tempo formar um grupo confiável para o mandonismo local, que pretendia disputar, na verdade, a intermediação do repasse de verbas federais, o que, aparentemente, se operava na convivência em um mesmo ambiente da acumulação capitalista em novos negócios (não importa se ilícitos), uma vez que esses grupos se apoiariam mutuamente, cada um com suas demandas, nessa suposta “armação”, na visão de Fulgêncio, na qual vigorava o princípio comum do desvio de dinheiro e de meios institucionais públicos.¹⁴²

¹⁴¹ O Estado tornou-se o **adversário**, aquele que mudou de fisionomia e nome na nova geração *gerpista*, filha dos *chesfistas*, se é que se pode assim chamá-los, com a devida licença poética e situacional, para expressar a experiência embutida nesse processo.

¹⁴² O que se revela nessa exposição como a fala de Fulgêncio foi muito difícil para ser construído pela pesquisa no sentido de preservar alguma estrutura argumentativa do próprio militante a partir de relatos a ele atribuídos sobre o cultivo de maconha., assunto considerado unanimemente como a principal causa de sua suposta execução por adversários ligados aos negócios da maconha e imbricados na política tradicional local. Consegui

O enfrentamento contra o Pólo (enquanto desconstrução do sujeito coletivo), tem pelo menos duas dimensões superpostas: a primeira, ao nível local, onde expressa a presença de esquemas políticos dos potentados (aristocracia rural revisitada) que disputam privilégios, vantagens financeiras e políticas e a clientela que dá sustentação à sua reprodução eleitoral e social. A segunda, no plano federal, desenvolvida na análise de Fulgêncio e acatada por seus amigos e companheiros, poderia ser descrita como uma dimensão de enfrentamento percebida pelo Pólo, onde o governo FHC confrontava o sindicalismo de modo indiscriminado e geral no país, mas ali, especificamente, agiria no sentido de aplinar a luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica que possuía expressão importante no cenário nacional, assim como outras tantas lutas. Isso explicaria a opção político institucional de estabelecer um refluxo na representação coletiva da sociedade civil – expressa pelo movimento sindical na época, em toda sua diversidade que o governo implementou de modo rígido.

Ninguém se recorda das falas de Fulgêncio onde esse tipo de consideração não aparecesse. Assim, real ou representada, essa oposição se constituía como uma explicação sindical do enfrentamento do governo contra eles.

Nesse contexto, a interpretação de Fulgêncio faz sentido se colocada no ambiente certo, por que assim ela deixa de ser apenas dele e ganha o lugar de uma análise estratégica para o movimento que aqui estamos estudando. Como católico progressista e militante multifacetado (dos reassentados, do Pólo, do MAB, da CUT e do PT, além de poeta popular cordelista e participante dos Congressos do MST desde sua fundação) ele atuava nas instâncias que, praticamente juntas, produziam esse tipo de interpretação crítica para o país naquele momento.

Em agosto, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolândia na época, muito ligado ao Pólo, sofreu um atentado na estrada quando voltava de uma atividade sindical. Esse evento marca a maior aproximação da violência. Depois da ditadura, ela poderia ser caracterizada como um retorno da pressão aparentemente seletiva em relação ao sindicalismo. Assim ele relata seu susto e sua interpretação na entrevista que me concedeu:

Eu sofri um atentado em 97, 4 de agosto de 1997. Eu saí de uma reunião no município de Jatobá, numa comunidade chamada Caldeirão. Eu saí de lá por volta de umas 9 hs da noite e no caminho alguém me seguiu de carro. Eu vinha andando normal, daí a pouco o cara acendeu os faróis bem, encostados em mim (...) Uma estrada com muito buraco. O carro me ultrapassou e tinha um pessoal na mala do carro e apontaram três armas para mim e gritaram para que eu parasse, eu não parei. Eu desviei e quando eu fui passar eles dispararam na minha frente e quando passei por eles, atiraram no carro, quebraram um farol, estouraram um pneu traseiro, mas mesmo assim eu consegui fazer a ultrapassagem e segui em frente (...) Eu comecei a me abaixar para me livrar do tiroteio e era muito tiro. Estraçalharam com o carro (...) Um dos tiros me atingiu por trás da orelha e criou um caroço e comecei a botar muito sangue, foi um sufoco prá eu guiar o carro, mas assim mesmo eu consegui rodar 22 quilômetros até entrar na

reconstruir uma certa linha de coerência a partir de comentários, entrevistas e anotações estimuladas pelas mais diferentes situações quando o nome de Fulgêncio aparecia como autor, tanto na boca de assessores – advogados, filósofos, funcionários, como de dirigentes, parentes ou amigos. Mas era essencial nessa pesquisa tentar uma reconstrução. Portanto, dadas as dificuldades, limitações do campo e do próprio pesquisador envolvido em alguma medida com fortes emoções na lembrança da atuação desse líder (que siquer conheci pessoalmente mas aprendi a admirar) a ressalva aponta no sentido de que o leitor especializado deve ponderar sobre essas dificuldades e saber que é enquanto uma aproximação que elas foram aqui registradas e por isso na forma de fragmentos e dispersas ao longo do texto, de acordo com a memória ou coincidência de assuntos. E mesmo que assim seja, mesmo constrangida, asseguro que se demonstrou inevitável tentar colocar as interpretações de Fulgêncio presentes na análise do tema e da história regional no ponto de vista selecionado, apesar de sua morte. Que ele viva então!

cidade de Petrolândia (...) Tem pessoas que dizem que se eles quisessem me assaltar e roubar o carro, não teriam esfaqueado o carro. Eu queria que fosse assalto, ficaria mais tranqüilo. Eu fico muito preocupado e penso: se queriam me roubar o carro porque fizeram desse jeito? (...) Eu tenho até fotografia mostrando como o carro ficou. Tanto é eu fiquei quase um mês escutando os tiros. Eu tive que fazer um tratamento lá em Recife para poder me controlar mais (...) Eu correndo com o carro com um farol quebrado e o outro iluminava pouco. Foi um momento de terror (Dirigente STR Petrolândia, entrevista em 1999).

A imprensa de imediato associou o atentado com os “negócios da maconha” que chamam de “narcotráfico”, incluindo esse evento na pauta da violência moderna e que acabou de chegar ao sertão por conta da agricultura ilícita. Entretanto, considerando-se que essa estrada não é geopoliticamente definida como “território dos bandidos nômades” envolvidos com assaltos e maconha e que oferecem o prestígio ao nome do Polígono, outras questões podem ser levadas em conta, sem descartar essa articulação. A primeira delas era que a comunidade está situada no município de Jatobá, onde mora Eraldo, liderança mais ativa e antiga do Pólo, cuja região não sofreu inundações mas vive há décadas um conflito entre posseiros lá estabelecidos há mais de cinco gerações, e índios, que têm área demarcada pela FUNAI. E Eraldo é justamente um desses resistentes na luta pela permanência na área e lá está sua base política mais importante. O motivo da reunião que levou o sindicalista à comunidade de Caldeirão, portanto, estava relacionado com o que ele chamou de “uma confusão de posseiros com os índios, complicada pelo fato dos funcionários da FUNAI estarem oferecendo uma indenização irrisória em nome dos índios, por uma área grande e com terra boa para lavoura”.

A posição inicial do sindicato era a da resistência na terra sem aceitar indenizações. Depois do atentado contra o dirigente do STR de Petrolândia, as coisas mudaram e o STR, com apoio do Pólo, passou a demandar a intervenção do INCRA, no sentido de substituir a política de indenizações pecuniárias por uma política de reassentamento, o que abria um conflito de interesses entre agências federais e foi sendo gradativamente desestimulado pelo governo.

Não se pode informar se existe um cruzamento entre o interesse por essas terras e a expectativa de plantio de maconha nelas, mas, na essência, isso demonstrava uma questão sobre a propriedade fundiária. Em conversas informais com os dirigentes do Pólo, apareceu uma versão para esses fatos, segundo a qual, para os militantes, a ação de pistoleiros ganharia mais sentido se fosse considerado que, se a terra fosse passada para os índios (tutelados pela FUNAI, agência que tinha em seus quadros, políticos tradicionais nos cargos superiores, e que algumas vezes se tornava personificada em funcionários com interesses e envolvimento pessoal), poderia ser mais facilmente controlada pelo mandonismo local, além do fato dessa política de indenizações abrir um canal de repasse de verbas públicas.

O fato é que, depois do atentado, o dirigente continuou a luta, mas os posseiros cada vez mais diretamente pressionados e diante da atuação dos índios que apoiavam a FUNAI, refluíram e aceitaram, em sua maioria, as indenizações. Segundo o dirigente, a maior parte acabou recebendo tão pouco que veio para a periferia de Petrolândia engrossar a favela criada pelos retirantes.

A segunda situação também permite aventar a possibilidade de uma relação entre fatos envolvendo sindicalismo e o mandonismo local. De acordo com o dirigente do STR de Petrolândia, dias antes do atentado, um grupo de proprietários que ele chama de “pessoal do PFL”, adentrou o sindicato com um pedido inusitado que foi prontamente recusado: queriam que o dirigente desse a eles o aval do sindicato para que pudessem concorrer ao crédito do PRONAF como “agricultores familiares”, mesmo sabendo que eram empresários rurais.

Ele ainda informa que, embora sem precisar o valor, essas pessoas tinham dívidas no Banco do Brasil e, por isso, precisavam de uma “declaração de aptidão” do STR, para poder concorrer ao PRONAF (o que seria para eles uma saída para obtenção de crédito e com a vantagem de obtê-lo com taxas mais baixas). Por isso, o dirigente arrola essa recusa, juntamente com a atuação em defesa dos posseiros de Jatobá, como motivação para a violência que sofreu.

A terceira situação teria se dado em função de processo indenizatório proposto no Bloco II do reassentamento de Petrolândia que descortinou uma disputa acirrada entre o STR e um grupo de advogados (segundo o dirigente, também “gente do PFL”) ¹⁴³ que ganhariam “fortunas”, segundo o dirigente, com as indenizações propostas pelo governo, contrariamente ao interesses do Pólo, que atuava no sentido de politizar os moradores das agrovilas para não praticarem uma troca de direitos reais por dinheiro. Mas, como a demora na conclusão dos projetos se tornava cada vez mais aguda e o cansaço dos trabalhadores aumentava com a desesperança, isso criava uma dificuldade para o Pólo na sua ação de convencimento e, por isso, o sindicalismo dobrou a dose da sua atuação e, portanto, as oportunidades de enfrentamento.

Para se ter uma idéia da importância desse conflito, tanto a nível local como nacional, é preciso ter em conta que os moradores (cerca de 640 famílias) estariam desistindo, ao aceitar as indenizações, da colocação de água no lago já construído para implantar a irrigação nos lotes e poder começar a produzir. Exatamente o que o GERPI irá tentar fazer em todos os Projetos mais adiante: estimular a desistência, mesmo faltando tão pouco, dado o custo operacional dessas conclusões já ter atingido cifras incalculáveis face à sangria deixada pelos desvios desses recursos, inclusive já repassada pelo Banco Mundial.

Finalmente, ainda foi relatada uma quarta situação que estaria acontecendo na conjuntura do atentado, acerca de uma crise silenciosa, mas permanente e cada vez mais acirrada, para o controle das cooperativas que atuavam no Projeto no Bloco II, envolvendo duas posições. Uma delas era apoiada pelo Pólo e o STR e a outra, identificada pelos dirigentes do Pólo como adversária e que era conhecida como CAP (Cooperativa de Agricultores do Projeto), organizada e dirigida por um assessor do ex-prefeito de Petrolândia, ligado a um grupo da política tradicional. Essa disputa começou a acontecer nas assembleias de base, numa discussão acerca da legitimidade da duplicidade de representação cooperativa para os trabalhadores reassentados e, aos poucos, foi saindo desse ambiente e aparecendo pontualmente em algumas disputas tidas como pessoais na cidade.

A explicação sobre a violência sofrida pelo dirigente não exclui a violência do negócio da maconha mas, provavelmente, serve como demonstração de um certo cruzamento simbiótico entre as iniciativas e os grupos praticantes das ações ilegais de violência no Submédio naquele momento e que poderiam servir tanto para proteger o negócio específico da maconha, como para garantir a expansão de outros, tendo em comum um grupo de interesse cada vez mais localizado nas mesmas pessoas ou esferas de interesse.

Mas a novidade parecia clara e estava na ação dirigida contra o sindicalismo que, nessa hora, já partia do lado legal - nos ataques administrativos conduzidos pelo governo, contra os quais o sindicalismo reagia com energia ainda, mas cresceu, e também se expandiu desde o lado ilegal nesse atentado.

¹⁴³ Importante notar que nesta altura da pesquisa já havia percebido que “*gente do PFL*” refere-se a uma categorização espontânea para definir a atuação da política tradicional que Ferraz de Sá (1974) descreve como coronelismo atual e envolve políticos, funcionários públicos e grupos de interesse cuja reprodução econômica tem sempre uma relação com repasses de verba pública, e não necessariamente uma vinculação partidária.

Quanto às mudanças de governo afetando as conquistas dos trabalhadores rurais atingidos pela Barragem, um dos dirigentes da FETAPE na gestão em 1999, aponta que a violência na região de fato piorou desde o final do governo Figueiredo:¹⁴⁴

Pelo menos com o Figueiredo havia assistência técnica subsidiada para os projetos do Pólo se adaptarem à agricultura irrigada. Sarney representou a maior falta de incentivos que se pode imaginar, e só tratou da seca de forma emergencial, ele não constituiu política nenhuma para os atingidos por Itaparica. Collor foi mais, o maior abandono nas estradas, o que deixava as rotas mais inseguras, sem patrulhamento, porque as equipes do DER saíram do quadro do estado e foram atuar apenas nos centros urbanos, e o DNER também. Ele também, com a coisa da abertura de mercado, acabou inundando o país com a cebola argentina, e a gente teve que jogar a nossa produção no rio. Foi assim, e é preciso dizer que a culpa é da Barragem, ela afundou as melhores terras, as melhores terras estão hoje debaixo d'água! Mas Fernando Henrique com as indenizações acabou de afogar: ele parece não reconhecer nenhum acordo, ele rompe com a palavra do Estado como ninguém antes fez (Januário, entrevista em 1999, grifos de AMMR).

Quanto ao cultivo ilícito, esse dirigente já apontava uma maior evidência desse tipo de agricultura por volta de 1987, um ano depois da grande conquista do movimento. Afirmou, que, no entanto, ninguém ligava muito e era pequena a produção. Depois alerta para a maior produção e maior crise em 1997, o que também coincide, segundo a sua percepção, com o aumento do nível da exclusão social:

Aqui era como se fosse uma desova de trabalhadores para o sul, só que lá está a mesma coisa e eles começaram a voltar prá cá. Além dos desempregados que tinha aqui [em 1997], ainda vinham chegando os desempregados que foram e estavam voltando (Januário, entrevista em 1999).

A atuação do governo se complexificou de fato e afetou negativamente a ação sindical com a criação do GERPI, no início de outubro de 1997, o que vai aos poucos e gradualmente redefinindo a relação entre Estado e Pólo, esvaziando o poder da CHESF e estabelecendo uma mudança radical na leitura feita pelo governo acerca do conteúdo do acordo e dos compromissos estabelecidos em 1986. Para os sindicalistas, essa nova estrutura foi montada para a construção de um processo de privatização da energia, o que queria dizer, da CHESF.

Entretanto, mesmo atolado em problemas cada vez mais variados, em outubro de 1997, o Pólo ainda consegue manter sua atuação e avança através de negociações que ainda passam pela CHESF, entre elas o contrato de assistência técnica com o IICA (Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola), que era desenvolvido diretamente com os representantes dos trabalhadores em cada Projeto e coordenado por um coletivo saído de suas formas de organização nas agrovilas, atendendo, portando às demandas diretas dos produtores em relação à seus lotes. Para a efetivação desse esquema de assistência, o Pólo recebia dessa entidade diretamente os recursos para pagamento e isso configurava uma força significativa do PSSSF perante seus representados e permitia uma relação estreita com sua base, tanto no que se referia a problemas econômicos reprodutivos, como a questões políticas dentro da orientação sindical.

No final desse mesmo mês, Fulgêncio foi assassinado, num momento em que o Pólo estava forte e enfrentando uma reação sem precedentes da CODEVASF, ocupada por diretores ligados ao PFL e, por dentro das agrovilas, pelo pessoal das cooperativas de

¹⁴⁴ O retorno ao trabalho de campo em 2003 permitiu que em conversa informal o mesmo dirigente já avaliasse o governo Lula em relação aos reassentados de Itaparica e, meio reticente, embora não tenha dito muita coisa de modo objetivo, ele afirmou: “o pior do Lula é a decepção depois da esperança!” (Januário, entrevista em 2003)

oposição ao sindicato que simultaneamente eram de confiança dos políticos tradicionais que atuavam nos projetos. A eles não interessava a assistência do IICA que dava autonomia aos produtores, reduzindo o poder de interferência da CODEVASF, e tampouco, que o PSSSF tivesse acesso direto aos recursos. Como compensação política e sentimental, o Projeto em que Fulgêncio morava e militava, passou a ser chamado de “Projeto Fulgêncio”, o que ocorre por solicitação formal e administrativa do Pólo encaminhada a CHESF e a empresa estatal dá seu aval.

Essa é a correlação de forças que emoldura o evento do assassinato da liderança mais respeitada do Pólo e que enseja o maior retrocesso enfrentado por aquela agência sindical em tempos recentes: no mesmo ano ocorre a descontinuidade do contrato com o IICA e o decreto do GERPI sobre o fim da prestação dos serviços de ATER (assistência técnica rural em geral), a partir de setembro de 1999.

Segundo documento elaborado pela Coordenação do Pólo¹⁴⁵, o governo empreendeu uma ação frontal contra os interesses dos reassentados desde o momento em que começou a protelar a discussão sobre os subsídios à tarifa de água, solicitados pelos produtores familiares que experimentavam a irrigação pela primeira vez e por força das circunstâncias:

...juntamente com a CHESF o GERPI recusa-se a prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos da ordem de R\$ 169 milhões de reais (supostamente destinados aos subsídios à tarifa de água) e, aconselha o IICA a não se reunir com o Pólo Sindical (PSSSF,1999).

Esse episódio significou o rompimento de uma base estratégica que viabilizava o projeto político do Pólo, apoiado e respaldado pela CONTAG e pela CUT, em relação ao desenvolvimento auto-sustentável da agricultura familiar reassentada, como modelo regional da luta pela reforma agrária. Pode-se dizer que esse conjunto de situações foi o que gerou uma inflexão e tematizou um novo modo de compreensão sobre a violência e sobre a reprodução da agricultura comercial de maconha na pauta sindical.

Em março de 1998 o PSSSF organizou um acampamento de três mil reassentados na área administrativa da CHESF em Paulo Afonso, já reivindicando a viabilização econômica dos projetos. De acordo com documento elaborado pela Coordenação do Pólo, a pauta especificava as seguintes demandas:

ATER; apoio técnico para fruticultura; drenagem; créditos; pesquisa; infraestrutura dos Projetos; construção efetiva dos projetos Jusante, Cacimba da Pedra e Itacoatiara (BA) e Petrolândia Bloco II (PE); transformação da VMT (vale de manutenção temporária) em capital produtivo; operação e manutenção gerenciada pelos reassentados; definição e nova forma de demarcação para área de sequeiro; titulação da terra com inclusão de restrições que impeçam a venda, arrendamento, ou outra finalidade de uso; subsídios para operação; solução das pendências: conclusão dos núcleos principais, estradas e outras (PSSSF, 1999).

Desta manifestação em diante, fica cada vez mais clara a incompatibilidade de posições entre o Pólo e GERPI. Este último, em nome do Estado, se recusa a corresponder às demandas apresentadas, entre elas realizar adaptações nos projetos para fruticultura, opção construída em assembléias pelos reassentados e respaldada pelo mercado como a mais provável garantia de sustentabilidade, numa região onde o próprio Estado avança na cobertura

¹⁴⁵ Texto de 1999 (depois de julho), obtido nos arquivos do PSSSF, elaborado pela Coordenação do Pólo com apoio do assessor de Koinonia, intitulado: “Resumo do Texto – Aos Amigos”, assinado e carimbado pelo Coordenador Geral, Eraldo José de Souza. A partir de informações no Pólo, soube que o texto foi construído com a finalidade de fazer um histórico, resumir e datar algumas reivindicações, e divulgar a situação dos reassentados no Submédio no final do século, além de procurar demonstrar o patamar dos encaminhamentos das negociações estabelecidas com o Estado. (PSSSF, 1999)

de apoio ao agronegócio frutícola e ajuda na formação de mercado, de estruturas de armazenamento e escoamento.

Para os sindicalistas, sua proposta excluiria uma competição desigual e poderia eventualmente estruturar uma divisão de trabalho bem dinâmica. A proposta estaria centrada na formação de um mercado de consumo de frutas no Nordeste abastecido pela agricultura familiar, em complementaridade com o mercado de exportação de frutas, sucos e polpas no modelo empresarial, com base na grande propriedade, dotada de maior aporte de tecnologia. O que colocaria, enfim, para o país, a interessante situação na qual o Estado estaria operando democraticamente com dois modelos de agricultura irrigada e desta forma implementando o que o sindicalismo compreendia como desenvolvimento regional de fato. O documento informa, inclusive, que essa mesma concepção já havia sido partilhada com o Governo Federal, que instituiu o Grupo Técnico de Itaparica (GTI) em 1996.

As mudanças não param por aí. As demandas parecem repetitivas mas se mostram muito necessárias apesar de quase as mesmas depois de mais de uma década do acordo de 86. O GERPI, nas negociações, não nega os serviços de drenagem nos projetos, mas os serviços da CHESF, que passou a executora, eram excessivamente lentos.

Quanto à administração, o Pólo solicita que a produção fosse organizada pelas cooperativas, reclama que a operação do sistema e irrigação e a manutenção são ineficientes, que a CODEVASF trabalhava com empreiteiras inidôneas e que as instalações estavam, por isso, apresentando graves problemas estruturais.

Nesse contexto, quase acabando a década de 90, pedia-se que ocorresse uma discussão acerca da elaboração de um plano que permitisse a participação efetiva dos reassentados para que assumissem inteiramente a administração dos projetos, o que supunha a suspensão do processo de titulações, discussão de seu conteúdo, e “abertura de estudos para que os reassentados participem efetivamente da administração e acompanhamento da área de gestão da água e da operação e manutenção” (PSSSF, 1999).

O GERPI mais uma vez lhes dá as costas, afirmando que esse assunto era de responsabilidade do Governo, e, unilateralmente, diz que o projeto é público, que a CODEVASF seria a administradora da água e nega qualquer discussão sobre participação dos interessados, que foram colocados nessa situação por causa do governo e teriam que assumir compulsoriamente, do ponto de vista financeiro e jurídico, esses projetos, do jeito em que estiverem, quando fossem emancipados.

Sobre a VMT, o Pólo, ciente de que a “cláusula quarta do aditivo nº 1 ao Acordo de 86 diz que a CHESF implementará, de forma discutida com o Pólo sindical, uma política gradual de redução da VMT” (PSSSF, 1999), afirma que concorda com a supressão da VMT, mas sugere a sua transformação em capital produtivo que possa financiar a produção da agricultura dos reassentados.

De seu lado, o governo, através do GERPI, executa o corte da VMT, paga de uma só vez o equivalente a um ano, a título de apoio à produção, mas condiciona esse pagamento à assinatura do título da terra. Em outras palavras, emancipando as comunidades nos projetos do Estado, usando o fim da VMT como pressão e se desobrigando a qualquer tipo de apoio especial no futuro, mesmo considerando-se o volume enorme de pendências nas obras, no desenho urbano nas agrovilas ou nas condições de integração da produção familiar ao mercado.

Sobre essas pendências – drenagem, instalação do núcleo principal nos Projetos, solução de problemas sociais tipo educação e saúde, e construção de estradas para comunicação e escoamento da produção (lembrando que as agrovilas e lotes foram fixados em lugares ermos do sertão, desapropriados pelo INCRA para esta finalidade) – até o ano de 1999 o GERPI havia realizado somente 50% dos serviços de drenagem necessários. Anulou todos os entendimentos existentes entre CHESF e Pólo para construção do núcleo principal pelas

cooperativas - algo mais próximo da realidade dos habitantes da comunidade. Por fim, respondeu que estradas “são problemas do governo” e não da CHESF, anulando assim a especificidade da condição do reassentamento e plasmando a questão do acesso à ordem natural das questões que afetam igualmente a “todos os brasileiros” e “em qualquer tempo ou lugar”!

Quanto à titulação, o Pólo lutou sempre no sentido de que a concessão às famílias do título da terra pelo Estado só deveria ser auferida quando estivesse consagrada a restituição das condições de reprodução minimamente iguais ou melhores do que as que possuíam antes do deslocamento compulsório a que foram expostas e, pela sua natureza externa ao desenvolvimento espontâneo desses segmentos sociais atingidos pela Barragem, a titulação deveria conter algumas restrições para a viabilização das formas de organização da produção e comercialização da agricultura familiar.

Nesse âmbito, também o GERPI é refratário. Segundo o documento do Pólo, além de negar-se a introduzir restrições normativas, a entidade governamental inicia, sem qualquer programação em relação aos interesses dos reassentados, um processo de titulação que descumpra prazos e entendimentos acordados na longa marcha de negociações desde 86. Diante da resistência dos reassentados usa a liberação de recursos pela VMT como meio de pressão para que assinem os títulos (ameaçando com cortes sumários).

O Pólo, através de estudos realizados por seus quadros, procurou provar a viabilidade técnica dos Projetos Jusante e Petrolândia, Bloco II, e encaminhou essa análise para defender a conclusão das obras contra definitivamente a opção da compensação financeira aos moradores para que saíssem da área - as famosas indenizações do GERPI que envolveram a redução de 1200 empregos diretos e 2.400 indiretos.

O GERPI, que executou o plano de substituição do reassentamento por compensação financeira, promoveu, segundo avaliação do Pólo, um conjunto de problemas sociais graves que afetaram o poder do sindicalismo mas, sobretudo, deixaram os reassentados em estado de atenção e abalados em suas crenças políticas. Em resumo, segundo o texto elaborado pela Coordenação do Pólo, em 1999, a agência do governo:

gera miséria e desemprego. Não orienta o indenizado quanto ao emprego do dinheiro em atividade produtiva. Retira os meios de capacitação dos reassentados. Diz que o governo não vai mais construir projetos, usa meios e propaganda tendenciosos. Utiliza-se de advogados da região para aliciar reassentados. O projeto Icó Mandantes – Bloco III, novo, entra em operação enquanto continuam as obras do Projeto Fulgêncio, inacabado. E protela a decisão sobre a construção dos Projetos Jusante e Bloco II para os que não aderiram à compensação financeira (PSSSF, 1999).

O documento também traz alguns trechos de um ofício dirigido ao governo (GERPI) datado de 11 de março de 1999¹⁴⁶ que são interessantes para as questões que estão sendo aqui abordadas. Destaca-se em duas passagens, aparentemente uma de abertura do ofício, e outra de um possível fecho, o projeto estratégico do Pólo:

Assim como em 1986, queremos ter a garantia de uma vida digna, garantia de que nossos projetos de irrigação sejam todos efetivamente concluídos e duradouros, nos proporcionando sustento digno para nossas famílias. Queremos com nossa produção irrigada ser os verdadeiros impulsionadores do desenvolvimento regional, nossa meta maior. (...) Ao terminar, queremos afirmar que não nos move qualquer motivação a não ser a do DESENVOLVIMENTO REGIONAL – do Nordeste da Bahia, do Sertão de Pernambuco – sempre a área mais abandonada, embora a que enriquece o Nordeste e o Brasil através da produção de energia (PSSSF, 1999).

¹⁴⁶ Não localizei os originais desse Ofício nos Arquivos do Pólo, apenas essa menção que é feita nesse documento em foco, PSSSF, 1999.

Em outro trecho, no mesmo documento, copiado de um relatório governamental, de autoria do GTI,¹⁴⁷ e que teria sido incorporado ao ofício para respaldar os argumentos do Pólo ao governo, como uma espécie de endosso do “próprio governo” - situado a partir de um de seus setores - o destaque nos leva de volta ao tema do cultivo ilícito e sua relação com as lutas do Pólo, desta vez assumido pelo próprio Estado e reconhecido pelo sindicalismo:

Merece registro a constatação de que o reassentamento de Itaparica é o maior empreendimento governamental de desenvolvimento voltado para o interior do Nordeste. Provavelmente, é o único capaz de gerar emprego e renda na região, em volume suficiente para superar os seus graves problemas econômicos e sociais, especialmente a criminalidade (PSSSF,1999).

Os trechos acima apresentados, contidos no documento em foco, trazem um conjunto de encaminhamentos que resumem os problemas sindicais e esclarecem que a definição do *locus* da disputa com o Estado – campo da alteridade histórica do movimento – passou a ser personificado no GERPI e que a sintaxe usada no campo da luta pelos representantes dos reassentados se estabelece pelo uso do discurso do desenvolvimentismo.

Das dez, uma das reivindicações encaminhadas no documento merece uma compilação:

Pelo retorno da CHESF (ITAPARICA NÃO VAI SER PRIVATIZADA) como interlocutor com os reassentados, tendo em vista que o GERPI não cumpriu sua missão sendo empecilho para um reassentamento que seja propulsor do desenvolvimento regional (PSSSF, 1999).

A novidade do uso invertido da argumentação e a força expositiva dessa elaboração estariam não apenas na idéia *desenvolvimentista* mas, principalmente, no fato de que o sindicalismo, assim como seu aliado temporário numa parte do Estado (o setor representado pelos técnicos do GTI), encontraram uma relação estreita, e nada óbvia à primeira vista, entre o “desenvolvimento regional” e a “criminalidade”. E aqui é que começa a mudança de inflexão expressa mais claramente a partir do raciocínio e do sentimento dos militantes, depois do assassinato de Fulgêncio, e que alterou o padrão da experiência em termos da ação classista.

Portanto, torna-se necessário balizar a dimensão da produção intelectual dessa modificação, nos argumentos utilizados pelo sindicalismo acerca de eventos que englobam a presença do cultivo de maconha, assumido genericamente como criminalidade - dado que ilícito - uma questão que antes era quase exclusivamente focada como VIOLÊNCIA. Em outras palavras, o problema sai da dimensão da moral e da cultura e adentra o universo da economia, quando a criminalidade se torna superável pela expansão da agricultura dos reassentados.

A partir dessa ilação, o assunto que envolve a maconha, antes estranho e configurado como um problema geral da sociedade, foi transmutado numa temática interna, e introduzido definitivamente no ambiente das questões relativas à reprodução dos reassentados e à reprodução do projeto sindical.

¹⁴⁷ O GTI foi criado pelo governo FHC e o Pólo atuou juntamente com os técnicos governamentais ajudando no levantamento de informações e na elaboração de uma avaliação sobre o quadro geral dos problemas sociais de Itaparica. A relação com esses técnicos, segundo a diretoria do Pólo, teria sido a mais amistosa possível. A surpresa aconteceu quando descobriram que o GTI entrou apenas para fazer um balanço da situação e não tinha nenhum poder de decisão. Os militantes descrevem os representantes do GTI como ‘técnicos’ e os do GERPI, com os quais só tiveram desavenças e tensões, e eram mal recebidos e totalmente desconsiderados na sua história, como ‘políticos’: “A coisa mudou, antes eram especialistas, com o GERPI apareceram uns gerais da reserva que não entendiam nada de irrigação nem de eletricidade, mas eram mais uns burocratas que vieram com a missão de esvaziar a CHESF e acabar com os Projetos de reassentamento” (Anotações de caderno de campo durante reunião da Coordenação do Pólo, em julho de 1999, da qual participei).

Para finalizar o capítulo, penso que vale explicar que novamente aqui privilegiei a versão do PSSSF para entender a partir de qual conjunto de argumentos e de que campo de elaboração se produziu a construção intelectual da entrada do tema da maconha na agenda da entidade, e isso incluiu desde as objeções políticas objetivas até as “mágoas” com o Estado, o qual apesar de considerado nessa versão como *ausente* denota, ao contrário, profunda imbricação com a sociedade civil.

CAPÍTULO VI

6 A CONSTRUÇÃO DO TEMA DA MACONHA PELO PSSSF POR FORA, VIA ASSESSORIA, E SUA ELABORAÇÃO COMO “POLÍTICA PARA JUVENTUDE”

Com um resultado explosivo, a presença da organização criminosa do plantio da maconha e da sua repressão implicou ameaças à sobrevivência dos camponeses. Isso chegou ao extremo com o assassinato de lideranças sindicais, como Fulgêncio Manoel Batista, e de jovens, em especial entre 15 a 24 anos (...). Isso se dá tanto pela violência das pessoas que estão na atividade de organização do plantio quanto pela ação repressiva da polícia. As ações desafiadoras que o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais assume, com o apoio e a assessoria pedagógico-política de Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, dão-se nesse quadro complexo (Iulianelli, 2007, pp.15).

Neste capítulo pretendo fechar a análise apresentando o processo de definição da problemática do cultivo ilícito no Submédio São Francisco pelo sindicalismo, através de uma elaboração estratégica e tática que acontece fora da região e fora dos quadros dirigentes. Estes, com o seu “saber”, levaram o tema para ser encubado, pensado, construído e encaminhado por fora da entidade, mas com a participação ativa dela, através de formas de articulação com o pensamento político, acadêmico e sindical brasileiro e latino-americano na perspectiva dos trabalhadores rurais.

Para tanto, precisamos tornar mais clara a atuação da assessoria, o que impõe falar sobre a presença da organização não governamental Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, que vem dando suporte político, filosófico e financeiro ao Pólo, de modo seletivo, através de programas para os quais busca financiamento. Essa atuação se estabelece pelo desenvolvimento de ações indicadas nos projetos e passam a assumir, gradativamente, um foco correlacionado ou dirigido a temas relativos ao enfrentamento da expansão do cultivo ilícito no Submédio e suas conseqüências, destacando entre elas a violência e a incorporação de uma visão de mundo individualista e desagregadora que, na concepção da ONG, tem afetado principalmente a juventude.

Esse processo entra no mundo sindical do Submédio e acontece de modo simultâneo dentro da rotina do Pólo em relação ao trabalho com sua base, aparentemente conseguindo juntar e somar uma intervenção na região, embora a partir de temas cujo conteúdo tem natureza tão distinta. Por exemplo, mantendo uma ação articulada através da “Secretaria de Convivência com a Seca”, voltada para a perfuração de poços para dar assessoria à organização produtiva da população no sertão e no semi-árido e, paralelamente, organizando um trabalho sistemático com a juventude. Mas, enquanto faz o primeiro com suas próprias pernas, o segundo é desenvolvido por meio de um apoio externo (diante da complexidade evidente dessa questão), mas muito íntimo. Com isso, o Pólo consegue orientar a ação sobre o impacto do cultivo ilícito pela priorização de uma pauta (criação do Departamento de Jovens) dentro da Secretaria de Mulheres.

Assim, o tema do cultivo ilícito entrará na pauta da agência sindical através da produção de um trabalho especializado e politicamente articulado a nível nacional e internacional. Isso só se tornou possível por meio da de uma instância dotada dessa

capacidade, como é o caso de uma organização não governamental, presente no Pólo, numa ação tipo serviço, desde a grande luta da Barragem de Itaparica. Porém a mesma ONG passou por uma mudança de direção: nos anos 80, seus objetivos gerais e seus funcionários e voluntários eram outros, e, nos anos 90, ocorre uma mudança no nome (de CEDI para Koinonia) e nas diretrizes da entidade. A relação com o Pólo, no entanto, não foi interrompida.

Esta escolha também supõe uma opção, uma vez que, certamente, essa entidade irá filtrar as interpretações e encaminhamentos a partir das suas orientações políticas e estratégicas internas que a caracterizam no ambiente das ONGs.

O apoio que Koinonia oferece ao encaminhamento sobre o impacto do cultivo ilícito na pauta do Pólo, adota um acento religioso e ecumênico, mantendo referências a partir de uma atuação ao lado dos movimentos sociais, embora bem mais atenuadas em relação à Teologia da Libertação.¹⁴⁸ Nesta perspectiva, a orientação atual da ONG pode ser mais bem definida dentro de um enfoque menos *socialista* (assumido nos tempos da ditadura) e mais humanista, alimentado a partir do paradigma dos direitos humanos. Mas a condição ecumênica da entidade sempre proporcionou ao trabalho de assessoria, segundo penso, uma maior flexibilidade relativa à subordinação hierárquica às diferentes Igrejas e, apesar de uma ética religiosa forte, apresenta-se como menos vulnerável às doutrinas e à centralização política de cada instituição católica, protestante ou espírita.

6.1 A relação entre CEDI, depois Koinonia, e o PSSSF

Segundo documento interno da ONG, datado de 2000¹⁴⁹, também houve, com a mudança de direção, uma modificação na relação com o PSSSF ao longo do trabalho de assessoria que, na época da pesquisa, já durava em torno de 15 anos. Na visão dos atuais profissionais, “a relação [do Pólo] com Koinonia aterrisou mais. Com o CEDI era uma assessoria política mais geral” (Koinonia, 2000, pp. 1, grifos de AMMR). Depois fazem um balanço da atuação atual, desde o início de Koinonia, e, na seqüência do trabalho, dentro de uma análise genérica, tendo em vista o texto (um documento interno para reunião da coordenação do Pólo com a assessoria), o documento afirma:

As atividades estavam mais vinculadas, antes, ao apoio à Secretaria de Mulheres. Houve contrato de consultoras, houve efeitos como a presença de cinco mulheres na atual diretoria eleita”. (...) “O investimento em juventude tem sido importante, especialmente para a renovação de quadros. Além disso os jovens estão expostos às forças do narcotráfico. Os reassentados tiveram filhos que hoje tem entre 15 e 20 anos e nunca trabalharam. Tanto que Fulgêncio foi morto pelo filho de um reassentado. Ele fez várias denúncias e teve a vida mais ameaçada depois de uma reunião de uma família que o ameaçava, afirmar que não tinha mais perigo (Koinonia, 2000, Pp. 3, Grifos de AMMR).

No veículo que publicam, a revista *Tempo e Presença*, na margem esquerda do Editorial no ano de 1999, aparece uma definição da identidade dessa organização da sociedade civil, sem fins lucrativos:

Koinonia é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o

¹⁴⁸ A Teologia da Libertação procurava incorporar algumas indicações do marxismo elaborado no contexto das esquerdas dos anos 60 que definiam as formas de atuação dos projetos voltados para o campesinato dentro do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Essa tendência não desapareceu da direção da entidade, apenas, certamente, não é mais hegemônica.

¹⁴⁹ Documento Interno de Koinonia, digitado como um resumo de Reunião na sede no Rio, datado de 3 de abril de 2000 com a presença de coordenadores do Pólo e de assessores da ONG, intitulado: “O Pólo Sindical Após a Operação Mandacaru”, primeira operação da Polícia Federal com a PM, na região do Polígono da Maconha.

esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, Koinonia tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, Koinonia (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço (Revista T&P, nº 308, 1999, pp.4) .

Outra definição que aparece na página oficial de seu *site*, já no ano de 2006, também informa sua identidade e seus objetivos institucionais, os quais adjetiva como “missão”: “Entidade Ecumênica de Serviço cuja missão institucional é mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e aqueles em processo de emancipação social e política” (www.koinonia.org.br, acessado em 12 de dezembro de 2007).

De 1999 para 2006, a formulação apresentada publicamente relativa à auto concepção da entidade pouco mudou, exceto pela relativa alternância de ênfase no cenário das intenções, de um esforço pela PAZ (que não desaparece) para uma espécie de luta pelo resgate de dívidas históricas e sociais, que se coloca como acréscimo a seus objetivos centrais. O trabalho de apoio ao Pólo nunca foi interrompido, o que atribui uma relação de confiança muito estreita e extremamente afetiva entre o quadro de assessoria e os militantes sindicais.

A crise das ONGs nos anos 90 afetou uma importante atuação junto aos movimentos sociais organizados e ajudou no fechamento do CEDI, do qual se originou Koinonia, e na redução do espectro da atuação de outras ONGs. Embora a questão internacional tenha tido maior peso (as agências de fomento e solidariedade internacionais se voltaram mais para o Leste Europeu e Ásia e secundarizaram países como o Brasil, já democratizado e com uma sociedade civil mais fortalecida), a questão interna também influenciou bastante o contexto da chamada “crise das ONGs”. Internamente, essa crise foi provocada, entre outras causas, pelo governo Collor,¹⁵⁰ que atingiu drasticamente o sistema de sua reprodução política e financeira, que se fazia através da remessa de dólares de Igrejas e entidades filantrópicas americanas e européias. A economia desse governo – em ritmo inflacionário acelerado – prejudicou as ONGs pela exigência de declaração fazendária dos recursos obtidos através de projetos, no momento da entrada dessa moeda no país o que implicava em conversão imediata da moeda forte em moeda fraca, alterando uma experiência de sobrevivência que levava ao desconto gradual, ao longo do ano, para garantia da execução dos programas planejados. Com isso, o dinheiro dessas instituições se esvaía com a inflação, comprometendo sua atuação em apoio aos segmentos populares, e isso levou a uma redefinição de papéis, escolhas, vocação, perfil e clientela dessas organizações. Muitas fecharam, outras se dividiram formando ONGs diferentes e algumas mudaram sua função original e mantiveram a estrutura mas dentro de uma nova filosofia de atuação, o que foi o caso de Koinonia.

A história particular do desmembramento do CEDI não será aqui relatada por estar fora dos objetivos desta pesquisa. Minha intenção é apenas a de enquadrar essa bifurcação, assumida na trajetória da entidade ecumênica, para contextualizar a assessoria oferecida por Koinonia ao Pólo.

Houve uma relativa e inevitável mudança na relação de assessoria conduzida com o Submédio São Francisco, desde o ponto de vista dos objetivos organizacionais até a questão

¹⁵⁰A explicação dessa crise geral pode partir tanto de questões internas como externas, mas até onde isso tem alguma relação com as fontes financiadoras determinando políticas ou optando por privilegiar a carência social dos países do Leste Europeu após a “derrubada do Muro”, ou com grupos dentro das Ongs que configuravam tendências diferentes, e ganharam a direção e mantiveram a estrutura com outro projeto e orientação a partir de disputas legítimas, ou que se tornaram hegemônicos por terem melhor êxito na coletas de fundos, enfim...só uma pesquisa específica poderá responder, o que ultrapassa os limites dessa tese. Mas considero todas essas hipóteses como viáveis na compreensão da dinâmica desse processo.

peçoal relativa aos sujeitos que incorporavam o papel de assessores. No princípio (entre 1989 e 1994), ela se dava através do programa “Movimento Camponês e Igrejas”, conduzido pelo CEDI, que tinha sede no Rio de Janeiro e em São Paulo e que, a partir da sede carioca, acompanhou o processo de luta dos atingidos da Barragem de Itaparica e a formação do Pólo. No ano de 1995, diversos programas que constituíam o CEDI, tornaram-se autônomos, constituindo novas ONGs independentes. Foi o caso de Koinonia.

Houve então, uma mudança no sentido do trabalho com o Pólo, que passou a ser concebido como “sócioeducativo”, envolvendo diretamente dois assessores, a socióloga Laís Menezes e o antropólogo Aurélio Vianna. Mais tarde, já num ambiente fora das tensões da luta principal, e mais direcionado para a fixação dos reassentados e para a consolidação dos projetos de irrigação, a assessoria principal passou para o filósofo e católico leigo, Jorge Atílio Iulianeli, que consolida a atuação de Koinonia na região..

O grupo que permaneceu com a sede e com a estrutura do CEDI no Rio organizou e definiu uma infra-estrutura voltada para a sustentação de um outro conjunto diferenciado de novos programas (reuniões ecumênicas, emancipação das terras de quilombolas, titulação e tombamento das áreas de terreiros de umbanda em Salvador, reelaboração cultural no nordeste indígena, assessoria ao sindicato das prostitutas, editoração e publicações etc), assumiu a publicação bimestral *Tempo & Presença*, revista mantida com edição ininterrupta desde 1979, um *site* e um Boletim Eletrônico e impresso *Trabalhadores Rurais e Direitos*,¹⁵¹ com o mesmo endereço eletrônico, desde 2006. Conservou ainda um dos antigos programas de apoio ao Pólo Sindical do Submédio São Francisco, em relação ao qual a ONG passou a definir seu trabalho como sendo de “assessoria político-pedagógica”.

No início, o modo como os dirigentes do Pólo interpretam a presença da maconha é idêntico à percepção da assessoria sobre o problema: um misto de apreensão e de julgamento moral. Mas, depois de superarem a fase de choque pelo assassinato de Fulgêncio, o tom da avaliação mudou. Percebe-se que a fala sobre a maconha observada em 1999, no primeiro contato de campo, havia mudado na segunda entrada da pesquisa, em 2003,. Aparece muito mais elaborada a visão dos militantes acerca de quem planta ou quem é o dono das roças. O mesmo dirigente do Pólo, que antes percebia com distância o problema dos plantadores de maconha, passou a se posicionar com segurança e em explícita defesa dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra na região ou seja, a base do Pólo, e passou a identificar de modo mais claro seu ataque contra os fazendeiros e políticos. Ele diz:

Não. Nomes assim não tenho não. Mas o pequeno não planta. Como diz o popular, o lascado lá, não tem condição de plantar maconha. Se planta é quem abastece o mercado, é os fazendeiros. É quem tem condição até porque, quer dizer, tem que ter uma certa estrutura, para a medida que a polícia ou a coisa aperta, tem como se manter. E o pequeno não, quer dizer, o pequeno, se planta uma rocinha e a polícia vem, arranca, ele se lascou-se, não tem mais como se levantar. Acabou a sobrevivência. Tanto é, eu acho que, quer dizer, está claro, a polícia, o envolvimento que agora está o que, um mês, dois meses pegaram aqui vizinho à Floresta, um vereador com uma F-4000, com 2, 3 toneladas de maconha (Ademar, entrevista em 2003, grifos de AMMR).

Se o Pólo até então não incluía na pauta a questão da maconha, sua posição passa a ser repensada, juntamente com o fato de que até seu adversário já o havia feito, conforme o avanço da repressão e da articulação administrativa levada pelo governo federal até o Submédio (Delegacia Regional da Polícia Federal e Delegacia Regional Especial do INCRA)

¹⁵¹ Para ver o Boletim Trabalhadores Rurais e Direitos, email: trd@koinonia.org.br

motivados pela presença do cultivo ilícito. Assim, mantendo seu principal campo de tensões também na agenda ampliada, a luta contra o Estado continua mesmo nessa pauta.

Afinado com a orientação de Koinonia – que mais do que assessoria tornou-se aliada e cúmplice - e com as posições da Igreja, ainda importantes no terreno das ações do Pólo, esta entidade passou a dar um tratamento diferencial para a questão geracional. Esta foi a segunda especialização no caminho da diversificação da luta sindical após a bandeira de gênero, definida pela conquista política das mulheres para a coordenação da entidade.

A fala de outro dirigente é esclarecedora dessa forma de sensibilização e elaboração do problema, referindo-se ao olhar da ação sindical sobre os jovens, filhos dos reassentados de Itaparica:

Começaram a crescer, uns já foram para lá, já rapazes, já grande, 15, 16, 17 anos, e ficou essa fase sem fazer nada. Aí vem a questão da cachaça, dos jogos, da prostituição, dentro do projeto. E aí vem essa questão da maconha, quer dizer, entrar lá sem fazer nada, sem ter um centavo para comprar cigarro, para ir a uma festinha, aí chega o fazendeiro, chega o cara que planta maconha, te oferece uma grana, aí termina, você entrando. E isso, e aí é aquela história, quer dizer, esse ramo, eu nunca participei, mas se você entrou, está difícil de retornar (Jorge, entrevista em 2003).

Ainda em 1997, como desdobramento da Comissão Externa da Câmara, coordenada pelo Deputado Fernando Ferro, duas ações se destacaram: a criação do Departamento de Jovens no interior da Secretaria de Mulheres e uma Olimpíada para os Jovens.

O Departamento de Jovens já nasceu com a clara vocação de envolver a “juventude ociosa” diagnosticada pela Igreja no início dos anos 90 e identificada pelos dirigentes do Pólo a partir de um Relatório já mencionado aqui.

Segundo Iulianelli, em artigo escrito em conjunto pelos três coordenadores das Olimpíadas Sertanejas do Pólo, referindo-se ao mais novo Departamento Sindical:

A coordenação do departamento sempre procurou incentivar um modelo de organização que tivesse jovens, moças e rapazes, como protagonistas das ações. Como uma tentativa de articulação da juventude, produzindo uma discussão sobre a atuação dessa nova geração de sertanejos como promotores de cidadania, constituiu-se em Coletivo de Jovens que articula representantes de toda a região de atuação do pólo, trazendo sertanejos das áreas seca e irrigada (Iulianelli, 1999, Pp. 4-6, grifos de AMMR).

Reproduzindo uma metodologia comum à intervenção da Igreja progressista, em forma de redes comunicacionais e reprodutivas, o coletivo, além de sustentar nas bases as orientações enquanto grupos de discussão e reflexão e de garantir o desempenho e a implantação dos programas projetados desde a sede do Pólo, constitui-se numa espécie de criatório de lideranças para a coordenação. Dito de outra forma, o enunciado já aponta a intenção da formação de jovens, reforçando seu papel político na região, o que pode ser qualificado como uma orientação no sentido do ‘empoderamento’ deste segmento.

No ano de 1998 organizou-se o Primeiro Encontro da Juventude Rural do Submédio São Francisco, com mais de 80 participantes, representando mais de 150 grupos espalhados pela região. A identificação desses jovens é resumida por Iulianelli (1999, pp. 4): “Identificou-se essa juventude rural presente como já tendo algum compromisso e algum instrumento de formação nas igrejas e grupos de pastoral, havendo alguns entre eles que já eram universitários”.

Essa identificação de *per si*, demonstrava a interseção de atividades com a Igreja e possivelmente caracterizando a entrada mais específica do Pólo num trabalho que já vinha acontecendo. Essa entrada criava novas significações e atraía o encaminhamento para o campo do sindicalismo que ultrapassava, ou se somava, à finalidade de evangelização e

constituía um conteúdo mais politizado classista em termos da formação da categoria de trabalhadores rurais organizados corporativamente.

Sempre com a mediação de Koinonia, mas mantendo a interseção com a atuação católica, produziram uma revista e desenvolveram outros encaminhamentos que, do ponto de vista da coordenação do Departamento, ampliavam os horizontes do corporativismo sindical para o Pólo: “Uma série de outras ações foram realizadas, assumindo outras agendas além do movimento sindical, como o Dia Nacional da Juventude (atividade celebrada pela Pastoral da Juventude da igreja romano-católica)” (Iulianelli, 1999, pp.4).

A segunda ação encaminhada pela assessoria, aconteceu a partir da elaboração de um projeto por Koinonia, que implementou um programa setorial específico: uma Olimpíada de Jovens Trabalhadores Rurais. Tendo na coordenação executiva nacional, Jorge Atílio Iulianelli, de Koinonia, e local, Quitéria Maria Ferreira e Rita de Cássia de Souza (a primeira, uma colaboradora apoiada por Koinonia e residente no Submédio; a segunda, membro da diretoria e primeira Coordenadora do Departamento de Jovens do PSSSF).

Ao longo dos anos de 1998 e 1999, a atividade principal do Departamento foi a organização e implementação - também mediada por Koinonia - da Primeira Olimpíada da Juventude Rural do Submédio São Francisco. Essa atividade já começava a atenuar o apelo pelo “aumento e estruturação da repressão” e representava uma espécie de resposta aos acontecimentos trágicos que atordoaram a entidade e a assessoria, ao mesmo tempo em que era uma tentativa de retomada da presença mobilizadora do Pólo na região. Foi então, segundo a ONG, uma atividade concebida como “um modelo alternativo de formação e articulação”, para “arejar” um sindicalismo “açodado por tantas lutas”.

Essa e outras atividades que se verificaram depois de uma Assembléia anual de Koinonia, realizada no Rio de Janeiro no final do ano de 1999, representaram a mudança de opinião dos articuladores do Pólo desde a assessoria, acerca da focalização na demanda de segurança e repressão. Nesta assembléia, com a presença do Colegiado que preside a ONG, foram discutidos explicitamente os problemas da criminalização da maconha para os trabalhadores rurais e as relações da violência atual com a violência nativa do sertão.¹⁵²

Na sede de Koinonia criou-se um grupo de discussão que se reunia mensalmente, traçando uma pauta de reflexão que foi sendo desenhada por Atílio Iulianelli. Montou-se um Seminário na sede da CHESF, realizado em 2003, em Paulo Afonso. Essa iniciativa também incluiu a participação dos membros desse grupo de discussão em eventos, incentivados e apoiados por Koinonia, estando a ONG na coordenação ou apenas acompanhando.

Todo esse esforço revelava a natureza das dificuldades éticas e conceituais para lidar com o tema das drogas do ponto de vista da produção agrícola, uma vez que a realidade impunha uma conexão aparentemente incompreensível, entre uma organização sindical de trabalhadores rurais - conhecida pela sua combatividade nos anos 1970 e 1980 e por prezar a transparência de sua posições diante da legalidade e dos direitos - com um tema interdito pela sociedade .

A aproximação com os *cocaleros* da América Latina foi muito importante porque ofereceu algumas condições mentais e históricas para a produção do encaminhamento do tema na agenda do Pólo. Essa atividade foi apoiada por Koinonia, entidade que tinha a capacidade de levar a reflexão para fóruns nacionais e internacionais. Mas, era também

¹⁵² Essa mudança se estabeleceu a partir de tentativas de discussão coletivas coordenadas por Atílio Iulianelli, envolvendo representantes de ONGs (Luiz Paulo Guanabara); da academia - especialistas tanto no tema da exploração dos trabalhadores rurais (José Roberto Novaes), da criminalidade envolvendo jovens (Paulo Fraga), da dimensão jurídica (Vera Malaguti Batista, Érika Macedo e Rogério Rocco), da política de drogas (Gilberta Accerald), do tema da violência e drogas (Michel Schiray e Ana Maria Motta Ribeiro); do sindicalismo (Rita de Cássia de Souza, coordenadora do Pólo) e do MST nacional (Evelaine).

complicado e novo, para uma agência ecumênica, a incorporação da idéia e da discussão do tema. Quer dizer, o campo da assessoria procurou primeiro se convencer da necessidade de construção de uma proposta distanciada e sem moralismo sobre a maconha, para depois poder construir uma capacidade de convencimento que fosse legítima para os dirigentes do Pólo. E, nesse sentido, pode-se dizer que foi bem sucedida.

A participação em Seminários, os grupos de discussão e os contatos internacionais foram fatos importantes na mudança de posição da assessoria e, conseqüentemente, do Pólo em relação ao debate e à concepção da problemática da maconha, principalmente, pelo fato de que a assessoria passou a conhecer o ambiente intelectual dos grupos antiproibicionistas internacionais e seu paradigma, que diferia do enfoque até então encaminhado. Dois seminários principais devem ser destacados: o Fórum Mundial Temático, que aconteceu em Cartagena em 2001 e um encontro regional preparatório do Fórum Social Mundial, co-organizado pelo IBASE.¹⁵³

No Fórum Internacional, Koinonia foi colocada na posição de protagonista, com Atílio Iulianelli ocupando a posição de palestrante numa mesa, levando a problemática do sertão pernambucano a ocupar um lugar como tema de pesquisa e de curiosidade sobre as dimensões sociais e técnicas do cultivo de plantas criminalizadas no Brasil. Foram importantes também os contatos estabelecidos. Um deles, um tipo de intercâmbio com camponeses *cocaleros* (mesmo guardadas as devidas proporções e especificidades do caso da coca como questão étnica, e da maconha apenas como atividade lucrativa que oferecia riscos e danos no âmbito dos subalternizados)¹⁵⁴ que aportava um enfoque politizado em defesa dos trabalhadores rurais. Um outro foi com as agências internacionais antiproibicionistas de apoio técnico e financeiro de pesquisa com as quais Koinonia iniciou contatos institucionais importantes, sobretudo com uma entidade da Holanda, que mais tarde renderiam frutos como o apoio a um programa de publicações e o Boletim Eletrônico.

Foram muitos os fóruns de debates que permitiram uma reflexão sobre a agricultura da maconha no Brasil e que, provavelmente, interferiram nas definições táticas de Koinonia e do Pólo. Por exemplo, para o Seminário de Cartagena, por iniciativa de todo o grupo de discussão, foram organizados dois seminários preparatórios, um na Faculdade Cândido Mendes, em junho, e outro no IFCS/UFRJ, em julho. Além disso, em Cartagena, o grupo brasileiro participou de um movimento que envolveu diferentes atores internacionais. Lá foi produzido um documento articulado pela entidade Mamacoca¹⁵⁵, sobre a política

¹⁵³ O IBASE é uma ONG brasileira que também criou um grupo de discussão para preparar a participação do Brasil no Fórum Mundial, no qual se envolveram muitas pessoas em comum com o grupo de Koinonia (Atílio Iulianelli, Érika Moreira, Luis Paulo Guanabara, Gilberta Acserald e eu). A esse grupo se somaram outros membros de ONGs (IBASE, Koinonia, CEASM, Psicotrópicus, Habitat e Rubião) e universidades (UFF, UERJ, UFRGS, UFRJ, FIOCRUZ), os quais, por intermédio do IBASE, receberam passagens e diárias da Fundação Ford. Entre os pesquisadores, além dos já citados, participavam: Michel Misse, Regina Novaes, José Roberto Novaes, André Novaes, Paulo Knauss e outros)

¹⁵⁴ Devo sublinhar que houve uma impressão muito forte nesse seminário, relativo aos contatos estabelecidos em Cartagena, na Colômbia, com os “cocaleros” bolivianos e peruanos, e com outros pesquisadores, sobretudo pela presença de alguns muito carismáticos e consagrados, como Antony Hermann - antropólogo britânico-brasileiro, especialista no estudo de povos e uso de psicotrópicos que escreveu famoso livro sobre maconha, e o fato de que isso afetou muito profundamente a mudança do discurso, por parte de Koinonia, sobre os trabalhadores que cultivam essa planta. Mas o inusitado foi o efeito produzido nas falas de colombianos comuns e de organizações de apoio a pessoas atingidas pelo processo de *despazamiento* (deslocamento forçado) provocado pela guerrilha, pelo narcotráfico e pelos paramilitares, geradores de uma experiência dramática que foi comparável (em termos de perda de identidade social) ao deslocamento forçado pela Barragem no Submédio.

¹⁵⁵ Mamacoca é uma entidade não governamental internacional coordenada por Maria Mercedes Moreno, pesquisadora franco-colombiana, centrada no apoio aos camponeses que cultivam plantas criminalizadas no mundo todo e pretende uma revisão dos conceitos sobre drogas nas instâncias oficiais internacionais. Também modera uma rede global na internet voltada para o avanço do debate anti-proibicionista, além de organizar eventos internacionais dentro desse mesmo campo de atuação.

internacional de drogas que questionava o seu papel seletivo por estigmatizar os países do Terceiro Mundo, onde estão os produtores. Foi criado um Comitê Internacional de Impulso para revisão das definições sobre drogas nas convenções da ONU e fundada uma rede de entidades, agrupando pessoas interessadas no paradigma antiproibicionista, para uma comunicação permanente e troca de informações pela Internet: todos os brasileiros presentes no evento se integraram à lista.

O outro seminário aconteceu em 2004 em Popayán (Colômbia) e foi também organizado por Mamacoca. Desta vez foi montada uma equipe através de uma solicitação de apoio financeiro obtido por Koinonia, que selecionou os participantes. Entre eles estava a coordenadora do Pólo naquele ano (Rita de Cássia Santos Néri, a Cassinha), uma jovem que havia sido uma das fundadoras do Departamento de Jovens e que dirigiu localmente o programa da Olimpíada dos Jovens do Submédio São Francisco.

Essa viagem propiciou um contato mais longo e focado com representantes sindicais do campesinato boliviano, peruano e colombiano, permitindo um intercâmbio mais direto e organizado entre eles e os membros do grupo de Koinonia. Mais tarde, o grupo se dissolveu e começou então a implementação de programas com metas mais claras de intervenção, decididos por Koinonia, aceitos e incorporados pelo Pólo.

Como resultado dessas experiências, foi possível a construção, pela assessoria, de algum tipo de objetivo político que afetou e fomentou uma nova visão para o caso do sertão do São Francisco. E será aquele que Koinonia irá apresentar como a questão do “empoderamento da juventude”, como meta de longo e médio prazos, direcionada à reversão do impacto do plantio de plantas criminalizadas.

Outro estímulo, se é que se pode assim descrever, se deu em função das conseqüências negativas da ação truculenta da Polícia, sobretudo nas Operações “Mandacaru” e “Asa Branca”, que atingiram de modo preconceituoso os trabalhadores rurais das agrovilas, envolvidos ou não no cultivo de maconha. Esses fatos, certamente ajudaram na mudança de lugar no debate por parte de Koinonia, o que influenciou as opções do Pólo: trata-se de uma escolha que tem a capacidade de atingir muito mais do que a simples definição de pauta específica, para o caso da maconha, podendo afetar de modo mais amplo a reprodução da entidade sindical e sua cultura política. Essa opção levou a um processo de defesa do “empoderamento” da juventude como grupo vulnerável como solução para a constituição de uma vida mais digna, através da luta sindical com uma bandeira diferente da que formou a entidade nos anos 1970 e 80, desta vez mais centrada no foco por um mundo rural mais solidário e inclusivo, mas não necessariamente agrícola, o que afeta diretamente o projeto político estratégico do Pólo e a idéia de que a pedagogia política se constitui na luta.

Vale destacar os passos dessa mudança e apresentar o conjunto de atividades que, reunidas, vão mostrar que a posição da questão no Pólo é uma ação em movimento permanente. Portanto não se pode achar que o atual encaminhamento seja eterno e único, mas apenas informar que ele é o principal.

6.2 Koinonia e a estratégia da política sindical geracional

Pretendo aqui apenas enumerar e rapidamente comentar pelo menos duas das principais estratégias encaminhadas (as Olimpíadas Rurais Juvenis e o Seminário na sede da CHESF) dentro de um conjunto de atividades que retratam a atuação permanente e dinâmica da assessoria em apoio aos dilemas enfrentados pelo Pólo. Vou ainda destacar o conceito definido sobre elas por seus autores, os quais receberam total respaldo do sindicalismo rural da região. Assim será possível entender essa metamorfose que caracterizou uma opção política e, ao mesmo tempo, uma interpretação reativa acerca do impacto do cultivo de maconha sobre as ações e a imagem do PSSSF. De questão de segurança pública, o problema passou a ser tratado como “questão cultural e geracional”.

Koinonia respaldou e acompanhou o fato de que o PSSSF considerasse o ano de 1997 como um divisor de águas. A partir daí, ajudou na construção de algumas mudanças que levaram à atuação através de uma nova programação para a entidade. Reduziu o foco sobre as questões gerais da produção e da luta dos reassentados e ampliou a atenção centrada nas questões mais tópicas e do âmbito da cultura, voltadas para a formação cidadã dos jovens, como lazer, conhecimento cultural, esportes etc.

O ambiente sindical estava mais tensionado, como já foi apontado anteriormente, depois da emergência de pontos de enfrentamento com o GERPI, que impôs à entidade uma dificuldade maior de mobilização ao contrapor à luta de resistência do Pólo, a proposta de indenização pecuniária, segundo o sindicalismo, “acabando com os trabalhadores” que ainda tinham direitos de demandas junto ao Estado.

Mantendo o costume da assessoria de apoiar a atuação do Pólo a partir de diagnósticos de campo, no início do ano de 2003 foi realizado um levantamento, por meio de aplicação de questionários às famílias que aceitaram a indenização e que terminaram retornando para suas antigas casas nas agrovilas onde viviam antes. A pesquisa tomou o ano de 1997 como referência, com o objetivo de analisar as razões para a adesão e avaliar a situação econômico-financeira em que se encontravam, cinco anos depois. Nessa pesquisa não houve muita preocupação com a amostragem. Partiu-se da experiência da diretoria do Pólo que conhecia de perto a situação dos entrevistados e ainda podia usar a aplicação do questionário como forma de contato e reflexão sobre os acontecimentos. Foram realizadas 50 entrevistas, distribuídas em três localidades consideradas as mais atingidas pelas propostas do governo: Bloco 2, em Petrolândia (PE), Itacoatiara, em Rodelas (BA) e Jusante, em Glória (BA).

Atílio Iulianelli, autor do relatório conclusivo da pesquisa, resume o resultado de uma atuação sindical que ele denomina de “contra-informação esclarecedora e emancipadora”. Na visão dele, uma ação levada pelo Pólo às bases, no sentido de conseguir um quadro da situação que resultou da intervenção do Estado naquele momento, por um lado e, por outro, para promover um esforço de ampliação das condições de resistência dentro de um efetivo processo de trabalho de esclarecimento desenvolvido pelo Pólo. Ainda que pequeno, esse esforço se mostrará suficiente para manter a presença do PSSSF e de seu “território” político na região. Conforme Iulianelli:

Nessa luta por uma contra informação esclarecedora e emancipadora, o Pólo ainda logrou que 372 famílias permanecessem resistindo e lutando por *terra por terra na borda do lago* – 72 famílias em Itacoatiara, Rodelas – BA, 202 famílias no Jusante, Glória-BA, 98 famílias no Bloco 2, Petrolândia-PE. O Pólo conseguiu manter uma mobilização capaz de impedir que a contra-reforma agrária do governo FHC, encaminhada pelo GERPI, tivesse um sucesso absoluto. O investimento do governo federal com a apresentação da compensação/indenização pecuniária alterou um comportamento de resistência que fora mantido por mais de 15 anos entre os trabalhadores rurais afetados pela Barragem de Itaparica. Essa situação tornou necessária, após a vitória do governo Lula, uma avaliação da situação de crise social construída pelo antecessor e, também, de uma dívida social contraída com essa população. Os reassentados resistentes têm um direito inafiançável. Os reassentados compensados passaram a ser uma demanda social pela deseducação construída por meio do investimento governamental (Iulianelli, 2003, pp. 2-3).

Essa ação do Estado, segundo a pesquisa, aumentou em qualidade e quantidade o problema social existente e ainda fundou duas categorias sociais oriundas da mesma realidade: os “reassentados” (que resistiram) e os “reassentados compensados”, aqueles que aceitaram a indenização do governo, perderam seus direitos de fixação na região como reassentados, mas que, depois de cinco anos, permaneciam na área, sem entrada no mercado

de trabalho formal e engrossando a fileira dos assalariados temporários que se avolumavam. Incluía-se aí, uma maioria de jovens sem perspectivas de trabalho ou de inserção.

Esses filhos dos “reassentados compensados” representavam uma população vulnerável, mais fragilizada ainda que a dos filhos dos reassentados que permaneceram nos projetos com seus direitos. Como afirma Iulianelli (2003, pp. 4), “antes eles eram futuros irrigantes, agora são mais um problema social”. Isso se abate como uma nova e cada vez mais complexa tarefa para o Pólo que terá que atuar sobre um segmento difuso, daqueles que “já foram”, perderam e “querem voltar a ser”. Do mesmo modo, como precisa agir sobre outra situação igualmente difusa, daqueles que estão na sua base e praticam uma agricultura ilegal e que se consolida dentro do mesmo cenário criado pela atuação do Estado, segundo a leitura dos sindicalistas. A questão da juventude aparece de várias formas e vai gradativamente se constituindo de modo cada vez mais concreto para o desempenho da ação sindical e a assessoria corresponde à demanda da entidade que apóia.

Koinonia divide em três fases os momentos de seu trabalho a partir dessa data (1997), que se transformou num marco de referência: a criação do Departamento de Jovens; a consolidação das ações juvenis, entre elas a Olimpíada e a definição de novos rumos. Iulianelli (2007) sistematiza essa experiência com a juventude rural do Submédio da seguinte forma:

Em 1997 houve uma série de fatores que desafiavam a ação do Pólo. Ele fora criado no final da década de 1970 a partir da luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica. Conquistou por meio da luta social o reassentamento irrigado de seis mil famílias. Em 1997 ainda não estava concluído o processo do reassentamento. Naquele ano houve vários enfrentamentos vividos pelo Pólo. Isso incluía o desafio de enfrentamento com o governo federal por meio da solicitação de instalação do tribunal de arbitragem do Banco Mundial (*Inspection Panel*), a agressão do governo federal com a realização da contra-reforma agrária e o assassinato de uma liderança dos reassentados pelas forças dos gerentes do plantio de maconha em Santa Maria da Boa Vista (PE). Iniciou-se no mesmo ano uma articulação que deu origem ao Departamento de Jovens, da Secretaria de Mulheres do Pólo. O Departamento era coordenado por uma jovem de pouco mais que 19 anos, da cidade de Rodelas – BA. Koinonia tem o privilégio de assessorar político-pedagógicamente esse processo com a juventude rural (Iulianelli, 2007, pp.18).

As atividades começaram mais fortemente a partir do ano de 1998 com a instalação dos Comitês Locais de Preparação das Olimpíadas, com a participação de setores das prefeituras, igrejas e pastorais, escolas, sindicatos e associações de pequenos produtores, além dos jovens escalados pelo Departamento, em cada município. Ao longo dessas atividades, algumas simultâneas entre Rio de Janeiro, Colômbia e Submédio São Francisco, o Pólo foi escrevendo a sua forma de intervenção sindical relativa à questão da presença de maconha na região.

As Olimpíadas foram conduzidas pelo PSSSF com suporte de Koinonia e apoio da Igreja Católica do Submédio, entre 20 de agosto e 31 de outubro de 1999.¹⁵⁶ Dentro do contexto da atuação da ONG, voltada para a elaboração de políticas de ação social, esta atividade se caracterizou como a principal na definição da opção pela questão geracional. A Olimpíada, que era itinerante, estabelecendo-se em cada município primeiro e depois em

¹⁵⁶ Meu primeiro trabalho de campo aconteceu em setembro de 1999, durante as Olimpíadas rurais juvenis conduzidas pelo Pólo e eu pude assistir a alguns jogos enquanto realizava as entrevistas. A mobilização da juventude era visivelmente intensa e a aceitação da proposta inequívoca, mas essa experiência trazia um tipo de representante de base para o sindicalismo que era desconhecido por não ter também, por seu turno, nenhum interesse anterior pela luta sindical, que era “coisa de seus pais”. Mas ao mesmo tempo não se podia ver onde se conectaria ou se se aprofundaria depois essa ruptura geracional.

Petrolândia para a competição final, foi organizada em etapas. Participaram 13 dos 18 municípios atendidos pelo Pólo, inscreveram-se como atletas 1.145 jovens da área rural e ainda mais outros se envolveram na organização.

Segundo os promotores do evento:

Foi proposto como objetivo “desenvolver o espírito de participação civil nos jovens por meio dos jogos olímpicos, estimulando o debate crítico sobre a situação regional e da juventude, apoiando as práticas desportivas como alternativa ao ócio e ao vício”. Criar prazer e lazer, em complementação à política (Iulianelli, 1999, pp. 39).

Além dos objetivos apontados, em artigo publicado na revista *Tempo e Presença*, Iulianelli (Iulianelli, 1999, pp.38), os coordenadores das Olimpíadas – Atílio Iulianelli, Quitéria Maria Ferreira da Silva (assistente) e Rita de Cássia Santos Néry (pelo Pólo) - fazem um balanço da atividade e a definem como uma “ação ousada” do Pólo, certamente pela magnitude do evento, e como uma experiência de “articulação do lúdico com o político”. Os autores ainda destacam uma mudança nos rumos da atuação da entidade, referindo-se aos acordos e alianças com diferentes setores da sociedade civil para conseguir encaminhar uma proposta deste porte, e que teriam colocado o Pólo na cena social da região. Mas, para tanto, apresentam a construção de uma outra imagem, diferente daquela dos combatentes que costumavam assumir durante as lutas de defesa dos atingidos pela Barragem de Itaparica.

Ainda na mesma matéria (Iulianelli, 1999, pp. 40), referindo-se aos desafios da integração dos 1.145 jovens inscritos, embora vendo a Olimpíada como “uma estratégia rica para abrir novos caminhos de participação nas lutas populares do Submédio”, reconhecem que aconteceu uma mudança na ação sindical que foi muito mais do que sutil e foi assumida pela própria assessoria: “Entretanto, o esforço por essa articulação, mostra uma face de um movimento sindical cada vez mais negociador, seguro de uma face civil maior que a face corporativa” (Iulianelli, 1999, pp. 39).

Depois das duas Olimpíadas, que preocuparam os organizadores por estimular mais a concorrência do que a solidariedade, outras atividades foram encaminhadas e o centro da questão passava por assumir cada vez mais especificamente o foco na dimensão geracional, segundo a versão da assessoria e do Departamento de Jovens, para dar “modernidade ao sindicalismo”.

Com a divulgação posterior do livro, novas portas foram abertas na forma de futuros apoios, como ocorreu com o financiamento, pelo Ministério da Justiça, em 2002, de uma outra pesquisa com jovens, coordenada por Iulianelli, tentando construir um diagnóstico sobre violência. A entidade conseguiu aprovar alguns projetos que permitiram uma atuação dinâmica e intensa junto à juventude, em resposta ao acúmulo em termos da elaboração acerca do impacto da agricultura de maconha. Essas atividades foram programadas dentro de uma lógica concatenada (Iulianelli, 2007).

Mais tarde, por volta de 2006, com o trabalho já definido politicamente, com apoio da ITT, uma entidade holandesa, definiu-se o programa “Trabalhadores Rurais e Direitos” para o qual foi contratada, como assistente, a socióloga Maria Priscila Lisa das Chagas, para atuar na sede de Koinonia e conduzir atividades de organização na região do Submédio. Deste momento em diante, o trabalho na área em torno dos jovens se consolidou.

Quero ainda destacar outro evento, o “Seminário para o Levantamento da Situação dos Direitos das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco”, conhecido como o “Seminário na CHESF”, porque vale considerar sua importância na definição política da escolha pela questão geracional. Aconteceu no dia 21 de agosto de 2003, em Paulo Afonso, na sede da CHESF e foi montado como desdobramento do trabalho do grupo de discussões que se reunia em Koinonia, no Rio, mas desenvolvido na área pelos trabalhadores rurais e sindicalistas que prepararam o conteúdo do evento.

Com apoio e participação de promotores públicos, da OAB da Bahia e de Pernambuco, do Ministério Público e das secretarias estaduais do Trabalho, preparado pelo PSSSF, assessorado por Koinonia, com suporte da Igreja Católica (Pastoral da Terra e dos Reassentados), o Seminário reuniu 15 entidades de trabalhadores rurais do Submédio que discutiram, durante dois dias, três questões: o modelo agrícola; a crise hídrica e a conclusão dos projetos de irrigação; e as piores formas de trabalho, incluído o trabalho infantil, o trabalho escravo e o trabalho no cultivo de maconha.¹⁵⁷

No primeiro dia, a reunião durou o dia inteiro. Aconteceu na Casa Paroquial na cidade de Glória, quando os trabalhadores (em torno de 50), discutiram e prepararam seus encaminhamentos sobre os três temas, em grupos primeiro, e depois na reunião ampliada. Usaram painéis e cartazes, com intervenção dos assessores e com anotação simultânea, que gerou o texto final da discussão em plenária.

Resumidamente, as conclusões principais, tendo em vista o critério de recorrência, apresentadas ao final do trabalho em grupo foram mais ou menos as seguintes (Anotações de Caderno de Campo, em 2003, compiladas do quadro durante a reunião preparatória do Seminário):

- Quanto ao Modelo Agrícola:

Solicitação de mais crédito pelo Governo Federal para a agricultura familiar; redução do uso de agrotóxico nos plantios e melhoria das condições de trabalho nas colheitas, no caso das empresas frutícolas; maior fiscalização do Ministério do Trabalho quanto ao transporte de trabalhadores pelas empreiteiras de mão de obra para as empresas frutícolas e ampliação da política agrícola, sobretudo de preço dos produtos plantados na lavoura pequena.

- Quanto à Questão Hídrica:

Denúncia da “inconclusão” dos reassentamentos. Durante anos o governo enrola e não termina. Não se consegue construir uma riqueza nem pra família nem para o país. Havia na região o direito a dezesseis horas de irrigação por lote, combinado com a CHESF e com a CODEVASF, hoje não comporta nem dez horas por lote. Onde tem muita seca a demanda maior é de construção de poço ou de uma barragemzinha. Sobre a transposição do São Francisco, se deve lutar contra a todo custo e também se deve cuidar – os trabalhadores e suas famílias também – pra não aumentar a poluição no rio”

- Quanto às piores formas de trabalho:

Trabalho Infantil: o agricultor pequeno ainda precisa dos filhos pra ajudar na colheita e pra ensinar o saber e como ser um lavrador, mas também é preciso não exagerar porque criança tem que ir pra escola. Para acabar com o trabalho infantil “que faz mal pra criança” é preciso a ajuda da sociedade civil organizada e do governo.

Cultivo de Maconha: ninguém faz isso porque quer, faz quando precisa.

Os mais velhos sempre plantaram no quintal junto com ervas de remédio, porque virou crime? Porque trabalhador agora é chamado de traficante? A maior preocupação é se existe “trabalho escravo” no cultivo dos donos das roças que são gente perigosa. Vale a pena discutir a não criminalização da planta.

¹⁵⁷ Assinaram o documento final e na ordem de apresentação: PSSSF (Rita de Cássia dos Santos Nery e Souza, Cássinha); Koinonia (Jorge Atílio Iulianelli); Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região (Dr. Pedro Luiz Serafim da Silva); Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região (Dr. Luiz Alberto Teles); Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco (Drª Nanci Lourenço Soares); Delegacia Regional do Trabalho da Bahia (Drª Ocirene Barbosa de Carvalho Lima); CODEVASF – 6ª/SR – Juazeiro/Ba (Dr. Dilmam Ribeiro da Silva); OAB/Ba – Subseção Paulo Afonso (Dr. Celso Pereira de Souza) e Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada/IRPAA (José Moacir dos Santos). A assinatura dos demais participantes foi anotada em lista de presença do dia e em Livro do Pólo.

No dia 21 de agosto, na sede da CHESF, na parte da manhã, as autoridades compuseram uma mesa e apresentaram um balanço do trabalho em seus setores, Procuradorias, Delegacias Regionais do Trabalho, CODEVASF e representantes da sociedade civil como a OAB, ladeados pelo Pólo e por Koinonia que apresentaram uma síntese da discussão realizada pelos trabalhadores de diferentes municípios no dia anterior.

Depois do almoço, na parte da tarde, foi franqueada a palavra e, após cerca de três rodadas de inscrição (a participação foi intensa), foram encaminhadas as propostas para consolidação de um acordo com as autoridades competentes e com a sociedade civil, com a participação do Pólo/Koinonia, no sentido de um compromisso de um trabalho conjunto nessas três frentes, sempre de modo integrado.

Assim trabalhado, pode-se deduzir que o tema da maconha não representa um problema em si, mas uma dimensão da problemática dos atingidos pela Barragem de Itaparica quando a questão passa a ser subordinada e assumida na agenda do Pólo. Passaram a ser as três principais linhas de ação do PSSSF, enquanto a ‘forma negociação’ conjunta com governo e sociedade civil, passou a representar a forma principal de atuação, revelando uma mudança em relação à forma ‘luta corporativa’, o que será mais adiante reconhecida e assim classificada pela assessoria. O destaque deve ser dado à divulgação do problema e ao compromisso do reconhecimento das autoridades constituídas e com respaldo da OAB, de qual seja a “interpretação” do Pólo sobre a questão, o que aparece contido num documento assinado publicamente por responsáveis do governo.

Foi deste modo que mudou o rumo da atuação do Pólo, não apenas modificando e expandindo o conteúdo de suas tarefas, como alterando a forma de sua atuação, quando a questão do cultivo ilícito passou a entrar formalmente na pauta.

Observe-se que a palavra “maconha” foi colocada explicitamente, como se verá abaixo, e isso não impediu que representantes do governo acordassem por unanimidade com o texto e o assinassem, exceto a indicação da abertura do debate para a descriminalização, que sofreu restrições. Mas vale a pena notar que essa indicação chegou a ser discutida o dia inteiro nesse fórum.

Especificamente, as resoluções acordadas no Seminário da CHESF relativas ao tema das Piores Formas de Trabalho, referidas ao **cultivo ilícito** que afeta trabalhadores rurais na região foram as seguintes (PSSSF, 2003, pp.3):

1. “CONSIDERANDO notícias de que o plantio de drogas ilícitas na região tem envolvido trabalhadores rurais em estado de necessidade, SUGEREM, uma parceria entre os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, delegacias Regionais do Trabalho e Ministério público do Trabalho com o objetivo de fornecer elementos que viabilizem as ações dos órgãos de fiscalização e a construção de uma base de dados que indique as condições nas quais o trabalho é desenvolvido;
2. CONSIDERANDO que as ações de repressão têm equiparado o trabalhador encontrado na área de plantio da maconha à condição de traficante, SUGEREM ao Ministério da Justiça e ao Congresso Nacional a elaboração de legislação que considere as circunstâncias que levaram os trabalhadores a desenvolverem tais atividades;
3. CONSIDERANDO que o combate ao trabalho no plantio da maconha, apenas pelo método repressivo, tem produzido resultados indesejados, SUGEREM o desenvolvimento de políticas de segurança que não sejam exclusivamente repressivas”.

Como já foi colocado, essa discussão deu origem ao documento que seria debatido com as autoridades no dia seguinte, em Paulo Afonso, com a proposta de obter a assinatura e o compromisso no encaminhamento de soluções. Importante destacar, que chegou a ser acordado no grupo que se incluiria no documento final e se tentaria buscar apoio, junto às autoridades convidadas, para a construção de um processo livre de discussão sobre o significado da descriminalização da maconha para o Submédio São Francisco.

Todos concordaram com a redução da penalização dos trabalhadores rurais envolvidos no cultivo ilícito. Durante todo o tempo, nenhum trabalhador se levantou para opinar o contrário ou estigmatizou quem entrava nessa prática. Houve um interessante posicionamento geral no sentido de criar explicações para os fatos e uma compreensão que poderia ser chamada de, ao mesmo tempo, preocupada e generosa. Também houve aquiescência por parte das autoridades, diante das razões apresentadas e do enfoque que conduziu essa questão sobre a importância do debate da descriminalização da maconha e sobre a redução da penalização dos trabalhadores rurais envolvidos. A última questão foi contemplada mas, para a primeira, o problema era de outra ordem: a restrição se concentrava na assinatura.

As conclusões tiradas do seminário e as que foram assinadas depois de quase seis horas de negociações, retiraram os encaminhamentos sobre o debate da descriminalização da maconha porque envolviam a indicação de um posicionamento sobre a descriminalização e os representantes do poder público não poderiam assinar um documento com esse conteúdo. Essa tensão fez o Seminário acabar por volta das 11 horas da noite, com as negociações avançando e recuando e até que se pudesse sair com um documento de compromisso.¹⁵⁸

A análise dos questionários que pude aplicar durante o evento ajudaram a entender essas considerações¹⁵⁹. Pelo lado da Bahia foram entrevistados dirigentes dos STR de Rodelas, Paulo Afonso, Curaçá, Macururé e Chorrochó. Pelo lado de Pernambuco: de Floresta, Santa Maria de Boa Vista, Inajá, Carnaubeira, Orocó, Ibirimir, Petrolândia, Itacuruba, Jatobá e Glória. Os dirigentes de Belém de São Francisco e Salgueiro foram contatados e suas falas foram anotadas em caderno de campo.

Trata-se de percepção e os relatos apresentam dados que devem ser contextualizados pela situação do ponto de vista do medo, da moralidade e das relações sócioafetivas de cada um, mas ganham significado para esta tese principalmente por estarem relacionados à percepção de militantes sindicais. É também necessário considerar a força interpretativa da mídia e sua influência. Por fim, a “situação de pesquisa” (entrevistas dentro de um encontro com autoridades públicas e conduzida por uma pessoa identificada com o Pólo durante o seminário) deve ser mencionada. O lugar e o momento poderiam tanto gerar uma “coragem extra” para externar opiniões sobre um tema criminal quanto um temor maior. Aparentemente ocorreu a primeira possibilidade, tal a facilidade que tive ao levantar o assunto e a receptividade obtida. Essa situação me levou a crer que, naquele dia, dentro da sede da CHESF, acompanhados do Pólo, no mínimo esses dirigentes sentiram uma espécie de segurança ou de certeza maior do que eu poderia imaginar, diante da liberdade para falar que explicitaram, o que era muito diferente das minhas outras experiências de entrevista nas áreas. E, no máximo, estavam necessitando externar seu pensamento na matéria e acreditaram estar no lugar certo e seguro para isso. O que me importa destacar é a existência de um ambiente de confiança criado pelo PSSSF junto a seus pares.

¹⁵⁸ A tensão em si foi a coisa mais importante do processo – do ponto de vista desta pesquisa – porque foi acompanhada pelos trabalhadores e suas reações me ajudaram a entender melhor todo o contexto.

¹⁵⁹ Ao final da tese esses questionários serão arquivados na sede de Koinonia, em função de questões de segurança e porque a entidade tem um trabalho efetivo de apoio ao PSSSF, e ficará a critério da instituição liberar ou não esses textos para o público. Também informo que pela mesma razão de segurança, os nomes dos entrevistados não serão declinados, apenas o nome do sindicato a que se refere a entrevista.

Montei então um quadro que poderá contextualizar melhor a posição e o lugar de cada informante, por município e sindicato e, do ponto de vista da **percepção** que têm sobre a “presença de maconha” em sua área.

QUADRO DE RESUMO SOBRE PERCEPÇÃO

STR	Presença de Maconha	Unidade Federação
Sta. Maria da Boa Vista	SIM	PERNAMBUCO
Belém de São Francisco	SIM	PERNAMBUCO
Orocó	SIM	PERNAMBUCO
Itacuruba*	NÃO	PERNAMBUCO
Floresta	SIM	PERNAMBUCO
Petrolândia	SIM	PERNAMBUCO
Inajá *	NÃO	PERNAMBUCO
Carnaubeira*	SIM	PERNAMBUCO
Glória	SIM	BAHIA
Rodelas	NÃO	BAHIA
Paulo Afonso	NÃO	BAHIA
Curaçá	NÃO	BAHIA
Ibimirim*	SIM	BAHIA
Macururé	SIM	BAHIA
Chorrochó	SIM	BAHIA

*sindicatos em fase de confirmação de filiação ao Pólo. Fonte: Sistematização e tabulação dos questionários aplicados durante o seminário (AMMR)

Como se percebe, em 75% dos casos (dez), os informantes reconhecem e declaram a existência do cultivo de maconha no seu município. Isso dá a medida da extensão presumida da presença do cultivo ilícito no território do PССSF. Ainda poderíamos acrescentar com certeza, Cabrobó e Petrolina, ambos em Pernambuco, mas não seria apenas uma percepção, dada a confirmação da existência de cultivos pela Polícia denunciados na mídia (os dirigentes desses sindicatos não foram entrevistados), e Rodelas e Paulo Afonso, na Bahia, porque mesmo que os dirigentes entrevistados não tenham acusado a percepção da presença dessa agricultura, em outros relatos coletados no trabalho de campo, aparece a indicação positiva. É possível ainda falar no caso de Macururé, onde se afirma que não há maconha porque é uma região muito seca, ou o de um segundo entrevistado de Petrolândia que afirma que lá há pouca plantação porque é preferencialmente “rota do tráfico”. Enfim, as situações são muitas, mas todas confirmam a presença disseminada do cultivo ilícito pelo território de poder do sindicalismo.

Um dos relatos é bem significativo porque dá uma idéia de uma situação generalizada e foi feito pelo informante do STR de Ibimirim:

Já tem mais de 20 anos que se fala que tem planta disso na área. E o filho de um conhecido morreu maluco porque usava maconha. Essa venda grande de agora é prá região metropolitana de Recife, segundo as últimas apreensões da polícia. Teve outra, no caminho de Arcoverde, na beira da BR, atrás de um poço. Era irrigada, usavam gotejamento e ainda com motor, e era

grande. Ninguém soube, só quando a Federal veio arrancar a maconha, houve uma grande queimada. Hoje a gente passa lá e tem as cancelas abertas, é uma terra abandonada! (dirigente de Ibimirim).

Vale a pena destacar outras questões que afirmaram a existência do cultivo de maconha no seu município. No caso da pergunta sobre a participação no cultivo ilegal, segundo o gênero e a idade, quase todos afirmam que o envolvimento é majoritariamente de homens e jovens. Apenas em dois casos, Ibimirim e Belém de São Francisco, apareceu a indicação da presença de mulheres, mas especificamente na colheita, enquanto em Chorrochó, além de mulheres, foi identificada a inclusão de crianças. Questionado, o informante esclareceu que se tratava de um cultivo praticado em regime familiar e, por isso, onde tem mulheres as crianças acompanham e que “para não ficar parada, a criança também trabalha”. O relato de Chorrochó foi exemplar nesse sentido.

Sobre a presença de armas, todos os informantes desse universo apontaram a existência de trabalhadores armados nessa agricultura. O do sindicato de Orocó chegou a relatar: “Usam armas pesadas: 38 e “R-15” é besteira. Tem até lança-rojão, metralhadora e fuzil”.

Sobre violência, todos os informantes foram unânimes em afirmar o recrudescimento das tensões na sua região, embora alguns relatos mereçam citação por apontarem uma diversidade de situações nas quais se pode apreender que, até certo ponto, algumas não chegam a configurar uma novidade no sertão, vinda com a maconha, sobretudo quando aparece referida à bebida alcoólica. Outras apontam a falta de sorte e a seca para definir essa opção errada ou acusam os fazendeiros, patrões, políticos, a polícia militar e até o excesso de agrotóxico como causadores da violência.

Em Santa Maria da Boa Vista, dois representantes do sindicato responderam:

- Tem violência sim. É mais a bebida com o cigarro de maconha. Tem sempre caso de gente brigando no bar com faca e tiro. Fuma-se lá à vontade. Se “jura” a pessoa quando sabe de alguma coisa, quando te”tem bronca” com uma pessoa, mesmo que não seja eu que disse, fica me incriminando. Já morreu muitos assim!” Ou então: “Mata prá queima de arquivo. Às vezes mata até o próprio companheiro para ficar com o produto todo sozinho!

- Violência que a gente vive é ter que passar pelo caso do agrotóxico, aquilo é sofrimento! Principalmente nas empresas rurais como é o caso da uva e da manga que usa muito e o sindicato não tem acesso à eles prá reprimir. E são poderosos: Caxangá, Milano, Garibaldina, Goiás e muito mais.

Em Belém de São Francisco:

A violência vem do patrão. Se trabalha nisso por causa da situação: não chove, não tem outra renda. E prá maconha o patrão tem como furar um poço ou leva gente prá plantar nas ilhas. O Prefeito deixa de beneficiar o pobre e leva poço arteziano prá fazendeiro!

Em Orocó:

Tem violência sim: roubo de carro, assaltos...tem famílias que matam se o cara passar perto a roça de maconha, ou às vezes porque bebem muito.

Em Chorrochó:

A violência tem, mas de pessoas de lá, não. Mas de pessoas que movimentam lá, mas são de fora: Curaçá (Projeto Pedra Branca), de Abaré, de Belém de São Francisco. Existe assalto, mas quando a polícia pega não é pessoa de lá. Até de Petrolina e Juazeiro tem sido pegado pessoa lá.

Em Ibimirim:

A primeira área descoberta há dois anos atrás. Um camarada “viu” a roça, rastejaram ele até em casa e pediram ele prá nunca mais ir lá. Em seguida a Federal descobriu e fizeram a ação.

Em Floresta:

Ocorre que a polícia militar é que faz a violência. Ao invés de separar os plantadores de maconha da sociedade civil, prender eles e processar, prefere eliminar eles. Isso é extermínio em lugar de prender e levar prá justiça.

Em Jatobá:

Junto a esses plantios acontece os assaltos porque eles estão de carro, moto, é tudo quadrilha formada já e de muito tempo, sempre foram bandidos, fazem até desmanche de carros e motos. Eles querem é dinheiro prá manter o plantio. Muitas vezes obrigam os próprios funcionários [trabalhadores rurais no plantio] a matarem.

Em Petrolândia:

Tem um caso recente: um menino que foi preso e morava em Petrolândia e foi chamado prá trabalhar, prá fazer cerca em Inajá, ganhando uma diária alta de mais de vinte e cinco, mas quando chegou lá era prá cultivar maconha e irrigar. Mas aí no momento que chega não pode mais voltar. Aí já tinha polícia desconfiada e veio a polícia de Arcoverde, invadiu e prenderam quatro rapazes que hoje estão presos em Salgueiro. Diária prá nós é oito reais ou dez reais, ora! Ele saiu, tava com vinte e cinco dias que não vinha prá casa e de lá saiu direto pro presídio. Rapaz pobre, não tem recurso prá colocar advogado. Acontece muito isso naquela região.

Finalmente, sobre a opinião construída pelos sindicalistas a respeito do trabalhador rural que decide plantar maconha, os relatos são igualmente ricos e cheios de significados, mas, na maioria, mesmo críticos na questão da legalidade, são extremamente tolerantes em seus julgamentos quando referidos aos rurais se pobres. Todos, entretanto, consideram que essa atividade é trabalho

Em Floresta:

Eles não têm saída. Que seja feita uma política de incentivo ao crédito rural do PRONAF para eles, em substituição o plantio de drogas. Nós não temos nenhum projeto de desenvolvimento local!

Em Jatobá:

Creio que plantar maconha não vai levar a pessoa prá lugar nenhum. Prefiro passar necessidade ou pedir a um amigo do que entrar nesse trabalho: ele fica escravo, preso nele para sempre. É igual a ir pro cemitério, quando vai, não volta mais.

Em Ibimirim:

Quando o cara que planta é o trabalhador, na maioria das vezes é inocente e o proprietário quando planta é prá “enricar”. Prá quem planta a maioria não é por necessidade mas é por vontade de “enricar”, não é lícito, não é um negócio digno.

Em Chorocho:

Na versão do representante do conselho Fiscal:

Que seja tomada decisões judiciais e governamentais muito sérias porque senão nossa região vai ficar de não poder nenhum cidadão ou nenhuma cidadana andar sem ser atropelada por isso”. E na versão do representante do departamento de jovens do sindicato: “Fazem isso por falta de opção talvez. Falando rigidamente da coisa, as pessoas fazem isso porque é uma forma de trabalho e não existe outra oportunidade.

Em Santa Maria da Boa Vista:

Dois representantes do sindicato se posicionaram, o primeiro: “Na minha visão, aquele que planta colhe e não planta mais, está pagando um débito e sai desse sofrimento. Aí eu acho que ele é um agricultor. E aquele que planta e continua, é um traficante!”. E o segundo: “Conheço companheiros que são que nem a gente. Está conversando aqui e que planta por falta de financiamento para agricultura para manter a família. Tem os que vão para assaltar e continuar nisso, tem os que vão prá sustentar a família. Sou a favor desses, é trabalho, é justo, e na fome que eles tem, para garantir a família vale tudo! Sou contra os que plantam para usar da violência.

Em Belém de São Francisco:

A maioria é por necessidade que trabalha nisso. Os que não prestam, não prestam!

Há, inequivocamente, um sentimento moral forte, mas que, no caso do sertão, se combina com uma situação social identificada como *necessidade* e ainda adjetivada como sendo “necessidade da família”. Isto é, de certo modo, uma questão de honra que a cultura local admite e respalda. Penso que é possível admitir, hoje, que essa diversidade de situações no julgamento moral do “plantador de maconha” pelos sindicalistas explique que o envolvimento com o cultivo, por não ser regulamentado, se apresente como uma alternativa muito mais ampla do que se possa imaginar, e que, potencialmente, está colocada como uma solução financeira aceitável para todos os trabalhadores rurais, indistintamente, naquela região.

A forma como é utilizada essa alternativa é o que diferencia os tipos sociais entre trabalhadores, agricultores (entram por um motivo forte e inquestionável: dívida ou sustento da família e não permanecem prá “enricar”) e aqueles, bandidos, gente que não presta, que permanecem para “enricar” e ainda reproduzem a violência. Dentro do campo intelectual da elaboração política dos sindicalistas, esses bandidos que são os *traficantes* representam o oposto e contradição do que acreditam, para eles seriam principalmente fazendeiros, políticos e poderosos os que ocupam essa condição.

5.3 A opção pelo empoderamento jovem¹⁶⁰

¹⁶⁰ Quero destacar de imediato minha total admiração pelo trabalho desenvolvido por Koinonia junto ao PSSSF e em especial a capacidade dinâmica, criativa, dedicada e apaixonada de Atílio Iulianelli como assessor que não mede esforços para apoiar a iniciativa dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco, colocando a sua competência e até a vida pessoal nesse empenho a despeito de toda a distância e de qualquer dificuldade. Apesar de não ter vínculo formal com Koinonia, fui convocada mais de uma vez e aceitei em participar desse grande trabalho e sempre fui apoiada e respeitada. Por isso, de certo modo, também me incluo nas opções do trabalho mais recente de assessoria sobre o qual aqui estarei desenvolvendo uma reflexão crítica, com todo respeito. Acho que se eu não tivesse me afastado para redigir para a produção da tese talvez não tivesse conseguido “ver” os aspectos que procuro levantar nesse item. Não é fácil assessorar o sindicalismo muito menos com uma questão de tamanha complexidade que envolve o aumento da violência no sertão. Difícil é permanecer ajudando e não desistindo de tentar achar o melhor caminho. Esse capítulo, e sobretudo esse item, representam uma homenagem ao trabalho de Atílio, Priscila e Koinonia. É também uma homenagem aos velhos e aos jovens do Submédio São Francisco. Obrigado por me aceitarem por perto de sua luta!

A categoria *empoderamento* aqui empregada está relacionada à metodologia do trabalho desenvolvido por Koinonia, no enfrentamento de um problema do cultivo e presença de maconha no território do sindicalismo. Recorta o público jovem como alvo das políticas de desenvolvimento alternativo visando compensar as condições de reprodução da própria ação sindical rural.

Parto, entretanto, de um estranhamento em relação à opção apresentada, tanto em termos da metodologia quanto da ênfase na questão geracional, sobretudo quando estabelecida como forma de sustentação de uma suposta modernização ou sobrevivência do sindicalismo no Submédio São Francisco. Tomo como ponto de partida o fato de que o que se coloca é um questionamento a uma intervenção a partir de um conceito em disputa, cuja prática está determinada pela condição de ser uma estratégia igualmente utilizada por agências com objetivos opostos e que atuam em conflito: as voltadas para a superação da pobreza (geralmente ONGs) e aquelas que se definem como agências multilaterais de investimento internacional no desenvolvimento global, como é o caso do Banco Mundial.

As abordagens sobre empoderamento, portanto, podem sofrer de ambigüidades de difícil controle, em especial no caso da questão do poder que será delegado e repassado a quem não tem, o que impõe uma observância extrema em relação à escolha do segmento a ser empoderado e uma permanente necessidade de explicitação de seu campo de atuação para que defina uma ação que, às vezes, pode ser tomada como oposta ao que se pretende, o que costuma ocorrer no âmbito dos debates ideológicos sobre desenvolvimento e na reprodução de esquemas e processos sutis de reprodução das relações de poder existentes na sociedade.

Um seminário, organizado pela ONG Action Aid, em 2003, tratou exatamente desse dilema quanto aos problemas presentes nas abordagens de empoderamento e de direitos que atualmente compõem a agenda e as estratégias e práticas de campo das ONGs que promovem um desenvolvimento alternativo.

A noção de empoderamento começa a ser utilizada na década dos 70, com os movimentos sociais e, posteriormente, passa a permear as práticas das ONGs. Nos últimos anos o conceito e a abordagem foram gradualmente apropriados pelas agências de cooperação e organizações financeiras multilaterais (...) Nesta apropriação o conceito e a abordagem sofreram um processo de despolitização – ou pasteurização – ao ser enfatizada sua dimensão instrumental e metodológica. Assim, junto com conceitos como capital social e capacidades, o empoderamento passa a ser um termo em disputa no campo ideológico de desenvolvimento (Romano e Antunes, 2003, pp5).

O que importa nesta pesquisa é a consideração de que existem riscos e dilemas que devem ser percebidos e analisados quando se configura por Koinonia uma opção pelo empoderamento da juventude como metodologia de trabalho, uma vez que ainda não está plenamente consolidada entre os agentes de apoio aos movimentos sociais uma compreensão de seu uso de modo objetivo e impermeável às formas de cooptação.

Reproduzindo uma das questões debatidas no Seminário acima citado e que foi organizado justamente no sentido de enfrentar o problema, penso que o foco talvez esteja exatamente nas perguntas construídas por um grupo de ONGs que debateram suas idéias durante o fórum:

Quem empodera quem? Quais as vantagens e limites do empoderamento por ONGs, por movimentos sociais, pela atuação conjunta de ONGs e governo e por agências multilaterais? (Romano e Antunes, 2003, pp 7).

Como diz Romano (2003) em outro texto do mesmo livro, não existe empoderamento neutro e sem conflito. E isso só complexifica a adoção dessa proposta como opção de combate à pobreza e, em especial, à violência no ambiente de despossuídos, como é o caso da

base sindical do Pólo, por exemplo, embora a intenção de apoio seja coerente e demarcadora do papel de Koinonia e de sua função na construção e suporte de redes e alianças.

Iulianelli (2007) pretende resumir o conjunto de intervenções “político pedagógicas” realizado por Koinonia junto ao PSSSF, em especial, dando destaque às ações que foram desenvolvidas depois do assassinato de Fulgêncio e em resposta ao padrão de violência que se enredou com a presença, o crescimento e a consolidação da agricultura de maconha no Submédio São Francisco. Os objetivos do projeto de Koinonia com o Pólo Sindical para o período de 1997 a 2002, foram três: cooperar para a integração da juventude como ator político na sociedade a partir dos âmbitos eclesial e das organizações civis; contribuir para a criação de alternativas de trabalho e lazer para enfrentar o que chamam de ‘narconegócio’; e “cooperar com as organizações locais na formulação de políticas públicas alternativas e monitorar os programas governamentais na perspectiva dos pequenos produtores rurais” (Iulianelli, 2007, pp. 36). Embora a função de uma assessoria não seja a de encaminhar a linha principal de uma entidade sindical, foi sempre esta, historicamente, a atuação que caracterizou a relação de Koinonia com o Pólo. Neste caso, a novidade estaria no recorte centralizado na juventude e na redução da ênfase em uma das estratégias (o terceiro objetivo), aquela que sem dúvida tem a maior centralidade na reprodução do segmento de agricultura familiar que funda a identidade do Pólo.

O livro sistematiza duas intervenções mais específicas realizadas pela ONG, ambas de caráter participativo na forma de pesquisa de campo, que deram origem a um conjunto de atividades articuladas. As intervenções aqui em foco foram desenvolvidas com o sentido de avaliar o trabalho sócio pedagógico implementado por Koinonia: uma delas foi realizada em 2002 visando “identificar alguns impactos das ações educativas desenvolvidas com jovens rurais”; e a outra, em 2005, com o objetivo de “...avaliar os efeitos dessas ações” (Pp. 20). De acordo com os autores, o propósito geral era o de avaliar, nas suas palavras “... nosso comprometimento com a formação de jovens camponeses no sertão, como atores sociais e agentes culturais, promotores do desenvolvimento rural sustentável e da superação da violência na região” (pp. 21). Ou, dito de outro modo, visando a “promoção de ações juvenis para a superação da violência na região”.

Desde essa perspectiva, a assessoria passou a atuar de modo menos amplo e mais focado no recorte da juventude. O que se pretende aqui, e é preciso que fique claro, não é uma avaliação desse trabalho, mas uma análise das conseqüências dessa opção para o encaminhamento do projeto político do Pólo, centralizado historicamente na produção de uma agricultura em disputa no território do SMSF e que tem por base a consolidação de sua luta: o reassentamento em áreas irrigadas como conquista do movimento sindical.

Por razões relativas aos objetivos da tese, tomarei o livro antes como objeto de análise do que como produto da literatura especializada, embora ele seja as duas coisas e apresente no segundo caso um grande mérito, sobretudo pela qualidade de seu conteúdo. No volume, os autores destacam uma nova definição de prioridades para a direção política do trabalho, ao colocar lado a lado o prosseguimento da luta pela conclusão dos reassentamentos e a necessidade de inclusão de outras frentes e sujeitos. Entre outras ações, para citar um exemplo, uma relativa ao cuidado com o rio São Francisco e outra voltada para tomar como “igual tarefa, dar conta da necessária organização dos camponeses para a convivência com o semi-árido” (pp. 14), o que significa incorporar outros segmentos do mesmo modo como os reassentados.

E é também nesse item, o da organização, que se ressalta a novidade da percepção da estratégia de um envolvimento maior da juventude com o sindicalismo, o que se daria a partir de um esforço pedagógico de formação de quadros. De modo criativo, se vislumbrou no já irrequieto e inovador sindicalismo do Pólo, uma proposta ousada: atuar pela formação e

inclusão de jovens ao movimento sindical para conseguir simultaneamente uma renovação de quadros e uma alternativa a incorporação da juventude na agricultura de maconha.

De fato, não abandonam o destaque à questão da sustentabilidade dos produtores reassentados mas, como valorizam uma proposta externa à realidade, com a ênfase na agricultura orgânica que consideram “politicamente correta”, o mediador externo introduz como proposta um tipo de agricultura pouco ou nada conhecida pelos antigos camponeses ribeirinhos (Pessanha, 2004). Em lugar de ajudá-los, talvez possam provocar mais problemas do que soluções do mesmo modo como o fez o Estado quando apareceu como planejador externo na vida deles e até hoje encontram dificuldades introduzidas com a tecnologia da irrigação. Desta vez, Koinonia e não a CHESF, facilita um processo no qual são também os jovens os que apresentam maior disponibilidade intelectual. O complicador é que essa situação gera uma inversão no sistema social de repasse do saber camponês dos mais velhos para os mais jovens, com conseqüências fortes sobre a identidade e o reconhecimento da história dessas comunidades (Scott, 1995).

Mas é preciso situar que o trabalho da assessoria pretende ser uma resposta à crise provocada pela agricultura da maconha que afetou negativamente a atuação e a imagem do Pólo. Portanto, coerentemente, a tônica do livro demonstra que as ações mais importantes da assessoria dão destaque ao impacto dessa agricultura e seus efeitos sobre a juventude rural.

Observam-se, então, duas coisas: que o tema da maconha entra na pauta do Pólo de modo concreto, através da juventude, com uma orientação ecumênica. E que, por outro lado, centrar a atividade de estímulo e mobilização sindical na juventude confere, pelo menos aparentemente, uma ousada alternativa de atuação sobre o segmento social mais fragilizado atualmente na região. Mas, permanece o fato de que essa escolha que envolve duas opções específicas em seu recorte: *juventude* e *orientação ecumênica*, onde os objetivos políticos estratégicos se integram aos objetivos filosóficos do religioso. Essa junção tende a gerar uma ambigüidade, cujo resultado poderá se expressar tanto a favor como contra o processo identitário dos reassentados. O problema em relação ao projeto político geral do PSSSF talvez se localize no recorte seletivo dessa questão da juventude e na crença de sua capacidade espiritual emancipatória de *per si*¹⁶¹ como parâmetros para a renovação da ação sindical.

A ênfase sobre a juventude foi ganhando cada vez mais corpo e focando cada vez mais a atuação da assessoria no seu desenvolvimento¹⁶². IA conjuntura marcada pela atuação do governo FHC, através das propostas de indenização conduzidas pelo GERPI, como visto em capítulos anteriores, e pelo agravamento da questão hídrica no Submédio que levava a propostas contrárias aos interesses do Pólo e seus representados (como a transposição do rio São Francisco) somada à crise interna do Pólo como agência sindical, acirravam o sentido dessa escolha.

No livro citado existe uma síntese da crise vivida pelo Pólo na conjuntura do ano 2000 a 2003, que funciona como uma explicação que esclarece a opção de Koinonia na região:

Primeiramente, dada a conjuntura social e política o poder de representação do Pólo sofreu um desgaste natural - perdeu um contato mais direto com as

¹⁶¹ Quanto a essa característica espiritual apenas aponto, mas não tenho capacidade de argumentar sobre ela. Portanto, daqui em diante, centrarei análise na questão do protagonismo da juventude rural no Submédio São Francisco.

¹⁶² Importante lembrar que a tradição desse trabalho de assessoria que liga PSSSF e Koinonia, segundo pude observar, sempre se desenvolveu a partir de processos de avaliação entre assessoria e coordenação dirigente da entidade. Essa avaliação se faz de modo permanente e anual, algumas vezes até mais rotineiramente, dependendo das demandas colocadas pelas conjunturas. Portanto, os encaminhamentos sempre são definidos nesse espaço, colocando a autoria das experiências tentadas e conduzidas dentro desse campo de decisões. Quando aqui me refiro ao ‘trabalho da assessoria’ também estou considerando esse processo de definição de sua autoria.

bases, muito embora mantenha a articulação dos STRs a ele vinculados e ainda seja uma estrutura estratégica para a garantia e promoção dos direitos dos trabalhadores rurais. Em segundo lugar, quase que perversamente, houve um afastamento das agências de financiadoras, deixando a organização ainda mais fragilizada para enfrentar os desafios para a mobilização – um efeito direto é a redução dos recursos para transporte com o fito da organização política. Em terceiro lugar, o aumento da incidência da ação do GERPI e a conjuntura social trazem novas exigências de intervenção do Pólo que as condições institucionais, financeiras e logísticas, e exigem um esforço e uma criatividade da direção do Pólo que nem sempre corresponde à possibilidade, um exemplo claro é estar impossibilitado, além do auxílio de transporte, a ajudas de custo dos diretores e a manutenção de uma assessoria permanente. Finalmente, a continuidade dos atuais diretores coloca sempre em questão o velho dilema das organizações políticas populares: continuar a luta e formar quadros novos (Iulianelli, 2007, pp. 74-75).

Considerando-se ainda o aumento da violência na região, provocada em duas frentes (esquemas armados necessários à segurança da agricultura de maconha e pela forma de condução da repressão a essa atividade), o quadro geral que absorvia o sindicalismo era grave. Havia um impasse pela profundidade dos problemas para a atuação sindical. Juntamente com a assessoria, diante dos recursos que poderiam ser tentados para reverter esse momento crítico, o Pólo, a partir do ano 2000, reviu sua agenda sem muita certeza de sucesso e expandiu sua base atingindo seu foco principal, segundo os autores, sem que isso representasse uma contradição:

... foi um período de fragilidade na representação dos trabalhadores rurais reassentados, porém de construção de novas articulações e representatividade dos trabalhadores rurais sertanejos não reassentados. Foi definitivamente incorporada pelo Pólo a necessidade de articular as lutas dos trabalhadores rurais da área seca. Desse modo, a agenda política principal ficou bifurcada: conclusão do reassentamento de Itaparica, e, a articulação política da área seca. Não que nisso existisse contradição ou antagonismo. Porém, a complementaridade não estava – estará hoje? – muito definida (Iulianelli, 2007, pp. 72).

A escolha por uma afirmação da existência de uma *bifurcação* de agenda política não atribui uma hierarquia na pauta, mas uma paridade e, por isso, mais do que ampliação, a nova agenda passou a ser fundada numa complementação de objetivos que passaram a ter o mesmo nível de importância.

É nesse contexto que o Departamento de Jovens – agindo de modo mais amplo dentro de um mesmo segmento e atingindo jovens sertanejos, agricultores ou não, e não apenas os reassentados, aparece consolidado na sua atuação dentro Pólo. Sua presença será reforçada em termos de intervenção política nas bases, ou seja, na organização da juventude passa a se concentrar a maior expectativa de avanço do trabalho sindical. A função do Departamento passou a ser mais orgânica e em cada sindicato foram incluídos dois jovens (sempre acompanhados pela assessoria) responsáveis pela organização da juventude a nível local para formarem, junto ao Pólo, o Coletivo de Jovens com representação política nas reuniões da diretoria da entidade.

Nesse novo quadro foram organizadas duas Gincanas Culturais, a primeira focada na questão da Identidade Rural, a segunda assumindo como tema gerador a Paz. Esse trabalho teve resultados importantes do ponto de vista de seus objetivos. Merece destaque a observação dos autores no livro no sentido de que teria tornado “o sindicalismo mais jovial, e a juventude mais sindical” (Iulianelli, 2007, pp. 97). Mas ainda existem outros

desdobramentos que foram gerados e são considerados impactos colaterais importantes. Da experiência da primeira Gincana Cultural, a afirmação de uma identidade “rural” que foi criada mais em termos culturais, como se poderá ver:

Construção da auto consciência de jovem rural para além do envolvimento com atividades agrícolas e além da participação no MSTR. As atividades todas realizadas levaram a constatar que a maioria dos jovens é composta por pertencentes aos grupos rurais porque vivem nas áreas rurais, e muitos que trabalham na área rural ajudam na agricultura familiar. Aliás, há uma enorme dificuldade de comunicação entre a maioria dos jovens que estão no Coletivo do Departamento e os dirigentes dos STRs da região. Apesar disso esses jovens têm apreciado afirmar a identidade de jovem rural (Iulianelli, 2007, pp. 98, grifo de AMMR).

Depois da segunda Gincana Cultural, dois destaques merecem ser apresentados. O primeiro é que a atividade não pode ser desenvolvida em Santa Maria da Boa Vista (região do Projeto Fulgêncio), aparentemente por determinação dos grupos ligados ao cultivo ilícito, o que atestava a presença da violência ligada a essa atividade interferindo na organização sindical, e a juventude do local precisou ser criativa para poder participar de outras formas. O segundo se refere a uma das conclusões sistematizadas pelos assessores, na qual a juventude participante teria revelado “o lazer e o prazer como alternativas ao ócio e ao vício, mostrando que é possível unir ação educativa, lazer e discutir política” (Iulianelli, 2007, pp. 68).

No livro afirma-se:

A gincana Luta pela Paz se deu num momento em que a situação da segurança pública na região era informada pelos órgãos do Ministério da Justiça, especialmente a Secretaria Nacional Anti Drogas, como solucionada. Chegou-se a afirmar publicamente que aquela era a região do ex- Polígono da Maconha. Pelo que transparece da atuação dos jovens do município de Santa Maria da Boa Vista, que esta não era a realidade vivenciada no cotidiano dos jovens. Assim como se pode apreender dos registros do aumento de assassinatos de jovens, que Koinonia publicou por meio de suplemento da Revista Tempo e Presença – também veiculado no Boletim Eletrônico Narconegócio e Violência no Campo (Iulianelli, 2007, pp. 82).

Essas duas experiências de gincana cultural, aportam várias questões interessantes para esta tese. A primeira delas remete ao fato de que parece ter sido retomada uma certa hegemonia na direção política a partir da Igreja Católica, como nos anos 1970 e 1980, com base na premissa de Justiça e Paz, com uma metodologia já experimentada. Depois, percebe-se o reaparecimento da questão do *ócio* associado à presença do *cultivo ilícito* e da *violência*. Provavelmente isso aconteceu porque o foco na juventude incorporado pelo projeto de Koinonia repetia a estratégia trabalhada alguns anos antes pela Igreja (Pastoral dos Reassentados), quando essa associação foi problematizada depois de ter sido trazida pela pesquisa realizada pelo Pólo junto aos reassentados.

Também vale a pena citar que, do ponto de vista do MSTR, coordenado pela CONTAG, tornar o sindicalismo mais juvenil, lubrificando o rodízio de lideranças na direção, aumentando a mobilização e ainda trazendo uma presença em termos de intervenção cultural engajada ao sindicalismo dentro de uma região, o parece ser, relativamente, a performance mais geral do sindicalismo rural de hoje¹⁶³, um fato extraordinário.

¹⁶³ Pesquisas atuais, entre elas uma em andamento no Observatório Fundiário Fluminense da UFF, que coordeno, sobre o perfil do dirigente rural atual no estado do Rio de Janeiro, tem apontado algumas características crônicas sobre a atuação das entidades sindicais rurais no país que aparentemente tem se colocado cada vez mais dependentes da CONTAG que, por sua vez, cada vez mais segue a programação encaminhada pelo governo federal. E o faz dentro de um modelo que reproduz, sobretudo a perpetuação das mesmas lideranças nas direções há décadas. Esse é o caso para o Estado do Rio de Janeiro mas provavelmente não estará muito diferente na

Mas, a flexibilização da base sindical que esse trabalho pedagógico organizativo aponta, em sua tônica cultural assumida como diretriz da intervenção sócio-educativa e lúdico-simbólica, relativiza a reprodução social economicamente determinada dos novos representados da entidade sindical, e isso é o que gera uma questão importante neste presente estudo.

Paradoxalmente, ainda é possível se observar, nas entrelinhas deste trabalho, que justamente sobre esse ponto – a flexibilização da base sindical – existe uma diferença em termos da direção política da Igreja dos anos 1970 e 1980 para hoje, sinal de que a Igreja também mudou sua concepção e, provavelmente, a partir do mesmo fator impactante: a presença de uma agricultura de maconha atingindo a imagem e a sociabilidade dos jovens rurais que representam o futuro dos não ricos do sertão nordestino. Essa idéia se coloca desde a adversativa da formulação dos resultados: apesar da dificuldade de comunicação entre jovens e dirigentes sindicais esta juventude aprecia afirmar sua identidade rural.

Talvez isso explique a perplexidade dos assessores ao considerarem que a maior parte desses jovens acabem ocupando lugar em outras instituições e agências fora do sindicalismo. Mas, como ainda assim encontram vantagens neste envolvimento, pode-se deduzir que o impacto deste novo trabalho em termos de política para juventude é mais abrangente do que a simples renovação sindical e que, portanto, transcende o PSSSF. No entanto, vincula-se aos interesses do Pólo na região, que passa a ser afetada por esses novos quadros, com conseqüências, por exemplo, na renovação da própria política tradicional no sertão.

Mas o projeto político do Pólo dentro do território da Mancha Irrigada em confronto com as agriculturas patronais? Segundo relatado dos autores do livro, a assessoria passou a definir e perceber essa juventude que aceita e se vincula de fato ao trabalho *geracional* conduzido pelo sindicalismo em parceria com a Igreja Católica. Esta ação parece ser atualmente a mais forte e abrangente forma de intervenção nas bases desenvolvida pelo Pólo, além de ser, provavelmente, o único programa que é apoiado financeiramente como um projeto pedagógico organizacional, que se tornou razão de diferentes e consecutivas atividades usando a principal energia da entidade. Essas atividades se desdobraram em várias frentes, de olimpíadas sindicais ou gincanas culturais, até publicações e pesquisas nas quais alguns grupos de jovens rurais e *para-rurais* incluídos, tornaram-se também autores das experiências pela atuação que desenvolveram. Ganharam, assim, o mérito de ter reconhecida sua demanda por receber esse “poder” (protagonismo) dentro do sindicalismo rural do Submédio e até incluir nova pauta na agenda do Pólo. Segundo os autores:

Na energia da juventude estamos percebendo o desejo de superar os mecanismos geradores da violência e apostar crítica, criativa e transgressoramente em novas oportunidades. A juventude sertaneja do SMSF tem elaborado modelos organizativos e questionado modelos estruturantes da organização do sindicalismo rural vigentes. Reclama por um espaço de participação política que não é comum no sindicalismo rural. Ao mesmo tempo, está preocupada em integrar diversos temas: erradicação do trabalho infante-juvenil, educação no campo, políticas públicas para a juventude rural – em especial cultura, lazer e educação, saúde (também saúde sexual, direitos reprodutivos e a soropositividade), superação de preconceitos, superação da violência. Essa juventude rural sertaneja que inclui jovens agricultores e jovens “para-rurais”, disseminada pelo SMSF, tem construído formas lúdicas de processos educativos, modelos de apoio às lutas sociais, novas formas de ocupar velhos espaços (Iulianelli, 2007, pp. 15-16, grifos de AMMR).

maioria dos demais estados. Daí a mobilização com a juventude – apesar de ser indicada por uma matriz desenvolvida pela CONTAG - ter no seu êxito quantitativo e qualitativo no caso do Pólo um significado digno de nota.

Mais questões e problemas podem ser deduzidos da colocação da juventude no lugar central da elaboração sindical, entre eles uma possível divisão de trabalho baseada no suposto de que a rotina do trabalho cotidiano e da elaboração temática sobre o costumeiro (administração, burocracia, campanhas de esclarecimento contra os perigos das indenizações conduzidos pelo GERPI, implantação de programas como o do Um Milhão de Cisternas, etc) permanecerá com os mais velhos uma vez que a novidade estará reservada na expectativa de ser encaminhada pelos mais novos, como é o caso do enfrentamento da agricultura de maconha que passou a ser designada como o “problema da superação da violência”.

A pauta tornou-se mais genérica e não exclusivamente rural, mais voltada para a formação cidadã e para a elaboração de políticas sociais (Iulianelli, 2007, pp.20)

Como já vimos anteriormente, não seria a primeira vez que o Estado mudaria de lugar na sua relação com a história da luta do Pólo, como fez ao substituir a política agrícola pela política de segurança com a constituição pela mídia do território do Polígono da Maconha como parâmetro principal da região, secundarizando as demandas relativas à agricultura dos reassentados. Mas, desta vez, esta substituição se daria por um deslocamento provocado pelo próprio sindicalismo.

Quanto às novas formas para ocupar velhos espaços, trata-se de um fato relacionado a uma proposta de renovação sindical na forma e no conteúdo, e que sempre esteve colocada para a assessoria como um desafio estabelecido por um embate de duas diferentes lógicas que assim aparecem descritas:

Havia um duplo desafio: para o Pólo tratava-se de criar um espaço de participação juvenil que fosse atento à lógica das juventudes; para as juventudes havia necessidades como a criação de espaços de lazer e de trocas de experiência que não passavam pela mesma racionalidade que regia o movimento sindical (Iulianelli, 2007, pp. 21).

A percepção desenvolvida pela assessoria a partir das entrevistas em dois momentos, levou à constatação de um processo em curso de amadurecimento do diálogo realizado entre essas duas lógicas. No que se refere à consolidação do Departamento de Jovens dentro do PSSSF, essa maturidade se traduzia numa inegável renovação de quadros e de mobilização social em franca disputa dentro do segmento jovem que assim se aproximava mais do sindicalismo e menos das tentações de envolvimento com a agricultura de maconha, que passou a ser enquadrada, mais uma vez, como violência e narcotráfico, perdendo seu conteúdo já reconhecido pelos sindicalistas “mais velhos” entrevistados, como trabalho. O protagonismo jovem atuou positivamente no sentido da formação política e da renovação de quadros e era assim explicado para as duas primeiras fases do trabalho – a criação do Departamento e a sua consolidação:

Desde o início procuramos aprofundar reflexões sobre o protagonismo juvenil popular. A juventude camponesa era o principal agente da construção de um processo de diálogo que se iniciava. O papel de Koinonia como facilitador era fortalecer e sistematizar os processos de reflexão/ação elaborados por essa juventude (Iulianelli, 2007, pp.23).

O destaque maior aparece quando se explica que, para conseguir resultados em relação a esses objetivos, foi dada ênfase ao aprofundamento do diálogo entre jovens camponeses e destes com o Pólo e o movimento sindical de trabalhadores rurais.

Mas isso também significa que as tensões não são poucas para a realização desse diálogo e que certamente é difícil identificar o peso de cada lado desse canal comunicativo: uma juventude sem um espaço criativo e sem referências de práticas solidárias sendo acolhida por militantes mais velhos que oferecem sua experiência e seu saber para fomentar o protagonismo jovem? Ou uma juventude inovadora em contraste com um segmento de sindicalistas maduros que praticaram uma grande luta, mas que, no momento, encontra-se

num impasse? Sindicalistas maduros que contam a história de origem que funda a identidade da classe que representam, mas que precisam aprender com a juventude a mudar a linguagem e assumir uma nova pauta fora da agricultura dentro do sindicalismo rural para poder avançar e superar problemas?

Enfim, de onde podem vir as respostas? Qual o parâmetro entre esses lados: são iguais ou possuem uma ascendência hierárquica que deve ser considerada? No âmbito da definição de um território dos trabalhadores rurais enquanto um espaço que se constitui na disputa entre a agricultura dos reassentados e as duas agriculturas patronais, e que poderia levar ao confronto estrutural com as várias formas de violência contra os trabalhadores rurais no seu sentido mais profundo e mais cruel, este também é um campo de tensões a ser considerado, e isto, certamente, ultrapassa a idéia de protagonismo da juventude.

É preciso compreender quando este protagonismo apresenta a tendência de afetar o projeto político geral do PSSSF, o que poderia ser vislumbrado desde o ponto em que a assessoria apresenta o terceiro momento – denominado como “Novos Rumos” e introduz suas concepções e expectativas sobre o trabalho com jovens no SMSF dentro do sindicalismo.

Depois de elencar um enorme conjunto de atividades na linha do desdobramento do trabalho de assessoria junto ao Pólo após 1997, os autores indicam:

A continuidade dessas ações tem se apresentado como um fator que coopera para a inserção dos jovens camponeses em sua própria realidade, em seus compromissos com o desenvolvimento rural sustentável e solidário. A participação dessas moças e desses rapazes em várias instâncias do controle social e de poder da sociedade civil tem sido uma constante – vários deles já são lideranças sindicais, atuam em Conselhos Tutelares e outros espaços de participação e poder. Muitos ingressaram em novas etapas de escolarização, até mesmo no ensino superior, com a perspectiva de se manterem como novos atores no mundo rural. A questão da fixação da juventude no campo está presente, e essas ações têm contribuído para indicar novas alternativas ao êxodo rural. O tema da identidade da juventude camponesa sertaneja e nordestina é mais uma das multifacetadas caras de um país que tem ainda muito que fazer valer em termos de direitos para trabalhadores e trabalhadoras rurais. Cremos que essas ações aprofundam e radicalizam a democratização do Brasil (Iulianelli, 2007, pp. 28-29, grifos de AMMR).

Destacamos, nessas afirmações, a idéia de compromisso com o desenvolvimento local, pauta de uma reflexão que se amplia para além da agricultura. Depois, a idéia de empoderamento da juventude, que se encaixa na proposta da preparação e da expectativa de atuação desse segmento em esferas de controle social e de poder relativos ao “mundo rural” - mas enquanto espaço de convivência rural e urbano - no qual supostamente se espera que os jovens preparados pelo sindicalismo rural se coloquem como novos atores políticos supostamente progressistas, uma vez que foram formados num ambiente que se funda na solidariedade coletiva e que endossa e reproduz a filosofia da Teologia da Libertação.

Entre esses jovens rurais que permanecem vinculados ao Departamento, ou por participação direta no coletivo ou por participação nos grupos locais, há uma religiosidade alimentada por uma pastoral popular da Igreja Católica. Por casualidade, o Departamento é criado num momento em que a Diocese de Floresta se encontra num processo de renovação pastoral assumindo discursos e práticas da pastoral popular e da teologia da libertação – dos anos de 1980 (Iulianelli, 2007, pp. 62).

Mas, fundamentalmente, pode-se pensar de modo crítico na questão da identidade dos que pretendem uma incorporação ao sindicalismo rural que aparece flexibilizada na sua base

estrutural, onde não apenas agricultores, mas também *para-rurais*¹⁶⁴, pretendem atuar no mundo rural em defesa dos interesses produzidos desde o campo sindical, mas ultrapassando a sua vinculação com a esfera da produção.

Isso modifica o sentido da experiência existente e que antecedeu a fundação do Departamento de Jovens, quando se priorizava uma intervenção focada nos jovens dos projetos de reassentamento, visando a sua reprodução e consolidação¹⁶⁵ e que teve que ser interrompido por conta de decisões afetas às políticas de Estado, mas que não voltou a ser enfatizada, uma vez que o Departamento assumiu novos rumos ao definir quais seriam seus principais desafios.

Nos resultados de pesquisas sistematizadas em Iulianelli (2007), as entrevistas permitiram a construção de um perfil auto definido do “jovem rural”, o que, segundo os autores, tem representado um desafio para Koinonia no sentido do engajamento desse segmento na luta sindical. Por isso vale a pena mencionar esse resultado:

... a juventude se reconhece não mais como exclusivamente dedicada ao trabalho agrícola, mas envolvida com a agricultura e o mundo rural, seja em atividades de beneficiamento e comercialização da produção agrícola ou até mesmo nas atividades de serviço nas áreas rurais, a exemplo das professoras e professores das comunidades rurais, que trabalham na agricultura e também exercem outra profissão; a juventude rural que, ao tempo em que trabalham na agricultura familiar, tem como horizonte o primeiro emprego, porque a renda gerada dessa atividade concentra-se no chefe de família, e os jovens almejam ter renda própria; muitos jovens saem da região pressionados pelo desemprego e pela violência, e não conseguem enxergar a agricultura como atividade rentável – por isso mesmo não gostam de ser trabalhador rural (Iulianelli, 2007, pp. 93, 94).

¹⁶⁴ Na página 62 do livro em foco, aparece indicada a clientela dos programas sócio-pedagógicos implementados por Koinonia no SMSF depois de 1997, onde se pode perceber quais seriam os tipos sociais indicados como “para rurais” uma categoria utilizada para classificar os jovens rurais que não são agricultores ou descendentes de trabalhadores rurais: jovens que são considerados no âmbito rural por “relações sentimentais com o campo” e jovens “rurais por ‘n’ circunstâncias”.

¹⁶⁵ O livro também indica à página 59 que até 1998 havia um vínculo entre as políticas para a juventude desenvolvidas pelo Departamento de Jovens (criado também em 1998) e a produção, o que era viabilizado pela ATER, um programa público de assistência técnica voltado para a agricultura irrigada, quando: “os profissionais vinculados a ATER desenvolveram, juntamente com o Pólo Sindical, um programa de formação de multiplicadores com os jovens dos projetos, que contou com a participação de mais de setenta pessoas. (...) Por questões macro, de decisões econômicas e políticas do governo federal, o programa da ATER foi retirado da gestão dos trabalhadores, e a maioria dos profissionais foi demitida e/ou deixou de desenvolver esse trabalho organizativo nos projetos. E como o trabalho do Departamento não tinha tomado rumos próprios, com a saída da ATER teve que ser retomado sob outras bases.”

Cabem muitas perguntas¹⁶⁶. Quais são as possibilidades objetivas de uma reprodução geracional que privilegie a preferência pela distribuição e pelo beneficiamento ou transformação industrial na atividade agrícola como *locus* social de agentes econômicos fora da esfera patronal? Como ser representante de uma categoria profissional se entendendo como um transgressor dessa identidade de acordo com a lei (trabalhador rural é assalariado, possuidor de pequeno lote ou aquele que trabalha em base familiar sem assalariamento de terceiros)¹⁶⁷? O que significa a retirada pura e simples da criança do trabalho agrícola encampado pela bandeira “politicamente correta” da proibição radical do trabalho infantil defendida pelo Coletivo de Jovens do Pólo: uma reedição da experiência de afastamento dos filhos da lavoura provocada pela demora do Estado na conclusão dos sistemas de irrigação que atingiu essa juventude em foco? Finalmente, como construir um território político mais justo e democrático para os trabalhadores rurais do SMSF se a juventude, que é portadora da capacidade de absorção do saber sofisticado da agricultura irrigada, quiser ficar por fora, com autonomia ou no comando da produção familiar? E as regras de herança, como se dariam culturalmente nesse caso? Essa escolha fora da produção não acabaria no limite, comprometendo a agricultura familiar conquistada pelo Pólo?

Claro está que estas perguntas excluem a pluriatividade e a multifuncionalidade como formas de reprodução constantes e que sempre foram detectadas no segmento da agricultura familiar, o que poderia abrir para atividades de serviço no meio rural ou urbano como formas de complementação da renda comum e indivisa por assalariamento. O fato dos jovens almejarem ter uma renda própria parece ter sentido já que estudos têm demonstrado as tentativas de geração de uma renda autônoma pelas mulheres, a partir de seus espaços de produção - no quintal com a horta ou com o criatório de pequeno porte, justamente o que elas perderam, segundo Scott (1996), depois do deslocamento compulsório para os Projetos. Então seria interessante indagar até que ponto não estariam em gestação novos processos semelhantes na esfera da produção familiar dentro das agrovilas, dessa vez afetos a juventude?

Entretanto, retirar a autoridade hierárquica do chefe de família é tema complexo para uma compreensão do campesinato (identidade defendida pelo PSSSF) e seria difícil imaginar que a criatividade e inovação “geracionais” apontassem nesse sentido sem prejuízo da reprodução cultural desse segmento.

¹⁶⁶ Não seria de se estranhar que, dada a situação imposta às famílias dos trabalhadores atingidos pela Barragem de Itaparica e ao conjunto complexo de situações que ainda atuam no sentido de sua exclusão social, os principais efeitos detectáveis apareçam de modo mais claro justamente nas gerações seguintes e que passaram por essa experiência. Então, não gostar de ser “trabalhador rural” parece ser a idéia mais razoável e espontânea que um jovem poderia dizer como parte dessa história. Por outro lado, não gostar de ser “trabalhador rural” não significa necessariamente que eles não gostem de ser parte de uma comunidade que lhes atribui a condição simbólica da dignidade por ter conquistado a sua terra numa intensa luta contra o Estado. Razão pela qual essa comunidade não apenas não desapareceu como também se constituiu, se reproduziu, resistiu e ocupa um espaço dentro de um campo de conflito com a agricultura empresarial de frutas sem pretender que este adversário desapareça. Mas se propõe (com todas as suas contradições), com a ajuda do sindicalismo do Pólo (que mesmo instável ou recuado, nunca faltou), a construir o “seu” território, como condição política de sua sobrevivência. Para tanto, sem essa *comunidade de agricultura familiar dos reassentados irrigados*, a juventude rural em foco pode não existir e chegar a perder sua própria materialidade histórica. Portanto, lutar pela conclusão dos reassentamentos ainda é a questão central da agenda política e o mais importante item da pauta sindical no SMSF.

¹⁶⁷ Segundo o livro aqui focado, as demandas dos jovens resultantes das atividades pedagógicas conduzidas por koinonia, com respaldo do Pólo e parceria com a Igreja Católica, duas merecem ser mencionadas: a que apela para políticas sociais para juventude através de negociações que poderiam ser realizadas pelo Pólo com as autoridades públicas que deveriam produzi-las tornando o Pólo num agente negociador de demandas assistenciais; e a cobrança de uma renovação na estrutura sindical com o objetivo de engajar mais jovens, pedindo para tanto a abertura para a “incorporação de novos sujeitos”, não necessariamente agricultores. (Ver Iulianelli, 2007, pp. 99 e 100)

Outra questão: como seria possível imaginar a reprodução de conquistas para os trabalhadores sem um processo de luta? Esse dilema passa pela cabeça dos dirigentes mais velhos e de sua experiência acumulada. É a posição delineada por um coordenador do Pólo Sindical que me permite essa consideração, quando dentro do livro de Iulianelli (2007) ele se pergunta pela formação dos jovens na luta:

Para o coordenador do Pólo essa avaliação [sobre o fato de ser pequeno o impacto do trabalho formativo nas lutas da região] deve ser ponderada, visto que o próprio MSTR na região tem recuado nas grandes ações de massa. Segundo o dirigente: “Faz tempo que não realizamos uma ação de massa como a ocupação de Paulo Afonso. Então, como podemos exigir ou visualizar a ação dos jovens? Tá faltando luta de todo mundo... nas ações que a juventude é motivada ela comparece, basta ver as pequenas mobilizações na gincana pela Paz e na campanha política... Então como avaliar da juventude estar tendo paixão e gosto pelo projeto político mais amplo? (Iulianelli, 2007, pp. 100, observação entre chaves de AMMR).

Essa fala questiona por si só a idéia de ênfase no protagonismo da juventude quando a compreensão do processo mais geral ainda parte da história: nela, os “velhos” enxergam os “jovens” a partir do parâmetro das ações que implementaram. Entretanto, a afirmação não nega a idéia de uma integração de forças na direção política. Talvez por isso, haja menos sentido no empoderamento do que numa certa inclusão da juventude dentro de uma trajetória política na qual o passado realizado como acontecimento pelos mais velhos, oferece a eles o benefício de possuir uma certa hierarquia de experiência sobre os mais moços.

A última consideração a ser feita refere-se ao fato de que essa juventude precisa ser datada e, neste caso, como apresentei ao longo de toda a tese, ela deve ser tomada como resultado de determinações que não são necessariamente visíveis na atualidade São portanto, produto do passado de lutas do próprio Pólo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto, as razões ou fatos não são o mesmo que atos. Os seres humanos não reagem ao estímulo da fome ou da opressão através de nenhuma resposta automática ou estandardizada de revolta. O que eles fazem ou deixam de fazer, depende da sua situação entre os outros seres humanos, do seu envolvimento, sua cultura, tradição e experiência (Hobsbawn e Rudé, 1984, pp. 58).

No esforço acadêmico para a elaboração desta tese abri muito mais questões de pesquisa do que fechei, mas gostaria de fazer algumas ponderações em defesa desse exercício.

Minha questão geral não é uma síntese da realidade, muito menos um problema-guia, no sentido de se conseguir a partir dele reconstruir todo um processo social que acontece na prática sindical de modo integrado. As coisas não estão juntas normalmente, nem na empiria, nem no pensamento e menos ainda no conhecimento teórico acumulado sobre a região ou sobre o movimento social organizado. O tema que elegi – a entrada do cultivo ilícito na agenda do Pólo Sindical do Submédio São Francisco – não se constitui de modo coeso, mas é, no máximo, justaposto, como se fossem duas histórias separadas, cada uma com sua coerência. Mas eu queria achar um sentido, juntar pontas, articular fatos de fontes distintas que poderiam resultar em alguma explicação sobre um processo social em curso. Fiz isso a partir da construção de uma pergunta arriscada e moralmente comprometida, porque legalmente criminosa, mas colocada num ambiente que se constitui como permanentemente voltado para a produção de legitimidades.

Sei que posso ter aberto muitas pistas de pesquisa ao mesmo tempo. Foi muito difícil juntar essas partes todas que organizei em capítulos e conseguir chegar a um conjunto cognitivo. Queria fazer uma descrição, em cada parte desse processo, e produzir um texto como um tecido sociológico que pudesse dar legibilidade a acontecimentos que são, a princípio, identificados como experiência de violência e/ou produto de transformações culturais e econômicas recentes, impostas desde fora, ao ambiente original do sertanejo ribeirinho do São Francisco e do ponto de vista desse agente.

Para realizar meu intento, desenvolvi um exercício que denominei como uma tentativa (dentro dos limites do tema) de desconstrução sociológica do Polígono da Maconha como território ideológico, para poder pensar, junto ao sindicalismo, as possibilidades potenciais da produção de um contraterritório, pelos trabalhadores atingidos pela Barragem de Itaparica, a favor de seus interesses e conquistas. Espero ter conseguido ser clara nesse propósito.

O processo analítico dessa desconstrução pode ser identificado a partir de alguns temas geradores e indicadores que chamo de estruturais, e que precisei localizar na investigação para poder, posteriormente, construir a análise que aparece na exposição. E para concluir esta tese, passo a identificar brevemente cada um desses temas indicadores determinantes.

A importância da síntese histórica para a desconstrução do território imposto

A origem da compreensão do território enquanto unidade significativa está na formação sócio política da região em dois espaços: o da *cultura do couro* como dominante e a

da *cultura da palha* como expressão resistente de sobrevivência e criação de mentalidade. O uso do couro ainda se estenderia a hábitos de domínio e de liderança, rebenques usados pelo dono da fazenda, uma quase espada, ou uma maneira de exprimir *status*, relho para dominar os animais e o próprio homem, nos aspectos mais dolorosos de exploração do trabalho, ou para impor submissão. Redes tecidas de couro ou feitas com panos de couro e punhos tecidos, chapéus, alparcatas, aventais, perneiras, calçados, peitorais, embornais, montarias. Este seria o estado da cultura típica do Sertão, “...onde traços de uma ancestral proximidade com animais e vegetais se afirmavam e se reuniam num equilíbrio permanente” (Souza Barros, 1957, pp. 7).

Gonçalves (1997), pesquisador da história do Submédio, relata a presença marcante de homens livres fundando uma cultura dos subalternizados, envolvidos numa dinâmica de convivência, ao mesmo tempo contraditória e complementar, com o domínio da pecuária. Seriam os sobreviventes marginalizados, agrupamentos de índios, mestiços, negros que em geral viviam na beira do rio e abasteciam os caminhantes desse corredor, quando passavam com o gado e que ficavam por lá, esperando no tempo, sua reprodução lenta e empobrecida, criando um modo de vida que funda a experiência do lugar. Com a fartura de carnaubeiras à margem do rio São Francisco, dela tiravam as folhas para fabricação de artefatos e artesanato e, assim, fundaram a “civilização da palha” (Gonçalves, 1997, pp. 49). Essa cultura da palha permanece até os dias atuais, inscrita nas atividades de artesanato existentes nas bordas do lago, mesmo sendo um terreno diferente em relação ao dos ribeirinhos, estabelecido após a submersão das águas pelas barragens, modificado fisicamente, mas que continua carregado de uma “memória construída”.

Este percurso foi importante para que eu entendesse como nasceu e de onde se formou o “sertanejo popular”, identificado por sua ambiguidade, desde sua condição de existência, como parte de uma cultura do couro que traduz um moralismo muito relativizado em suas formas de mandonismo e força e que ele acumulou de modo solitário, para manter-se dentro e dependente dela. Isto lhe forneceu o embrutecimento rude, baseado na lealdade acima da lei para defesa das questões de honra. E outra parte, tecido na origem, na forma de resistência pela sobrevivência numa região adversa onde vale tudo para estar vivo, que lhe permitia ficar na pobreza, mas com uma espécie de autonomia em relação aos potentados e ao sistema dominante. Essa forma de independência, ao mesmo tempo eficaz e penosa, era determinada pela reprodução da cultura da palha que lhe oferecia uma identidade grupal e também formou seu lado mais generoso e romântico.

Lendo sobre o passado aprendi a entender o homem do sertão de hoje, no diálogo dialético entre essas culturas. As leituras abriram-me a possibilidade de compreender a emergência de uma luta sindical que teve o potencial de um questionamento ideológico ao fundir, num só homem, uma identidade política coletiva que conseguiu, pelo menos durante os anos 1970 e 1980, superar e ultrapassar a cultura de contrastes do sertanejo e apresentar-lhe um propósito comum com chances de vitória. Assim defino a conquista do reassentamento.

Foi deste modo que o processo histórico fundante das relações sociais que constituíram certo padrão de sociabilidade e descreveram o acontecer social dessa região, desde sua ocupação e povoamento, foi arbitrado a partir da visão do presente que se apresentou à pesquisa.

Voltar ao passado fazia sentido se fosse para encontrar vestígios de marcas muito fortes que ainda se mantem na atualidade com a condição de essencialidade, porque, deste modo, se poderia chegar à explicação pelo processo, em lugar de demarcar a análise com base em causas mecanicamente determináveis. Por esse caminho, cheguei à crítica da construção geopolítica do território do Polígono da Maconha, mediada pela idéia que assume o sertão

simbolizado pelo atraso e estagnação, comparativamente ao litoral como espaço de dinamismo econômico.

Tentei pensar esse lugar a partir da existência de um espaço que se definiu e foi definido, por um conjunto de singularidades, decorrentes da experiência do isolamento e do fechamento daquela sociedade, e que teria gerado uma intensa produção de regras próprias e códigos de conduta que não se dissolveram com a constituição do Estado Nacional centralizado - embora fossem redimensionados - dadas as circunstâncias de sua posição marginal.

A situação específica do sertão oferece uma possibilidade objetiva de problematização das análises históricas regionais que sempre tomaram o que Ferraz (2006) chama de “teoria da *plantation*” como parâmetro da interpretação sobre o desenvolvimento das economias setoriais no país e, sobretudo, do Nordeste.

Entender que ocorreram dinâmicas diferentes, apesar do modelo dominante, ajuda a compreender mais o Brasil do que as anulando. Em cada região, o processo específico de desenvolvimento ficava subordinado ao mercado principal da economia de exportação com base no trabalho escravo e na grande propriedade, mas, dadas as condições de uma integração interna gradual do país, seria possível afirmar a presença de formas diferentes e heterogêneas de desenvolvimento dentro do território nacional, ao lado das formas consideradas predominantes, como o caso da *plantation*.

Assim, olhando pelas exceções e diferenças, se pode chegar a uma aproximação acerca da participação dos segmentos subalternizados ou ao menos achar o lugar de alguma versão que, embora minoritária, represente uma resistência que sobreviveu às pressões interpostas pela lógica dominante do desenvolvimento.

De outro lado, impor o modelo *plantation* como geral também resultaria, novamente segundo Ferraz, no ocultamento do “...estudo das formas peculiares de exploração da mão de obra africana comuns a várias economias regionais, como é o caso da região sertaneja” (Ferraz, 2006, pp. 47), o que se deu por fora do modelo hegemônico e que eram igualmente cruéis e produtivas para o patriarcalismo em curso, ou para a naturalização das formas de opressão sobre os não brancos e pobres que vigoram até os dias de hoje.

As conseqüências do isolamento e do latifúndio para a formação social e econômica do sertão

Outra questão relevante diz respeito à condição de “isolamento” da região para que se possam compreender as opções sociais dentro desse espaço desde sua gênese na formação demográfica nativa que teria interferido no seu desdobramento na atualidade, assim como a presença estruturante do latifúndio, como forma de gestão econômica e política, ainda dominantes.

O sertão do submédio São Francisco, apreendido pela ótica do “isolamento”, pode ser uma dessas formas realizadas de ocupação produtiva durante a Colônia, que se mantém auto-suficiente a ponto de não desaparecer ou sucumbir pelo abandono da Coroa, primeiro e, mais tarde, pela condição marginalizada imposta pela República. O fato de contar com uma população livre maior do que a escrava, embora igualmente despossuída, pode ter levado à produção de uma interessante relação entre latifúndio e pobreza na geração de formas locais de dominação. Essa forma de dominação perdura até os dias atuais, por meio da reprodução política das autoridades dentro do mesmo segmento proprietário de terras, que se constitui em partidos da situação, representando a chamada “Bancada ruralista”, com designações específicas dentro desses mesmos partidos, de acordo com interesses regionais e para os quais se apresentam como “caciques políticos”.

É hipótese dessa tese que essa situação só começou a ser ameaçada no final do século XX, a partir do protagonismo das lideranças de trabalhadores rurais na luta contra a Barragem

de Itaparica e, após, quando tentaram investir em cargos executivos e legislativos, nos novos municípios para onde se deslocaram na condição de reassentados, neles criando algumas mudanças na correlação de forças a nível local.

Outra característica dessa singularidade sertaneja do Submédio diz respeito à presença do algodão no século XIX como responsável pela limitada, porém existente, divisão das terras de latifúndio. Ferraz (2006), recuperando o papel do desenvolvimento regional da grande agricultura do algodão associada à pecuária, permite uma reflexão sobre a relação dinâmica entre essa agricultura e a agricultura familiar que encontrava terras “livres” e nelas se fixava, como fundante das relações de produção na região. Essa forma de articulação produtiva gerou a criação de sub-regiões segundo uma lógica complementar garantindo, no mínimo, a sobrevivência da sociedade sertaneja face ao conjunto de adversidades que sempre precisou e ainda hoje precisa enfrentar.

A grande propriedade produtiva se desenvolvia sem fragmentar de modo expressivo o latifúndio ou a pequena produção, já que seu desempenho acontecia de modo combinado, hierarquicamente, com a pequena agricultura de subsistência dos sitiantes. Estes se reproduziam às próprias expensas para se estabelecer dentro do modelo das fazendas e dos coronéis, mas, do mesmo modo que os latifúndios, também não desapareceram. Desta forma, existe também na formação dessa região, a presença marcante da agricultura familiar como patrimônio físico e moral na produção da sociabilidade sertaneja. O fato é que sempre houve essa presença combinada no Submédio. Por isso hoje talvez valha a pena considerar os efeitos desagregadores do agronegócio frutícola, no âmbito e a partir das intervenções do Estado muito mais significativamente do que por dentro das relações de produção regionais, embora buscando pontos de encontro entre os interesses nacionais que lhe são externos e os interesses locais dos potentados, como sempre aconteceu.

Do mesmo modo, esse parâmetro tem o potencial de permitir a compreensão do campo de conquistas do Pólo Sindical na organização de um setor reformado, ao mesmo tempo em que aponta os limites da reprodução autônoma com base numa possível diversificação social (que pelo menos se insinua enquanto tensão permanente) dos reassentados. Esses limites poderiam ser caracterizados pela presença de uma pressão contrária permanente, em relação aos interesses dos reassentados, no âmbito da configuração da ação do Estado, que aparece geralmente submetida por um cruzamento oportuno de interesses dentro de um padrão hierárquico secular de domínio na região. Essa pressão política tende ao atendimento prioritário das solicitações das elites sertanejas, mesmo quando viabiliza os projetos políticos dos trabalhadores por uma agricultura familiar irrigada.

E também explica, por exemplo, porque no âmbito local, quando a “demora” das políticas públicas federais se impôs em relação ao atendimento de demandas políticas regionais em termos da intermediação das verbas públicas, ou indicações de cargos para o manejo local das ações decorrentes dessas políticas pelos potentados, a culpa da morosidade acabou recaindo sobre as lutas travadas pelo sindicalismo.

Finalmente, mesmo que o isolamento não exista mais hoje de modo radical em nenhuma parte do planeta, ele ainda representa uma forma importante de manifestação e delimitação política da dinâmica local, ainda que redefinida. Hoje, é como singularidade no âmbito das relações de poder que essa condição de isolamento se materializa nas mudanças que atingem o espaço regional.

Tipos de agricultura em convivência e disputa e o lugar do Estado

A pluriformidade do modelo agropecuário existente e constitutivo das relações de produção dessa região pode ser vista atualmente, mas não foi fundada pela agricultura comercial de maconha que só teve significado econômico a partir da década de 1960. Uma

dualidade sempre existiu e se desdobrou no sistema plural que caracteriza o modelo agropecuário atual e que se configura, sobretudo, após os mega projetos hidrelétricos.

A pecuária ainda sobrevive e a agricultura familiar se manteve. As novidades decorrem da intervenção do Estado que promoveu, por um lado, a constituição de um pólo frutícola no Vale do São Francisco, que vem passando por um processo intenso de reestruturação produtiva a partir de investimentos de grupos empresariais nacionais e estrangeiros que ampliaram a presença do setor a nível global. Por outro, o mesmo Estado se viu pressionado pelo movimento social e teve que subsidiar a construção de uma produção agrícola irrigada em reassentamentos, os quais se impuseram como ressarcimento às famílias camponesas ribeirinhas. Neste ambiente, com uma incrível movimentação e comunicação que ultrapassaram a função integradora do rio São Francisco, as conexões entre Nordeste (sertão) e Sudeste aconteceram, rompendo de vez com o isolamento da região que já vinha se abrindo, e apareceu, de modo emergente, a agricultura comercial de maconha.

O agronegócio trouxe novas características para a área, entretanto, dentro de um padrão de dominação estrutural, forjado pelo tempo, e que viabilizou a entrada política desses novos negócios, baseados sobretudo na capacidade das elites de agenciamento do acesso a recursos públicos.

Essa nova dinâmica produtiva, que articula a produção local ao mercado global, supera a atividade predominante da pecuária no recorte que venho expondo, mas se assenta sobre as mesmas práticas concentradoras de terras e privilégios existentes. E ainda revela que o Estado se relaciona com a região de modo discriminatório e impositivo.

Para entrar nessa modernidade, o Estado, do ponto de vista dos sertanejos, sempre invadiu a região com vários projetos que interferiam na paisagem, nas relações pessoais identitárias, no modo costumeiro de reprodução sócio cultural e muito mais. Condição o desenvolvimento energético do país ao deslocamento compulsório de milhares de famílias, além de retificar o São Francisco. Mas a mudança mais recente, como pude verificar, promoveu o crescimento contraditório de todo tipo de negócio comercial a partir da agricultura, fortemente estimulada com a entrada de empresas de insumos, de tecnologia de ponta para irrigação e de novos interesses que abriam a sociedade sertaneja para o resto do país, trazendo gentes, saberes e contatos que, anteriormente aos anos 1960, praticamente não existiam.

Segundo Cavalcanti, a entrada desses agentes manteve a dualidade de modelos de exploração na agricultura e trouxe outras modificações substantivas na região, aportando muita gente de fora e ampliando o setor de serviços integrados a partir da agricultura (Cavalcanti et alli, 2006). Essas novidades, segundo a autora, reduziram o número de postos de trabalho na agricultura e empurraram para fora do mercado formal um número significativo de assalariados rurais. Deste modo, a inovação veio acompanhada de uma roupagem diferente para velhos processos de exclusão social que se repetem em cada conjuntura.

Trata-se, possivelmente de um novo que não rompeu com os padrões de dominação vigentes, nem com os interesses fundiários estabelecidos. Ao contrário, operando com um modelo intensivo, essa agricultura passou a ocupar grandes extensões de terra usando cada vez menos mão de obra que, além de temporária, vai se tornando cada vez mais carente de proteção trabalhista ao longo do ano. Combina modernização com precarização do trabalhador (Cavalcanti et alli, 2006).

Outro resultado indireto, mas evidente, dessa manutenção do antigo com a introdução de novidades, apareceu pela transformação do cultivo doméstico de maconha em agricultura comercial de larga escala, embora operando em pequenas roças por questões de segurança. O fato é que, depois de instalado o complexo frutícola nos anos 1970, trazendo a modernidade, nos anos 1980, ganhou evidência o crescimento da agricultura comercial de maconha. Esta se

desenvolveu em forte escala nesse novo ambiente e, mesmo que clandestina, apresentando um padrão de convivência interessante com as modernidades aportadas pelo agro negócio, uma vez que é super moderna e gera lucro, sem alterar as condições de precarização do trabalho.

Percebe-se *in loco* que aparece ou se cria um tipo de gente diferente do estabelecido pelo costume. Uma gente que é do lugar, formada no caldo da mesma cultura, mas com uma clandestinidade globalizada, acrescida de novas pessoas de fora, igualmente pobres, que vieram atrás de trabalho e passaram a engrossar os guetos nas periferias urbanas.

Processos sociais desagregadores começam a se multiplicar em escala nessa combinação, que vai enxertando a imagem do suposto Polígono, cuja marca principal passa a ser a da Maconha. O estigma se expande sobre os subalternizados com um valor agregado pela mídia, que define na aparência e esconde na essência, o processo gerador dessa situação como resultado e não causa.

Verificam-se mudanças socioculturais importantes dentro do envolvimento com a plantação e o comércio de *cannabis*: índios que se modificam no desrespeito aos valores étnicos; filhos de agricultores que tem vergonha do ofício do pai; guerras de família que se organizam em esquemas de subordinação que superam a honra do nome e se universalizam na prestação de serviços de violência armada para qualquer finalidade seriam alguns exemplos dessas formas híbridas de reprodução da cultura sertaneja nessa contraditória modernidade. A consideração que se pode fazer nesse contexto é que, como a reestruturação produtiva da tecnologia e a precarização do trabalho se combinam na reprodução do agronegócio frutícola, o cultivo ilícito, de algum modo que fica difícil de definir, aparentemente acabou encontrando espaço nesse modelo.

Finalmente, seria preciso localizar a agricultura dos reassentados, que também se baseia na fruticultura por dois motivos. O primeiro é a imposição das mudanças tecnológicas provocadas pelo Estado no intuito de reassentar ribeirinhos nas terras ressequidas do sertão, levando-os a abandonarem sua prática artesanal nativa e a aprenderem sobre a agricultura industrializada pela irrigação. O segundo, porque, do mesmo modo, por meios de forte empenho político financeiro do Estado, precisaram se submeter a um mercado determinado pela instalação da mancha irrigada na região do Submédio e na opção preferencial do Estado pelo agronegócio.

Embora parte desse processo, essa agricultura de base familiar se define pelo oposto da outra, de grande porte, que é simultaneamente um modelo de sucesso e de exclusão social. Ela, além de fixar trabalhadores rurais na terra, ainda mantém sinais de resistência e vigor produtivo, mas sofre uma série de efeitos negativos na sua condição familiar. Uma delas refere-se a uma lei de população perversa, que impede a manutenção e a procriação geracional necessária para a reprodução desse tipo de agricultura como projeto social. Tendo o Estado como gerenciador do planejamento da instalação dos assentamentos dos atingidos, a burocracia define um padrão de tamanho fixo, que não leva em conta a dinâmica reprodutiva familiar, que fica estagnada nos planos, apesar de não acontecer na realidade, o que é agravado pela demora crônica na conclusão dos projetos de reassentamento.

Como projeto político, o problema é de ordem geral na relação com o Estado. Tanto nos casos do agronegócio, como na agricultura dos reassentados, e ainda no cultivo comercial de maconha, o Estado aparece, de modo sistemático, como agente central nessas três modalidades de desenvolvimento. Para o agronegócio, como financiador e estimulador; para o cultivo ilícito, como repressor, mas, ao mesmo tempo, como involuntariamente propiciador de um ambiente moderno que abriu o sertão para novos contatos e agências econômicas de todo o tipo, além de trazer como efeito colateral do agronegócio no processo de exclusão social, ou pela morosidade na conclusão dos projetos de irrigação dos atingidos pela Barragem, um verdadeiro estoque de força de trabalho, sobretudo jovem, com um perfil interessante para ser cooptada pelo negócio da maconha. Para a agricultura familiar irrigada, o Estado aparece

como adversário, contra o qual se dirigiu a luta do Pólo Sindical e em relação ao qual a reprodução dos reassentados se caracteriza como uma dependência que desconsidera a sua voz e seus interesses mais imediatos. Uma relação de tensão que não termina.

Esta última forma de agricultura se caracteriza como uma radicalmente nova modalidade de relação do Submédio com o Estado Nacional, rompendo com o passado por sugerir às agências estatais uma forma interessada de participação interativa da sociedade civil – sempre negada – nas formas de planejamento dirigidas para a região. Uma forma de presença social que se nega a trabalhar junto com as agências externas, que propõe ao lado, que negocia e que pretende criar mudanças nas quais os segmentos sociais mais atingidos tenham voz e voto.

A violência não foi a maconha quem trouxe: ela já estava lá, apenas aumentou. A oligarquia não desapareceu, se modificou

A violência original, constitutiva das relações cotidianas no Submédio, foi alimentada como forma de coesão social relevante das comunidades sertanejas e ainda permanece como chave para a ordenação sóciopolítica legítima, legal ou não, das populações mais pobres do São Francisco, sobretudo a violência de classe. A violência contra o índio, contra o negro, contra o sitiante, em todas as suas formas, se reproduziu como norma de vida, diversificando os agentes e é deste modo que se pode pensá-la como estrutural.

O que se ressalta na observação é que a violência chega a ponto de substituir formas de ação cotidianas, relativas aos direitos de cidadania ou às práticas mais comuns do dia a dia quando, em lugar de regras impessoais, se justapõem determinações subjetivas de dominação entre iguais e, portanto, inevitáveis e naturalizadas. Isso ocorre tanto no universo dos pobres (nas feiras, por exemplo, quando acontecem contendas, nas agrovilas as fontes de *fofocas* contra vizinhos que minam a solidariedade, ou no mundo sindical, em relação às rixas políticas ou à perduração dos mandatos ou dos espaços perenemente ocupados pelas mesmas lideranças, apesar de algumas novidades interessantes), como se reproduz no universo dos potentados em relação aos subalternizados.

A presença da violência, portanto, não é estranha, mas inerente, é parte integrante da sociabilidade sertaneja porque veio se constituindo culturalmente e se solidificando com o tempo, assumindo diferentes formas e sentidos, mas sem alterar o conteúdo. Até para se lutar por direitos é preciso ser forte e agressivo. Essa violência atávica, na verdade, se traduz na maioria das vezes muito mais como desigualdade social e falta de democracia do que como força física. Foi a esse ambiente que se somou o processo constitutivo do cultivo ilícito na região.

Quase não há suavidade nas falas e gestos dos habitantes pobres e remediados dessa região, não há sutileza no vocabulário, não há polidez na aparência. Há força, rudeza e garra, com sabedoria ou não. As guerras de família não foram interrompidas com as formas de poder republicanas ou provenientes de novas ordenações da economia, apenas se adaptaram às condições emergentes. A jagunçagem, o cangaço e o banditismo social ainda são presentes embora agora voltados para novos interesses e com novas vestimentas sociais. As famílias armadas formam milícias privadas que garantem o poder paralelo que detém estreita intimidade com as novas formas de dominação ou de enriquecimento, inclusive ilícitas. O ilícito, aliás, nunca esteve fora da pauta das milícias dos clãs parentais. A complementaridade é uma forma antiga de articulação entre as parentelas. O mesmo potentado tem uma parte na legalidade institucional: deputados, senadores, autoridades constituídas que brigam entre si, e precisam de cargos e prestígio para se manter na arena social e que desenvolvem formas de divergência no campo da política e da capacidade de representação financeira e eleitoral do Estado, a nível local. A outra parte se mantém na ilegalidade desde tempos remotos e são eles os que precisam estocar armas para garantir seu poder bélico de modo assustador (o que

significa a organização de assaltos, seqüestros, roubo de cargas, contrabando e, agora, os negócios da maconha) visando alimentar o terror e o medo de acordo com o tamanho da presença que precisam ter a partir de seu nome.

Naturalmente essas ações se refletem mutuamente, embora seja corrente a afirmação de que não há envolvimento entre aqueles do mesmo nome nessas supostamente diferentes escolhas.

De certo modo pude perceber que o poder oligárquico conseguiu se manter apesar das transformações econômicas estruturais que aconteceram na região. E isso não é um processo isolado. Em outras regiões do Brasil esse fenômeno se repete (Martins, 1992).

Os movimentos populacionais autodeterminados e os compulsórios: o deslocamento forçado não foi (ainda) causado pelo cultivo ilícito ou pela guerrilha e forças paramilitares, como em outros países da América Latina

A migração como estratégia de reprodução social é outro processo estruturante. Poderia ser chamada de deslocamento populacional voluntário e/ou compulsório que se tornou típico das populações ribeirinhas do São Francisco. Primeiro os índios Pankararú, que hoje vivem um processo de reelaboração cultural na definição de sua identidade tal o nível de sua dispersão. Também os negros que apareceram na região traduzem um movimento demográfico que se desenvolveu pelo menos de duas formas: na primeira, escravidão, numa condição forçada por serem trazidos de modo violento, como objeto-mercadoria. Chegaram aportando novos costumes, trocados entre as tribos africanas de origens diferentes e que foram intencionalmente misturadas no cativeiro. Depois, por consequência da relação de trabalho escravo, se relacionavam com os brancos que os compravam e os vendiam, obrigando-os a deslocamentos forçados. Ou, quando rompiam com essa relação e saíam viajando e fugindo, se misturavam com índios, brancos degredados e outros negros, enquanto resistência quilombola que se dispersava nessa andança, engrossando segmentos de despossuídos que criavam comunidades esparsas e instáveis que serviam de abrigo e abastecimento dos passantes que atravessavam o São Francisco indo e vindo do litoral para o sertão, do norte para o sul.

O mestiço que resultou desse povoamento diversificado foi levado a vários movimentos de saída, empurrado de modo radical e forçado, pelas secas e pela fome e, com o advento da modernidade, atrás de emprego ou obrigado, quando atingido pelas barragens, na forma de deslocamentos compulsórios gerenciados pelo Estado. Como já mencionado, foi nesse corredor ribeirinho, aliás, que surgiu e se consolidou a chamada “cultura da palha” impregnada de elementos de discórdia, brigas ou afinidades. Essa cultura mista de generosidade e crueldade foi gerada pelos segmentos subalternizados e possivelmente representando a tradução do processo histórico da constituição da experiência popular do Submédio São Francisco com toda a sua ambiguidade, recorrência e contradição.

As lutas de resistência : a política sindical na produção de um contraterritório como enfrentamento crítico ao Polígono da Maconha

As lutas de resistência são outra marca histórica da forma como a população sertaneja subalternizada também reage de modo organizado à opressão. As lutas de Canudos, Pau Colher e as formas híbridas de banditismo social resumem a natureza intrínseca do modo de ser popular daquela região que se coloca paradoxalmente como defesa contra as relações de dominação vigentes e, ao mesmo tempo, como reprodução invertida dessas mesmas relações, embora resignificadas.

A luta sindical do Pólo, entretanto, é a única ruptura real de linguagem e estratégia experimentada e que passou a constituir um sentido de classe para a população rural dos

atingidos pela Barragem de Itaparica. Essa seria a mais factível modernidade do sertão, olhando-se o passado e o presente para explicar a região.

Ao defender a idéia de “desenvolvimento regional” através da luta pela consolidação do reassentamento, o sindicalismo soube se apropriar e inverter a seu favor, o argumento desenvolvimentista clássico, geralmente incorporado no discurso da aristocracia proprietária, como a problemática dominante, em cujo conteúdo se forja – por cima - na política e na literatura, uma fala consensual sobre o Nordeste enquanto questão nacional. O sindicalismo do Pólo aprendeu a falar com as elites e o mesmo argumento pode ser usado para validar um conteúdo diferente e oposto.

Por isso, diria que o sindicalismo do Pólo, naquele episódio, conseguiu atravessar as décadas de 1980 e 1990 como expressão de modernidade e como uma agência bem adaptada aos novos tempos de progresso do Submédio irrigado, provavelmente, melhor adaptado que a própria ação impulsionada pelas estruturas do Estado que ainda o atingem de modo adverso, a partir de uma arcaica (e simbiótica?) articulação com as elites agrárias.

E a maconha?

No mais, o que dizer sobre o cultivo de maconha? É antigo, existe um potencial físico inestimável para essa produção: terra boa e disponível pela regulação fundiária deficitária, clima perfeito, água ideal das margens do rio ou preparada por sistemas de irrigação financiados pelo dinheiro público...

Vários fatores articulados levaram à expansão do cultivo de maconha em escala comercial no Submédio São Francisco, sem alterar o padrão definido e enraizado das formas de poder vigentes: as transformações econômicas recentes que trouxeram as condições objetivas e subjetivas ideais para uma composição com processos de poder, as formas de militarização privadas e clandestinas, mais um legado de impunidade já estabelecidos a nível local, além de um escândalo (o da Mandioca), que antecedeu a experiência desse negócio ilícito..

Quanto à entrada do tema na agenda do PSSSF, a pesquisa me levou a mais perguntas do que respostas. Uma delas me conduz a uma reflexão sobre o silêncio dos trabalhadores, escondido sobre a legitimidade das vozes das lideranças na narrativa da memória. Eu, como pesquisadora, poderia ter ido contra a forma como a situação me foi apresentada e ter buscado as versões existentes entre os moradores dos projetos sobre seu passado. Mas me vejo na contingência de me justificar do modo como fiz ao longo dos capítulos, sem repetir meus argumentos, mas acrescentando que, se de fato não fossem as características do recorte de meu objeto, isso representaria uma falha real, dado que não parto do pressuposto de que esse *silêncio* seja uma característica inerente à população rural subalternizada.

A outra questão diz respeito ao problema do cultivo ilícito e a atuação mais recente do Pólo: porque a agenda do PSSSF é dada pelo assessor institucional ou agente mediador? A princípio, a argumentação sobre a complexidade e abrangência do problema da maconha poderia dar conta dessa explicação, mas a pergunta se mantém: porque outros temas como sucessão, organização interna, reprodução de quadros, negociações com o Estado e agências nacionais e internacionais, entre outros, também aparecem subsumidos? Neste caso, é preciso que se recoloque o sindicalismo do Submédio dentro da realidade sindical, em particular a rural, existente no país hoje. Afirmo que reconheço que há, de fato, uma fragilidade geral no sindicalismo rural que não pode ser assumida como exclusiva do Pólo.

Finalmente, duas hipóteses precisam ser ainda enfatizadas nessas conclusões. A primeira diz respeito ao estranhamento da pesquisa em relação ao fechamento do mercado de consumo e de produção da maconha nordestina ao Nordeste. Seria uma forma de reprodução por fora do sistema, das velhas relações de poder oligárquico desenvolverem uma espécie de gordura financeira para campanhas políticas?

A segunda se refere à possibilidade de desmontagem de uma territorialização que sufoca o processo de luta (sindical) que produziu a ruptura mais profunda e mais real nas relações de dominação regionais. Esta dimensão é a que desaparece em suas demandas através de uma ênfase na mídia em torno da produção da violência a partir dos subalternizados, já que são eles que constituem a maioria dos presos pelo sistema judicial.

Até onde a pesquisa me levou nessa tentativa de “desconstrução sociológica”, ousou afirmar que a consolidação econômica da agricultura familiar irrigada dos reassentados é a única que tem o potencial de romper com essa imagem destruidora de sua presença histórica e cultural no sertão. E é somente isso, segundo penso, o que pode conferir ao Submédio São Francisco o sentido de modernidade do século XXI por oposição o arcaísmo das relações de poder oligárquico que também dominam a economia globalizada na região. E essa modernidade pode ser a antítese do estigma da maconha que encobre os interesses dos trabalhadores rurais nesse território.

A essa altura das minhas dificuldades para conseguir chegar a termo com este trabalho, passei a criar uma definição mais próxima do que seja essa disciplina a partir da trajetória desta pesquisa. Para mim hoje, a Sociologia ampliou seu escopo no sentido de buscar entender as determinações da luta de classes na experiência social, ao incorporar também a tarefa científica de descrever e traduzir as atividades de agentes reais diante de dilemas culturais e escolhas morais, embora não sejam os necessariamente mais essenciais, justamente por não serem visíveis e de óbvia localização em função de sua configuração na realidade. Esses dados, quando revelados na análise, podem vir a ser cruciais para a produção de explicações acerca da reprodução de determinadas comunidades humanas na sua condição de classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Moxotó Brabo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

ANDRADE, Manuel Correa de. Brasil: globalização e regionalização. **Geographia**, Niterói, ano III, n. 5, p. 7 - 17. set. 2001.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez, 1995.

ARAÚJO, Maria Lia Correa. **Na margem do lago**: um estudo sobre sindicalismo rural. Recife: Massangana: Fundação Joaquim Nabuco, 1990.

ARAÚJO, Maria Lia Correa et al. **Sonhos submersos**: impactos sociais da baragem de Itaparica. Recife: Massangana: Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

_____. A experiência de organização dos assentados de Itaparica. In: MEDEIROS, Leonilde (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

_____. Grandes obras... grandes impactos. **Cadernos de Estudos Sociais**. v. 17, n. 1, p. 5-30, jan./jun. 2001.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ARRUTI, José Maurício A. A Árvore Pankararú: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 231-280.

BALEY, Frtederick G. **Gifts and Poison**. Oxford: Brasil BlakWell, 1971.

BARROS, Luitgard O. Cavalcanti. **A terra da mãe de Deus**: um estudo do movimento religioso de Juazeiro do Norte. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: MinC/Pró Leitura, 1988.

BARROS, Manoel de Souza. **Cercas sertanejas**. Recife: Massangana, 1985.

BASTOS, Dau. **O fino da erva**: a cannabis como ela é. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

BATISTA, Vera Malaguti. Drogas e criminalização da juventude pobre do Rio de Janeiro. **Discursos Sediciosos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jul./dez. 1996.

BEAUD, Stéphane, WEBER, Florence. **Guide d'enquête de terrain**. Paris: Éditions La Découverte, 1997.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BRUNO, Regina. Com a boca torta pelo uso do cachimbo: Estado e empresários agroindustriais no Brasil. In: MOREIRA, José Roberto, COSTA, Luiz Flávio (Org.) **Mundo rural e cultura.** Rio de Janeiro: Mauad: PRONEX, 2002. p.165-178.

CALLE, Felipa, ALVIZURE, Arturo, CAMPOS, Hayda. **Nosotros los yungueños del siglo XX: testimonios de los yungueños del siglo XX.** Recompilados por Alison Spedding Pallet y Abraham Colque Jimenez. Edición bilingüe aymara-castellano. La Paz, Bolívia: Instituto Mama Huaco, Investigaciones Antropológicas, 2003.

CANDIDO. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.

CARNEIRO, Maria José et al. **Campo aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, José Roberto, COSTA, Luiz Flávio (Org.) **Mundo rural e cultura.** Rio de Janeiro: Mauad: PRONEX, 2002. p. 223-240.

CARNEIRO, Maria José. Memória, esquecimento e etnicidade na transmissão do patrimônio familiar. In: CARNEIRO, Maria José et al. **Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

CASAFRANCO ROLDÁN, Maria Virgínia. Las migraciones y los desplazamientos forzados, retos em Centroamérica y Colômbia: un análisis comparativo e integral desde um enfoque de derechos humanos. Canadá: San José: FUNDACIÓN ARIAS PARA LA PAZ Y EL PROGRESO HUMANO -CNUAH-HÁBITAT, 2002.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Reflexões em torno de uma teoria do discurso político.** Rio de Janeiro: Achiamé/SPCII, 1979.

CHAYANOV, A.V. **La Organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHEVALIER, Louis. **Classes labourieuses et classes dangereuses.** Paris: Hachete, 1984.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais.** 3.ed. Goiânia: UFG Editora, 1980.

COSTA, Ana Luisa B. Martins et al. **Hidrelétricas, ecologia e progresso**: contribuições para um debate. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

COSTA, Gutemberg Medeiros. **Profetas do Nordeste**. Natal: Clima, 1994.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Ática, 2000.

DELGADO, Nelson; ROMANO, Jorge O. Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais. In: MOREIRA, José Roberto, COSTA, Luiz Flávio (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad: PRONEX, 2002. p. 285-302.

DEL OLMO, Rosa. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. v. I. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FERNANDES CARRANQUILA, Juan. **Hacia um alternativa en la política criminal de las drogas em latinoamerica**. Universidad de Medellín. Mimeografado.

FERRAZ, Maria do Socorro. Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco. In: SCOTT, Pary; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: UFPE, 2006. p. 31-52.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

FREIRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 1989.

FRIDMAN, Luiz Carlos (Org.). **Èmile Durkheim, Max Webwer**: Socialismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930., In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R (Org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: UFPE, 2006. p. 53-78.

FONTES, Virgínia; SABOGA, Herio. Escola, televisão e cidadania. **Revista de Ciências Humanas, À Margem**, v, I, n. 4, p. 40-50, jun. 1994.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura Brasil Portugal, 1968.

GERRTZ, Clifford. **O saber local**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: GERRTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

GILMORE, David. Andalusia Agonistes. In: GILMORE, David. **Agresion and community**: paradoxes of andalusian culture. London: Yale University Press, 1987.

GONÇALVES, Carlos Walter. **A invenção de novas geografias**. Niterói: PPGEU-UFF/AGB, 2002. p. 257-284.

GONÇALVES, Carlos Walter; LACERDA, Andressa Elisa; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Conflitos no campo no Brasil**, CPT, 2006. p. 90-92.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA: formação histórica e social do submédio São Francisco**. Juazeiro: FACAPE - Faculdade de Ciências da Administração de Petrolina, 1997.

GÓMEZ, Guillermo Rogel. **A corrupção como processo social: o caso da mandioca**. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: Niterói**: EDUFF, 1997.

_____. Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Questões atuais da reorganização do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 367-418.

HAESBAERT, Rogério; SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. Rio de Janeiro, **Geographia**, ano III, n. 5, p. 43-59, set. 2001.

HENMAN, A.; PESSOA Júnior. O. **Diamba Srarabamba**. São Paulo: Ground, 1986.

_____. A guerra às drogas é uma Guerra etnocida. In: HENMAN, A.; PESSOA Júnior. O. **Diamba Srarabamba**. São Paulo: Ground, 1986.

HEREDIA, B. et al. **Na'páalisis de impactos regionales de la efoema agrária em Brasil**. Brasília: MDA-NEAD, 2004.

HOBBSAWN, Erick J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

_____. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.

INÁCIO, Rodolfo Cascão. **Democratização do poder local: uma experiência no Araguaia**. Apresentação de José de Souza Martins. Rio de Janeiro: FASE, 1992

INCIARDI, James A. **The War on Drugs II**. London: Mayfield Publishing Company. 1992.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. (Org.). **Águas juvenis no Velho Chico: estudo de caso com juventude camponesa: sua metodologia, seu aprendizado, seus efeitos e seus impactos**. Rio de Janeiro: KOINONIA/CESE, 2007.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Análise (curta) dos confrontos (recentes) do pólo sindical de trabalhadores rurais do submédio São Francisco: quando o inimigo é difuso e criminoso. **Cadernos do CEAS**, 185, p. 37- 56, jan./fev. 2000.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. O gosto bom do bode: juventude, sindicalismo, reassentamento e narcotráfico no Submédio. In: RIBEIRO, AMMR ; Iulianelli, JAS (Org.). **Narcotráfico e Violência no Campo**. Rio de Janeiro: KOINONIA/DP&A , 2000. p. 198-227.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva et al. O movimento sindical rural sai jogando. **Revista Tempo e Presença**, Publicação de Koinonia, ano 21, n. 308, nov./dez. 1999.

JAKOBY, Russell. **Os últimos intelectuais**. São Paulo: EDUSP: Trajetória Cultural, 1990.

JANKOWSKI, Martín Sánchez. **Islands in the street: gangs and american urban society**. Los Angeles: University of California Press, 1991.

KARAN, Maria Lucia. **Drogas Ilícitas e Globalização**. Texto para a disciplina: Jurisdição e Competência do Mestrado em Ciências Penais da Universidade Cândido Mendes. Mimeografado.

KAY, Cristóbal. Estrutura agrária y violência rural em América Latina. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 63, n. 4, p. 159-195, oct./dic., 2001.

KOTHE, Flávio (Org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Sociologia).

LABATE, Beatriz C.; GOULART, Sandra L. (Org.). **O uso ritual das plantas de poder**. São Paulo: Mercado das Letras/FAPESP, 2005.

LAROUSSE, Alain. **La drogue, l'Argent et les armes**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1991.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. T. V., IN Lopes, Esmeraldo, p. 39

LOPES, Esmeraldo, **OPARA: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Juazeiro: [s.e.], Editor Marcelino Ribeiro, 1997.

LEITE, Sérgio Pereira. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989) In: MEDEIROS, Leonilde (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. págs: 287-312.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991.

MACHADO, Lia Osório. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Questões atuais da reorganização do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 15- 66.

MADEIRA FILHO, Wilson (Org.). **Direito e Justiça Ambiental**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2002.

MALUF, Renato. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MOREIRA, José Roberto; COSTA, Luiz Flávio (Org.) **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad: PRONEX, 2002. p. 241-262.

MANSILLA, H. C. Felipe; ROCA, Carlos F. Toranzo. **Economia informal y narcotráfico**. La Paz, BO: ILDIS, 1991.

MARCUSE. The movement in a new era of repression. **Journal of Sociology**, Berkeley, n. 72, 1971.

MARESCA, Sylvain. **Les Dirigeants Paysans**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.

MARTINS, Heloisa Helena T. de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

MAUREL, Marie-Claude. **Les paysans contre L'état**: lê rapport de forcer polonais. Paris: Éditions l'Harmattan, 1988.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política e o método da economia política. In:

GIANNOTTI, José Arthur. (Org.). **Marx**: Seleção de Textos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.103-125. (Os Pensadores).

_____. **Capítulo VI inédito do Capital**. São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

MEDEIROS, Leonilde S. (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Delmiro Gouveia**: desenvolvimento com impulso de preservação ambiental. Recife: Massangana: CHESF: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MISSE, Michel. **Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil**: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995. (Série Estudos, 91).

MOORE JÚNIOR, Barrigton. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Kosmos; São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do Novo Século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOREIRA, Érika Macedo. **A criminalização dos trabalhadores rurais no polígono da maconha**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Edur: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de C. O rural no presente. In: MOREIRA, José Roberto; COSTA, Luiz Flávio (Org.) **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad: PRONEX, 2002. p. 7-14.

MOTA, Dalva Maria da; CAVALCANTI, Josefa Salette B.; SILVA, Pedro Carlos G. da. Novas dinâmicas global/local: trabalho e gênero nos novos espaços de fruticultura no Nordeste do Brasil. In: SCOTT, Pary; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

NARCOAGRICULTURA/NARCOTRÁFICO In: MOTTA, Márcia M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Construção de novas competências para o desenvolvimento rural**. Mesa redonda na IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Agricultura Familiar e Meio Ambiente. Aracaju, 22 de outubro, 2004. Mimeografado.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco Carlos (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

OFFE, Claus. Direções de troca e direção política: a atualidade do problema da legitimação. In: _____. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

OLMO, Rosa del.. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

_____. **A face oculta das drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In: MEDEIROS, Leonilde (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 49-68.

_____. Os sindicatos no poder: que poder? In: PLMEIRA, M.; BARRREIRA, Irllys (Org.). **Candidatos e Candidaturas, enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume/NUAP/UFC, 1968.

PANDOLFI, Maria Lia. **Na margem do lago**: um estudo sobre o sindicalismo rural. 1986. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

PEREIRA, João Márcio M.; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIERSON, Donald. **O homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), 1972.

POLLAK, Michel. **La experience concentracionaire**: essai sur le maintien de l'identité sociale. Paris: Editions Natalie, 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PUYANA MUTIS, Aura Maria. Cultivos ilícitos y paz: hacia um agenda de la sociedad civil. Santa Fe de Bogotá, **Agenda ciudadana: cultivos ilícitos, narcotráfico y agenda de paz, mandato ciudadano por la paz, la vida y la libertad**, jun. 2000. p. 33-48.

_____. Plan Colômbia: juego de mascarar. Santa Fe de Bogotá, **Agenda ciudadana: cultivos ilícitos, narcotráfico y agenda de paz, mandato ciudadano por la paz, la vida y la libertad**, jun. 2000. p. 165-176. p. 33-48

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de et al. Experimentos com histórias de vida (Itália - Brasil). Rio de Janeiro, **Revista dos Tribunais**, 1988.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. **O terror e o tigre**: Peru, Chile e reforma agrária na América Latina. Rio de Janeiro: Agro Accion Alemana: FASE, 1994.

_____. **Passeio de beija-flor**: a luta do sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses: um estudo da ação sindical em Campos. 1987. Dissertação (Mestrado em o Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.

_____. Por uma sociologia do narcotráfico. In: GOUVEIA, P.; THEML N.; SILVA, C. (Org.). **Drogas, qualidade de vida e cidadania**. Rio de Janeiro: Gestão Comunitária, 1999. p.17-32.

_____. Narcotráfico e campesinato. Rio de Janeiro, **Tempo e Presença**, ano 21, n. 308, nov./dez., p. 19-22, 1999.

_____. Sociologia do narcotráfico na América Latina. In: RIBEIRO, A. M. M.; IULIANELLI, Jorge Atílio (Org.). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: Koinonia/DP&A, 2000. p. 23-60.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; IULIANELLI, Jorge Atílio (Org.). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: Koinonia/DP&A, 2000.

_____. Sindicalismo, barragens e narcotráfico. In: MOREIRA, José Roberto; COSTA, Luiz Flávio (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad: PRONEX, 2002. págs. 205 – 219.

_____.S/Título. In: PRADO, Adonia A. (Org.). **Terra e trabalho escravo: violência e impunidade**. Niterói: UFF, 2002. Transcrição da fala da autora em Palestra) págs. 22 – 28.

RIBEIRO, Gustavo Lins L. **Represa de Yaciretá**. Posadas, Argentina: Editorial Universitária de Misiones, 1999.

ROBINSON, Rowan. **O grande livro da Cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

ROCCO, Rogério APÊNDICE. A Cannabis no Brasil. In: ROBINSON, Rowan. **O grande Livro da Cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. p. 114-124.

RODRIGUES, Cintya C. **Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sitiantes de Nazareth Paulista**. São Paulo: UNICAMP, 1999.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

ROMANO, Jorge Osvaldo; Antunes, Marta (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: DP&A Ed. 2003.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. A participação dos atingidos: notas sobre discurso e poder no reassentamento de Itaparica. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORDESTE MODERNIDADE E POBREZA, 5., 1991, Recife. **Anais...** Recife: FUNDAJ/ INPSO, 1991. p. 527-536.

_____. **Dos velhos aos novos coronéis**. Recife: PIMES: UFPE, 1974.

SADER, Eder, PAOLI, Maria Célia. Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p.39-65.

SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SALAZAR, Luis Suares. Conflictos sociales generados por la droga e el narcotrafico en las relaciones interamericanas: uma aproximación estructural. **Revista cuadernos de nuestra América**, Habana, Cuba, v. IV, n. 8, p. 107-118, Jul./Dic., 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Mimeografado.

SANTOS FILHO, José Reis. **Santo Antonio de Glória foi carregado de costas: a experiência de Moxotó**. CEDEC Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Centro de Trabalhadores do Submédio São Francisco. CNBB NE II, 1/5/1984, Texto para Discussão. (Acervo do Arquivo CPDA). Mimeografado.

_____.**O conflito como caminho para a negociação: o caso de Itaparica em 1985**. São Paulo: FUNDAP, 1987. Relatório apresentado à FUNDAP Fundação de Desenvolvimento Administrativo. (Acervo do Arquivo CPDA). Mimeografado.

_____.**A questão política nas obras de barragem: viagem à literatura especializada**. São Paulo: FUNDAP, 1987. (Acervo do Arquivo CPDA). Mimeografado. SEMINÁRIO MÍDIA E VIOLÊNCIA URBANA, 1., 1993. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

SANTOS, Milton, et al. **Território, Territórios**. Niterói : Programa de Pós Graduação em Geografia PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SANTOS, Raimundo. O agrarismo sindical dos comunistas brasileiros. In: MOREIRA, José Roberto; COSTA, Luiz Flávio (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad: PRONEX, 2002. p. 133-164.

SATRIANI, Luigi M. L. **Antropologia cultural e análise da cultura subalterna**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SCHWARZ, Roberto. **Que Horas São?** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SEMINÁRIO MÍDIA E VIOLÊNCIA URBANA, 1., 1993. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

SEVÁ FILHO, A. Osvaldo et al. **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

SCOTT, Parry; Sá, Maria Auxiliadora Ferraz de. **Baragem de Itaparica: indagações sobre a reconstrução da base familiar da produção agrícola**. Trabalho apresentado no seminário sobre Grandes Projetos, Belém, UFPE/NAES, 1991. Mimeografado.

SCOTT, Parry R; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

SCOTT, Parry R. Beneficiários de um programa de desenvolvimento em Itaparica e a violência administrada. **Política Hoje: Revista semestral do mestrado em Ciência política da UFPE**, Recife, p. 127-150, 1994.

_____. O Cálculo da força de trabalho familiar camponesa e o Descompasso entre o **Tempo** Institucional e o Tempo familiar. In: MAGALHÃES, S.; CASTRO, E.; BRITO, R. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Goeldi: UFPA: UNAMAZ, 1995.

_____. Dams, forced resettlement and the transformation of the peasant economy in the São Francisco River Valley, Brazil. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF LASA, 17., 1992, Los Angeles, **Anais...**1992.

_____. **Etnia e nação em dois movimentos de resistência a barragens: México e Brasil**. In: SEMINÁRIO SOBRE ETNIA E NAÇÃO NA AMÉRICA LATINA, 1992, Brasília: CLACSO, 1992.

SCOTT, Parry R et al. Gerações, gênero e mudança rápida dirigida no campo: lições de Itaparica. Belém, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v.12, n.1, 1996.

_____. **Uma mancha nos perímetros irrigado: economia política na sub-regionalização do Nordeste Brasileiro**. s/d. Xerocópia.

SCOTT, Parry R; SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz e. **Notas sobre planos de efetivação do reassentamento rural de Itaparica**, s/d. Xerocópia.

_____. Riscos aos reassentados no ambiente construído pela barragem de Itaparica: Investindo no ambiente e transformando o campesinato. ENCONTRO DA ABEP, 9., 1994. Caxambu. **Anais...** Caxambu.1994. p. 385-398.

_____. **Usando etnografia para avaliar políticas sociais:** anotações iniciais. s/d. Xerocópia.

SIGAUD, Lygia. O efeito da tecnologia sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. In: SEMINAIRE SUR LA GESTION DE L'ENVIRONNEMENT: COMPARAISON D'ÊS APROCHES AU BRÉSIL ET EN EUROPE DE L'OUEST, 1991, Genebra. **Anais...** Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1991.

SIGAUD, Lygia. (Coord.). Impactos sociais de projetos hidrelétricos. Área Interdisciplinar de energia. COPPE/UFRJ. Dezembro de 1994. (Acervo do Observatório Fundiário Fluminense-UFF) Mimeografado.

SILVA, Sérgio; NEGRO, Antonio Luigi (Org.). **E.P. Thompson:** as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 76-115.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional 15-- 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINER, Carlos B.; BERMANN, Célio. **Lições da crise energética.** Mimeografado

VELHO, Gilberto **Nobres e Anjo:** um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VERANI, Sérgio. **Assassinatos em nome da lei.** Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996.

VIANNA, Aurélio et al. **Hidrelétricas, ecologia e progresso:** contribuições para um debate. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Niterói: EdUFF, 1987.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais.** mapa de estudos recentes. Brasília: MDA: NEAD 2005.

WILKINSON, John; SORJ, Bernard. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, et al. **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

Williams, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora da UnB, 2000, 1989.

Periódicos e Documentos:

AGENDA CIUDADANA: Cultivos ilícitos, narcotráfico y agenda de paz. Mandato Ciudadano por la paz, la vida y la libertad. Santa fé de Bogotá: jun. 2000.

AGRONOTICIAS. Consenso de Viena Sobre Drogas. Lima, Peru: n. 292, ago. 2004.

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. Cópia na Justiça J.P. 016/02. Delegacia de Polícia de Floresta (Pernambuco).

BOLETIM DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ITAPARICA: terra por terra na margem do lago. n. 8, jul. 1981-jun. 1982.

BOLETIM TRABALHADORES RURAIS E DIREITOS KOINONIA. 2006-2007. Bimestral.

CANUDOS: uma história de luta e resistência. Paulo Afonso, Bahia: Fonte Viva, 1993.

CADERNOS do CEAS: Centro de Estudos e Ação social. n.185, jan/fev. 2000.

CHESEF O SERTÃO VERDE: o futuro chegou! = The green drylands: the future has arrived! ago. 2000.

CPT Conflitos no Campo no Brasil. 2004, 2006-2007.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO de 8/07/86, 14/3/91, 30/4/91, 19/5/91, 16/6/91, 21/8/91,30/1/99, 28/11/2000, 11/05/2001, 12/05/2001, 13/05/2001, 14/05/2001, 15/05/2001,18/06/2001.

DISCURSOS SEDICIOSOS: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, ano 1, n. 2, 1996.

DOSSIÊ: Francisco José da Cruz, Chico Benvindo (Procurado). Conjunto de documentos reunidos pela Polícia Civil de Floresta (processos, mandatos, declarações, testemunhos, relatórios, despachos, termos de inquirição, autos de qualificação, etc. Todos referentes ao indivíduo citado e seu grupo). Delegacia de Floresta, Pernambuco, S/d.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo de 27/05/86

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro de 4/1/2004.

JORNAL DO COMÉRCIO (Pernambuco) – 25/11/1998, 29/11/1998, 20/01/99, 30/01/99,8/09/99, 23/07/99, 28/07/99.

JOURNAL OF INTERAMERICAN STUDIES AND WORLD AFFAIRS. v. 33, n 2, North-South Center, Miami, University of Miami, Summer, 1991.

MAB Uma História de Lutas: Desafios e Conquistas. n.7, 2002.

MAB: a organização do movimento dos atingidos por barragens. n. 5, s/d. Cadernos de Formação.

MDA/INCRA/FAO-INCRA/CINDEF PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. v. I Diagnóstico e v. II Programas e Propostas, abr. 2002.

RELATÓRIO COMITÊ BRASIL FÓRUM SOCIAL BRASILEIRO FSB, 2003 (ACSERALD, Gilberta MOREIRA, Érika e outros)

RELATÓRIO “Depois que a Água nos Tangeu”. Elaborado pelo Movimento Produção e Cultura por encomenda do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Pólo Sindical/OXFAM PERNAMBUCO, Junho e agosto de 1991.

SPEEDING, Alison et al. **Así erradicaron mi cocal:** testimonios de la erradicacion en el Chapare. La Paz, Bolívia: Programa de Investigación Estrategica en Bolívia: Instituto Mama Huaco de Investigaciones Antropológicas, 2003.

SPEEDING, Alison et al. **Em defesa de la hoja de coca.** La Paz, Bolívia: Programa de Investigación Estrategica en Bolívia: Instituto Mama Huaco de Investigaciones Antropológicas, 2003. (Cuaderno Resumen).

SPEEDING, Alison et al. **Nosotros los Yungueños:** Nanakax Yunkas Tuqinkiripxtw (Testimonios de Los Yungueños del Siglo XX). Edición Bilingüe. La Paz, Bolívia: Programa de Investigación Estrategica en Bolívia: Instituto Mama Huaco de Investigaciones Antropológicas, 2003.

TERRA MOLHADA. Documentário dirigido por Zelito Vianna, produzido por Koinonia, Rio de Janeiro, 1997

TERRA SIM BARRAGENS NÃO! 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Comissão Nacional Provisória do DNTR da CUT, Altamira, 17 e 18 de Fevereiro de 1989.

TNI, Drogas y Democracia. Briefing series No 2004/8. Amsterdam, Noviembre, 2004.

TNT, Transnational Institute. Fumigaciones y Conflictos en Colômbia. Al calor del debate. Programa Drogas y Democracia. TNI Briefing series No 2001/1. Amsterdam, septiembre, 2001

TNT, Transnational Institute. Desarrollo alternativo y conflicto en Colômbia, A Contavía. Programa Drogas y Democracia. TNI Briefing series No 2003/4. Amsterdam, junio, 2003.

TNT, Transnational Institute. Uma guerra inútil. Drogas y violência em Brasil. Programa

Documentos disponíveis no acervo do Observatório Fundiário Fluminense – UFF

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PERNAMBUCO 1988. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento, Fundação Instituto Pernambuco (FIPE), Recife, v.37, p. 1-324.1991. (obff@vm.uff.br)

BRASIL. Lei n. 8257, de 26 de novembro de 1999. Sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências (<http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR>)

BRASIL. Decreto n. 577, de 24 de junho de 1992. Dispõe sobre a expropriação das glebas onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, e dá outras providências (<http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR>)

BRASIL. Lei n. 10409, de 11 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos psicotrópicos (<http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR>)

BRASIL. Decreto-lei n. 4345, de 27 de agosto de 2002. Institui a Política Nacional Antidrogas. (<http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR>)

BRASIL. Mensagem n. 25, de 11 de novembro de 2002. Sobre vetos as Lei n. 10409 (<http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR>)

BONFIM, Juarez Duarte. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 45, (30), ago.1999. Disponível em: <www.dhnwt.org.br> Acesso em 11 de outubro de 2007.

CONFLICTOS sociales y políticos generados por la droga. CEA: Centro de Estudios Sobre América - Luis Suares Salazar. Mimeografado. (obff@vm.uff.br)

CABALLERO, Antonio. Os inimigos da legalização das drogas. **Democracia**, Rio de Janeiro: IBASE, v. X, n. 104, jul/ago, p. 15-18, 1994. (obff@vm.uff.br)

HARDINGHAUS, Nicolas H. Droga Y Crecimiento econômico:el narcotráfico em las cuentas nacionales. **Estudios internacionales**, Chile, ano XXI, n. 84, Oct./Dic. p. 94-106. 1988. (obff@vm.uff.br)

IULIANELLI, Jorge Atílio S. De irrigantes do futuro a problema social do presente. **Relatório de Pesquisa** (Reassentados Indenizados do Bloco 2, Itacoatiara e Projeto Jusante) s/d, Mimeografado. Arquivo Koinonia (www.koinonia.org.br) (obff@vm.uff.br)

NASCIMENTO, Manuela Maria Pereira de; ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier. **Transformações na estrutura agrária do município der Itacuruba (PE) após a construção da Barragem de Itaparica**. Relatório de Pesquisa, UFPE. s/d. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por <manuelanascimento@yahoo.com.br> em 22 de novembro de 2007.

PALESTRAS do Superintendente sobre drogas e erradicação do plantio de *cannabis*. Polícia Federal em Pernambuco. 1 CD Rom (obff@vm.uff.br)

PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Solicitação de painel de inspeção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento Banco Mundial para o Projeto de Reassentamento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Itaparica (BIRD 2883-1)**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por <obff@vm.uff.br> em 12 mar. 1997.

SOUZA, Eraldo José de; SILVA NETO, Januário Moreira da; TRINTADE, Vera Regina Machado. **Termo de declarações que prestam ao Ministério Público**: sobre a morte de Fulgêncio (liderança do Pólo) [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por <obff@vm.uff.br> em 03 abr. 1997. Acervo do PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO.

TABELAS e indicadores da situação fundiária (dados parciais). INCRA SR-29, Superintendência do Médio São Francisco. 1 CD Rom (obff@vm.uff.br)

Sítios e endereços:

MamaCoca: mamahuaco@unete.com

Brasil. Congresso. Senado Federal (leis específicas): <http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR>

Brasil. Ministério da Justiça: <http://www.mj.gov.br>

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas:
www.ana.gov.br/gestaorechidricos/conservacaoaguasolo

Movimento dos Atingidos por Barragens: www.mabnacional.org.br

Operador Nacional do Sistema Elétrico www.ons.org.br

Pólo Sindical do Submédio São Francisco: polosubmedio@bol.com.br

Presença Ecumênica e Serviço: www.koinonia.org.br

Programa de Investigación Estrategica en Bolívia: www.pieb.org

Tribunal de Justiça de Pernambuco: <http://www.tjpe.gov.br>

Universidade Federal Fluminense – Observatório Fundiário Fluminense: www.uff.br/obff

Vale do São Francisco:

<http://www.valedosaofrancisco.com.br/economia/aproveitamentoeconomico-hidroeletricidade.asp>

Arquivos consultados:

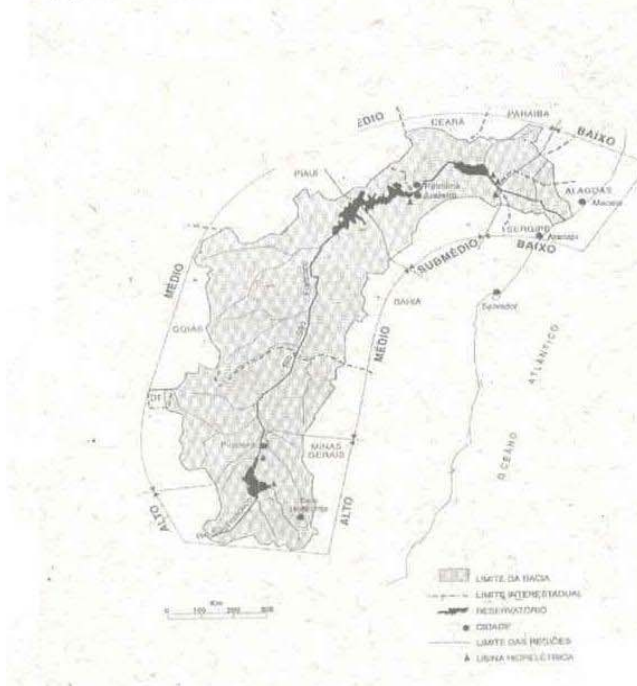
- Arquivo CPDA: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência Sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo CPDA/UFRRJ
- Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
- Observatório Fundiário Fluminense Departamento de Sociologia/ICHF/UFF
- Observatoire Geopolitique des Drogues
- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependencia
- Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco

ANEXO I

MAPA 1
O Vale do São Francisco em relação ao território nacional



MAPA 2
Regiões do São Francisco



Fonte: IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. (Org.). **Águas juvenis no Velho Chico: estudo de caso com juventude camponesa: sua metodologia, seu aprendizado, seus efeitos e seus impactos.** Rio de Janeiro: KOINONIA/CESE, 2007.